



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "C" AO Nº 115 TERÇA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT ^(22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾ Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾ Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾ Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾ Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾ Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾ Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25) Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾ Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o assassinato de jovens negros no Brasil

Ata da 7ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2015.....	4
Ata da 8ª Reunião, realizada em 17 de junho de 2015.....	22
Ata da 9ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2015.....	25

1.1.2 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Ata da 7ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2015.....	40
Ata da 8ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2015.....	56

1.1.3 – Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia de Próteses

Ata da 5ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2015.....	83
Ata da 6ª Reunião, realizada em 15 de maio de 2015.....	111

1.1.4 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça

Ata da 10ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2015	182

1.1.5 – Comissão interna destinada a elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica

Ata da 2ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2015.....	222
Ata da 3ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2015.....	265

1.1.6 – Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo

Ata da 1ª Reunião, realizada em 27 de maio de 2015.....	300
Ata da 2ª Reunião, realizada em 2 de junho de 2015	308
Ata da 3ª Reunião, realizada em 17 de junho de 2015.....	315
Ata da 4ª Reunião, realizada em 1º de julho de 2015	338

1.1.7 – Comissão da Reforma Política

Ata da 2ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2015.....	346
Ata da 3ª Reunião, realizada em 1º de julho de 2015	360
Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2015.....	383

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2015, às 19 horas e 49 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Telmário Mota e Lindbergh Farias**. Deixaram de comparecer os Senadores **Roberto Rocha, Paulo Paim, Ângela Portela, Maria do Carmo Alves e Magno Malta**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença do Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República), da Sra. Larissa Amorim Borges, Diretora de Programas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas (representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), e do Sr. Walmyr Júnior, Coordenador do Grupo de Trabalho da Juventude Negra do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve (representante da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve). Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Boa noite a todos!

Obrigado pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública interativa com representantes da Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoções de Igualdade Social, Secretaria Nacional da Juventude e Conselho Nacional da Juventude, todos mencionados no Plano de Trabalho aprovado por esta Comissão.

Estão presentes os seguintes convidados: Cláudio Augusto Vieira da Silva, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República); Larissa Amorim Borges, Diretora de Programas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas (representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); e Walmyr Júnior, Coordenador do Grupo de Trabalho da Juventude Negra do Conselho Nacional da Juventude – Conjuve (representante da Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude – Conjuve).

Peço ao Secretário que conduza, imediatamente, até à mesa os nossos convidados.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, Senador Lindbergh, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

A título de informação, para organizar nosso trabalho, informo que, após a exposição dos convidados, a palavra será concedida aos Senadores na ordem de sua inscrição. Terão preferência para o uso da palavra a seguinte ordem: o relator, o presidente e os membros titulares, os suplentes e os não membros.

Daremos, inicialmente, o prazo de 10 a 15 minutos para os nossos expositores e, havendo necessidade, ampliaremos o prazo.

Portanto, iniciando os nossos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA – Boa noite, Senador Lindbergh, lá da nossa terra, o Rio de Janeiro. Agradeço, aqui, em nome da Secretaria de Direitos Humanos, o convite para apresentar algumas questões que envolvem a aplicação do Sinase e seu relacionamento com a questão do envolvimento de jovens como vítimas e também como participantes de atos violentos no Brasil.

Portanto, estou trazendo aqui principalmente o resumo dos últimos dados que temos sobre o atendimento socioeducativo no nosso País, que remete ao ano de 2013. Esses dados dizem respeito a 23 mil adolescentes que hoje – poderíamos arredondar para 24 mil adolescentes – estão em situação de privação de liberdade no País, em 466 unidades.

Como todos nós sabemos, o Sinase foi criado por uma resolução do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, em 2006, e, posteriormente, foi instituído aqui pelo Congresso Nacional, pela Lei nº 12.594, de 2012.

Esse conjunto de instrumentos que a lei federal nos deu é bastante recente, que nos traz determinadas ações e obrigações para aplicação do conjunto que foi aprovado, tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente quanto na Resolução do Conanda, de 2006, e consignados nesse instrumento, que é a Lei Federal nº 12.594.

Então, esse primeiro gráfico nos mostra o que foi a evolução da internação no País depois da finalização da Funabem e do sistema Febem. Nós já estamos aqui num período pós Estatuto da Criança e do Adolescente e ali, no ano de 2012, nós já começamos a perceber um decréscimo.

De 2012 para 2013, há um acréscimo de internação no Brasil, porque já é fruto do trabalho da Secretaria de Direitos Humanos com os Estados, para o movimento de regionalização e descentralização das unidades, o que faz aumentar um pouco o número de vagas e, com isso, substituir as vagas inadequadas e concentradas nas capitais e regiões metropolitanas.

Podemos ir para o seguinte.

Então, o histórico de privação de liberdade no País é esse. Não tem tido um aumento significativo. O número, em 2013, é de 23.066 adolescentes; ali temos a comparação entre os anos anteriores, de 2010 a 2013.

Podemos ir para o seguinte.

Temos aqui a porcentagem de internação e as medidas restritivas de liberdade: a internação, internação provisória e a semiliberdade, sendo que a internação provisória não é uma medida socioeducativa; trata-se daqueles 45 dias em que o adolescente fica provisoriamente retido, para ter ou não uma sentença para ele, inclusive está sendo utilizado, equivocadamente, nas últimas reportagens de que há um número maior de adolescentes, porque em 45 dias o juiz tem que fazer a sua sentença, enquanto que para o adulto, que pratica o mesmo ato, não demora apenas 45 dias para ter a sua sentença. Então, não tem como fazer essa comparação desses dois momentos, porque o adolescente é muito mais rapidamente julgado e sentenciado ou não, do que um adulto o é pela mesma prática.

Então, nós temos hoje em torno disso. Sessenta e quatro por cento (64%) dos adolescentes já estão internados, ou seja, eles já têm uma sentença, estão privados de liberdade. A semiliberdade é uma medida ainda muito pouco utilizada pelo sistema, então, só tem 10%, e internação provisória 23%, e deve ser um dado que sobe, em 2014, tendo em vista o movimento das sedes da Copa e da utilização do sistema socioeducativo para colocar os meninos e meninas que viviam nas ruas das cidades onde havia Copa, e isso inviabilizou vários sistemas, como por exemplo, o do Rio de Janeiro, que até o dia de hoje tem sua porta de entrada do sistema absolutamente superlotado, o que tem causado problemas gravíssimos de atendimento, inclusive, com morte de adolescentes.

Podemos ir adiante.

Então, esses são os adolescentes, por unidade da Federação. São Paulo responde praticamente por muito próximo de 50% de todos os internos do Brasil (internos, em medida de restrição, de liberdade). Então, ali 9.614, o número hoje é nove mil e alguma coisa, e ali os Estados seguintes, em que o segundo Estado, que é desproporcional em relação à população que tem, que é Pernambuco, que também é o Estado onde mais se mata adolescente dentro do sistema. Foram os dados que nós começamos a levantar, em 2012 e 2013. Pernambuco, infelizmente, vem ganhando esse triste campeonato e é o segundo maior sistema. O que não deveria ser, pela população do Estado em relação ao número de adolescentes.

Podemos seguir.

Então, ali é a evolução das internações. O vermelho é internação provisória. A semiliberdade, cada medida por cada ano. Não há uma evolução significativa do número de vagas nesse sistema, ele é absolutamente suficiente para dar conta, hoje, das questões que envolvem adolescente em conflito com a lei ou adolescente que precisa cumprir alguma medida socioeducativa.

Podemos ir para o seguinte.

Então, aqui, a porcentagem de adolescentes, os Municípios e o número de unidades. Essa linha vermelha é o número de unidades em cada Estado e a proporção de adolescentes, naquele Estado, pela população total.

Nós temos, ali, vamos pegar o exemplo mais visto, São Paulo, então, nós temos 150 unidades e 1,6 adolescente internado e privado de liberdade. O Estado que aparece em maior número seria o Acre na proporção, e o número de unidades do Acre são sete unidades.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E Roraima o segundo, não é?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA – Isso. Roraima é o segundo, DF é o terceiro, Espírito Santo, o quarto, e São Paulo é o quinto. Então, na proporcionalidade, São Paulo não é o primeiro.

Podemos ir adiante.

Proporção de adolescentes e privação de liberdade na população de 12 a 18 anos. Então, Acre, Roraima, DF, Espírito Santo, São Paulo, são os adolescentes no período de 12 a 18 anos. Nesse gráfico aqui nós separamos

do tempo excepcional, que é 18 a 21, e deixamos no período de 12 a 18 anos. Então, aqui está a proporção em cada Estado, e repete o que nós estávamos na distribuição anterior.

Podemos seguir.

Número de Municípios. Nós temos 466 unidades nos 208 maiores Municípios do Brasil. Isso é muito significativo, por conta de que, hoje, o MDS também expandiu a sua atenção ao meio aberto, que são a prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida, para 1.009 Municípios. E esse esvaziamento desse sistema fechado depende, e muito, dessa expansão do meio aberto.

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA – Então, a realidade brasileira em 2013 era essa ali de São Paulo: 53 Municípios, até Sergipe, Roraima, DF, Amapá, Amazonas, Piauí, que são essa grande maioria de Estados que tem poucos Municípios.

Podemos ir adiante.

Faltam quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pode ficar tranquilo.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA – Está bom.

O perfil. Que tipo de ato infracional é praticado no Brasil para que os adolescentes estejam cumprindo uma medida restritiva de liberdade? Em primeiro lugar, é patrimônio, roubo, e isso repete em todos os anos que nós fizemos esse levantamento. Como é que é feito esse levantamento? Esse levantamento é uma fotografia que se tira do sistema no dia 30 de novembro, e, então, todos os sistemas estaduais nos enviam o que tem dentro do sistema dele, do ponto de vista do atendimento dos adolescentes. Então, o primeiro lugar, 42%, é roubo; o segundo lugar é tráfico, é o que mais prende adolescente no Brasil, hoje. E aí já ha, então, um distanciamento do tratamento que é dado ao adulto; e homicídio, 9,23%, que é a média que fica em todos esses anos.

Então, esses três motivos pelos quais os adolescentes cumprem uma medida socioeducativa são motivos constantes em toda essa história recente do Brasil dos últimos cinco anos. Não há nenhum dado em nenhum Estado brasileiro que indique que o homicídio passou para primeiro lugar, ou o homicídio está em segundo lugar. Em algum Estado da Federação que o homicídio esteja em segundo lugar, evidentemente que isso está associado a uma série de outras questões que acontecem na peculiaridade daquele Estado e não é só com a vida dos adolescentes. Então, há uma série de outras questões que envolvem, e que aí a prática e a vitimização dos adolescentes por homicídio é muito maior.

Os atos infracionais no Brasil. Do que nós temos notícias dos sistemas é: primeiro, roubo; em segundo, tráfico, e terceiro, ali, homicídio, que nunca ultrapassou 10%. O máximo que chegou, em um ano, foi 11%, e sempre nessa faixa que isso é colocado.

Se a gente seguisse a interpretação mais literal do Estatuto, quem deveria estar neste sistema eram só aqueles que praticam atos contra a vida, como homicídio e latrocínio, atos contra a dignidade sexual e não roubo, patrimônio ou tráfico.

Podemos seguir.

Então, essas são as linhas de cada um deles. Nós vemos, ali, a estabilização de todos eles ao longo dos anos, 2010, 2011, 2012 e 2013, comparando homicídio, latrocínio, estupro e lesão corporal.

Do que nós temos de números não nos indica nenhum envolvimento, nenhuma justificativa de envolvimento maior de adolescentes com atos contra a vida.

Podemos seguir.

É um sistema masculino; em torno de 5% de meninas dentro deste sistema. É um número que nunca ultrapassou esse perfil.

Podemos ir adiante.

E por faixa etária. Então, nós temos entre 16 e 17 anos, 57%, que dá mais ou menos 13 mil adolescentes. De 18 a 21 anos, nós temos 22%. Então, nós estamos falando em uma redução da idade penal para 16 anos, significa, em um espaço de tempo de um, dois anos de uma lei que possa considerar isso, de colocarmos 80% dos meninos que estão hoje dentro do sistema socioeducativo em um outro sistema, seja o prisional ou algum outro sistema que se queira criar. Então, 80% dos meninos e meninas que estão no sistema socioeducativo brasileiro têm de 16 anos em diante.

E essas propostas da redução da responsabilidade penal, nós não temos nenhum lugar para colocar esses meninos hoje. Se eles saem do sistema socioeducativo, eles não podem mais ficar dentro do sistema socioeducativo. Eu acho que no sistema prisional brasileiro hoje não cabem muito mais pessoas. Então, nós teríamos, em números de 2013 e estaria por volta disso também hoje, um número aproximado de 18 mil adolescentes na faixa de 16 anos de idade para se colocar sob um novo regime de atendimento.

Podemos seguir.

Temos aqui a porcentagem de adolescentes e jovens por raça e cor. Foi a primeira vez que foi inquirido isso aos Estados. Então, isso é a partir das informações que os Estados nos dão, ou seja, aqui temos um percentual alto sem informação. O que foi respondido: 57% preto e pardo, e 24,58% branca.

No levantamento deste ano nós vamos novamente fazer esta pergunta, pela segunda vez, e acreditamos que essa resposta vai ter um percentual mais significativo de positividade em relação à distribuição deste quesito, mas nunca havia sido perguntado isso ao sistema socioeducativo brasileiro.

Então, podemos seguir.

Eles estão distribuídos mais ou menos assim, por região. Então, a faixa vermelha, preto e pardo; a faixa verde, branca. Essa é a distribuição, mais ou menos, por cor e raça por região, no Brasil, dos meninos que estão privados de liberdade.

Podemos seguir.

Os óbitos que acontecem dentro do sistema. A maioria é registrada como conflito interpessoal. Então, eles devem brigar muito, brigam muito, e 60% destas mortes são porque eles brigam demais. Então, esse é um sistema que morre e mata em torno de dois adolescentes por mês em nosso País, que estão sob a tutela do Estado, e que estão cumprindo uma medida socioeducativa. Conflitos generalizados, 17, e 14% suicídios. Esses itens são registrados conforme nos chegam. Apenas fazemos a sistematização e os juntamos. Então, esses dados vêm por unidade, por cada uma das 466 unidades. Apenas os juntamos e os colocamos aqui.

Também é uma média de morte, de 2012 e de 2013, de dois a cada mês no nosso País. Isto é, são mortos dois a cada mês.

Podemos seguir.

Temos aí outro gráfico: conflito interpessoal, conflito generalizado, e a comparação de dois anos, 2012 e 2013. Está sendo permitido que tomemos conhecimento disso pela obrigatoriedade da lei de os sistemas estaduais alimentarem um banco de dados. Por isso a gente tem conseguido fazer uma busca mais detalhada da situação desses jovens em cada uma das unidades brasileiras.

Podemos ir adiante.

Os óbitos nas unidades. Como eu disse, este ano, novamente em Pernambuco, quatro. No ano anterior havia sido oito. Em Minas Gerais também morreram quatro adolescentes. Essa é uma fotografia da tragédia institucional, coercitiva, desrespeitadora dos direitos humanos com que a gente convive dentro do sistema socioeducativo brasileiro.

Podemos ir adiante.

Porcentagem de óbitos por Região: Nordeste, 31%; Sudeste, 24%. Comparando um com o outro, no Sudeste há muito mais adolescentes do que no Nordeste. Então, o Nordeste está desproporcional nessa atuação, porque lá existem alguns sistemas que funcionam de maneira muito ruim – destacadamente muito ruim.

Podemos ir adiante.

Porcentagem de unidades. As unidades de atendimento estão distribuídas assim: 47% no Nordeste; 15% no Sul; 18% no Nordeste; 47% no Sudeste; 12% no Norte e 8% aqui no Centro-Oeste. E nesse processo, que eu já expliquei a vocês, de descentralização e de regionalização dessas unidades, para que possa atender a um dos princípios da socioeducação, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é atender esse jovem próximo de onde ele vive.

Podemos seguir.

Quantidade de unidades por Região: Sudeste, 219; Norte, 55. Destas 219 do Sudeste, 156 em São Paulo, aproximadamente – que é o maior, com 9 mil adolescentes. Evidentemente, tem que haver um sistema que tenha condições de acolher todos esses adolescentes, que são internos, sem parar lá.

Podemos ir adiante.

Aqui a quantidade de unidades por Região: São Paulo, 150 – hoje um pouco mais; Minas Gerais, 32; Paraná, 25; Rio de Janeiro, 24; Roraima, com uma. Então, o sistema nacional está dividido dessa forma pelos nossos Estados e, somando-os, nós vamos chegar a esse número de 466 unidades.

Podemos ir adiante.

Os recursos humanos foram, pela primeira vez, agora solicitados, e estão divididos assim: 62% dos recursos humanos, masculino; 37%, feminino. Por que isso? Porque os socioeducadores e aqueles agentes que trabalham nessas unidades, em sua grande maioria, são do sexo masculino. Por isso essa presença maior do sexo masculino.

Podemos ir adiante.

As principais categorias que estão trabalhando vocês vejam ali: socioeducadores, primeiro, 15 mil pessoas – na verdade, praticamente 16 mil; socioeducador que se identifica como específico para segurança, a segunda categoria; e depois todas aquelas categorias que temos – coordenador, assistente social, psicólogo,

pedagogo, coordenador adjunto –, isso faz um número hoje de 31 mil pessoas trabalhando no sistema fechado do atendimento socioeducativo brasileiro.

Podemos ir adiante.

Número de matrículas. Nós ainda não conseguimos uma resposta satisfatória, porque ali, vocês vejam, em 2012, esse número nós trazemos do censo escolar. E ele traz o número de matrículas de 12 mil adolescentes num universo de 23 mil. Então, nós temos aí quase metade admitida não está matriculada.

Mas nós estamos fazendo uma pergunta um pouco mais detalhada em que a gente pergunta hoje para as unidades quantas horas por semana esses adolescentes que estão matriculados estudam. Ainda não ultrapassamos a média, porque vista empiricamente, sem fazer a soma final, estudam de três a cinco horas por semana. Então, isso é bastante pouco para qualquer pessoa poder aprender alguma coisa na fase em que eles estão. Mas não é um número ainda consolidado, então nós não estamos colocando isso no relatório porque isso precisa de um estudo mais apurado.

Podemos ir adiante. Acabou.

Então, com essa fotografia, nós queremos trazer essa reflexão, porque, do ponto de vista do atendimento socioeducativo – e a gente precisa bastante dividir a nossa tarefa aqui porque na Comissão Especial houve uma certa confusão quanto a isso –, esses números aí dizem respeito ao adolescente, aplica-se ao adolescente, porque o único que aplica algum tipo de medida ou a internação provisória, que não é medida, é o juiz. Então, até ele passar por essa situação, nós não temos nenhum tipo de número em relação a isso. Então, não se sabe quantos têm nas delegacias do Brasil ou que entraram e passaram pelo sistema de Justiça e, dali, não foram encaminhados para uma internação provisória, ou para uma internação, ou uma semiliberdade.

Esses números aqui são de quando os adolescentes têm uma sentença, como eu disse para vocês, em 45 dias – em 45 dias, o juiz tem que definir a vida desse adolescente –, ou que estão, nesse período do levantamento, em uma internação provisória, aguardando uma sentença.

Todos esses dados que são recolhidos sobre esse atendimento – aqui, nós estamos dizendo da política de atendimento aos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas –, não têm nenhum dado que nos indique que esses adolescentes entraram nesse sistema por conta do agravamento das suas práticas ou dos seus atos.

Como nós vimos ali, todos os anos se repetem esses números: roubo e tráfico. Então, esses jovens chegam nessas unidades, a enorme maioria deles, com o ensino fundamental incompleto, incompleto. São famílias destroçadas, pertencentes a núcleos familiares destroçados pelas vidas que têm, e se envolvem com essa epidemia que nós vivemos no nosso País, que é a epidemia da violência.

Agora, se nós tivéssemos desse sistema algum item, algum dado que indicasse o aumento desse número, evidentemente que a gente não iria escamotear isso aqui de forma alguma, em nenhum tipo de levantamento. Mas eu não posso comparar isto aos boletins de ocorrência de uma delegacia de polícia. Porque ali... É uma suspeição do que aquela pessoa está envolvida. E eu estou falando isso porque as últimas reportagens têm pegado números que não são comparáveis. Eu não posso comparar número de ocorrência policial com sentença judicial. Sentença judicial de um adulto, que é primário e que pratique um roubo, pode demorar quanto tempo? Um ano, dois anos, dependendo do lugar que for, até mais. De um adolescente, são 45 dias. Em 45 dias, por um roubo, ele pode ser privado de liberdade.

E o que eu gostaria de lembrar, para fechar, também essa outra ideia que se construiu, é que o Brasil tem uma lei que, mais precocemente, responsabiliza os adolescentes. Então, a partir de 12 anos de idade, o adolescente pode ser preso, preso, já o dissemos, privado de liberdade – usamos um termo para dar uma amenizada –, mas, na verdade, é preso. A partir dos 12 anos de idade, nós responsabilizamos todos os adolescentes do nosso País.

Então, não é rebaixar a responsabilidade penal. Eles já são responsáveis a partir dos 12 anos de idade. E eles podem ser privados de liberdade por um período de três anos. E o que é muito comum: cumpre um período de três anos e, aí, vem uma progressão. Progressão para onde? Para outra medida socioeducativa, em meio aberto. E, aí, ele pode ficar mais um tanto de tempo nessa medida. Então, são três mais esse período de meio aberto. E, se houver qualquer deslize nesse período, ele pode retornar novamente à privação de liberdade. Então, esse ciclo se inicia aos 12 anos e pode terminar somente aos 21 anos de idade, dependendo da vida dessa pessoa.

Então, não são verdadeiras essas questões que estão sendo colocadas, nesse momento de debate em que a gente, às vezes, não consegue ser muito claro quando nos manifestamos. Mas quanto a esse sistema, hoje, nós não precisamos e não necessitamos de mais vaga para privar ninguém de liberdade. Isso é caro. Isso é caro. Manter gente presa é caro. Manter gente presa, os adolescentes presos, no Brasil, hoje, custa, ali, em torno de, entre R\$9 e R\$10 mil por mês. Isso não é barato. Não é uma conta só, de que “ah, eu boto o meu fi-

lho não sei aonde...” Não é só isso, porque você é responsável pelo atendimento, por defesa técnica, por levar para audiência. Aí você pega um sistema como o de São Paulo, multiplica isso por 10 mil. Cinquenta juizes. Em 45 dias você tem de fazer avaliação e levar duas, três... Então, tudo isso está sob responsabilidade desse sistema de atendimento. Se você rebaixar a responsabilidade penal, você vai levar isso para onde? Vai levar para o sistema prisional? Se você levar para o sistema prisional, fica no padrão que nós temos hoje. Se você criar um outro sistema, você vai ter que criar um outro sistema com regramento para esse sistema que pega essa faixa específica, que não estaria vinculada ao sistema prisional adulto.

Então, vou terminar aqui agradecendo mais essa oportunidade de poder esclarecer.

Isso tudo nós temos feito em parceria com os Estados e com os recursos da Secretaria de Direitos Humanos. Na verdade, nós estamos no segundo orçamento, porque a lei foi aprovada em janeiro de 2012, e é nessa lei que se vincula a coordenação desse sistema à Secretaria de Direitos Humanos. Então, nós trabalhamos com o orçamento de 2013 e o orçamento de 2014. Agora é que nós vamos começar a trabalhar com o orçamento de 2015. Então, somente com esses dois orçamentos é que a gente conseguiu dar um rumo mais efetivo para a reorganização desse atendimento, que ainda é marcado por muitas questões que envolveram toda a história da infância abandonada no Brasil, como, por exemplo, cerceamento de defesa, tortura, maus-tratos e lugares absolutamente inadequados para a gente deixar, lá, nossos animais de estimação e está lá esse número de jovens que a gente viu.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Presidente, aproveitando a fala do Dr. Cláudio, eu já queria fazer-lhe uma pergunta. Dr. Cláudio, nós estamos no centro do debate da redução da maioria penal, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. São quatro projetos: um que é dos 18 para 16; o do Senador Aloysio Nunes, que reduz de 18 para 16 em crimes hediondos; e há um outro que está pautado para quarta-feira desta próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça, que fala do aumento da internação de três para dez anos, do Senador José Serra. Eu queria saber a sua opinião sobre esses projetos, em especial o do Senador José Serra, porque, vindo de longe, aumentar de três para dez anos! Então, eu queria a sua avaliação sobre esses projetos.

Eu queria falar também sobre os números. O senhor colocou ali alguns números que falam, por exemplo, que homicídios, em cima do sistema, nós estamos falando de 9%. Recentemente, a *Folha de São Paulo* fez uma matéria dizendo que não existem dados oficiais sobre isso. Eu estava trabalhando sempre com dados que falavam o seguinte: que a participação de adolescentes correspondia, na verdade, a 0,5% de homicídios que aconteciam no Brasil, e de 0,9 de crimes como um todo.

A *Folha de S. Paulo* fez uma matéria dizendo que não existiam dados confiáveis; o Ministério da Justiça disse que esses dados não existiam. Mas, aqui, me parece razoavelmente simples cruzarmos os 9% de homicídios que são praticados por adolescentes com o número de homicídios no País para tentar pegar um número sobre isso.

Eu queria trabalhar sobre esta pergunta: há, de fato, esse vazio estatístico ou nós temos números bem consolidados?

Também queria saber mais sobre outras medidas socioeducativas, que são experiências exitosas, que não são apenas a restrição da liberdade, e se há alguma comparação, um estudo internacional, sobre isso. Ou seja, alguns países que tratam de outras medidas socioeducativas que trabalham com esse adolescente, se têm melhor resultado ou não do que a simples privação de liberdade.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA – Tenho mais uns 40 minutos? (*Risos.*)

Olhe, o que tenho como lhe responder é o seguinte: somos visceralmente contra a proposta de redução da responsabilidade penal. Não vemos isso como... Não tem justificativa no nosso entendimento. Não temos o porquê hoje. Não há justificativa, não há nenhum fato novo, a não ser algumas tragédias que acontecem, já que não estamos livres nenhum de nós, como, por exemplo, agora essa tragédia no Piauí. Enfim, são exemplos lamentáveis, trágicos, que temos que estudar para entender o porquê isso chegou a acontecer com esses jovens.

No que se refere ao aumento da penalização, isso vem sendo construído deste que o Estatuto foi aprovado. No debate da PEC nº 171 o Deputado me perguntou: “Vocês aceitam discutir?” Eu disse-lhe: “Deputado esta PEC é de 1993. O Estatuto foi aprovado em 1990”.

Todos os anos nós fazemos debate neste Congresso – ainda bem que foi assim – desde que o Estatuto foi aprovado. Desde que construímos essa sociedade brasileira, nós penalizamos a infância. Nós elegemos do inimigo número 1 do Brasil. O inimigo número 1 do Brasil eram os capoeiras, os pivetes, os malandrinhos, os filhos dos escravos, que eram ameaça da sociedade brasileira. Eles continuam sendo ameaça da sociedade brasileira, apesar de o mapa da violência nos indicar que a cada dia que um de nós chega a casa e põe a cabeça no travesseiro, na nossa cama, ao nosso lar, foram assassinadas 28 crianças e adolescentes neste País – isso é dado do mapa da violência – de 1 a 19 anos de idade.

Então, esse é um debate e acho que esse tema de opinião é trazido misturado com outras questões, mas acho que realmente não podemos perder a oportunidade de admitir que a nossa sociedade é muito violência, muito desigual e que a penalização vai para aquele que mais depende das políticas públicas.

Todos nós sabemos que, muito recentemente, conseguimos universalizar o acesso ao ensino fundamental, mas não fizemos isso com ensino médio. Então, não cumprimos nem esse ciclo. Então, desde o início do Estatuto da Criança e do Adolescente, a principal crítica que foi feita ao Estatuto é que o Estatuto era uma lei que protegia os bandidos... Então, foi construída essa história. E a saída tem sido tentada como? Ou rebaixar a responsabilidade penal ou aumentar o período. Por quê? Porque acontecem os homicídios. Aí eu volto para a questão dos dados. Não sei como são, não tenho nenhum tipo de possibilidade de afirmar isso aqui, os dados da segurança pública do Brasil. Tive acesso a um, que foi o de São Paulo, que me comprometo com vocês a trazê-los; dados trazidos de São Paulo, que estão disponíveis na página da Secretaria de Segurança Pública.

O comparativo entre os Boletins de Ocorrências, as apreensões e os mandados de busca entre adultos e entre adolescentes, então, é um gráfico assim; e permaneceu assim. Esse grande são os adultos, e esse pequeno aqui são os adolescentes. Repete-se em toda faixa histórica.

No Estado de São Paulo, por busca, por mandado de busca, ou por flagrante, ou por BO, os adultos são os autores dos crimes e não os adolescentes. Isso é um dado da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, de 2015, a que nós tivemos acesso há duas semanas. Então, ele faz essa comparação. Quanto aos outros, eu não tive acesso e eu não posso dizer. Eu sei dizer que São Paulo responde por 50% dos encarcerados adultos e por 50%, mais ou menos, dos encarcerados adolescentes. Evidentemente, é o maior Estado da nossa Nação, onde ocorre tudo lá em primeiro lugar. Então, é evidente que o número de delitos praticados ali é um número significativamente maior.

Esse número, eu lhe dou a segurança, é, como eu digo, na hora em que abre aquele portão e que o menino entra numa unidade socioeducativa. Então, o nome; o porquê de estar aqui: homicídio, roubo, tráfico. Então, é um número de 23 mil pessoas que entraram, estão registradas e têm uma sentença. Não é só uma suspeita de culpabilidade. Ele tem uma sentença para entrar ali.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Dr. Cláudio, eu estou digo isso, porque, há esses números aqui do sistema. Então, eu acho que fica fácil cruzar esses números, ou seja, quantos foram sentenciados por homicídios e cruzar com o número de condenados por homicídios no Brasil. Eu tenho uma conta aqui que me parece razoavelmente simples de ser feita. Eu quero até trabalhar aqui com o pessoal da Comissão, porque eu acho que, em cima disso, podemos tentar avançar nisso, já que, da semana passada para cá, a partir daquela matéria da *Folha de S.Paulo*, criou-se um... Ou seja, não existem números. E alguns começaram a levantar, em alguns Estados, até a participação de 10% de adolescentes em homicídios no País, em alguns Estados.

Eu acho que essa questão dos dados é fundamental para enfrentarmos o debate com mais clareza. Eu vou pedir, depois, para o pessoal da Comissão ver como podemos, em cima desses números do sistema, trabalhar uma aproximação com os números de homicídios no País.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Para interagir com a população, essa audiência pública está sendo realizada, em caráter interativo, com a possibilidade de a população participar. Essa participação pode ser através do Portal e-Cidadania (www.senado.gov.br/ecidadania), do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Queremos também registrar aqui a presença da Casimira e da Fabiane, que são Oficiais da Proteção do Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, nós vamos agora ouvir a companheira Larissa Amorim Borges, Diretora de Programas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas.

Mas antes de a Larissa falar, eu ia centralizar a minha pergunta ao Cláudio para ver a situação socioeconômica dessa população, mas os dados por si só já mostram. Eu queria ajudar o Relator, Senador Lindbergh, dizendo que eu participei de algumas audiências, na Comissão de Direitos Humanos, e ali eu vi alguns dados de alguns órgãos que não foram questionados. É importante depois ver com o Senador Paulo Paim, porque isso pode vir a descaracterizar um pouco o que falou o jornal. Portanto, eu só queria dar isso como um dado informativo.

Larissa com a palavra.

A SRª LARISSA AMORIM BORGES – Obrigada.

Boa noite a todas, boa noite a todos!

Trago aqui a saudação da Ministra Nilma Lino Gomes e o compromisso da SEPPIR em colaborar com esta CPI e com todas as iniciativas que colaboram para a preservação da vida da juventude brasileira. Essa CPI, para nós, é muito importante, porque ela colabora com os esforços que o Governo brasileiro já tem desenvolvido para identificar esse problema e superá-lo.

Temos aí anos de violência contra a juventude, e agora o Governo brasileiro, o Estado começa a fazer esse enfrentamento.

Pode passar.

A SEPPIR tem origem nas lutas do movimento negro contra o racismo e as desigualdades e tem como marco a Conferência de Durban, que foi uma conferência da ONU sobre o racismo e a xenofobia.

A SEPPIR trabalha para a promoção da igualdade racial e a superação do racismo. Ela foi lançada em março de 2003.

Pode passar.

A atual gestão tem como prioridades a juventude negra, as ações afirmativas, os povos e comunidades tradicionais e a internacionalização das políticas de promoção da igualdade racial.

Pode passar.

A missão da SEPPIR é promover e articular políticas de igualdade racial e superação do racismo para consolidação de uma sociedade democrática.

Nós acreditamos que o Brasil só pode se desenvolver, e ele só se desenvolveu até aqui, graças à contribuição da população negra. E sem essa população é impossível pensar um futuro para esse País. Nesse sentido, nós buscamos que a SEPPIR seja reconhecida nacional e internacionalmente como uma referência de políticas para promoção de uma sociedade justa, igualitária e sem racismo.

Pode passar.

A partir de diferentes estudos, nós chegamos a algumas reflexões, algumas conclusões.

A primeira delas é que o racismo é um sistema de poder que organiza todas as relações e estrutura as desigualdades no Brasil. Então as desigualdades brasileiras não são basicamente sociais. As desigualdades brasileiras, inclusive a desigualdade social e econômica, são fundamentadas, são estruturadas no racismo. E o racismo como ideologia desumaniza, ele descaracteriza o sujeito como pessoa humana. E numa sociedade racialmente hierarquizada, o racismo determina a forma como vamos viver, nascer e morrer.

Pode passar.

Trago aí a perspectiva da Lei das Cotas que foi um resultado positivo das lutas dos movimentos negros para o qual a SEPPIR tem trabalhado para a sua implementação, e é uma política que pode trazer uma diferença na construção da democracia no País.

Pode passar.

O Plano Juventude Viva. Esse é o plano de prevenção à violência contra a juventude negra. Esse plano surgiu em 2011 e é coordenado pela SEPPIR e pela Secretaria Nacional de Juventude.

Nós partimos da perspectiva de que a violência contra a juventude negra se caracteriza como ação ou omissão, pretendida ou não, capaz de gerar lesão física ou sofrimento psíquico, pontual ou sistêmico que, em curto, médio ou longo prazo possa comprometer a trajetória de vida de um sujeito ou retirar a vida desse jovem negro, ampliando, assim, o risco de eliminação física e simbólica do povo negro. Se uma política universal não alcança a população negra, ela não é universal.

Temos trabalhado a perspectiva de que todas as políticas públicas precisam ter na sua centralidade a perspectiva racial, porque a população negra brasileira é 52,9% do povo deste País.

Pode passar.

Hoje, no Brasil, cinco jovens negros são assassinados a cada duas horas. Ou seja, dá uma média de 60 jovens por dia. É como se caíssem dois aviões lotados de jovens e a maioria desses jovens fossem negros.

Pode passar.

Paralelamente a isso, em 2013, a cada dia, seis civis foram mortos por policiais. Então a gente tem aí um mito de que os policiais estão sendo mortos, tem uma violência contra a polícia. Sim, há policiais morrendo, mas o número de pessoas sendo mortas pelas mãos das forças policiais é maior do que o número de policiais que estão sendo vitimados.

Então, comparando os dados do Brasil e dos Estados Unidos, 490 policiais tiveram mortes violentas no ano de 2013. Nos últimos cinco anos, temos a soma de 1.770 policiais vitimados. No mesmo período, a polícia brasileira matou o equivalente ao que os policiais americanos mataram em 30 anos. Então, em cinco anos, a polícia brasileira matou mais do que a polícia norte-americana em 30 anos. Esses dados são do anuário da segurança pública.

Pode passar.

São dois jovens negros assassinados por hora no Brasil.

Pode passar.

Confirmando essa reflexão, os dados sobre o extermínio de jovens no Brasil apontam que a maioria dos jovens assassinados são negros, em todos os Estados, em praticamente todos os Estados. E há desigualdade,

porque a diferença entre a quantidade de jovens brancos e a quantidade de jovens negros assassinada é muito alta. Todos os Estados brasileiros, inclusive o Piauí, que tem os dados menos graves, têm dados de violência superiores aos dados de países em contexto de guerra. O que significa que essa situação não é mais aceitável.

Se o Estado brasileiro, se nós, das instituições públicas, tivéssemos conseguido escutar o que os MCs das periferias brasileiras cantaram nas décadas de 80, 90 e no ano 2000, talvez nós já tivéssemos conseguido entender a gravidade e a urgência desse problema, que atinge principalmente as periferias brasileiras.

Pode passar.

O racismo é o principal determinante das mortes dos jovens no Brasil. Esses dados evidenciam isso. A violência no Brasil é um problema multicausal, mas o racismo é o determinante principal da ocorrência dessas mortes e precisa ser identificado e tratado com a complexidade e a gravidade que exige.

Pode passar.

Vemos, nas abordagens policiais e em diversas cenas de violência, que o adolescente negro não é tratado como adolescente ou como jovem, ele é tratado como marginal. E esse estigma legitima a autorização de matar e de prender. Nesse sentido, a redução da maioridade penal é uma proposta que vai contra todas as iniciativas de promoção dos direitos humanos e de construção da democracia, porque o Estado brasileiro está ainda no processo inicial de construção da garantia dos direitos dessa população. Então, não podemos parar um sistema socioeducativo, não podemos parar de investir nos Sinase, antes de concluir a efetivação desse investimento. Nós ainda não conseguimos colocar esse sistema socioeducativo para funcionar na sua plenitude. E aí vamos tentar reduzir a idade penal agora? Isso vai provocar uma maior criminalização da juventude negra e um maior aprisionamento dessa juventude. Além do que, essa proposta pode ocasionar também um grande gargalo nas instituições que já estão aí sobrecarregadas para cuidar dessa temática.

Outro ponto importante a dizer nesse momento é que, além de garantir os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens no Brasil, nós precisamos aprimorar a nossa política sobre drogas, para que esses adolescentes e jovens possam ter aí a possibilidade de exercício da sua cidadania de forma mais completa.

Pode passar.

Então, como eu já disse, 52,9% da população brasileira hoje são compostos por pessoas negras e 58% dos jovens brasileiros se autodeclararam negros. Quanto a essa grande autodeclaração da juventude, nós levantamos a hipótese que tem a ver com os resultados positivos da Lei nº 10.639, que impõe o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. Na medida em que você tem a possibilidade de conhecer a sua história e a sua cultura de forma positiva, você tem mais possibilidade de se autodeclarar, de se reconhecer pertencente a essa raça.

Pode passar.

A violência é um dos problemas que mais preocupam a juventude brasileira. A cada quatro jovens, um já teve a experiência de perder um parente, um amigo, um vizinho, uma pessoa próxima. Mais da metade dessa juventude está aí perdendo pessoas. Essa experiência da morte – tanto matar quanto presenciar uma morte ou perder um parente – gera impactos físicos, psicológicos não só na família de quem morre, mas também na pessoa que mata.

No Brasil, hoje, há um baixíssimo índice de investigação dos homicídios, e a gente precisa investigar mais os homicídios e também possibilitar um conjunto de política de proteção e cuidado das pessoas que sobrevivem a essa violência.

Pode passar.

Como eu já havia dito, a maior parte das vítimas dos homicídios, em 2012/2013, eram jovens negros. Os dados que trago aqui são do Datasus e apontam que 93,4% das vítimas de homicídios, em 2012, eram jovens negros – geralmente jovens negros, do sexo masculino, moradores das periferias. Esse dado vai demonstrando como o racismo é determinante na ocorrência dessas mortes.

Pode passar.

Vale ressaltar também que, mesmo entre os policiais mortos, o número de policiais negros mortos é também muito grande.

Esse mapa traz para nós as taxas de homicídios nos Estados. Em todos os Estados brasileiros, a gente tem uma taxa de homicídios muito maior do que a permitida. Então, nenhum Estado brasileiro está confortável em relação a essa situação da violência.

Pode passar.

O risco por Estado. A gente classifica assim: há Estados em que a situação de violência está um pouco mais grave – em todos, está grave –, mas em alguns, como Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e o próprio DF, há índices de assassinatos de jovens negros muito maiores que os índices de assassinatos de jovens brancos. Então, a chance de um jovem negro ser assassinado é muito maior do que a chance de um jovem branco ser

assassinado. Por isso, muitas vezes, as mães de adolescentes negros se preocupam muito, quando seu filho vai para a escola, se ele vai voltar no fim de dia, porque pode ser que ele não volte e pode ser que ele volte tendo vivido algum tipo de violência nesse percurso entre a casa e a escola.

Pode passar.

Esse dado também é do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e traz uma informação muito importante, uma reflexão muito importante. No sistema prisional adulto, 49% das pessoas estão presas por causa de crimes patrimoniais; 26%, por causa de crimes relacionados a drogas; e 12%, apenas por homicídios. Então, esse dado é muito parecido com o do sistema socioeducativo e demonstra que nós estamos muito mais preocupados, como Estado, em defender o patrimônio do que em cuidar da vida, do que em salvar a vida. A gente tem muito mais ações, a gente é muito mais eficiente em cuidar do patrimônio, dos bens materiais do que em preservar e defender a vida das pessoas.

Os dados um pouquinho acima demonstram também que a maior parte das pessoas presas, encarceradas e mortas são jovens negros.

Pode passar.

Esse dado – também para gente pensar um pouco – é em relação aos dados que a gente tem dos policiais que foram mortos em 2012. A maior parte dos policiais assassinados foram mortos no horário de folga. A gente não tem os dados de alguns Estados, mas, segundo os dados que a gente tem da maioria dos Estados, a maioria dos homicídios de policiais ocorre no horário de folga, o que nos leva a refletir sobre a real importância do porte de arma fora do horário de trabalho e também sobre a possibilidade de envolvimento com milícias ou outras formas de organização criminosa.

Pode passar.

Então, prevenir a violência contra a juventude negra implica reconhecer os jovens negros como sujeitos de direitos e desconstruir uma série de estereótipos que estão aí postos contra essa juventude; significa identificar formas invisibilizadas e naturalizadas de violência e operar articuladamente para a sua desconstrução.

Muitas vezes, as instituições estão aí reproduzindo uma série de violências sem se dar conta, sem nomear que determinado tipo de tratamento ou omissão é violência. Então, um dos passos para a prevenção à violência é essa desconstrução.

Outra coisa importante é gerar condições subjetivas e objetivas para ampliar os campos de possibilidades dos jovens negros, incidir de forma afirmativa na trajetória de vida desses jovens. Então, a este ponto eu volto mais uma vez. Nós precisamos investir em esportes, em cultura, em lazer, na arte, no trabalho, na profissionalização desses jovens. Precisamos qualificar o sistema socioeducativo, porque, se o sistema socioeducativo funcionasse como pontos de cultura, por exemplo; se, ao entrar no sistema socioeducativo, o adolescente tivesse acesso a uma gama de possibilidades que estão previstas no Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a possibilidade de recuperação seria ainda muito maior.

Hoje, o sistema socioeducativo, comparando com o sistema prisional adulto, é muito mais eficaz e eficiente. Se ele recebesse o aporte de recursos adequado, ele poderia dar um salto de qualidade no trabalho que já vem sendo desenvolvido. Então, colaborar para que os sujeitos negros possam experienciar a condição juvenil com pleno bem-estar físico, mental e social, seja qual for o seu sexo, a sua orientação sexual e a sua origem social.

A questão de gênero implica muito também nas formas como esses jovens vão morrer. As mulheres jovens também estão sendo assassinadas, porém em número menor. Mas o processo em que essas mulheres são assassinadas envolve um requinte de tortura e crueldade muito grande. Muitas vezes, envolve uma série de violências físicas, psicológicas e até sexuais que precedem essa morte. Então, é preciso também pensar nas especificidades. Os jovens LGBTs também têm sido assassinados, e essa violência homofóbica também precisa ser vista de uma forma bastante atenta.

Pode passar.

Para organizar a nossa ação, nós vamos reconhecer o racismo como determinante de saúde, determinante dessas mortes e determinante do funcionamento de diversas instituições. Vamos reconhecer tanto o racismo quanto os padrões de heteronormatividade atuando articulados para configurar essas mortes. E aí também pensar que é inadmissível discutir a questão da violência, da saúde, da segurança pública e a própria democracia sem perceber o quanto as relações raciais, as relações de gênero e o recorte geracional impactam nessa construção.

Pode passar.

Então, nesse sentido, considerando todo esse conteúdo que nós vimos trabalhando desde 2011, o Plano Juventude Viva tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade de jovens negros à violência e prevenir a ocorrência

de homicídios. Ele opera como uma metodologia, uma estratégia de mobilização e organização da gestão pública e da sociedade civil, com foco em 142 Municípios, que apresentam 70% dos homicídios dos jovens negros.

Pode passar.

Então, o Plano luta pela vida dos jovens negros e busca contribuir cotidianamente para garantir a ampliação dos direitos dessa juventude, no esforço articulado de colocar em conjunto a atuação de diversos ministérios e da sociedade civil.

Pode passar.

Então é isto, a articulação desses esforços vai não só no nível ministerial, que é uma das atuações do Juventude Viva, mas também na articulação interfederativa. Então, o plano convoca Estados, Municípios para poder dialogar e trabalhar conjuntamente, além da sociedade civil e de outros Poderes além do Executivo.

Pode passar.

O plano tem quatro eixos. Na verdade, estamos chamando esses quatro eixos de quatro diretrizes de atuação, que são: a desconstrução da cultura de violência; a inclusão, a oportunidade e a garantia de direitos; a transformação dos territórios e o aperfeiçoamento institucional.

E ele envolve 11 ministérios nesse esforço de tentar garantir que as políticas públicas adequadas cheguem nesses territórios onde há maior vulnerabilidade da juventude.

Pode passar.

Já falei das diretrizes.

Pode passar.

Então, de 2011. O plano começou a ser pensado em 2011, ele vai para a rua em 2012, e, de lá para cá, a gente tem alguns avanços importantes. O principal deles é o reconhecimento do tema da violência contra a juventude negra como prioridade na agenda política nacional. Não há mais como negar a importância e a urgência de se enfrentar esse fenômeno do assassinato de jovens negros.

Em muitos Estados e em muitos Municípios, a gente tem ido acompanhar atividades, conversar com as comunidades, estar em relação com a sociedade civil. E as pessoas têm dito que o que está acontecendo não é um assassinato de jovens; é um processo de extermínio, porque as mortes são muito violentas. Geralmente, esses jovens estão sendo assassinados com quatro, cinco, seis tiros. Então, assim, tem um caráter de tentativa de eliminação brutal. Esse é um dado para o qual a gente chama a atenção.

Mas, pensando entre os avanços do plano, há a construção de uma campanha de prevenção à violência, a articulação de diferentes poderes e a atuação conjunta em torno do protocolo de redução das barreiras para o acesso à Justiça para a juventude negra, que é uma atuação que a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e a SNJ (Secretaria Nacional de Juventude) têm junto ao Conselho Nacional do Ministério Público e a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Pode passar.

A partir do ano de 2013, o Plano Juventude Viva, de 2013 e 2014, começou a desenvolver ações nos Territórios. Então, nesse período, foram desenvolvidas mais de 1500 atividades em 86 Municípios, e essas atividades estão mais ou menos organizadas nesse sentido. Sabemos que 44% dessas atividades têm a ver com o aperfeiçoamento institucional, com a busca de aprimorar gestão pública; 33% com a desconstrução da cultura de violência; 9% com a transformação dos Territórios, e 14% com a inclusão de oportunidades e garantias de direitos. Então, com a articulação desses elementos é que o plano se propõe a transformar as realidades dos jovens.

Pode passar.

Aqui nessa primeira etapa, como falei anteriormente, o Plano Juventude Viva agora está passando por um processo de redesenho. Estamos pensando como aprimorar, o que podemos aprender com essa experiência que vivemos de 2011 até aqui e o que pode ser potencializado. E, nesse sentido, nessa primeira etapa, a gente teve o envolvimento de diversas políticas públicas, entre elas o Nufac (Núcleo de Formação de Agentes de Cultura para a Juventude Negra), o Estação Juventude, o Mulheres da Paz, o Pronatec, vários projetos Pontos de Cultura colaboraram com o desenvolvimento do plano até aqui. Agora, a gente está pensando como será esse desenvolvimento daqui para frente.

Pode passar.

Dentro desse processo do Juventude Viva, a gente teve a Rede Juventude Viva, que é um processo de mobilização social que envolveu centenas de organizações por todo o País e também contou com a produção de um boletim informativo periódico para que tanto as organizações, as instituições públicas, as organizações sociais, como as pessoas individualmente pudessem ter acesso ao dia a dia do plano, ao desenvolvimento de oportunidades, de editais e atividades que pudessem colaborar com o desenvolvimento de ações para o enfrentamento à violência nos Territórios.

Pode passar.

Sobre o protocolo de atuação para a redução das barreiras do acesso à Justiça já falei: é uma iniciativa que também está sendo aprimorada agora – muito exitosa – que está sendo aprimorada junto ao Conselho Nacional do Ministério Público e outros parceiros. É uma iniciativa que busca reduzir as barreiras. Há vários impedimentos institucionais e culturais que limitam o acesso dos jovens ao sistema de Justiça. Então, esse protocolo visa a estabelecer um conjunto de ações articuladas para reduzir essas barreiras.

Pode passar.

A atuação do plano nos Estados. A gente conseguiu aí chegar a vários Estados, a vários Municípios com atuações mais específicas.

Pode passar.

E, aí, a gente teve, também, um processo de adesões voluntárias e, com isso, atender, praticamente, todo o País.

Pode passar.

Tivemos lançamentos do plano em Alagoas, na Paraíba, no Distrito Federal, no Município de São Paulo, na Bahia, no Espírito Santo e também no Rio Grande do Sul.

Pode passar.

Há outros Estados, também, que desenvolveram atividades de forma mais autônoma.

Estou quase acabando, tá?

Então, a gente desenvolveu uma plataforma de diagnóstico. Esses relatórios sociais foram desenvolvidos juntos com o MDS e, entrando nessa plataforma, está disponível no *site* da SEPPIR – no caso, esse no *site* do MDS. Nesses boletins de informação social, o Município pode ter acesso aos dados do seu Estado, do Município – basta clicar ali e fazer a consulta. Isso ajuda o diagnóstico de uma forma rápida, prática e bastante eficiente.

Pode passar.

Aí, também, a gente tem os boletins de informação social que geram dados com o recorte de raça/cor para cada Estado, além, também, das publicações dos mapas da violência, do encarceramento, que não estão na publicação, mas estão disponíveis no portal.

Pode passar.

Aí, podemos ver as ferramentas do nosso diagnóstico.

Pode passar.

E, aí, um pouquinho das ações que a gente desenvolveu no Juventude Viva, para se ter uma noção de como essa política chegou aos territórios, mas ainda precisa ser fortalecida. O Juventude Viva contou com um orçamento muito limitado, e isso foi um impedimento para que a gente pudesse avançar ainda mais no desenvolvimento da política. E a gente espera poder, a partir de agora, nesta segunda fase, contar com o orçamento mais fortalecido para o desenvolvimento das atividades.

É importante dizer que o Estado pode escolher em que vai investir, e podemos fazer um investimento perecível, que não vai ter um retorno, ou podemos escolher fazer um investimento duradouro. E, aí, fazer esse investimento duradouro é investir positivamente na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento de atividades ligadas diretamente a esses jovens.

Então, muito mais do que produzir cadeias e reduzir a idade penal, precisamos desenvolver um conjunto de políticas que colaborem para o desenvolvimento da vida e dos direitos dessa juventude.

É isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Portanto, vimos aí mais uma...

Mas quero convidar para assumir a presidência, aqui, a Presidente da CPI, que é a nossa Senadora Lídice da Mata.

Uma salva de palmas para ela. (Palmas.)

(Pausa.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero, antes de mais nada, agradecer ao tão dedicado Senador Telmário Mota, que me substituiu no início desta reunião porque tive que viajar para o interior da Bahia e só pude pegar o último voo do Estado para cá, que é às 18h.

Então, quero agradecer ao nosso companheiro Telmário, que tem também dado grande contribuição aqui, ao nosso trabalho.

Agradeço ao Senador Lindbergh, nosso Relator, que tem acompanhado de perto todas as nossas audiências e todo o nosso trabalho.

Quero registrar a presença de Tâmara Terso, secretária-executiva do Conselho Nacional de Juventude, e Marcos Silva, membro da Comissão de Acompanhamento de Política e Programas (CAPP) do Conselho Nacional de Juventude.

Vamos ouvir, agora, o nosso último expositor, o jovem coordenador do grupo de trabalho da Juventude Negra, do Conselho Nacional de Juventude, o Conjuve, Walmyr Júnior. Aliás, o Conjuve é parte integrante desta CPI, porque, a partir de uma audiência pública que realizamos na Comissão de Direitos Humanos sobre a violência, onde o Conjuve esteve presente, nos apresentou a proposta de formulação desta CPI.

Então, parabeno também o trabalho do Conjuve na direção de que pudéssemos trazer o Parlamento a uma posição de investigar e participar de forma mais definida, assumindo uma responsabilidade com aquilo que acontece no País com relação à nossa juventude.

Concedo a palavra ao Sr. Walmyr Júnior.

Não sei quanto tempo foi estipulado, mas imagino que tenha sido o padrão de 15 minutos.

O SR. WALMYR JÚNIOR – Muito obrigado, Senadora.

Saúdo a todos e todas da Mesa. Para mim, é uma grande alegria estar aqui representando o Conselho Nacional de Juventude, assim como também representar a Secretaria Nacional de Juventude.

Como a Senadora me apresentou, meu nome é Walmyr Júnior. Acredito que a não exposição de dados é muito fruto de uma tentativa de trazer para aquilo que é empírico, para aquilo que é prático, para aquilo que faz parte da praxe e do cotidiano da juventude negra, principalmente moradora da favela. Hoje, tenho muito orgulho de falar e de pertencer a esse grupo e de fazer desse território que é tão criminalizado a afirmação do meu espaço como meu direito também à cidade.

Hoje, sou formado em História pela PUC-Rio e moro no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, e tenho a honra de representar o Coletivo Nacional de Juventude Negra Enegrecer no Conselho Nacional de Juventude.

Quero saudar também meus amigos e companheiros do GT de Juventude Negra. A Rúbia, o Giovani e o Lucas estão ali atrás e também compõem comigo esse GT, no qual trazemos uma impressão dessa ótica da vivência no cotidiano da periferia como aqueles e aquelas que estão na linha de frente do enfrentamento a essa violência que a juventude tanto sofre no nosso cotidiano.

Não quero repetir os dados que já foram passados, mas não podemos abrir mão de falar e de revelar que não só um extermínio que a juventude vem sofrendo, como foi bem apresentado nos dados aqui da SEPPIR, mas, sim, afirmar que nós, juventude negra da favela, estamos sofrendo um verdadeiro genocídio, porque é inadmissível olhar para uma fatalidade e uma estatística na qual vemos que mais de 70% dos casos de homicídio do nosso País envolvem, de fato, a população negra. Para chegarmos a uma somatória um pouco mais fácil – sou da área de humanas, não sou das exatas: para cada quatro jovens assassinados no Brasil, três são negros. Assim, não há como não falarmos que existe um genocídio implementado, uma tentativa de invisibilizar um povo que, desde a fundação deste País, desde a colonização dessas terras, é discriminado, é excluído socialmente.

Não temos como falar do extermínio da juventude no Brasil e dos genocídios da população negra sem falar de tudo aquilo que aqueles e aquelas que são, de fato, a herança histórica deste País sofreram nos tempos da escravidão, sofreram nos tempos da senzala e sofrem até hoje nas senzalas da favela, nas senzalas dos guetos, nas senzalas das periferias.

Queria reafirmar alguns dados que foram apresentados aqui. Para além dos 30 mil jovens mortos por ano, em que compreendemos que 71% dessa população são negras e negros, estamos falando também em um sistema genocida que mata o jovem e destrutura toda a camada grande da sociedade. Então, para que possamos falar daquilo que acontece no cotidiano da juventude, é necessário que façamos uma análise de fato social do contexto em que esse jovem está vivendo hoje.

Qual o contexto que a juventude vive hoje que a leva a ter uma acentuação tão grande com esse impacto da violência no Brasil?

Qual é o cotidiano dessa juventude e onde essa juventude está hoje que a faz tão refém dessa violência? Quais são os mecanismos de políticas públicas que chegam, de fato, ao encontro dessa juventude e que fazem com que ela tenha direito de viver e direito de viver com dignidade?

Hoje, a juventude vive cerceada pela violência, não só pela ausência de políticas públicas, como também pela afirmação de uma práxis que tem, por finalidade, exterminar não só esse jovem, como também toda a estrutura social e cultural que ele vive no seu cotidiano.

Queria falar um pouquinho da minha experiência como morador da favela.

O microfone está desligado, não está? Está indo aí? Então, desculpe-me.

Queria falar da minha experiência como jovem da favela. Eu vi aqueles dados e aquelas estatísticas passarem por toda a minha história de vida. Vi, no meu cotidiano, primos, tios, amigos de infância morrerem, serem exterminados por esse sistema que está vigente. Vi muitos amigos meus – inclusive encontrei com um nessa semana, que acabou de sair do sistema penitenciário – sendo presos, e eu tive a sorte, a felicidade, de ser um sobrevivente em meio a tantas estatísticas negativas que envolvem o jovem da favela.

No Brasil, há uma alta criminalidade, há uma acentuação muito grande da violência, que é fruto daquilo que é imposto para a sociedade hoje, que é o quê? É o modelo econômico vigente, que faz com que a desigualdade social entre numa disparidade tão grande, em que aqueles que têm muito continuam fazendo manutenção dos seus privilégios em detrimento daqueles que não têm nada, em detrimento daqueles que estão totalmente à margem da sociedade. Quando a gente fala marginalizado, uma população historicamente marginalizada, é que ela está à margem da sociedade; ela não faz parte desse conceito de sociedade que a gente entende hoje.

Não há como eu pegar um jovem que hoje entra em conflito com a lei, um jovem que hoje comete um delito infracional e é julgado pelo sistema, como membro dessa sociedade vigente, porque, do mesmo jeito que ele é um sujeito de deveres, ele também é um sujeito de direitos, direitos que lhe são negados desde o seu nascimento. Esses direitos lhe são negados desde quando o seu pai e a sua mãe vão para o mercado de trabalho e não encontram emprego, e, quando encontram emprego, esse emprego é subalternizado: é um emprego que se percebe nitidamente que não proporciona que o filho ou a filha daquele pedreiro, daquela faxineira, daquela empregada doméstica, daquele atendente de loja vá fazer parte dessa sociedade que está em disputa. Falo dessa sociedade que está em disputa no sentido da ascensão hoje de uma nova classe média que se está empoderando economicamente, fruto das políticas desenvolvidas nos últimos 12 anos de governo, mas que ainda não garante que a totalidade da população historicamente marginalizada tenha acesso aos mesmos direitos da população economicamente estável.

Estou meio gripado aqui, vou beber um gole d'água.

Uma outra coisa que eu anotei aqui, que eu acho que é importante a gente salientar, são essas vidas desestruturadas do nosso contexto social. Eu digo isso porque tive um pai que foi dependente químico: meu pai foi dependente a vida toda e faleceu por conta do uso desenfreado de substâncias tóxicas; vi a minha infância sendo marginalizada pelo consumo desenfreado de drogas do meu pai. O dinheiro que o meu pai investia dentro de casa era unicamente para poder fazer a manutenção do arroz e do feijão, porque a nossa feira, dia de domingo, era uma feira às avessas: ao contrário de toda a população que frequenta feira e passa pelo centro da feira para escolher o que está à direita e à esquerda, nós passamos pela parte de trás para pegar as sobras. Esse é o cotidiano das crianças de hoje e da juventude que está dentro da favela, que vive uma situação economicamente precarizada, uma situação que infelizmente não garante que ele tenha roupas, não garante que ele tenha um telefone, não garante que ele tenha tudo aquilo que o modelo econômico vigente impõe que esse jovem, que esse adolescente, consuma hoje.

Hoje, existe um impacto direto na situação da criminalidade, vindo exponencialmente por uma parcela da juventude que, infelizmente, não tem acesso àquilo que a sociedade está impondo.

Quando o papai levava a gente para a feira, era para poder ajudar nas compras. Então, eu e minha irmã íamos ajudá-lo e carregávamos aquelas bolsas das sobras das comidas que o feirante não vendia.

Mamãe teve que trabalhar duramente como auxiliar de limpeza para poder ajudar nas finanças de casa, mas mamãe ela tinha um problema cardiovascular, Senadora, que impedia que ela trabalhasse: ela tinha entupimento na artéria e, infelizmente, ela não podia trabalhar porque, desenvolvendo mais estresse, mais desgaste físico, uma nova cirurgia ela tinha que fazer.

Só que meu pai pegava todo o dinheiro, Senadora, e gastava em drogas. O que minha mãe tinha que fazer para botar comida dentro de casa? Trabalhar. Minha mãe foi trabalhar e, quando eu tinha 12 anos de idade, teve uma insuficiência cardiorrespiratória, teve uma parada cardíaca dentro de casa, caiu da cama, bateu a cabeça e veio a ter um óbito depois de três dias internada; papai faleceu cinco anos depois por causa de dependência química.

O jovem da favela hoje vive uma realidade social diferente daquilo que a grande mídia passa. A grande mídia vai falar de um conceito de família, um conceito de desenvolvimento de uma juventude que está dentro de uma família, na qual há o estereótipo de reprodução que faz com que esse indivíduo não opte pela vida digna porque ele não quer; que ele não opte por estudar porque ele não quer; que ele não opte por trabalhar porque ele não quer. Isso é mentira! Isso é mentira! Porque o modelo vigente hoje e a realidade social dentro da periferia revelam cada dia mais que essa juventude está marginalizada porque não chega uma assistência pública; não chega direito; não chega, para aquele jovem que está dentro da periferia, a cultura; não chega a educação; não chega saneamento básico.

Eu lembro que na favela que eu morava, na Cidade Alta, não tinha água. Depois que eu me mudei para o Complexo da Maré, para morar com minha avó, não tinha saneamento básico: a gente tinha que passar por cima da vala, a vala a céu aberto, esgoto a céu aberto, e nós tínhamos que passar por ali.

Quando a gente vai pegar o contexto histórico da juventude que entra em conflito com a lei ou da juventude que está sendo exterminada hoje, a gente tem que fazer uma análise antropológica sobre qual a realidade social que esse jovem está vivendo hoje.

O que o jovem da favela vive hoje que o leva a entrar em conflito com a lei?

O jovem não tem acesso à cultura. A única cultura que ele tem é o *funk*, e o *funk* na favela é a cultura; só que no asfalto ele é criminalizado. Olham para o baile da favela como a reprodução de um discurso do traficante, uma implementação de poder do traficante, do grande dono da boca de fumo. Isso é errôneo, porque a molecada que está no baile de favela só quer ter acesso ao lazer, coisa que ele nunca teve. A única coisa que tem dentro da favela Marcílio Dias, no Complexo da Maré, de atrativo para a juventude é um campo de futebol. Mais nada! Mais nada!

Então, não tem como a gente olhar para esse jovem que entra em conflito com a lei hoje e não fazer uma análise sociológica.

O mercado de trabalho para essa juventude como anda hoje?

Hoje, jovem preto da favela que tem uma linguagem coloquial, tem um discurso próprio, tem oratória própria, tem uma estética própria, não é aceito no mercado de trabalho. A mulher negra hoje vive uma grande ditadura imposta pelo sistema, uma grande ditadura que impõe a ela um modelo de beleza, e, se ela não se adequar a esse padrão de estética, a esse padrão de beleza, ela não arruma vaga no mercado de trabalho, ela não é bem aceita no mercado de trabalho, ela não é bem aceita dentro dos seus próprios relacionamentos sociais.

A população na favela hoje, que é criminalizada, vive uma síndrome herdada pelos nossos ancestrais. Logo após a abolição da escravidão, o crime de capoeira e o crime de vadiagem foram colocados à tona para invisibilizar e encarcerar uma população que não tinha acesso a educação, a moradia, a emprego. Essa mesma população que foi escravizada, que, no mito da abolição da escravatura, teve a sua liberdade concedida, não teve liberdade: ela estava escrava do sistema e, mais uma vez, teve que viver à margem da sociedade, ocupando as periferias, ocupando os morros, para ter pelo menos um lugar para sobreviver.

(*Soa a campanha.*)

O SR. WALMYR JÚNIOR – Eu quero falar, para encerrar e concluir a minha fala, que hoje a criminalização da população negra é fruto do racismo institucional, que está tão vigente, que ainda faz a manutenção desse sistema escravocrata que criminalizou a vadiagem e criminalizou a capoeira. Hoje, criminaliza o pobre negro. Hoje, o sistema de política pública de segurança criminaliza a juventude negra porque ele olha para o preto andando pela rua e o caracteriza como indivíduo subversivo; aquele estereótipo de um meliante que pode causar um perigo para a sociedade. Eu, hoje, jovem negro, andando pelas ruas do Rio de Janeiro, sou parado, sou revistado pela Polícia Militar sem motivo algum, pelo simples fato de eu ser negro e representar um perigo para a sociedade. Hoje, a criminalização da juventude negra é um reflexo do racismo institucional.

Não podemos nos isentar desse debate. Não podemos deixar de falar que essa população que historicamente foi escravizada, que historicamente foi marginalizada, é a mesma população que está sendo marginalizada hoje. Não podemos deixar de falar que a política de segurança pública do Estado hoje olha para o indivíduo negro e o considera como um indivíduo perigoso para a sociedade.

Os modelos de militarização da sociedade apresentam um retrocesso e permitem a manutenção de uma polícia que guarda somente a guarda real, que só protege a classe média. É inadmissível que nós não possamos pautar uma política de segurança pública que seja desmilitarizada, porque sabemos que a militarização da sociedade foi imposta para garantir os privilégios de uma classe social que hegemonicamente é branca na sua grande maioria, que faz uso das grandes riquezas da nossa sociedade, que explora a classe trabalhadora, que explora a população marginalizada.

Em relação a essa mesma Polícia Militar, eu fiquei curioso para saber daqueles dados que falavam sobre o extermínio, a morte dos policiais negros. Não falou da polícia do Rio de Janeiro. Fiquei curioso. Eu até comentava aqui com o Dr. Cláudio sobre onde estão os dados da polícia do Rio de Janeiro, que é a polícia que mais mata neste País. Onde estão os dados que envolvem, de fato, não só a morte dos policiais militares, mas também os homicídios que eles cometem?

Há falta de preparo da Polícia Militar para poder encarar o problema da segurança pública de hoje. Onde estão, de fato, aqueles policiais militares e aquele modelo de segurança pública que tende, por finalidade, a fazer o que fizeram com o Amarildo, com a Cláudia, com os meninos do Cabula, na Bahia?

Em tantos outros lugares, a gente vê essa mesma população negra sendo exterminada por uma política de segurança pública que faz de conta que nada acontece e joga as contas nos autos de resistência, e faz com que os autos de resistência sejam só mesmo mais um artifício para encobrir os crimes que se cometem.

Para encerrar, não tem como a gente falar do assassinato de jovens na periferia sem falar no mito da guerra às drogas, que implementaram dentro do modelo de segurança pública para poder criminalizar o tráfico varejista dentro das comunidades periféricas. Esse mesmo tráfico varejista, que é criminalizado pelo modelo de segurança pública, na verdade encoberta os grandes traficantes internacionais e nacionais dentro do nosso País. Faz com que a política de segurança pública não invista de fato no grande tráfico de drogas; faz

com que a política de segurança pública não investigue de fato quem são os grandes traficantes, e criminalize a juventude negra que está traficando dentro da favela.

Para encerrar minha fala, vou pegar uma frase sobre a qual é interessante a gente pensar. Esse extermínio da juventude mata os jovens na melhor fase de vida – o jovem que possivelmente seria economicamente ativo, estaria no ápice da sua capacidade criativa, no ápice da sua produção cultural, no ápice do seu desenvolvimento técnico-científico, que teria de tudo para poder ingressar no sistema universitário e ser um diferencial na sociedade de hoje.

É importante falar, e aí eu acho que encerro a minha fala por aqui, que a militarização da vida do povo da favela, pela qual hoje o Rio de Janeiro sofre os efeitos do processo, entre aspas, de “pacificação” do nosso Estado, implementa uma ideia tão racista e tão militarizada que a transfere para esse jovem negro da periferia, que a transfere a esse indivíduo que está sendo uma possibilidade, que está no seu ápice, que está no seu cume de desenvolvimento social, transformando-o num inimigo nacional. Isso faz com que eu, jovem e negro, seja um inimigo do Estado.

Quero falar para todos e todas aqui presentes que eu não sou inimigo. Eu faço parte desse corpo social. Represento, assim como demais companheiros e companheiras, essa sociedade civil que é tão repressora, que é tão humilhante, que constrange tanto cada um e cada uma, a ponto de, no último carnaval do Rio de Janeiro, uma semana antecedendo o carnaval, eu estar no bairro da Lapa, aproveitando um bloco de carnaval, quando a Polícia Militar se aproximou de mim porque um jovem negro, morador de rua, se aproximou para pedir dinheiro. Eu estava no meio de um bloco, naquela confusão, e o policial disse: “Encosta aí que eu vou te revistar”. “Por quê?” “Porque você estava conversando com aquele menino ali, e ele vende droga aqui na Lapa.” Eu falei: “Meu camarada, tudo bem, mas eu não tenho drogas aqui comigo; você pode me revistar”. Ele: “Não, está bem, eu vou te revistar”. E começou a me revistar. Eu disse: “Olha, você vai revistar, tudo bem; pode continuar me revistando, mas, assim como eu sou suspeito, todas essas pessoas que estão aqui no bloco são suspeitas; todas elas também foram abordadas por esse mesmo menino. Ele pediu dinheiro a todas e a todos aqui, e você só vai revistar a mim? Você está certo. Pode revistar.” Ele falou: “Rapaz, para de ser abusado”. “Eu não sou abusado, só estou falando que estou estranhando você me considerar um indivíduo suspeito, sendo que tem um monte de gente aqui do meu lado.” “Rapaz, isso é... Você está desacatando a minha autoridade de policial.” “Não, eu estou te permitindo me revistar.” “Rapaz, quer saber de uma coisa? Eu vou te levar comigo.” Ele dobrou o meu braço, me levou para o outro lado da rua e me colocou de cara para a parede. Nisso, as pessoas do bloco viram, o samba parou, e aquele policial me deu voz de prisão por ter desacatado a autoridade dele. Eu falei: “Eu vou acionar a Polícia Civil, vou exigir que a Polícia Civil incrimine o senhor por abuso de autoridade, porque eu estou permitindo a minha revista. Sou um cidadão livre como qualquer um ou qualquer uma que está aqui, e não sou um indivíduo suspeito só porque eu sou preto. Não sou indivíduo suspeito só porque eu sou preto. Não te permito me caracterizar como indivíduo subversivo só porque eu sou preto e morador da favela.”

Ele nem sabia que eu era morador da favela. Ele nem sabia que eu morava na favela, mas, pelo fato de eu trazer sobre a minha pele, sobre a minha estética, sobre a minha representação social e cultural, o histórico daqueles que são historicamente marginalizados neste País, eu me tornei um indivíduo subversivo.

A importância desta CPI do Assassinato da Juventude, do Assassinato de Jovens é poder jogar na cara da sociedade que ela é racista, que ela é genocida e que ela tem um projeto para exterminar o seu futuro.

Muito obrigado.

Boa noite a todos e a todas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada Walmyr Júnior, que, com seu depoimento, enriquece o nosso trabalho, que vem, cada dia mais, acumulando informações a respeito dessa situação extremamente grave por que passa a juventude negra no nosso País; a juventude que tem ficado cada vez mais sob a situação de uma repressão permanente às suas ações, principalmente na rua.

Antes de ler os requerimentos que devemos aprovar aqui, quero ler também contribuições do Portal e-Cidadania. Nós temos uma audiência pública interativa, e todos os dias na nossa Comissão há contribuições às vezes fora deste momento; depois recebemos cartas e e-mails, e buscamos dar conhecimento a todos.

Cidadão via Alô Senado. Carlos Murilo Santos Carvalho de São Paulo:

Olá, gostaria de expressar aqui a importância de debater o [que] os autos de resistência têm de positivo para o País. A Anistia Internacional no Brasil acaba de lançar a campanha ‘Jovem Negro Vivo’ diante dos dados estereotipados da juventude brasileira.

Também Carlos Murilo Santos Carvalho volta a falar aqui com outra mensagem:

Setenta e sete por cento dos jovens que morrem são negros, dessa maioria, homens. As ações do auto de resistência têm muito a ver com essa realidade. Enquanto o Legislativo não tomar partido desse tema, nossa juventude ainda estará lidando com essa tragédia.

E, mais, também Carlos Murilo diz:

A Câmara está ultraconservadora. Esperar que os parlamentares discutam esse assunto é uma desilusão imensa. Sendo assim, acredito que o Senado Federal tenha direito de tomar esse debate para a população.

Eu quero agradecer a Carlos Murilo Santos Carvalho, de São Paulo, que não só está acompanhando nossa audiência pública, como participando e enviando sua opinião, que, aliás, é muito coincidente com o que temos ouvido aqui.

Não havendo quórum para que possamos aprovar os requerimentos, convocaremos uma reunião administrativa durante a semana, provavelmente na quarta-feira, para que nós possamos fazer a aprovação dos requerimentos e de outros requerimentos, aprovando, inclusive, nosso cronograma de viagens.

Pude acompanhar uma parte das perguntas feitas por Lindbergh pela Rádio Senado, enquanto vinha para cá, ao Sr. Cláudio Vieira. Creio que uma das tarefas que temos aqui agora, após o depoimento de muitas entidades – Dr. Cláudio e demais expositores – é de tentar estabelecer o desafio dos dados reais, as fontes pesquisadas, para que nós possamos combater as notícias com base em fontes que tenham um mínimo de confiabilidade, como dados oficiais que são apresentados a partir da análise da população encarcerada no País; dados do Mapa da Violência, que também tem suas fontes conhecidas; dados que foram aqui apresentados na semana passada, feitos com base no acompanhamento dos próprios registros da Polícia.

Então, é com esses dados que precisamos contar. Tenho ouvido, nessa discussão da maioria penal, contestações vindas de secretarias e de secretários de Segurança Pública no Brasil, em diversos Estados, que dizem que os dados divulgados pelo Unicef não correspondem à realidade, porque eles têm os dados reais.

No entanto, os dados com que estamos trabalhando e que estamos divulgando aqui na CPI são dados de fontes oficiais: fontes do Governo Federal trabalhando com o que há de registro dos encarceramentos no Brasil; outros dados vêm de registro dos jovens que cumprem medidas socioeducativas e que, portanto, são fornecidos a partir também daqueles jovens que estão dentro das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas e de outras pesquisas.

Então, o que conhecemos também daquilo que é divulgado pelo Unicef são pesquisas realizadas com fontes de dados conhecidos. Então, nesse debate, que creio ser extremamente importante, nós precisamos unificar as fontes e fazer um relatório oficial da CPI para a imprensa que possa dar os dados reais e oficiais em nosso País.

Eu creio que a nossa audiência hoje dá novas contribuições, porque está aqui oficialmente a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal; está aqui a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, também do Governo; e está aqui também a Secretaria Nacional de Juventude.

É a primeira vez que estamos trazendo os órgãos oficiais do Governo Federal. Até então, nós ouvimos organizações não governamentais, portanto, vindas de organizações da sociedade civil do nosso País; e, agora, ouvimos órgãos do Governo Federal.

E, sem dúvida alguma, nós vamos querer também ouvir a Secretaria, o Ministério da Justiça. Quero ter a oportunidade de ouvir o Ministro ou, mais diretamente, a Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça, porque há muitos dados que é muito importante sejam aqui debatidos – inclusive questões já colocadas aqui por diversos dos nossos debatedores, como é o Plano Nacional de Diminuição de Homicídios. A quantas anda? Por que não dá um passo adiante? Por que não se torna uma campanha nacional? Mesmo que saibamos que o impacto imediato será pequeno, mas não é possível caminhar se não for dado o primeiro passo.

Então, nós pretendemos avançar buscando ouvir o Governo Federal, com a sua responsabilidade, digamos assim, nesta discussão sobre a violência e sobre a segurança pública em nosso País, assim como pretendemos debater o modelo de segurança pública do País, porque diversos depoimentos demonstram que há muita responsabilidade na violência pelo modelo de segurança pública que temos. Há um debate no Congresso Nacional, há diversas PECs, inclusive a PEC do Senador Lindbergh Farias a respeito da reorganização das polícias no Brasil, e tudo isso é fundamental que possa passar por esta CPI.

Quero agradecer a presença de todos vocês e as contribuições que foram dadas até então e dizer que, se o Relator não tiver nada a acrescentar...

Vou passar a palavra ao Relator e, logo depois, encerrar a nossa audiência de hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quero agradecer ao Dr. Cláudio Vieira, representando a Secretaria de Direitos Humanos; à Larissa Borges, que representa aqui a SEPPIR; ao Walmyr Júnior, que é do Rio de Janeiro, Senadora Lídice, e representa a Secretaria Nacional de Juventude. Walmyr teve a oportunidade de falar quando da vinda do Papa aqui e foi o representante da juventude que falou diretamente ao Papa. Sabe, Walmyr, isso é uma coisa interessante que o marcou, mas é que esse Papa tem surpreendido tanto a gente positivamente, em defesa de belas causas, em defesa dos direitos humanos.

Mas eu queria aqui, rapidamente, Senadora Lídice, falar da importância destes próximos 15 dias. Não é o centro desta nossa CPI – o centro da nossa CPI é apurar o extermínio da juventude, em especial da juventude negra –, mas nós estamos aqui às vésperas de votar a redução da maioridade penal na Câmara e no Senado Federal.

Então, essa juventude – o termo é este mesmo – está sendo exterminada. Falava-se da situação do Rio de Janeiro. É uma juventude que está sendo exterminada pelo tráfico, pela milícia, pela polícia. E há um grau de encarceramento em massa neste País, que está em um caminho... Nós somos já a terceira maior população carcerária do mundo; passamos a Rússia.

E aqui há alguns debates – eu só queria deixar para reflexão depois – que nós temos de aprofundar também, porque estão corretos, tanto a Larissa quanto o Walmyr, quando falam da estigmatização do jovem negro.

Vemos aí a quantidade de pessoas que são presas por tráfico de drogas, tanto entre adolescentes – primeiro, patrimônio; segundo, tráfico de drogas; e, terceiro, homicídio – como entre a população adulta, em que é a mesma coisa: a proporção também é essa. E, aqui, existe uma estigmatização muito forte, porque o jovem negro que mora na periferia às vezes é autuado como traficante; às vezes, um jovem de classe média alta, em outra região mais rica das cidades, é tratado de outra forma.

E aqui é onde eu acho que a gente precisa ter coragem de depois entrar em um tema de que tenho falado sempre: a necessidade de se mudar essa lógica de política de guerra às drogas, colocando, no centro da política de segurança, a guerra às drogas. A gente tem visto que tem morrido muita gente inocente; pequenos varejistas são substituídos no outro dia; têm morrido muitos policiais – 490 policiais em 2013 não é pouca coisa. Têm sido gastos bilhões e bilhões num sistema irracional e que fracassou no mundo inteiro.

E há mais outra coisa: quando eu falo da crítica à política de guerra às drogas como um todo, nós temos de olhar que ela se expressa no território de forma diferente.

E também, da mesma forma, cito novamente o Rio de Janeiro: lá no Rio de Janeiro, não há uma política tão ostensiva de guerra às drogas em Ipanema; ninguém entra armado em Ipanema, fazendo uma operação como aquela ali. Quando se prende traficante ali, é quando se faz um trabalho de inteligência, de investigação.

Infelizmente, essa não é a realidade das regiões da periferia, das favelas do Rio de Janeiro. E, quando eu estou falando Rio de Janeiro, eu estou falando do Brasil, mas é que eu conheço mais, conheço bem a realidade do Rio de Janeiro, onde ocorre a situação em que se entra atirando para tudo que é lado com os nossos... – ajude-me, Walmyr!

O SR. WALMYR JÚNIOR – Com o Caveirão do Bope.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... com os blindados, com o Caveirão do Bope.

Então, acho que essa realidade sobre guerra às drogas, vocês do Governo – eu sei que não é um tema simples – tem que também começar a entrar nesse debate.

E, por fim, vou falar também, porque já se falou da desmilitarização. Eu acho que temos de defender o fim dos autos de resistência, mas também pensar em outra segurança pública. Temos que discutir reforma da polícia, mais policiamento de proximidade, mais policiamento comunitário, e entender que desmilitarizar não é ter uma polícia fraca – a Swat norte-americana é uma polícia civil; não é uma polícia militarizada.

A gente tem que reformar a estrutura da polícia, para que ela tenha outra forma de abordagem. E falo isso também, porque nós temos lá no Rio as UPPs, mas, em algumas regiões, a forma como está sendo implementada a ação truculenta da polícia não lembra em nada, nem de perto, o policiamento comunitário, o policiamento de proximidade. Parecem mais forças de repressão aos pobres naquelas regiões, naquelas favelas que estão ali ocupadas.

E acho que não é só isso. É uma discussão mais profunda do sistema de segurança também, quando eu falo do ciclo completo, porque só acontece no Brasil essa história de a gente ter uma polícia, que é a Polícia Militar – isso é uma jabuticaba nossa. A Polícia Militar faz o trabalho de prevenção, o policiamento ostensivo, e outra polícia, a Polícia Civil, faz um trabalho de investigação, e as duas não se gostam, as duas não trabalham de forma harmônica.

E outro ponto é a carreira única também, para a gente possibilitar a progressão: que um agente da Polícia Federal possa transformar-se em delegado; que um agente da Polícia Civil possa..., porque as polícias não se falam, a Polícia Civil e a Polícia Militar. E tem mais: elas estão completamente divididas internamente. Existem os agentes da Polícia Civil contra os delegados.

Então, temos que ir a fundo. Acho que é preciso ter coragem, para colocar o dedo nessa ferida e ver que, em resolução de homicídios no País, temos o número inferior a 8% – isso é uma vergonha!

E o que vemos no País, Senadora Lídice – já estou falando muito para encerrar –, é o extermínio da juventude. É uma loucura completa falarmos em 56 mil homicídios como um todo por ano, e, desses, mais de 30 mil sendo nossos jovens.

Eu espero que a gente consiga resistir a esta onda conservadora aqui.

E eu fico muito feliz, Senadora Lídice, de dizer que, no dia de ontem, o Rio de Janeiro foi palco de uma grande manifestação que juntou em alguns momentos mais de 10 mil pessoas no Amanhecer contra a Redução da Maioridade Penal, com artistas e com uma coisa vibrante.

Isso me leva a acreditar seja possível fazer, como no Uruguai, onde se começou o debate sobre a redução da maioridade penal, e era amplamente majoritário o sentimento da sociedade em relação à redução da maioridade penal. Mas, depois de uma campanha muito benfeita, houve uma reversão, e não foi aprovada a redução da maioridade penal.

Eu acho que aqui é uma tarefa nossa, mas é também uma tarefa da sociedade, dessa juventude, que se está organizando. A juventude estava fora do processo político – eu vejo isso no Rio de Janeiro –, mas está-se organizando para resistir a essa redução da maioridade penal.

Desculpe pelo tempo, Senadora Lídice. Acabei...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – De jeito nenhum. V. Exª tem todo o direito de falar e relatar.

Quero concordar com sua fala sobre a guerra às drogas, o quanto elas têm trazido a violência à tona no nosso País, e nós não conseguimos medir a sua eficácia.

Hoje, visitei uma escola estadual no interior da Bahia, próxima a Salvador, na terra dos meus pais, com o governador, que, em toda viagem que faz, visita uma escola pública estadual – e eu acho isso muitíssimo importante. Quando entramos no banheiro masculino, estava lá anunciado na parede um grito do território de um grupo de tráfico.

Apesar de tudo isso, de toda essa violência, o tráfico está entrando nas escolas públicas de segundo grau para disputar o jovem com o Estado, com a sociedade. Por isso mesmo, ela precisa ser revista com força, com profundidade, com discussão com especialistas, sem paixão; apenas com a paixão pela vida.

Eu quero ler a última mensagem que nós recebemos aqui, no Alô Senado, com a participação do cidadão Américo França, do Rio de Janeiro, com relação à CPI de Assassinatos de Jovens:

Penso que ‘Todo poder emana do povo’. Sendo assim, por que não criar referendo sobre o assunto? Ora, do meu ponto de vista, o ECA nasceu morto. Criança e adolescente não devem ser comparados a bandidos. Até quando suportaremos tanta violência?

Muito obrigado por sua participação, Américo França e Carlos Murilo, que deram sua contribuição ao nosso debate de hoje.

Quero agradecer novamente a cada um de vocês que, com seu depoimento, ajuda o Senado a divulgar essa realidade para o Brasil, através da TV Senado, da Rádio Senado do Portal do Senado, e ajuda também, em especial, o Senador Lindbergh Farias a organizar o seu relatório, para que possamos avançar nesse debate.

Então, mais uma vez, muito obrigada.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada a presente reunião. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(Iniciada às 19 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 47 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 17 de junho de 2015, às 15 horas e 33 minutos, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Angela Portela, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Maria do Carmo Alves, Simone Tebet e Humberto Costa**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Roberto Rocha, Paulo Paim, e Magno Malta**. Na ocasião, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
13/2015	Senador Roberto Rocha	Requer a realização de audiência pública com a participação do Dr. Eric Seba de Castro, Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil e Diretor-Geral da PCDF, o Dr. Artur Trindade Maranhão, Secretário de Segurança Pública do DF e o Dr. Augusto Barros, Diretor-geral da Polícia Civil do MA.

Requerimento nº	Autoria	Ementa
14/2015	Senadora Lídice da Mata	Requer que seja requisitada ao Diretor-Geral da Polícia Federal a cessão de dois delegados para assessorar nos trabalhos desta CPI do Assassinato de Jovens.
15/2015	Senadora Lídice da Mata	Requer a realização de Audiência Pública para debater a ação do Ministério Público no assassinato de jovens no Brasil, com a presença do Dr. Thiago André Pierobom de Ávila ? Promotor de Justiça do Ministério Público do DF e Territórios (MPDET).
16/2015	Senador Telmário Mota	Requer a realização de Audiência Pública em Roraima com os convidados listados.
17/2015	Senador Lindbergh Farias	Requer realização de Audiência Pública com Julita Lemgruber e Orlando Zaccane.
18/2015	Senadora Angela Portela	Requer o convite de Ivone Salucci para participar de Audiência Pública em Roraima.
19/2015	Senadora Lídice da Mata	Convida participantes para Audiência Pública em Luziânia.
20/2015	Senadora Angela Portela	Solicita o convite do Dr. Wellington Clay Porcino Silva para Audiência Pública em Roraima.

Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. De início, com base no art. 111 do Regimento, coloco em votação as Atas da 5ª e da 6ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras e os Srs. Senadores e Senadora que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Todos os requerimentos apresentados perante a Comissão até o momento podem ser apreciados, mediante aprovação pelo processo simbólico.

Temos os seguintes requerimentos pautados:

ITEM 1

Requerimento Nº 13/2015

Requer a realização de audiência pública com a participação do Dr. Eric Seba de Castro, Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil e Diretor-Geral da PCDF, o Dr. Artur Trindade Maranhão, Secretário de Segurança Pública do DF e o Dr. Augusto Barros, Diretor-geral da Polícia Civil do MA.

Autoria: Senador Roberto Rocha

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Aqueles que concordam... *(Pausa.)*

Melhor está me encaminhando a Secretaria da Comissão a proposta de que possamos votar em bloco. Se não houver objeção, vamos colocar os requerimentos em votação em bloco.

ITEM 2

Requerimento Nº 14/2015

Requer que seja requisitada ao Diretor-Geral da Polícia Federal a cessão de dois delegados para assessorar nos trabalhos desta CPI do Assassinato de Jovens.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 3**Requerimento Nº 15/2015**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a ação do Ministério Público no assassinato de jovens no Brasil, com a presença do Dr. Thiago André Pierobom de Ávila – Promotor de Justiça do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT).

Autoria: Senadora Lídice da Mata

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Autoria da Comissão.

ITEM 4**Requerimento Nº 16/2015**

Requer a realização de Audiência Pública em Roraima com os convidados listados.

Autoria: Senador Telmário Mota

ITEM 5**Requerimento Nº 17/2015**

Requer realização de Audiência Pública com Julita Lemgruber e Orlando Zaccone.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 6**Requerimento Nº 18/2015**

Requer o convite de Ivone Salucci para participar de Audiência Pública em Roraima.

Autoria: Senadora Angela Portela

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – As Srªs e os Srs Senadoras e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os requerimentos estão aprovados.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Srª Presidente, eu gostaria de justificar o meu pedido de inclusão da Ivone Salucci para que possa nos acompanhar em nossa audiência em Roraima – requerimento é de autoria do Senador Telmário Mota –, dada a experiência rica que ela tem em defesa das crianças e adolescentes em nosso Estado.

O Senador Telmário Mota está me colocando aqui que é importante a presença do Superintendente da Polícia Federal. Talvez seja interessante a Presidente, Senadora Lídice da Mata, incluir já nesse requerimento, além de Ivone Salucci, também o Superintendente da Polícia Federal, dado que o nosso Estado tem fronteira com dois países, a Guiana e a Venezuela.

Então, é importante que a Polícia Federal também esteja presente nesse momento do assassinato de jovens, considerando os diversos conflitos, as dificuldades intensas que temos na fronteira com a Venezuela e com a Guiana. É importante também a presença da Polícia Federal.

Então, gostaríamos de destacar, Senadora Lídice, que a presença dessas duas pessoas é de extrema relevância. Por isso, gostaríamos de justificar a inclusão dessas pessoas para possam debater conosco lá em Roraima, nesta CPI tão importante, que de forma tão interessante e comprometida tem sido conduzida por V. Exª e que tem como Relator o nosso Senador Lindbergh Farias.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Na oportunidade, levaremos o Senador Lindbergh Farias até a fronteira com a Venezuela.. *(Risos.)*

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Já que V. Exª vai à CPI, já visita o Maduro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Já que estamos em tom de brincadeira, eu vou questionar V. Exª: é necessário mesmo irmos a Roraima? *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom, eu vou transformar a termo esse requerimento de V. Exª e aprovar extrapauta essa indicação, o Requerimento nº 20. O Requerimento nº 19, se todos concordarem, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado extrapauta, lerei os requerimentos.

ITEM 7**Requerimento Nº 19/2015
(Aditamento ao Requerimento nº 10, de 2015–CPIADJ)**

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da CPI do Assassinato de Jovens nº 10, de 2015, de minha autoria, aprovado em 28 de maio de 2015, a inclusão dos seguintes convidados:

Adriana Accorsi, Deputada Estadual e Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;
Celia Mara, Juíza da Vara de Infância e Juventude de Luziânia – GO;
João Almir Sousa, Secretário de Cultura e Juventude de Luziânia – GO;
Antônio Bites Leão, Secretário de Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Juventude de Valparaíso – GO;
Igor Araújo, Secretário de Governo da Cidade Ocidental – GO;
Francisco Nilson Serafim Lopes, Secretário Municipal de Administração e Planejamento de Águas Lindas – GO;
Eduardo Gomes, Chefe do Grupo de Investigação de Homicídios de Luziânia – GO;
Dênis Meireles, Secretário de Segurança Pública de Luziânia – GO;
Lucilene Dias Cordeiro, Coordenadora do estudo “Jovens Negros e Não Negros: Mortalidade por Causas Externas na área Metropolitana de Brasília”; e
Representantes dos Movimentos Jovens de Luziânia – GO.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em votação o Requerimento nº 19, Extrapauta.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 8**Requerimento Nº 20/2015**

Solicita o convite do Dr. Wellington Clay Porcino Silva para Audiência Pública em Roraima.

Autoria: Senadora Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Os Senadores que concordam com este requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

De forma que quero apenas reafirmar que confirmando a audiência pública no Estado de Roraima no próximo dia 03. Convidamos todos os membros desta CPI para participar, acreditando e confiando que o Senador Telmário irá nos receber muitíssimo bem, juntamente com a Senadora Ângela Portela.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Até com carro de Bombeiros, se for preciso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada. É apenas uma brincadeira.

Não havendo nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2015, às 19 horas e 46 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença do Senador **Lindbergh Farias**. Deixaram de comparecer os Senadores **Telmário Mota, Roberto Rocha, Paulo Paim, Ângela Portela, Maria do Carmo Alves e Magno Malta**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença do Sr. Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência no Brasil; e Sr. Luiz Eduardo

Soares, especialista em Segurança Pública. Esteve presente ainda a Sra. Angélica Goulart, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destinar-se-á à realização de audiência pública com os pesquisadores indicados no Requerimento nº 1, de 2015, aprovado por esta Comissão.

Estão presentes o seguintes convidados:

Sr. Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência dos Jovens no Brasil, e Sr. Luiz Eduardo Soares, especialista em segurança pública.

Peço à Secretaria que imediatamente conduza e acomode à mesa nossos convidados.

Agradeço a presença do nosso Relator, Senador Lindbergh Farias. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular, como foram todas as outras. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço, www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11. Eu pedia até ao pessoal da TV Senado, se pudesse, colocar esse endereço agora aí.

Para organizar nossos trabalhos, informo que, após a exposição dos convidados, a palavra será concedida aos Senadores na ordem de suas inscrições. Terão preferência, para o uso da palavra, o Relator e o autor do requerimento.

Convido para sentar-se à mesa o Prof. Julio Jacobo, que já participou comigo de uma entrevista hoje sobre o assunto, aqui mesmo no Senado Federal, na TV Senado. Vamos, portanto, ter as duas intervenções. Proponho que tenhamos 20 minutos. É suficiente para sua exposição? Se houver necessidade extraordinária de tempo, negociaremos. Mas acho que, dentro do passível, dá para organizar nos 20 minutos. Também o Dr. Luiz Eduardo deverá preparar-se para o mesmo tempo.

Saúdo o Senador Lindbergh que, na última semana, se notabilizou pela viagem internacional à Venezuela. Já conseguiu acalmar as coisas por lá. Aqui no Brasil a situação está bem mais fácil, e ele certamente conseguirá.

Vamos iniciar a nossa audiência, concedendo a palavra ao Prof. Julio Jacobo, autor do Mapa da Violência, para que faça a apresentação da pesquisa realizada, que foi focada nos adolescentes de 16 a 17 anos no Brasil.

O SR. JULIO JACOBO WASELFISZ – Perfeito. Muito obrigado, Senadora; muito obrigado, Lindbergh; muito obrigado, colegas; muito obrigado, minha diretora aqui presente; na pessoa deles, saúdo todos os colegas aqui.

Vou tentar trazer alguns dados objetivos segundo a discussão que, aparentemente, desperta muita paixão, desperta muito ressentimento, desperta muita emoção acerca da discussão, da atual discussão da redução da maioridade penal.

Primeiro, quero falar do Mapa bem rapidamente para explicar alguma coisa rápida.

Pode passar.

O Mapa foi publicado, divulgado pela Unesco em 1998, ou seja, já temos 17 anos de Mapa. Este atual, que estamos divulgando agora, é o Mapa nº 27. Estou contando um a um, à medida que vão saindo.

O foco global dos mapas sempre foi a violência letal e a juventude. São esses dois focos, tentando relacionar algo que, em um momento, quando começamos a escrever, passava totalmente despercebido, que é a violência letal no Brasil e a juventude; a juventude e a violência letal no Brasil. Agora, já há consciência, já há, digamos, uma visão desse problema, apesar de que ainda não está superado, sequer, eu diria, estagnado até o dia de hoje.

Já tive diversas parcerias. Quero esclarecer que o Mapa da Violência não aceita nenhum tipo de financiamento institucional. Só se aceita parcerias para publicação e divulgação do mapa, a parte editorial etc. Já tive, para essas parcerias, o Ministério da Justiça, Unesco, Ritla, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Sangari, Flacso, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria Nacional da Juventude, etc. Isto é, a gente oferece a publicação para aquelas instituições que possam precisar.

Pode passar.

Quais são as nossas fontes de dados? São fontes oficiais. Não trabalhamos com dados de fontes secundárias duvidosas que possam torcer para um ou outro lado. Nossa fonte básica é uma declaração de óbito ou o sistema de informação de mortalidade do Ministério da Saúde.

Vocês sabem que, diante de qualquer óbito no Brasil, torna-se necessária uma declaração de óbito pedida por médicos competentes. Com essa declaração de óbito, tem que se lavrar uma certidão de óbito em cartório

de registro civil para enterrar e fazer qualquer tipo de trâmite. É o documento oficial de mortalidade do Brasil. São normas e leis estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde há 40, 50 anos.

Trabalhando com esse esquema, temos uma dupla vantagem. Primeiro, neste momento já faz 35 anos de vida o sistema, é de 1980. E segundo temos um sistema internacional totalmente homogêneo, que siga as mínimas classificações, em princípio. Podemos, então, fazer comparações internacionais.

Para a população de cor temos um sério problema para calcular as taxas. Vocês sabem que a única vez em que se levanta a população por raça, cor é nos censos demográficos. A partir desse censo demográfico, não temos. Temos que fazer a estimativa por raça, cor para calcular as taxas. Então, desenvolvemos alguns métodos de interpolação intercensitária para poder trabalhar idade, sexo, etc., com respeito à cor.

E, por último, as estatísticas internacionais, como já estou me referindo à Organização Mundial da Saúde, que tem credibilidade histórica.

Pode passar.

Então, vamos começar com os dados, entrar diretamente nos dados.

Primeiro fenômeno que se pode observar significativo. Divide-se a causa de mortalidade em dois grandes tipos: causas naturais, quando há deterioração da saúde por enfermidade ou pelo passar do tempo, idade, velhice, etc.; e causas externas, por um agente externo, um acidente.

Então, nós temos o contrassenso de que no Brasil as causas naturais foram caindo drasticamente. Deem uma olhada. Em 1980, na faixa de zero a dezenove anos de idade, morreram 228.485 pessoas. Olhem em 2013, quando caiu para 53 mil. Caiu 78% praticamente. Isso nos fez melhorar muito, por exemplo, no Índice de Desenvolvimento Humano, que tem um indicador que se chama Esperança de Vida ao Nascer. Precisamente, a diminuição das taxas de mortalidade está fazendo com que os nossos índices de esperança de vida se elevem drasticamente.

Por exemplo, os últimos dados apontam que nós temos uma esperança de vida acima de 70 anos, tanto para homens como para mulheres.

Na contramão dessa diminuição drástica, as causas externas.

Entre os jovens aumentaram... Deem uma olhada: as causas externas aumentaram 22%. E por que aumentam as causas externas? Quais são as causas externas? Por exemplo, acidentes de trânsito. E, nesse lapso, só aumentaram 0,6% nessa faixa de zero a 19. Os acidentes como afogamentos, queimaduras etc. caíram 38,7%. Os suicídios juvenis aumentaram, lamentavelmente, 50% neste lapso; mas o que aumentou barbaramente no Brasil foram os homicídios, que passaram de 1.825, em 1980, para 10.520, em 2013. Isso quer dizer que, de uma taxa de 3,1% em 100 mil jovens passamos para 16,3% em 100 mil jovens de zero a 19 anos de idade.

Também outras causas externas caíram. Então, a única explicação que temos para o aumento da mortalidade juvenil, neste momento, por causas externas, são os homicídios.

Pode passar, por favor.

Aqui está no gráfico. Deem uma olhada em como caíram as causas naturais, de 1980 a 2013, de 387 em 100 mil para 83 em 100 mil; as causas externas passaram de 27 para 34. E aqui, nessas causas externas, estão os homicídios.

Pode passar, por favor.

Dos 16 aos 17 anos é a faixa da vida dos jovens que nos preocupa.

De novo, a mesma história: acidentes de trânsito aumentaram 71%; suicídios aumentaram 80% no mesmo lapso; homicídios aumentaram 640%. Quer dizer, aumentaram sete vezes nesse lapso de tempo. As taxas aumentaram também na mesma proporção, com significativa participação no total da mortalidades dos jovens.

Nos anos 80, só 9,7% dos nossos jovens morriam por homicídio – 9,7% do total das mortes de jovens, em 1980, foi por homicídio! Em 1985, aumentou para 16% e, em 1990, aumentou para 25%, 27%, 37%, 40%, 42%, até que, em 2013, está em 46%. Isto é: 46% do total das mortes de jovens, de todas as mortes de jovens por quaisquer causas, é por homicídio. Ou seja, quase a metade dos nossos jovens de 16 a 17 anos morre por homicídio. Isso não tem paralelo em nenhum outro país do mundo. O México, inclusive, que tem taxas maiores, El Salvador, inclusive, que tem taxas maiores, não têm esse nível de mortalidade por homicídios nessas faixas etárias.

Pode passar, por favor.

Vocês observam, agora, por idade simples, como isso acontece.

Aqui temos, em meninos de zero anos de idade, como são os homicídios.

A coluna vermelha são os homicídios.

A faixa de zero anos de idade participa com 0,3% do total de mortes. Em seguida, aumenta para 1,7%, para 1,9% etc. E assim vai, mais ou menos oscilando em níveis muito baixos, de 2,9%; até chegar aos 13 anos de idade. A partir dos 13 anos de idade, olhem como sobe. E, quando chega aos 17 anos de idade, 48,2% dos

meninos de 17 anos de idade morrem por homicídio. Depois, começa a cair de novo: 47%, 48,2%, na idade de 17 anos morre por homicídio.

O resto é o resto O que quero dizer? Que 14% vão morrer por acidentes de trânsito, aqui; o resto morre por qualquer outra causa, por acidentes, por infecções etc., etc.

Esse dado é impressionante. Impressiona que a metade dos nossos jovens morra por causa de homicídio. Pode passar, por favor.

Fazendo comparações internacionais.

Antes, esclareço que a Organização Mundial de Saúde trabalha com faixas quinquenais, de cinco em cinco anos. Então, comparamos a que mais se assemelha, 15 a 19 e de zero a 19 anos.

México, por exemplo, tem uma taxa muito maior que a nossa: 95,6 homicídios a cada cem mil jovens de 15 a 19. Em Salvador, 55... E nós trouxemos Salvador, que se considera paradigma internacional de mortes juvenis. Nós citamos. Eles têm 55 e está caindo, e nós temos 54 e estamos aumentando. Colômbia. Alguns anos atrás, falar de Colômbia era falar de violência. Era a guerrilha, era o narcotráfico, era tudo. Colômbia, agora, está mais baixo do que nós. Está com 49,3. Panamá, 39; Porto Rico, 31; Guatemala... Deem uma olhada: os sete primeiros países, em violência internacional, são da América Latina. Aí vem, no oitavo, África do Sul. Com toda a história do *apartheid*, etc., ainda é uma cidade relativamente violenta. Se nós comparamos países com taxas civilizadas, por exemplo, Áustria: 0,2. Isto é, nós temos 250 vezes a taxa da Áustria. Para cada menino que morre na Áustria, morrem, no Brasil, 250. Japão: 0,2. De novo, 250. Reino Unido: 0,2. De novo, 250 a mais. Bélgica: 0,... De novo. Ora, Dinamarca, no ano de 2012, não registrou nenhuma morte na faixa de 15 a 19 anos de idade. Escócia, idem; Luxemburgo, idem; Suíça, idem. Nós só temos infinitas vezes – quando se divide algo por zero, infinito – mais mortes de jovens que esses quatro países.

De novo, quando se trata de zero a 19, a mesma história. Deem uma olhada: México, 26,17... O Brasil, bordeando praticamente Salvador, que está caindo enquanto... Colômbia, Panamá e Ilha caem, enquanto França tem 0,3; Alemanha, 0,3; Portugal, 0,3; Espanha, 0,3; Japão, 0,2... 0,2... 0,1... Escócia, zero. Quer dizer, essas são taxas que poderíamos chamar civilizadas. Aqui temos algo que poderíamos chamar taxas bárbaras.

Pode passar.

Perfil das vítimas. Em 2013, 93% das vítimas de homicídio, e nessa faixa etária, de 16 e 20 anos, foram homens. Entre os Estados, a variabilidade é moderada. No caso, cem por cento de vítimas do sexo masculino em uma pá, em um extremo, e 71,4 num raio, mas 28,6% de mulheres.

Nível educacional da vítima deve ser 17 anos. Esse é um dado que eu tive da seguinte forma: pegamos, na idade de 16 e 17 anos, e vimos na PNAD, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, qual é o nível de escolaridade da população brasileira de 16 e 17 anos. Então, por exemplo, na faixa de um a três anos de estudo, as vítimas têm 20%, com só um a três praticamente analfabetos, enquanto que a população tem 2,6%. Então, temos dez vezes mais analfabetos que na população. Depois, quando vamos a quatro... Não esqueçam que estamos falando de meninos de 16, 17 anos.

Em teoria, pela progressão normal, pela idade ideal, que fala o Ministério da Educação, seja oito ou nove anos, já deveria ter terminado os seus nove anos de escolarização, a começar aos seis, ou seus oito anos, se começou aos sete anos de idade. Agora está na fase de transição essa idade. Então, de uma outra forma, deveriam ter, pelo menos, oito anos de escolarização. Deem uma olhada. De quatro a sete anos, não finalizou o seu Ensino Fundamental, 62% das vítimas e 24% da população.

Quando vemos, terminou o Ensino Fundamental e pode estar cursando ou já cursou o Ensino Médio, temos só 16% das vítimas e 71% da população. Isso vai marcar um perfil de menos da metade do nível de escolarização que tem o resto da população. Isso os afeta, fundamentalmente, desescolarizados que são. Geralmente pelas comparações que temos, também pela Pnad, os mais pobres são os de menor nível de renda familiar, que moram nas periferias suburbanas. Pelo georreferenciamento que temos da morte, trata-se precisamente de periferias suburbanas, favelas etc.

Pode passar.

A cor dos homicídios. Estas são as taxas de homicídios e índice de vitimização negra. O índice de vitimização negra é a relação entre as taxas brancas e as taxas negras. Quanto por cento morrem mais negros do que brancos, em outras palavras? Nós tínhamos, em 2003, uma taxa de 29,1% mortes de brancos. Em 2013, caiu para 24,2%. Foi uma queda de vinte e pouco por cento, perto de vinte por cento, por aí. Caem as taxas brancas, conclusão, e caem significativamente. Em contraposição, as taxas negras, as taxas de negros, de jovens negros de 16 e 17 anos de idade aumentem de 50 a cada 100 mil negros para 66,3 a cada 100 mil negros. Que quer dizer? Em 2003, morriam 71,8% mais negros que brancos. Por cada negro, morria 0,7 branco, algo assim. Enquanto que, em 2013, são 173. Para cada branco, morrem praticamente três negros.

O trágico do caso, o preocupante do caso é que, apesar de todas essas medidas e políticas que estamos tendo, as taxas seguem crescendo drasticamente, não mostram sinais de retroceder.

De novo, isso quer dizer, para mim, que ou nossas políticas são insuficientes – estamos tentando apagar um incêndio com um conta-gotas –, ou são ineficientes.

Eu não sei; não tenho parâmetros para analisar a eficiência das políticas. O que eu sei é que, nesse caso, se aplica um princípio de epidemiologia muito básico...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pode continuar.

O SR. JULIO JACOBO WASELFISZ – Desculpe... Ah, sim.

Se um enfermo tem uma febre que sobe, que aumenta drasticamente e que não abaixa com os remédios, não vamos colocar a culpa no enfermo. Ninguém coloca a culpa da febre no enfermo! E, aqui, estamos colocando a culpa no enfermo, nos dias de hoje.

Botamos a culpa no remédio: ou o remédio é insuficiente, ou é ineficiente. Ou trocamos o remédio, ou aumentamos a dose. Contudo, não colocamos a culpa no paciente. Colocamos a culpa no remédio que estamos usando ou na nossa incapacidade de dar um remédio eficiente.

Podemos continuar.

Esses são os números por cor em alguns Estados, na faixa etária de 16 a 17 anos.

E, sim, quando a gente fala de taxas, não se dá muito conta do que está sucedendo. As taxas ocultam uma realidade. Uma realidade, por exemplo...

Vamos ver: em Sergipe, em 2013, morreu um branco de 16 a 17 anos – um branco morreu! –, enquanto morreram 63 negros. No Pará, morreram 11 brancos, enquanto morreram 184 negros. Em Alagoas, sete brancos contra 176 negros. Na Bahia, 17 brancos contra 364 negros. No Maranhão, três brancos contra 105 negros. Em Mato Grosso, quatro contra...

Vejam; em todos os Estados, em maior ou menor medida, salvo Paraná e Santa Catarina, as taxas são desfavoráveis para os negros.

Os únicos Estados que têm maior mortalidade de brancos que de negros são Paraná e Santa Catarina. E isso é histórico; não é de hoje. Primeiro, porque há muito poucos negros, pouco visíveis etc., mas, como são proporções, estão se preservando.

Todavia, no Brasil, temos o que estamos vendo: uma taxa de falecimentos de 703 brancos contra 2.737 negros, isto é, 173% de vitimização.

Pode passar, por favor.

Convidaram-me, dias atrás, para participar de uma comissão parlamentar de segurança que iria tratar da questão das facas, porque estava grande a polêmica em torno das ocorrências com facas nos Rio de Janeiro, onde mataram um médico etc. Então, quando me convidaram, eu fiz uma tabulação para ir à comissão, mas, ao final, como tive de fazer uma viagem ao exterior, acabei não podendo participar, mas, mesmo assim, fiz a tabulação e me surpreenderam algumas coisas, a saber: essas são idades simples das vítimas, de zero a 17 anos de idade.

Este é o meio empregado: enforcamento, sufocamento, arma de fogo, instrumentos cortantes, como facas etc., e depois outros meios, como objetos contundentes etc., etc. Deem um olhada: as armas de fogo, como aumentam drasticamente com o aumento da idade do indivíduo. Quando se chega aos 16, 17 anos de idade, praticamente 80% ou mais dos homicídios são praticados por armas de fogo.

Sufocamento vai caindo... É grande nas idades mais novas e vai caindo ao longo do tempo.

Objeto cortante e punçante se mantém mais ou menos constante ao longo do tempo.

O engraçado do caso, o paradoxal, melhor dizendo, é que o Rio de Janeiro, por exemplo, apresentou uma taxa de 5,2% de participação do uso de facas nos homicídios, enquanto o uso de armas de fogo foi de mais de 80%!

O Estado do Rio de Janeiro já editou uma lei, aprovada pela Assembleia, de controle do uso das facas. Não sei se já foi promulgada... Não sei se já foi promulgada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIO JACOBO WASELFISZ – Sim, quase.

Enquanto que o paradoxal do caso é que, em nível nacional, 10% dos homicídios aproximadamente se perpetuam com armas de fogo. Estamos controlando, decididamente, o porte e a tenência de facas, enquanto que outros meios, que matam 78% da população, estamos ampliando as possibilidades de circulação, agora, na discussão da limitação do Estatuto do Desarmamento. É meio paradoxal que aquilo que mata pouco possa circular e aquilo que mata muito tenha ampliada a sua circulação.

Pode passar, por favor.

Taxas de homicídios de adolescentes de 16 e 17 anos, Vocês podem ver...

Só um minuto. É que, de tanta distância, eu não estou vendo, mas tenho aqui.

Temos Alagoas, Espírito Santo e Ceará nos três primeiros lugares de morte de jovens de 16 e 17 anos de idade. Aqui está a sequência que termina com Santa Catarina e Tocantins.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E a Bahia?

O SR. JULIO JACOBO WASELFISZ – A Bahia está em nono lugar.

Agora, quando se trata de evolução, nós temos uma enorme cadeia de evolução, que começa com o Rio Grande do Norte, que cresceu, em 10 anos, 560% a taxa de homicídios de jovens de 16 e 17 anos de idade.

O Ceará cresceu 436%; a Paraíba, 300%; a Bahia, 299%, ou seja, quadruplicou a incidência em poucos anos, em dez anos.

Pode passar, por favor.

Aqui temos os Municípios com mais de quatro mil adolescentes e os dados de homicídios de jovens de 16 e 17 anos.

Os três primeiros – sinto muito, Senador Lídice – são da Bahia: Simões Filho, Lauro de Freitas e Porto Seguro, com uma população jovem de 16 e 17 anos, de cerca de quatro a cinco mil – aqui está a média da população entre 2011 e 2013.

Esclareço: para evitar oscilações que Municípios de pequeno porte podem ter, eu calculei a média dos três últimos anos disponíveis, isto é, a média de 2011, 2012 e 2013.

Simões Filho teve, em 2011, 2012 e 2013, respectivamente, 17, 17 e 11 homicídios, com uma média de 332,6; Lauro de Freitas, 308, 5; e Porto Seguro, 301,1.

Depois, seguem Serra, no Espírito Santo; Ananindeua, no Pará etc.

Temos, mais ou menos, 100 Municípios mais violentos quanto a esse tipo de jovens.

Pode passar, por favor.

Bom, por último, todos esses materiais e o Mapa da Violência vocês podem baixar – o mapa inclusive – em www.mapadaviolencia.org.br.

O meu e-mail é juliowa@gmail.com.

Qualquer dúvida ou problema podem me contatar por e-mail.

Por último, gostaria de colocar é a minha enorme preocupação em dois sentidos: quando começamos a trabalhar no Mapa da Violência em 1998, estávamos amplamente preocupados com a situação da juventude. Começamos vários projetos de pesquisa, vários programas, como, por exemplo, a Escola Aberta do Ministério da Educação, para preservar a juventude etc., porque, de fato, estávamos muito preocupados. Vemos que, hoje, 17 anos depois, estamos pior do que estávamos antigamente. Nossas taxas quase triplicaram. Nada parece apontar para que estejamos detendo ou em condições de parar essa febre homicida que temos no Brasil.

De novo, repito: não se coloca a culpa no paciente. É o paciente que está sofrendo essa crua e nua realidade do Brasil, e nós estamos colocando a culpa no paciente. Nós criamos uma sociedade violenta – e digo nós pelos meus cabelos brancos, pela minha idade –, uma sociedade violenta e corrupta, que é o que o jovem tem hoje. Nós demos esse legado à juventude e nós queremos que o jovem pague a conta de algo que nós lhes legamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu quero registrar e agradecer a presença da Drª Angélica Goulart, Secretária Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Muito obrigada.

Quero pedir desculpas ao Professor Jacobo, mas é que, na verdade, há um controle de tempo automático. Não sou eu que... Quando se chega aos 20 minutos, automaticamente vai haver uma campainha. Na verdade, já aos 19, ela toca, mas não há corte de som nem nada; é apenas para orientar o orador, de acordo com o formato adotado nas Comissões.

Portanto, eu vou passar a palavra agora ao Professor Luiz Eduardo Soares para fazer também a sua exposição.

O SR. LUIZ EDUARDO SOARES – Muito obrigado, Senadora. É um prazer, apesar do tema, que nos angustia a todos. Eu vou atrás do microfone, já que ele é incontrolável, como os homicídios no Brasil. É um prazer e uma honra compartilhar esta mesa com a senhora, com o Professor Jacobo, que se tornou...

O senhor se tornou uma instituição para nós, além de um amigo, um mestre inspirador, uma instituição, fonte de credibilidade, de confiança, e nós devemos muitíssimo ao senhor e aos seus esforços para que, pelo conhecimento, nós sejamos capazes ou nos tornemos capazes em algum momento de reverter esse quadro.

Até agora isso não se deu, mas nós não desistimos e persistimos. Nesse sentido, eu sou um discípulo do senhor. Apesar de a nossa idade ser próxima, eu já sou um discípulo porque também repito esse mantra: é preciso intervir de alguma maneira, interceptar essa dinâmica genocida no Brasil.

Há 18, 20 anos, aproximadamente, eu tenho ousado recorrer a essa categoria, a essa expressão mais forte, com o propósito de sensibilizar a audiência.

Aliás, eu devo também agradecimentos ao Senador Lindbergh Farias, relator desta Comissão, pelo convite, além da Senadora Lídice da Mata e devo cumprimentá-las e cumprimentá-los a todos aqui na abertura.

Eu estou convencido de que nós não seremos capazes, de fato, de implantar uma democracia que mereça esse nome, que esteja à altura da dignidade histórica desse nome, se nós não revertermos esse quadro.

Não se trata, propriamente, de um processo de vitimização aleatório, que se distribua de forma equitativa, como disse e demonstrou o Professor Jacobo – e o tem feito seguidamente –, trata-se de um processo com endereço específico, com foco, que de modo concentrado se reproduz, distribuindo desigualmente riscos, sofrimento humano e vitimização. Nós estamos falando de genocídio da juventude negra e pobre que habita as periferias, as favelas, os territórios mais vulneráveis, hoje, de todos os Estados brasileiros, não mais apenas das metrópoles, como ocorria ou tendia a ocorrer antes.

E parece que nós nos acomodamos, como Nação, e naturalizamos esse processo e passamos a conviver com ele, como se fosse tolerável, como se fizesse parte da paisagem.

Todos os esforços, portanto, que forem viáveis, entre eles e com destaque esta CPI, são meritórios e devem merecer todo o nosso apoio, todo o nosso investimento.

Eu espero, Senadora Lídice, que ao fim desse processo, desta CPI, seja possível encaminhar ao País um conjunto de propostas objetivas que mereçam, então, o debate por parte da sociedade e das autoridades do Executivo para além das diferenças partidárias, ideológicas; para além das disputas políticas e eleitorais, unindo-nos a todos em torno da vida e da vida dos jovens.

Não é possível que nós não sejamos capazes de promover um pacto pela paz, de celebrar um acordo, um entendimento em torno de um consenso mínimo, reformando as nossas polícias, atualizando a arquitetura institucional da Segurança Pública que nós herdamos da ditadura, acriticamente, que se reproduz por inércia, ao longo de todos esses anos.

O Brasil se adaptou ao novo contexto democrático, com altos e baixos, aos trancos e barrancos e com as suas contradições, mas a área de segurança pública, as instituições de segurança pública, particularmente as polícias, essas permanecem ainda imersas na cultura corporativa herdada daqueles tempos sombrios, com variações, com esforços claros de transformação, que são honrosos, mas são ainda excepcionais, ainda tópicos, ainda insuficientes.

Nós não atualizamos, não promovemos a transição democrática nessa área. E eu diria mais: inclusive, na área da Justiça Criminal. Há muito o que fazer.

Eu lhes trago uma reflexão, que, de alguma maneira, talvez ajude a complementar o aporte do Professor Jacobo, a descrição, o mapa, essa cartografia diabólica, – não é? –, tão triste, tão trágica, que ele compartilhou conosco. Uma reflexão que focaliza a outra dimensão, o outro lado; o lado dos agentes sociais, dos atores sociais, dos indivíduos, dessas pessoas que transitam pelas cidades e que se envolvem nessas tramas de vida e morte.

Ao longo dessas décadas – tenho 61 anos e tenho trabalhado reiteradamente nessa matéria por ângulos distintos –, persuadi-me, depois de muitas experiências de pesquisa e de testemunho pessoal, que, às vezes, são mais ricos do que as pesquisas propriamente, de que há uma razão prioritária, uma motivação fundamental, que explica ou que ajuda a compreender o ingresso das crianças, desses adolescentes, ainda tão jovens, nas dinâmicas criminais, porque essa pergunta me parece importante. Se nós soubéssemos responder a essa pergunta, provavelmente, os remédios serão melhores, as terapias, as políticas públicas que adotarmos para interceptar a dinâmica e impedir que esse recrutamento se efetive serão mais eficientes.

Se nós compreendermos as razões pelas quais esses jovens aceitam ingressar nesse universo que lhes dá – o quê? – uma sobrevida de poucos anos, a morte violenta em mãos alheias antes dos 25 anos... Usando a expressão do velho Thomas Hobbes: uma vida funesta, uma vida acanhada, limitada, circunscrita ao seu próprio território, com alguns ganhos eventuais, efêmeros, fugazes.

Por que, entretanto, é possível trocar sua vida, já que o destino, o horizonte é assim tão estreito, tão curto, por uma aventura desse tipo, dessa natureza? Conversando com esses meninos, Brasil afora, e aprendendo também com outros colegas e pesquisadores e outros companheiros de travessia, militantes dos direitos humanos, engajados nessas causas, eu identifiquei um fator. Eu não chamo causa, porque eu não utilizo essa expressão para pensar a sociedade humana. Se nós somos seres humanos, há uma dose de liberdade e os condicionamentos são sempre restritos e limitados, não são absolutos. E essa dose de liberdade torna os processos imprevisíveis, indeterminados, até certo ponto. É claro que há condições, há condicionamentos, há pressões,

mas não há determinações mecânicas. Por isso, os mesmos indivíduos submetidos às mesmas condições responderão de modos distintos. Há criatividade, possibilidade de reinvenção, renegociação com a realidade e com suas relações mais próximas, de modo que causa, causalidade me parece um conceito não aplicável à sociedade humana.

De toda maneira, por isso mesmo, sem falar em causa ou causalidade, respeitando a multiplicidade extraordinária de circunstâncias, a variação espantosa de trajetórias humanas, eu lhes diria que há um fator decisivo que joga um papel fundamental e que nos conduzirá, então, a uma reflexão que eu acho básica para definição de políticas públicas e para, inclusive, a discussão a respeito da redução de idade de imputabilidade penal.

Eu vou lhes descrever esse caso como se ele fosse o único. Repito: isso será, claro, apenas um artifício de comunicação, porque as realidades são diversas. Mas vamos lá a esse caso exemplar.

Um menino, um jovem adolescente, na sua faixa de 13, 14, 15, 16 anos, transitando pelas grandes cidades brasileiras, hoje até pelas médias e algumas pequenas, sendo negro e pobre, é um ser socialmente invisível. Invisível porque se confunde com o cenário, com a paisagem; e é desdenhado, negligenciado pelos que cruzam com ele, com esse personagem, nas esquinas da cidade.

Se ele dirige a palavra, essa palavra não ecoa, não tem resposta, não merece atenção. Se ele intervém de forma tímida, os passos não se interrompem, nós continuamos, prosseguimos andando. Se ele se aproxima de uma janela de automóvel, a janela rapidamente é fechada.

Essa invisibilidade pode se dar de duas maneiras: alguém pode ser invisível por não ser visto, notado, percebido, ou porque se projeta sobre esse ser, esse indivíduo um estigma, um preconceito, uma imagem pré-fabricada, uma caricatura. E, quando nós projetamos sobre o outro uma imagem ossificada, reificada, cristalizada, negativa, um estigma, nós não vemos o outro; nós vemos o retrato, o reflexo, o espelho da nossa intolerância. Esse é o retrato da nossa incapacidade de vivenciar a relação humana na sua plenitude, de reconhecer a alteridade, a presença singular, insubstituível daquela pessoa, daquele ser humano que está na outra ponta dessa interlocução, dessa interação. Portanto, essa invisibilidade se constitui por negligência, indiferença ou por medo, preconceito, estigmatização.

E as histórias, as histórias e histórias, que se reproduzem todos os dias, daqueles que são confundidos, porque não são vistos ou ouvidos, mas são tomados, projetando-se sobre as suas faces como se fossem telas vazias, os preconceitos e toda a sua carga de ódio e de medo, são uma extensão da mesma superfície.

Muito bem; esse jovem recebe de outro jovem uma arma – digamos, uma arma de fogo –, num roteiro qualquer de uma novela, de um drama que nós aqui imaginemos. Quem é esse outro jovem que passa ao primeiro uma arma? É ele mesmo num capítulo mais avançado dessa mesma narrativa. Mas não importa. No momento vamos nos ater a esse personagem, a esse indivíduo, a esse pequeno ser que hesita, testa, sente essa arma e ousa apontá-la para alguém numa esquina qualquer, num momento subsequente a essa cena que eu descrevi.

Quando esse menino aponta para alguém essa arma, essa outra pessoa interrompe tudo o que estiver fazendo e lhe dá, claro, toda a atenção. E há, com isso, uma inversão súbita da hierarquia anterior: ele que era nada, cinza, parte da paisagem, desconhecido, torna-se um personagem assombroso, que cresce e se impõe pela força, afirmando ali a sua presença. A arma, nesse caso, é uma espécie de passaporte ontológico; um passaporte do ser para a existência, de trânsito para a sua autoconstituição como sujeito.

Horrível, triste, lamentável, desastroso, porque esse recurso, esse instrumento de autoafirmação, de autoconstituição, que afirma a presença, atua justamente contra o seu próprio interesse, para reforçar todos os estigmas, para reiterar aquele circuito de violência, do qual ele fora vítima previamente, e vai conduzi-lo a um destino trágico, como nós já dissemos. Antes dos 25 anos ele vai, provavelmente, pagar esse preço, o preço por essa ousadia, com a própria vida.

Portanto, não se trata de uma solução saudável, construtiva. Mas nós precisamos compreender a lógica que subjaz esse processo e as razões, as motivações dessa dinâmica. O que permite, o que induz, o que suscita esse tipo de ação?

Ah! Ele quer subtrair propriedade para obter benefícios. Eu lhes digo que, em boa parte dos casos, isso é secundário em relação ao que está em curso aqui nesta cena. Nesta cena, o fundamental é a afirmação desse sujeito, é a afirmação de sua presença, que requer, então, do outro o quê? Reconhecimento, valorização, acolhimento como um ser humano pleno.

Vejam que paradoxo! Por isso é tão difícil levar isso ao grande público e discutir abertamente um quadro tão paradoxal – para usar a expressão do Professor Jacobo –, tão contraditório.

O que eu estou lhes dizendo muito claramente é que a arma apontada por um menino, por um adolescente, pela primeira vez – ele ainda não se tornou um profissional desta prática... No ensaio geral da violência, pela primeira vez, quando emerge essa possibilidade, essa arma apontada para alguém é um pedido de socorro; é uma tentativa de conexão; é um esforço na direção do contato e da abertura de comunicação. É um

pedido de socorro lá do fundo do poço mais escuro e não a afirmação da violência por parte de um personagem monstruoso, perfeitamente autoconstituído e seguro de si.

O que está em jogo é exatamente esse processo; é o metabolismo psíquico, social, cultural, valorativo de um ser que engendra, em si, um ser humano contra a noite da ignorância, da negligência, da indiferença ou da estigmatização.

Deixando metáforas de lado, o que eu lhes digo é: o ato é violento. Quando isso ocorre, a vítima – eu, qualquer um de nós – não vai pensar antropológicamente, psicanaliticamente, não vai pensar sociologicamente. Vai reagir como ser humano – porque nós somos seres humanos –, com ódio e com medo, é evidente! Mas aqui o nosso esforço é o da reflexão. E esse jogo é um jogo brutal, porque, sendo seres humanos, nós reagimos, naturalmente, como seres humanos.

Diante da ameaça, não somos capazes de ir além – nem recomendo que se vá, peço, isso é sobre-humano. Mas é preciso que, na reflexão, nós sejamos capazes de depreender dessa cena, desse momento, digamos, dramático o que está em jogo. O que está em jogo é o pedido de socorro, é o pedido de relação, é o restabelecimento de contato, é um pedido de valorização e reconhecimento de alguém que se sente não humano, subumano, não existente.

O que nós fazemos como sociedade? Lançamos esse menino para uma entidade socioeducativa e querem levá-lo para o sistema penitenciário ou para sucursais do sistema penitenciário. Mas, enfim, lançamos esse menino para o sistema socioeducativo, para uma entidade – nós sabemos que o ECA nunca foi implementado com rigor, agora estamos discutindo a mudança da lei antes de testá-la! É extraordinário o nosso País! Nós temos uma lei que nunca foi aplicada com rigor, mas agora ela está sendo discutida, em vez de haver uma espécie de celebração de um grande acordo pela aplicação finalmente dessa lei, para que nós a testemos e voltemos a discuti-la no futuro quando ela tiver sido aplicada, nós discutimos a sua mudança, a sua alteração, como se ela tivesse sido aplicada com rigor há séculos. Nunca foi!

Mas, enfim, nesse não aplicar, nós temos, então, entidades muitas delas que nós sabemos que são similares do cárcere e são similares de latas do lixo. Quando nós depositamos alguém – mais ainda um adolescente – na lata do lixo, que mensagem nós passamos às pessoas? Você é o conteúdo desse continente, e esse continente sendo uma lata de lixo, predetermina você como conteúdo: você é um lixo! É um lixo que não nos importa, é um dejetivo. É aquilo que de fato você supunha ser, temia ser, contra o que você lutou equivocadamente na contramão, contraditoriamente, erguendo aquela arma.

Pois saiba que não tem saída, é esse o seu destino.

Então, de fora para dentro, com a mensagem dessa estrutura institucional, com a sua cenografia, com a sua coreografia, com esse elenco daqueles funcionários, muitos esforçados, buscando os caminhos opostos, mas muitos deles parte dessa cena de horrores, ele ou ela, esse menino reconhece, de fora para dentro, que é lixo. Absorve essa informação e passa a se comportar em conformidade com essa informação.

Essa é uma entidade constituída por uma instituição... Vejam, supostamente, isso tudo estaria encaminhado na direção da socioeducação.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDUARDO SOARES – Não é nem da justiça, é a socioeducação. Para que houvesse a possibilidade de que florescesse esse ser humano aí, que estava obstado por tantos entraves interno e externos. Mas não, nós confirmamos as piores suspeitas que a sua dor mais profunda anunciava. E dizemos: o caminho é esse, você não é nada mesmo, você está destinado à invisibilidade, a menos que você a esses expedientes brutais, e não lhe resta alternativa.

Quando a solicitação havia sido justamente a de contato, valorização e reconhecimento. Só há uma saída nesse caso: se nós apostamos no ser humano. Se nós apostamos na paz social, na segurança pública, se queremos menos violência, menos crimes, porque nós estamos contratando não apenas a destruição desses indivíduos, mas violência para a sociedade. Porque esses indivíduos vão retornar à sociedade. É isso que nós estamos contratando com essas propostas mirabolantes, demagógicas, do populismo penal, maximalistas, que estão correndo propondo a redução da idade de imputabilidade penal.

Bom, a solução seria justamente o contrário disso tudo. É dizer para o perpetrador do mais bárbaro dos crimes: eu não estou adjetivando o sujeito, estou adjetivando o seu ato, o mais bárbaro dos crimes perpetrados por um ser humano não condena esse ser humano a identificar-se com a natureza desse crime.

É possível para qualquer um começar de novo. É possível sempre esse tipo de oportunidade, que alguém se dar a si mesmo. Portanto, quando definimos, transferimos o adjetivo do ato para o sujeito, nós atribuímos à essência desse sujeito uma determinada natureza que é aquela do fato. E congelamos esse sujeito na imobilidade. Ele passa a ser petrificado, ele é apenas aquilo que ele fez.

Não há alternativa para esse sujeito, para a sua reinvenção. Nós estamos destruindo a possibilidade de mudança.

Esta instituição, quando se define como lixo, depósito de seres humanos, que não são mais do lixo, e quando nós definimos esses seres humanos como monstruosos, estamos passando uma mensagem que está na contramão daquela que seria razoável: em vez de acolhermos, valorizarmos, reconhecermos esse ser humano que foi capaz de chegar a atos extremos, buscando reconhecimento e valorização, por mais paradoxal que seja, em vez de encontrarmos nesse ser humano, por baixo da brutalidade, a sua humanidade no sentido virtuoso e positivo, para estimulá-la, a partir daí – seria possível, quem sabe, uma reconstituição – não, nós condenamos esse ser humano a não ser mais do que ele foi naquele momento, a não ser mais do que aquele ato que ele perpetrou.

Eu não estou dizendo, então, que, diante de atos brutais, a sociedade tenha de ser acolhedora, afetuosa, generosa, carinhosa, abraçando aqueles que sejam capazes de atos dessa natureza. Não se trata disso. É preciso impor limites, mas sabemos como – nessa tensão entre a necessidade do reconhecimento e da valorização e a necessidade de impor limites e de responsabilizar – isso não pode excluir a dimensão, a valorização e o reconhecimento. A imposição de limites unilateral associada à brutalização nega a possibilidade de restabelecimento da comunicação, que estava presente naquele ato da violência. É claro que, quando esse indivíduo se converte num criminoso profissional, vai dilapidando toda essa disponibilidade interior e vai-se convertendo, mais e mais, num padrão, num estigma no qual ele começa a se reconhecer.

Vejam que a busca não é só reconhecimento e valorização; é de pertencimento, porque, ali, do outro lado, acolhendo esse jovem, está um grupo criminoso, um grupo criminoso que lhe oferece a possibilidade de se sentir importante, respeitável, mesmo que para práticas não respeitáveis.

Isso é mais valioso do que o bem material eventualmente subtraído, ainda que reconheça que isso joga um papel também. Vejam que a experiência de pertencimento é tão mais intensa e gratificante quanto mais coeso for grupo, e mais coeso será o grupo quanto mais esse grupo enfrentar rivalidades, disputas, competições, de forma mais agonística, mais violenta. Por isso, a guerra é a própria saída das ditaduras para promover coesões intranacionais.

Em casos extremos, quando há uma fragmentação interna, o último recurso de um ditador é declarar guerra a algum inimigo qualquer para promover a coesão interna. Nós sabemos que os grupos se fazem, se fortalecem na disputa, na concorrência, que pode ser fraternal, lúdica, como num jogo de futebol – nem sempre fraternal e lúdica, infelizmente –, ou pode ser violenta.

Os grupos do tráfico e os grupos criminosos vivem sempre em disputas, às vezes, armadas com grupos policiais e com grupos de criminosos. Isso torna esse grupo mais coeso. E essa coesão propicia, proporciona ao seu membro essa sensação de pertença mais gratificante, mais integradora. E mais: o tênis de marca e a camisa de marca são o fetiche, são o símbolo de pertencimento e, mais, de valor. O que está em jogo é a sedução das meninas, é sentir-se alvo do desejo das meninas ou do desejo alheio, não propriamente de conquistar, mas sentir-se com méritos suficientes para merecer mais que essa atenção, o desejo, esse encantamento. Isso é extraordinariamente gratificante. Se eu tivesse tempo, eu lhes relataria situações, e casos, e pesquisas de experiência. Não, não há tempo.

Então, concluindo, eu lhes diria: o que está em jogo é menos a economia, é menos a disputa material, menos essa carência, menos o jogo bruto da posse, e mais a disputa, esse itinerário, esse percurso de autoconstituição do ser humano, dessa pessoa, na sua singularidade.

Esses gritos de socorro se multiplicam, e essas mortes que vimos são gritos de socorro não ouvidos.

São resultados da nossa incapacidade de entender a mensagem que recebemos dos jovens abandonados, excluídos e condenados à invisibilidade: os gritos de socorro, os pedidos de reconhecimento e de valorização. O que está em jogo, portanto, seria um pedido para que a sociedade, em vez de discutir formas de conduzir os seus espíritos às moendas das penitenciárias, os valorizasse e estendesse, com mais e mais ambição, com mais radicalidade, os princípios mais generosos do ECA.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós agradecemos imensamente as duas falas.

E eu queria aproveitar para ler algumas contribuições que chegaram até nós através do canal e-Cidadania, da audiência interativa.

Lahiri T. de A. Silva – lahiritrajano@hotmail.com –, da Bahia, diz: “Gostaria de saber qual seria o motivo da resistência de grupos da segurança pública em reconhecer a importância dos peritos papiloscopistas. Eles poderiam colaborar na identificação de muitos jovens desaparecidos em situações de crimes de Estado ou crimes organizados”.

Ainda Lahiri T. diz: "Gostaria de contribuir com esta matéria que fala sobre a importância dos peritos técnicos (papiloscopista) em crimes desse tipo. <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/secretario-de-justica-alerta-jurandy-para-que-nao-ande-sozinho/?cHash=81e5f8335ae63f7aed610cebb5cc8557>". Ela manda uma matéria.

Também ainda Lahiri: "Colaboração para a audiência com uma matéria sobre a importância da identificação, para evitar casos de desaparecimento de jovens: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/delegado-diz-que-tudo-indica-que-corpo-em-canavial-e-de-marielly>".

Ainda Lahiri: "Estruturar as polícias e desburocratizá-las, melhorando a qualificação, tirando os policiais de trabalhos cartoriais e administrativos, assim como investir em transparência das ações e na inteligência policial. Por que não se faz isso no Brasil?"

Lahiri é da Bahia e, acompanhando a nossa audiência, colocou quatro questões.

De cidadão via Alô Senado. Faisal Metne Junior, Rio de Janeiro. O cidadão afirma que os jovens de comunidades carentes, tanto o agressor quanto o agredido, são vítimas das circunstâncias do tráfico de drogas.

Jose Jeova dos Santos Jr, Rio Grande do Norte. "Sou oficial da PMRN. A minha pergunta é dirigida ao Dr. Soares: as polícias militares com seus valores (disciplina e hierarquia) não poderiam ser integradas em uma política preventiva de resgate de valores junto à juventude (exemplo: colégios militares, acampamento de instrução para jovens etc.)?"

Ficam aqui as contribuições e as perguntas para que sejam respondidas pelos nossos debatedores.

Eu também queria fazer algumas perguntas para servir também ao relatório do nosso companheiro, Senador Lindbergh, que, tendo um compromisso neste momento, teve que se retirar e deixou algumas das contribuições daquilo que ele ver respondido.

Eu quero dirigir as questões aos dois. Como os senhores veem um futuro cenário brasileiro com encarceramento de jovens menores de 18 anos? Os senhores acreditam que a medida trará impactos nos índices da criminalidade? Quais seriam as consequências do encarceramento precoce desses indivíduos em processo de desenvolvimento biopsicológico?

Mais uma: que medidas efetivas devem e podem ser adotadas – esta para Luiz Eduardo – para afastar crianças e adolescentes da violência precoce?

Também para o Dr. Luiz Eduardo: não raro os órgãos de segurança pública fazem uso de força letal contra os jovens em suas ações de policiamento. Contudo, justificam os homicídios praticados com base nos chamados autos de resistência.

Quais providências podem dar maior transparência às apurações e evitar esse tipo de conduta? O Projeto de Lei nº 4.471, de 2012, que tramita na Câmara dos Deputados, está pronto para votação em Plenário, cria regras vigorosas para apuração de mortes e lesões corporais decorrentes das ações de agentes do Estado. A medida é um caminho satisfatório no sentido de minorar esse tipo de ocorrência?

Para o Prof. Julio: o Mapa da Violência 2015 destaca que o Brasil possui vasto arsenal de armas de fogo, circunstância que estaria relacionada ao aumento da mortalidade de jovens. Como deveria ser uma política efetiva de desarmamento no País?

Acrescento mais uma pergunta. Considerando serem os jovens, para os dois expositores, as principais vítimas da violência no País, qual sua opinião a respeito da política de enfrentamento ao tráfico de drogas? Esta é uma estratégia fracassada? Qual seria a principal causa do assassinato de jovens no País? Há uma distinção entre esta causa, entre os Estados Federados?

Paro por aqui. Proponho no máximo de dez minutos para cada resposta. Por acaso, se for necessário, nós ampliamos tempo.

Quem quer começar? Sugestão, Jacobo, do Dr. Luiz Eduardo.

O SR. LUIZ EDUARDO SOARES – O professor depois fecha, não é? Está certo.

São muitas questões e muito difíceis. Eu vou começar pelo Sr. Jose Jeova dos Santos, que é oficial da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Eu fico muito feliz em saber que o senhor concorda com a ideia de que a prevenção é o melhor caminho e que as Polícias todas devem se orientar, sobretudo, na medida do possível, para a prevenção. As políticas públicas mais inteligentes são as que previnem, e eu fico muito feliz que o senhor tenha essa percepção.

Entretanto, eu não sei se as sugestões às quais o senhor alude seriam exatamente as mais adequadas, porque, muitas vezes, ainda que na experiência do senhor – e eu a respeito, evidentemente –, disciplina esteja associada ao culto aos valores, não necessariamente essa é a equação que se aplica de modo universal. Há outras formas de consolidação de valor, dos valores de respeito, de convívio, de compaixão, de solidariedade, de cooperação, respeito à liberdade e à diversidade. E nós podemos explorar essa pluralidade. Eu acho que as formas

de educação podem se renovar, devem se renovar, e elas, eu creio que serão tão mais eficientes quanto mais ouvirmos os próprios jovens, levarmos em conta o seu imaginário, a sua sensibilidade e as suas experiências.

O Senador Lindbergh deixou várias questões, que são muito importantes e que são talvez maiores do que a possibilidade de resposta nesse nosso encontro. De toda maneira, eu faria algumas observações, reunindo as questões, o conjunto das perguntas e buscando alguns fios de articulação.

No Estado do Rio de Janeiro, de 2003 a 2014, houve 10.699 mortes provocadas por ações policiais – 10.699. Quando nós dizíamos que, no Brasil, há seis mortes provocadas por ação policial por dia, todos nos surpreendemos.

Mas esse número, de alguma maneira, simbolicamente, parece pequeno. Na comunicação, o símbolo pesa. É melhor tomar um caso específico e projetar essa realidade, retrospectivamente, até o ano de 2003, por exemplo, para lhes dar a dimensão da magnitude do que estamos falando. Nós não estamos falando em desvios de conduta individuais, eventuais, casuais; nós estamos falando em um padrão institucionalizado. Por que institucionalizado? Porque se reitera, se reproduz de forma, inclusive, previsível. Podemos calcular os movimentos dos números, porque eles variam, se elevam, se reduzem, mas em uma magnitude espantosa: 10.699, Senador, entre 2013 e 2014.

Hoje, antes de vir para cá, recebi vários comunicados pelo celular, mas não tive possibilidade de obter esclarecimentos. Eu saí do Rio muito cedo. Amigos meus pedindo que eu já falasse sobre o caso do Rafael, supostamente assassinado pela polícia hoje, no Rio de Janeiro. Amigo de amigos meus, etc.; um rapaz morador de favela, trabalhador, entregador de *pizza*. Não tenho mais informações, mais elementos, não tive tempo para qualquer levantamento, mas é só uma nota. É uma nota pessoal, de um pequeno caso – pequeno, porém, incomensurável, porque é uma vida humana –, que nos assombra, que nos acompanha no dia a dia no Rio de Janeiro. Isso é uma tragédia, e é absolutamente inaceitável.

Morrem policiais também, em uma quantidade muito superior à da média dos países. Estamos, portanto, diante de um problema muito grave. São jovens também. Quem são esses policiais que matam e que morrem? Eles são irmãos, eles provêm das mesmas áreas, dos mesmos territórios vulneráveis; frequentemente, têm a mesma cor. E aquilo que eu chamei de genocídio do jovem negro, nas favelas, nas periferias, chega a atingir, frequentemente, policiais também; trabalhadores, cidadãos policiais.

Uma procuradora do Estado do Rio de Janeiro, corajosa, audaciosa, propôs um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) ao Governo do Estado do Rio, verificando que as condições de atuação dos policiais nas UPPs era inaceitável, era subumana. E o que estava sendo perpetrado era inaceitável, também, com a sociedade local. Isso não teve grande visibilidade. Nós precisamos discutir esse caso em detalhes, porque é exemplar e pode abrir caminhos para formas inovadoras de controle externo. Mas o fato é que essa procuradora narra a situação que encontrou nas UPPs depois de várias denúncias de policiais. Ela foi visitá-los e narra a situação usando os seguintes termos: “os policiais trabalhavam em situação análoga à da escravidão”. Não é nenhum militante de movimentos radicais; é uma procuradora que examinou uma situação concreta. Essas situações absurdas envolviam desrespeito a tempo de trabalho, inclusive, considerando-se o tempo extra; condições sanitárias abjetas; de alimentação, precaríssimas; de treinamento de defesa; temperaturas desumanas; equipamentos que não funcionam. Isso tudo, submetidos à pressão do risco e à pressão psicológica que advém com a proximidade, a vizinhança do risco. Como solicitar desses policiais respeito aos direitos humanos se os seus próprios estão sendo violados sistematicamente?

E por que é que se aceita esse nível de exploração da força de trabalho? Por que é que um trabalhador convive, ainda que indignado, com essa situação? Porque é militar. Porque, se levantar a voz, denunciar essa situação e se recusar a cumprir mais uma jornada de trabalho, ele será preso sem direito a defesa, porque o regimento disciplinar assim determina. Portanto, a natureza militar da nossa instituição de policiamento ostensivo se converteu em um instrumento de superexploração da força de trabalho, que é um dos fatores conducentes à própria violência policial.

Enfim, temos que refundar as nossas instituições, levando em conta múltiplos aspectos: as condições de trabalho, as condições organizacionais dos trabalhadores, cidadãos, policiais, e, por outro lado, a situação em que vivem as populações nos territórios mais vulneráveis, particularmente os jovens frequentemente estigmatizados e vítimas desse processo que é criminoso.

Uma coisa é falarmos do crime perpetrado por indivíduos. Isso é repulsivo e inaceitável; mas outra coisa ainda mais grave é falar do crime perpetrado pelo Estado sistematicamente como política. Não é uma política consciente, uma política explícita: “Vamos exterminar esse grupo social”, mas é o que se depreende da análise histórica, da análise dos dados, é o que se depreende da leitura dos mapas aos quais se tem devotado a competência do Prof. Jacobo. Portanto, se o Senador me pergunta o que fazer, eu diria: temos de atuar, me parece, de forma muito, muito, profunda e intensa em duas áreas simultaneamente: refundando as instituições de se-

gurança pública e arquitetura institucional da segurança pública da Justiça criminal. Aí uma adaptação à situação democrática, que exige muito investimento. Essa é uma política de longo prazo, que implicará a alteração do art. 144 da Constituição. Em algum momento temos que dar o primeiro passo...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ EDUARDO SOARES – ... em termos de prosseguir, porque um passo, ainda que seja diminuto, é indispensável para que o caminho se realize e se cumpra.

Por outro lado, em iniciativas sociais que têm de partir de um espírito consensual que está muito distante de nós e cada vez mais distante para além de partidos, disputas ideológicas e eleitorais e de disputas políticas menores; um reconhecimento do conjunto dos atores políticos e sociais de que essa é uma tragédia que merece uma ação consensual convergente. Isso envolve a primeira infância, o fim da evasão, o controle severo da evasão escolar, um investimento profundo e sério nesse processo e, sobretudo, a percepção de que não é com a repressão que vamos vencer essa situação, mas é com uma disputa positiva, propositiva e construtiva.

Se os jovens, eu dizia, atendem ao chamado do recrutamento desses grupos criminosos, porque obtém, de lá, algum benefício, ainda que ela seja destrutivo e autodestrutivo, devemos entender essa dinâmica, compreender quais são esses benefícios subjetivos e objetivos e responder, oferecendo a esses jovens os mesmos benefícios e outros, com sentido invertido, positivo, construtivo.

Essa disputa é a disputa que nos conduzirá a um resultado positivo, como todas as boas experiências no Brasil e fora do Brasil têm demonstrado. E não é a invasão bélica, a destruição física, o aprisionamento que vai reproduzir a violência por meio da institucionalidade.

O Ministério Público tem, por papel constitucional, exercer o controle externo da atividade policial, e tenho certeza de que meus amigos do MP reconhecerão que isso tem sido feito de forma muito insuficiente, muito precária.

De modo que, se o MP assumir, abraçar essa causa, de fato, levando a sério e compreendendo que não basta buscar os desvios de conduta individuais, mas que é preciso reconhecer que há uma estrutura que se reproduz e que é preciso questioná-la; se o MP entender ainda que está na obrigação da sua instituição, obrigação constitucional, operar esse questionamento; se formos capazes de reinventar, como sociedade, com a participação dos policiais, todo esse setor de modo a atualizá-lo, modernizá-lo, torná-lo transparente, com controle externo e orientado para a garantia de direitos, para a vida, para o respeito aos direitos humanos; e também se interviermos socialmente nessas várias dimensões, num trabalho multissetorial, articulado, a partir de um grande pacto, para além dessas disputas ideológicas e políticas; se operarmos dessa forma, investirmos nesse mutirão pela civilidade, pela democracia, pela justiça, pela vida, tenho certeza de que avançaremos e que o próximo Mapa, um dia, algum mapa do Prof. Jacobo nos trará boas notícias.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

Antes de o Dr. Jacobo fazer sua fala, vou destacar uma das inúmeras falas que vieram aqui, para que possa servir de referência também.

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, da Paraíba. “Estudo o assunto e digo: Não é a exclusão social da jovens carentes negros que faz deles elementos vulneráveis da violência. Os dados fornecidos não correspondem ao lado de quem mata. Provavelmente, quem mata ou morre estão do mesmo lado social.” Cidadão via Alô Senado.

A Secretária quer falar agora antes de... Estou abrindo um espaço para a Secretária da Secretaria Nacional de Direitos Humanos fazer uma rápida fala em função do horário.

A SRª ANGÉLICA MOURA GOULART (*Fora do microfone.*) – Deixe-o responder.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. JULIO JACOBO WASELFISZ – Não vou dizer muito, os temas já foram mais ou menos abordados. sobre a pergunta do Senador Lindbergh, se o encarceramento é uma solução. Penso que esse elemento não é solução de coisa alguma, é um problema que temos que enfrentar para solucionar alguns outros problemas.

Concretamente, ao discutir a maioria penal, tenho certeza quase absoluta, baseada em números, em pesquisas, de que nosso índice de criminalidade e violência vai aumentar, longe de diminuir. Por que digo isso? Primeiro, pelo diferencial de reincidência que se sabe que existe entre os dois sistemas. Enquanto um sistema tem uma reincidência de 30%, outro sistema se calcula que tenha 70% de reincidência. Há um diferencial de 40%. Esses 40% vão resultar em que, no retorno à sociedade, a criminalidade e a violência aumentem. Isso, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o que está em discussão é, mais ou menos, o problema de não terminar nunca. Ou seja, baixa-se a 16 anos; proximamente, vai se baixar aos 14; vai se baixar aos 12, por quê? Porque vai continuar existindo violência nas diversas faixas etárias. Até que uma criança tenha que mostrar certidão de boa conduta

ou que pertence a uma família de bem, terá que vir junto a uma certidão. A diminuição ou aumento de idade penal não vai solucionar os problemas de fundo, não vai solucionar os conflitos que existem, não vai solucionar o problema de nossa sociedade.

Com respeito à circulação das armas de fogo, sabemos que há a diminuição da circulação. A campanha do desarmamento foi eficiente, digamos, no primeiro período de sua promulgação e regulamentação por meados de 2004 até fins de 2005, quando houve o plebiscito nacional. Foram entregues, com contraprestação, financeira aproximadamente 480 mil armas em lapso de um ano e pouca coisa. Realmente, os dados comprovam eficientemente, sem nenhum tipo de questionamento, que há uma queda significativa no primeiro ano e no segundo ano do Estatuto do Desarmamento.

Depois do plebiscito, parece que terminou o desarmamento, terminaram as notícias, terminou todo o processo do Estatuto do Desarmamento. Só ficou a parte do estatuto e não ficou a parte do desarmamento. O registro, sim, implementou-se, mas o desarmamento acabou. Houve campanhas esporádicas posteriores de que em sete, oito anos de existência conseguiram retirar de circulação cento e poucas mil armas de fogo, praticamente meia arma de fogo por cada homicídio com arma de fogo. Nesse lapso de seis ou sete anos, houve mais ou menos 300 a 350 mil homicídios. Retiraram-se metade dos homicídios cometidos por arma de fogo. Sim, a eficiência foi extremamente baixa. Praticamente não houve campanha do desarmamento.

Então, temos neste momento, pelos estudos que se realizam por aí – são estimativas, ninguém sabe exatamente quantas armas existem em circulação –, aproximadamente de 15 a 16 milhões de armas em circulação, mais ou menos metade em mãos legais, metade em mãos ilegais.

Nós fizemos uma pesquisa em escolas, e 37% dos alunos de 15 a 16 anos de idade sabiam onde conseguir uma arma de fogo. Eu não sei onde conseguir uma arma de fogo apesar de militar nessa área. Então, realmente arma de fogo é um instrumento de primeira necessidade neste campo.

Concordo com Eduardo quando diz o significado para um jovem da arma de fogo. Fizemos uma pesquisa no Distrito Federal – gangue, galera, rapa – e estávamos conversando com meninos sobre o que significava isso há 10, 12 anos. Eles chegaram à conclusão que revólver é instrumento de respeito. Chamaram isso de instrumento de respeito. Claro, esse jovem não pode ter respeito por educação, não pode respeito por grana, não pode ter respeito por posição social, então, vai ter respeito pela arma. O fundamental é o que você disse: “ser alguém”. A arma converte o nada em alguém, o invisível em algo visível. Olha-se a arma e não o indivíduo que empunha a arma.

Então, poderíamos dizer, primeiro, que ninguém afirmou que retirar essa arma de fogo iria solucionar o problema do conflito, iria tornar o conflito menos letal. Arma de fogo não foi feito para limpar as unhas, não foi feita para coçar as costas; foi feita para matar. Quem usa a arma tem que estar disposto a matar ou estar disposto a morrer. Um dos dois vai morrer. Se empunha uma arma, ou mata ou morre. Um dos dois! Arma de fogo incentiva a letalidade.

A primeira coisa que fazem os capacetes azuis, quando chegam em uma situação como a fizeram os brasileiros quando chegaram no Haiti, foi desarmar a população. Podem se enfrentar, vão brigar, mas não vão matar. A intenção não era eliminar os homicídios, como se está colocando agora em alguma comissão; era tornar o homicídio menos letal. Isso se conseguiu. Temos uma situação de equilíbrio mais estável. Estamos numa taxa de 28, 29 homicídios em cem mil há mais ou menos 10 ou 12 anos; aumenta um pouco, desce um pouco. Conseguiu-se o objetivo de desarmamento que era tirar a letalidade.

A última. Enfrentamento do tráfico. Há uma visão muito, digamos, interesseira, de que o tráfico é responsável por praticamente tudo que existe de violência em nossa sociedade. Eu não digo que tráfico é pacífico, mas não explica toda a violência da nossa sociedade, nem sequer a maior parte da violência da nossa sociedade.

Em uma pesquisa do Conselho do Ministério Público, que fundamentou a campanha Conte até Dez, fizeram uma contagem de homicídios em 16 unidades federativas, homicídios por motivos fúteis e banais e homicídios profissionais. Chegaram à conclusão que em nove unidades federativas são homicídios culturais, em cinco prevalecem os homicídios que são profissionais da droga, tráfico, a minoria dos Estados. Não digo que não sejam violentos, porque temos que enfrentar outra realidade, que também é a cultura da violência que é o conflito do Brasil, conflitos no trânsito, conflitos entre vizinhos, conflitos entre parênteses, conflito entre casais se resolve via extermínio do elemento conflitivo. Essa é a nossa dura e crua realidade.

Então, temos, para fazer valer uma questão básica, que é o respeito à vida do próximo, um longo caminho para percorrer.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada pela participação dos senhores, que certamente nos anima a continuar nossa tarefa, nossa investigação.

Vou passar a palavra, antes de terminar, para nossa Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª ANGÉLICA MOURA GOULART – É um nome grande, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito maior que o orçamento.

A SRª ANGÉLICA MOURA GOULART – Isso a senhora conhece bem.

Boa noite, Senadora. Primeiramente, um agradecimento por essa iniciativa à senhora e ao Senador Lindbergh, porque nesse momento estratégico precisamos trazer, cada vez mais, luz para esse tema.

A reflexão dos nossos dois grandes mestres, tanto o Professor Jacobo como o Prof. Luiz Eduardo, é fundamental para aprofundar, ampliar essa discussão.

Na verdade, nos últimos 90 dias, nós fomos praticamente sequestrados por esse tema. Nós não tivemos mais sossego desde que a PEC foi apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para aprovar a sua admissibilidade. De lá para cá, nosso tempo é todo na ampliação do diálogo, tanto com os Parlamentares como com a sociedade de modo geral. Nós acreditamos que, nesses três meses, houve um aspecto positivo de essa pauta estar presente, que foi o aprofundamento dessa discussão em cada canto deste País. Todo movimento, especialmente movimento social ligado à criança e ao adolescente, à militância dessa área, está levando essa discussão, com a parceria de muitos outros movimentos sociais. Tanto é que, amanhã, acredito que chegarão caravanas do Brasil todo para acompanhar a votação da PEC 171. Há uma grande mobilização. Agora mesmo, em frente ao Congresso Nacional, os jovens estão acampados lá fazendo um sarau, fazendo uma vigília, com a perspectiva de, mais uma vez, numa última tentativa, alertar os Parlamentares, que amanhã tomarão essa importante decisão, da importância da responsabilidade de eles colocarem o voto deles favorável às PEC 171.

De fato, precisamos tratar dessa forma. Participamos de inúmeras audiências, de inúmeros debates, e nenhuma das razões favoráveis são razões pautadas em dados, numa linha conceitual de que essa decisão vai resolver o problema, ou da violência ou de da impunidade de que tanto se fala, que são dois grandes mitos que precisamos continuar discutindo para derrubar.

Neste último momento, esperamos que a PEC seja derrotada, com muita esperança de que todo esse esforço concentrado, nos últimos meses, tenha conseguido angariar os votos necessários para que ela seja rejeitada. Caso contrário, nós vamos precisar ainda mais desta Casa para ampliar essa discussão, essa reflexão. Mesmo que a PEC seja derrotada, nós ainda acreditamos que se abriu uma discussão em torno desse tema que precisa ser aprofundada, desde as razões que levam meninos e meninas a serem cooptados com tanta facilidade pelo crime – que eu não vou nem dizer que nem é organizado ou não – quanto é a possibilidade de qualificação do sistema socioeducativo e de um grande pacto nacional de enfrentamento aos homicídios todos, especialmente aos de adolescentes, que chegam a esses níveis que o Prof. Jacobo traz o tempo todo para a nossa discussão.

Nós temos muita esperança de que amanhã vençamos uma etapa. Mas, caso contrário, de qualquer forma, contamos com esta Casa aqui, para que possamos, de fato, avançar no amadurecimento do que é o sistema socioeducativo neste País, dos investimentos que a senhora sabe muito bem que ele precisa receber para a sua real qualificação. Os esforços todos só serão mesmo contemplados quando todos – Executivo, Legislativo, a sociedade de modo geral – entenderam o quanto precisamos investir no acolhimento e na possibilidade de reconstrução de um projeto de vida para esses jovens.

Desculpem que o tempo todo levantamos e saímos, mas estamos ainda nessa mobilização daqueles últimos minutos da votação. A senhora sabe muito bem, eu acho que os professores, pelas causas em que estão envolvidos nos últimos anos, também sabem que estamos no respiro final de conseguir que a PEC seja rejeitada.

Então, fica o agradecimento. De qualquer forma, nossa Secretaria, como responsável pela política – o professor já sabe –, está trabalhando em dois níveis. Um deles é a qualificação do Sinase e o outro é a construção de um pacto de enfrentamento ao homicídio de adolescentes, dentro do pacto nacional de enfrentamento de homicídios.

E a gente gostaria de continuar contando com a participação e com a qualidade da discussão que vocês trazem nessa construção que está sob a nossa responsabilidade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Quero, no entanto, antes de encerrar ler novas contribuições que chegaram via Alô Senado.

Carlos Arcene dos Santos, São Paulo: “Para aplicar a maioria penal no País, o Governo deverá criar políticas públicas para auxiliar os jovens brasileiros, dando-lhes mais oportunidade de trabalho e educação, independente de sua cor ou raça”.

João Batista Alves, Paraíba: “O genocídio de jovens de 16 a 19 anos não está ligado à ganância dos políticos por se manter no poder e também pelo aumento na corrupção?”

Vitor Vellozo dos Santos, Tocantins: “Que Brasil é este onde há uma desconstrução dos meios de coerção de práticas ilícitas, onde as vítimas são postas em segundo plano e há uma supervalorização do criminoso?”

Deusmar Vicente Vieira, Goiás. “Afirmo que o Governo deve criar vagas de emprego para os jovens, pois eles precisam ser ensinados a ter responsabilidade”.

Finalmente, Átila Roque. “Assustador ouvir análises tão lúcidas e bem informadas sobre a tragédia que se abate sobre nossa juventude, e pensar que o risco que corremos é ver a demagogia populista prevalecer na Câmara dos Deputados na votação da PEC 171. Torço para o Senado não deixar isso ir adiante”.

Eu também torço e acho uma coincidência, acima de tudo, infeliz a PEC ter a numeração 171. *(Risos.)*

Nada mais havendo a tratar, quero agradecer a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião da Comissão a realizar-se na sexta-feira, pós 2 de julho. Dois de julho refere-se exata à data em que se consolida a independência do Brasil, na Bahia, após a guerra que se iniciou um ano antes, em 25 de junho de 1822, na cidade de Cachoeira, que vem a ser a minha cidade natal, quando as tropas portuguesas atiraram sobre a Câmara de Vereadores da cidade de Cachoeira, que reconhecia D. Pedro I como Príncipe Regente do Brasil.

Naquela oportunidade, os portugueses, que já conviviam com a independência decreta às margens do Ipiranga, tinham um segundo plano, que era conviver com as tropas e com a independência do Brasil no Sul e no Sudeste e fazer permanecer sob o domínio português todo o Norte e Nordeste brasileiro.

A luta pela independência do Brasil na Bahia foi uma luta armada, de enfrentamento e de formação de um exército nacional, o chamado de Exército dos Periquitos, que contou com a participação de índios, de negros libertos e também da elite branca brasileira. Ele contou com a participação de brasileiros de Minas Gerais, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, que formavam esse exército, que resistiu e veio finalmente a alcançar a vitória, invadindo e conquistando a cidade de Salvador, que, à época, estava dominada pelas tropas portuguesas, em 02 de julho de 1823.

Anualmente, acontece na Bahia um cortejo popular que revive toda essa história e que sai pelas ruas da cidade de Salvador, a partir justamente do local onde a batalha final aconteceu.

É uma data magna para a Bahia e deveria ser um data magna para o Brasil, com o reconhecimento do 2 de julho como uma data de importância fundamental para a construção da unidade nacional e para a consolidação da independência no Brasil.

Os baianos e a nossa Bancada da Bahia, anualmente, marcam essa data no Senado Federal e temos a luta pelo reconhecimento dessa data nacionalmente. Infelizmente, ainda não conseguimos viabilizar nossa batalha legislativa, que, através de projeto de lei, retira o nome do aeroporto de Salvador, que, atualmente, se chama Luís Eduardo Magalhães, e, em substituição, a data de 2 de julho. Independentemente de reconhecer os méritos do Deputado Luís Eduardo Magalhães como Presidente da Câmara dos Deputados, como Deputado pela Bahia, uma data como essa tem uma importância muito maior do que a participação de qualquer que seja o cidadão, porque um cidadão não pode substituir a participação de tantos cidadãos que tornaram possível a soberania do Brasil.

Portanto, na sexta-feira, dia 3 de julho, a partir das 8h30, a CPI estará em audiência pública na Assembleia Legislativa de Roraima, na capital, Boa Vista, ouvindo os convidados que já foram mencionados nos Requerimentos nºs 16, 18 e 20, aprovados por esta Comissão. São autoridades locais e organizações não governamentais, que estaremos ouvindo acerca do tema que estamos investigando lá, que são mortes de jovens naquele Estado. A questão denunciada pelos Senadores que solicitaram esta audiência se dá justamente pelo crescimento da violência sobre a população de jovens, especialmente nas fronteiras daquele Estado.

Portanto, agradeço a participação de todos vocês e declaro encerrada a presente reunião. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(Iniciada às 19 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 28 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2015, às 14 horas e 52 minutos, no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Otto Alencar, Hélio José, Vanessa Grazziotin, Wilder Moraes, Douglas Cintra e Randolfe Rodrigues**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Humberto Costa e Acir Gurgacz**. Inicialmente foi realizada oitiva da Sra. Gegliane Maria Bessa, em caráter secreto; logo após a reunião foi tornada pública e realizada oitiva com a Sra. Adriana Oliveira e Ribeiro e com o

Sr. Jorge Victor Rodrigues. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Em 30 de junho de 2015, declaro aberta a presente Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 407, de 2015.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva da Srª Adriana Oliveira e Ribeiro, do Sr. Jorge Victor Rodrigues e da Srª Gegliane Maria Bessa Pinto.

No transcorrer desses depoimentos, serão obedecidas às seguintes normas: a palavra será concedida aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição, com preferência para a Relatora, que inclusive é autora do requerimento da Srª Gegliane; ao Presidente, na ordem; aos autores dos requerimentos e aos membros titulares, suplentes, e não membros.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 210 do Código de Processo Penal, de aplicação subsidiária aos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito – aspas –, “os convocados serão ouvidos separadamente, de modo que uns não saibam nem ouçam os depoimentos dos outros” – aspas. Dessa forma, os convocados, segundo a ordem dos requerimentos aprovados, serão conduzidos à mesa pela Secretaria, para que sejam ouvidos de forma individualizada.

Informo, ainda, que os três convocados desta tarde, Srª Adriana Oliveira e Ribeiro, Sr. Jorge Victor Rodrigues e Srª Gegliane Maria Bessa Pinto, obtiveram decisões, em caráter liminar, perante o Supremo Tribunal Federal para que lhes seja garantido o direito de permanecerem calados perante esta CPI, se assim o desejarem, e também à assistência dos seus respectivos advogados.

A Presidência informa, também, que a Srª Gegliane Maria Bessa Pinto, através de seu advogado, Dr. Marcos, que já se encontra na Casa, constituído, esclareceu que tem a oferecer a esta Comissão informações relevantes, que podem comprometer a investigação se forem publicamente reveladas. Na mesma linha, os delegados da Polícia Federal responsáveis pela Operação Zelotes também nos alertaram para essa possibilidade.

Assim sendo, consulto a nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, e os nossos demais Senadores aqui presentes, nesta CPI, sobre a possibilidade de transformarmos esta reunião de oitiva da depoente acima citada, Srª Gegliane, em reunião reservada, nos termos do art. 197, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre se podemos, então, fazer esta reunião reservada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente e demais colegas Parlamentares aqui presentes, a gente tem uma prática na CPI, que não é desta, mas desta também, e, desde o início, V. Exª fez questão de deixar bem claro, da possibilidade de realizarmos sessões reservadas quando haja a intenção do depoente de colaborar com as investigações. Então, é óbvio, concordo com o encaminhamento que V. Exª dá, mas tendo claro isto: estaremos em uma reunião reservada para ouvir alguém que tem muito conhecimento de tudo que aconteceu no âmbito do Carf e que colaborará com a CPI, ajudará trazendo informações novas. Porque, se assim não for, Sr. Presidente, não haveria a menor necessidade.

Mas nós vamos acatar o pedido, porque o que nós queremos é avançar nos nossos trabalhos de investigação e elucidar muito do que precisa ser elucidado.

Então, quero cumprimentá-lo pelo encaminhamento que faz, dizendo que concordo em gênero, número e grau.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Os demais Senadores. *(Pausa.)*

O.k. Estando de acordo, então, solicito, com todo o respeito e com todo o carinho – vamos ouvir primeiro a Srª Gegliane –, repito, com todo o carinho e respeito, solicito a saída deste recinto, neste momento, de todas as pessoas presentes neste Plenário, devendo ficar somente o serviço de taquigrafia e o pessoal da Secretaria da Comissão para auxílio nos trabalhos, de acordo com o art. 192, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é tornada secreta às 14 horas e 58 minutos e é reaberta às 17 horas e 4 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Encerrado o depoimento da Srª Gegliane Maria Bessa Pinto, torno pública novamente esta reunião e agradeço a presença de todos os senhores.

Vamos, então, começar os nossos trabalhos novamente. Hoje é um dia de muita movimentação na Casa, a nossa Relatora teve de ausentar-se, mas acredito que deva estar aqui em questão de minutos a Senadora Vanessa Grazziotin.

Aqui estão presentes os Senadores Donizeti Nogueira e Otto Alencar.

Seguindo o Regimento Interno, a palavra seria dirigida à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin. Não estando presente, contudo, se os senhores me permitirem, Senadores, vou começar a fazer as perguntas à Srª Adriana Oliveira e Ribeiro.

Ou os senhores querem começar fazendo as perguntas? *(Pausa.)*

Não? *(Pausa.)*

Pois bem, Srª Adriana, qual a sua experiência profissional? Primeiro, qual a formação da senhora?

A SRª ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, boa tarde.

Como o senhor bem pôs, meu nome é Adriana Oliveira e Ribeiro. Sou advogada. Fui Conselheira suplente junto à 4ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento no Carf entre os anos de 2011 e 2014. Fui chamada a esta Casa para esta assentada, Sr. Presidente, tendo por fundamento as informações que constam da Operação Zelotes da Polícia Federal.

A autoridade policial, conforme lhe assegura a Súmula 14 do Supremo Tribunal Federal, ainda em fase investigativa, não fez juntar, não disponibilizou aos investigados – eu me incluo nesse inquérito – o acesso a todas as informações constantes daqueles autos.

Por essa razão, Sr. Presidente, por acreditar, por ter absoluta tranquilidade em relação a tudo que poderia ser questionado aqui, mas amparada pelo direito que me assiste, previsto na Constituição Federal emanada desta Casa, e atendendo à orientação dos meus patronos, eu busquei auxílio junto ao Supremo Tribunal Federal, que me concedeu o direito de ficar calada nesta assentada, Sr. Presidente, única e exclusivamente por não ter tido acesso à integralidade das informações que constam daquele inquérito policial.

Por isso, nesta assentada, Sr. Presidente, deixo de prestar os esclarecimentos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora, como advogada, não precisava nem recorrer, como a senhora bem disse, ao Supremo Tribunal Federal. O art. 5º, LXIII, da nossa Carta Maior já lhe concede esse direito. Agora, V. Sª, como advogada que é e ex-conselheira – e aí percebe-se que a senhora não é uma principiante na advocacia...

A SRª ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Já tenho alguma experiência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora, que está acompanhada do seu advogado, sabe que o silêncio da senhora aqui também não é um comportamento que venha a lhe favorecer.

Quanto à documentação do inquérito, a senhora, como advogada, só não teve acesso a eles até hoje porque não quis, porque, conversando sobre a Zelotes – estamos sempre compartilhando informações –, basta requerer que, dentro de um dia ou, no máximo, dois, o HD estará em suas mãos.

A SRª ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora tem toda a liberdade de permanecer em silêncio, mas eu gostaria de fazer algumas perguntas à senhora.

Não quero aqui, em momento algum, constrangê-la, muito menos intimidá-la, porque não é o objetivo desta CPI, dos nossos Senadores, mas a senhora deveria – é um conselho meu – contribuir. Se a senhora não tem culpa nesse esquema criminoso do Carf... A Zelotes já mostrou que já verificou quase R\$6 bilhões, mas o número é muito maior que isso. Eu, que venho da contabilidade, do Direito Tributário... Nós estamos, agora, pedindo todos os julgados de 2009 para cá, que somam uma monta de R\$1,3 trilhão. Eu acho que a senhora deveria conversar com o seu advogado, Dr. Getúlio, e nos ajudar respondendo a algumas perguntas. Aquilo que a senhora perceber que vai formar prova contrária à senhora deixaria de responder. A senhora poderia contribuir.

Dessa forma, veio aqui, há poucos dias, o Sr. Leonardo Siade Manzan, também com liminar do Supremo Tribunal Federal, mas ele resolveu falar. E eu acho que ele foi bem-sucedido na fala dele.

Portanto, eu gostaria de fazer umas perguntas, mas me parece que o Senador Otto quer fazer um...

Quer a palavra, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ataídes Oliveira, Senador Donizeti, Srª Adriana Oliveira e Ribeiro, eu li no dia 28 agora de junho, na *Folha de S.Paulo*, um artigo muito bem escrito pelo jornalista Elio Gaspari, que fala sobre a blindagem da caixa-preta do Carf.

Eu acabei de vir agora da CPI do HSBC, que também tem uma blindagem muito grande que envolve pessoas muito poderosas. Nós ouvimos, aqui, o Leonardo Manzan, que foi conselheiro do Carf e é sogro do Otacílio Cartaxo. Ele colocou aqui o Otacílio Cartaxo como uma figura assim de proa, como se fosse uma grande figura aqui de Brasília e da República, mas patrocinou todo tipo de tráfico de influência dentro do conselho do Carf – conselho armado para roubar o fisco, na tradução nova.

A blindagem da caixa-preta escrita pelo Elio Gaspari, no dia 28 de junho, mostra perfeitamente isso. Ele foi o único jornalista, talvez, que tenha tido a decisão de mostrar esta roubalheira do Carf, de R\$600 bilhões

de autos de infração que não foram julgados, R\$19 bilhões que foram identificados, pela Polícia Federal, como desvio, três vezes mais do que a Lava Jato do “petrolão” da Petrobras, enfim.

Na verdade, criou-se este Carf em 2008, 2009, que era antes o conselho de contribuintes, para proteger o sonegador, não permitir que os autos de infração fossem pagos. E aí se colocou dentro do Carf uma verdadeira corporação de pessoas destinadas a lesar o Erário e a proteger o sonegador.

Então, a Dr^a Adriana vem com esse direito de ficar em silêncio, dado inclusive pelo Supremo, se não me engano, pelo Ministro Celso de Mello, não é isso?

A SR^a ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Gilmar Mendes. Ministro Gilmar Mendes.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois é! É o Poder Judiciário protegendo inclusive quem comete ilícitos, para ficar no silêncio e não ter condição... Porque o silêncio não é julgado, ninguém pode julgar o silêncio. É um desserviço, eu considero, essa atitude do Supremo Tribunal, qualquer que seja o Ministro que dê uma decisão nesse sentido.

Eu ia perguntar a ela se conhece o Sr. Hugo Borges e, em caso positivo, qual a função dele na sociedade J.R. Silva Advogados e SGR Consultoria...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Otto, a Sr^a Adriana...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Deixe-me concluir. Presidente, eu posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim, sim. Mas de repente ela resolve nos responder. A senhora nos responderia?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu só vou concluir aqui. Vou concluir aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Porque, de repente, ela responde ao senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sim, mas eu queria fazer três perguntas. Ela pode responder.

A primeira foi esta: se a senhora conhece o Hugo Borges e, em caso positivo, qual a função dele na sociedade J.R. Silva Advogados e SGR Consultoria.

A segunda: qual era a função do Sr. Paulo Roberto Cortez, também outra figura de proa nessa traficância dentro do Carf, do escritório J.R. Silva Advogados, na SGR Consultoria e na ABC Consultoria.

A imprensa relata várias conversas, Dr^a Adriana, sobre esquemas ilícitos investigados na Operação Zélotas. V. S^a verificou, no funcionamento do Carf, a ocorrência desses ilícitos, como a venda de serviços diversos, entre eles, a admissão de recursos, a inclusão de processos em pauta, julgamentos e pedidos de vista?

São essas as três perguntas que eu faria à Dr^a Adriana. Se a senhora quiser responder...

A SR^a ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Senador, eu hoje vou me valer deste direito de permanecer calada.

Sr. Presidente, tenho acompanhado atentamente os trabalhos que vêm sendo realizados nesta Casa e, nas assentadas passadas, o senhor fez uma citação que muito se enquadra neste momento, nesta condição em que estou, no momento, nesta Casa. O senhor citou Hebreus 4:13: “Dele nada se pode ocultar”.

Não devo e não tenho o que ocultar nem a Ele, nem aos Srs. Senadores, nem à sociedade, nem a ninguém. Mas deixo, Senador Otto, de responder neste momento por conta da orientação que recebi de meus advogados.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vou passar a palavra para o Senador...

Dr^a Adriana, a senhora acabou de lembrar Hebreus 4:13. Então, percebo que a senhora tem princípios cristãos.

A SR^a ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se a senhora não tem culpabilidade, colabore conosco, colabore com este País, que está corroído pela corrupção. Os quatro cantos deste País estão tomados por este câncer em estado de metástase. As nossas crianças estão morrendo nos hospitais, nas filas dos hospitais, bem como os nossos velhos. Os nossos jovens não têm educação, não têm cultura, não têm dinheiro para nada porque a corrupção está levando tudo. Imagino que a senhora seja mãe de família.

A SR^a ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Já tem netos?

A SR^a ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está muito nova, mas vai ter netos.

A SR^a ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Obrigada. Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Hebreus 4:13.

Como é que a senhora quer um Brasil para os seus filhos e para os seus netos? Quer este País corrupto, este País de ladrões, apesar de haver tantas pessoas sérias, roubando dinheiro da saúde, da educação e da segurança? Ou a senhora quer, já que não tem culpa, contribuir com este País, contribuir com esta CPI? Não es-

tamos aqui para condená-la, de forma alguma. Não é esse o nosso propósito. Evidentemente, quem tem culpa deve pagar, não é? E, se não pagar aqui, vai ter que pagar com nosso ser superior.

A SRª ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ninguém fala isso aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ataídes...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu gostaria que a senhora repensas-se mais um pouco e contribuísse, como dona de casa, como mãe de família, melhor dizendo. Eu queria que a senhora pensasse um pouco, conversasse com o Dr. Getúlio e contribuísse. As nossas perguntas aqui são simples. A pergunta que a senhora achar que não deve responder não responda, se omita. Mas vamos contribuir conosco, vamos fazer isso. A senhora vem o Direito, a senhora é uma doutora do Direito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Só para terminar, para eu concluir aqui, já que se falou da Bíblia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos deixar o Senador Otto terminar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Falou-se na Bíblia, em Hebreus. Acho que, entre os componentes do Carf, o que cabe a todos é Romanos 2. Seria a carta de Paulo aos Romanos, Capítulo 2. Teriam que ler, a própria Drª Adriana e os componentes do Carf, entre eles mesmos. Entre os que transitavam e traficavam lá dentro, o correto seria ler Romanos 2. Depois, a senhora pega a Bíblia e lê.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, Senador, não vou entrar aqui pela Bíblia, mas quero, Drª Adriana, dizer que a senhora tem oportunidade de participar de um momento histórico neste País.

Segundo Ricardo Semler, que é, inclusive, do PSDB, durante a ditadura, os desvios do PIB superavam 5%. Ele mostra isso em dados. O mesmo Ricardo Semler diz que, nos governos antes do PT, os desvios do PIB eram acima de 3% e que, hoje, que estamos combatendo, lidando com o combate à corrupção, os desvios no governo do PT são de 0,8%.

Então, o que quero dizer? Que respeito o direito do qual a senhora está se valendo. Reconhecemos e respeitamos, embora eu não seja advogado – estudei apenas um ano e meio de Direito, sou administrador –, mas temos oportunidade, inclusive nesta CPI, nesta Operação Zelotes, de praticamente passar o País a limpo num setor que há séculos vem extorquindo do povo brasileiro, porque, de certa forma, recolhe do consumidor o imposto, depois, não paga, não recolhe aos cofres da União, valendo-se do planejamento administrativo e tributário para não pagar ou, então, espera o Refis, ou então dá propinas àqueles que topam fazer isso.

Então, reconheço, mas espero que a senhora seja convocada novamente e que a senhora tenha a disposição de contribuir com este momento, pois nós estamos passando o País a limpo, e, como o combate à corrupção é sistemático, a gente precisa da contribuição de vocês.

Nesse aspecto, Senador Ataídes, eu queria pedir que a convocada fosse dispensada, juntamente com o seu advogado, e passássemos para o seguinte, para nós podermos...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas eu gostaria de fazer uma última pergunta à Drª Adriana.

Vamos contribuir, Drª Adriana? Vamos falar alguma coisa sobre o Carf? Por exemplo, o que a senhora acha do Carf, do sistema operacional do Carf? Diga para nós o que a senhora acha daquilo lá; daquele sistema do contencioso, de julgamento de ações bilionárias, em termos de celeridade, em termos de composição, a senhora que esteve lá por três anos.

O Carf foi criado em 2008, mas começou a funcionar em 2009. A senhora entrou em 2011 e ficou até 2014. Então, fale para nós sobre o Carf.

A SRª ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Sr. Presidente, as considerações todas feitas aqui nesta Casa, em especial nesta assentada de que tenho a oportunidade de participar – e retomo a sua fala –, como mãe, como brasileira, como cidadã, são no sentido, não tenho dúvida, de que o trabalho desta Comissão vai contribuir, e muito, para o aperfeiçoamento não só do Carf, mas das instituições deste País, como bem posto pelo Senador Donizeti.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se a senhora ajudar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos dispensar a Drª Adriana. Ela já disse que não quer falar...

A SRª ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – Senador...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O que ela vai falar sobre o Carf, como é a sua estrutura organizacional, a gente já conhece.

A SRª ADRIANA OLIVEIRA E RIBEIRO – ... eu teria o maior prazer em discorrer sobre o Carf, que é uma casa que conheço, porque lá advoguei, quando era possível, onde tive assento como conselheira suplente, mas, neste momento, Senador, nesta assentada, eu deixo de prestar a minha contribuição.

Coloco-me à disposição desta Comissão para, em outro momento, caso seja possível, caso eu tenha acesso a todas as informações, para aqui voltar e prestar a minha contribuição, sem sombra de dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tudo bem. A senhora está de parabéns porque a senhora tem um curso superior. Lamentavelmente, o Lula não tem. Para ele vai ser um pouco mais difícil.

A senhora está dispensada. A senhora e o seu advogado estão dispensados.

E peço que se convide o nosso próximo...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Ataídes...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estou com a palavra, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Ataídes...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estou com a palavra. O senhor fez um comentário desnecessário sobre a corrupção neste País – desnecessário! Nós estamos aqui a tratar de um assunto e eu falei sobre a corrupção...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu não fiz comentário desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... sem falar de partidos. Eu não falei sobre partidos, Senador. Eu disse que a corrupção campeia os quatro cantos deste Estado, e V. Exª vem dizer que zero vírgula qualquer coisa, hoje, é a corrupção do PT. Não; o PT...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Corrupção do PT, não, moço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, não é assim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A corrupção no Brasil; e dezenas de empresários, inclusive do PSDB, estão corrompidos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós não estamos aqui a tratar desse assunto.

Eu peço que o senhor, então, aguarde o nosso segundo convidado, o Sr. Jorge Victor Rodrigues.

Por favor, peçam para ele entrar. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Jorge Victor Rodrigues, o senhor está na presença dos advogados: Dr. Marcos Vinícius e Dr. Luiz Henrique. O senhor tem também uma liminar, o senhor tem a prerrogativa de não responder às perguntas formuladas pelos Senadores. Mas, além dessa liminar, como é de conhecimento de todos nós, o art. 5º, inciso LXIII, da nossa Carta Maior também dá essa prerrogativa ao senhor, e a qualquer outro cidadão, de não produzir provas contra si.

Eu lhe pergunto se o senhor quer colaborar com os trabalhos desta CPI, como cidadão brasileiro, sendo já um senhor jovem, mas, imagino, próximo aos 60...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ...um pouquinho mais, pai de família, se o senhor está disposto a contribuir com esta CPI.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Sim. Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está disposto a contribuir?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Que ótimo! Que bom, que bom!

O senhor é formado em Direito?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não. Eu tenho formação jurídica na área tributária, mas não sou advogado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Correto.

A Casa, hoje, Sr. Jorge, está um pouco atordoada, com muitos afazeres, e as terças-feiras não são diferentes, porque temos várias CPIs em andamento...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Na ausência da Relatora, a Senadora Vanessa Grazziotin, que é quem fez todo o planejamento da CPI, eu acho inclusive que nós deveríamos cancelar, encerrar a oitiva e marcar para quando ela estiver presente. A Relatora tem que estar presente. Ela é a Relatora. Ela tem as per-

guntas para formular ao Sr. Jorge Victor Rodrigues. Então, apenas com as nossas presenças somente: a minha – nós temos de ir ao plenário agora –, do Senador Donizeti e a de V. Exª ficaria prejudicado.

Então, V. Exª poderia marcar uma outra reunião para que ele pudesse ser ouvido. Até porque, no caso, por exemplo, da Drª Adriana Oliveira e Ribeiro, que veio aqui com o direito de ficar em silêncio, ela não disse nada, e a Senadora Vanessa não estando presente, ficou prejudicado, porque ela vai fazer o relatório desta CPI.

Eu, por exemplo, poucas perguntas tenho a formular ao Sr. Jorge Victor Rodrigues. Creio que a Senadora foi quem preparou todas as perguntas. Além do mais, nós temos quatro ou cinco matérias em pauta para serem votadas em plenário. Então, eu acho que deveríamos marcar para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Otto, acabei ter a informação de que a Senadora está se dirigindo para cá. Então, deve estar chegando. Enquanto isso, eu pergunto ao Senador Donizeti e a V. Exª se querem iniciar as suas indagações, senão eu começarei.

V. Exª quer começar, Senador Otto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós vamos continuar, até porque o Sr. Jorge já está aqui por boas horas, não é? Então vamos dar continuidade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª pode formular as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos aguardar, porque eu acredito que a Senadora Vanessa está chegando, até porque todos os guardados dela se encontram aqui.

Então, vamos adiantando o expediente.

Sr. Jorge, V. Sª, atualmente, é Conselheiro do Carf. Sim?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não.

Quando iniciou este seu mandato no Carf?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Agosto de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E encerrou-se quando?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Agosto de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agosto de 2014.

O senhor foi indicado por quem?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – CNC.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – CNC.

Na pessoa de quem?

O senhor poder aproximar um pouco mais, Sr. Jorge?

Na pessoa de quem? Quem indicou o senhor?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não necessariamente alguém. Foi a instituição quem me indicou.

Eu pediria a V. Exª um minutinho só. Eu vim preparado para, a exemplo de outras reuniões a que já assisti aqui, fazer algumas considerações iniciais, o que me parece que é praxe nas comissões, onde eu teria algumas colocações importantes a fazer, inclusive dizendo respeito à forma, que respondem à primeira indagação que V. Exª me fez. V. Exª me perguntou se eu estaria disposto a colaborar, e eu disse que sim, mas não necessariamente essa colaboração implica que eu vá responder a todas as indagações que me forem colocadas. Então, eu gostaria que o senhor me concedesse a possibilidade de fazer essas prévias considerações para as quais eu me preparei, porque acho que poderia esclarecer bem a minha posição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Concedo, sim, Sr. Jorge Victor.

Nós só não dispomos de muito tempo. Conforme o Senador Otto colocou, vamos ter a Ordem do Dia daqui a mais alguns minutos ou talvez hora. Vamos pensar em cinco minutos. Se não forem suficientes, o senhor pode se alongar...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não, eu serei mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas que o senhor seja bem direcionado ao Carf.

Com a palavra, o Sr. Jorge.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Muito obrigado.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que eu me declaro absolutamente inocente em relação às imputações que me têm sido feitas desde o inquérito policial, pelos vazamentos seletivos ocorridos na imprensa, e eu não tenho qualquer envolvimento com qualquer dos julgadores do Carf que estejam supostamente envolvidos com processos de que tratam as apurações. Em segundo lugar – que acho ser também muito relevante –, eu diria que não recebi, não paguei, não contratei, não tenho contato pessoal com qualquer dos envolvidos nos processos em fase de investigação. E digo isso com muita ênfase.

O meu patrimônio pessoal, nos últimos dez anos, não teve qualquer acréscimo, especialmente produzido por qualquer fato relacionado com a minha atuação no Carf.

Para finalizar, para ser breve, como prometi, eu queria dizer que vou fazer uso da prerrogativa de me manter em silêncio diante das imputações e das perguntas que me forem colocadas aqui porque há partes do processo, tanto do policial, em nível do Ministério Público, quanto da própria CPI, que eu não conheço. Já tentei acesso, e esse acesso me foi negado. Soube que o inquérito inicial foi desdobrado em inúmeros outros. Não tenho conhecimento, e o nosso acesso tem sido negado, através dos meus advogados. Como estratégia de defesa, sem prejuízo de eventuais colaborações que eu me coloco à disposição para fazer posteriormente, quando esses fatos me forem colocados à disposição, eu, hoje, permanecerei usando da prerrogativa que me foi concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E até mesmo pelo art. 5º, LXIII, da nossa Carta Maior.

Estamos, aqui, com a presença da nossa Relatora, essa tão atuante Senadora da República, Senadora Vanessa Grazziotin. Seguindo o Regimento Interno, ela teria a palavra inicial para fazer as suas perguntas.

Aqui, Senadora, o Sr. Jorge Victor está acompanhado dos advogados Dr. Marcos e, também, Dr. Luiz. Ele está disposto a contribuir com esta CPI respondendo às nossas indagações e ele disse que, talvez, a algumas ele poderá se omitir, mas espero que ele nos responda a todas.

Então, o Sr. Jorge iniciou como conselheiro do Carf em 2011, até 2014, e foi indicado pela Confederação Nacional do Comércio.

Eu pergunto, novamente, Sr. Jorge: quem foi que indicou o senhor ao conselho, ao Carf?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não houve indicação personalizada para essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Foi a Confederação Nacional que indicou o senhor?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Como entidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas essa entidade é subjetiva, não é? Apesar de ela ter um CNPJ, ela não anda, ela não fala, não é? Ela não pode ser recolhida à prisão. Ela pode sofrer alguns danos. O senhor não poderia falar? Com quem é que o senhor tem contato lá dentro da Confederação?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Especialmente, pessoas, ninguém. Ela tem uma comissão de seleção de candidatos ao Carf. Normalmente, o processo é você apresentar o seu currículo, caso lhe interesse participar do conselho, e esse currículo é submetido a essa comissão, cujos nomes, inclusive, eu não conheço. Após a eleição deles, os nomes são encaminhados ao Carf, para serem submetidos a um novo comitê, que é o comitê de escolha de representantes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, foi a comissão da Confederação Nacional do Comércio, que, através do currículo, escolheu o senhor e o enviou ao Carf? É isso?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, aqui, foi a comissão. O.k.

A remuneração do senhor lá, como indicado pela CNC, a remuneração, até então, era zero. O senhor não tinha remuneração.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O que motivou o senhor a ir para lá, para prestar esse serviço, gratuitamente, ao contencioso brasileiro?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu sou um tributarista e trabalho, há quase 18 anos, na condição de consultor no contencioso administrativo. A legislação tributária brasileira, como todos sabem, é muito complexa e é natural que, com o tempo, você perca algum contato com a legislação. Eu, após tanto tempo, comecei a sentir que a evolução da legislação e a complexidade estavam começando a me botar de escanteio. Então, eu decidi que a volta ao Carf poderia ser uma forma de me manter atualizado em relação aos fatos mais recentes das mudanças legislativas e tal, que poderiam contribuir para a minha profissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A profissão do senhor hoje?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu sou consultor tributário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mesmo não tendo formação na área do Direito...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não! Eu tenho formação, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, eu havia perguntado ao senhor. O senhor é advogado.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu sou tributarista.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor é advogado?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu não sou advogado, porque eu não terminei o meu curso, mas eu tenho formação jurídica e formação voltada para a área jurídico-tributária.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor fez o curso de Direito, Sr. Jorge?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu fiz o curso de Direito até o 7º semestre.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, então o senhor não concluiu?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não concluí.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tá.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Mas eu fiz cursos de pós-graduação relacionados...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, o senhor é um tributarista de fato?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – É, eu fui auditor da Receita Federal durante vinte e poucos anos...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor é tributarista de fato, e não de direito. Concorda?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Um tributarista de fato.

E essa empresa SBS Consultoria Empresarial?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu queria fazer uma observação...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor é sócio dela?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu gostaria de fazer uma observação a V. Exª: que eu, desde o início, disse que preservaria o meu direito de permanecer calado em relação aos fatos que digam respeito diretamente ao processo. E peço que o senhor respeite essa minha decisão. É uma orientação expressa dos meus advogados, trata-se de uma estratégia de defesa. Posso responder a qualquer pergunta, como a que o senhor me fez, a respeito de qual período em que estive lá, qual era... Qualquer coisa. Agora, quanto aos fatos relacionados com o processo, eu vou me dar o direito de permanecer calado em razão dos fatos que eu já disse anteriormente: eu não conheço partes do processo, eu não estou preparado para responder.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, eu queria propor, na linha da proposta do Senador Otto, que acho que temos que encerrar a audiência porque o Dr. Jorge, na prerrogativa em que está embasado e a que tem direito pela liminar e mesmo pelo art. 5º da Constituição, não vai nos responder às perguntas que têm a ver com o processo. Ficar aqui discutindo a formação dele e outras coisas que podem nos fazer mais íntimos e conhecedores, não vai resolver o problema e a obrigação da qual estou investido nesta CPI. Então, eu queria pedir ao senhor e à Senadora Relatora que suspendêssemos os trabalhos, encerrássemos os trabalhos, porque o Sr. Jorge vai se manter na linha de não tratar do processo do qual estamos investidos para investigar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Donizeti, respeito profundamente as suas colocações, mas eu pretendo continuar ouvindo o Sr. Jorge e acredito que ele vai contribuir muito conosco aqui. Não tenho dúvida disso, não é, Senadora Vanessa? Vamos continuar e vamos ser, o mais breve possível...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu só quero também fazer coro com o Senador Donizeti. Todos os questionamentos que eu tenho a fazer ao Sr. Jorge dizem respeito ao possível envolvimento dele nesse processo. Se ele não está disposto a falar, eu não vou ficar aqui perguntando qual é a formação dele, quanto tempo ele atuou no Carf, não é isso que nos interessa. Nos interessa saber da participação dele nesse esquema. Se ele não vai falar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos começar!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois é. Então, vamos lá! Comece e vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos começar.

A respeito da empresa SBS, o senhor, então, prefere não responder, não é, Sr. Jorge?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu gostaria de fazer uma observação, se o senhor me permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor. Claro!

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Porque, quando do início das minhas considerações, a Srª Relatora não estava presente e talvez não tenha ouvido o que eu disse. Então, eu gostaria de repetir a ela como forma talvez de respeito até ao que ela acaba de dizer porque talvez seja esclarecedor. Eu pretendo que seja.

De início, eu disse aqui que eu me considero absolutamente inocente em relação aos fatos que estão em apuração. Não tenho absolutamente nada a ver com qualquer Conselheiro do Carf que tenha julgamentos que estão sob suspeição ou investigação, tanto do inquérito policial quanto desta Comissão. Não recebi, não paguei, não tive contatos pessoais ou profissionais de qualquer espécie relacionados com os fatos em apuração. Então, esse é um dos motivos pelos quais estou avocando a minha prerrogativa de permanecer calado.

O segundo fato que também eu disse é que eu não tenho conhecimento de partes relevantes do processo. A esses processos, o meu acesso e o dos meus advogados foi negado.

Então, estou disposto a colaborar, sim, mas acho que, talvez, não seja este o momento, porque não tenho elementos suficientes sequer para responder a V. Ex^{as} as suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós podemos convocá-lo novamente, Sr. Jorge, mas o fato de o senhor e seus advogados não terem acesso a esses documentos me surpreende, porque há uma súmula do Supremo Tribunal Federal – não é, Dr. Marcos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A Súmula nº 10 diz que qualquer pessoa que esteja sendo investigada tem o direito de ter acesso... Então, nessa história de que a Polícia Federal ou o Ministério Público negaram, eles estão indo contra a lei. Não acredito que a formulação de um pedido ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Justiça Federal seria negado. Não acredito.

Mas, aqui, então, vamos continuar, Sr. Jorge.

Há quanto tempo o senhor conhece o Leonardo Siade Manzan?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu não vou responder a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não vai, não? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele trabalhou na mesma época que o senhor?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Repito: vou preservar o meu direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

O senhor já indicou alguém para ser conselheiro do Carf?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Da mesma forma, vou responder ao senhor que vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

Já influenciou, de alguma forma, em composição de turma lá dentro do Carf?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Calado. O.k.

Como funciona o sistema de nomeação e revogações de cargos de presidências de câmaras dentro do Carf? O senhor poderia nos contar?

Olhe as perguntas que estamos fazendo ao senhor aqui! Estamos querendo informações de como funciona o Carf. Não estamos aqui querendo condenar o senhor. Não é nada disso. Estamos querendo informações sobre como funcionava, para que este Congresso faça uma legislação para corrigir as deficiências, porque já sabemos que há deficiência no Carf. O próprio Secretário da Receita Federal, Dr. Barreto, disse aqui nesta CPI que o Carf tinha de ser revisto.

Inclusive, o próprio Governo Federal acabou de tomar algumas medidas que eu julgo interessantes, mas que acho que vamos precisar melhorar um pouco mais. Estamos querendo informações. O senhor, com toda essa experiência, poderia nos ajudar.

Como essa turma era formada dentro do Carf?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Essa pergunta, até, com satisfação, eu responderia ao senhor se eu tivesse conhecimento. Eu não tenho capacidade técnica e conhecimento para respondê-la.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para responder. O senhor não tem? Mesmo como conselheiro por quatro anos praticamente?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Três anos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como funciona o sistema de nomeação e revogação, não é? O senhor disse.

É normal outras pessoas dirigirem ou elaborarem os votos de conselheiros do Carf?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou permanecer calado, com a permissão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor já redigiu voto para outro conselheiro?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Permaneço em silêncio em relação a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu tenho outras aqui nesse mesmo caminho.

O Sr. Lutero Fernandes o senhor conhece?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor fez esse tipo de encaminhamento de elaboração de voto na demanda da Beatriz Bacchi, esposa de Lutero?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor a conhece?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Conhece a Sr^a Beatriz Bacchi. *(Pausa.)* A Sr^a Beatriz tinha alguma remuneração?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor é parente dela?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ela era conselheira?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não tenho conhecimento de que tenha sido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Lutero chegou a confeccionar algum voto para o senhor?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou permanecer em silêncio se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor conhece Valmir Sandri?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não conheço, nunca vi...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nem nunca ouviu falar?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não. Ouvi falar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, já ouviu falar?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não sei de quem se trata, se passar por ele na rua, não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E o Sr. Valmar Fonseca de Menezes?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Também já ouvi falar, mas não conheço pessoalmente, nunca lhe fui apresentado, nunca lhe dirigi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Antonio José Praga?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Moisés Giacomelli?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Também não. E o Cartaxo?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – O Cartaxo eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor conhece? Ele foi presidente do Carf.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Na sua gestão? No seu mandato?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Durante o meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor sabe de alguma coisa que fere a conduta profissional e moral do Sr. Otacílio Dantas Cartaxo?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Pelo contrário. Faço questão até de responder a essa pergunta do senhor, abrindo exceção ao que tenho dito até agora, já que, inclusive, é uma pergunta que foge um pouco ao processo em si. A referência que eu tenho do Sr. Cartaxo é de uma pessoa íntegra, que sempre pautou a sua vida pela maior hombridade e seriedade. A conduta dele no Conselho, eu sou testemunha, era considerada por todos como extremamente fiscalista. Costumava-se dizer, inclusive, que, se você pegar cem votos do Sr. Cartaxo proferidos no conselho, certamente mais de noventa teriam sido dados a favor da Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, o senhor tem, o senhor tem uma boa relação com o Sr. Cartaxo?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Restrita ao fato de ter sido ex-coleta na Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Fora da Receita o senhor não tem relacionamento com ele, não?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nenhum, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas o senhor tem o Sr. Otacílio como um chefe do Carf da maior integridade possível?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E quanto ao genro dele, que também trabalhou com o senhor?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu vou me recusar a responder, porque aí já diz respeito, especialmente, a acusações contidas no processo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então esse moço é bom?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – ... as quais eu...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esse moço é bom?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Bom, bom.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agora, o Leonardo Siade Manzan, esse o senhor não é capaz de falar sobre ele?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não. Eu vou me recusar a responder exatamente por dizer respeito, especificamente, aos fatos em apuração, e pelas razões que eu já declinei, e por orientação dos meus advogados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É surpreendente. É genro dele, não é? Ele foi pego com 1,465 milhão. Ele foi pego, na sua residência, foi apreendido na sua residência 1,465 milhão, na residência do genro do Cartaxo. Ele disse que nem sabia daquela quantidade de dinheiro, que esse era o normal lá dentro da casa dele. O que o senhor fala disso?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu não vou responder porque é uma questão pessoal dele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esta certo.

Jorge Celso Freire da Silva?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nunca vi, não conheço, nunca conversei com ele, se encontrá-lo na rua também vou passar batido, porque...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está certo. Quais outros conselheiros do Carf têm parceria com a JS, JBS Consultoria Empresarial ou com a RV Consultoria?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não conheço nenhuma das duas e não vou me aprofundar em respostas sobre esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor não conhece nenhuma das duas?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – As que o senhor citou, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não conhece. O.k.

É comum o anúncio ou mesmo a “troca”, entre aspás, de votos entre conselheiros antes das sessões de julgamento?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou me reservar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Já proferiu em sessão ou ao menos redigiu algum voto em processo administrativo defendendo qualquer das empresas de que faz parte?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nunca. Isso eu disse de antemão. Jamais. Inclusive eu queria fazer uma observação de que, talvez, esta Comissão já tenha conhecimento, mas para que fique patente: a minha participação, durante três anos no Carf, se deu em uma turma de julgamento, que, no Carf, é conhecida como Turmas Especiais. Essas turmas têm, como limite de alçada para julgamento, o valor de um milhão de reais. Trata-se de uma das três sessões de julgamento do Carf especializada na área de PIS/Cofins, imposto de importação, IPI etc., que, pelo que eu vi do inquérito, foi por onde tramitaram menos que 5% dos processos que se encontravam concentrados na primeira sessão de julgamento, sessão essa da qual eu já disse, de antemão, que não conheço nenhum conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Essa primeira turma, ou primeira câmara, ou primeira sessão que julgava processos de pessoas jurídicas, não é?, e a segunda, que julgava processos de pessoas físicas e essa terceira que o senhor disse aí, incluindo a antiga CPMF, o senhor não participou das duas primeiras câmaras?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Das duas primeiras sessões de julgamento, jamais.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Jamais. O senhor sempre ficou ali naquele cantinho. O senhor não teve o privilégio de julgar processos valiosos?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nenhuma vez.

E com uma informação importante, a propósito: não participei de qualquer julgamento, seja como relator, seja como participante, conselheiro, dos que estão em apuração nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Os processos do Jorge Gerdau, do Grupo Gerdau, do Santander, RBS, Banco Boston, Bradesco, Mitsubishi, Ford, de nenhuma dessas empresas o senhor não participou do julgamento?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Absolutamente não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não.

Eduardo Cerqueira Leite, o senhor conhece esse moço?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu vou permanecer em silêncio em relação a essa pergunta, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Jeferson Ribeiro Salazar.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Repito: vou permanecer em silêncio em relação a essa também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor tinha alguma empresa em nome do senhor?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quantas?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Atualmente, duas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quem são elas?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu sou sócio da SBS Consultoria Empresarial...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Hum, hum.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – ... e tenho uma empresa individual que é VR Consultoria Empresarial.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – VR. Opa! VR, nós falamos sobre ela há poucos minutos, hein? Eu perguntei sobre ela há poucos minutos e o senhor disse que não a conhecia.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então vamos aguardar. Vamos retornar aqui um pouquinho, porque é interessante.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – O senhor me perguntou a respeito de uma JBS e a respeito de uma RJ. Eu realmente desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu acho que eu pulei, porque eu disse aqui...

Sabe da proibição do art. 38 do Regimento Interno do Carf, de vedação de mais dois anos de conselheiro representante de contribuinte que possuir relação ou vínculo profissional com outro conselheiro em exercício de mandato... Essa é a razão para que o senhor tenha contribuído, a VR Consultoria. Ou seja, o senhor tinha uma consultoria e prestava serviço no Carf, indo contra o que determina o art. 38 do Regimento Interno. O senhor sabia que estava contra o Regimento Interno?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Art. 38. O senhor não poderia estar lá como conselheiro, muito menos indicado.

A empresa SBS também é de sua propriedade?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu sou um dos sócios.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor é um dos sócios.

No início eu perguntei ao senhor se era sócio da SBS e o senhor, então, disse que não responderia e agora o senhor...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Perdão, o senhor não me perguntou sobre a SBS. O senhor perguntou sobre uma JBS que eu realmente desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – JBS, não. Essa eu conheço. Essa é famosa, a JBS. Foi SBS.

As notas taquigráficas, depois, vão nos mostrar.

O senhor disse que não conhecia – no meu entendimento, salvo melhor juízo, então.

Mas JBS e VR, da primeira o senhor é sócio e a segunda o senhor a tem, como empresa individual, tão somente no nome do senhor. É isso?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

E o José Teruji Tamazato, o senhor conhece?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nunca ouvi falar na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Igual ao Zeca Pagodinho: nunca ouvi falar, nunca vi, nunca comi.

Mário Pagnozzi Júnior?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Já ouvi falar por causa do processo, mas não conheço, nunca tive contato pessoal com o mesmo, não tenho qualquer relação, nunca falei com ele. Conheço como conheço V. Ex^a. Perdão...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sem problemas, Sr. Jorge.

Com relação a uma reunião ocorrida no dia 9 de outubro de 2014, com a Presidência do Bradesco, em que estiveram presentes Eduardo Cerqueira, José Tamazato e Mário Pagnozzi, em que estes buscavam a contratação para atuarem no processo de nº 16327000190/2011-83, que tratava de autuação bilionária dentro do Carf, o senhor tem alguma coisa a dizer?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não, senhor. Vou permanecer calado em relação a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Qual a estratégia que o senhor usou, sem ser o currículo, para o senhor, então, virar um conselheiro e trabalhar gratuitamente no Carf? Qual foi a estratégia que o senhor usou?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu já respondi a essa pergunta ao senhor por duas vezes, na minha manifestação inicial e, depois, quando fui perguntado a respeito da minha condução ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esse Presidente, Relatora, do Conselho Nacional do Comércio, do Sistema S, de quem tenho sempre falado e tenho defendido – V. Ex^a tem observado os meus discursos, às vezes um pouco duros, porque eu quero, a nossa pretensão, o nosso objetivo é aprimorar o sistema e corrigir distorções –, a maioria desses conselheiros indicados pela CNC para trabalhar gratuitamente, é um caso gravíssimo... Já temos um requerimento para trazer aqui o Presidente da CNC, o Sr. José... Qual é o nome dele?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – De Oliveira Santos! Acho que Oliveira Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Oliveira Santos. O senhor tem amizade com ele?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nunca vi na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor sabe o nome dele?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – É um nome nacionalmente conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nacionalmente conhecido... Está há 50 anos lá dentro, tem que conhecer.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Há pelos menos 30 anos... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor tentou cooptar o Conselheiro Gileno para conseguir o voto favorável em julgamento do processo do Bradesco?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Perdão, não vou responder a essa pergunta sua.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Qual foi o assunto tratado na reunião do dia 4/11/2014, aqui em Brasília, entre Eduardo, Salazar e Lutero? O senhor sabe?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou me reservar o direito de não responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E quem estava mais nessa reunião o senhor também não sabe?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Também não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Após a decisão, em 2014, os senhores traçaram estratégia para o recurso do processo. O que os senhores propuseram a fim de serem contratados? Pesquisa de paradigma? Proposição de embargos de declaração e forçar um exame de admissibilidade? Recursos? Ligações? O senhor pode falar alguma coisa sobre esse assunto, Sr. Jorge?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não, senhor. Não vou responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com relação à J.S., à J.S. Administração de Recursos, o senhor conhece essa empresa?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não vou responder à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ou conhece essa pessoa, que pertence ao Banco Safra, melhor dizendo?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou permanecer em silêncio em relação a essa pergunta por orientação dos meus advogados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor nunca julgou nada e nem interveio no julgamento dessas empresas que, há poucos minutos, eu relatei aqui para o senhor?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nenhuma delas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos voltar ao Leonardo Siade Manzan aqui, genro do Sr. Cartaxo, que o senhor fez questão de relatar que se trata de pessoa da mais alta idoneidade ética e moral. Foi o primeiro contato do grupo em Brasília, mas, por não fecharem um acordo de valores, procuraram o senhor, que aceitou a empreitada de defender os interesses da J.S. Administração de Recurso dentro do Carf.

Eu quero fazer uma correção aqui: a J.S. Administração é empresa do Grupo Banco Safra.

O senhor pegou essa tarefa dentro do Carf.

Também foi levantada a hipótese de colocar o Edson, o famoso Edson, ou o Cassiano na empreitada.

O senhor conhece o Edson?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Conheço de dois ou três encontros, não mais do que isso, sem qualquer tipo de relacionamento pessoal ou profissional mais intenso. Nunca tive qualquer negócio com ele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E o Sr. Cassiano?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não sei de quem se trata.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estou terminando aqui, Srª Relatora. Qual era a estratégia da ação? O senhor poderia me falar qual era a estratégia dessa ação, desse julgamento, dessa...?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou me reservar o direito de permanecer em silêncio em relação a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor recebeu um *e-mail* de Jefferson Salazar – aí é um documento – contendo informações do caso, inclusive cópia da nota da PGFN, da Procuradoria-Geral da Receita, o CAT nº 547, de 2005.

De onde ele retirou essa nota? O senhor sabe?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu vou permanecer em silêncio em relação a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E a minuta de requerimento para anulação da nota? Foi do Eduardo? Foi o Eduardo que a elaborou?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A proposta inicial dos senhores para o Puga – o Puga, nós sabemos, é do Banco Safra – para a empreitada foi de qual valor?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou permanecer em silêncio em relação a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

Nós temos aqui um valor de R\$28 milhões. O senhor se lembra desse valor de R\$28 milhões?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou permanecer em silêncio. Não sei do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está certo.

Sobre essa partilha de R\$8 milhões, o senhor também não quer falar sobre essa partilha de R\$8 milhões, desses R\$28 milhões, entre o Salazar, o Eduardo, o Tamazato e o Mário?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não sei do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não sabe do que se trata.

O Salazar lhe disse, em ligação interceptada pela polícia, que o senhor teria R\$20 milhões para obter sucesso no processo do extinto Banco Bozano. O que o senhor diz para nós?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu vou permanecer em silêncio em relação a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quem é o Japonês?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quem é o Japonês?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não tenho ideia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não?

Vários japoneses.

Aquele a que o Salazar se refere na conversa que teve com o senhor e com o José Henrique Longo. Numa conversa entre os senhores saiu o nome Japonês. Esse Japonês é de alguma empresa aqui no Brasil?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu queria fazer uma observação para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor, por favor.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – ... em complemento ao que disse desde o início. Eu deveria ter dito lá também e não disse: há inúmeras – são assim chamados pela Polícia no inquérito – gravações de interceptações telefônicas de onde foram tiradas ilações absurdas, com troca de nomes, com troca de assuntos, que eu provarei no momento adequado. E, sobre esses assuntos, esta é uma das perguntas relacionadas a essa absurda troca de nomes, confusões, ilações tiradas de interceptações telefônicas, em que se está falando de alguma coisa e eles já traduzem como sendo outra, com troca de nomes, sobre essas, eu vou me reservar o direito de não me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Jorge, na verdade, eu tenho aqui mais umas quinze perguntas, todas baseadas em *e-mails* e interceptações telefônicas, mas eu não vou mais fazê-las, porque percebo que é perda de tempo.

Vou fazer uma pergunta ao senhor. Já que o senhor disse que não tem culpabilidade nenhuma nesse ninho de guaxo chamado Carf, que julgou mais de um R\$1,3 trilhão nesses últimos seis anos, o senhor seria capaz, independentemente de quebra de sigilo, de nos fornecer as suas declarações de Imposto de Renda dos últimos cinco anos, bem como as suas contas telefônicas? O senhor seria capaz de gratuitamente fornecer a esta CPI essas declarações e essas contas telefônicas?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Sem o menor problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Essas informações inclusive já foram quebradas pela Polícia, já se encontram no inquérito policial, e não tenho o menor problema de trazê-las aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós vamos, também, solicitar...

Peço aqui a atenção do nosso assessor: que faça um expediente, pedindo, então, obedecendo ao Regimento Interno, para que requeira essas declarações de Imposto de Renda dos seis últimos anos, dos cinco últimos anos, bem como o sigilo fiscal e também bancário.

Eu agradeço ao senhor e passo a palavra à Senadora, nossa Relatora, Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei rápida, Sr. Presidente, e gostaria que o Sr. Jorge respondesse tão somente ao que fosse questionado. E, se não se sentir à vontade para responder, que decline e não responda.

O senhor acha razoável para os conselheiros do Carf, que não ganham nada para serem conselheiros, pagarem para fazer os seus votos?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu vou declinar de responder a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu ouvi com atenção o senhor responder ao nosso Presidente que não conhece Jorge Celso Freire da Silva. O senhor confirma?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Confirmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não conhece?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nunca o vi, nunca fui apresentado a ele, e nunca lhe dirigi a palavra. Absolutamente, nenhuma relação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não conhece?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não! Nem pessoal nem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca conversou com ele nem por *e-mail*?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nunca! Nunca!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois bem.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Nem por *e-mail*, nem por telefone, nem pessoalmente. Jamais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor acha que existe a prática, dentro do Carf, e o senhor mesmo, individualmente, já fez pedido para alguns conselheiros pedirem vista de um processo que o senhor relatava?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou declinar de responder isso a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor vai declinar?

Quem é o Espanhol?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não tenho ideia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem é o Espanhol?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não tenho ideia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não tem ideia.

É lucrativo ser conselheiro do Carf?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Do ponto de vista intelectual, sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Do financeiro, não?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Financeiro, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Por que, então...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Pelo menos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Por que, então, os senhores criam tantas empresas?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu vou declinar de continuar respondendo a V. Exª por orientação do meu advogado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só o senhor tem duas empresas. E nós temos aqui um emaranhado de inúmeras empresas. Por que todos os conselheiros criam... Todos, não, mas aqueles que estão mais no alvo não daqui, mas das investigações. Por que todos eles têm consultorias?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – A título de curiosidade apenas, não respondendo a sua pergunta...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, o senhor responde ou não. Curiosidade não nos interessa.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Então eu não vou responder mais nada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Qual o percentual que essas empresas de consultoria costumam acertar em caso de sucesso na empreitada, no processo?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou pedir a sua permissão para permanecer calado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor não acha que 4% é muito, se a gente considerar valores de milhões e milhões de reais?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Vou declinar de responder à sua pergunta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor guarda dinheiro em casa?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Absolutamente, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dinheiro em espécie? *(Pausa.)*
Guarda no banco? *(Pausa.)*

Guarda no banco?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Atualmente, as dívidas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor tem muitas aplicações? Suas empresas...

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Não tenho nada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muitos bens? *(Pausa.)*

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Relatora.

Eu quero fazer a última pergunta ao senhor. *(Pausa.)*

O senhor toparia trabalhar voluntariamente, gratuitamente, para as nossas APAEs daqui, de Brasília? O senhor, que é um pai de família, já disse que já é avô, que já está com a vida feita, o senhor toparia... O senhor foi para o Carf trabalhar gratuitamente lá no contencioso, trabalhou bastante lá... Imagino isso, porque a responsabilidade de julgar processos bilionários não é fácil. Eu pergunto ao senhor, acho que o senhor pode responder a essa pergunta: o senhor é capaz de prestar serviço gratuitamente a uma APAE daqui, de Brasília?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu já o faço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A qual APAE?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Eu não vou falar do nome da APAE especificamente, mas de instituições que tenham o mesmo objetivo.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Para qual ONG, para qual empresa o senhor presta serviço gratuitamente?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Tem o Programa Providência...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não ouvi, Sr. Jorge.

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Tem o Programa Providência, da Arquidiocese de Brasília, do qual eu sou colaborador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Providência?

O SR. JORGE VICTOR RODRIGUES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Maravilha!

Então, não é só lá que o senhor presta serviço gratuitamente não, não é?

Portanto, eu dispenso, então, a presença do Sr. Jorge Victor Rodrigues e do Dr. Marcos e agradeço a presença dos senhores.

Coloco em votação as atas da 5ª e da 6ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. – Senador **Ataídes Oliveira**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 20 minutos.)

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às xx horas e xx minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2015, às 9 horas e 49 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Acir Gurgacz, Hélio José, Wilder Moraes e Douglas Cintra**. Inicialmente, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento	Autoria	Ementa
23/2015	Senador José Pimentel	Convoca Alexandre Paes dos Santos, sócio da empresa Davos Energia Ltda.
31/2015	Senador José Pimentel	Convoca Antônio Maciel Neto, Presidente da Empresa CAO A Motor do Brasil Ltda.
32/2015	Senador José Pimentel	Requer seja convocado o Sr. Mauro Marcondes Machado, Presidente da Empresa MMC Automotores do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados à Operação Zelotes da Polícia Federal.
51/2015	Senador José Pimentel	Requer seja convocado o Sr. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO, ex-presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ? CARF, para prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados à Operação Zelotes da Polícia Federal, deflagrada no mês de março de 2015 para investigar manipulação ? por parte de empresas, escritórios de advocacia e contabilidade, servidores públicos ? de processos e julgamentos de pessoas jurídicas autuadas pela Receita Federal.
110/2015	Senador Ataídes Oliveira	Convoca Cristiano Kok, Presidente do Conselho de Administração da Engevix Engenharia.
112/2015	Senador Ataídes Oliveira	Convoca Jason Zhao, CEO da HUAWEI do Brasil.
113/2015	Senador Ataídes Oliveira	Convoca José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do CARF.
114/2015	Senador Ataídes Oliveira	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Paulo Roberto Cortez. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que o mencionado contribuinte figura ou figurou como integrante do quadro societário.
115/2015	Senador Ataídes Oliveira	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Leonardo Siade Manzan.. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que o mencionado contribuinte figura ou figurou como integrante do quadro societário.
116/2015	Senador Ataídes Oliveira	Requer a transferência dos sigilos fiscal e bancário de Adriana Oliveira e Ribeiro. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que a mencionada contribuinte figura ou figurou como integrante do quadro societário.
117/2015	Senador Ataídes Oliveira	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Gegliane Maria Bessa Pinto. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que a mencionada contribuinte figura ou figurou como integrante do quadro societário.
118/2015	Senador Ataídes Oliveira	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Jorge Victor Rodrigues. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que o mencionado contribuinte figura ou figurou como integrante do quadro societário.
120/2015	Senador Ataídes Oliveira	Requer a convocação do Sr. Paulo Arantes Ferraz, ex-presidente da MMC/Mitsubishi Brasil
121/2015	Senador Otto Alencar	Requer a convocação do Sr. Leonardo Siade Manzan, ex-conselheiro do CARF, e do Sr. Otacílio Dantas Cartaxo.

Em sequência, foi realizada a oitiva do Sr. Robert Rittscher, Representante da MMC Automotores do Brasil LTDA. - Mitsubishi Motors. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos, bom dia a todas!

Em 9 de julho de 2015, declaro aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 407, de 2015.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à oitiva pelos Srs. Senadores.

Foram convocados para esta oitiva o Sr. Steven Armstrong, Presidente da Ford Motors Company Brasil Ltda. (Requerimento nº 49, de 2015), de autoria do Senador José Pimentel; o Sr. Robert Rittscher, Presidente da MMC Automotores do Brasil Ltda., Mitsubishi Motors (Requerimento nº 50, de 2015), também de autoria do Senador José Pimentel; terceiro convocado, o Sr. M. Marcos Madureira, Vice-Presidente do Banco Santander (Requerimento nº 102, de 2015), também de autoria do Senador José Pimentel.

E aqui, Srª Relatora, eu quero, antes de chamar o nosso primeiro convocado, dar uma explicação sobre a ausência hoje do representante da Ford, como também do representante do Banco Santander.

Da Ford.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito pretende, como um de seus muitos objetivos, contribuir para o esclarecimento dos fatos lamentáveis que transformaram o Carf num verdadeiro antro de corrupção. Nesse trabalho, creio que posso falar pelos meus ilustres Pares. Não pouparemos esforços para identificar os responsáveis pelo esquema criminoso que provocou tanto prejuízo aos cofres públicos.

Quem quer que tenha alguma participação nos fatos será chamado aqui para depor.

Havendo indícios, quaisquer pessoas, empresas e autoridades públicas serão trazidas aqui para prestar esclarecimentos. Isso, contudo, não nos impede de atuar com equilíbrio e parcimônia na busca da verdade. Queremos que os culpados sejam punidos e que o dinheiro público seja ressarcido aos cofres públicos, sem que, para isso, inocentes sejam prejudicados ou expostos.

Esta Comissão tinha a informação de que a Ford do Brasil, Srª Relatora, teria sido achacada por integrantes do esquema criminoso que corrompeu o Carf. Por isso, para prestar esclarecimento e para contribuir com as investigações, nós decidimos chamar, então, um representante da empresa para ser ouvido, não na posição de investigado – caso da Ford –, mas como alguém que talvez pudesse ajudar a elucidar pontos importantes a esta Comissão.

No exame detido dos documentos públicos ou sigilosos à disposição da Comissão, eu cheguei à conclusão, que acredito que seja comum aos meus pares, de que não há sequer indício de qualquer aproximação concreta de algum integrante da quadrilha de criminosos com pessoas ligadas aos processos de tomada de decisão da Ford do Brasil. O que há – e é o que a imprensa noticiou – é a conversa entre dois integrantes do esquema criminoso discutindo como poderiam cooptar a Ford, que tinha um processo de valor enorme em discussão no Carf. Tudo indica que esses bandidos não alcançaram o seu intento e que nem sequer conseguiram chegar a falar com alguém com posição de comando na Ford.

Não estou aqui a defender a Ford, como eu disse no início desta minha fala. Desta forma, não haveria qualquer utilidade para os trabalhos desta Comissão ouvir hoje a Ford. O melhor para o bem e para a produtividade dos nossos trabalhos é dispensar o representante da Ford.

Se, com o avançar das investigações, Srª Relatora, Senador Pimentel, surgir qualquer indício que possa ser esclarecido pela Ford, a empresa será novamente convocada e, tenho certeza, estará disposta a colaborar.

Portanto, eu proponho, então, aos meus pares a dispensa da oitiva do representante da Ford.

Aqui, após essa nossa explanação, eu gostaria de passar a palavra, Srª Relatora, a V. Exª, se quiser fazer algum comentário, e também ao Senador Pimentel, autor do requerimento.

Com a palavra V. Exª, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Ataídes Oliveira, nosso Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Relatora, eu fico grato pela concessão da palavra e quero registrar que tenho acordo com o encaminhamento que o Sr. Presidente está dando a esta questão da Ford.

Eu queria, Sr. Presidente, só ler também uma mensagem, para mostrar que houve uma tentativa de achacamento sobre a Ford, mas, pelo que o senhor esclarece, pelo que já chegou de documentos que estão no inquérito, ela não se materializou. Vou ler só esse ofício entre as partes que tentaram envolver a Ford, para haver uma clareza da magnitude do que eles faziam dentro do Carf.

É um ofício do Sr. Edson Pereira Rodrigues para Sílvia Atenas, datado do dia 11 de janeiro de 2011, que diz o seguinte:

Prezado Sílvia Ezequiel, faço-lhe as seguintes exposição e indagação:

a) trabalhei num processo da Mitsui, fabricante de automóveis, e ganhei. Não trabalhei só, mas com outros dois grupos que não conheço, pois foram contratos estanques. Em sessões posteriores do Carf, foi pausado um processo com a mesma matéria, mas em outra câmara e da montadora Ford. Fiz contato, aqui, com bagrinhos e um ex-bagrão dessa montadora, sem conseguir captar o processo [ou seja, ele mesmo confessa

que a Ford não aceitou], embora tenha afirmado-lhes que perderiam bilhões. O advogado é o Machado Meyer. Resta-lhes, agora, o recurso especial para ganharmos e cujo valor é bem menor: 380 milhões. Se Eu [maiusculo] participar do contrato, que tem que ser paralelo, porque o Machado Meyer é vaidoso e não subcontrata, eles têm mais ou menos 95% de chance de ganhar. Caso contrário, perderão com certeza [isto aqui, sublinhado]. Eles escondendo da Ford internacional que perderam na Câmara ordinária. A bola está com vocês para a captação. Acredito que não pagarão mais que 2 a 3%.

Abraço.

Mas, aqui, fica claro, Sr. Presidente, Srª Relatora, Senador Otto, que houve a tentativa, por parte desses indivíduos que nós já convocamos, para achar a empresa, mas eles mesmos confessam que não tiveram êxito. Por isso, tenho acordo com a dispensa sugerida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Ataídes, Senadora Vanessa Grazziotin, Srs. Senadores e Senadoras, essa questão da Ford eu conheço bem, porque, na época da implantação, eu era o vice-governador da Bahia e, na entrega do primeiro EcoSport, eu era o governador, em 2002.

O que nós fizemos com a Ford foi uma luta muito grande, para levar a Ford para o nosso Estado, para levar para o Polo Industrial de Camaçari a primeira indústria automotiva do Nordeste. Agora, Pernambuco tem a Fiat, que está funcionando em Pernambuco.

Então, foi feita a medida provisória, na época do Presidente Fernando Henrique, na questão do IPI e do Imposto de Renda, que foi uma coisa superimportante para o desenvolvimento econômico do Nordeste. E serviu, agora, para Pernambuco.

Nós fizemos, também, o incentivo fiscal do ICMS, que é um incentivo fiscal alto, para a implantação.

A Ford deve gerar, hoje, entre empregos diretos e indiretos, em torno de 90 a 100 mil empregos na Bahia. Isso envolve uma série de atividades em torno da planta da Ford.

Nós fizemos, junto com esse projeto, um projeto muito moderno, porque em torno da Ford estão situadas todas as empresas sistematizadas, que produzem e entregam à Ford, ali na sua planta, aqueles implementos necessários para os automóveis, e esse incentivo dado sai na nota fiscal, porque é um incentivo alto. Só que, na hora do transporte dos automóveis, que era encontrado pelo auditor – não sei qual auditor, mas aconteceu isso –, ao contrário de dar o auto em cima do transporte ou do frete, se dava em cima do incentivo mais alto. Isso gerou milhões, milhões de reais.

Seria importante se identificar, para não macular esse grupo de auditores. Como em todo setor, há pessoas que agem corretamente e outras que não agem corretamente. É uma minoria. Cristo reuniu 12 e um se vendeu; então, imaginem um colegiado tão amplo. Seria importante que alguém da Ford pudesse identificar – não sei se eles vão ter essa coragem –, até porque pode vir, a partir daí, o corporativismo e continuar havendo o mesmo problema. Isso acontece muito no Brasil.

Então, o auto de infração era dado em cima do incentivo maior, o que gerou milhões e milhões de reais.

Eu não tinha conhecimento disso. Fui passar a ter conhecimento com o setor de Direito Tributário, lá na Bahia. Inclusive vi e chequei essa situação. E a Ford é uma vítima de uma auditoria errada, dada por um tripé que funcionava no Carf: o auditor, o advogado e o conselheiro. O auditor dava a multa além do normal, um auto de infração altíssimo; o advogado, ligado ao auditor, procurava o auditor e procurava a empresa...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Otto, a informação que nós temos é que esse laudo foi de R\$4 bilhões.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sim; R\$4 bilhões. R\$5 bilhões.

O que é que aconteceu? O auditor pegava, dava o auto de infração em cima do incentivo maior (90%, 91% de crédito presumido), altíssimo, e, aí, a Ford era procurada pelo advogado, ligado ao auditor, que dizia: “Olha, se quiser, eu vou lá ao Carf e resolvo”.

Então, esta CPI tem essa função de buscar e chegar para acabar com esses colegiados, esses conselhos, e, aqui em Brasília, as autarquias, ou o que sejam, da administração centralizada ou descentralizada, e começar a mostrar a sua ação, fazendo essa assepsia geral, que precisa ser feita, para liberar quem trabalha e gera emprego e punir quem não age assim, quem age de forma incorreta, levando o seu poder para criar essa dificuldade.

Então aqui nessa questão do Carf, Senador Pimentel, Senadora Simone, Senador Donizeti, Senadora Relatora Vanessa Grazziotin, nós temos o santos e o demônios. Tem que separar, para não punir os santos e absolver os demônios. Essa é que é a grande missão. Eu tenho plena confiança no trabalho da Senadora Vanessa Grazziotin, do Presidente Ataídes, que tem compromisso com a verdade, com a coisa correta, certa, e isso deve ser feito aqui.

Eu quero, inclusive, passar a informação – e o Presidente já conhece, a Senadora Vanessa Grazziotin já conhece – de que nós tivemos aquela oitiva com o Sr. Leonardo Manzan, e eu fiz o requerimento solicitando as suas cinco últimas declarações de renda. Recebi – V. Exª deve ter recebido também –, e nós observamos que ele só declarou que tinha dinheiro em espécie em 2014, porque foi quando surgiu a questão do Carf. Então, nos anteriores – 2013, 2012, 2011 e 2010 – ele não tinha um centavo em casa. Declarou que teve de 2014 para 2015, quando surgiu a questão do Carf, tentando se proteger. E o dinheiro em espécie era pouco mais de 800 mil, e o que foi encontrado na residência do Sr. Leonardo foi R\$1,460 milhão. Portanto, eu quero encaminhar um novo requerimento, convocando o Sr. Leonardo Manzan e o seu sogro também, se eu não me engano, o Sr. Otacílio Cartaxo, para darem explicações.

Esse é o veio, é o caminho para se chegar a quem utilizou o Carf para auferir ganhos através da corrupção, do desvio de recurso e do tráfico de influência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Como essa questão do Sr. Leonardo Manzan está no item 7 e nós vamos precisar de maioria absoluta nessa deliberação, eu proporia a V. Exª que pudéssemos inverter a pauta. Assim, a segunda parte passaria a ser a primeira, porque, por volta de 11h30min, eu vou ter que sair para uma outra atividade. Volto em seguida, mas, como vamos precisar de quórum, estamos aqui com a nossa Senadora do Mato Grosso do Sul...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu estava agora na instalação da Comissão Mista da medida provisória das eletrointensivas; estou aqui e, em seguida, vou para outra... Aqui no Senado é muito trabalho, é muita...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Se a nossa Relatora concordar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só para dar uma explicação, muito rapidamente, à Senadora Simone Tebet e ao nosso Vice-Presidente desta Comissão, Senador Donizeti Nogueira, a respeito, hoje...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É que cheguei atrasado porque estava na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estava trabalhando, com certeza.

Eu li aqui uma nota explicativa, e é exatamente isso que nós estamos aqui a discutir, ou seja, que o representante da Ford, se necessário for, durante o andar das investigações, se surgirem fatos que nos convençam a convocá-los novamente, nós o faremos tranquilamente.

V. Exª, Senador Otto, redija então os requerimentos, porque nós iremos atendê-lo.

E quero atender ao pedido de inversão de pauta, antes de ouvir o nosso convocado, a respeito da aprovação do requerimento de quebra de sigilo bancário, uma vez que nós temos quórum, Senador. Não vamos perder essa oportunidade, porque os nossos Senadores vão ter que correr para outra reunião.

Passo a palavra para a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É importante registrar aqui essa questão da Ford, para que não fique nenhum mal entendido.

A não vinda da empresa hoje, Sr. Presidente, não significa dizer que nós não daremos continuidade ao trabalho de levantamento e pesquisa de todo o processo que envolve também essa empresa.

Os elementos que nós temos são suficientes para suspender a oitiva, mesmo porque nós temos o entendimento de que a Ford pode colaborar com a Comissão, não que ela esteja envolvida diretamente em qualquer malfeito, mas como houve uma tentativa de busca da empresa por parte desses agentes seria muito importante que a Ford pudesse colaborar.

Entretanto, como nós temos outra oitiva hoje, houve um acordo entre todos os membros desta Comissão no sentido de postergar a vinda da empresa.

Quero dizer que, pela relatoria, Sr. Presidente, nós estamos levantando um conjunto de questionamentos que deverá ser dirigido à empresa para que ela responda por escrito. E, dependendo das respostas que ela dará por escrito, nós analisaremos se deveremos ou não manter a convocação, o convite para que ela aqui esteja, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só para a conclusão, então, a respeito também da não presença, hoje, do representante do Banco Santander e para iniciarmos a votação dos requerimentos de quebra de sigilo, eu serei bem breve.

Recebemos uma correspondência do Banco Santander, dirigida à Presidência desta Comissão:

Eminente Senador, temos a honra de nos dirigirmos a V. Exª para expor e requerer o que se segue:

Recebemos o Ofício nº 28, de 2015, convocando o Vice-Presidente Executivo do Banco Santander, Marcos Madureira, para prestar esclarecimento à CPI do Carf, instaurada para apurar denúncias de que julgamentos

realizados no âmbito do Carf – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados no dia 9 de julho de 2015, às 9 horas.

Ou seja, esses requerimentos foram feitos no curto prazo, muito em cima da hora.

E continua:

Ilustre Presidente, ocorre que referido Diretor encontra-se em viagem ao exterior, em compromisso oficial do Banco Santander.

Conforme mencionado anteriormente, não podemos comparecer na data acima mencionada.

A presente tem a finalidade de justificar a ausência do depoente, renovando os protestos de estima e consideração a essa respeitada Comissão, permanecendo à disposição para qualquer esclarecimento.

Assinam esta correspondência a Srª Mara Regina Lima Alves Garcia, Diretora Executiva, e Carlos Rey, Vice-Presidente Executivo de Finanças Estratégicas e Assuntos Corporativos.

Portanto eu acredito que, na próxima reunião, nós poderemos ouvir o representante do Banco Santander.

Hoje, então, nós vamos ouvir tão somente o representante da MMC Mitsubishi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, vamos começar a votação dos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim, vamos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A minha sugestão é que comecemos a partir do Item 6, relativo às quebras de sigilo que exigem quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

São requerimentos que necessitam de votação nominal para apreciação, por tratarem de transferência de sigilos.

ITEM 6

Requerimento Nº 114/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Paulo Roberto Cortez. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que o mencionado contribuinte figura como integrante do quadro societário.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Eu até consulto aqui os colegas se nós podemos aqui votar em globo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Podemos? O.k!

ITEM 7

Requerimento Nº 115/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Leonardo Siade Manzan. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que o mencionado contribuinte figura como integrante do quadro societário.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, deixa eu só pedir... Como vamos votar em globo e aqui, não sei, mas não está transcrita a íntegra do requerimento, seria importante que pedíssemos à Receita Federal não apenas a relação das pessoas jurídicas em que o mencionado contribuinte figura como integrante ou que figurou. E friso isso porque é comum eles entrarem em sociedade de empresa em determinado momento e, depois, imediatamente, saírem.

Então, seria apenas isso: “que figura ou tenha figurado”.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeitamente, Senadora. Foi de bom alvitre a vossa colocação. Vamos, então, aqui, colocar para todos.

ITEM 8

Requerimento Nº 116/2015

Requer a transferência dos sigilos fiscal e bancário de Adriana Oliveira e Ribeiro. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que a mencionada contribuinte figura como integrante do quadro societário.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Nós vamos fazer esse adendo de extrema importância: “que figura ou figurou”.

ITEM 9

Requerimento Nº 117/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Gegliane Maria Bessa Pinto. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que a mencionada contribuinte figura como integrante do quadro societário.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Também com o devido adendo.

ITEM 10

Requerimento Nº 118/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Jorge Victor Rodrigues. Requer à Receita Federal a relação de pessoas jurídicas em que o mencionado contribuinte figura como integrante do quadro societário.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Todos os requerimentos de minha autoria.

Algum Senador ou Senadora gostaria de fazer uso da palavra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas não é requerimento de quebra de sigilo. De quebra de sigilo, só estes cinco requerimentos.

Então, vamos votar os aludidos requerimentos.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que os aprovam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, sim! É nominal, individualmente. Estou aqui sendo corrigido.

Como vota, então, o Senador Otto Alencar?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Voto pela quebra do sigilo, como V. Exª pediu nos seus requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A favor dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nos termos dos requerimentos, Sr. Presidente, eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A favor dos requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E a nossa Relatora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A favor dos requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Portanto, aprovados e referendados os requerimentos.

Como nós temos aqui os demais requerimentos, que serão apreciados por votação simbólica, eu acho que nós podemos, então, convocar o nosso...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu peço para votar em globo os outros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

Deixamos a oitiva para ser feita a seguir? *(Pausa.)*

É?! Então vamos fazer. Vamos colocar os extrapauta também.

Vamos aos requerimentos:

ITEM 1

Requerimento Nº 23/2015

Convoca Alexandre Paes dos Santos, sócio da empresa Davos Energia Ltda.

Autoria: Senador José Pimentel.

ITEM 2

Requerimento Nº 31/2015

Convoca Antônio Maciel Neto, Presidente da Empresa CAO A Motor do Brasil Ltda.

Autoria: Senador José Pimentel.

ITEM 3

Requerimento Nº 110/2015

Convoca Cristiano Kok, Presidente do Conselho de Administração da Engevix Engenharia.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Quem é o autor desse requerimento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu? Meu Deus! Depois conversei com meus assessores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Está no verso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos ao próximo item.

ITEM 4

Requerimento Nº 112/2015

Convoca Jason Zhao, CEO da HUAWEI do Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

ITEM 5

Requerimento Nº 113/2015

Convoca José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Carf.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Gostaria de comunicar aos nossos pares que há dois requerimentos aqui que estamos colocando em extrapauta, a respeito dos quais vemos uma certa urgência. Assim, se os nobres colegas não virem impedimento, gostaria de colocar em votação esses dois requerimentos. *(Pausa.)*

Então, com base no art. 121 do Regimento Interno, incluo extrapauta o Requerimento nº 32/2015, de autoria...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de incluir o requerimento que encaminho agora e que eu já havia oralmente citado. Trata-se da questão da reconvocação do Sr. Leonardo Manzan e a convocação do Sr. Otacílio Cartaxo.

O requerimento está sobre a mesa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É para repetir a convocação?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Sim; repetindo, porque ele não falou...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Ele faltou com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Importante.

Então, o primeiro requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

Requerimento Nº 32/2015

Requer seja convocado o Sr. Mauro Marcondes Machado, Presidente da Empresa MMC Automotores do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados à Operação Zelotes da Polícia Federal.

Autoria: Senador José Pimentel.

Aqui, Senador Pimentel, nós podemos fazer um adendo, porque chegamos à conclusão, salvo melhor juízo, de que ele não foi presidente; ele prestava serviços. Ele tinha uma empresa por nome de Marcondes &

Mautoni Ltda.; e, hoje, é Vice-Presidente da Anfavea. Contudo, será de grande importância a convocação desse senhor para prestar esclarecimentos.

Então, eu coloco em votação também com os demais requerimentos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, como esse requerimento foi protocolado há bastante tempo aqui, na Mesa da nossa Comissão, eu não vejo nenhuma dificuldade em incluí-lo extrapauta por não tratar de matéria nova; e, como no curso do processo chegaram essas informações mais precisas em que V. Exª aqui propõem, eu incorporo ao nosso requerimento a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

Requerimento Nº 120/2015

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579/52 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Paulo Arantes Ferraz, ex-presidente da MMC/Mitsubishi Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

Requerimento Nº 121/2015

Requer, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o ex-conselheiro Leonardo Siade Manzan e do o ex-presidente do Carf, Otacílio Dantas Cartaxo.

Autoria: Senador Otto Alencar.

Pode ser feita a convocação de dois em um só requerimento? Eu pergunto.

Pode? *(Pausa.)*

O.k.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, quanto ao Sr. Cartaxo, nós temos um requerimento também protocolado no início dos trabalhos. Portanto, pediria que eles viessem para ser votados juntos – tanto o do nobre Senador Otto como esse que apresentamos no início dos trabalhos da CPI –, porque tratam do mesmo tema. Assim, votaríamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Será feita a juntada.

Portanto, coloco em votação o requerimento de autoria do Senador José Pimentel, que convoca o Sr. Cartaxo. É o Requerimento nº 51.

Portanto, simbolicamente, colocamos em votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Colocamos em votação em globo os aludidos requerimentos.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam os referidos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

Requerimento Nº 51/2015

Requer seja convocado o Sr. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO, ex-presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, para prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados à Operação Zelotes da Polícia Federal, deflagrada no mês de março de 2015 para investigar manipulação – por parte de empresas,

escritórios de advocacia e contabilidade, servidores públicos – de processos e julgamentos de pessoas jurídicas atuadas pela Receita Federal.

Autoria: Senador José Pimentel)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos à oitava.

Esse termo “determino” é tão forte; solicito fica melhor.

Solicito que a Secretaria, por favor, que conduza agora à Mesa o Sr. Robert Rittscher, Presidente da MMC/Mitsubishi do Brasil.

Quanto à ordem das perguntas, podemos começar com a Relatora; depois, o Presidente... Mas eu gostaria de passar a palavra ao autor do requerimento, Senador José Pimentel, até porque ele vai ter que se ausentar daqui um pouco...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não, Sr. Presidente; lá dá para retardar um pouco. Vamos ouvir a pessoa; em seguida, a nossa Senadora. Assim, no rito normal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu me permito aqui, com todo prazer, fazer as minhas indagações mais por derradeiro; e, aí, se algum Senador quiser fazer então as suas perguntas, que fique à vontade. *(Pausa.)*

É tanto papel que você, às vezes, fica obnubilado.

Estamos aqui com o representante da MMC/Mitsubishi Motors, Sr. Robert Rittscher.

Pergunto ao senhor se quer fazer uso da palavra para alguns esclarecimentos *a priori*.

Geralmente, aqui nesta Casa, no dia a dia, tudo é um tanto quanto corrido, o tempo é uma das coisas mais valiosas que temos aqui. Então, eu lhe concedo cinco minutos, mas, se necessário, prorrogamos por mais alguns minutos.

Com a palavra, o Sr. Robert Rittscher.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Bom dia.

Primeiramente, gostaria de me apresentar e apresentar alguns detalhes da empresa que represento.

Meu nome é Robert de Macedo Soares Rittscher, tenho formação em engenharia, trabalho na empresa MMC Automotores do Brasil desde 1995. Comecei como gerente financeiro, depois fui promovido a diretor financeiro e passei, em 2010, a exercer a função como Presidente até então.

A empresa MMC Automotores do Brasil é um pouco diferente daquilo que lemos e vemos do mercado automotivo brasileiro, uma vez que ela tem 100% do seu capital nacional. Ela tem um contrato de representação da marca no País e uma licença técnica para produzir alguns modelos, alguns tipos de carro.

É uma empresa que foi constituída em 1991, que está prestes a completar quase 25 anos de operação no Brasil. Nós temos uma operação fabril no sul de Goiás, na cidade de Catalão, onde temos um milhão de metros quadrados, em torno de 500 mil metros quadrados de área construída, com um investimento, até então, da ordem de mais de R\$2 bilhões, em torno de 3,5 mil colaboradores, o que representa em torno de 4% da população de Catalão, trabalhando diretamente na nossa fábrica.

Nós estamos entre os 10 principais contribuintes do Estado de Goiás, e mais de 50% do que recolhe o Município de Catalão é proveniente das operações da Mitsubishi.

Estou à disposição para qualquer esclarecimento e espero poder sanar todas as dúvidas que aqui me forem perguntadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Robert.

Passamos, então, a palavra à nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dr. Robert, o senhor afirma que está na empresa desde 1995, mas passou a ocupar o cargo de direção, de Diretor Presidente a partir de 2010.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A sede administrativa da empresa, apesar de a fábrica ser em Goiás, é no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Lá é que o senhor fixa moradia?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor, como Presidente, obviamente participa do processo de tomada de decisão da empresa.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Todos? Sob todos os aspectos?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, a grande maioria do... Eu tenho um corpo de nove diretores, entre todas as áreas – comercial, *marketing*, jurídico, planejamento, engenharia e suprimentos –, e divido com eles essa tarefa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

Os Srs. Paulo Arantes Ferraz e Eduardo Souza Matos são diretores da Mitsubishi Automotores do Brasil?

O SR. ROBERT RITTSCHER – O Paulo Arantes Ferraz foi o Presidente antecessor da MMC Automotores do Brasil, e acho que a senhora fez confusão, porque não é Eduardo Souza Matos, é Eduardo Souza Ramos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim; Souza Ramos.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eduardo Souza Ramos faz parte do Conselho, é o Presidente do Conselho de Administração.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, o Dr. Paulo Arantes Ferraz, foi Presidente da empresa?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Foi Presidente da empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele foi o seu antecessor?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor o substituiu na Presidência?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E hoje ele faz parte do quadro da empresa?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não; ele se desligou por completo da empresa no começo de 2010.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele saiu, quando o senhor assumiu a Presidência?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E o Sr. Eduardo de Souza Ramos ainda pertence aos quadros da empresa?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim. Ele, inclusive...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É o Presidente do Conselho...

O SR. ROBERT RITTSCHER – É o Presidente do Conselho de Administração.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Desde quando? O senhor poderia...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Desde... O Conselho de Administração foi montado em 2008. Ele sempre exerceu essa função como Presidente do Conselho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bem; a razão de o senhor estar aqui, como o senhor sabe, diz respeito a questões tributária da empresa.

Então, eu lhe pergunto: como a empresa Mitsubishi Automotores promove a defesa tributária perante o Poder Judiciário, perante os órgãos administrativos da primeira, da segunda instância, perante o Carf? Como é organizada a defesa da empresa perante o sistema tributário brasileiro?

O SR. ROBERT RITTSCHER – O.k. Apesar de nós termos um departamento jurídico na MMC Automotores, temos advogados contratados, dependendo da matéria.

Especificamente em matérias relativas ao Carf, nós temos um escritório tributarista, que é o escritório Dr. Hamilton Dias de Souza, que é quem nos defende em todo processo junto ao Carf, em conjunto com o Sr. Mauro Marcondes, representante da empresa...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Norman?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Mauro Marcondes.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mauro.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Mauro Marcondes, que é uma pessoa que tem bastante experiência e nos faz inúmeras sugestões, por ter trabalhado mais de 50 anos no ramo automotivo. Então, ele nos dá alternativas, sugestões, que nós acolhemos e discutimos com o Dr. Hamilton. Uma vez estabelecida a tese da defesa, é feito o trabalho de defesa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, se eu bem entendi, a empresa dispõe de um departamento jurídico.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mesmo dispondo de um departamento jurídico, ainda, em determinados casos, há a contratação de outros escritórios de advocacia.

Nesse caso, quem são os responsáveis pela contratação desses escritórios, dentro da diretoria da empresa?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Na verdade, é o departamento jurídico que acompanha tudo isso, mas eu tenho conhecimento dos processos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Conselho de Administração não interfere nesses assuntos?

O SR. ROBERT RITTSCHER – A empresa tem um Conselho de Administração e também tem um Conselho Fiscal, isso é matéria mais para o Conselho Fiscal, que tem representantes dos acionistas e da empresa, que discutem no Conselho Fiscal.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, não há a possibilidade de contratação de escritórios sem que haja a sua aprovação como Diretor Presidente da empresa?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. O senhor conhece ou já ouviu falar nas empresas Alfa Atenas Assessoria Empresarial Ltda.?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca ouviu falar?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu posso repetir: Alfa Atenas Assessoria Empresarial Ltda.

E na empresa Planeja Assessoria Empresarial Ltda.?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mitsubishi foi procurada, algumas vezes, por essa empresa, ou através de V. Sª ou do departamento jurídico?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não. Através de mim, com certeza, não. Do meu jurídico, também não, porque não tive nenhum retorno sobre esse ponto. Então, não temos nenhum contato com nenhuma dessas empresas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor conhece ou já ouviu falar dos Sr. Silvio Guatura Romão?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ezequiel Antônio Cavallari?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Edson Pereira Rodrigues?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A empresa que o senhor dirige já foi procurada... O senhor não conhece, mas já ouviu falar que a empresa tenha sido procurada por essas pessoas?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nem o setor jurídico nunca lhe comunicou esse fato?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor conhece, ou já ouviu falar nas empresas Marcondes... O senhor já citou a Marcondes & Mautoni Empreendimentos.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa o senhor disse que é um escritório jurídico...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não; é uma empresa de assessoria e consultoria, não é um escritório jurídico, que tem grande experiência na indústria automobilística, há mais de 50 anos trabalhando no setor, que nos assessoria junto aos processos, dando sugestões de defesa, e também, uma vez que essas defesas estão estabelecidas, são defendidas no Carf, pelo escritório Marcondes & Mautoni.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a empresa SGR Consultoria Empresarial Ltda.?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca teve nenhum contrato?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Contato ou também contrato eu nunca tive com essa empresa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, com a Marcondes, sim; contrato oficial.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim; com a Marcondes sim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E com a empresa Rodrigues e Advogados Associados?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Também não.

A empresa que o senhor dirige já foi procurada por essas empresas?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não que eu tenha conhecimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Somente pela Marcondes?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Marcondes & Mautoni trabalha conosco desde 2008.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, o senhor confirma que essas pessoas físicas ou essas empresas nunca prestaram serviço à Mitsubishi?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Exceto a Marcondes & Mautoni, sim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exceto a Marcondes.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Confirmo que essas empresas nunca prestaram nenhum serviço para a empresa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o senhor não sabe também se ela tinha vínculo com a Marcondes? Não tem conhecimento?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não sei.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor conhece, obviamente sim, o Sr. Mauro Marcondes Machado.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim, conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E da sua ligação com o setor automotivo, o senhor poderia falar mais?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Poderia. A senhora quer saber...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Da ligação do Sr. Mauro com o setor automotivo.

O SR. ROBERT RITTSCHER – O.k.

O Dr. Mauro trabalhou, por mais de 20 anos, em duas montadoras grandes, por duas vezes. Então, tem mais de 40 anos de experiência, trabalhando pelo lado das montadoras.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor poderia declinar o nome dessas duas montadoras?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Volkswagen e Scania. Foi diretor dessas duas empresas por mais de 20 anos em cada uma.

Ele também é representante, por mais de treze mandatos, cada mandato de três anos, na Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Anfavea.

O SR. ROBERT RITTSCHER – A Anfavea. Ou seja, há quase 40 anos, ele representa, ele é vice-presidente e tem cargos dentro da Anfavea. É uma pessoa que tem profundo conhecimento do setor.

Como a MMC Automotores, apesar de ser uma empresa grande, detém um *share* bastante menor do que a grande concorrência do mercado, nós sempre buscamos nos assessorar por pessoas que têm bastante experiência, uma vez que lidamos com grandes multinacionais no mercado brasileiro.

Então essa é a razão de nós termos alguns contratos com o Dr. Mauro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Dr. Mauro é o proprietário da empresa Marcondes & Mautoni Empreendimentos.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele já tinha essa empresa – o senhor tem conhecimento – quando ele dirigiu a Volkswagen ou a Scania?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não; não sei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor não sabe responder?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não sei responder. Na verdade, eu conheci o Dr....

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ou se ele começou a trabalhar através da sua própria empresa, prestando assessoria...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... a partir do momento em que deixou a direção dessas duas outras montadoras?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não sei, não sei. Na verdade, quando assumi o cargo, em 2010, o Dr. Mauro já prestava serviço para a MMC.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que ele faz em paralelo é ter a empresa prestadora de serviços, que atua no setor tributário, e é o vice-presidente da Anfavea.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim. Todo associado da Anfavea tem direito a uma cadeira de vice-presidente. Então, ele nos representa na Anfavea por um período, não por 40 anos, mas ele nos representa desde 2008, como vice-presidente na Anfavea.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

O senhor conhece ou já ouviu falar do Sr. Ricardo Rett?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – José Ricardo da Silva?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – José Ricardo da Silva.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Na verdade, quando nós soubemos que o Dr. Mauro foi investigado, nós o questionamos o porquê do assunto. E, daí, ele nos explicou que tinha tido algum contato com essa pessoa. Mas, fora isso, não sei explicar nada diferente disso. Mas ele nunca prestou nenhum serviço, não conhecemos, não é uma pessoa da nossa relação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o senhor já ouvi falar do Dr. José Ricardo da Silva.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Somente após...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tomar conhecimento do processo.

O SR. ROBERT RITTSCHER – ... tomar conhecimento do processo, quando questionamos o Dr. Mauro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Dr. Mauro tinha algum poder para contratar pessoas para trabalhar para a sua empresa?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Em todas as tratativas que nós fazíamos com o Dr. Mauro – o Dr. Mauro fez vários trabalhos para a empresa –, ele sempre falou que tinha uma equipe. Mas nós nunca nos estendemos sobre quem fazia parte dessa equipe. Sabemos que ele tem um escritório, que tem várias pessoas que trabalham com ele, e ele falava que tinha alguns advogados que o assessoravam. Mas nós nunca entramos em detalhe, nem nunca questionamos. Eu, principalmente, nunca questionei quem são, quem eram e o que faziam.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Além da Mitsubishi, o senhor saberia dizer se o Dr. Mauro, através da empresa Marcondes & Mautoni, atuava para outras montadoras de veículos?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor não tem conhecimento ou o senhor...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não tenho conhecimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não tem conhecimento.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não tenho conhecimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não é que eles não trabalham para outros; o senhor é que não tem conhecimento.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não tenho condições de afirmar que ele não tenha feito trabalho para outras empresas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Edson Pereira Rodrigues, o senhor conhece ou já ouviu falar?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não conheço nem nunca ouvi falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nem no âmbito de processo nenhum? Nada?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Paulo Roberto Cortez?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca nem ouviu falar?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não conhece nem ouviu falar?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não. Não é uma pessoa da nossa relação. Não temos nenhuma relação com esse senhor. Não o conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, o senhor não sabe dizer se prestaram serviços para a sua empresa, mesmo através do Sr. Mauro?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não. Com certeza, para a nossa empresa, para a MMC Automotores, não prestavam nenhum serviço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas através da empresa Marcondes & Mautoni, é possível?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu não tenho como afirmar isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor conhece ou já ouviu falar no Sr. Alexandre Paes dos Santos?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca ouviu falar?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Também, em nenhum processo, nunca se deparou com esse nome?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, nunca atentei para esse nome.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a pessoa nunca prestou serviços à sua companhia?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Com certeza, nunca prestou serviços à MMC.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dessas empresas todas e desses nomes todos que eu falei, a única empresa que o senhor confirma que tenha prestado serviços presta ainda atualmente?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Presta ainda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Marcondes?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor poderia enviar, posteriormente, à CPI contratos, todos os normativos e a documentação que ligue a Mitsubishi Automotores a essa empresa do Sr. Marcondes?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim, poderia fazer um resumo e encaminhar, sem dúvida nenhuma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então eu gostaria que a Secretaria, Presidente, anotasse, para que a gente apenas confirme, por escrito, o pedido que já está efetivado neste momento.

O senhor falou que é comum, além do setor jurídico da empresa, contratar outros escritórios para colaborar também na questão da defesa tributária da empresa. Esses escritórios seriam escritórios de advocacia ou seriam consultorias?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Desculpe, Excelência. Desculpe, talvez eu não tenha me feito claro. Vou tentar ser um pouco mais claro.

O departamento jurídico da empresa funciona como gestor de todos os processos no que diz respeito ao acompanhamento. Todos os processos de natureza cível, tributária, trabalhista, sempre têm um advogado terceiro contratado pela empresa. Nosso departamento jurídico o municia com as informações para as defesas serem feitas por esses escritórios. No que diz respeito a alguns processos, principalmente os processos do Carf, nós temos o escritório do Dr. Mauro Marcondes contratado para nos assessorar com ideias, com sugestões na defesa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Entendi; mas é a mesma coisa que eu já havia entendido. A empresa dispõe de um departamento jurídico, mas, em determinados casos, outros escritórios são contratados para atuar em determinados processos, e todos os escritórios contratados são coordenados pelo departamento jurídico.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim; o.k.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu lhe pergunto: os escritórios contratados são de consultoria ou são de advocacia? São duas coisas diferentes.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Exceto o Mauro Marcondes, todos os outros escritórios são de advocacia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, apenas o Marcondes & Mautoni, que não é de advocacia, é de consultoria...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E os demais que contrata são...

O SR. ROBERT RITTSCHER – São normalmente de advocacia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não sei qual é a metodologia do trabalho, mas é normal as empresas que já possuem departamento jurídico terem empresa de consultoria, contratarem outros escritórios para atuar em determinados casos? Assim, em um determinado caso, contrata dois ou três escritórios. Isso é comum? É uma prática comum?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu acho que sim, principalmente quando se trata de uma empresa relativamente jovem, que não tem tanta experiência no segmento; ela tenta se apoiar no máximo possível de informação e, por isso, busca um assessoramento, uma consultoria de quem tem bastante reputação e bastante conhecimento das matérias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pelo que o senhor falou, o relacionamento da empresa Mitsubishi com a Marcondes é mais do que um contrato de trabalho. É um contrato de trabalho que já tem muito tempo? Desde quando o senhor contrata o trabalho, isto é, que a Mitsubishi trabalha com a empresa Marcondes & Mautoni?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Então, na verdade, eu acompanho os trabalhos da empresa Marcondes & Mautoni após ter assumido a posição de...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – De presidente.

O SR. ROBERT RITTSCHER – ... de presidente. Mas ela já tinha vários outros trabalhos que ocorreram no passado. Então, ela trabalha desde 2008 com a Marcondes & Mautoni, que tem contratos conosco desde 2008.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E sobre as empresas que a Marcondes contrata, o senhor não tem ingerência?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Nenhuma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nem conhecimento?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Nem conhecimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E dos pagamentos que faz a essas outras empresas, o senhor também não tem...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não é da nossa informação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor nunca teve nenhuma conversa de que nomes de dirigentes de outras empresas, consultorias, tivessem participado, ou que o senhor tivesse tratado, ou falado de nomes?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não. A única coisa que o Dr. Mauro, dentro das conversas, falava sempre era em equipe. Sobre essa equipe, nós nunca entramos no detalhe de como era a formação ou por quem era formada essa equipe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor disse que, dos nomes todos que eu levantei aqui, não se lembrou do nome do Edson, disse que nunca ouviu falar; do Paulo Roberto Cortez; mas disse que tomou conhecimento do nome do Sr. José Ricardo da Silva, conhecimento através do processo.

O senhor sabe que o Sr. Mauro efetuou pagamentos para o Sr. Edson Rodrigues?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E em relação ao Sr. José Ricardo, o senhor sabe ou tomou conhecimento, em algum momento, que a empresa Marcondes & Mautoni havia contratado os serviços da empresa SGR Consultoria Empresarial?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim; o Dr. Mauro falou que tinha alguns contratos ou que tinha alguma relação com essa empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com a empresa SGR, do Sr. José Ricardo?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para quem fez pagamentos e pagamentos importantes.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu não entrei em detalhes em quantias, formas ou relação nenhuma da relação com a empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor já ouviu falar no nome Aristófares Fontoura de Holanda?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem é Aristóфанes Fontoura de Holanda?

O SR. ROBERT RITTSCHER – O Dr. Aristóфанes era o correspondente do escritório do Dr. Hamilton. Ele fazia as defesas orais dos processos junto ao Carf. O Dr. Hamilton fazia os processos, acertava com o Dr. Aristóфанes, e o Dr. Aristóфанes fazia a defesa oral.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eles tinham alguma ligação ou algum contrato, também, com a empresa do Sr. José Ricardo da Silva?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Desconheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Do Sr. Edson Pereira Rodrigues?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Também não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Os componentes das empresas Marcondes & Mautoni e também da SGR procuraram a Mitsubishi para oferecer algum tipo de serviço num processo que tramitava no Carf?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Marcondes & Mautoni, como já disse, tem uma ligação grande com a empresa, de vários processos. A SGR não tem nenhuma ligação com a MMC Automotores do Brasil, nem nunca fomos procurados por essa empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela SGR, os senhores nunca foram procurados?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim; nunca fomos procurados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dentro da empresa Marcondes, quem era a pessoa com que o senhor tratava?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu tratava com o Dr. Mauro Marcondes. Acompanhava ele a Dª Cristina, que fazia a função de secretária, que é esposa do Dr. Mauro. As únicas pessoas com quem nós nos relacionávamos da Marcondes & Mautoni eram o Dr. Mauro e a Dª Cristina.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem fazia o contato com o Dr. Mauro e a Srª Cristina era o senhor, diretamente?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Como eu já disse, nós temos vários processos. O Dr. Mauro nos representa na Anfavea. A Anfavea tem reuniões semanais sobre diversos assuntos, diversas pautas, e algumas dessas pautas, muitas vezes, eram discutidas também com o diretor de suprimentos, com o diretor de engenharia e planejamento. Então, eles tinham assuntos relativos ou algumas discussões com o Dr. Mauro, também, além do departamento jurídico.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, tratavam com eles, o senhor e o departamento jurídico, somente?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim; e, no âmbito dos assuntos da Anfavea, outros diretores tinham acesso ao Dr. Mauro também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E da SGR, o senhor nunca...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Nunca foi da nossa relação; não conheço; nunca tratamos. Não temos nenhuma relação profissional com essa empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Do Sr. Ricardo, só depois que tomou conhecimento do processo?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Quando questionamos o Dr. Mauro do porquê disso, do porquê dessa investigação envolvendo o nome da empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Alguma vez foi falado ao senhor ou ao departamento jurídico, que tenha chegado ao seu conhecimento, sobre a possibilidade de oferecer alguma facilidade no âmbito do Carf?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não é prática da empresa esse tipo de coisa, e se soubéssemos que algum dos fornecedores, algum dos prestadores de serviço tivesse alguma relação com isso, automaticamente interromperíamos o trabalho.

A empresa tem um foco de governança bastante forte, tem uma preocupação enorme sobre esses pontos. Temos inúmeros mecanismos, desde auditoria interna e externa, caixa de denúncias. Em todos os nossos contratos, temos parágrafos que fazem menção à Lei Anticorrupção, temos reuniões semestrais com todos os gerentes para analisar os objetivos, fazemos um treinamento explicando o que é a Lei Anticorrupção. Então, essa não é a prática da empresa. A empresa abomina esse tipo de ação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o senhor tratava de detalhes dos processos, pelo menos dos que tramitavam no âmbito do Carf, com o Sr. Mauro?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não, não. Tratava no sentido das sugestões que ele nos trazia, levávamos e discutíamos com o Dr. Hamilton, depois colocávamos isso, estabelecíamos a forma, a estratégia de como ele discutia isso junto ao Carf.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos lá, para eu entender melhor. Um determinado processo da empresa de V. Sª tramita no âmbito do Carf. O senhor tinha conhecimento em que câmara estava? Quem eram os julgadores? A data do julgamento? Esses detalhes, o senhor tratava com o seu escritório jurídico e com as empresas que o senhor contratava?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não. Fatalmente, meu escritório jurídico tinha essas informações todas, mas eu não tinha. Sei que eram vários processos, em várias câmaras, mas não sei identificar, nunca tratei disso. Eu era informado após os julgamentos, dependendo do resultado do julgamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor tem algum time de futebol de preferência?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não sou muito convicto de futebol, mas sou santista, natural de Santos, torço pelo Santos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sua empresa não patrocina nenhum time de futebol?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não patrocina nenhum time de futebol.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em Goiás?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Minto, a gente tem um pequeno apoio ao time de Catalão, que é o Craque.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só Catalão?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Só Catalão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Goiás não?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Brasília?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu vou lhe perguntar novamente: o senhor chegou, em determinado momento, a discutir detalhes sobre o julgamento de algum processo que envolvia sua empresa no âmbito do Carf?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Vamos, deixe-me tentar entender, deixe-me tentar explicar. Eu não consigo participar de todos os assuntos no detalhe, de todas as pautas, de todos os departamentos. Então, no que diz respeito aos processos, quem determina e quem acompanha isso é o departamento jurídico da empresa. Eu sou informado quando existe um fato relevante. “Ah, vai ter um julgamento, teve um julgamento”, alguma coisa relevante aos processos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas não entra nos detalhes?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor tem conhecimento de algum conselheiro ou ex-conselheiro que atuava diretamente com a empresa de Mauro Marcondes? Eram contratados para atuar no processo que figurava a sua empresa?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não, nunca entramos nesse nível de detalhe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca entrou nesse nível de detalhe.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor sabe dizer por que o Sr. Paulo Ferraz se desligou da empresa Mitsubishi?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Na verdade, o Dr. Paulo era sócio da empresa, ele tem dois filhos e resolveu, na época, buscar um outro negócio junto à família. Então, que eu saiba essa foi a razão que o levou a sair da empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A sua... Quantos processos do senhor já tramitaram no Carf?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Nós temos no Carf duas matérias distintas, temos e tivemos duas matérias distintas. Entre essas matérias, uma relativa ao benefício fiscal, e a fiscalização entendia que benefício fiscal e regime fiscal são a mesma coisa. Por ser a mesma coisa, deveríamos... E a Lei 9.826, do nosso benefício fiscal, proíbe que tenha cumulatividade de benefícios. Então, a fiscalização entendia como regime especial. É um benefício fiscal. Então esse é a razão do auto.

Isso é uma matéria.

A outra matéria é o processo de importação dos veículos no período de 93 a 95, que foi questionado pela Receita, que originou 14 autos, todos da mesma matéria. A única modificação é pelo período e pelas DIs de importação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas num dos processos o senhor foi muito bem contemplado no julgamento do Carf, não? O senhor havia perdido numa instância anterior, mas chegou ao Carf e teve muito sucesso.

O SR. ROBERT RITTSCHER – A senhora está falando especificamente de qual processo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Duzentos e sessenta e cinco milhões.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É, nesse valor que o nosso Presidente fala. O senhor tinha um passivo de R\$266 milhões e foram retirados, o senhor teve um ganho de R\$265 milhões, restando menos de um milhão de débito, um débito que era de 266 passou para...,

O SR. ROBERT RITTSCHER – Esse é o...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É o 10.120.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu estou sem o número aqui.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, mas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É, 10.120.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Pelo montante, é relativo à matéria do benefício fiscal. E o entendimento da Receita era que regime especial era considerado um benefício fiscal.

Nesse ponto, gostaria até de citar a importância do trabalho do Dr. Mauro. Por quê? Porque ele construiu uma tese e descobriu que todo benefício fiscal, obrigatoriamente, tem que fazer parte do orçamento da União.

No caso da Lei 9.826, consta o benefício fiscal; no caso do regime especial, não consta. Isso foi muito importante no entendimento dos conselheiros para esclarecer essa diferença de benefício e regime especial.

Tanto é que isso não consta na defesa do Dr. Hamilton, mas no suporte e na discussão do Dr. Mauro, junto aos conselheiros, explicando até a nossa tese de defesa. Isso foi fundamental para o êxito desse processo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu lhe pergunto novamente. Quem atuou nesse caso junto com o Dr. Mauro?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu não sou capaz de responder.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Ricardo?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu não sou capaz de...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o senhor nos falou, Dr. Robert, o senhor falou que tomou conhecimento da figura do Sr. Ricardo quando tomou conhecimento do processo.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, o senhor sabe que o Sr. Ricardo entrou junto com o Sr. Mauro.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não necessariamente para esse processo.

O Dr. Mauro, como já disse, tem vários trabalhos para a nossa empresa. Eu nunca, nunca questionei o Dr. Mauro quem ele contrata e para quê e o que faz. Então, não posso dizer que o mérito disso tenha sido a contratação do Sr. Ricardo ou da empresa dele ou coisa e tal. Nem sei se foi trabalhado através dessa empresa, esse processo a que a senhora se referiu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas nunca chegou ao seu conhecimento o fato de que a própria empresa usava muito do serviço do Sr. Ricardo e que a competência dele seria pelo grau de conhecimento, aquele “conhecimento” entre aspas que ele tinha dentro do Carf?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Influência?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor tomou conhecimento já do processo em que sua empresa figura no âmbito dessa Operação Zelotes?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, o conhecimento foi através da imprensa e através da convocação do dia de hoje, sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, muita coisa que estou falando aqui o senhor está entendendo?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E, mesmo assim, o senhor confirma que nunca o Sr. Mauro, a empresa Marcondes, falou a respeito da atuação do Sr. Edison no seu processo, no processo da empresa que o senhor representa perante o Carf?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A sua empresa já efetuou algum pagamento a essas pessoas – citei vários nomes aqui – que o senhor se recorde?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não temos nenhum contrato, nenhuma relação. Exceto a Marcondes & Mautoni, nenhuma dessas outras empresas não temos nenhuma relação nem contato com nenhuma dessas pessoas físicas ou jurídicas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, depois de toda essa investigação, o senhor obviamente tomou conhecimento de que a empresa Marcondes contratava a consultoria SGR.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aí o senhor tomou conhecimento? O senhor sabe quanto a empresa do senhor Mauro pagou à empresa SGR?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E o senhor pagou quanto à empresa do Sr. Mauro?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Ah, os processos são anteriores à minha gestão. Dentro de todas as informações que a senhora pediu, os contratos, eu vou fazer um resumo e vou encaminhar. Eu não seria capaz aqui de precisar quanto, como e qual o valor foi específico de cada contrato, mas isso vai ficar bem claro no material.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – No material que o senhor vai enviar.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Que eu vou enviar à senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas é comum, por exemplo, contratar um ou outro escritório por valor de R\$20 milhões? Isso é...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Exª, depende muito da causa. Depende muito de quanto um advogado recebe ou quanto é o normal. É um percentual sobre a causa, varia de 3% a 8%, 3% a 10%. Normalmente, esse é o normal. Os nossos valores não são diferentes disso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Permita-me, mas agora eu vou tentar fazer um raciocínio. Obviamente, se a gente tem uma causa no valor de R\$200 milhões, 10% seriam R\$20 milhões. Mas quando há uma causa de R\$20 milhões e a empresa, como V. Sª diz, tem plena segurança de que há um registro de débito equivocado, que aquilo se refere a crédito, não a débito devido, mesmo assim é comum tratar, em caso de sucesso, desses percentuais, relativos a R\$20 milhões? Para quem disse que não devia nada, depois ficar por R\$1 milhão, R\$260 milhões transformados em menos de R\$1 milhão, e pagar R\$20 milhões a um escritório, isso é comum?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Acho que sim, porque os processos são grandes, a empresa não pode correr risco de... Tendo uma boa tese e sabendo que, muitas vezes, é importante que essa boa tese seja bem explicada, bem discutida junto aos órgãos que fazem as defesas, acho que é normal, sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Por que uma empresa contratada tem que contratar tantas outras para fazer o mesmo, para prestar aquele tipo de serviço?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, desconheço esse...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor contratou a empresa do... O senhor contratava a empresa Marcondes, não é isso?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A empresa, por sua vez, contratava outras consultorias.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu não tenho conhecimento disso. Volto a repetir, quando sempre conversava com o Dr. Mauro, ele sempre se referiu à equipe, e nunca questionei se a equipe fazia parte do quadro de funcionários dele ou se eram empresas terceirizadas. Então, ele sempre se referiu comigo, nas relações que tive com ele, tratando desses assuntos sobre equipe. Então, eu não posso dizer à senhora se é normal ou não essa atividade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu fico por aqui, por enquanto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k..

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado Srª Relatora.

Concedo a palavra...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem. Eu não estou inscrita, não quero atrapalhar o questionamento do Senador Pimentel. Não pretendia fazer questionamentos, mas eu tenho uma dúvida e gostaria só... Não sei se o Senador Pimentel concorda e permite, porque ele iniciou uma fala que achei interessante, é uma perna que acho importante. Eu gostaria só de pedir mais esclarecimentos em relação ao Processo 10.120, confirmar se o ano do julgamento foi 2010. V. Exª se lembra do ano em que houve o julgamento desse processo em que a empresa conseguiu anular esse débito de R\$260 milhões, passando a pagar apenas R\$1 milhão? Foi mais ou menos nessa época?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Acredito que tenha sido por aí, sim.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E a tese defendida, só para ficar claro, foi de que o regime especial era benefício fiscal, mas, segundo a empresa, descobriu-se uma brecha no sentido de que todo benefício fiscal teria que fazer parte do orçamento da União e que o regime especial não fazia parte da União. É isso?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, na verdade, esse foi um dos argumentos utilizados inclusive pelo próprio Dr. Mauro, mas a tese de defesa do escritório do Dr. Hamilton tem inúmeros outros pontos.

Nós, inclusive, trouxemos um, caso houvesse dúvida técnica – eu lamento não poder ser tão específico na parte técnica – pequeno memorando explicando as duas matérias, a ordem da defesa, o que foi, como foi empregado.

Talvez solucione a dúvida de V. Exª.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Gostaria, acho importante juntar esse documento aos autos do processo, gostaria de ter uma cópia, mas, principalmente – é só essa pergunta que tenho, não vou atrapalhar o Senador Pimentel – faço a pergunta ou a V. Sª ou ao advogado: essa foi, na decisão da turma do Carf, o posicionamento principal para anular o débito? Foi essa questão de não constar no orçamento da União?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não posso... Não sei responder isso.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acredito, Sr. Presidente, que seria muito importante, já que a data é de 2010, verificarmos se, nessa turma, de lá para cá, todos os demais julgamentos relacionados a essa matéria - isso é muito comum em relação a questionamentos em relação a benefícios fiscais – se foram julgados da mesma forma, Sr. Presidente. Se isso aqui virou jurisprudência no Carf.

Isso é decisivo até para termos...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Talvez eu possa ajudar V. Exª porque, logo em seguida, através da MP 512, veio uma lei esclarecendo exatamente esse ponto, tirando a dúvida de benefício fiscal e regime especial.

Então, essa dificuldade não existe mais.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É mas eu quero... O meu questionamento ao Presidente é verificarmos, dentro do Carf, quais foram as decisões, ou seja, jurisprudências, decisões, posteriormente, desses mesmos conselheiros em relação a essa mesma matéria.

Eu acho que isso é importante para que pudéssemos avançar em relação ao caso da Mitsubishi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

E concedo a fala ao autor do requerimento, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Robert, vou dar continuidade ao que a nossa relatora, Senadora Vanessa, concluiu: é sobre esse Processo nº 10.120016270, de 2008, a que V. Sª já fez referência, que é o auto lavrado pela Receita Federal. O valor desse laudo, o crédito tributário é de R\$266.471.325,54.

Após a lavratura do auto e de todas as tratativas feitas no âmbito da Receita Federal, o Sr. José Ricardo toma conhecimento e, no dia 30 de julho de 2009, o Sr. José Ricardo procura a empresa MMC Automotores, para firmar um contrato – é normal entre as empresas de advocacia, prestação de serviços de consultoria. Nesse contrato, também veio a empresa a que V. Sª já fez referência, que é a Marcondes & Mautoni, que foi a intermediária.

Na oportunidade, tal agente encaminhou a Mauro Marcondes minuta de contrato de honorários da ordem de R\$8,333 milhões. É muito 3, ele gosta de muito 3. Posteriormente, nessas tratativas, a título de pró-labore, foi apresentado também o montante de R\$25 milhões sob a modalidade de êxito, ou seja, se tivesse êxito, teria mais essa quantia.

Contudo, em mensagem posterior, no dia 7/10, de 2009, José Ricardo enviou a Ricardo Rett, que também integrava, nova proposta, em que foram mantidos apenas honorários de êxito num valor reduzido para R\$20 milhões.

Foram trocados vários *e-mails* e, finalmente, a Sr^a Cristina Mautoni, que integrava, fechara o acordo com a MMC, a empresa automotora.

Esse processo dizia respeito à defesa desse laudo aqui a que nós fazemos referências. Esse grupo gosta muito de futebol. O linguajar dele é Brasília *versus* Goiás. Goiás ganhou de tanto, Brasília perdeu de tanto. Aqui há um conjunto de *e-mails* que não é da empresa, quero registrar. A empresa MMC não faz parte desse linguajar. Esse é um linguajar utilizado entre os vários autores que atuaram dentro do Carf e que fizeram parte dessas tratativas. Estou aqui registrando com os dados todos que foram levantados, apurados durante esse período.

Esse julgamento foi marcado para o dia 29 de julho. No dia anterior, esse conjunto de atores tinham dúvidas se deveria ter o julgamento no dia 29 de julho ou próximo a isso. Um deles encaminhou um ofício dizendo que, dos seis membros, até o capitão, que era o presidente da turma, já tinha se convencido a votar e que o placar seria cinco a um entre Goiás e Brasília. Estou colocando aqui os termos que eles utilizaram. Não é da MMC, quero aqui registrar.

Há um *e-mail* interessante nessa questão do jogo futebolístico, muito interessante, a que eles fazem referência. Esse *e-mail* é também do dia 28 de julho, do Sr. José Ricardo: “acho bom não adiarmos”, porque era a dúvida se faria o julgamento no dia seguinte ou se deveriam adiar. E aí ele diz: “acho bom não adiarmos. Não peça. É bom apenas recomendar aos atletas atenção e cuidado nas jogadas. Segue abaixo *e-mail* que enviei há pouco. Nos falamos amanhã, antes da partida”, que era a reunião às 9h da manhã do dia 29 e que ficou para a parte da tarde.

Há uma série de diálogos entre José Ricardo, Mauro Marcondes, Cristina Mautoni, Maurício Taveira, Paulo Ferraz sobre o que nossa relatora já fez um conjunto de perguntas. Antônio Lisboa, uma série deles. Esses *e-mails* não são com a MMC. São entre esses atores.

E o fato é que, após a sessão da turma do Carf, esse laudo de R\$266 milhões caiu para R\$969.288,66. Isso é o que a nossa Senadora Simone fala em torno de R\$1 milhão. O nosso Presidente também falou em torno de R\$1 milhão. Mas o valor exato é esse, que foi o valor pago.

Com isso, houve uma redução de 99,64% sobre o laudo lavrado na época. A nossa grande dúvida é se o laudo foi lavrado por ser correto ou se foi um processo já articulado dentro do Carf para fins de achacamento sobre a empresa. Aqui sou eu que estou dizendo.

Então, essa é uma das dúvidas sobre o que esta CPI está se debruçando para avaliar como esse processo se dava. E o montante pago representou 0,36% da autuação.

V. Ex^a já fez referência às medidas legais posteriores para pôr fim a essas preocupações e, consequentemente, superar.

Mas, dessa decisão, no dia 7 de julho de 2010, o acórdão é publicado. É o Acórdão 330100567. E é feita a verdadeira festa entre os atores que atuaram em cima da MMC. Eles contam aqui lances, jogadas, como eles falam; quem marcou o gol; quem fez a defesa. É uma festa futebolística os termos que eles utilizam.

E passam, nosso Sr. Robert, desse resultado da MMC, a utilizar como forma de achacamento de outras empresas.

Ou seja, eles utilizam esse processo que eles patrocinaram em nome da MMC, fruto de toda essa articulação, para tentar achacar outras empresas. Entre essas, a Ford.

Em um dos *e-mails*, do Edson Pereira Rodrigues para Sílvia Atenas, ele diz o seguinte: “Prezado Sílvia [é o mesmo agrupamento; Ezequiel], faço-lhes a seguinte exposição e indagação: a – trabalhei em um processo da Mitsubishi [que é a MMC], fabricante de automóveis, e ganhei. Não trabalhei só, mas com outros dois grupos que não conheço, pois foram contratados estanques em ações posteriores do Carf. Foi pautado um processo com a mesma matéria, mas em outra câmara (da montadora Ford). Fiz contato aqui com “bagrinhos” [ou seja, aqueles peixinhos pequenos] e um ex-bagrão dessa montadora, sem conseguir captar o processo, embora tenha afirmado-lhes que perderiam o processo pelo voto de qualidade. [Ele diz aqui que o Presidente da turma em que atuou com a MMC, a que ele chama de “capitão do time”, votou com eles nessa jogada, acompanhando o discurso que eles se utilizam]. Perderam o processo nesta Câmara no valor de R\$3 bilhões. O advogado é o Machado Meyer. Resta-lhes, agora, o recurso especial para a câmara superior, utilizando, como paradigma, o processo da Mitsubishi, que nós ganhamos e cujo valor é bem menos [ele fala de R\$380 milhões, que são os R\$266 milhões, ele erra aqui]. Se EU [aí ele bota maiúscula] participar do contrato, tem de ser paralelo, porque Machado Meyer é vaidoso e não subcontrata. Eles têm mais ou menos 95% de chance de ganhar. Caso contrário, perderão, com certeza [ou seja: só tem êxito se for o mesmo grupo que atuou em torno da MMC]. Eles estão escondendo da Ford Internacional, porque perderam na câmara ordinária. A bola está com vocês para a captação. Acredito que não pagarão mais do que 2% ou 3%. Abraço.”

Portanto, o que queremos registrar – e que eu chego à conclusão – é que foi montado, dentro do Carf, um grupo para tentar achacar empresas. Iniciava-se com um laudo, ou seja, o auditor fiscal lavrava um laudo

em patamares não condizentes com a legislação ou com os vazios legais – eu depreendo que isso aqui acontecia. Posteriormente, havia um grupo de advogados (escritórios) de ex-conselheiros do Carf, Presidentes do Carf, que montavam o processo, procuravam as empresas que estavam nessa situação, em nome de fazer-lhes a defesa – é natural que a empresa precisava de fazer sua defesa, o que é legítimo. Posteriormente, eles articulavam, dentro da turma, a maneira de reduzir isso, que não tinha embasamento legal, mas que terminavam, por meio de contratos, levando vantagens sobre as empresas.

O exemplo concreto é que, após a experiência na MMC, eles procuram a Ford. Portanto, eu acredito, Sr. Presidente, que aqui é muito mais um processo de investigação dentro da turma do Cade, para a gente pôr fim a essa prática, proteger as empresas brasileiras e também acompanhar esses pagamentos e esses processos.

Posteriormente, Sr. Presidente, eu vou encaminhar outro requerimento em que possamos pedir ao Coaf, um conjunto de dados e de informações sobre essas pessoas que atuavam dentro do Carf, dos escritórios.

Nós já chegamos à conclusão de que, nesse sistema, atuavam: José Ricardo da Silva, João Batista Gruginski, Eivany Antonio da Silva Adriana Oliveira Ribeiro; SGR Consultora Empresarial Ltda.; JR Silva Advogados Associados; Hugo Rodrigues Borges; Eivance Canário da Silva; Paulo Roberto Cortês, que já esteve aqui; João Batista Gruginski; Francisco Mirto Florêncio da Silva; Cvem Consultoria; Mauro Marcondes Machado; Paulo Ferraz, que também já esteve aqui; Cristina Mautoni Marcondes Machado; Marcondes e Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa Ltda.; Edison Pereira Rodrigues; Rodrigues e Advogados Associados; Meigan Sack Rodrigues, que V. Ex^a já convocou; Camilo Spindola; Vladimir Spindola; Spindola Palmeira Advogados, Reen Century Consultoria Empresarial e Participações Ltda., Albert Rabelo Limoeiro, Limoeiro e Padovan Advogados; Maurício Taveira da Silva; Antônio Lisboa Cardoso; Rodrigo Pereira de Mello; Maria Tereza Martinez Lopes, Gegliani Bessa Pinto, cuja convocação V. Ex^a já aprovou; Mônica Elisa de Lima entre outros.

Estamos terminando esse levantamento, Sr. Presidente, para não cometer nenhum equívoco, não expor ninguém. Mas, acerca daqueles que montaram esse esquema a partir de 2008, 2010, 2011, nesse período, procuramos ter mais subsídios para que a nossa Relatora, V. Ex^a, nosso Presidente Ataídes, e todos nós possamos ter tranquilidade na conclusão dos nossos laudos sem cometer injustiça, mas também não permitindo que esse processo continue. Vou formalizar posteriormente, para que, em sessão posterior, venhamos a deliberar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Pimentel. Estamos aguardando, então, que sua assessoria nos remeta, o mais brevemente possível, esses requerimentos.

Indago ao Senador Acir Gurgacz se quer fazer uso da palavra. Não?

Agradeço aqui a presença do nosso querido Deputado Federal Afonso Florence, tão atuante. Lá na Câmara Federal, Sr. Robert, também está funcionando uma subcomissão que está investigando esses julgados do contencioso Carf. Por sinal, é um trabalho, Deputado, extraordinário. Nós ainda não falamos, mas vou até fazer um convite à nossa Relatora para que façamos uma reunião, o mais brevemente possível, com a subcomissão, que tem tido uma atuação brilhante, viu, Senadora? A subcomissão está também analisando exatamente esses julgados na Câmara Federal.

Sr. Robert, em suas breves palavras, logo aqui no início deste depoimento, V. S^a fez uma exposição sobre a importância da empresa MMC Mitsubishi no Brasil, com 3,5 mil funcionários, há 25 anos no mercado. Ou seja, já não é mais, como V. S^a colocou, uma empresa nova. Já tem maioria. Vinte e cinco anos. E aqui o Senador Pimentel colocou que a nossa responsabilidade é muito grande, porque se trata de uma grande empresa, que muito tem contribuído com a economia do nosso País e também com um lado social. Nós somos conhecedores.

Agora, Sr. Robert, Brasil está vivendo, no meu entendimento, uma nova fase, uma nova fase.

Eu vejo que houve uma impunidade que, ao longo dos anos, reinou em nosso País, mas, agora casos estão vindo à tona, e estamos percebendo e vendo que a Justiça está atuando, principalmente o Poder Judiciário, firmemente. Eu venho do mundo dos negócios, da iniciativa privada, e jamais imaginei um dia, Senador Pimentel, que empresas como a Odebrecht, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, OAS e tantas outras, esses grandes executivos, um dia, fossem parar na cadeia. Nunca imaginei isso! Pois agora estamos a assistir.

Esse crime de corrupção é muito evidenciado em nosso País, mas a sonegação fiscal, não! Parece que o crime de sonegação fiscal passa despercebido, mas, depois da deflagração dessa Operação Zelotes, por esse competente Ministério Público Federal e por nossa competente Polícia Federal, percebo que esse crime de sonegação fiscal, doravante, vai ter um outro tratamento. Eu percebo que nossa carga tributária é uma das maiores do mundo. Se não for a maior, é uma das maiores do mundo. Sabemos o quanto é difícil administrar uma empresa. Mas crime é crime e dele não há como a gente sair.

O senhor se lembra de quando o ex-conselheiro, Paulo Roberto Cortez e o Sr. Nelson Mallmann, dois ex-conselheiros, em uma troca, ou melhor, em uma quebra de sigilo telefônico, um disse ao outro: “Aqui no Brasil

só quem paga impostos são os pequeninos; os grandalhões, a gente dá um jeito: não pagam impostos.” E, aí, eles terminam essa degravação. Os dois estarecidos diante do quadro.

O senhor se lembra de ter visto ou ter lido pela imprensa essa degravação entre esses dois conselheiros?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Robert, estamos aqui iniciando os trabalhos desta CPI – iniciando! Somente nestes seis últimos anos de Carf, foi julgado R\$1,3 trilhão. Dá para perceber que o volume de processos, de autuações é enorme. Nós passamos aqui, nestes primeiros dias, buscando informações. E, hoje, nós já as temos, junto à Receita Federal, junto ao Carf, junto à Operação Zelotes. Então, já estamos bem munidos para fazer um bom trabalho e mostrar ao povo brasileiro o trabalho deste Parlamento.

Senador Pimentel leu um *e-mail*. Eu quero ler outro *e-mail* que é muito parecido, antes de começar a formular minhas perguntas.

Paulo Roberto Cortez, que foi sócio de José Ricardo, que prestou serviço à Mitsubishi, por meio de Mauro Marcondes & Mautoni Ltda – na verdade, José Ricardo é o grande profissional do negócio – manda um *e-mail*, Paulo Roberto Cortez, para o APS, Sr. Alexandre Paes. Diz o seguinte:

“Bom dia, Alexandre, tudo bem? Marquei uma reunião com o Procurador da Fazenda, Chefe do Carf, para hoje. Vou entregar aquele último trabalho que você me enviou ontem. Está tudo bem. Acho que você poderia incluir nele o assunto da Mitsubishi com mais detalhes, porque o Ricardo acabou tendo sucesso na causa, exclusivamente por influência \$ [influência por dinheiro] no Carf. Como a Ford acabou perdendo no Carf um processo de valor muito superior ao da Mitsubishi, com a matéria idêntica, o Ricardo está correndo atrás da Ford para conseguir esse processo como cliente, pois tem plena certeza de que irá conseguir sucesso na câmara superior.”

Sr. Robert, a Operação Zelotes já chegou à conclusão de que R\$5,7 bilhões já foram desviados de cofres públicos. Mas esse valor pode superar muito em bilhões. Indago ao senhor: qual o papel que o senhor, na MMC, executava durante a Presidência do Sr. Paulo Ferraz?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu era diretor comercial.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Diretor comercial.

O senhor disse que o Sr. Paulo saiu para cuidar dos seus negócios, não é isso?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Na verdade, o senhor teria que perguntar para ele qual é a verdadeira razão, mas ele saiu da empresa em uma situação de nenhuma desavença, saiu sem nenhum problema. O que lembro que foi alegado é que ele ia tentar montar um negócio junto com a família, ele e os filhos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, não preciso perguntar para ele, não; o senhor já está me respondendo. O senhor já havia respondido antes à nossa Relatora.

Na verdade, nós não temos muitas perguntas porque a nossa competente Relatora lhe fez muitas perguntas interessantes.

Ele não foi demitido. Ele pediu conta?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Ele era sócio da empresa, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele era sócio.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Então, ele saiu, se desligou por completo da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor sabe me dizer se ele tinha relacionamento com o Sr. José Ricardo?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não sabe nos informar.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não tenho nenhuma condição de responder isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A respeito desses contratos de trabalho que o Paulo Ferraz, seu ex-presidente, fazia, o senhor tem alguma informação?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, porque eu era diretor comercial e nada tinha relacionado ao meu trabalho do dia a dia. Então, não tenho nenhuma condição de responder qualquer coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O seu relacionamento com o Sr. Paulo Ferraz como era?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Profissional.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Meramente profissional?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim. Éramos colegas de trabalho, tínhamos um bom relacionamento profissional.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Há algum procedimento interno da Mitsubishi apurando condutas do Paulo Arantes?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, como disse, a empresa se preocupa muito com a questão da governança e com todos esses aspectos, alguns que foram citados aqui. Nós, tão logo soubemos, vimos pela imprensa as notícias, fizemos uma avaliação interna, num primeiro momento, para entender se tínhamos alguma relação com as pessoas físicas ou jurídicas citadas pela imprensa.

Não tivemos nada, mas, mesmo assim, apesar de nossa auditoria ser da KPMG, contratamos outra auditoria específica sobre o assunto, a Pricewaterhouse, para entender. Olharam todos os computadores, principalmente das pessoas relacionadas, computadores, *e-mails*, mensagens, contratos de toda nossa contabilidade para apurar se há ou não alguma relação com esse processo.

Esses trabalhos ainda não se concluíram.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Informação importante.

Então, o senhor nos está dizendo que foi contratada uma nova empresa de consultoria...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – De auditoria, melhor dizendo, que é a Price, para ver se durante a gestão do Sr. Paulo Arantes...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não da gestão do Paulo Arantes, nada referente ao Paulo Arantes, mas referente à empresa. Sempre a preocupação é se a MMC Automotores do Brasil tem alguma relação ou tem alguma coisa irregular ou relativa à operação em questão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quando os senhores terão os resultados dessa auditoria?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Nas próximas semanas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nas próximas semanas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós vamos requerer essa auditoria.

O senhor sabe explicar por que a Mitsubishi fez esse pagamento milionário de R\$20 milhões? Aqui quero fazer uma colocação. Também sou empresário. Evidentemente, a Mitsubishi tem um belo de um departamento jurídico. Não sabemos, temos a mais absoluta certeza disso, a empresa tem 25 anos, não é menor de idade. E aqui estamos com o Dr. Sérgio, não é isso, Dr. Sérgio? Está aqui presente. Aí, contrata-se então a empresa do Mauro Marcondes e Mautoni Ltda. por R\$20 milhões. Em 2010, R\$13 milhões; 2011, R\$10 milhões. Melhor, retificando: em 2010, foram R\$13 milhões; em 2011, foram R\$17 milhões; em 2012, R\$10 milhões. Ou seja, aqui dá 30, R\$40 milhões. Está mais do que provado, então, quanto a essa empresa Marcondes, sobre quem o senhor respondeu aqui à nossa Relatora, que o senhor tinha um contato muito direto com o Sr. Mauro, inclusive com a D. Cristina, esposa do Mauro.

Surpreende-me muito V. Sª não saber quais eram esses outros contratados desses terceirizados. E aqui foi contratado realmente um bando de malandros para terem sucesso nesses julgados.

O senhor tem conhecimento dos valores que foram pagos pela Mitsubishi à Marcondes & Mautoni Ltda.? O senhor poderia explicar o porquê desses pagamentos milionários?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Excelência, primeiro acho que é importante entender, conforme tentei passar nesta Comissão, que a Marcondes & Mautoni prestou e presta vários serviços para a empresa, não só assessoria junto à nossa defesa ao Carf. Então, isso vai ficar muito claro, tão logo os senhores receberem a abertura, conforme a nossa Senadora solicitou, de todos os processos e dos pagamentos que foram feitos com os contratos. Isso vai ficar muito claro, porque eu não sou capaz aqui de especificar o valor na data e a natureza do serviço, mas isso vai ficar bem claro, tão logo o senhor receba um resumo que encaminharemos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

Nos documentos internos da Mitsubishi, há alguma comprovação de serviços efetivamente prestados pela consultoria Marcondes & Mautoni Ltda.?

Nos documentos internos da Mitsubishi, há alguma comprovação de serviços efetivamente prestados?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim, há.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim?

Esse relacionamento do senhor com o Mauro Marcondes vai além do profissional? Vocês se encontram nos fins de semana?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não; é estritamente profissional. Todas as reuniões são no nosso escritório em São Paulo. Não tem nada diferente disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ratifico que a nossa Relatora fez perguntas que nos satisfizeram muito.

Eu pergunto para o senhor: a CPI do Carf, no Senado Federal; a Subcomissão que está investigando também esses julgados do contencioso, na Câmara Federal; mais o Ministério Público Federal, mais a Polícia Federal

e também o Poder Judiciário... Evidentemente, Sr. Robert, vamos chegar aqui, ao final dos nossos trabalhos – estamos trabalhando em equipe, compartilhando, inclusive, informações – às conclusões.

Eu pergunto a V. S^a – porque V. S^a, na verdade, não contribuiu muito hoje com esta Comissão –: é sabido aqui, está mais do que provado que a contratação do Marcondes & Mautoni, que, por sua vez, contratou essa quadrilha... A Mitsubishi teve sucesso nesse aludido processo, já tão falado aqui, de R\$266 milhões, em que foi pago tão somente ao Erário R\$1 milhão. Não é o R\$1 milhão... Para que esse R\$1 milhão? Até pergunto. Para enganar os trouxas, em um resultado de quatro a dois? Inclusive, foi cooptado... Segundo a Operação Zelotes, foram cooptados dois Conselheiros que atuaram nesse processo.

Então, aqui, não quero fazer um breve julgamento, mas, com o conhecimento que tenho da contabilidade, do direito e do mundo dos negócios, percebo que houve um sucesso nesse julgamento; um sucesso escuso, um sucesso criminoso.

Eu pergunto, para encerrar: diante do quadro que está mudando neste País, V. S^a pode pagar muito caro lá na frente, nós sabemos disso. Marcelo Odebrecht está preso e não sabe que dia vai sair. O senhor toparia, se o Ministério Público Federal propusesse a V. S^a, uma delação premiada para o senhor contribuir mais conosco sobre como é que funciona esse esquema criminoso, desse julgado do contencioso? O senhor toparia uma delação premiada e contribuir para termos um País melhor?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Excelência, não. Por quê? Porque todas as informações das quais eu tenho ciência já passei e vou passar e vou complementar para esta Comissão Parlamentar futuramente. Então, não sei o que eu posso agregar mais ao assunto.

Não cabe nenhuma necessidade de delação, porque todas as perguntas que me foram solicitadas, se, infelizmente, eu não soube responder aqui no momento, vou passar todos os pontos e esclarecer todas as necessidades desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Hoje, aqui aprovamos a convocação do Sr. Paulo Arantes Ferraz. Eu acho até, Sr^a Relatora, que o Paulo vai ter muito mais para nos informar com relação a esse julgado da Mitsubishi.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permito, é claro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu queria apenas agregar alguns outros questionamentos.

Deixo claro que eu, como Relatora desta Comissão, não quero nem pretendo, nem devo expressar qualquer juízo de valor; apenas dizer que vamos procurar fazer tudo que estiver ao nosso alcance para elucidar esses fatos, porque quem perde é o Poder Público e, portanto, quem perde é a Nação brasileira.

Nós não estamos aqui, Dr. Robert, destacando ou reforçando que V. S^a tenha tido participação. Entretanto, o fato é muito grave. O fato é grave, as provas que se dispõem em relação à decisão final adotada pelo Carf são muito fortes, são muito elucidativas, e é nosso dever, é nossa obrigação percorrer todos os canais para ver quem, como e quando se beneficiou dessa situação de extrema ilegalidade e, diria mais, imoralidade.

O senhor disse que entrou na empresa em 1995.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor me desculpe, é que eu não consegui anotar. O senhor fazia o que quando começou?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Gerente financeiro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Gerente financeiro. E, depois, foi diretor comercial?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu passei a ser diretor financeiro e, logo em seguida, diretor comercial.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A partir de quando diretor comercial?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Diretor comercial... Em 2004.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Qual é o organograma da empresa MMC? É diretor presidente...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Diretor presidente, diretor comercial, diretor de *marketing*, diretor financeiro administrativo, diretor jurídico, diretor de planejamento e engenharia, e diretor de suprimentos. Minto, tem mais um: diretor de competição. São... Por favor, verifique se são nove.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Deixe-me ver. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito com o diretor presidente.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Nove no total.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Diretor comercial, de *marketing*, financeiro administrativo, jurídico, planejamento, suprimento e competição.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – São oito aqui.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Contando com o presidente?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Contando com o presidente.

O SR. ROBERT RITTSCHER – O comercial é um diretor, e *marketing* é outro diretor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Outro diretor. Aí, finanças e administração, jurídico, planejamento, suprimento, competição. Faltou um diretor.

Bem, mas não vem ao caso. O senhor foi diretor comercial...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Ah, diretor industrial. Desculpe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Industrial. Desde quando?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Desculpe. Poderia repetir?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor foi diretor comercial... Entrou em 1995, como...

O SR. ROBERT RITTSCHER – Como gerente financeiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Gerente financeiro. E, aí, diretor comercial em que ano?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Em 2004.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em 2004. Então, o senhor conviveu muito com o senhor... Com o ex-presidente Paulo Ferraz.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Sim, é verdade. Convivi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor afirmou aqui que o senhor nunca ouviu falar no José Ricardo; só tomou conhecimento desse nome quando tomou conhecimento do processo. Mas o senhor sabe que havia uma ligação profunda entre o José Ricardo e o Sr. Paulo Ferraz?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não, não sei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não sabe?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não sei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca conversou com ele sobre isso?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Nunca conversei com ele sobre isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor me desculpe eu estar assim. É porque é difícil a gente acreditar em um negócio desses, porque é um processo enorme, com um volume de recursos significativo, uma empresa contratada, que contrata outras empresas, e a gente já sabe da relação que tinha o escritório do Marcondes com o ex-presidente da empresa Mitsubishi e com o próprio Ricardo.

O SR. ROBERT RITTSCHER – Eu, como diretor comercial, nunca tive acesso nem nunca acompanhei nenhum processo da empresa, processo jurídico da empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, depois que assumiu a presidência, no lugar do Sr. Paulo Ferraz, o senhor não teve nem a curiosidade de saber como as coisas andavam, como ele operava, se o senhor ia operar diferente ou ia operar igual?

O SR. ROBERT RITTSCHER – Não; nós operamos junto à mesma empresa que já prestava consultoria, que era o Dr. Mauro Marcondes, e assim foi dada continuidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bom, eram só essas perguntas que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Robert, antes de dispensá-los, o senhor e o Dr. Sérgio, eu peço a nossa assessoria que requeira a quebra dos sigilos telefônico e telemático do Sr. Robert Rittscher.

Portanto, agradeço a presença dos senhores. Estão dispensados.

Coloco em votação a ata da 7ª Reunião.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, inclusive dos representantes do Sindifisco, na pessoa da Vice-Presidente, e do doutor que é do Departamento Jurídico do Sindifisco, que está aqui presente.

Declaro encerrada a presente reunião. – Senador **Ataídes Oliveira**, Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do RQS nº 93, de 2015, destinada a investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2015, às 9 horas e 39 minutos, na sala de convergências da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sob a presidência do Senador **Magno Malta**. Deixaram de comparecer os demais Senadores. Na ocasião foi realizada audiência pública com os Delegados da Polícia Civil do RS: Daniel Mendelski Ribeiro e Joerberth Pinto Nunes; com os Membros do Ministério Público do RS: Luciano Vaccaro e Lessandra Bergamaschi; com os Representantes da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do RS: Flávio Borges, diretor-executivo, e Alcides Pozzobon, assessor da presidência; com a Procuradora de Estado e agente setorial na Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul: Fabrícia Boscaíni; com Membro do Ministério Público do RJ: Cláudia Condack; além do Sr. Edison Luís Rocha de Castro. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI, que visa investigar a máfia das próteses no Brasil e crimes conexos, os que envolvem planos de saúde, e crimes conexos a partir da violação de direitos humanos no oferecimento de serviços de saúde no Brasil.

Com muita alegria volto a este Estado. Com muita alegria eu cumprimento os senhores, na terra de gente corajosa, visto que a ponta do *iceberg* desse crime se deu aqui, uma vez que tenho tentado já há diversos anos instalar a CPI dos planos de saúde e não tenho conseguido êxito. Em seguida, a CPI do erro médico, mas que os partidos se recusaram a indicar membros. Eu fui ao Supremo, encontra-se no Supremo, mas com advento da atitude corajosa de vítimas deste Estado, da ação corajosa da imprensa, que deu publicidade para a Nação brasileira a essa ponta do iceberg – há que se louvar o trabalho da imprensa e há que louvar o trabalho profícuo dos delegados do inquérito, do Ministério Público, da Procuradoria-Geral –, conseguimos instalar para o bem do País esta CPI tão necessária. E naquilo que tenho informações, na violação de direitos de seres humanos neste País e pelo interesse de meia dúzia de pústulas, envolve desde empresários da desgraça humana, empresas, agentes e até gente do Judiciário, que deveria fazer justiça, mas legítima com as suas liminares o crime desses canalhas.

Reitero e digo ao Brasil: sou um homem antipressão, medo eu conheço de ouvir falar, nunca fui apresentado. E em nome das vítimas desse processo, iniciamos aqui no Rio Grande, e há mais vítimas do processo em todo o País. Há uma máfia neste País, e é também internacional, que opera com próteses clandestinas, feitas em fundo de quintal, exportações mentirosas, uma série de vieses criminosos dentro de processo.

Espero em Deus que eu continue tendo a cooperação dos meus Pares para que eu possa, juntamente com a Nação, ir a fundo nesta questão, e irei.

A conclusão que tenho hoje, já, é que, ao cabo desta CPI ou antes, nós precisamos tornar essa violação em crime hediondo neste País.

Com essas palavras, justifico a ausência do Relator, Senador Humberto Costa, visto que, por conta de suas atividades, que já haviam sido marcadas, nós estaríamos aqui na semana próxima passada, e precisamos urgentemente desmarcar visto que duas coisas aconteceram. Primeiro, eu fui pego por uma dengue pela terceira vez. E, segundo, que a nossa intenção é que um dos nossos membros, ainda que suplente, o Senador Paulo Paim, aliás, na conta de quem debito a vitória do fator previdenciário ontem, mais uma vitória do Rio Grande do Sul, mais uma vitória de um Parlamentar do Rio Grande do Sul, dedicado à causa dos aposentados, que é o Senador Paulo Paim, embora não seja o modelo com o qual nós sonhamos, mas com essa modificação, voltará ao Senado e certamente nós daremos o mesmo tom que demos quando da primeira votação... Ontem, aqueles que acompanharam a questão do fator previdenciário verificaram que agora é 30+65 e 30+70 – isto é um absurdo! Mas não deixa de ser um avanço e gostaria muito, dada a impossibilidade de uma audiência pública hoje... E justifico também a ausência do Senador Paim, esta figura por quem tenho imenso carinho, uma relação muito pessoal, muito próxima em razão da luta desse cidadão.

Registro também a ausência da Senadora Ana Amélia, que gostaria de estar aqui, embora não faça parte desta Comissão.

O nosso Relator, embora não estando aqui, me enviou, através do seu assessor, algumas inquirições que farei em seu nome.

As coisas que vão acontecer aqui acontecerão devidamente liberadas pelo Plenário, com um quórum qualificado no Senado da República. E as deliberações que acharmos necessárias serão na próxima semana tomadas, também com um quórum qualificado no Senado da República.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada com o Requerimento nº 93, de 2015, e esta presente reunião destina-se à realização de audiência pública com representantes dos seguintes órgãos: Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, representado pelo Dr. Isaías Levy, a quem convido para assentar conosco aqui, se já estiver aí; Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul, representada pelo Dr. Flávio Borges e pelo Dr. Alcides Pozzobon – se estiverem também convido para assentarem aqui conosco; Secretaria de Estado de Saúde e Procuradoria Geral do Estado, representada pela Drª Fabrícia Boscaini; Ministério Público do Estado, representados pelo Dr. Luciano Vaccaro e pela Drª Lessandra; Polícia Civil do Estado, representado pelo Dr. Joerberth Pinto Nunes e pelo Dr. Daniel Ribeiro, delegados e responsáveis pela investigação.

Registro a presença da Drª Cláudia Condack, Promotora do Rio de Janeiro, cedida pelo Procurador do Rio de Janeiro, a pedido desta CPI para nos auxiliar assessorando esta Comissão.

Quero registrar a presença do Deputado Volnei, Deputado Estadual; também do Deputado Santini, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa; do Deputado Henrique Ribeiro.

Há algum outro Deputado Estadual cujo nome não me chegou aqui? Não quero cometer injustiça. Chega de injustiça!

Quero registrar que vejo com bons olhos – e penso que também o Estado – a instalação de uma CPI estadual. E em acontecendo, a informação que tenho é que há um número significativo de Srs. Deputados que assinaram o requerimento para a instalação da CPI – 37 assinaturas. São quantos Deputados? São 55. Espero que ninguém retire sua assinatura, que mantenham as assinaturas.

Esta CPI instalada aqui é absolutamente importante, passa a ser um emblema, e certamente aquilo que necessitar da CPI nacional, visto que uma CPI estadual não tem os mesmos poderes... Explico aos senhores que uma CPI tem poder de justiça e poder de polícia. Quando instalada, o seu presidente passa a ser o juiz. De maneira que toda e qualquer ação que é feita pelo Judiciário, como quebra de sigilo, nós não dependemos do Judiciário, porque nós fazemos isso. Essa é a facilidade do processo investigativo.

Então, eu quero saudar a instalação desta CPI requerida pelo Deputado Volnei, com essas assinaturas.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que nós teremos dois longos dias aqui, hoje e amanhã. E eu me preparei para ficar até o sábado. Em havendo necessidade, também trabalharemos no sábado para que, em perdendo tempo, não possamos perder informação.

Das informações que temos, louvo o bom trabalho feito pelo Ministério Público, pelos delegados do inquérito e pela Procuradoria, para a população deste Estado e que terá reflexos significativos para a população do Brasil.

Pois bem, a partir de agora, invertendo um pouco a ordem, estão ausentes o Dr. Isaías Levy, representante do CRM e Alcides Pozzobon. Dos que eu chamei, o Dr. Luciano, do Ministério Público está aqui, bem como o Diretor Executivo do Hospital, Dr. Flávio Borges.

Vou inverter a ordem, em função de atividade de diligência que os delegados terão de fazer ainda hoje. E antes de convidá-los para se sentarem aqui, ao meu lado, eu gostaria de passar a palavra ao Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, que representa o Sr. Presidente, agradecendo desde já o acolhimento na Casa.

O SR. RONALDO SANTINI – Muito obrigado.

Bom dia, Senador Magno Malta. Bom dia, Deputado Missionário Volnei, demais integrantes desta Comissão.

Trago, em nome do Parlamento gaúcho, em nome do Presidente Edson Brum e dos demais 54 Deputados desta Casa, o abraço e os respeitos que temos – eu, especialmente – por V. Exª.

Tive o privilégio de conhecê-lo em 1995, quando trabalhava como assessor parlamentar em Brasília e V. Exª lá chegava como Deputado Federal. Desde então, tenho, mesmo que de longe, nos últimos oito anos, enquanto trabalhei em Brasília, no Senado, acompanhado a sua luta e a sua dedicação nas causas em que se dedica. E tenho convicção, Senador Magno Malta, que V. Exª terá sim êxito no seu trabalho, acostado pelo trabalho do Deputado Missionário Volnei, que chega a esta Casa com o compromisso já de tocar esta CPI aqui, e terá todo o apoio deste Parlamento e do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, naquilo que consiste no esclarecimento desses fatos.

Temos de ter o zelo e o respeito pelas pessoas, pela população. E quero aproveitar aqui para parabenizar o Ministério Público, a Polícia Civil, a imprensa, como disse o Senador aqui, porque sim, foi aqui, no Rio Grande, que tivemos a coragem de iniciar e de denunciar esta máfia que achaca e que mata as pessoas mundo afora, como disse V. Exª.

Por isso, receba deste Parlamento todo as nossas cortesias e saiba que aqui, nesta Casa Legislativa, V. Ex^a sempre terá o espaço que necessitar para fazer com que esta CPI possa seguir.

Seja muito bem-vindo! Eu peço licença e deixo agora o Deputado Missionário Volnei, representando este Parlamento, junto com V. Ex^a, para que possam usar desses documentos e desse aprendizado aqui também na sua CPI.

Seja muito bem-vindo ao Rio Grande, Senador Magno Malta!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado, de coração. Leve o meu abraço ao Presidente.

Concedo a palavra ao Deputado Volnei, para uma saudação.

O SR. MISSIONÁRIO VOLNEI – Senador Magno Malta, Deputado Santini, companheiros presentes na Mesa, para nós é uma honra estar com o senhor aqui, no nosso Estado maravilhoso, e também é um pouco triste para nós gaúchos, pois estamos incluídos entre os cinco Estados. E como o senhor falou, aqui começa a *iceberg*, a pontinha. Mas eu fico feliz pelo muito êxito que haverá.

E deixo registrado que o senhor foi Presidente da Comissão Parlamentar dos Inquéritos, da CPI dos bingos, CPI do narcotráfico, CPI da pedofilia; Relator da CPI do Crime Organizado e tudo à risca. É isso que nos motiva. Foi isso que nos motivou realmente junto com os colegas a recolher as assinaturas – 37 assinaturas protocolamos – e não vamos parar.

Eu acho que a comunidade precisa ser esclarecida do que está acontecendo não só no Estado, como o senhor disse, mas em todo o País.

Pode contar comigo também, Senador Magno Malta. Conosco não há preto no branco, é branco mesmo. Se tiver que esclarecer algo, nós vamos esclarecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigado, Deputado Volnei. Desejo-lhe boa sorte.

Colocamo-nos à disposição para aquilo que os senhores acharem necessário. Penso que temos um papel importante, visto que nós convidamos 68 vítimas para serem ouvidas aqui. Havia uma disposição das vítimas num primeiro momento. Elas estão falando já reservando o que querem. Mas parte delas se sentiram fragilizadas e amedrontadas e comunicaram a esta CPI que gostariam de ser poupadas de serem publicamente ouvidas. Não foram convocadas. Não estão sendo investigadas. São vítimas. E nós concordamos plenamente. Cada um é que sabe como pensa a sua segurança. Se são vítimas, precisam muito mais da nossa proteção. Outras vítimas estarão aqui para ser ouvidas. Outras se apresentaram depois dessas 68, querendo falar na CPI de qualquer maneira e querendo acareação de qualquer maneira. E nós louvamos essa coragem. Certamente, essas pessoas, no momento exato, serão chamadas por nós.

Convido os delegados do inquérito, o Dr. Daniel e o Dr. Joerberth, para se sentarem aqui ao meu lado.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Daniel. Em princípio, tem 10 minutos, mas fique à vontade e use o tempo conforme entender necessário. Após o Dr. Daniel, ouvimos o Dr. Joerberth.

O SR. DANIEL MENDELSKI RIBEIRO – Inicialmente, eu gostaria de saudá-los na pessoa do Senador Magno Malta e demais Parlamentares. Como estou um pouco afônico, vou burlar um pouco o protocolo para, na pessoa dele, saudar todos os demais.

Nós fomos convidados – eu e o Delegado Joerberth; eu sou o Delegado adjunto e Delegado titular é o Delegado Joerberth – para conversar um pouco, aqui, nesta audiência pública, sobre a investigação policial, o inquérito policial que nós denominamos na Polícia Civil de Operação Bones. Toda operação leva um nome, um código para garantir o sigilo e as demais operacionalidades da investigação.

Falando bem em linhas genéricas, num primeiro momento, essa investigação teve início com base numa documentação emitida pela Procuradoria-Geral do Estado para Degore, que é um órgão vinculado à Secretaria de Segurança e que faz parte da estratégia estadual, nacional de combate à corrupção. Essa documentação enviada era baseada em vários processos judiciais movidos contra o IPE e depois contra o Estado do Rio Grande do Sul, solicitando o custeio de próteses ortopédicas para pessoas que estavam com problemas na coluna. Esses valores estariam chamando a atenção do IPI, não por serem ações de massa. As ações de massa são aquelas ações que são repetitivas. O senhor já deve ter ouvido falar. São ações judiciais relativas a plano de saúde, etc. No caso destas ações, haveria um padrão de comportamento no caso dos médicos, dos advogados e das empresas de próteses, no qual se solicitava uma determinada prótese, em tese muito superior àquelas que eram ofertadas pelo IPE, Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul, e também muito superiores àquelas notadamente usadas em procedimentos, por exemplo, do SUS, porque essas ações eram contra o Estado, o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e contra o Estado do Rio Grande do Sul, como destinatário do dever de fornecer saúde à população.

Em um primeiro momento, foram mandados 12 procedimentos, 12 procedimentos judiciais, os quais nós examinamos. Isso ocorreu em agosto de 2014. Imediatamente, começamos a ouvir algumas pessoas. Ouvimos dois peritos do IPE, um deles médico, o qual nos falou que os valores eram acima da tabela e acima do cobrado pelos demais médicos. Havia um detalhe nesses procedimentos, que muitas vezes, o paciente pagaria o médico, que não seria credenciado no IPE, e nos assinalaram que no IPE era feita uma análise por Junta Médica. O Conselho Federal de Medicina proíbe o médico de exigir ou fornecer uma marca exclusiva, e outros detalhes que levantaram suspeita sobre todos esses fatos. A investigação seguiu com a análise basicamente documental.

No dia 4 de janeiro, ocorreu uma matéria, como os senhores devem estar sabendo, no programa Fantástico, levantando uma série de questionamentos sobre essa situação de próteses, de fornecimento de laudos e outras coisas mais. Então, nós nos vimos obrigados, diante dessa investigação latente, tomar uma série de providências, que foi o cumprimento de mandados de busca e apreensão nas casas de várias dessas pessoas, no caso dos médicos, casas e consultórios, também nas empresas. Algumas outras medidas judiciais que solicitamos foram indeferidas pelo Poder Judiciário, embora tivéssemos o substrato probatório dado pela PGE, e mais os promotores de justiça também opinaram favoráveis à quase íntegra dessas medidas. Somente as buscas que foram deferidas foram cumpridas. Então, nós obtivemos uma grande quantidade de material, o qual está sendo examinado.

Posteriormente, ouvimos mais de 60 pessoas. Dessas pessoas, muitas estavam nesses processos e em outros processos que nos foram indicados pela PGE; outras nos procuraram por iniciativa própria, com base nas medidas tomadas e na própria veiculação do programa. Com base nisso, temos um substrato probatório bastante interessante. Nós ainda não estamos firmando participação de uma ou outra pessoa. Isso vai ficar para o relatório final, sempre contando com as medidas que a CPI certamente irá adotar para subsidiar a prova.

No tocante aos demais fatos, eu gostaria de pedir, fatos e medidas a serem tomados, e detalhes dessa oitiva... Eu poderia apenas dizer que, conforme nosso pedido, sete pacientes daqueles que, inicialmente, fizemos pedido, daqueles 12 que a PGE mandou, implicaram um pagamento por parte do IPE de R\$1,3 milhão – sete pessoas. Então, é um valor bastante significativo. Temos aqui, por exemplo, pagamentos que estão sendo examinados na investigação e podem vir a implicar tais e tais pessoas, ou podem não vir. Mas temos pessoas aqui que tiveram um custo de R\$245 mil para fazer um procedimento cirúrgico, o que, segundo o IPE e segundo outras situações que a gente verificou, estaria fora do preço. Como isso vai ser justificado, ou não, é uma questão que... Eu até gostaria de, nesse momento, cessar a minha fala e solicitar ao Senador Magno Malta que, se for regulamentarmente possível, fosse feita de forma mais discreta e mais sigilosa essa nossa fala, por conta da investigação de medidas pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu atendo imediatamente após a fala do Dr. Joerberth.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dr. Daniel, após a fala do Dr. Joerberth, para quem vou passar a palavra agora, eu atendo. É regimental o que V. S^a está me pedindo, para falar numa reunião reservada. Após a explanação do Dr. Joerberth, eu suspendo esta reunião por trinta minutos, para poder ouvir os delegados reservadamente a partir desse ponto que trata de nomes de pessoas e que certamente é a parte mais significativa e mais crítica do processo investigatório.

Dr. Joerberth.

O SR. JOERBERTH PINTO NUNES – Primeiramente, então, um bom dia a todos. Agradecemos ao Senador Magno Malta o convite para participar deste ato. Na pessoa de V. Ex^a, saudamos os demais Parlamentares presentes; as autoridades do Ministério Público; nossos parceiros na investigação; os doutores procuradores do Estado também, membros da PGE, sem a qual não teria sido possível a acolhida dessa prova robusta que nós já possuímos no inquérito policial; a imprensa, que desenvolve, sem sombra de dúvida, um papel importante dentro do Estado democrático de direito; e os demais presentes.

Então, em nome da Polícia Civil, Senador, como o Dr. Daniel falou há pouco, essa investigação é oriunda da metade do ano, do segundo semestre do ano de 2014, e em nome da Delegacia de Polícia Fazendária, da qual eu sou o titular atualmente. Todo aquele crime que afeta diretamente o Estado, seja na parte de sonegação e de malversação do dinheiro público, do desvio do dinheiro público, somos nós que comandamos as operações – e essa teve o nome de Operação Bones –, operações essas que, como é de conhecimento, levam um nome, para evitar o vazamento e preservar o sigilo.

E nós estávamos andando bem com essa investigação, quando, no final do ano de 2014, próximo à data de ano novo, eu recebi um telefonema de um jornalista – e nós podemos falar de público –, o Giovanni Grizotti, aqui da RBS, indagando-me sobre essa possível investigação no âmbito da nossa delegacia. Isso me causou espécie, e eu fiz a pergunta: “Mas como é que estás sabendo?” “Nós não vamos falar por telefone, vamos nos

encontrar." Na verdade, ele procurou o Ex^{mo} Sr. Chefe de Polícia à época, o Dr. Guilherme Wondracek, indagando sobre essa investigação, e o Dr. Wondracek pediu para que viesse falar comigo. Ele falou: "Olha, eu fiquei sabendo por meio de informações de terceiros que eu recebi [e ele tem o sigilo da fonte], e nós vamos fazer uma reportagem que vai sair agora no Fantástico." À época, eu o indaguei e falei o seguinte: "Olha, isso vai prejudicar sobejamente a investigação. Vai prejudicar. A publicização vai prejudicar." Só que aí você entra naquele cotejo entre o poder jornalístico e o poder de polícia. Muitas vezes esses dois interesses não andam juntos. E a reportagem saiu no âmbito do Fantástico.

A partir daí nós reunimos, eu e o Dr. Daniel, a nossa equipe, junto com a Procuradoria do Estado, e falamos: "Olha, acho que foi por água abaixo, porque a nossa intenção era, agora, nesta época do ano, por agora, fazer uma grande operação, e essa operação certamente estender-se-ia a outro Estado, com várias buscas e apreensões e vários mandados de prisão." À época, a investigação estava ainda incipiente. Nós nos reunimos junto com os membros do Ministério Público e fomos muito bem recebidos pela Dr^a Alessandra, também o Dr. Vaccaro, e falamos: "Olha, nós temos que agilizar algumas medidas judiciais. Nós temos que realizar alguns mandados de busca e apreensão e algumas prisões." Isso, sem sombra de dúvida, foi agilizado perante a vara criminal, mas infelizmente somente parte dessas medidas foram deferidas pelo juiz que estava à época à frente da vara criminal. Então, as prisões foram deferidas e nós cumprimos vários mandados de busca e apreensão, angariamos uma documentação muito robusta, muito própria para a investigação.

Depois disso, feita, então, a operação, o que nos surpreendeu foi a repercussão que essa investigação teve em âmbito nacional, mas continuamos com o nosso trabalho e começamos, a partir daí, a estabelecer uma linha de investigação, ouvindo as vítimas. Como chegamos até elas? Com o apoio da Procuradoria-Geral do Estado, a partir de processos judiciais que estavam ajuizados, e nós começamos a ouvi-las. Ouvimos por todo o Estado do Rio Grande do Sul, praticamente todas estão iniciando os depoimentos até a semana que vem.

Na segunda parte da nossa investigação, nós estamos submetendo várias dessas vítimas a novos exames para comprovar alguns fatos que queremos. Uma terceira medida, que também não podemos aqui divulgar, porque ainda está em fase de análise se vamos fazê-la ou não.

O que queremos responder, com essa investigação? Nós tínhamos um fato, o inquérito é que nem a CPI, ela trabalha com o fato. Você tem um grupo de médicos que atende pessoas carentes pelo SUS, que atendem pessoas pelo plano de previdência do Estado, IPE, em hospitais e clínicas particulares, e o paciente chega até o médico e diz: olha, estou com dor na coluna. Várias dessas vítimas nos falam: "Delegado, eu só falei que estava com dor na coluna. A primeira resposta que tive do médico foi: você vai ter de colocar uma prótese". Isso sem qualquer exame, o que nos causa espécie. Até aí tranquilo. O médico encaminha o paciente para um exame de ressonância e vem o resultado: tem de colocar uma prótese. Eu vou adiantar, a prótese que o Estado dá, que a União dá, não vale nada. Nós temos uma prótese importada. O paciente disse: eu não tenho dinheiro para fazer cirurgia. Aí foi que entrou o grupo de advogados – eram sempre os mesmos –, deixando aqui publicamente destacado que temos o maior respeito pela Ordem dos Advogados do Brasil, nós estamos aqui trabalhando com profissionais determinados, que até o momento, Deputado, Senador, estão na qualidade de investigados. Por isso, de público, nós não vamos citar nomes, respeitando aqui todos os direitos fundamentais do cidadão, nós só vamos nos pronunciar depois do relatório final.

Esses advogados, então, ajuizavam ações com pedido de liminar para que o Estado ou o IPE financiasse essa cirurgia. Até aí tranquilo, é um direito de ação. Contudo, é inadmissível, segundo a nossa ótica, Senador, Deputado, demais presentes, que, numa cirurgia que custa usualmente R\$ 7 mil, o Estado pague R\$ 280 mil. Isso é inadmissível! Por maior liberdade que tenha o profissional da Medicina, por maior liberdade que tenha a empresa de próteses de atribuir valores pelos seus serviços, brincar com o dinheiro público, nós não admitimos! Foi daí que se começou a chamar atenção por parte do IPE, por esses valores que o IPE era obrigado a pagar por esses procedimentos. O juiz, para o deferimento da liminar, exigia no mínimo três orçamentos. O que nos chama a atenção? É que os três orçamentos eram assinados sempre pelo mesmo grupo de médicos, que está, por enquanto, sendo investigado.

Então, o que nós queremos, o que busca a Polícia Civil e o Ministério Público, no âmbito investigatório? Exatamente tratar de crimes de falsidade ideológica, porque nós tínhamos de saber se aqueles laudos para aqueles pacientes eram verdadeiros, se realmente eles precisavam daquele tipo de prótese, porque, se o Senhor ouvir, inquirir algumas das vítimas, o Senhor vai se surpreender com os depoimentos. O segundo crime, estelionato contra a Administração Pública, art. 171, § 3º do Código Penal, eis que, segundo a investigação – nós sabemos com os tipos penais – o Judiciário era enganado (o Estado, em última instância). O Estado enganado entregava, indevidamente, uma vantagem econômica a certo grupo de profissionais, e o terceiro delito aí é uma associação criminosa, o 288, ou o crime de organização criminosa, da Lei 12.850...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Só uma pergunta: os advogados são sempre os mesmos, os médicos são sempre os mesmos...

O SR. JOERBERTH PINTO NUNES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E quem defere a liminar (o Juiz) é sempre o mesmo?

O SR. JOERBERTH PINTO NUNES – Não, não! O Juiz... Dependia... São várias Varas da Fazenda Pública. São Varas diversas aí. Só que algumas liminares foram indeferidas. Então, esse é o bojo de nossa investigação. Mas, como nós falamos a V. Ex^a: nós estamos indo no âmbito investigatório, a PGE está contribuindo conosco, o Ministério Público está acompanhando, sistematicamente, a investigação e, claro, para nós aprofundarmos os fatos – já que Dr. Daniel já implicou, neste questionamento, a V. Ex^a se, regimentalmente, é permitido. Aí, nessa parte fática, a gente preferia falar em reservado e passar os dados reservadamente ao senhor, até porque nós temos vários fatos que estão sob sigilo judicial e nós não podemos, de público, repassá-los.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Agradeço, Dr. Daniel e Dr. Joerberth a colaboração e o trabalho que está sendo feito e reiterar que eu também tenho o maior respeito à Ordem dos Advogados do Brasil, dos seccionais, mas advogado não é um ser especial que pode tudo porque tem uma carteira da Ordem. Há advogado e advogado! Há juiz e Juiz! Você tem Sérgio Moro e você tem esse meliante do caso do Eike Batista. Um meliante! Então, onde tem trigo tem joio. Então, nós estamos falando do joio, não estamos falando do trigo, mantido o respeito, até porque o Judiciário também não está acima do bem e do mal, o Judiciário não está acima de Deus, porque virou juiz pode tudo... Não pode tudo! Porque virou Ministro do Supremo pode tudo... Não pode tudo!

Então, há juízes e juízes; advogados e advogados; políticos e políticos... Tudo na vida é assim: colesterol bom e colesterol ruim, não é? Então, é assim: a gente mantém o respeito, mas quando se está falando de criminoso, fala-se de criminoso e tira-se o título dele para que ele não possa manchar os outros. Então, o processo investigativo é na direção de quem comete crime. Ao final de tudo isso, quem teve seu nome tocado, arrolado, investigado ou até convidado ou ouvido dentro de um processo investigatório... Ao final disso, sai mais limpo do que entrou. Mas o processo investigatório, de fato, em que nós estamos juntos e iremos até as últimas consequências, independente de o sujeito ter uma carteira de juiz ou da Ordem. Se ele passou seis anos na faculdade e, depois, fez mais seis de especialização. A mim não interessa! Se ele cometeu crime, cometeu crime e há de responder pelo crime que cometeu. Esses dados são absurdos! Eu vi dados mais absurdos ainda, trazidos pelo Ministério da Justiça (pelo Ministro!) com dados do prejuízo da lesão feita por essa máfia no País, que chega a patamares que se igualam ao narcotráfico pelo montante de dinheiro contra essas pessoas vitimadas e lesadas.

Eu, agora, estou até com preocupação, porque eu tive uma lesão de medula há 14 anos e fiz um enxerto na coluna... Nem sei se o que injetaram aqui é... Eu até vou levantar os valores pagos à época para eu saber, realmente... Agora que eu estou tomando conhecimento de números e tal... Mas eu confio na pessoa que me operou até que se prove o contrário, não é? Eu não quero encerrar esta CPI como vítima também, como vítima desse processo.

Quero registrar a presença da Deputada Liziane Bayer. Bem-vinda! Obrigado pela sua presença, Deputada. E também a chegada do Dr. Alcides Pozzobon, assessor da Presidência da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul.

Eu vou suspender esta reunião por 30 minutos. Vou ouvir os senhores delegados a partir desse processo. Em 30 minutos, eu volto. Eu queria pedir toda a compreensão e paciência de vocês. Sei que os senhores que vão continuar comigo aqui não gostam de chimarrão, mas aproveitem para beber. Nos próximos 30 minutos, estarei de volta.

A reunião está suspensa por 30 minutos.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa por 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ...os trabalhos da CPI.

Vamos reiniciar, convidando o Sr. Alcides Pozzobon, da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde – pode tomar lugar aqui do meu lado –, e o Dr. Isaias Levy, representante do CRM.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Senador, neste momento, como assessor da Presidência da Federação de Hospitais do Rio Grande do Sul e por um dever hierárquico, me permitiria agradecer a deferência do convite e indicar o meu Diretor-Executivo, Dr. Flávio, da Fehosul, que também é nossa instituição, para que ele tenha o privilégio de estar ao seu lado e, ao mesmo tempo, conhecer os propósitos da CPI. Se o senhor concordar, aqui está o meu Diretor-Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O Flávio é o Presidente?

O SR. ALCIDES POZZOBON – Ele é o Diretor-Executivo. É o nosso executivo, quem comanda o espetáculo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas os dois estão convidados.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu vou dar a palavra e perguntar aos dois. Então, sentem os dois aqui. O senhor pode sentar do meu lado. E o senhor também sente aqui, por favor.

Eu começo concedendo a palavra ao Dr. Flávio, Diretor-Executivo da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde.

Dr. Flávio, concedo-lhe a palavra para suas considerações no tempo que o senhor quiser, dentro desse contexto em que estamos vivendo e as razões pelas quais estamos aqui, as razões pelas quais os senhores são convidados, visto que toda essa investigação que versa sobre a máfia das próteses tem relação direta com os hospitais e é preciso que conheçamos o tipo de conhecimento que os hospitais têm de toda essa problemática a partir das denúncias.

É verdade que não é uma coisa nova que veio à tona. Eu gostaria de ouvir o senhor e, em seguida, o Dr. Pozzobon para que, em seguida, eu possa inquiri-los a respeito de contribuições que possam nos ajudar nesse processo investigativo e também ajudar os hospitais, porque, em uma celeuma como essa, se não se esclarece, respinga em todo mundo, sobra para todo mundo. E as dificuldades que vivemos hoje na saúde deste País não são pequenas. Quanto mais você respinga nos estabelecimentos de saúde, você respinga em hospitais, que já vivem as suas grandes dificuldades, mas dentro desse processo investigativo, dentro desse processo que investiga essa máfia no País, que tem aqui, no Rio Grande do Sul, uma expressão significativa.

Eu passo a palavra ao senhor, para que o senhor, a princípio, nos diga como funciona a Federação dos Hospitais, os seus firmes propósitos, quais são as suas reais dificuldades, o que vive nesse momento. Se puder nos acrescentar, antes das minhas perguntas, alguma coisa sobre esse processo, agradeço; se não, em seguida, eu pergunto.

O senhor tem a palavra.

O SR. FLÁVIO BORGES – Bom dia a todos, bom dia ao Senador que preside essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Início apresentando a palavra da Fehosul, que é a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul.

É uma federação de caráter sindical, de representação patronal, que congrega as representações sindicais patronais regionais da área de Saúde do Rio Grande do Sul. É bom esclarecer, também, que nós da Fehosul não representamos todos os hospitais do Rio Grande do Sul, porque existe uma outra federação, a federação dos hospitais filantrópicos, principalmente das Santas Casas, que congrega um número significativo de hospitais do Rio Grande do Sul, pelo menos a metade deles – a outra metade é representada pela Fehosul. Portanto, com esse esclarecimento, eu coloco qual é a abrangência de representação que nós, da Fehosul, temos.

A primeira contribuição que a Federação pode emprestar a esta audiência é que é realmente desejo, é realmente um objetivo da nossa Federação que os nossos hospitais se comportem dentro dos absolutos princípios éticos e morais em relação à questão. Se, eventualmente, algum dos nossos estabelecimentos estiver envolvido, que ele responda por isso! Não é outra a posição da Federação dos Hospitais em relação a este tema.

Também, a título de contribuição, eu vejo que existem pelo menos dois cenários que precisam ser analisados com detalhe e com vagar. O primeiro cenário é o da concretude dos casos apresentados. Essa é uma vertente que existe com pessoas envolvidas, com instituições envolvidas e com fatos concretos, e este processo é um processo de investigação, que, creio, já está nas mãos adequadas. O outro aspecto, talvez de abrangência maior, não querendo colocar nenhum grau de grandeza para um ou para outro, é o processo de ordem sistêmica que envolve a questão das órteses e próteses. Eu digo isso a título de contribuição. Deveria, para uma análise e, depois, para medidas corretivas, preventivas, medidas definitivas sobre o assunto, ser analisado este evento como um processo, desde o fato originador até o momento em que se finaliza o processo que envolve órteses e próteses.

Nesse cenário, eu acho que todos os atores deveriam estar presentes e contribuindo na solução, não só um dos aspectos tem que se desenhar esse processo. Tecnicamente, existem especialistas que desenham todo o processo desde a sua origem e cada etapa do processo deveria ser chamada a contribuir na solução da questão.

Vejo que algumas medidas estão sendo encaminhadas. Por exemplo, o Judiciário está preocupado em ter uma câmara técnica específica para lhe apoiar nessas decisões, o que é algo realmente importante, mas de longe não vai resolver a questão se ela não for analisada como um processo sistêmico e nos seus detalhes. Assim como creio que somente as medidas punitivas ao final do processo podem punir determinados elementos, mas não retiram os erros que acontecem no processo, os desvios que acontecem durante o processo e que podem ser passíveis de correção.

O grande cenário que a questão está colocada é a área da saúde. E pelo menos a área da saúde no Rio Grande do Sul tem em torno de 25% da assistência sendo prestada no âmbito da saúde complementar com as operadoras de planos de saúde. Outros 10% da saúde do Rio Grande do Sul estão nas operações do Instituto de Previdência do Estado, que é uma entidade de direito público, portanto não pertence ao âmbito da saúde complementar e tem uma cobertura importante no Rio Grande do Sul, atingindo mais de um milhão de beneficiários. Os 65% restantes estão sob a assistência do Sistema Único de Saúde.

Para se analisar a questão de órteses e próteses tem que se observar que essa questão atinge todos esses atores, todos esses sistemas e creio ser importante trazer a representação de toda a área de saúde para que o assunto possa ser analisado com maior abrangência. E se analisado sob o ponto de vista do desenho de processo bem estabelecido, envolve também as entidades médicas. Creio que sem a presença das entidades médicas não se pode conduzir o tema a bom termo.

Ressalto que já existe no Código de Ética Médica pontos que se expressam não diretamente sobre a questão de órteses e próteses, mas sobre a real conduta que deve ser exercida pelo profissional médico na questão de indicação terapêutica. Mesmo isso ocorrendo nos demais Estados, e ocorre no Código de Ética Médica do Rio Grande do Sul, o Estado de São Paulo, através do seu Conselho Regional de Medicina, editou recentemente uma medida relativa ao comportamento médico na questão do uso das órteses e próteses, que poderia servir de exemplo ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, para tomar medidas semelhantes.

Mas retomo o pensamento. Não são medidas isoladas que vão resolver a questão. Acho que os fornecedores também deveriam estar presentes.

Acho também que as instituições hospitalares e suas representações não podem estar ausentes da promoção desta solução, porque certamente podem ocorrer desvios, mas não são do interesse de muitas instituições e não são do interesse das federações que os representam.

Acredito que, como palavra inicial, esta é a colaboração que poderíamos oferecer. Estamos ao dispor da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado.

V. S^a tem a palavra.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Senador Magno, que representa dentro do Senado o Estado do Espírito Santo, congratulamo-nos com sua presença e com este avanço da CPI que veio para Porto Alegre auscultar de perto tudo aquilo que envolve este episódio lançado pelo Fantástico, mas que é conhecido do Rio Grande do Sul há mais tempo, pelo menos alguns setores se envolveram nessa problemática muito conscientizados de que era preciso debelar ou minimizar esses tipos de problemas, que estão sendo agora muito bem levantados pela Polícia Civil e pela nossa Segurança Pública, que colocou na vitrine uma situação-problema muito importante, que envolve muitos segmentos. Isso é que me preocupa. Necessariamente vou falar mais como um profissional de saúde.

Há 60 anos comecei minha vida profissional como contabilista, responsável técnico contábil por um hospital, que, na época, se primava por leitos para indigentes, lembro-me disso, essa palavra está meio fora de moda, mas sou do tempo em que os hospitais filantrópicos tinham 250 leitos, dos quais 150 eram para indigentes, ninguém pagava nada, médico não cobrava nada. E para os hospitais, por cinco anos consecutivos, fechei balanços dando viabilidade econômica, portanto resultado econômico positivo, porque as autoridades da época, as autoridades das áreas federal, estadual e municipal não deixavam faltar recursos para esses hospitais filantrópicos poderem garantir a assistência gratuita para 60% dos leitos daquela época, há 60 anos. Estou com 82 anos e estou estarecido em ver que vivemos uma crise nunca vista em matéria de sobrevivência dos hospitais, principalmente dos hospitais filantrópicos. E vou partir de um princípio, como contabilista, fechei balanços sempre positivamente, portanto sempre tinha resultado positivo capaz de investir no hospital e melhorar a qualidade do hospital.

Depois, formado em Ciências Econômicas, sou da primeira turma de economistas de Santa Maria, se tiver um economista aqui que me apoie, quando aprendi a fazer viabilidade econômica e dizia da essência do equilíbrio de qualquer instituição que pede financiamento para a Caixa e para outros organismos, da essência que tenha um resultado positivo e que tenha, pelo menos, 10%, 15% para fazer pequenos investimentos, sob pena de não termos viabilidade econômica para rede de hospitais privados.

E quando faço este registro, digo mais, temos assistido, a cada ano que passa, a os recursos alocados em favor da sobrevivência dos hospitais privados que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde e também à saúde suplementar escasseando, não cobrem os custos. E agora vou falar como economista: não é concebível que se trabalhe com prejuízo. Ninguém é obrigado neste mundo a trabalhar com prejuízo. Portanto, espera-se que os custos sejam ressarcidos pelas instituições. Os tomadores de serviços devem pagar pelo menos o custo, de preferência com 10% ou 15%, como se faz na área educacional, qualquer escola privada que se preze

pode cobrar dos pais dos alunos o custo mais um pouco de investimento. Isso não acontece no setor de saúde do Brasil. Estamos na penúria. Portanto, os hospitais estão trabalhando com a tabela SUS que não paga mais do que 60% do custo.

E agora, com os incentivos que os pós-graduados da saúde pública resolveram colocar como incentivo, estão colocando como um *plus* em cima da tabela SUS, que paga 60%, em média. Ora, mais os incentivos, dá 80%, mas tem 20% que não têm cobertura.

Mas onde é que nós vamos parar com isso?

Bom, então, é escusado dizer, agora falo como administrador: administra a dor do hospital. Fui três vezes executivo de hospitais. Nunca tive notícia de problemas semelhantes a esse nos três hospitais por onde andei. Nunca tive notícia, nunca fui abordado, nunca fui procurado, em vários hospitais por onde andei, sobre essa problemática que hoje está na vitrine, posta pela Polícia Civil, muito bem investigado por ela. Nunca passei por isso. Nunca fui cantado para coisa nenhuma e sempre fui executivo, para decidir, e ordenador.

Agora, eu vejo que, nesse perfil que aí está, estão envolvidos médicos, estão envolvidos advogados, estão envolvidos compradores dos hospitais, implicitamente, e estão envolvidos os juizes que dão as liminares, na hora do aperto, no fim de semana. Estão dando liminares. Agora, graças a uma abertura nova que começou no Rio Grande do Sul, uma câmara técnica os está assessorando e não deixando que todas as liminares sejam atendidas.

Então, nessa cadeia de “pecadores” – vamos chamar assim, entre aspas, Sr. Deputado, “pecadores”, estão pecando contra várias coisas...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – “Bandidores”.

O SR. ALCIDES POZZOBON – “Bandidores”.

Bom, então vejam bem: é difícil, até chamar nesta CPI, que eles sejam convocados a se explicar; eles têm o direito de se explicar. Mas nós, como administradores, administramos a dor do hospital – a dor financeira, a dor econômica, a dor moral, a dor da falta de ética, tudo isso. Nós também sabemos administrar e conduzir o processo, e não deixar acontecer essas coisas.

Agora, eu estou muito surpreso, vão dizer que nós... Como estou sendo convidado aqui através da Federação de Hospitais, nós estamos sendo convidados; não estamos sendo convocados para nada. Os convocados são outros. E a CPI tem esse objetivo, de convocar quem está sendo denunciado, quem está sendo colocado na vitrine, nos processos investigatórios.

É isso ou não é, Sr. Senador?

É isso. Bom, eu, nesta hora, com 82 anos, eu quero uma visão prospectiva, eu quero uma solução, eu quero ouvir o Grupo Hospitalar Conceição falar o que eles resolveram, o que eles melhoraram. Andaram por aqui, e não sei se falaram. Eles deveriam dizer o que eles melhoram desde que surgiu um problema lá e eles conseguiram colocar na vitrine e colocar no papel, e no relatório que está aí. Foi dito há poucos dias que eles têm uma boa experiência nesse particular.

Portanto, eu estou agora preocupado em investir no futuro. Nós queremos que esta CPI invista em uma visão prospectiva positiva, para que tudo e todos estejam alertados para isso.

E eu queria dizer para vocês que três anos atrás, participando de uma reunião na Confederação Nacional de Saúde, nós fomos convidados para ir à Anvisa, ao auditório da Anvisa, em Brasília, para conhecer um projeto. Gente, há três anos, um projeto da Anvisa, junto com a ANS, – todos sabem muito bem que é a Agência Nacional de Saúde Suplementar, tem a sigla de ANS. A ANS e a Anvisa criaram um grupo de trabalho tão somente para levantar uma planilha de custos das órteses e próteses. Há três anos.

Bom, por quê? Dizia-se que os preços eram os mais variados; o preço de aquisição nacional, do importado, do estrangeiro. Então, a Anvisa e a ANS fizeram um grupo de trabalho para mostrar para o Brasil e para as operadoras de planos de saúde, da saúde suplementar e para o SUS que estava havendo distorções homéricas. Que uma coisa que custava R\$10 mil, a conta era R\$50 mil ou R\$60 mil.

Bom, então, eu pergunto se a CPI – isso eu vou dirigir ao Senador Malta – chamou a Anvisa e a ANS para explicar por que lançaram esse projeto; por que existe uma planilha de preços de aquisição, em nível nacional – preço de distribuidora, preço de importadora; quem vende por aquele preço aquela marca, etc.

Tudo isso foi previsto, e eu não vejo isso como norteador da nova forma de agir e corrigir os problemas que estão aí.

Uma coisa que em planejamento a gente aprende é o seguinte: a partir dos problemas apresentados, das situações-problema, nós esperamos que tenhamos em mente que é preciso apontar as distorções, como estão sendo apontadas. E os pecadores estão aí. Não sei quem vai confessar e se vai ser perdoado o pecado, mas alguma coisa tem de acontecer, não é, Sr. Deputado? É preciso apontar as distorções e, a partir das distorções, apontar os ajustes.

Então, se há três anos existe uma planilha orientativa para dizer para quem paga a conta que aquela prótese não é esse preço, mas aquele e que, portanto, não pode cobrar 40 vezes mais, 20 vezes mais, é preciso ter um norte para isso.

Por favor, chamem a Anvisa e a ANS para explicar por que essa tal tabela que foi montada, que existe, não está sendo norteadora para quem paga as contas. Os ordenadores de despesa pagam a conta. E, agora, porque passa pela Justiça, paga-se qualquer valor? Isso teria de ser questionado pela PGE. A PGE tem de questionar. Acho que questionou; botou na vitrine isso também, reforçou.

Portanto – desculpem o meu desabafo –, eu acho que estamos vivendo um momento de caos organizado. As coisas estão aí – recursos humanos, recursos físicos, recursos financeiros, recursos tecnológicos –, mas as aspirações, as necessidades mais sentidas pela população... Olha, se eu chego lá e digo: “estou com dor na coluna e tenho que operar, tenho que fazer logo uma prótese”, o que é isso?

Então, congratulo-me com o trabalho que está sendo realizado no Rio Grande do Sul, que foi pioneiro nisso. Congratulo-me com a CPI do Senado, que está mordendo a isca e levando isso adiante. Congratulo-me com a presença do Deputado. Espero que tenhamos lições importantes desta CPI e que, não obstante as pessoas serem convocadas, explicando-se e sendo punidas ou não – não cabe a nós pensar no assunto –, são muitos os segmentos. Então, temos que ter muito cuidado para não...

O médico entra? O advogado entra? O comprador entra? O administrador do hospital entra? Como é? Quem mais entra nisso? O juiz entra? Por favor, é uma complexidade tamanho família; é muito grande a complexidade do caos que se instala nesta hora, neste tema.

Por favor, vamos ter um cuidado especial para que tenhamos visões adequadas e buscar os órgãos competentes para botar nos trilhos, novos trilhos, aquilo que deve ser. O que o Conceição fez para corrigir? Queremos saber.

Era isso, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado, Sr. Pozzobon. Muito bom. Gostei da sua fala.

Vamos começar aqui com...

Eu queria dizer uma coisa com muita sinceridade para o Dr. Flávio: eu agradeço a sua colaboração, mas não entendi nada do que o senhor falou. O senhor usou seu tempo, e eu não entendi nada. O senhor rodou, rodou, rodou... Eu respeito o que o senhor tentou falar, mas eu não entendi; pode ter sido a minha falta de capacidade de entendimento.

Algumas coisas que o senhor colocou eu queria entender. O senhor disse o seguinte: “Tem que começar e finalizar todos os aspectos”. Quais são os aspectos? Quais são os desvios? E, no final, o senhor citou o Instituto de Previdência – esse que é o mais lesado –, e na verdade não estamos à procura do número de pessoas que ele atende. Estamos investigando o tamanho da lesão que ele está levando.

Muitos dos hospitais que congregam essa federação estão nesse rolo. Então, minha pergunta é a seguinte: o que vocês, que congregam essa federação... O senhor só deu uma palavra sobre isso. O senhor disse: “Quem está envolvido que pague”.

É do seu conhecimento que esses hospitais... Primeiro, eu queria que o senhor dissesse como é que começa e finaliza, porque tem que haver a presença médica. A presença médica sempre esteve aí; sempre tiveram conhecimento e nada fizeram.

Eu pergunto: desde quando o senhor tem conhecimento? Os hospitais recebem, participam desse tipo de cirurgia? Na divisão desse bolo astronômico, para se colocar uma prótese, os hospitais recebem parte disso? É do seu conhecimento? É do seu conhecimento que diretor de hospital ou comprador de hospital decide sozinho? Uma terceira questão: existe estoque de prótese? Há próteses absolutamente simplórias, ou, em todos os casos, tem que se fazer esse mesmo procedimento repetitivo, passando pela mão de advogados, até se chegar ao juiz, para se chegar a uma liminar, até que o hospital... O hospital participa do processo ou não participa do processo?

Das suas considerações, a única coisa que eu quero entender – fora as minhas perguntas – é: o que é começar e finalizar?

Porque o Sr. Pozzobon, com essa maneira franca de falar, de que gostei demais, acho que ele vai acabar colaborando de uma forma importante para esse processo, até porque mostrou que tem muito conhecimento e esclareceu muito.

Eu quero saber o que é começar e finalizar e quero saber se vocês, dessa federação, têm conhecimento de que os hospitais participam; e, se participam, por serem filantrópicos, pela necessidade que têm – o senhor falou sobre a dificuldade financeira, a crise financeira –, os dois falaram a mesma coisa, que os hospitais vivem sofrendo, e eles participam disso, e parte desse dinheiro fica com os hospitais.

Então, o que é começar e finalizar? De que tipo de aspecto o senhor está falando? A federação de vocês tem conhecimento?

O SR. FLÁVIO BORGES – O que é começar e finalizar? Começar e finalizar pertence, Senador, ao exame do processo todo e dos participantes que estão nele, que estão envolvidos.

Como se inicia o processo? Primeiro, há uma indicação médica. Alguém recebeu a orientação de que necessita de uma prótese. Esse é o início do processo. Não é o hospital que inicia o processo; não é a operadora do plano de saúde que inicia o processo. São o médico e o seu paciente – há uma indicação específica.

Da análise de todo o processo, nós poderemos detectar os desvios que ocorrem com a participação dos profissionais, em cada etapa. O início do processo é esse. Não existe nada relativo a órtese e prótese que não venha da indicação médica. Então, o médico e suas representações, seus órgãos de fiscalização do exercício profissional – como é o caso, neste Estado, do Cremers – têm que estar presentes na análise do processo.

É processo tem um fato gerador, e o fato gerador desencadeia o tal processo. O médico, por sua vez, indica e determina a instituição em que ele vai realizar a cirurgia ou a aplicação, o uso dessa órtese ou dessa prótese. Ele indica. Isso é indicado com clareza, e cabe ao hospital providenciar, dando continuidade ao processo, o que lhe foi solicitado para o momento da cirurgia. Se ele indicar uma prótese ou outra, o hospital não toma – pelo menos, não deveria nunca fazê-lo – uma atitude com relação à indicação, porque essa indicação é uma indicação médica. Não é uma indicação do âmbito do hospital. Cabe ao hospital providenciar o que foi indicado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bom, entendi. Mas é isso que está sendo feito. Há esse processo investigativo, que começou com a PGE; em seguida, foram esses elementos que deram suporte aos delegados, na investigação, a entrada do Ministério Público. Há toda essa sequência de que o senhor está falando – se é isso.

A minha fala é porque ficou parecendo que, na fala do senhor, nada disso aqui faz sentido, porque não é coisa conexa, não tem nada junto, não tem um processo. Tem um processo, sim. Tem começo, tem meio e vai ter fim. O senhor disse “punir os culpados e pronto”. Não. Vamos punir os culpados e vamos criar elementos, de maneira que isso não se repita, do ponto de vista da lei. Mas rato é rato. Tapar buraco de rato não elimina o rato; ele vai abrir em outro lugar.

É igual ao povo que vai para a rua e pede lei anticorrupção. Vamos fazer a lei, mas quem é que vota no corrupto? É o povo. Então, quem tem de matar o rato é o povo. No máximo, a lei fecha o buraco. Agora, o rato abre em outro lugar. Não pode é deixar rato. Mas quem elege rato? O povo. Ninguém foi para lá nomeado; todo mundo foi nomeado pelo povo, pelo voto do povo. O maior instrumento contra a corrupção é o voto. Não vote. Mate o rato. Agora: “Não, tem que fazer uma lei boa”. Qual é a lei boa? Fechou o buraco, o rato abre em outro lugar.

O que nós queremos é o seguinte: quem tem de ser punido vai ser punido, sim. Tem que ser.

Agora mesmo, por exemplo: o juiz concede liminar, os caras vão lá com a liminar e fazem cirurgia no domingo, para não ter tempo de cair a liminar. Quero saber o seguinte: esses hospitais e congregações fazem cirurgia de prótese no domingo? Uma pergunta para o senhor. Fazem no domingo para não cair a liminar. Aí, o juiz nega a quebra de sigilo das empresas. Se nega a quebra do sigilo das empresas, não tem investigação. Mas quero avisar para o juiz que negou: o senhor negou, mas vou quebrar; a investigação não vai parar. Se as empresas estão comemorando a negação, pois encerrem a festa, porque eu vou quebrar. A CPI vai quebrar, nós vamos chegar.

O que quero saber do senhor é o seguinte, só para a gente encerrar: o senhor, no seu grupo, tem conhecimento da participação dos hospitais que vocês congregam na partilha desses absurdos que são cobrados para poder fazer essas cirurgias?

É a minha pergunta.

O SR. FLÁVIO BORGES – Não tenho conhecimento especificamente de instituições e não poderia nomeá-las. Eu não quis, em momento algum, desviar-me do objetivo. Coloco-me plenamente à disposição para esclarecer qualquer eventual não entendimento.

Mas, como é que isso se processa? Acho que é preciso analisar como são os acontecimentos. Há uma indicação médica para realização de cirurgia. O médico agenda essa cirurgia dentro do hospital. Ele indica o material de que necessita. O hospital coloca à disposição o que foi solicitado, e a cirurgia é realizada. O hospital não entra e não tem o poder de indicar tal ou qual prótese. Isso é uma atribuição do profissional. O que o hospital tem que fazer é colocar à disposição do profissional o que lhe foi solicitado para realizar a cirurgia.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É verdade o que o senhor está colocando. Isso está correto.

O que quero saber é o seguinte: o senhor tem conhecimento se, na divisão desses recursos aferidos das próteses, o hospital fica com parte disso?

Essa é a minha pergunta.

O SR. FLÁVIO BORGES – Como é que isso funciona?

O médico indica determinada prótese, e o hospital coloca à disposição para que a cirurgia seja realizada. O hospital não entra na indicação de qual – se é esta ou aquela.

Qual normalmente é a prática dos hospitais? Os hospitais cobram – não são todos, porque há exceções – uma taxa percentual em relação à disponibilização do material. É essa a participação dos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Que material?

O SR. FLÁVIO BORGES – Quanto à prótese. O médico solicita a prótese, e a prótese custa 100. O hospital cobra 115, porque os 15 são da margem do uso do hospital.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, os 15 são sobre a prótese? O hospital vende prótese? Vende?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO BORGES – É ele que fornece; o médico indicou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Gente, pelo amor de Deus, estou inquirindo alguém! Estou perguntando na minha conveniência! A não ser que alguém queira ser convocado também para sentar aqui e responder para mim. O senhor consultou os universitários ou não?

Não, não é? Somos só nós dois mesmo. Então, a minha pergunta pode parecer uma pergunta indouta, porque não sou do ramo, mas sou da investigação. Então, estou perguntando para o senhor.

O SR. FLÁVIO BORGES – E tenho o máximo prazer em responder.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, a margem, esses 15% é um teto, é um mínimo ou um máximo?

O SR. FLÁVIO BORGES – Ela tem variações de instituição para instituição. Há instituição que não cobra nada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas há justificativa para não se cobrar nada?

O SR. FLÁVIO BORGES – Há instituição que não cobra nada; cobra apenas uma pequena taxa, porque...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Por quê? Porque o valor da prótese já é alto?

O SR. FLÁVIO BORGES – Não, porque é o acordo que ela tem com a operadora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Operadora...

O SR. FLÁVIO BORGES – Operadora de plano de saúde.

Na maioria dos casos, na maioria...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É só com operadora, ou existe acordo também com o médico que vai operar?

O SR. FLÁVIO BORGES – Com a operadora. Do médico, a instituição hospitalar não recebe nada. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, com a operadora de plano de saúde... O senhor disse que há alguns que não recebem nada, mas o teto máximo é 15%, em alguns casos, nada, e, em alguns casos, mais do que 15%?

O SR. FLÁVIO BORGES – Depende da negociação das operadoras, das diferentes operadoras com a instituição hospitalar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas o senhor tem conhecimento de algum nome de alguma dessas instituições que são ligadas a vocês? O senhor poderia me dar o nome agora daquela que não cobra nada e de outras que cobram 15?

O SR. FLÁVIO BORGES – Sim, tenho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Por favor.

O SR. FLÁVIO BORGES – Há um hospital, por exemplo, em Caxias do Sul em que toda prótese ou órtese colocada por médico de determinada operadora é a própria operadora que fornece.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não foi isso que perguntei para o senhor, não.

O SR. FLÁVIO BORGES – E o hospital cobra uma taxa mínima, porque ele não foi envolvido na compra.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, não, eu perguntei o nome. O senhor pode me dar o nome dessas instituições ligadas a vocês? O senhor pode me dar o nome de alguma que nada cobra e de uma instituição que cobra esse teto de 15%?

O SR. FLÁVIO BORGES – Não é um teto, porque depende da negociação que cada hospital tem com as diferentes operadoras de plano de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quais?

O SR. FLÁVIO BORGES – A cooperativa médica, a Unimed é uma. Existem as entidades ligadas ao grupo Unidas, que é um grupo formado por planos de saúde pertencentes à Petrobras, por exemplo; o Banco Central; Cabergs, aqui no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Se tem Petrobras no meio, dá até medo! Deixa-me perguntar ao senhor. Não é disso que estou falando. Estou perguntando o seguinte: o senhor pode me dar o nome? O senhor não está me dando. E eu perguntei quais são aquelas instituições que o senhor disse que não cobram nada, não põem percentual nenhum em cima.

Eu perguntei se o senhor me poderia dar nomes? E o senhor disse que poderia. E aquelas que cobram esse percentual de 15 ou mais? Eu só quero esses nomes.

O SR. FLÁVIO BORGES – Sim, há um, por exemplo, que cobra uma taxa mínima, que é uma taxa combinada – eu disse nada, mas é uma taxa mínima – por exemplo, de R\$100 por prótese, que é o Hospital Saúde de Caxias do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hospital Saúde de Caxias do Sul.

O SR. FLÁVIO BORGES – É um exemplo de que quem fornece a prótese é a própria operadora. No caso, a Unimed de Caxias do Sul só cobra essa taxa, independentemente do valor da prótese, porque esse valor da prótese não está na negociação, nem na aquisição do hospital. É a própria operadora que oferece. Esse é um exemplo. Eu sei que esse exemplo é raro, mas existe.

A maioria dos hospitais compram, adquirem e colocam à disposição do médico, por indicação dele, que diz: “Eu vou para tal cirurgia precisar desses equipamentos e dessa prótese”.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O.k.

Mas qual dessas instituições recebe esse percentual de 15%?

O SR. FLÁVIO BORGES – A maioria dos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor pode dar o nome de algum?

O SR. FLÁVIO BORGES – O percentual de 15% é exemplificativo, porque há variação, mas, na maioria dos hospitais do Rio Grande do Sul, é assim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bom. Obrigado ao senhor.

Sr. Pozzobon, há um Valbon no meu Estado, e estou sempre imaginando o Valbon, mas é o Pozzobon. Gostei muito da explanação do senhor, que se mostrou como um bom entendedor da cadeia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É verdade.

Diga-me uma coisa: o senhor tinha conhecimento, já tinha ouvido falar dessa máfia que operava nas próteses aqui? Essa máfia chamada de Máfia das Órteses e Próteses, que veio à tona para o Brasil por meio do Fantástico, já era alguma coisa conhecida de vocês?

O SR. ALCIDES POZZOBON – Sr. Senador, a instituição não sei, mas eu ouvi falar que havia um movimento local, e que isso deveria cessar. E, para tanto, estavam sensibilizando médicos, diretores, hospitais, cooperativas médicas, etc., porque tinha que haver uma forma de interromper esse tipo de procedimento, e ninguém sabia explicar bem como. Disso, eu tinha conhecimento pessoal, e não pela instituição.

E o senhor sabe que tudo que começou – toda essa investigação começou aqui no Rio Grande do Sul e acabou sendo levado pelo jornalista para o Fantástico –, mas a origem é aqui no Rio Grande do Sul. Por isso, a gente está confirmando aquilo que o jornalista e o Fantástico apresentaram. A gente tinha conhecimento de que havia um movimento no sentido de fazer acontecer isso; é a única coisa que eu sei.

Nunca me envolvi diretamente nisso, não obstante tenha administrado, em três momentos, hospitais na minha vida. Nunca me envolvi nisso, nunca fui procurado, nem nada.

Agora, o senhor sabe que existe, nos hospitais, a famosa tabela de materiais indenizáveis, que é uma tabela genérica, e isso só acontecer em toda a parte. Quando se faz um acordo com uma operadora etc., além da diária, além das taxas, além da tabela, etc., há a famosa tabela de materiais indenizáveis.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O que é isso mesmo?

O SR. ALCIDES POZZOBON – E, nessa tabela de materiais indenizáveis, vai tudo de que você precisa: os insumos utilizados, fora os medicamentos, paralelamente aos medicamentos, e os materiais indenizáveis. Por extensão, entram as próteses. Só que as próteses, órteses e materiais especiais são dispostos em uma tabela diferente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, as próteses começaram a entrar nessa tabela de materiais indenizáveis?

O SR. ALCIDES POZZOBON – Materiais indenizáveis remuneram tudo que é miudeza, vamos chamar assim. Para os insumos necessários para fazer um procedimento médico de enfermagem, existem materiais indenizáveis que são cobráveis...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Deixe-me ver se entendi.

O SR. ALCIDES POZZOBON – E aí há uma tabela específica, se são 15% ou 20%...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E aí a prótese acabou entrando nessa miudeza.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Sim, vamos dizer assim. E, aí, criaram essa categoria de órteses, próteses e materiais especiais. E os hospitais começaram a se perder...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Para vir dentro dessa tabela indenizável.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Não podiam colocar materiais indenizáveis ao lado da seringa, do esparadrapo, das luvas, etc. Não podia ser na mesma categoria, não é? Se uma entra 10, 15, 20% nos materiais indenizáveis, o que é legítimo...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Seringas, luvas...

O SR. ALCIDES POZZOBON – Aí, complicou tudo. Começou a complicar. As operadoras começaram a entrar, começaram a reclamar e a dizer que não tinha, que não dá, que não pode, não sei o quê. E veio a retransmissão. E, então, descobriram que a maneira era chegar via Justiça, botar num fim de semana, operar no domingo. Isso é uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor é campeão.

O SR. ALCIDES POZZOBON – ...fora do nosso controle como administradores, não é? Nós não estamos envolvidos nisso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Vinha ordem judicial, o senhor tinha de cumprir.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Mas, bah, já pensou? Aí, então,...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, quer dizer, criaram essa nova nomenclatura “órteses e próteses” porque iam entrar...

O SR. ALCIDES POZZOBON – E materiais especiais. Órteses, próteses e materiais especiais, esta é uma categoria que vem em cima da consagrada universalmente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Uma nomenclatura malandra para poder incluir.

O SR. ALCIDES POZZOBON – É porque os pagadores, os tomadores de serviço começaram também a encrespar, achar que estava caro, que a prótese importada é muito mais cara, e aí tem a sobretaxa. E os hospitais não podem ser comprometidos na sobretaxa, porque o máximo que o hospital pode se envolver é colocar à disposição de quem pedir. E isso só acontecer todos os dias, toda hora e não tem hora – de manhã, de madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Entendi.

Vou fazer uma pergunta: o senhor acha que é possível o Estado pagar uma prótese, ser instado a pagar R\$200 mil, R\$300 mil por uma prótese? Eu estou me valendo de sua experiência de administrador. É possível? O Estado paga uma prótese cara dessas, e o sujeito diz que só serve se for a importada. No cartel, quem vende, os médicos são os mesmos que aprovam e que dão os mesmos orçamentos. É possível que essa chamada prótese importada, na hora da cirurgia, não venha, e eles coloquem uma, com todo o respeito, feita no Paraguai? Não deixa de ser importada, mas é do Paraguai.

O SR. ALCIDES POZZOBON – O senhor me colocou dentro da sala cirúrgica, de avental, de touca, vendo se isso acontece.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, eu estou me valendo dos seus 200 anos de experiência com o hospital.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Nunca constatei que tivesse havido qualquer mudança.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não que o senhor tenha visto. Eu estou perguntando: é possível? Existe possibilidade de que isso aconteça? Porque tem gente que diz que não, por causa dos códigos de barra.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Acho que não. Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dizem que há uma sequência de código de barra.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Que o médico prescreva um tipo de placa, um tipo de prótese e que a operadora não concorde, pode pedir, pela orientação do Conselho Regional de Medicina...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas se a operadora estiver junto do esquema?

O SR. ALCIDES POZZOBON – Ah, meu Deus do céu. A operadora quer assumir diretamente o compromisso de fornecer as próteses, e aí o senhor não sabe o que acontece do lado de lá; só sabe o que acontece do lado de cá. Ela chega, e quantas têm feito isso? Estão aprendendo a fazer: “está aqui a prótese”. Não adianta o médico...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tem gente que diz que não é possível, porque, na sala de cirurgia, o corpo técnico todo que está ali com o médico é de funcionários que são alheios a ele; não participam daquilo e veriam realmente que estava acontecendo uma fraude.

O SR. ALCIDES POZZOBON – A única coisa que ouvi falar, Sr. Senador, é que houve alguns casos, não sei se está, de que pode ter estado presente o representante do distribuidor da prótese, que leva lá, esterilizado. Mas, se ele não leva esterilizado, tem que envolver o hospital para esterilizar, porque o senhor não pode chegar e botar uma prótese. Tem que esterilizar, tem que fazer toda uma infraestrutura funcional para que isso aconteça. É possível que tenha acontecido de alguma distribuidora ter sido convocada na última hora e levar até a sala de cirurgia, porque o hospital não comprou, não intermediou, ou coisa parecida. Foi lá e botou a prótese, que é aquela que o médico quer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A minha pergunta...

O SR. ALCIDES POZZOBON – Aí, foge o hospital dessa história.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo. A minha pergunta, Dr. Alcides, é a seguinte... Eu perguntei porque nós temos casos, comprovados, de vítimas, de próteses de um valor muito alto, em que o Estado desembolsou muito dinheiro, e que possivelmente não é essa prótese...

Então, nós vamos submeter essas vítimas...

O SR. ALCIDES POZZOBON – Novidade, Sr. Senador, novidade que possa ter havido substituição.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nós vamos submetê-las à ressonância magnética, porque é possível fazer a leitura desses indicativos e desses códigos...

O SR. ALCIDES POZZOBON – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ... porque há uma séria desconfiança.

O SR. ALCIDES POZZOBON – Quer dizer, põe-se a prótese nacional, que custa um décimo da outra, e cobra-se a outra? Aí, é complicado, não é, Sr. Senador? Só a ressonância magnética...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A gente tem que ir a fundo, porque o senhor sabe que quem rouba uma caixa de fósforo rouba um milhão, não é?

O SR. ALCIDES POZZOBON – Nós não temos capacidade, como administradores de hospitais, de averiguar esse tipo de problema. Isso é impossível. Para isso, o senhor não conte conosco...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Para a gente encerrar, o senhor, como administrador, já há algum tempo ouve dizer que esses procedimentos vêm acontecendo. O que eu queria saber, para encerrar com o senhor, é o seguinte: onde está a participação do hospital nesse bolo, por exemplo, na colocação de uma prótese por ordem judicial? A ordem judicial obriga o Estado a pagar R\$380 mil. É dinheiro para dar em doido, quase meio milhão, numa prótese. Nessa divisão, ele falou de um percentual que é normal. O senhor já ouviu dizer que, por conta das crises, esses hospitais participam com algum percentual fora esse a que ele se referiu ali?

O SR. ALCIDES POZZOBON – Esses casos em que a Justiça decide no fim de semana e em que há uma operação, o hospital sequer é lembrado nessa hora. Ele apenas sabe que isso vai ser feito naquele hospital. Nada mais a gente fica sabendo. É impossível saber isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Por que é decidido em final de semana?

O SR. ALCIDES POZZOBON – Por causa da liminar que dá um prazo de poucos dias.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado aos dois.

Há juízes e juízes, não é?

E aquele juiz do caso Eike Batista que usou o carro do Eike? Se aquele cara fosse juiz da vara de tóxicos, ele ia fazer o que com a cocaína que ele ia prender? E se ele estivesse no lugar do Sérgio Moro, na Lava Jato? Ele ia querer usar os óculos do Nestor Cerveró, no mínimo.

Nós temos algumas vítimas que moram no interior, e elas estão se deslocando.

Agora são 12h13min. E suspendo a reunião para o almoço, e retornamos às 14h. E aí nós vamos conversar com a Procuradora, com o Ministério Público. Depois do Estado, vamos ouvir as vítimas. Está bem?

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 12 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 35 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Reabertos os trabalhos da CPI que visa a investigar a máfia das próteses no Brasil.

Nesta ocasião, comunico e reitero que os investigados que serão ouvidos amanhã são convocados; não são convidados. Não os convidamos para dizer se vêm, se podem ou se não podem, mas estão convocados a estar aqui o Dr. Fernando Sanchis, médico ortopedista, contactado pela CPI – aqui tem um “não”, dizendo que

não vem. O Dr. Fernando não tem opção, e, se não vier, será reconvocato coercitivamente. Isso implica dizer que a Polícia Federal irá buscá-lo.

Outros convocados:

- Dr. Marcelo Leal Tafas, médico ortopedista;
- Henrique Alves Cruz;
- Antônio Carlos Sábio Júnior – se for sábio, virá –, também médico ortopedista;
- Dr. Alfredo Sanchis, médico ortopedista;
- Dr. Ricardo Felipe Bayer, advogado, confirmou a sua presença;
- Dr^a Nieli de Campos Severo, advogada, confirmou a sua presença;
- Dr^a Letícia Pinto Lauxen, advogada, não confirmou a sua presença e é também convocada;
- Dr. Luiz Alberto Paz, Comércio de Importação e Exportação, confirmou a sua presença;
- Maria Alice Guerra, Proger - Comércio de Importação e Exportação, também não confirmou a sua presença;

portanto, virá coercitivamente;

- Prohosp – Comércio e Representação de Produtos Hospitalares – confirmou presença;
- Francisco José Dambros, Improtex – Comércio de Material Cirúrgico – também confirmou presença.

Quem se negar a comparecer à CPI, como convocado; em seguida, a convocação será coercitiva. Dessa maneira, procederemos.

Neste momento, ouço os Promotores do caso: Dr^a Lessandra Bergamaschi, Ministério Público do Rio Grande do Sul; e Dr. Luciano Vaccaro, Ministério Público, os dois Promotores responsáveis pelo caso.

Ouç o Dr^a Lessandra e, em seguida, o Dr. Luciano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Como preferirem, então: um ou outro.

Os senhores dispõem do tempo que acharem importante e necessário, para fazer considerações a respeito dessa investigação, de maneira que estamos prontos a ouvir e também entender aquilo que não se pode falar publicamente, visto que não temos interesse algum em prejudicar a investigação.

Se, em algum momento, for do interesse do Ministério Público que possamos ouvir de forma reservada, assim o faremos.

Então, concedo a palavra ao Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO VACCARO – Boa tarde a todos. Inicialmente, gostaria de saudar o Senador Magno Malta pela iniciativa do requerimento da instalação da CPI, pela competência e dedicação que tem dado a este tema no Senado Federal e por vir aqui hoje, para esta audiência pública, entre hoje e amanhã, no intuito de apurar, investigar e, certamente, concluir algo que é extremamente gravoso para nossa sociedade. Pelas conversas que tivemos, poderá ser proposta alguma reforma legislativa, até mesmo no que diz respeito ao tratamento deste tema, desta matéria, nas suas diversas áreas.

Gostaria de saudar também o Deputado Missionário Volnei, pela presença e atuação aqui e pelo ânimo de enfrentar também, na nossa sociedade, uma CPI instalada também no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Gostaria de saudar a minha colega, Dr^a Lessandra Bergamaschi, pelo trabalho que vem fazendo. Vejo na mesa também a colega do Rio de Janeiro, Dr^a Cláudia, que também está assessorando os trabalhos da CPI.

Não posso deixar de fazer um registro a respeito da atuação da Procuradoria-Geral do Estado, através da Dr^a Fabrícia Boscaini, também uma atuação muito importante, possibilitando que esses fatos viessem à tona, assim como a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, através dos delegados, Dr. Daniel e Dr. Joerberth, que estiveram aqui pela manhã e talvez retornem.

É uma satisfação, portanto, muito grande, em nome do Ministério Público, juntamente com a colega, estar aqui, para prestar, de certa forma também, contas do nosso trabalho como Ministério Público.

Esse fato já veio à tona, ou já foi comentado há um bom tempo. Não é de hoje que temos conhecimento de que algo acontecia nessa área, nessa matéria, mas o *start* foi dado pela Procuradoria-Geral do Estado, que identificou em algumas ações judiciais, em nome do Estado, até mesmo do IPE, do nosso Instituto de Previdência, que percebeu algumas coisas estranhas ocorrendo, envolvendo, no *modus operandi*, ações judiciais que tinham as mesmas características: propostas pelos mesmos advogados, juntando-se orçamentos de três médicos ou de médicos que trabalhavam juntos – constava ali o endereço até mesmo dos laudos ou dos orçamentos no mesmo endereço em que todos trabalhavam.

Verificou-se um *modus operandi* sistemático, em que as finanças do Estado, vamos dizer assim, eram atingidas, normalmente através de pacientes que iam procurar o SUS, nosso Sistema Único de Saúde, e até o mesmo IPE, o plano de Previdência do Estado, o IPE Saúde também. Foram desvirtuados esses sistemas para que houvesse, então, a implantação de próteses e órteses em valores muito superiores aos praticados no mercado.

Procuravam com isso, aquilo que o SUS ou o IPE não estavam dando, nos equipamentos que tinham, fazendo com que os pacientes procurassem o Judiciário, então, para, nesta prótese e órtese importada, buscar aquilo que o Estado e o IPE não estavam dando.

Então, era assim, mais ou menos, que a situação se operacionalizava. A partir do momento em que havia pelo Judiciário deferimento de liminar – muitas liminares, diga-se de passagem, não foram efetivadas, deferidas ou implementadas pelo trabalho da Procuradoria-Geral do Estado, e conseguimos efetivamente evitar, em alguns casos, então, que o dano ocorresse –, havia aí uma relação toda promíscua – é o que se observa – entre o médico ou um grupo de médicos, advogados e empresas que forneciam essa prótese ou o material cirúrgico que seria utilizado, então, nas cirurgias e implantado nos pacientes.

É mais ou menos essa a linha geral do fato. A Procuradora-Geral do Estado buscou, junto à Polícia Civil, que isso fosse investigado. A Polícia Civil instaurou inquérito policial e está ainda apurando os fatos. A matéria veiculada nacionalmente – inicialmente no Fantástico, e, depois, todos os outros meios de comunicação vieram tratar sobre o tema – de certa forma, como disse o delegado, aqui, pela manhã, prejudicou um pouco a investigação policial, na medida em que algumas medidas ou técnicas de investigação que poderiam ser utilizadas perderam o sentido, mas, enfim, faz parte da vida. Temos de lidar com isso. Mas, a Polícia vem trabalhando desde então.

A Polícia pediu cautelarmente algumas medidas, como busca e apreensão, e foi apreendido muito material na residência dos médicos, nos escritórios, consultórios, nas empresas mesmo. Esse material está sendo analisado.

A partir do ingresso dessa medida cautelar, o Ministério Público formalmente, então, se manifesta processualmente no inquérito policial sobre o mérito dessas medidas cautelares. Caiu numa vara criminal em que a Dr. Lessandra Bergamaschi atua, em razão do volume e da complexidade dos fatos e de toda a documentação a ser analisada e apurada.

A colega solicitou do nosso Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Lima Veiga, um auxílio. Então, fui designado, como Promotor de Justiça, para auxiliar a colega, já que também tenho experiência na área de lavagem de dinheiro, por exemplo. A minha tese de doutorado foi sobre lavagem de dinheiro. Dessa forma, fui designado para atuar neste caso para ter este olhar também.

Desde então, estamos trabalhando no inquérito, na investigação. Há algumas medidas que são naturalmente sigilosas, da condução da investigação.

Quero dizer aqui que o trabalho desenvolvido pela Polícia Civil, na pessoa dos delegados – de novo cito os nomes de Daniel Mendelski e Joerberth Nunes –, vem sendo feito com muita dedicação, com muito zelo, com muita competência.

Estamos praticamente agindo de uma forma ainda informal. Não se trata de uma força-tarefa, mas todos os órgãos envolvidos neste fato têm conversado: Polícia Civil, Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público, Instituto de Previdência do Estado.

Então, todos os órgãos que foram, de alguma outra forma, lesados ou tenham atribuição para apurar isso estão efetivamente fazendo isso. A atuação da CPI também vem a colaborar com o desvendamento disso, de como os fatos ocorreram e possivelmente possam estar ocorrendo.

De modo que, mais ou menos, era isso que o Ministério Público teria a dizer, Senador, nesta audiência pública, dessa forma, assim como fizeram uso os dois delegados que me antecederam pela manhã.

Há medidas de que não podemos falar abertamente. Por isso, regimentalmente, se estiver previsto, também faço uso deste Regimento, para que algo a mais seja falado reservadamente com V. Ex^a.

Então, da minha parte, era o que tinha a dizer. Agradeço o convite e a colaboração. O Ministério Público estará sempre à disposição da CPI no Senado e também aqui no Estado. Certamente, se procurados ou indagados, procuraremos atender a todos.

Muito obrigado.

A SR^a LESSANDRA BERGAMASCHI – Inicialmente, boa tarde a todos. Cumprimento o Senador Magno Malta e agradeço também o convite para estarmos presentes nesta audiência pública.

Cumprimento também o Deputado aqui presente, a colega do Rio de Janeiro e a Dr^a Fabrícia, nossa parceira neste caso.

Não tenho muito a acrescentar ao que o colega se referiu. Como já foi dito, estamos acompanhando a investigação feita pela Polícia Civil. Ela não é nossa, do Ministério Público, mas da Polícia Civil, que se iniciou lá. Portanto, por ora, apenas acompanhamos e auxiliamos no que for necessário. Estamos sendo parceiros, mas não estamos investigando, num papel de investigadores do caso.

Coube a mim um primeiro contato com essa investigação quando foram postuladas as medidas cautelares referidas pelos delegados, junto à vara em que atuo.

Então, de imediato – e nem havia visto ainda a reportagem veiculada pelo Fantástico –, assim que tomei conhecimento dos fatos, entrei em contato com a Procuradoria-Geral do Estado e também com o meu Procurador-Geral, solicitando um colega que me auxiliasse nesse caso, diante da complexidade e do grande volume de informações nele contidas e que ainda estão por vir.

Então, nós estamos trabalhando em parceria, posso dizer, com a Polícia Civil e com a PGE, e nos colocamos à disposição, no que for possível, desta CPI para auxiliá-los, tendo sempre a ressalva de que a investigação – parte dela ao menos – ainda está sob sigilo. Então, não podemos falar de tudo, nem muito a respeito dos fatos, até para preservar os envolvidos e, principalmente, a investigação, que não está concluída.

A Polícia Civil já nos informou que pretende concluí-la em breve – leia-se dois ou três meses. E, a partir da conclusão da investigação, eu e o colega estudaremos o caso mais a fundo e, aí então, decidiremos a ação penal cabível ou, se for o caso, faremos o pedido de novas diligências para a instauração da ação penal.

Então, por ora, o que tínhamos a dizer era isso, Senador.

Qualquer outra informação mais sigilosa poderemos trazer mais reservadamente, se for o caso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu agradeço aos Promotores.

Entendo perfeitamente este momento do Ministério Público; é um momento em que ele fica como mero espectador, acompanhando, porque o inquérito está ainda com os delegados. Apenas a partir do fechamento do inquérito é que os autos vão ao Ministério Público, para que, aí sim, o Ministério Público comece o seu trabalho e ofereça a denúncia ao Judiciário.

Portanto, louva-se muito esse procedimento, esse comportamento de como os delegados estão trabalhando com o Ministério Público. Nem sempre esse óleo com essa água dão certo, não é? No Brasil, nós convivemos com a vaidade em todos os sentidos. Aliás, o ser humano é vaidoso, mas parece que, aqui, nós somos mais vaidosos que os outros. Aqui, o sujeito é dono da informação e não quer passar... O grande problema por trás da solução dos crimes, no Brasil, é que quem é dono da informação não quer compartilhá-la com os outros. Assim, as informações ficam desconstruídas, muitas vezes até a prescrição do crime. E a essa relação da Polícia Civil com o Ministério Público – neste momento e também quando o inquérito for fechado e for às mãos do Ministério Público –, certamente –, os delegados darão continuidade, permanecendo à disposição do Ministério Público nesse procedimento, notadamente numa investigação como esta.

Lamento, sem querer fazer juízo sobre qual foi a interpretação ou a leitura do juiz, a negativa da quebra do sigilo das empresas... Não o conheço, tenho todo o respeito e vou continuar respeitando, mas qualquer acadêmico principiante sabe que nenhuma investigação vai adiante sem quebra de sigilo.

Quando você ouve alguém chiando, dizendo: “Ah, mas foi um bandido que me acusou...” É porque gente de bem não acusa bandido! Primeiro, porque tem medo; e, segundo, porque não convive com ele, não sabe nada dele. Só quem acusa bandido é bandido mesmo!

Vocês já viram aí no caso do petrolião? Quando dão entrevistas, dizem: “Ah, eu fui acusado por um bandido!” E ele queria ser acusado por quem? Por uma freira? Então, só bandido acusa bandido, até porque conhece o *métier* e tem coragem de fazer a acusação. Gente de bem tem medo e não conhece o *métier*. E, quando conhece, mesmo sendo vítima, como alguns, são pessoas tão simples que têm medo. Só de se dizer que a pessoa está sendo chamada, ela já morre por dentro. E nós temos de entender isso.

Eu respeito muito, mas, na minha compreensão – e presidi a CPI do Narcotráfico, uma grande CPI deste País, a CPI da Pedofilia, uma grande CPI deste País –, não chegarei a lugar algum sem quebra de sigilo.

Portanto, como disse no começo e volto a dizer que, se há qualquer comemoração por parte das empresas, não comemorem, porque a CPI vai quebrar o sigilo de vocês.

Entendo perfeitamente o fato de as colocações serem em torno de como se deu a investigação, de como começou, da forma como foi, das razões. Parece que foi o mesmo formato colocado pelos delegados, até porque só se pode falar isso mesmo; não se pode ir além disso, a não ser em um segundo momento, quando os cruzamentos de dados e quebras de sigilo e informações se tornem públicos.

Agradeço aos nossos dois promotores, Dr. Luciano e Dr^a Lessandra.

Convido, agora, a Dr^a Fabrícia, que é Procuradora de Estado e agente setorial na Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. (Pausa.)

Doutora, agradeço por ter aceitado o nosso convite – a senhora está desde cedo aqui conosco –, até porque é peça importante desse processo, como Procuradora de Estado. Esses números vultosos, quando chegam a ser pagos pela Secretaria, a primeira que fica sobressaltada e arrepiada é a doutora, por saber de números tão exorbitantes diante de um quadro que, aos nossos olhos, mesmo sem termos título de doutor ou mestre nas costas, estão ultrapassando o limite do tolerável. Na vida, há o limite do tolerável, e passar o limite do tolerável já entra na raia da barbaridade, não é?

E uma coisa muito interessante, doutora, é que o nosso Deputado missionário Wolnei me relatava agora, de forma até simples, porque ele está no primeiro mandato – tem quatro meses como Deputado – que a mãe dele é vítima. Quem sabe sua mãe seja a primeira que você vai ouvir. E a mãe foi operada exatamente pelo Dr. Sanchis, que o orientou, que indicou um advogado para ele, na época um cidadão comum. Os valores, naqueles dias, versavam em torno de R\$70 mil, porque ela tinha plano de saúde, para a Golden Cross pagar.

Eis uma investigação que começa dentro de casa. O senhor vai começar bem a sua presidência. Certamente, ouvir a sua mãe, com as dores que ela tem hoje, antes da cirurgia, será muito importante.

Essas coisas são divinas. Aprouve Deus que o senhor pedisse a CPI sem ter nem lembrança do advento da sua mãe. Será um bom começo, até porque fazer defesa de mãe é bom porque nos inflama. Eu mesmo, quando falo da D^a Dadá, minha mãe, saio do chão, porque ela representou tudo na minha vida, como a mãe de todos nós.

Doutora, a senhora tem a palavra para usar conforme achar que deve.

A SR^a FABRÍCIA BOSCAINI – Obrigada, Senador.

Boa tarde ao senhor, boa tarde aos demais.

A Procuradoria do Estado agradece a oportunidade de esclarecer o nosso trabalho, como temos atuado na área da saúde e como identificamos certas práticas que entendíamos serem as não mais corretas. Em função disso, fizemos o devido comunicado aos órgãos de investigação é a que compete apurar se houve ou não a prática algum crime, no caso a Polícia Civil e o Ministério Público.

A Procuradoria-Geral do Estado já atua em matéria de saúde, com uma equipe especializada, desde 2004. Acho que muitos dos senhores já sabem que o Estado que mais tem demandas de saúde no Brasil, disparado, é o Estado do Rio Grande do Sul. A questão é que, de uns anos para cá, especialmente nos últimos dois anos, temos notado um incremento significativo no valor das próteses que são pedidas judicialmente.

Inicialmente, tínhamos próteses no valor de R\$20 mil, R\$30 mil, R\$50 mil, mas, há um ano, mais ou menos, esses valores simplesmente saltaram. E não era estranho chegar à Procuradoria ações judiciais em que a prótese envolvida era de R\$180 mil, R\$200 mil, R\$250 mil. São valores muito altos.

Nós estamos falando aqui, senhores, de saúde pública, do Instituto de Previdência do Estado. Nós estamos falando de um Estado que tem uma grande dificuldade financeira e de um instituto que também passa por dificuldades financeiras. Portanto, é mais do que razoável que os agentes públicos, que os servidores públicos se preocupem com a saúde financeira do Estado e com a correta aplicação dos recursos públicos.

Pensando nisso e sempre tendo um olhar muito presente nas demandas de saúde em função dessa elevação expressiva nos custos e também o fato de que, de um momento para outro, começou-se a pedir muitas, muitas cirurgias para tratamentos na área de ortopedia, a Procuradoria começou a fazer um filtro e um controle das ações que ingressavam contra o Estado e contra o Instituto de Previdência.

Por incrível que pareça, em questão de 30 dias a 60 dias, a Procuradoria em Porto Alegre e a Procuradoria do interior do Estado, que atuou fortemente com a Procuradoria a nível central, conseguiram identificar 64 ações, sendo 33 contra o Estado e 31 contra o IP, envolvendo os mesmos profissionais da área jurídica, envolvendo os mesmos médicos, as mesmas empresas e muita similaridade, tanto nas iniciais, que eram as ações propostas, quanto nos laudos médicos que vinham embasar as petições iniciais.

Por que isso chama tanto a atenção? Porque, na verdade, estamos falando de pacientes, quadros clínicos distintos. E o que chama a atenção é que havia muita similaridade, embora tratassem de pessoas diversas. E os valores também muito elevados. Em questão de pouco tempo, nós conseguimos identificar essa realidade.

O que a Procuradoria fez? Além de reunir todo esse material, fez um trabalho muito presente junto ao Judiciário para trazer ao conhecimento do Judiciário o que estava acontecendo. Porque há uma questão que os senhores têm sempre que ter presente: as ações são pulverizadas no Estado. Eu posso entrar com uma ação em Porto Alegre, uma ação na Grande Porto Alegre, eu posso ir para a região de Rio Grande, Pelotas, litoral, e toda essa circunstância faz com que fique mais difícil identificar uma prática comum.

Na Procuradoria, como nós temos uma equipe especializada e as informações ficam centralizadas em Porto Alegre, seja na equipe de Porto Alegre, seja na Procuradoria do interior, pela qual o Dr. Lourenço é o responsável, nós conseguimos identificar quando elas começaram a chegar e essa reiteração de situações. A partir daí, começamos a construir todo esse diálogo com o Judiciário e mostrar ao Judiciário o que estava acontecendo.

E o bom é que também muitos juízes que acabaram respondendo por mais de uma ação também começaram a notar essa reiteração, esse comportamento reiterado. Então, passou-se a ter um cuidado redobrado nesse tipo de processo.

E o que aconteceu? Em algumas situações, nós identificamos que a cirurgia era contraindicada para o paciente.

Vou explicar uma pequena diferença aos senhores para ficar claro.

Quando eu entro com uma ação contra o Estado do Rio Grande Sul, contra o Sistema Único de Saúde, em geral, as decisões judiciais determinam que o Sistema Único de Saúde avalie o paciente e, a partir daí, faça o procedimento cirúrgico, se ele for necessário. Quando nós conseguimos uma decisão dessa forma, junto com a Secretaria Estadual da Saúde, nós conseguimos introduzir esse paciente no Sistema, e ele é avaliado num centro de referência. Em Porto Alegre, nós temos centros de referência na área de traumatologia-ortopedia excelentes. Temos o Clínicas, a Santa Casa, PUC... O que acontece? Esses pacientes passam, então, a ser avaliados nesses centros de referência. E em algumas situações, entendeu-se que não havia indicação. Aliás, era contraindicado que aquele procedimento fosse realizado.

Agora, para os senhores terem uma ideia, nós reunimos as informações nos últimos meses e, dos 33 processos contra o Estado, no segundo levantamento, chegamos a 41 processos contra o Estado. Nós conseguimos encaminhar muitos pacientes para avaliação. E em um dos hospitais de Porto Alegre, que foi responsável por seis ou sete avaliações de pacientes que estavam com recomendação de cirurgia, segundo o processo judicial, na informação médica que acompanha a petição inicial, nenhum deles teve indicação de cirurgia. A indicação era de tratamento convencional no primeiro momento.

Então, se, em algum momento, vai resultar numa cirurgia, não é agora, como estava indicado. Então, esses fatos todos nos preocupam muito, porque, independentemente de poder haver uma lesão aos cofres públicos – e temos que ter essa preocupação –, o fato é que podemos ter pessoas se submetendo a procedimentos cirúrgicos não recomendados e que, lá no futuro, poderão ser muito mais prejudiciais a essa pessoa do que benéficos. E temos de pensar no paciente. Aliás, o paciente é o primeiro em que temos de pensar. E esses pacientes ficam numa situação vulnerável. Acho que todos aqui já passaram por uma situação de doença, senão pessoal, pelo menos na família, e sabemos como isso fragiliza tanto a pessoa quanto seus familiares.

Então, é muito importante que, em situações como esta, de uma intervenção cirúrgica invasiva, se ouça mais de um profissional da saúde. E nós conseguimos trazer essa leitura para o Judiciário, fomos acolhidos, e, em muitos casos, o próprio Judiciário assim entendeu diretamente quando chegou a inicial. E nós só podemos saudar medidas dessa natureza.

Chamo a atenção também para algo importante: na época em que foi veiculada a matéria para o Fantástico... Acho que é muito importante que fique claro – os senhores observaram – que essa não é uma prática só no Rio Grande do Sul; é uma prática nacional. Isso é o que nos preocupa sobremaneira. No Rio Grande do Sul, o que aconteceu foi muito marcante aqui, por envolver justamente um Poder, o Poder Judiciário, que vem para garantir direitos e que, de um modo ou outro, estava recebendo informações que não eram, talvez – é o que estamos apurando, a Polícia vai apurar, e o Ministério Público também –, as informações mais corretas ou totalmente verdadeiras. Não sabemos, e é isso que precisa ser apurado. Mas o fato é que isso nos preocupa, porque estamos usando dos pacientes para ter um benefício econômico, prejudicando o Estado, prejudicando institutos de previdência.

Bom, diante dessa circunstância toda, a Procuradoria-Geral do Estado reuniu material, encaminhou para os órgãos de investigação, e o Ministério Público e a Polícia Civil estão conduzindo isso agora, ouvindo as testemunhas, colhendo os depoimentos, reunindo informações. Nós acreditamos que este segundo momento – o nosso primeiro momento foi o de trazer a informação, alertar o Judiciário, trabalhar junto à Secretaria Estadual da Saúde, para não deixar essas pessoas desassistidas –, agora, neste momento investigatório, provavelmente, esses fatos serão esclarecidos de forma precisa, e teremos como saber como esses pacientes chegaram aos profissionais médicos e como chegaram aos escritórios de advocacia.

Um detalhe também, antes de finalizar minha fala, é que acho importante que os senhores tenham muito presente o quão perversa foi a sistemática, a forma como atuaram, porque muitos dos pacientes do Sistema Único de Saúde que foram atendidos deveriam ter sido referenciados. Em linguagem simples: se o paciente foi atendido em determinado hospital e há necessidade de que ele passe por um procedimento de uma complexidade maior, ele deve ser encaminhado para a entidade hospitalar que possa atendê-lo. Em geral, Porto Alegre e Canoas são referências.

Muitos pacientes não tinham esse encaminhamento. Esses pacientes eram atendidos pelo Sistema Único, eram, de um modo ou outro, captados, não eram encaminhados dentro do Sistema e, por não serem encaminhados dentro do Sistema, se eles não obtivessem uma decisão judicial favorável, não tinham encaminhamento algum. Para o Sistema Único, não havia um requerimento para que ele tivesse um atendimento mais complexo, e o Judiciário, em muitas situações, entendia que também não havia elementos suficientes para deferir uma medida liminar. E isso nos preocupou muito.

Tivemos o caso de uma senhora que foi bem essa situação. Quando fomos atrás dessa senhora para agendar a consulta, não identificávamos onde ela estava no Sistema, porque ela não estava no Sistema.

Então, olhe o perigo do que estamos falando: pessoas que precisam de um tratamento, talvez não um tratamento cirúrgico, talvez outro tipo de tratamento, não estavam sendo adequadamente encaminhadas, corretamente encaminhadas.

Bom, da parte da Procuradoria, os senhores tenham certeza de que sempre vamos tomar muito cuidado com as ações de saúde: cuidado para que os pacientes sejam adequadamente atendidos, cuidado para que não ocorram práticas dessa natureza, cuidado para qualificar, junto com a Secretaria Estadual da Saúde, o atendimento na área do Sistema Único e aperfeiçoar a gestão, porque a nossa preocupação maior é com o paciente, para que ele seja atendido e para que o Sistema Único funcione para quem ele realmente deve funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Doutora, foi uma explicação muito contundente, com linhas muitas claras, de conhecimento de quem está dentro do problema, convivendo com ele, sentindo a dor e fazendo um exercício contínuo de misericórdia com o paciente, que é um cidadão, um ser humano, que tem de ser alvo mesmo da nossa misericórdia e do nosso cuidado, e o conhecimento técnico para identificação das mazelas disso tudo.

Eu vou lhe fazer algumas perguntas, e a senhora responde se achar que deve. Se não, vou entender, e, num determinado momento, falaremos.

Há incidência grande em Canoas, no Município de Canoas, e em Gravataí?

A SRª FABRÍCIA BOSCAINI – No caso dessas ações específicas, Senador, o que nós observamos é que elas tinham... Muito se comportava na Região Metropolitana de Porto Alegre, como nós chamamos, que pega Canoas, Gravataí e também, se não me engano, Cachoeirinha. Tinha algumas em Porto Alegre, mas nós também tínhamos pulverizadas. Nós tivemos em Rio Grande, tivemos no litoral e em algumas outras cidades do interior. Mas nós tivemos um foco grande na Região Metropolitana de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Da minha convivência com os documentos, seria capaz... Quer dizer, numa leitura muito rápida deles, numa leitura muito rápida de funcionamento... Como um organograma dessa máfia aqui. Existe, no meio, um grupo que a mim me parece que milita – são médicos – só na captação do paciente, para ir lá capturá-lo, induzi-lo, colocar na cabeça dele que ele precisa de uma cirurgia, e, em seguida, encaminhá-lo para o outro grupo. Essa leitura tem algum sentido?

A SRª FABRÍCIA BOSCAINI – Isso foi algo que... Quando nós fizemos o encaminhamento para a polícia, nós entendíamos... Por isso que era tão importante haver a investigação criminal. Qual foi a situação que nós visualizamos? Nós tínhamos uma paciente... E nós tivemos o depoimento dessa paciente porque, no final, a Secretaria de Saúde entrou em contato com ela para fazer o encaminhamento. A informação que ela passou, numa gravação que houve, foi justamente no sentido de que ela tinha sido atendida pelo Sistema, pelos profissionais médicos, que eu não vou nominar – vou lhe pedir o direito de não nominar, em função do sigilo necessário –, pelos profissionais médicos A e B e que esses profissionais médicos que estavam atendendo como médicos do Sistema, mas que, em outras ações judiciais, atuam como médicos particulares, teriam orientado, então, que ela buscasse o auxílio de determinado profissional da área jurídica, fizesse o ajuizamento da ação, mas que não se preocupasse e ficasse em casa, porque, em até um ano, eles iriam conseguir o material de que ela precisa, a prótese de que ela precisa, pelo Sistema Único de Saúde.

Então, parece-nos – é por isso que a investigação é fundamental – que é preciso identificar exatamente como captou esse paciente. É disso que precisamos saber, porque o Sistema não poderia ter permitido isso. Deveria ter sido feito o atendimento e encaminhado esse paciente, e não pegar esse paciente que tem um problema de saúde e direcioná-lo para um atendimento particular. E o que nós observamos em alguns documentos processuais, que eram cópias que foram juntadas no processo pela própria parte, não pela Procuradoria, foi que determinados profissionais, em alguns momentos, subscreviam prontuários do Sistema Único de Saúde e, em outros momentos, subscreviam o seu laudo particular. Então, a investigação criminal, o Ministério Público e a Polícia Civil é que poderão dar a devida resposta a esse questionamento. Mas que, de fato, os documentos comprovam situações dessa natureza, os documentos comprovam. Agora, é uma questão a mais de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Outra coisa – a senhora fique à vontade para responder ou não – é que nos causa estranheza quase a mesma banca, o mesmo grupo de advogados fazer as mesmas ações, como um procedimento decorado, uma coisa que está ali, só preenche e vai lá e muda de nome e a data. O juiz não lê? Manda o estagiário ler? Diz para escrever, dando, ou o juiz assina coisa que não sabe, que não leu? O juiz não presta atenção? A senhora só responde se quiser. Ou é má-fé mesmo? Porque, quando se trata de juiz e advogado, as pessoas têm medo de falar, como se juiz fosse Deus. De manhã, eu falei que tem juiz do bem e juiz do mal. Tem gente honesta e gente desonesta em todo lugar. De manhã eu dizia: “vejo o Sérgio Moro desse lado e o juiz do Eike Batista do outro lado”. Este é um marginal. É um meliante. Mas também é juiz, e vai ganhar como prêmio a aposentadoria. A senhora não precisa comentar nada sobre isso. Eu é que estou falando.

A SRª FABRÍCIA BOSCAINI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Agora, os mesmos advogados? A mesma banca? O juiz nunca identificou nenhum deles? Nunca leu o nome de nenhum deles? Eu iria pedir à senhora que...

Não precisa me responder. Deixa essa parte do jeito que está mesmo. A senhora não precisa nem comentar isso aqui.

Agora, ninguém vira juiz porque é indouto, ninguém vira juiz porque é doido, ninguém vira juiz porque é analfabeto, não sabe ler, ou, pelo menos, não pega a mesma banca de advogados, os mesmos caras, com o mesmo carimbo, a mesma assinatura... Não sei se é a mesma assinatura porque tem assinatura lá que não bate. Parece que foram outras pessoas que fizeram, pelo que eu li, pelo que eu olhei. E olha que eu não sou Molina, não sou perito, mas é um risco que tem três pontas numa hora, tem duas noutra hora, tem só uma noutra hora, e é o mesmo cara, o mesmo médico. Então, a mim causa estranheza demais.

Mas volto a dizer o que você disse: não é um problema de Porto Alegre, é um problema do Brasil. Não é um problema do Rio Grande do Sul. Infelizmente, é um problema do Brasil. Nós precisamos até olhar o laudo da sua mãe, para ver se o risco não é o mesmo em cima da assinatura do advogado, do médico e de todo mundo.

Então, veja que é um organograma, uma coisa montada, que sai desde o captador... Interessante, não é? Parece essa coisa de Lei Rouanet, que o cara sai fazendo captação de recurso com empresa, o cara sai coop-tando os pobres dos indivíduos...

Há o caso emblemático, que eu ouvi aqui, de um sujeito, estivador, que, descarregando no porto, saiu com dor nos braços, na musculatura, precisando de uma fisioterapia. Aí ele procurou um médico, que lhe disse: "Não, esse seu problema é coluna." E ele disse: "Não, eu sou estivador. É minha musculatura." "Não, mas se operar a coluna, isso vai curar." "Mas não está doendo..." E operou a coluna do cara. É uma coisa absolutamente difícil.

De tudo que eu comentei aqui, eu não quero que a senhora responda nada. Nós podemos conversar em outro momento. É mais que necessário, porque, se você tem um organograma dessa natureza... E aí você envolve a empresa. Hoje, nós ouvimos aqui um cidadão, que falou pela manhã, que é de um grupo, de onde eles são gestores, que disse assim: "Não, é porque encomenda para o hospital, e o hospital bota mais 15% em cima."

Ora, se você vai fazer um procedimento e diz "eu vou operar esse cara e preciso disso", está implícito, porque o hospital cobra o centro cirúrgico, cobra toda a despesa e ainda põe mais 15% em cima da tal prótese. Então, todo mundo leva nisso.

Por que o meu comentário em cima da sua fala? Porque os passos seguidos por V. Sª acabaram revelando esse procedimento. E eu não tenho dúvida de que esse procedimento tem o mesmo organograma no Brasil inteiro. No meu Estado, não é diferente. As secretarias de saúde, que nós estamos investigando, têm um procedimento absolutamente criminoso. As pessoas têm doenças crônicas e dependem de um medicamento do Estado, mas eles não fazem licitação, deixam o medicamento acabar. Quando a pessoa vai buscar porque precisa usar com 24 horas, o cara fala assim: "Acabou. Não fez licitação, não. Vai ao Ministério Público, que o promotor manda."

Aí o promotor olha aquela pessoa esquelética com uma doença, com a pele ressecada, precisando do medicamento, e, no exercício da misericórdia, onde ele está, como promotor, mete a caneta e manda comprar imediatamente, para o sujeito não morrer. Aí, quando o cara chega com aquilo do Ministério Público, o cara dá risada, porque legalizou o crime dele. Aí, ele não faz licitação, compra o lote sem licitação, porque o Ministério Público legalizou o crime dele.

Outro viés que nós temos que investigar é essa chamada esperteza de colocar o Judiciário e o Ministério Público para legalizar um crime. Se esses juízes que dão essas liminares são cegos, se não leem nada e assinam sem conhecer essas pessoas e sem fazer parte desse esquema, se formos olhar pelo lado bom e cristão, eles estão sendo usados para que possa ser legalizado o crime daqueles que construíram fortunas em cima do Judiciário e, muitas vezes, do Ministério Público.

Eles estão mexendo nesse crime de Secretaria de Saúde porque esse é do Brasil inteiro e esse é um esgoto que nós vamos destapar, que está pronto para ser destapado. E o meu Estado não é diferente dos outros Estados.

Portanto, eu penso que, a partir daqui, qualquer pergunta que eu fizer não será boa para a investigação. Entendo que qualquer pergunta que eu fizer... Na sua posição, V. Sª está cumprindo o seu papel. O processo investigatório, aqui, que trate se houver qualquer omissão ou conivência do Judiciário ou de qualquer outro órgão, qualquer que seja, porque ninguém é tão bom ou tão mau, volto a dizer.

Espero que seja por não ler, por não prestar atenção, ou por ter outra compreensão da vida, por entender que o restante dos advogados deste Estado ou são despreparados ou não perceberam um bom viés para ganhar dinheiro, ou por não quererem participar desse tipo de coisa por acharem que, eticamente, estão lesando as pessoas, porque não é possível que quatro pessoas, que duas ou três bancas realmente operem isso durante todos esses anos, acumulando riqueza em cima da miséria das pessoas, colocadas em centros cirúr-

gicos anestesiadas, inconscientes, completamente inocentes, para serem parafusadas, sem saber se o parafuso realmente veio do exterior ou se foi comprado no ferro velho e esterilizado com álcool, porque elas estão anestesiadas, ou se um cimento qualquer foi colocado na sua coluna. E, depois, para piorar o quadro, independentemente do que pensam esses médicos enquanto conversam e bebem café, eles sabem do montante que virá, sangrando os cofres públicos.

Do que o Ministro colocou para nós, do que eu já recebi, uma prótese dessas, não passa de R\$6,5 mil, R\$7 mil, sendo que sua produção custa pouco mais de R\$3 mil ou R\$4 mil. Para a comissão do médico, por uma prótese que sai por R\$4,5 mil, chegar a \$40 mil...

E agora veio essa história de 15% do hospital, não é? E os cofres públicos... E os senhores, que têm o seu suor entregue aqui, porque é o suor dois impostos, pagarem R\$300 mil a R\$400 mil por uma prótese para quem dá plantão de R\$1 mil andar de avião é o fim do mundo! É o fim do mundo!

Então, agradeço por ter suscitado, ajudado a construir um caminho. Essas verdades que vieram à tona, e o seu organograma é uma verdade, estabelecida, montada, certamente, proporcionaram que nós tivéssemos este momento.

E por que digo que os senhores nos proporcionaram isso? Porque eu já tentei três CPIs – CPI dos planos de saúde... E, aliás, percebo que, dentro de um viés, os planos de saúde são reféns dessas máfias, não é? Se o seu plano de saúde não cobre, você tem que arrumar o dinheiro. Mas, se quiser, pode entrar contra o Estado, porque ele faz com que o plano de saúde pague. E ordem judicial é para ser cumprida. E o plano de saúde, então, não cobre, mas ele é vítima de uma armação. Na verdade, não é uma armação, mas um assalto mesmo, porque é montada uma emboscada. E a mesma emboscada é feita contra o Poder Público.

De maneira que este organograma montado aqui serve para o Brasil. Este organograma que a senhora ajudou a construir.

Manifesto a nossa alegria, a nossa satisfação por ouvi-los. Faço este registro em meu nome e em nome de todos os membros da CPI que não puderam estar aqui, do Senador Humberto Costa, do Senador Aloysio Nunes e do Senador Paim, que também faz parte desta Comissão, porque foi esse modelo que nos deu o entendimento daquilo que tínhamos tanta dificuldade para entender.

Quando tivemos a primeira conversa com o Ministério Público, lá em Brasília – os Promotores se lembram –, nós tínhamos uma dificuldade muito grande para entender. Sabíamos que havia um grande crime, mas não entendíamos essa montagem, como funciona esse organograma, como essas quadrilhas vão lá captar, colocar a isca, trazer a presa, puxar a presa, e induzi-la, para, em seguida, levar a família a um estágio de medo dizendo “se você não fizer, sua mãe vai ficar parálitica”, ou “seu pai não vai andar mais”, que “isso é urgente”. Tem que operar em 60 dias. Se não operar, não anda mais. “Mas não temos dinheiro!” “Então, entra contra o Estado”. E aí é a mesma banca de médicos, os mesmos médicos, os mesmos hospitais e os mesmos laboratórios.

E, ainda que sejam pulverizadas essas decisões liminares, precisamos entender esse comportamento. Eu me pergunto e pergunto aos senhores: porque só o fato de o Fantástico ter falado já fez diminuir? O fato de termos instalado uma CPI fez com que as liminares comessem a ser indeferidas. Por que, antes disso tudo, elas eram deferidas? Se não cheira a coisa ruim, a coisa boa não cheira.

A senhora, uma jovem procuradora – estou lhe chamando de senhora só por causa do rito –, construiu esse caminho para que nós, do processo investigatório, pudéssemos nos conduzir dentro dele.

Eu só tenho a lhe agradecer.

Se nós, ao longo da investigação, tanto aqui quanto no Brasil, precisarmos, contaremos com a sua disposição para nos auxiliar, porque o nosso caminho será um caminho muito longo no País para o que queremos fazer. O entendimento ainda é muito pouco para quem quer oferecer uma legislação ao Brasil, porque quem pratica esse crime não pode responder por crime de 171, não. Isso é muito brincadeira. Tem que responder por crime hediondo. E não podemos, não encerraremos esta CPI sem fazer com que esse crime se torne um crime hediondo. Crime hediondo! E queremos levar as pessoas à reflexão de que, ao colocar alguma coisa dentro do seu corpo, do seu organismo, uma prótese, é preciso que ela tenha realmente muita segurança, muita confiança em quem está falando, porque quem coloca um *stent* no coração de alguém que não precisa de cirurgia de coração tem a coragem de assassinar a mãe publicamente.

Agradeço à senhora, que tem a palavra, se quiser, para fazer alguma consideração.

A SRª FABRÍCIA BOSCAINI – A Procuradoria-Geral do Estado será sempre uma parceira, Senador. Quando V. Exª precisar, a Procuradora estará à disposição, e também o Ministério Público e a Polícia Civil.

Eu gostaria de fazer um breve apontamento: a Procuradoria, durante esse processo todo de diálogo que o Judiciário buscou fazer, sempre foi ouvida pelo Judiciário, e, em muitas situações, foi a diligência do Judiciário que reverteu muitas decisões. Então, da nossa parte, agradecemos o apoio que recebemos do Poder Judiciário ao longo desse processo todo.

Era isto.

Que continuemos então...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado, doutora. Obrigado mesmo. Vítimas que confirmaram: Elisangela Moraes Raymondo, Cláudio Gayer, Ademir José da Silveira, Janice Silva Lima, Edison Luís Rocha de Castro, Renato Flores Ferreira e Célia Vidal Brum de Jesus. Eles fizeram confirmação para hoje, visto que uma parte, por medo de represália, por medo de uma série de coisas, da exposição, não confirmaram. Nós, certamente, os ouviremos momento seguinte. Se não o fizermos, oficiaremos requerendo aos delegados do inquérito esses depoimentos, que já existem, para economia processual da CPI.

Está conosco o Sr. Edison Luís Rocha de Castro.

Peço que o façam entrar no recinto, por favor. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigado, Edison, por ter aceitado o nosso convite.

Alguns colegas seus, vítimas, preferiram... E nós entendemos plenamente, como entenderíamos se você não tivesse vindo. Sabemos o quanto isso tudo é muito difícil e queremos louvar a sua disposição e a sua coragem de estar aqui.

Vou te passar a palavra e você pode ficar à vontade para narrar a sua história para nós. Em seguida, assim que você acabar o seu tempo, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

Fique à vontade, Edison!

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Boa tarde a todos os Senadores.

Em primeiro lugar, eu queria dizer, em nome da minha família, que a gente admira o seu trabalho no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – O senhor é um dos poucos Parlamentares que lutam pela verdadeira família brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Obrigado.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Quero lhe dar os parabéns por isso e também pelo fato de o senhor estar nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Eu vim participar porque não tenho medo de represália nenhuma. O que está certo está certo e o que está errado está errado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Parabéns!

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Da mesma forma, depois que eu descobri tudo... Eu não quero, jamais, que o meu plano de saúde do Estado seja prejudicado e venha, futuramente, a não ter recursos para, talvez, um tratamento específico de um filho meu devido a esse problema todo. Então, eu decidi vir por causa disso.

Graças a Deus, eu não cheguei a ser operado porque a minha liminar foi aprovada em novembro do ano passado... Eu já ia procurar o Dr. Fernando para marcar a operação, mas não fui, porque, em seguida, eu vi, na mídia, todas as denúncias, busquei informações e fui ao Procurador-Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dr. Fernando Sanchis?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Dr. Fernando Sanchis.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O.k.

Continue.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Ele chegou à minha cidade em 2013 e eu fui me consultar com ele...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Qual é sua cidade?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Rio Grande, aqui no Estado.

Ele chegou e espalhou na mídia o consultório, a clínica. Aí eu, vários amigos, várias pessoas com problemas de coluna começaram a buscar o trabalho dele. Mas antes de procurá-lo, fui ver o histórico dele na internet para saber se ele tinha algum problema de erro médico ou alguma outra coisa. Pelo contrário, não tinha nada. Tinha vários cursos no exterior, era bem qualificado, e tinha uma técnica nova para o tratamento de coluna, que era o que eu queria, já que o SUS oferece, para o meu tratamento – eu tenho problema na coluna lombo-sacra e tenho que colocar uma prótese –, o que se chama de imobilização dinâmica, que é uma placa que fixa cinco ou seis vértebras da lombar e te deixa estático, imóvel.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tipo boneco de Olinda?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – É isso aí. E eu não queria isso, por causa do histórico de outras pessoas em que isso deu problema e não ficou bom. A pessoa fica cheia de restrição.

A técnica que o Dr. Fernando ofereceu era um equipamento novo que, pelo que ele informou, não me faria perder mobilidade nenhuma. Em vez da placa de imobilização, eram discos de silicone fixados com parafusos e umas molas tensoras que me dariam a flexibilidade que eu queria, o que eu ainda busco para o meu tratamento.

Isto foi em novembro de 2013.

Eu consultei com ele em novembro, e, em dezembro, ele me orientou a operar. Eu perguntei a ele se não haveria a possibilidade de, talvez, pinçar essas hérnias que causaram a lesão na minha medula, e ele disse que não, que, devido à minha idade, seria bom eu já ser operado em seguida, enquanto eu estava na meia-idade, antes de chegar aos 50 anos, porque depois seria pior a operação. Aí eu perguntei: “mas como é que a gente faz para fazer essa operação com essas próteses que eu quero?” Porque eu queria esse tipo de recurso. Ele disse: “Olha, o teu plano de saúde não cobre. Tu tens... A gente pode entrar na Justiça e pedir, via judicial, que o IP cubra essa despesa”. Aí ele me indicou uma médica, ele mesmo indicou a médica, doutora... Posso falar o nome?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pode.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Dr^a Nieli, daqui de Porto Alegre. Ele me deu o telefone e o nome dela.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Qual é o nome dela?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Dr^a Nieli.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nieli de Campos Severo.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – É ela.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está convocada aqui. Está aqui.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Ele me deu o *e-mail* dela, e eu tratei por *e-mail*. Tenho até o histórico das conversas também, se o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quero.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Agora lhe passo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O.k.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Foi quando ela me pediu toda a documentação, as procurações, e disse que tudo seria tratado com ela. Mas eu não tinha ideia de que seria superfaturado, eu não tinha ideia que era tanto valor; eu tinha ideia de que o IP não cobria, porque era um equipamento não aceito, e que talvez fosse um pouco mais caro, mas não esse preço exorbitante que eu vi agora, no final.

Eu mandei toda a documentação para ela e aguardei todo o ano de 2014, que foi quando eu tive muitas crises por problema de coluna e fui para o INSS, e fiquei com auxílio-doença nesse ano de 2014 todinho. Quando eu já estava pronto para iniciar a operação com ele, como eu lhe disse, em novembro, eu soube de tudo e cancelei. Mas, nesse meio-tempo, não tive acesso nenhum ao processo. Ela disse que traria de tudo para mim e que eu só iria ao final, para fazer a operação.

Aí acabei, agora, no começo de janeiro, voltando a trabalhar. Mas não estou bem. Agora mesmo eu estou com muita medicação. Até para vir aqui foi muito difícil. Mas eu tive que voltar a trabalhar e que, em consequência, buscar novo médico para me tratar, porque eu fiquei sem médico. Agora, então, eu estou buscando outros médicos, também qualificados, no Rio Grande, para poderem me dar esse auxílio.

Este aqui é o histórico do *e-mail* da conversa pedindo a documentação...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Esse aqui é o *e-mail* dela, não é?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – É.

Ela atendia na Imobiliária Excellence. É o nome da imobiliária. Está aqui. É de onde vinha o endereço de *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Advogado?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O escritório dela era na imobiliária?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Na imobiliária. Imobiliária Excellence. Eu procurei em Porto Alegre, mas já tinha mudado de endereço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas, no fundo, o que eles estavam fazendo era corretora mesmo. (*Risos*.)

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – E aí foi quando eu tratei tudo com ela por meio de *e-mail*, não é? Não sei se vocês querem isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É um documento importante. Muito obrigado.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – E aqui atrás foi agora, em dezembro, no começo do ano, quando eu pedi o número do processo para ela para ver o que tinha acontecido. Em seguida, ela me ligou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – “Olá, Sr. Edison, conforme combinado, abaixo lhe repasso as orientações de valores para ingresso de ação para cirurgia. Assim que chegarem assinados os documentos em anexo, daremos início à montagem do seu processo. Poderemos ter que solicitar alguns documentos que se fizerem necessários durante a montagem, bem como após o ingresso da ação administrativa judicial. Provavelmente, o processo tramitará aqui por Porto Alegre.”

Qual é a sua cidade?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Rio Grande fica a quantos quilômetros daqui?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – A 345.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ela disse que iria tramitar aqui.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – “Mas ainda iremos definir isso. Se for tramitar pela sua cidade, se precisar, poderei lhe solicitar algumas cópias de folhas de processo.” O valor do ingresso é de R\$176 mil.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Reais.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – De R\$176,00.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – O que ela me cobrou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O valor do ingresso, não é?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Isso é só para entrar, para ver o jogo.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Nada mais ela pediu.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Bom, eu vou mandar fazer uma cópia para mim.

O senhor tem cópia disso?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tem, né?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – No começo do ano, agora, ela me ligou pedindo que eu mandasse um *e-mail* autorizando ela a tirar o processo da Justiça, dizendo que eu não queria mais. Como eu tinha sido chamado pelo Procurador, ele me orientou a aguardar um pouco mais para dar essa resposta para ela. Depois, eu não quis tirar, porque eu achei que isso iria beneficiar eles, já que eu entendia que eles estavam muito errados.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você foi atendido pelo seu instituto de previdência ou pelo SUS?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Em que momento?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – No momento da sua consulta com ele.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Fui atendido pelo plano de saúde, o IP. Sou funcionário público estadual.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Exatamente.

E quem lhe apresentou a advogada?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A advogada. Quem lhe indicou essa advogada da imobiliária?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – O Dr. Fernando Sanchis.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O Dr. Fernando indicou, né?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – É. Eu não trouxe, mas ele me deu no prontuário dele o telefone dela.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, né?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Eu não tenho, eu não encontrei para lhe trazer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, ela fez alguns outros trabalhos para ele também.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Ele mesmo. Foi em novembro de dois mil e ... Foi em seguida à minha consulta com ele. Em novembro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Esse valor de R\$170,00 o senhor pagou para ela?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Esse valor ela disse que eu poderia pagar no final, quando tivesse a liminar. Eu ainda não paguei para ela, e acho que não vou pagar também. Ela me disse que, quando a liminar estivesse aprovada, eu poderia pagar para ela. Nada mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas a liminar foi negada.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Depois que eu falei com o Procurador, ele disse que estava... O Procurador-Geral do Estado, lá no Rio Grande, disse que tinha pedido para a liminar ser bloqueada, eliminada, eu não sei, aguardando ainda o processo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ah, porque já estava em curso esse processo investigativo em cima do médico.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, já havia essa suspeita de que a doutora da imobiliária... Quer dizer, já estava manjado esse procedimento. Acho que é por isso, né?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Qual foi a sua sensação quando tudo isso explodiu? Não pergunto com relação aos valores. O senhor viu valores assombrosos, mostrados pela televisão, nessas revelações. Mas qual a sua reação diante de pessoas lesadas, de pessoas que tiveram seus problemas agravados depois? Qual a sua sensação porque iria passar por essa cirurgia e a mesma sensação por não ter passado?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Eu fiquei muito indignando na época, porque eu tinha muita esperança nesse procedimento que ele iria me fazer. Esse meu problema de coluna já vem há mais de 15 anos, de desde que eu entrei na minha empresa, e eu estou sempre relevando, e, quando eu...

Outra coisa que eu vou aproveitar para lhe falar: quando a gente busca o SUS, ele não respeita muito a pessoa que está realmente doente e, em seguida, manda voltar a trabalhar. Então, tu te obrigas a voltar a trabalhar porque tu precisas manter a tua família, teu orçamento familiar. Então, tu tens que voltar, mesmo doente. Então, a gente vai se desgastando durante o tempo, porque não tem o apoio do Sistema Único de Saúde.

Quando eu quis reverter isso com a operação, eu fiquei muito indignado, porque eu confiei nele, confiei no processo dele, pesquisei o histórico dele e não encontrei nada, mas, no fundo, ele estava com todo esse envolvimento de ganância, de querer mais e mais em cima da gente que estava doente.

Então, eu estava a ponto de operar, de resolver o meu problema, e voltei à estaca zero. Tenho que buscar novos médicos. Tenho receio de um outro tratamento. Mas, no meu caso, eu sei que eu vou precisar ser operado e sei que eu talvez vá buscar o recurso via judicial. Eu tenho medo que até isso aí venha me prejudicar no futuro, para poder buscar essa minha operação. Eu não sei como vai ser. O futuro eu não sei como vai ser.

Mas me indignei muito com esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas não fique indignado por não ter sido operado. Agradeça a Deus por não ter sido operado.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Senador, na verdade, vi até pessoas em que alguns médicos, em vez de botar titânio hospitalar, botavam titânio industrial nos parafusos. Os parafusos seriam industriais, que tinham até pontos de corrosão, de ferrugem. Muitas pessoas até morreram por causa disso. Agora, com tudo isso, nem sei a qualidade do produto, se era tudo isso mesmo. Então, acho que até, para mim, foi muito bom, mas só fico chateado por não ter resolvido o meu problema.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A partir daí, você, com essa negativa em novembro, procurou outro profissional, bateu em outra porta?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Sim, já me consultei com outro médico em Rio Grande. E tem outro médico, aqui, em Porto Alegre, que eu vou procurar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas, ao olhar as suas ressonâncias, os novos médicos que você procurou aconselham a cirurgia também?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Um aconselhou e outro disse que dá para fazer um tratamento paliativo para ver se reverte o meu quadro. Mas, no momento em que consultei o Dr. Fernando, ele disse que não havia jeito. Eu perguntei se ele poderia somente tirar as protruções que estavam me incomodando. Ele disse que não, que teria que ser direto a operação, como lhe falei no começo. Mas outros médicos, agora, disseram que, devido a toda a mídia em cima das operações, não sei o que é... Consultei dois médicos. Um disse que, futuramente... Sei que tenho que ser operado. Sinto que preciso ser operado. E ele entende também que eu virei a precisar de uma prótese futuramente. O outro já quer me fazer um tratamento, com medicina, com um tratamento físico...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Por que ele quer fazer um tratamento? Ele explica o quê? Esse que não recomenda a cirurgia.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Ele explica que, com um tratamento específico, uma orientação específica, eu posso fortalecer a minha musculatura, com remédios que ele acredita que vão melhorar esse problema. Ele quer tentar outra coisa, tentar um sistema com que ele acha que eu vou ter uma grande melhora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor faz exercício físico?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Estou começando agora, porque está na hora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque o mal de coluna é falta de musculatura na lombar.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Quando entrei na minha empresa, eu trabalhava na área operacional. Então, eu trabalhava muito curvado. Foi quando consegui esse problema em mim. Desde então, fui para a área administrativa. Passo o dia sedentário, em um escritório, mas estou voltando a...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E sem atividade física...

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Sem atividade física piora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim, claro.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Então, vou buscar outros recursos agora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não sou médico, mas posso lhe receitar: faça exercício físico, porque, certamente...

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quero agradecer a você e dizer que o seu depoimento, para nós, é de muita valia, até pelas informações prestadas. Esses *e-mails* certamente vão servir para nós.

Isso aqui é o...

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Esse é o comercial que ele fez na minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Comercial dele? Do doutor?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Mais na rádio e mais na TV.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele é esse aqui?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Ele é o primeiro. Essa aqui é a equipe dele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É um jovem, né?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Aqui é a técnica dele, de que ele fez o comercial. Essa é a técnica que ele apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Essa é a técnica dele? Isso rende um dinheirão, né?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Esses são alguns laudos dele, que ele me deu. Não sei se o senhor quer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Deixe-me dar uma olhada.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Esse é o meu histórico, com várias ressonâncias, do problema da minha coluna.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Afastamento laboral por 60 dias.

Isso aqui é ele dando...

É o Sábio, não é? O Sábio Júnior?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – É.

Os outros são dele também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu conheço Fábio Júnior.

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Esse foi no ano de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – “Ao INSS, o paciente acima encontra-se em tratamento...”

“... protusão e hérnia discal extrusa, com expressão radicular...” (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Posso tirar uma cópia disso?

O SR. EDISON LUIZ ROCHA DE CASTRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Agradeço a sua presença e agradeço as informações trazidas a esta CPI. Espero que a gente possa contribuir para que outras pessoas não paguem o preço, como tantos outros pagaram, e a gente possa oferecer para o Brasil uma resposta. Agradeço porque você veio e é parte deste momento muito importante da vida da Nação.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Como não conhecemos ninguém, há alguma outra vítima que tenha sido notificada pela CPI e que esteja aqui, no plenário? (*Pausa.*)

Como não há, enquanto aguardamos, suspendo a reunião por 15 minutos.

(Suspensa às 15 horas e 55 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ...investigar a máfia das próteses no Brasil.

Em virtude do não comparecimento daqueles que são nossos convidados, que são vítimas... Espero em Deus que estejam bem e que não tenham vindo pelos motivos que foram colocados. Estão amedrontados, e posso compreendê-los. Posso entendê-los. Esperei até este momento, mas, não havendo o comparecimento, retornaremos amanhã às 9h. Aparecendo esses convidados, entre um intervalo e outro, nós os ouviremos.

Mas está convocado para amanhã, sexta-feira, o Sr. Fernando Sanchis, médico.

Segundo a assessoria, ele não confirmou, mas reitero que eu não o convidei, mas o convoquei. A CPI o convocou. Ele é convocado.

Advirto o Sr. Sanchis de que seu não comparecimento... Até porque ele está em casa por força da investigação, por ordem judicial, com o passaporte aprisionado. Então, se ele não está em casa, está quebrando uma ordem judicial. Esse é outro problema. E não conheço as razões por que ele não confirmou. Se não confirmou, eu o reconvoquei, e ele será conduzido coercitivamente pela Polícia Federal.

Também estão convocados para sexta-feira Marcelo Leal Tafas, médico ortopedista – está aqui um “sim” –, Henrique Alvez Cruz – está aqui um “sim” –, Antônio Carlos Sábio Júnior – aqui está um “sim” –, Alfredo Sanchis, que, segundo informação, é parente – aqui consta um “sim” também –, Ricardo Felipe Bayer, advogado – aqui tem um “sim” também –, Nieli de Campos Severo, advogada – aqui tem um “não”.

Advirto a advogada Dr^a Nieli de que a senhora também não é convidada; a senhora é convocada. Certamente, o procedimento vai acontecer da mesma forma que acontecerá com o Dr. Sanchis, com convocação coercitiva. Nós refaremos a convocação.

Ainda: Letícia Pinto, advogada; Luiz Alberto Paz, da Proger, Comércio de Importação e Exportação – também “sim”... Não. Luiz Alberto, está aqui, “não”.

Advirto o Sr. Luiz Alberto de que também o reconvoquei.

Coercitivamente, o senhor será conduzido pela Polícia Federal. O seu não comparecimento amanhã...

Maria Alice Guerra, da Proger, Comércio de Importação, que também disse “não”.

A senhora também não é minha convidada; a senhora é convocada por esta CPI e deverá comparecer... O não comparecimento...

Refarei a convocação da Sr^a Maria Alice Guerra.

Coercitivamente, a senhora será conduzida pela Polícia Federal.

Larson Strel, da Prohosp – Comércio e Representação de Produtos Hospitalares. Há confirmação. Aqui, diz “sim”.

Francisco José Dambros, da Improtec. Também tem aqui um “sim”, de confirmação. Material cirúrgico.

Esses são os convocados para depor amanhã. E nós começaremos os trabalhos a partir das 9h.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Obrigado aos senhores. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do RQS nº 93, de 2015, destinada a investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 15 de maio de 2015, às 11 horas e 35 minutos, na sala de convergências da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sob a presidência do Senador **Magno Malta**. Deixaram de comparecer os demais Senadores. Na ocasião foi realizada audiência pública com os convocados, os médicos: Fernando Gritsch Sanchis, Marcelo Leal Tafas, Henrique Alves Cruz, Antônio Carlos Sábio Júnior, Alfredo Sanchis Gritsch; com os advogados: Ricardo Felipe Bayer, Nieli de Campos Severo e Letícia Pinto Lauxen; além de Larson Hermilo Strel, representante da PROHOSP - Comércio e Representação de Produtos Hospitalares - e Francisco José Dambros, representante da IMPROTEC - Comércio de material cirúrgico. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Declaro abertos os trabalhos que visam a investigar a máfia das órteses e próteses no Brasil.

Cumprimento os senhores e as senhoras que estão neste recinto, neste ambiente. Mais uma vez, cumprimento a assessoria da Assembleia Legislativa. Cumprimento os Deputados que aqui vieram e o Deputado proponente da CPI local.

Faço o registro da presença sentida do nosso Relator, Senador Humberto Costa, que, por conta de compromissos assumidos nesta semana, visto que a semana anterior seria a que nós certamente aqui estaríamos, trago essa justificativa do nosso Relator, que, a despeito dos acontecimentos, gostaria muito de estar presente, mas está representado aqui nas inquirições que eu farei.

Tive a oportunidade de conversar com os senhores advogados e quero agradecer-lhes. Seus clientes estão aqui.

Ontem, nós havíamos feito um comunicado, em função de que tínhamos algumas negativas na planilha feita pela assessoria do Senado. Para o balizamento dos trabalhos aqui, um esclarecimento: os convidados poderão aceitar falar ou não, vir ou não, como ocorreu com as vítimas, mas o convocado é obrigado a comparecer a este juízo. Por quê? Porque CPI tem poder de polícia e poder de Justiça. Nesse momento, instalada aqui a CPI, nós somos os juízes desse processo de investigação.

Tive uma conversa muito salutar com todos os advogados de compreensão, de entendimento, de procedimento, de como vamos conduzir os trabalhos.

De maneira que, de acordo com o que nós acertamos, vamos ouvir primeiro a Dr^a Letícia. Depois, vamos ouvir o Dr. Fernando Sanchis. Os outros todos estão liberados para ir para o almoço. Serão comunicados sucessivamente, de acordo com a planilha que fizemos, para vir e prestar o depoimento. Nesta sala, vai ficar aquele que será o seguinte, e os outros podem ficar à vontade.

Gostaria tão somente de solicitar que os depoentes que não querem ir para o almoço que sigam para o plenarinho lá de cima, porque, no procedimento, nós teremos aqui, para evitar constrangimento, tão somente o depoente do momento. Quanto aos outros que estão em plenário, peço para se retirarem. Gostaria muito também que o advogado aqui não estivesse, mas não estou cerceando. A audiência é pública, está aberta. Como qualquer cidadão da imprensa, cidadão do povo pode ficar aqui, também o advogado pode. Quer dizer, este “gostaria” é coisa minha. Fiquem à vontade, mas, em relação aos depoentes, eu gostaria que aqui só permanecesse, neste momento, a Dr^a Letícia e, na sala do lado, o Dr. Fernando Sanchis.

Agradeço e gostaria que assim se procedesse, para que possamos começar.

Quero convidar a Dr^a Letícia Pinto, advogada, para se sentar aqui do meu lado, e também vou pedir aos Deputados, se puderem, para se sentarem desse lado. Deixem o advogado dela mais próximo dela, aqui.

Eu quero fazer o registro de que a Dr^a Nieli de Campos Severo, advogada, disse não à convocação. Mas o filho dela está no recinto, e eu quero pedir a ele para se retirar. Em seguida, peço à Polícia Federal que, de ordem desta Presidência, vá buscar a Dr^a Nieli.

Eu vou esperar que o rapaz se retire. Não vejo nenhuma movimentação.

Peço à Assessoria que me ponha na linha com o Presidente da OAB. Faço este procedimento em respeito à Ordem, à classe. Por isso tomei a deliberação de ouvir e de conversar com os advogados antes, fazendo essa deferência, porque, ao contrário do que muita gente imagina, de que nós trataremos...

Eu estou acostumado a presidir CPI dura e complicada. Presidi a CPI do Narcotráfico, presidi a CPI da Pedofilia. Lidei com crimes anos a fio. Então, o tempo me ensinou, e eu continuo dentro dos mesmos princípios. O princípio é o princípio de respeito. De respeito, até porque quem está aqui, sentado nesta cadeira, está na desvantagem, seja qual for a situação.

Reitero que nenhuma das acusações foram produzidas nem por mim nem pelo Senador Humberto Costa. Não foram produzidas por nenhum de nós que compomos a CPI. O processo investigatório em função de denúncias e a investigação do crime se dão a partir de denúncias, e denúncias que não foram feitas por nós. A CPI tem um caráter investigatório tão somente, e cumpre o seu papel. E é isso que vou fazer neste momento, no cumprimento do meu papel. E essas coisas têm que ficar extremamente claras, essas coisas têm que ficar extremamente claras, para que a população não imagine – quando digo a população, eu me refiro aos familiares das pessoas que vêm aqui para depor, aos seus mais próximos – que alguém foi chamado à CPI porque havia uma deliberação, uma vontade pessoal de produzir humilhação. Em absoluto. A diferença é que nós temos plena compreensão, plena compreensão do nosso papel a ser cumprido.

Doutora, a senhora tem todos os seus direitos constitucionais. A Constituição lhe dá o direito de não falar, de ficar calada, de não produzir prova contra si, o que eu acho completamente errado, e acho que tem que mudar imediatamente, até porque a gente, quando vai depor como testemunha, em qualquer caso, entra num tribunal e o juiz já fala logo com você: “Jura dizer a verdade...”. Você vai de testemunha e ele fala: “Se você mentir, eu te prendo”. Agora, o réu pode mentir. É um troço que nunca entrou na minha cabeça. Acho que é

por isso que fiz vestibular para Direito e não passei. Não entra na minha cabeça esse negócio. Mas é o que a lei diz, e a senhora tem esse direito. A senhora é advogada, a senhora sabe disso.

Eu lhe quero dar o tempo de que a senhora precisar. Se a senhora quiser fazer qualquer tipo de consideração, acho que este é o fórum adequado. Quem sabe a senhora nunca teve a oportunidade de falar a sua verdade publicamente?

A senhora tem convivido com notinhas de jornal, com ironia, com acusação. E sei o que é isso para uma pessoa, para uma família. Sei como essas coisas desgastam, mexem com o emocional. Posso imaginar suas noites indormidas, a partir desses problemas todos. Imagino que isso deve ter afetado a sua vida profissional, o seu escritório.

A senhora é casada?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tem filhos?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sei como é olhar para o filho, sei como essas coisas são. Tenho a certeza de que a senhora daria tudo para não estar aqui, mas, já que a senhora está aqui e já que há um microfone na sua frente, aproveite e conte a sua verdade, fale da sua verdade. Vou, em seguida, fazer perguntas para senhora, porque é meu dever. E tomara que, ao final, ao cabo do processo, a senhora obtenha êxito com a sua verdade, juntamente com seu advogado! Conversamos longamente a respeito de muitas coisas hoje, pela manhã.

Então, a senhora fique à vontade. A senhora tem o respeito desta Comissão. Tem o nosso respeito. Tão somente queremos chegar ao cabo disso com um relatório de que aqui há um crime, mas aqui há um inocente. Aqui, há um inocente; aqui, há um crime. Não queremos colocar todos na vala comum, o que queremos é que haja justiça, é que haja esclarecimentos.

Estamos aqui. Esse microfone está ligado. É a hora de a senhora falar a sua verdade, se essa for a sua intenção. A senhora tem a palavra.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Obrigada, Senador.

O que eu tenho para esclarecer é que, de fato, não tenho nada relacionado a isso, porque eu era funcionária do escritório de advocacia. Inclusive, eu me afastei do escritório em abril de 2014. Depois disso, não trabalhei mais com o escritório. Eu me desvinculei dele. Quando entrei nesse escritório para trabalhar, esse escritório já tinha esse funcionamento, já trabalhava com esse tipo de ação.

Então, fui para o escritório do Drª Nieli para auxiliá-la com esses processos. Eu cuidava somente da parte processual, não tinha ligação nenhuma com a parte administrativa do escritório. Não sei como é que funcionava a administração dele. Eu não tinha acesso à parte administrativa, não tinha acesso aos cliente dela. Enfim, eu era funcionária. Realmente, eu não tinha acesso aos médicos nem conhecia esses médicos. Eu os conheci através da televisão, em janeiro. Eu já não estava mais no escritório havia um ano. Então, realmente, nem sei no que posso contribuir para esta CPI, porque só sei aquela parte de processo. Eu ia para lá para trabalhar, porque eu precisava trabalhar.

Inclusive, Senador, eu até abro mão do sigilo da minha conta bancária, que é uma só, porque realmente não ganhei nada com isso. Não tenho esse envolvimento. Tenho todos os documentos aqui de que eu era subordinada do escritório. Todas as ações que eu fazia eram feitas por modelos de petições, de iniciais, que o escritório passava. Todo dinheiro que entrava no escritório vinha dela, era passado para ela. Todos os alvarás eram para as contas da proprietária do escritório, que era a Drª Nieli.

Então, eu era, realmente, funcionária. Não tenho praticamente nada a relatar dessa parte da máfia, porque, realmente, desconheço. Eu desconhecia na época. Ela não me abria. Ela tinha contatos com os médicos, mas ela não deixava eu ter. Então, realmente, não tenho muito o que auxiliar nessa parte da CPI da máfia, da investigação mesmo, porque eu nem tinha acesso a esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora encerra a sua fala, colocando à disposição seus sigilos?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ah, tá.

Ela entrava com muitos processos?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Com certeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas ela não ganhava as liminares com os médicos, ganhava com o tribunal, não é? Ganhava com o tribunal.

Você se lembra dos processos todos em que você trabalhou, dos que vocês ganharam essas liminares? Porque é muita liminar. Era liminar. Essas liminares era o mesmo juiz que dava?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Seus sigilos bancários, telefônicos, fiscal...

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. É que é assim: por exemplo, contra o Estado; ações contra o Estado sempre caíam na mesma Vara, que é a 10ª Vara da Fazenda Pública.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

Então, a senhora era uma advogada que trabalhava no escritório da Dr. Nieli?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ela vai confirmar isso, na hora em que ela vier depor hoje?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Espero que sim, porque é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, porque ela vai vir depor.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Tem que vir, não é? Ela já deveria estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você se lembra do endereço do escritório?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pode...

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Praça Dom Feliciano, nº 78, sala 611.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

Você disse que viu esses médicos pela televisão?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Vi um médico, porque eu nunca tive acesso a esses médicos e nunca os vi lá no escritório. Eu vi um médico pela televisão, e eu sabia que ele conversava com ela, inclusive ela me dizia que ele era cliente dela.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Qual foi o médico?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Dr. Fernando Sanchis.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você disse na sua fala que você tão somente trabalhava e que você chegou lá e já existia esse procedimento.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Que procedimento é esse?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Os processos. Ela já trabalhava com esse tipo de processo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Que tipo de processo?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Processos contra a saúde. Da área da saúde. Contra planos de saúde.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O índice de acertos era grande? Ganhava sempre? Perdia mais do que ganhava?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – No início, sempre; inclusive, quando ela me convidou para trabalhar com ela, ela disse que todas as liminares ela ganhava. E até hoje, pelo que eu tenho acompanhado – porque eu renunciei a todos os processos quando eu saí –, pelo que eu vejo dos processos, ainda há algumas sentenças procedentes. Então, ela sempre conseguia as liminares. De um tempo para cá, foi cessando. Como eu saí de lá em abril de 2014, eu já não sei o que lhe dizer sobre os processos, porque daí eu realmente não acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aham.

Ela é uma advogada competente ou uma advogada bem relacionada?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Acho que os dois.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aham.

Há alguma reincidência? Por exemplo, ela ganhava muitas liminares. O sujeito que tem muitas vitórias no tribunal fica famoso, cresce, não é?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eu acredito que, dentro do tribunal, ela não era conhecida. Eu acredito que ela tinha conhecimento com os médicos, enfim, com essa área; mas, dentro da Justiça, acredito que não.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. Sempre iam para cartórios diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E, mesmo em cartórios diferentes, você se lembra de algum em que há repetição, algum juiz que andou repetindo liminares, o mesmo nome? Quer dizer, por coincidência, não é? Vamos dizer que houve coincidência, que o mesmo juiz assinou duas, três...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo. Certo. E aí?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Então, o mesmo juiz concedia várias liminares, conforme o número dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo. O mesmo juiz concedia, não é?

Deve ser por que ela fazia uma fundamentação muito boa e convencia o juiz, não é?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eu acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

Normalmente, essas liminares eram ela pedindo urgência na cirurgia de alguém?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Era pedindo urgência.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você sabe quais os honorários que ela cobrava numa liminar dessas?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não cobrava honorários. Ela cobrava um valor de entrada, que era referente à consulta, e ela não cobrava. Ela recebia a sucumbência. Alguns ela cobrava. Alguns eram cobrados. Quando era SUS, por exemplo. Aí eram cobrados.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Na sucumbência...

Porque o seguinte: o que nós temos conhecimento é de que esses valores eram valores muito altos nessas próteses e tal. A sucumbência normalmente... Você tem noção de quanto variavam os valores?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Mora.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Oitocentos reais, mil reais. Às vezes, os planos de saúde faziam acordo. O Estado nunca fazia acordo, mas os planos de saúde, às vezes, faziam acordo. Aí eram R\$2 mil os honorários. Não eram grandes, não eram altos.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – São só esses processos da área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você tem conhecimento se, fora dos honorários, ela recebia também, por fora, dos médicos?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Tenho. Ela recebia sim, mas ela me passava que eram honorários dos médicos, porque ela é advogada deles.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo. Você tem noção de quanto eram esses honorários?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não, não tenho, porque eu não tinha acesso a isso. Eu não podia nem abrir os envelopes do escritório.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não podia abrir, né?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Esse médico visitava o escritório de vez em quando?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – É como eu lhe falei, Senador. Eu nunca o vi. Eu só o vi pela TV. Eu nunca vi o médico lá no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O escritório é grande?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. É pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas a doutora vive bem, tem uma vida confortável?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Que eu saiba, sim, vive bem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mora bem?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Assim, mora bem em...

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – O senhor está me perguntando da Drª Nieli?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Que eu saiba, ela tem a casa dela, própria.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Boa?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eu nunca entrei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas você conhece a fachada?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Conheço a fachada sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Bom carro?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Tem. Tem um carro bom.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas dá para pagar com honorário de R\$800,00?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não sei, Senador. Não posso lhe informar isso. As minhas contas eu não consigo pagar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Num processo desse, em que ganhava uma liminar, você recebia quanto como advogada?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eu recebia só no final do processo. Eu recebi 40%. Dez por cento ficavam para o escritório e 40% para mim. Alguns. Outros, quando era acordo... Vamos supor que o acordo fosse R\$3 mil, eu recebia R\$500,00 e ela ficava com o resto, que era o meu salário. Era o que eu tinha para me manter e sustentar a minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo. E como esses clientes chegavam ao escritório? Os clientes que chegavam eram indicados por médicos?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eles eram indicados por médicos e indicados por outros pacientes, clientes, enfim. Só que essa triagem inicial, essa entrevista com o cliente inicial eu não fazia. Quem fazia era a secretária. Eu sei pelo que elas comentavam ali entre si.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É né? Chegava um número grande de indicados, de pacientes...

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ...do Dr. Sanchis para ela?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Na verdade, o foco dela, do escritório é esse.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É só liminar?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Contra plano de saúde.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Tanto que ela é pós-graduada em...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Em liminar.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. Em Direito da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você acha que isso é saúde mesmo?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quem lhe entregava a documentação e instruía para iniciar os laudos médicos, exames, orçamento?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Funcionava assim... Tudo e lá passava para a secretária.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quem é a secretária?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – A secretária...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você sabe o nome dela?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN (*Fora do microfone.*) – Posso fornecer o nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Raquel. Depois, ela saiu e entrou outra secretária.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A Raquel foi secretária muito tempo?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Foi. Antes de eu entrar, ela já estava.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, é a Raquel que recebia isso tudo?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Ela recebia a documentação na entrada. A minha parte... Porque, na verdade, eu chegava lá, abaixava a cabeça e trabalhava. Então, eu que posso falar o que eu fazia, Senador. A Drª Nieli pedia para a secretária montar uns documentos de um determinado cliente e me passar...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, se precisar, eu posso convocar a Raquel, porque a Raquel sabe, né?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim.

A Drª Nieli pedia para a secretária me passar os documentos para eu poder fazer a ação. Então, eu já recebia tudo pronto: procuração, já recebia os laudos. Já vinha tudo dentro de um saco.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Prontinho.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Pronto. Eu só tinha que montar a inicial e, depois, acompanhar o processo. Inclusive, se eu via que estava faltando algum documento – olha, está faltando um orçamento; geralmente eram três orçamentos –, eu pedia para ela ou para a secretária. E elas providenciavam.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo. Como ela ganhava muitas liminares, o texto da liminar estava pronto também? Sempre estava pronto?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Era só trocar a data e assinar, não é?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E havia garantia de que ia ganhar.

Em algum momento você não estranhou, não, como a pessoa ganha tanta liminar assim?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. Depois me fizeram essa pergunta. Não, porque, como ela já fazia isso, quando eu entrei ela já tinha esse sistema de trabalho, então, para mim estava... Era uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você é advogada, e é o seguinte, você sabe o seguinte, eu estou falando para você, você é advogada e eu até tenho uma admiração muito grande, estava dizendo à sua advogada hoje que meu sonho era ser advogado. Fiz vestibular três vezes, não passei em nenhum, entendeu? Mas hoje eu sou convidado para ser orador de turma, paraninfo de formandos em Direito, eles me convidam achando que eu sou. Mas eu só conto no final, porque senão eles tiram meu convite, me de-

volvem, me mandam embora, me tiram do hotel e eu fico na rua. No final eu conto, entendeu? “Vocês convidaram o cara errado. Eu fiz vestibular e não passei. Queria estar com essa roupa preta aí e nunca consegui, e tal.”

Mas, veja, eu acho que para um advogado, por exemplo, que vem ralando há muito tempo é até frustrante ver, porque, para você também que é advogada, é até frustrante, que nem sempre o advogado ganha tanto, não é? O advogado perde muito no tribunal. Está cheio de advogado aí. O cliente, muitas vezes, fica animado. O advogado mostra a ele um memorial desse tamanho assim... Aí o cara fala: “O meu advogado escreveu um memorial que vai arrebentar”. Mas manda um memorial desse tamanho, o juiz nem lê, manda o estagiário passar o olho, e depois derruba, fala que não. Aí o cara fala: “Perdi noite escrevendo, na frente do computador, podia ter saído com os meus meninos, e não saí, fiquei aqui escrevendo...” E o cara... Aí vem uma liminar igual, com o mesmo texto? Cai na mesma Vara e no mesmo juiz...

Você só emite opinião se quiser sobre o que eu vou te perguntar. Você acha que se eu convidasse esse juiz para falar na CPI será que ele colaborava?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Na verdade, numa Vara há dois juízes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não sei. Não sei o que lhe dizer. Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas você via o despacho. Quando não era um era o outro?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eu via o despacho pela internet. Sim. Na verdade, eu não prestava muita atenção no nome de quem dava o despacho, do juiz que despachava.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque o escritório ganhava tanto que você nem dava atenção mais para quem deu e quem não deu.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. É que essa parte, na verdade, de quem dá as liminares não ficava a meu cargo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum. Não ficava. Não. Eu sei que não ficava. Eu só estou dizendo porque você estava no escritório ali, a liminar vinha. Diziam: “Ganhamos” e tal. O pessoal comemorava no escritório, quando chegava?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Senador, assim, olha... O que acontece? Eu estava começando, eu ainda estou começando, e eu entrei num escritório que já trabalhava com isso há bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

Mas me diga uma coisa: você, ainda nessa questão da estranheza, você não estranhou, não? Não estranhou que essas liminares, essas ações, a instrução das ações era sempre dos mesmos médicos e os mesmos hospitais?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. Porque, na verdade, são vários médicos e são vários hospitais. São vários médicos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você se lembra dos hospitais?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Nossa Senhora das Graças...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – João Becker.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – João Becker.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Ernesto Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dornelles.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não me lembro. Acho que tinha Mãe de Deus também...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eles trocaram. Às vezes, os hospitais eram trocados também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Depende de onde tinha... É que, na verdade, eu fazia mais as ações contra o plano de saúde, não é? Contra o Estado eu fiz algumas. Contra o SUS, mais ela fazia. Então, depende de qual hospital era conveniado com o plano da pessoa, do cliente, do paciente...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum. Mas você quantos anos mesmo trabalhou com ela?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Um ano e dois meses, três meses.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nesse ano e dois meses, vocês tinham boa convivência?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Inicialmente sim. Depois, ficou difícil.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ficou difícil por quê?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Por questão de gênio. Ela tinha um jeito, uma personalidade, eu tinha outra, enfim, e comecei a ficar sobrecarregada porque ela passava tudo para eu fazer, os processos, a parte processual. Tudo era comigo, e resolvi sair.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ela tem o gênio forte?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não, não sei se é forte.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, e isso também não tem nada a ver. Você acha que ela não veio por quê?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – De repente, porque tem o gênio forte?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não tive mais contato com ela.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ontem eu estive com o diretor de uma instituição... Não sei se você sabia disso, mas, quando ouvia falar das liminares, quando apareceu toda essa coisa, da denominada máfia das próteses e tal, quando você viu aparecer isso tudo, quando começou a aparecer nos jornais e na televisão, quando você viu que o escritório estava envolvido e que, em seguida, tocaram no seu nome, qual foi sua reação? Você tinha noção, antes, de que era uma máfia?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não, nunca tive. Eu me assustei e fui falar com ela para saber, para esclarecer, para ver se havia alguma coisa, para saber se aquilo era verdade. Eu não sabia, nunca imaginei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E o que ela disse?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Ela disse que também não sabia, que era surpresa, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ficou surpresa?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ela.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Ela, sim. Disse ela que sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum. É o seguinte: ontem, estive com um diretor de uma instituição – na verdade, dois diretores – que congrega hospitais... Você viu televisão ontem? Viu o jornal ontem, o local, aqui?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Perguntei a ele como se dava esse procedimento, e ele disse que, na verdade, o médico demanda o hospital de que via fazer uma cirurgia tal dia no paciente tal e que precisa de tais materiais. O hospital encomenda o material para o distribuidor do material, para que seja entregue no dia da cirurgia. Você é advogada. Compreende-se, então, que ele comprou o material, e esse valor da compra tem que ser ressarcido, ou então, se ele teve o prazo, assim que receber, vai pagar. Porque ao hospital ele tem que pagar o aluguel do centro cirúrgico, todas as despesas de hospital, a equipe do hospital.

E ele disse-me – não sei se soltou porque escapuliu ou porque quis falar mesmo – que, nessas próteses, o hospital ainda bota 15% em cima.

A senhora sabia que muitas dessas próteses saem da fábrica por um valor de R\$4,5 mil e, quando são muito caras, chegam a R\$6 mil, não chegam nem a R\$7 mil? E a doutora lá do seu escritório – como é o nome dela?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN (*Fora do microfone.*) – Niel.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ... entra contra o SUS, instando o Estado? Depois, é liberada essa liminar para que o Estado pague mais de R\$300 mil?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Como lhe falei, essa parte de pedir orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, não, estou lhe dando apenas dando uma informação. Sei que você não sabe nada disso não.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Antes das reportagens, eu não tinha essa dimensão. Como eu lhe falei, eu recebia tudo pronto. Dentro dos saquinhos que eu recebia, havia os três orçamentos, um parecido com o outro, havia os documentos, todos montados. Então, eu não tinha acesso a valores, o quanto era fora dos orçamentos que estavam apresentados para mim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eu só tinha acesso, eu só sabia daquilo que estava olhando ali.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você, em algum momento, desses honorários médicos, honrados honorários... Você falou que o seu eram R\$500,00 quando a ação era boa?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não, não quando a ação era boa; tinha acordo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aí você levava R\$500,00?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Está tudo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – ... documentado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bem. Depois, você pode passar para mim?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você nunca recebeu nenhum oferecimento por fora, de alguém, de algum hospital, de algum médico?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Eu não tinha contato com hospitais, Senador. Eu não tinha contato com hospitais, eu não tinha contato com médicos. Não tinha contato com nada, a não ser com os processos que eu fazia. Todos os contatos eram com ela.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Com a doutora?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Inclusive ela não deixava eu ter contato com os médicos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum hum. Ela não deixava?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quando o Dr. Fernando esteve lá no escritório, a senhora nunca o cumprimentou?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Como eu lhe falei, eu nunca o vi no escritório. Eu só o conhecia pela televisão. Ele nunca foi ao escritório.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas sabia que ele... Ele nunca foi?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. Eu sabia que ele era cliente dela. Eu sabia que ele conversava com ela sobre as cirurgias. Mas ele nunca foi ao escritório. E eu sabia porque ela me repassava *e-mails* que eles trocavam entre si. Às vezes eu pedia algum documento e ela me mandava o e-mail e, embaixo, constavam todos os *e-mails* deles. Mas nunca vi o médico, eu nunca tive, nem por telefone, conversa algum, nunca recebi dinheiro algum, a não ser desses para quem trabalhei, porque eu trabalhava só para me manter mesmo. Nunca recebi nada fora isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Para a gente encerrar, você já tomou conhecimento, sabe que, nesse processo investigativo, o número de vítimas é muito grande. Muito grande. E por que elas se acham vítimas? Não é porque... Eu sou vítima também. O povo todo do Rio Grande do Sul é vítima. Todo mundo aqui é. Porque, quando se sangra os cofres públicos, tira-se de todo mundo que paga imposto. Quando se tiram R\$300 mil do SUS, de uma Secretaria de Saúde... Ontem eu estava vendo televisão, vendo o novo Governador tentando fazer ações propositivas na saúde, tão cambaleantes, com tanta gente precisando. E, por uma ação coordenada – isso é o que diz a investigação –, as pessoas vão lá e arrancam na dura R\$300 mil, R\$400 mil, que, depois, viram iate, viram avião, enquanto as pessoas estão morrendo e sofrendo.

As pessoas são vítimas não porque estão reclamando disso – e reclamam também –, mas elas são vítimas porque entraram com um problema, foram induzidas à tal prótese, e ficaram pior do que quando entraram. Ao ouvir e ver essas vítimas e saber que você, em depoimento aqui a mim, diz que estava fazendo um trabalho normal, sem saber o que estava lá do outro lado da ponta, mas como cidadã, mãe e ser humano, como você se sente sabendo que essas pessoas, hoje, se sentem vítimas e lesadas? Porque, além desse sangramento, alguns tiveram o sangramento de famílias que podiam um pouco mais, eles pioraram o seu estado de saúde.

Ocorre-lhe algum sentimento?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim. Depois de ver toda essa reportagem, sim. Mas é como eu lhe falei, Senador, eu precisava trabalhar. Eu seguia ordens. Eu não sabia da dimensão. Eu não sabia... Como eu estava ali trabalhando num lugar que já trabalhava com isso, eu não sabia o que estava acontecendo. Eu não tinha essa noção.

Como ela já fazia isso, o escritório já fazia isso, já trabalhava com isso, eu entendia, pela inicial dela, pela legislação juntada, que não tinha... Que por trás desses processos tinha todos esses envolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bem, Drª Letícia. Hoje, você advoga onde?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Hoje, eu tenho um escritório na zona sul de Porto Alegre, que não tem nada a ver com esses processos, porque os clientes eram todos dela; eu não levei nenhum processo desses comigo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A sua advocacia é advocacia de quê, de família, criminal?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – De família, trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você advogaria a causa de uma dessas vítimas que lhe procurasse?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Como assim? Não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Se uma dessas vítimas, dessa chamada máfia, no processo investigatório, a procurasse, você teria coragem de advogar?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Advogar em que sentido? Contra o Estado?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não. Advogar, porque há muitas dessas vítimas, contratando advogado, indo atrás de advogado e algumas, como não podem, indo atrás de Defensoria Pública, né? Porque as pessoas acham que foram lesadas no seu direito e querem ter um advogado.

O que estou perguntando é o seguinte: a senhora que, com o seu depoimento aqui, diz – e de boa-fé estou ouvindo e acreditando – que tão somente trabalhava lá e, como foi colocado aqui, mais nada que isso, se uma dessas pessoas, que, hoje, está no grupo das vítimas, um cidadão comum, simples, do povo, que é vítima desse processo, fosse lá, em busca dos seus trabalhos, porque decidiu processar quem o operou. A senhora advogaria?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Não. Porque não é a minha área. Eu não advogaria.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A sua área é qual?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Trabalhista. Como falei, de família. Eu estava lá, trabalhando, usando aqueles processos para trabalhar. É a área do escritório. Eu saí para atuar na minha área, que é outra, que eu gosto, que é a área trabalhista, a área de família.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bem, doutora.

Muito obrigado pelo seu depoimento.

A senhora coloca à disposição seus sigilos?

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Embora esteja gravado, embora estejamos gravando tudo, eu gostaria que a assessoria me ajudasse, apesar de o meu Relator estar ali me ajudando, mas eu gostaria de todos os seus dados para que possamos tomar aqui...

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tomara que ao final de tudo isso a senhora tenha êxito e se saia bem, tá bom?!

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Terei. Sairei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado.

A SRª LETÍCIA PINTO LAUXEN – Obrigada. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quero registrar a presença do Deputado Jardel. Saiu? O goleador Jardel. Não é uma pessoa por quem nutro qualquer tipo de simpatia, porque jogou no Vasco e fez muita raiva ao meu Flamengo em alguns momentos. Então, embora o admire, tenho algumas reservas, mas é um prazer tê-lo aqui, Jardel.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Acompanhei a sua carreira vitoriosa. Parou muito cedo. Tinha muito gol para fazer ainda, mas espero que, no exercício do seu mandato de Deputado, cumpra tão bem o seu papel quanto cumpriu dentro da área. Fez muita raiva ao pessoal do Internacional aqui, não é? Acho que você não arrumou um voto com eles aqui, não é? Acho que, com o pessoal do Grêmio é que você...

Passo a palavra ao Deputado, para ele dar esse depoimento, e vermos se o indicamos ou não.

O SR. MÁRIO JARDEL – Bom dia a todos!

É um prazer enorme conhecer um amigo de um grande amigo meu, o Eduardo Girão, um grande defensor do aborto.

Hoje estou tendo a oportunidade de participar de uma defesa do País. Vou ter de me defender. No futebol, acho que peguei alguns votos sim. *(Risos.)*

Mas acho que o mais importante é estarmos honrando o que fazemos. Espero, nesta nova atividade, que eu possa honrar também na política.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É o que o povo do Rio Grande espera.

O SR. MÁRIO JARDEL – Amém.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas, no dia em que houver uma pelada de veterano aí, você joga pelo Internacional.

O SR. MÁRIO JARDEL – Eu sou internacional! Conhecido internacionalmente! Trabalho pelo Rio Grande e sempre vou trabalhar daqui pra frente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas qualquer desculpa que você der não justifica os gols que você fez contra o Internacional, nem contra o Flamengo.

O SR. MÁRIO JARDEL – Já passou. Já passou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quero pedir a assessoria que, pelo amor de Deus, providencie o almoço, porque hoje não vai dar para parar, nós vamos seguir direto.

Convido e peço à assessoria que faça entrar o Dr. Fernando Sanchis.

O Eduardo Girão, de que fala o Deputado Jardel, é um dos grandes líderes do movimento Pró-Vida, no Brasil, de que faço parte, de combate ao aborto. Lutamos incessantemente para que o Brasil não cometa o erro dos Estados Unidos de legalizar o aborto nesta Pátria.

Aliás, tenho afirmado, e não me canso disso, que quem defende aborto não tem moral para falar de direitos humanos, porque a vida começa com a vida; a vida é a concepção. E falar em aborto é ter coragem de fazer um acinte contra a natureza de Deus.

Por isso, o nosso companheiro, amigo em comum, Eduardo Girão, é uma dessas figuras impolutas e importantes na luta de combate à vida. É muito importante que, como Parlamentar, encampe e tome as dores daqueles que não têm advogado, daqueles que não têm quem advogue pelas suas causas. Uma criança, no útero, hoje, é muito pior do que Fernandinho Beira-Mar, porque ele tem 22 advogados, ou seja, alguém advoga por ele. Mas pela causa dessas crianças, só há um inocente respirando ali e pedindo licença para passar – aliás, é tão interessante o discurso desses “abortistas”, porque, se a mãe deles tivesse decidido abortar, eles não estariam em pé, fazendo aqui um discurso tão desconexo, tão desencontrado com a vida.

Convido o Dr. Fernando. (*Pausa.*)

Dr. Fernando Gritsch Sanchis, concedo ao senhor o tempo que for conveniente, até porque penso que – entrevista e qualquer outro tipo – o ideal para qualquer pessoa era não estar aqui. Mas, em estando aqui, o senhor tem oportunidade, uma vez que você tem microfone e câmara a sua frente, e a sua verdade é você quem conhece. A sua verdade é a sua verdade.

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – Num primeiro momento, muito obrigado, Exmº Senador, pela oportunidade. Só para deixar bem claro – esse microfone está funcionando? – que eu tomei conhecimento de que deveria estar aqui hoje pela televisão, ontem. Em nenhum momento, fui informado ou comunicado. Não recebi nenhuma comunicação oficial. Estou aqui, porque, às oito horas da noite, ligaram-me, dizendo: “Olha, Fernando, estão dizendo que vão à tua casa te prender, se tu não aparecer”. Disse: “Ué! Então, vamos à CPI!” Certo? Então, estou por vontade própria aqui também.

Tendo em vista que existe já uma investigação em curso desde janeiro, na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, e já existem duas ou três CPIs instaladas, ou sendo instaladas, a respeito desse tema, e que até agora, a gente não teve, nem eu nem meus advogados, nenhum acesso a nenhum documento, embora tenhamos solicitado por dezenas de vezes nesse período, ao inquérito, ao objeto do inquérito da investigação, por orientação dos meus advogados, vou preferir permanecer em silêncio neste primeiro momento, até que consigamos ver a profundidade de toda essa situação, para, inclusive poder elaborar respostas adequadas ao que vocês precisam.

Então, neste primeiro momento, eu gostaria de usar do meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

Então, vou dar a palavra ao senhor, até porque esta CPI, como qualquer outra, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito com poder investigativo, mas de denúncias que não foram produzidas por nós. A CPI tão somente investiga denúncias existentes num processo investigatório, e já existe uma investigação, um inquérito em curso. Para tanto, penso que – queria pedir um pouco de silêncio aqui – o doutor nunca teve uma oportunidade de se manifestar publicamente – não sei se já teve numa emissora ou qualquer lugar –, mas nunca num fórum como este, que forma juízo sobre o indivíduo.

Agora, estamos aqui. O ideal é não estar do outro lado da cadeira. Costumo dizer que, seja qual for a situação do indivíduo, quem está do lado de cá, está em desvantagem. Eu estou do lado de cá também, mas estou em vantagem, porque sou o inquiridor. Penso, então, que, neste momento, já que aqui estamos, os microfones estão abertos, o senhor use o tempo necessário, e, em seguida, depois da sua fala, pretendo lhe fazer algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Discuti um procedimento com o seu advogado. Disse a ele que lhe trataria com respeito, como faço com todo mundo, mas o fato de o senhor não querer responder não precisa o senhor ser grosso comigo.

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – O senhor me perdoe. Não foi a minha intenção.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está certo. A Constituição lhe dá esse direito de o senhor de ficar calado. Dizia ao seu advogado ali dentro, porque conversamos longamente, que a Constituição dá ao réu o direito de ficar calado, mas não tira o meu de falar.

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, eu me preparei, sem dúvida. Mas eu quero saber da sua origem, se puder falar isso: família, onde nasceu, quanto tempo tem de formado.

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – Eu gostaria de continuar usando do direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor acha que dizer a cidade onde nasceu o compromete?

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – Acho que isso é tão fácil de descobrir também, né? Então,...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, o senhor não precisa ser grosso comigo, porque estou sendo educado com você.

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – Desculpe. Não foi essa a intenção. De maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Até porque eu nunca o acusei de nada. Quero é esclarecer a verdade. Quem sabe o meu esclarecimento o ajude a sair desse rolo.

Então, a minha pergunta é porque acho que estou aqui inquirindo um ser humano. Não há nenhuma necessidade tripudiar em cima do senhor. É por isso que estou perguntando sobre a sua origem, quando se formou, onde estudou, se tem mais irmãos, se tem pai vivo, se tem mãe viva. Eu, pelo menos, não tenho mãe viva; não tenho pai vivo. Minha mãe morreu com 57 anos de idade. Perdi a maior preciosidade da minha vida no melhor da vida dela. Acho que essas coisas são muito importantes.

Por que a minha pergunta nesse sentido? Porque, hoje, quem ouve falar do senhor só ouve falar do médico que enriqueceu com a desgraça dos outros. Essa pecha o senhor tomou na testa. Entendeu ou não? Quer dizer, as pessoas não o conhecem, não conhecem a sua origem, não sabem se você ficou noites sem dormir estudando, para chegar onde chegou, se fez residência com dificuldade para chegar até aqui. Então, ninguém sabe. Se essas coisas preliminares o comprometem, o senhor tem o direito de ficar calado. Mas, isso compromete o senhor?

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – Vou seguir usando o meu direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor tem quantos filhos?

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – Vou permanecer usando o meu direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor não precisa repetir. Deixe eu ir perguntando, tá bom?

O SR. FERNANDO GRITSCH SANCHIS – O.k..

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor só fica calado, até porque, nesses casos, a lógica de mãe é que vale. Minha mãe era analfabeta profissional, viu doutor? Mas a lógica de mãe tem uma verdade muito séria. A lógica da mãe é a lógica da mãe de todo mundo, não é? É a lógica que está na rua, de que quem cala consente. Então, não vou fazer nenhuma pergunta que não seja verdadeira. Só vou fazer perguntas verdadeiras, porque vai soar para mim como consentimento, não é?

Fico com muito medo quando um cara diz: “Prefiro falar em juízo”. Fico perguntando-me por quê. Falar em juízo é mais fácil? Depois resolver com o juiz? Se eu fosse juiz e ficaria ofendido com essa frase: falar em juízo. Por quê? Lá, facilita? Por que o senhor prefere falar para o juiz e não para mim? Facilita? Se eu fosse juiz, tomaria isso como uma ofensa tão grande! Iria dar entrevista todo dia para falar desse negócio!

Dr. Fernando, há uma acusação contra o senhor, médico, jovem – o senhor está meio gordinho, mas acho que o senhor não passa de 42 anos, de novo que você é. Eu não vi nada em sua ficha não, mas eu acho que você tem uns 42 anos. É novo. Quarenta e dois, doutor? Errei? Ou 43? Hein? Porque eu já passei dos 50, mas tem gente que diz que eu tenho 38. Então, é jovem. É muito jovem.

Há uma investigação em curso no Brasil, chamada – esse crime está no Brasil todo, máfia das próteses. Mas a chamada máfia das próteses, que não é privilégio de vocês, do Rio Grande do Sul, essa máfia está em todo lugar. É possível que ela nem exista aqui. E o senhor tinha a oportunidade de falar que não existe, que não é isso, que o senhor não participou disso e tal. É possível que aqui isso nem exista, que seja só uma ilação. Mas, a máfia da prótese, se ela existe no Rio Grande do Sul, e isso, para nós, é emblemático, porque começamos aqui, porque aqui ela veio à tona, aqui foi a ponta do *iceberg*. Nos outros Estados têm, no meu Estado tem, aqui tem, todos os lugares têm, mas essa coisa carimbou o senhor.

Aí, a minha preocupação, porque o senhor é jovem ainda. Coisa dura é a gente ser acusado do que não fez. Coisa dura é você ser atacado pelo que não fez. Ou que algumas coisas aconteceram, mas você tinha boa intenção, e não era essa a intenção, e as coisas ficam nebulosas.

Acho que o caminho da investigação é tão longo, e o caminho do Judiciário é tão longo... Por que vale o bom nome? Salomão escreveu, em Provérbios, que “nada vale mais que o bom nome”. E imagino que, com esse processo todo, com essa investigação que está em curso ainda – há um inquérito em curso –, e você já ter alguns direitos seus cerceados pela Justiça do seu Estado, o prejuízo do bom nome você já tem. E eu estou te dando a oportunidade de usar o microfone e falar, porque você sabe o que o incrimina e o que não o incrimina.

Você não precisa falar o que o incrimina, mas aquilo que não o incrimina... Você sabe do que não o incrimina. E o que não o incrimina?

O sujeito diz: "Não; eu vou me valer do meu direito, por orientação do meu advogado". Está certo! Você o contratou para defendê-lo. E ele diz: "Fica calado para não falar nada que te comprometa". Sim; o que o que compromete, mas e o que não o compromete?

"Não; eu não vou falar nada porque eu não conheço os autos do processo". Mas, para você dizer que tem um, dois ou três filhos, você precisa ler os autos do processo? Isso não está nos autos do processo. Onde é que isso o compromete?

Eu, que vou a fundo, desde já lhe faço uma pergunta para, em seguida falar: o senhor colocaria à disposição desta CPI todos os seus sigilos?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pode.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Vou seguir mantendo a minha postura de...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu pensei que você ia responder mesmo. Mas você não respondeu...Você...

Quando for essa frase aí, você não precisa dizer mais nada, porque eu já estou sabendo qual a sua posição. Eu até pensei: "Agora vem..." Mas está bem!

Só para sua informação: se você não me der, eu vou quebrar. E, num segundo momento, eu vou reconvocar você, vou levá-lo a Brasília e, aí, com esses sigilos quebrados, você não vai poder me dizer o que está na minha mão – o que eu tenho e o que não tenho. *(Pausa.)*

O senhor sabe, hoje, quantas pessoas existem... Quantas são as vítimas?

O senhor tem noção do número de pessoas que o acusam? *(Pausa.)*

Qual a sua relação com as empresas fornecedoras de próteses? *(Pausa.)*

O senhor usa algum cartão corporativo? *(Pausa.)*

Qual o cartão corporativo que o senhor usa? De que empresa?

Que a sua esposa usa? *(Pausa.)*

O senhor tomou conhecimento de que o juiz ontem negou a quebra do sigilo das empresas? *(Pausa.)*

Mas eu quero informar ao juiz que o senhor proibiu... Proibir a quebra de um sigilo de um processo investigatório, doutor, é mandar parar a investigação. E por que parar a investigação?

Mas eu advirto que eu vou quebrar. A CPI vai abrir o sigilo, e, abrindo o sigilo dessas empresas, eu vou achar o senhor? *(Pausa.)*

Eu vou encontrá-lo? *(Pausa.)*

Se eu disser alguns números aqui, o senhor é capaz de confirmar? *(Pausa.)*

O senhor é capaz de confirmar? *(Pausa.)*

Se eu falar números aqui, e nome das empresas... E com elas eu quero tratar, porque eles vão vir também.

De quais dessas empresas o senhor recebeu dinheiro na sua conta pessoal? *(Pausa.)*

Se eu lhe der números, o senhor é capaz de identificar? *(Pausa.)*

O senhor precisa saber que eu sei mais do que o senhor achou que eu sabia.

E, para dizer ao senhor... E o senhor quer ficar calado; eu lhe perguntei quantos filhos o senhor tem...

O senhor sabe que há uma centena de pessoas aí que o acusam? São as vítimas e elas estão corretas!

O senhor pode me informar como foi a transação do seu avião? *(Pausa.)*

Como é que se mantém um patrimônio cobrando R\$30,00 a consulta?

E o senhor opera um milagre também, porque vai à cidade com avião particular... Eu acho que R\$30,00 é o que custa o litro de gasolina de avião. *(Pausa.)*

O senhor tem a oportunidade de falar. *(Pausa.)*

Qual a sua relação com a Drª Nieli de Campos Severo? *(Pausa.)*

Ela é uma advogada vitoriosa, que ganhou muitas liminares para os clientes que eram enviados pelo senhor.

Como era a forma de pagamento dela? *(Pausa.)*

O senhor conheceu Letícia Pinto? *(Pausa.)*

Deixe-me lhe explicar uma coisa: quando o senhor começou falando, o senhor disse que não foi informado de que iria depor. Primeiro, o senhor vem acompanhando a CPI com a sua assessoria atentamente, porque bobo o senhor não é nem criança, Então, todo dia o senhor é informado do que acontece em Brasília, se a CPI se reuniu, se vai vir, se não vai vir, quem convocou, quem não convocou... O senhor sabe de tudo.

A CPI tem uma assessoria muito séria, doutor, que trabalha seriamente. E nós lhe mandamos *e-mail* sim! O fato da negativa aqui, já que o senhor não quer falar e não vai falar, para mim também não tem nenhum problema, porque quem tem que investigar sou eu. E eu não vou conviver com a ilusão de que alguém vai se

sentar aqui e dizer: “Não; eu fiz; fui eu mesmo; eu pratiquei isso; a gente tinha um grupo de médicos, advogados e, realmente, a gente ganhou muito dinheiro do SUS, a gente ganhou muito dinheiro do plano de saúde”. Eu não tenho a ilusão de nada disso, doutor. Eu só tinha a ilusão de que o senhor fosse falar e se defender, dizendo: “Olha, há muita ilusão nisso; se algum erro aconteceu, eu me penitencio, mas há muito erro, estão me acusando de coisas que não fiz”. Essa ilusão eu tinha, mas já vi que era ilusão.

O senhor foi, sim... O senhor disse-se que veio de livre e espontânea vontade. Eu expliquei para o seu advogado, conversei com seu advogado antes. O senhor só veio porque eu disse que ia lhe buscar. Se eu dissesse que iria lhe buscar... Porque no dia em que o presidente do tribunal ou o juiz convocá-lo, o senhor vai ter que ir. No dia em que o delegado te convocar, o senhor vai ter que ir. E aqui não é diferente, aqui não é diferente.

O senhor seria capaz, em sua defesa, porque o senhor deve se julgar inocente, e quem sou eu... Saberei no final da investigação. Não estou aqui... Não sei nem sei qual será o relatório do Relator. É a seu respeito, vamos julgar por aquilo que teremos. Mas, se reconvocado, o senhor e os donos das empresas, para uma acareação, se eles negassem o *modus operandi* com que operaram com o senhor, o senhor seria capaz de desmenti-los? O senhor acha...

Estamos diante de uma investigação muito grande hoje, no Brasil, que é a da Petrobras. É muito ruim o que estamos vendo, mas é um processo de depuração, expurgando. O senhor é médico, sabe que o tumor só sara se você espremer-lo. Dói. Fede, porque pus fede, mas cura, sara. Mas se não espremer e tirar o carnegão, aquilo que fica dentro, não vai sarar nunca. Então, acerca desse pus que está derramando na Petrobras, os caras estão indo lá e dizendo: “Olha, eu cometi o erro mesmo; quero dizer que errei, confesso que errei”. E aqueles resistentes, que estão sendo colocados frente a frente, acareados, com os outros, se valem desse recurso de que o senhor está se valendo – é constitucional, o senhor está no seu direito, plenamente respeitado, o senhor pode passar a tarde inteira calado, sem problema algum –, mas, sabem que, na frente daquele que resolveu assumir a verdade em benefício da sua própria vida e da sua família, ficam sem pau para medir.

Imagine o senhor que um fornecedor de próteses desses, um outro médico ligado ao senhor ou alguém que está dentro desse bojo, em que ninguém tem a conclusão, é um processo investigativo, cujo final se deseja chagar, imagine um indivíduo desses, acareado com o senhor, frente a frente com o senhor, resolva te desmentir e dizer o *modus operandi* com que vocês agiam.

O senhor tem noção dos valores dessas próteses?

Do sangramento que isso implicava ao SUS?

E de como, se é que existe a máfia das próteses, denominada assim no processo investigatório, vocês conseguiam ajoelhar os planos de saúde com uma liminar que era imposta por um juiz? Qual é a sua relação com esses juízes que lhe forneciam tamanho número de liminares? (Pausa.)

Se o senhor é inocente nesse processo, não lhe causa estranheza o fato de ver tantas liminares dadas e aprovadas e raramente uma negada? Por que a minha pergunta? Porque o senhor é um homem doutor. Porque eram vocês que faziam as cirurgias. Vocês indicavam o paciente e indicavam o advogado. (Pausa.)

Como funcionava esse organograma? Principalmente, do princípio até o meio, que era a captação, ou seja, a isca para cooptar o indivíduo, para, depois, induzi-lo à cirurgia? (Pausa.)

As pessoas são atraídas por uma consulta muito barata, de R\$30. E alguém que dispõe de um patrimônio, tem avião, como viaja tantos quilômetros para dar plantão sendo que não tem necessidade desse dinheiro? É filantropia? Ou é para poder captar futuros operandos? É o *modus operandi* para o futuro operando, aquele que será operado. (Pausa.)

Os plantões do senhor eram por filantropia? Porque é muito pouco para quem tem o seu patrimônio. (Pausa.)

O senhor, quando põe a cabeça no travesseiro, não sente temor, tremor, quando olha para os seus filhos, para sua família e sabe que tem tanta gente lesada, de cirurgia malfeita, de próteses que não são de fato aquela proposta na operação e que sangrou o SUS em R\$300 mil, R\$350 mil? (Pausa.)

Olhar esse patrimônio que o senhor tem hoje, tipo assombroso, em nome da desgraça de pessoas simples, não lhe causa nenhum temor? (Pausa.)

Vou lhe falar uma coisa, doutor: estou lhe inquirindo aqui com muita responsabilidade, porque eu não estou lhe perguntando nada de que eu não tenha conhecimento. Se o senhor achou, em algum momento, que eu sou inocente, que eu não tinha conhecimento... Eu vim lhe fazer perguntas plausíveis, dentro desse processo que se segue. E avisei ao seu advogado que o senhor tem seu direito de ficar calado, mas eu vou perguntar, perguntar e perguntar, e falar, e perguntar e perguntar. Mas já comunico ao senhor e a ele que eu vou levá-lo a Brasília, num segundo momento, no Senado, porque eu preciso colocar junto com os donos das empresas para que a gente possa revelar uma verdade dentro desse processo.

Eu sempre desejo bom êxito para que está depondo, mas eu não sei se o senhor terá.

Penso que o Brasil vive um processo depurativo absolutamente importante e o Poder Judiciário não se furtará, do Rio Grande do Sul, a responder em favor de centenas de vítimas, de inocentes lesados nesse processo avassalador que envolve milhões em que o senhor tem o carimbo número 1.

De qualquer maneira, a mim chama a atenção a sua mente brilhante, a sua capacidade de envolvimento, a sua capacidade de criar essa rede. Ontem eu estava vendo uns *folders* do senhor. O senhor é um homem de mídia, é um homem midiático, de publicitações, de publicidades, um *folder* muito benfeito, em que o senhor propõe uma técnica nova, uma técnica nova de curar a coluna, de deixar o sujeito bem.

O senhor estudou onde? *(Pausa.)*

A faculdade inicial de medicina foi onde? *(Pausa.)*

O senhor fez doutorado? *(Pausa.)*

Onde? *(Pausa.)*

Essa técnica nova foi o senhor mesmo que inventou? *(Pausa.)*

Ou é de onde? *(Pausa.)*

Todas as vítimas dizem que entraram com um sofrimento e saíram com um sofrimento e meio. O senhor, como médico especialista, com uma nova técnica... Isso aprova ou reprova a sua técnica? *(Pausa.)*

O senhor já tem noção do que pensa o Conselho Nacional de Medicina a respeito das acusações que lhe faz? *(Pausa.)*

Na próxima semana, nós vamos ouvir o Conselho de Medicina, e eu gostaria de saber o que eles pensam a seu respeito. O senhor já tem noção disso? *(Pausa.)*

O senhor tem medo de perder o seu registro? *(Pausa.)*

Se o senhor perder o seu registro, o senhor vai ficar triste? *(Pausa.)*

O senhor faz medicina por vocação? *(Pausa.)*

Ou medicina para o senhor é um negócio? *(Pausa.)*

De tudo o que eu coloquei aqui, das perguntas que eu lhe fiz, o senhor assinaria alguma dizendo que eu menti? *(Pausa.)*

Onde eu errei? *(Pausa.)*

O senhor acha que essa investigação está correta? *(Pausa.)*

A da Polícia Civil está correta? *(Pausa.)*

O senhor acha que a decisão da juíza de cercear alguns de seus direitos, que o senhor tem direito de circular na grande Porto Alegre, de tomar o seu passaporte... O senhor tem também visto espanhol. O senhor é espanhol? *(Pausa.)*

O senhor é de origem espanhola? *(Pausa.)*

De pai ou de mãe? *(Pausa.)*

A juíza cometeu erros? Ela errou ao tirar os seus direitos? *(Pausa.)*

Mesmo com seus direitos cerceados, o senhor continua procurado para fazer cirurgia? *(Pausa.)*

O senhor tem feito cirurgia? *(Pausa.)*

O seu conceito caiu ou as pessoas continuam procurando o senhor? *(Pausa.)*

O senhor quer mais água?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ponha mais água para ele.

Quer café?

Ponha mais água para ele aí.

Se você quiser ir ao banheiro também, você pode.

Se, ao cabo desta investigação, houver uma sentença condenatória em relação ao senhor e houver a devolução dos seus bens ao patrimônio público do Rio Grande do Sul, à saúde, o Judiciário estará fazendo uma maldade contra os seus anos de trabalho, o seu dinheiro suado, ou estaria fazendo justiça? *(Pausa.)*

O senhor tem mais um irmão médico, não é? *(Pausa.)*

Esse seu irmão tem a mesma especialização que o senhor? *(Pausa.)*

Os pacientes do seu irmão também são levados aos mesmos advogados? *(Pausa.)*

São quantos advogados que compõem a equipe do senhor? *(Pausa.)*

Ontem, ouvi o diretor de uma instituição aqui, e ele acabou me dizendo o seguinte: que a prática... Eu perguntei como se davam esses valores. Sei que, quanto aos valores, há uma liminar que vocês entram, pedindo, e dizem que é muito caro e tal, que é importado, obriga-se a colocar importado, o fio é importado, o parafuso é importado. Mas o senhor sabia que há gente lesada, há vítima aí que já foi examinada, e que há parafuso enferrujando? *(Pausa.)*

Deixa eu te falar uma coisa, isso é o que eu ouvi, porque parafuso só enferruja se for comprado em ferro-velho. Então, como é coisa importada, pode ser conversa de quem está revoltada; não estou levando isso em consideração, estou dizendo sobre o que eu ouvi.

Com o diretor, ontem, perguntei a ele: “Como o senhor acha que se dá essa divisão de valores, já que o senhor lida com hospitais, e a instituição de vocês congrega hospitais?” E ele me disse o seguinte... Eu sou leigo, viu, Dr. Fernando, nessa questão de próteses de médico – eu sou leigo! E eu pedi a ele para me explicar. E eu perguntei: “O hospital vende prótese?” E ele disse: “Não. O médico só avisa ao hospital que vai operar tal tipo de paciente e diz o que ele precisa.” É assim mesmo? *(Pausa.)*

O médico diz o que ele precisa. O hospital providencia tudo, e, no dia da cirurgia, está tudo lá. O hospital que pede para o distribuidor, e o distribuidor, então, entrega. Mas eu disse: “Como que é feito isso?” “O hospital compra?” O hospital pede, e já está incluído o que eles devem pagar para o hospital, o valor referente ao que cabe ao hospital, ponto! Quanto ao centro cirúrgico, para receber, existe uma tabela. E ele falou o nome ontem, não sei se o senhor pode me ajudar. Há uma tabela em que se incluem materiais pequenos, como luva, seringa. Depois, é preciso ressarcir esse dinheiro ao hospital, além do valor referente ao centro cirúrgico, quanto à linha, sei lá, essas coisas pequenas. E, como havia muita dificuldade, por exemplo, de colocar isso junto com uma prótese, que custa R\$300 mil, criou-se, então, uma nova nomenclatura chamada órtese e prótese. Diz ele que foi um nome bonito que se criou para poder incluir, porque não colava colocar dentro da mesma tabela, juntamente com luva, com seringa e tal – beleza. E eu disse: “Mas, então, o hospital compra e recebe o que pagou, ou recebe e paga? E, desse valor absurdo dessa prótese...”

O senhor está me ouvindo? *(Pausa.)*

“E, desse valor absurdo dessa prótese, o que o hospital ganha?” Ele falou assim: “Não, é praxe o hospital colocar mais 15% em cima.” Aquilo me assustou. Quer dizer que o hospital ganha mais 15%, põe mais 15% em cima daquilo que ele já pediu, recebe o dinheiro para pagar, e, nessa nova nomenclatura de órteses e próteses, você põe, junto com luvas, a prótese; junto com seringa, a prótese, e paga, para, suponhamos, se custou...

Isso, porque essas próteses – não é, doutor? – existem por, no mínimo, R\$4,5 mil e chegam até a R\$7 mil. Mas isso, depois, vira R\$300, vira R\$350, vira muito dinheiro.

Então, sobre o valor dessas próteses, o hospital bota mais 15%. E pergunto ao senhor: o senhor tinha conhecimento dessa informação? *(Pausa.)*

Fora esses 15% que os hospitais colocam sobre o valor das próteses... E é preciso, realmente, que se tomem providências; é preciso que o Secretário de Saúde, é preciso que o Governador cheque isso, a Assembleia Legislativa, que tem o poder e que tem a obrigação, cheque isso, esses 15%. O senhor, no seu caso, com a sua equipe, quanto à divisão desse dinheiro, porque é muito dinheiro para uma prótese, ainda dava mais algum ao hospital, a despeito de o hospital já colocar mais 15%? *(Pausa.)*

O que o senhor sabe sobre prótese em cirurgia de coração ou o senhor não a conhece, porque só é ortopedista? *(Pausa.)*

O senhor ouviu falar de casos de pessoas que sofreram cirurgia no coração, para colocar um *stent* – é esse o nome, não é? – sem haver necessidade, só para o médico receber R\$40 mil de oferta de coração bondoso, generoso e por obra e graça dos distribuidores do laboratório? Isso, porque eles são bondosos, R\$40 mil! O senhor já ouviu falar de casos de pessoas que foram operadas para colocar um *stent*, sem haver necessidade; teve o peito cerrado, porque o médico precisava ganhar esses R\$40 mil? *(Pausa.)*

Há algum casos desses aqui de que o senhor já tenha ouvido falar? *(Pausa.)*

Doutor, eu lhe dei a oportunidade de o senhor falar. O senhor veio para o fórum competente, para o lugar competente, em que o senhor teve todas as oportunidades de falar, de se defender, mas o senhor deve ter as suas estratégias, é claro que tem! Tem um advogado jovem e inteligente que sabe o que está fazendo, ao lhe conduzir, ao lhe orientar.

Eu somente já falei o que penso sobre a Constituição. E penso que nem é de bom-tom e não lhe ajuda esse tempo em que o senhor ficou calado, porque o fato de o senhor calar-se não cessa a investigação. E sigilo quebrado revela muita coisa, doutor.

E penso que falar iria ajudá-lo, até porque esse processo investigatório não vai acabar amanhã, nem depois de amanhã. Ele vai longe – ele vai longe!

Estão instalando uma CPI na Assembleia, agora, que vai começar do zero, vai ouvir o senhor de novo – de novo! E eu disse que vou querer estar com o senhor novamente em Brasília. E estou falando da CPI do Senado, porque, na Câmara, há uma também, e não sei se eles vão vir ouvir o senhor aqui, ou se o senhor vai ter que ir para a Câmara dos Deputados.

Então, o senhor tem um caminho longo. E penso que o senhor poderia ter falado, mas é seu direito. É seu direito, não é?

E volto a dizer: é um direito absolutamente equivocado da Constituição, porque, se o senhor ficar calado e, se quiser falar, pode mentir, e uma pobre testemunha, se mentir, o juiz manda algemá-la. É completamente desconexo. Mas o senhor tem um caminho longo para andar.

Juridicamente, o seu advogado está aí preparado, e vai orientá-lo. E ele sabe que o caminho do senhor não é curto. Eu lhe dei todas as oportunidades e digo ao senhor que tudo sobre o senhor – tudo sobre o senhor! –, informações, nós temos. Não joguei uma palavra ao vento.

Agradeço ao seu advogado, Dr... Qual é o seu nome, Dr.? Esqueci. (Pausa.)

Diego. Tem cara de Diego mesmo. Diego. Agradeço ao Diego. Agradeço até a gentileza dele na nossa conversa, no nosso bate-papo ali dentro. O Dr. Diego sabe que ele é operador do Direito, esta de um lado, cumprindo o seu papel, e eu cumprindo o meu.

E eu vou encerrar, Dr. Diego, vou encerrar, Dr. Sanchis. Só quero fazer uma pergunta ao senhor, para encerrar. Você não vai me responder, mas acho que não te compromete não, mas o senhor pode também não responder. Já está calado, calado uma vez, calado para sempre, não é? Fique quieto aí, não é? Não precisa tentar responder. Só se quiser mesmo. Se cismar que vai responder, responda. Se o Diego autorizar. Esta é a única hora em que o mais novo manda no mais velho, não é, Diego?

Então, esse Deputado será o Presidente da CPI local. O senhor o conhece? (Pausa.)

Reconhece? (Pausa.)

Não? Não o reconhece? (Pausa.)

Pois é. A mãe dele procurou o senhor, e o senhor fez o mesmo procedimento com ela. A mãe dele é vítima sua. O senhor mandou chamar a família porque o plano de saúde dela não cobria. Ele é que foi, por isso é que eu perguntei se o senhor o conhece. E ela tinha Golden Cross, mas o senhor falou que ajeitava tudo, que o seu advogado ajeitava tudo, e ajeitou. Obrigou a Golden Cross a pagar R\$70 mil naquela época. E uma informação para a sua medicina: ela está pior. Mas ele, como tem a mãe que é vítima, tem um bom mote para começar a CPI dele.

Dr. Diego, obrigado pela sua presença.

Dr. Fernando, obrigado também por ter vindo.

Estamos cumprindo o nosso papel. É o meu papel, e por mais respeito que eu tenha ao senhor e ao seu advogado como ser humano, não estou aqui para lhe sentenciar, longe de mim, até porque jamais faria uma bobagem dessa, para não criar ilegalidades, mas afirmo ao senhor que eu vou à exaustão na sua investigação, dentro daquilo que nós precisarmos. Porque eu penso, doutor, que o senhor ainda é muito jovem e pode recompor sua vida do ponto de vista profissional. Estou falando do ponto de vista dos seus bens, do que o senhor adquiriu. Porque minha mãe, doutor, minha mãe era analfabeta profissional. Minha mãe morreu ganhando meio salário-mínimo por mês. Analfabeta profissional. Dizia assim: “Meu filho, depois que a gente morre, não presta nem para fazer sabão”. E não vale a pena ganhar dinheiro por ganhar, doutor. Fazer qualquer negócio para ganhar. Porque quem faz qualquer negócio para ganhar não tem noção de como é tão rápido perder. O senhor ganhou, ao longo aí... O senhor é um menino. Se eu tivesse a sua idade, 40, 42 anos de idade... O senhor ganhou muito, mas o que o senhor já perdeu do ponto de vista de credibilidade, de nome, esse dinheiro não paga, doutor. E parte desse dinheiro o senhor vai ter que dar para o Dr. Diego.

É, o caminho é longo, é seu companheiro, você vai ter que pagar. Estudou para isso. Entendeu ou não? Estudou para isso. Tem família, é profissional, competente. O senhor tem direito, como cidadão, de ter advogado, de ser acompanhado. Até que se prove o contrário no processo, o senhor é inocente. Mas veja o que o senhor já perdeu. E depois, quando morre, não presta nem para fazer sabão. Minha mãe falava: “Não presta nem para fazer sabão!”.

Então, enriquecer por enriquecer, fazendo pessoas chorarem pelo caminho, doutor, o senhor é muito jovem ainda, não vela a pena. Não vale pena. O *glamour* das capas de revista, das entrevistas, das *socialites*, eu aposto que já não é mais o mesmo, porque os amigos do nosso sucesso só são amigos do nosso sucesso, doutor.

Eu tenho pedido a Deus muita sabedoria, viu, doutor? Eu sou um homem de construção evangélica, graças a Deus. Amo a Bíblia, amo Deus. Só sei fazer uma coisa na minha vida: tirar drogado da rua. Há 37 anos que eu faço isso. Aqui eu lhe digo: o senhor, como jovem que é, nunca, nunca é tempo para se recompor. Tomara que tudo isso que falam a seu respeito seja mentira. Tomara que tudo que está nos documentos seja um equívoco, o que não é. Mas leve para o senhor a palavra da minha mãe: não há bens na face da terra que paguem o nosso sono, que paguem a nossa paz. E por mais duro que o senhor tenha de ser, e eu sei como essas coisas ocorrem por dentro, o senhor vai ver a inquietação de ser chamado de novo, de ser convocado de novo, de ser chamado na Polícia, de ser chamado ali, de ser chamado ali, de ser chamado ali, de ser chamado aqui, de ser chamado aqui... Porque essas coisas não valem a pena. Essas coisas não valem a pena. E a Bíblia diz que muito mais vale o pouco na paz do que o muito na tribulação.

Dr. Diego, muito obrigado, viu? Deus te guarde.

Dr. Fernando, obrigado. *(Pausa.)*

...Vou suspender esta reunião por trinta minutos, e informo por quê. Vocês estão curiosos. Eu informo que estou suspendendo porque eu sou filho de Deus e preciso comer.

Muito obrigado. Até daqui a pouco.

(Suspensa às 13 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sob a proteção de Deus, estão reabertos os trabalhos da CPI que visa investigar a máfia de órteses e próteses no Brasil.

Voltando a este segundo período, para dar sequência, convido a sentar-se à mesa a advogada Nieli de Campos Severo.

Passo a ouvir a Sr^a Nieli. A senhora tem os seus direitos constitucionais, que a senhora conhece muito bem, por ser advogada, e está acompanhada de sua advogada. A senhora tem seus direitos constitucionais e pode exercê-los. A senhora tem o direito de ficar calada e não responder a nenhuma pergunta. Mas a senhora sabe o que a incrimina e o que não a incrimina. Se sobre aquilo que não a incrimina a senhora quiser falar, fique à vontade. A Constituição lhe dá este direito de ficar calada. Graças a Deus que a Constituição que lhe dá o direito de ficar calada não tira o meu de perguntar. Imagine se tirasse o meu de perguntar!

Vou dar à senhora o tempo que precisar ou quiser, imagino. A senhora é mãe, tem família. Eu não conheço a senhora, não sei da sua origem, aliás, não originei nenhuma denúncia. Na verdade, esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncia. Penso que este é um caminho longo, eu dizia para a sua advogada. Até porque são n CPIs e mais delegado e, depois, mais Ministério Público. A senhora tem um longo caminho a percorrer. Não sei se a senhora já teve uma oportunidade como esta, de ter um fórum.

Infelizmente – eu dizia pela manhã e repito –, estar do lado de cá do balcão é uma situação de desconforto e de desvantagem. Ninguém queria estar aqui. Acho que ninguém queria estar desse lado, na sua situação. Mas está e, estando, a senhora tem a oportunidade de contar a sua verdade, de falar a sua verdade. Uma coisa é a senhora ser rotulada, receber carimbo e aparecer em notinhas de jornais, charge, ilação, e as pessoas vão formando consciência em cima disso, se você não tem oportunidade de falar. A sua verdade tem que ser a sua verdade. Imagino que a sua advogada está trabalhando em cima da sua verdade. A sua verdade é o que a senhora falou para ela. Então, a senhora tem a oportunidade de falar a sua verdade, a sua versão, que pode ajudar na formação de juízo.

No meu caso, no caso desta CPI, que temos um relatório, indicações a fazer e quebras de sigilo a fazer, as coisas ocorrem na formação de juízo, para o sim ou para o não. E eu preciso formar juízo. Por exemplo, o que eu tenho de mídia, não do processo investigatório, sobre a sua pessoa, a senhora acha que é suficiente, se fosse só tratar disso? Mas eu nunca ouvi a sua verdade, nunca ouvi a senhora, não li nada que a senhora pronunciou ou escreveu.

Então, está aqui. Se a senhora acha que pode falar, em nome de seus filhos, em nome da sua mãe, em nome da sua família, da sua história, da sua faculdade, de onde você nasceu, viveu, a luta para chegar aonde chegou. A senhora fique à vontade, tem o tempo que for. Depois, vou fazer algumas perguntas, se a senhora achar que deve responder, tudo bem; se não achar, também não tem problema nenhum. Eu vou perguntando e falando sozinha, que para mim não tem problema nenhum, está bom? A senhora pode ficar à vontade.

A SR^a NIELI DE CAMPOS SEVERO – Bom, meu nome, todo mundo já sabe. Eu sou formada vai fazer 20 anos, estudei em Pelotas, me formei em Pelotas e fiz a minha faculdade lá, terminei, trabalhei dois anos lá. Cursei minha faculdade com crédito que eu tive na época, porque, realmente, não tinha condição de pagar. Depois, passados dois anos, eu vim para Porto Alegre. Praticamente, há quase os 20 anos que eu atuo na área da saúde. Também atuo, porque eu também tenho outra profissão, sou corretora também. Já tive imobiliária e tudo o mais. Mas depois... Não lembro se foi em 2011, como é que foi... 2012, eu vendi a minha carteira, enfim, e segui... Em jurídico, eu sempre trabalhei. Enfim, sempre pautei meu trabalho assim pela honestidade. Nunca tive nenhum problema. Essa situação toda, realmente, assim, me deixa triste, me deixa... Tenho todo o interesse que seja elucidado tudo. Tenho filhos, tenho família, enfim, obviamente, onde a honestidade é a lisura... É só olhar meu histórico, meu currículo. É isso aí. Sempre trabalhei. Tenho todo o interesse de que tudo seja resolvido, até mesmo porque eu acho que acabou envolvendo muitas pessoas, né? É nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu posso perguntar ou a senhora quer continuar? *(Pausa.)*

Mas a senhora tratou isso com ela? Então, deixe-a.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Em resumo, seria isso, eu sempre trabalho. Eu sou pós-graduada, tenho pós-graduação na área de saúde, gosto muito do que eu faço. Trabalho há muito tempo, há quase 20 anos, nessa área também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O microfone dela não está desligado? A senhora pode ficar tranquila, ouviu, doutora. A senhora vai ser tratada com respeito aqui.

A senhora é de Pelotas?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mãe, pai, todo mundo é de Pelotas?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Toda a família.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A família vive lá ainda?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, não, mora aqui.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mora aqui, não é? Sua mãe é viva, então, seu pai. Como é que eles estão diante dessa situação toda?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Chateados, obviamente, assim como eu também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora tomou ciência dessa situação toda, de que estava acontecendo um processo investigativo e tal, no ano passado ou foi este ano?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Foi pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Foi o ano passado ou este ano?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Foi quando saiu a reportagem, a primeira reportagem. Foi no início do ano.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A primeira reportagem qual? Essa do Fantástico?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – É, isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas, antes da reportagem do Fantástico, já se falava nisso por aqui, ou não?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Para mim, não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora não tinha o conhecimento?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora falou que teve imobiliária.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aqui, inclusive, esteve uma pessoa ontem que veio depor e disse, realmente, que foi a uma imobiliária. Até eu perguntei: o escritório na imobiliária? É imobiliária? Ele falou: “Não, fui à imobiliária.”

Era na imobiliária esse escritório?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Na verdade, a empresa existe, porque eu sou também corretora, mas eu não atuo praticamente, só eventualmente, entendeu? Mas, estou sendo como advogada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, o escritório era no mesmo lugar, no mesmo espaço, não é?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Junto, isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora continua advogando, doutora?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim, eu só advogo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas continua? Depois disso tudo que aconteceu, como é que está?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Depois disso tudo, dessas denúncias? Continuo advogando normalmente?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O bem maior que a gente tem é o nome, não é?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Teve alguma consequência? Atingiu o nome da senhora?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Olha, eu acho que, conforme o senhor falou no início, ninguém gosta de ser envolvido em alguma situação desse tipo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas a senhora percebe que isso teve algum reflexo?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Como eu lhe falei, eu me sinto assim triste – entendeu? – por essa situação de esclarecimento, exatamente como a parte inicial que eu falei. Estou repetindo o que eu falei antes.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora trabalha com ele já há quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas o que eu estou perguntando é o seguinte: a senhora percebe que houve algum reflexo, assim, de ter diminuído os seus clientes, se as pessoas ficaram um pouco...

Porque acontece o seguinte, e isso é com todo mundo: a gente tem amigo, mas 90% deles são amigos da posição da gente. Quando podem te exhibir como um troféu, todo mundo é amigo, mas quando acontece alguma coisa com a gente é que a gente sabe quem é mesmo, porque quem é amigo do teu prestígio, da tua posição, desaparece. Ficam só aqueles, realmente, que são teus amigos e são capazes de dizer: assino embaixo do que você está falando, eu sempre assinei e continuo assinado.

A minha pergunta é esta: houve reflexo com isso tudo? Há pessoas que sumiram?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Graças a Deus, não. Graças a Deus, eu acho que, justamente pelo que eu lhe falei no início, eu tenho já quase 20 anos de formada e as pessoas que convivem comigo conhecem o meu trabalho, me conhecem. Então, esse tipo de problema nunca tive. Continuo trabalhando da mesma forma, na mesma lisura, como eu falei no início, trabalhando do mesmo jeito como eu sempre trabalhei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Do mesmo jeito.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – E as pessoas não teriam por que se afastar porque, na verdade, elas me conhecem. Poderia se afastar alguém que não me conheça.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Faz quanto tempo que a senhora conhece o Dr. Fernando?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Olha, faz já algum tempo. Vou ficar em silêncio, então.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora falou que faz um tempo que conhece ele. A senhora...

Agora sou eu e ela, doutora. Se a senhora quiser eu suspendo, a senhora fala com ela o tempo que precisar, tranquilamente. Eu dou todo o tempo, a senhora pode conversar e depois eu volto a falar e ela, se quiser ficar calada, pode ficar calada.

A senhora diz que faz um tempo que conhece ele. A senhora ouvia comentários sobre ele, que ele não era honesto?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não?

A SRª PRESIDENTE (Nieli de Campos Severo) – Não.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, eu não trabalho com ele. Eu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, eu sei, eu sei. Advogando e clientes que ele lhe manda. Já faz muito tempo?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Como eu lhe falei, já.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu estou perguntando isso para a senhora porque eu preciso formar juízo, não é? Se a senhora me informar, eu formo juízo. Se a senhora não me informar, eu vou ter que formar também do mesmo jeito.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Uma coisa que eu não falei no início, que era da minha introdução, que acho que responde a sua pergunta. Como eu lhe disse, eu trabalho há quase 20 anos. Então, todos os meus clientes são clientes de diversas áreas da saúde, de várias especialidades da área de saúde. Eu não trabalho com uma área de saúde. É essa introdução que eu acho que esqueci de fazer no início, nesse sentido. Então, não é uma área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas a minha pergunta com relação ao Dr. Fernando é porque aqui, neste processo chamado de Máfia das Próteses, o carimbo maior está na testa dele. E ele tem um número grande de clientes que ele operou e que as liminares foram ganhas exatamente pelo seu escritório, não é?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É. Um número maior, mais significativo. É por isso que eu perguntei se a senhora tinha um bom relacionamento com ele e tal.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Profissional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E ele, especificamente, era seu cliente?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Profissional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele era seu cliente?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Profissional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele era seu cliente? Ele, o Dr. Fernando, era seu cliente?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, como advogada, a senhora tinha procuração dele? Ele era seu cliente? Ele, o médico, era cliente seu, como advogada?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu... Então, nessa eu vou ouvir o que a minha advogada falou: vou me reservar o direito de ficar calada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, sem problema. Tranquilo. Pode ficar calada.

Eu ouvi uma advogada hoje, pela manhã, aqui, a Drª Letícia...

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu perguntei isso para ela e eu perguntei sobre a justificativa também. Ela só tinha isso. Não existe justificativa. É só esse fundamento. Mas como o despacho é sem justificativa?

Por exemplo, se eu estou convencido de que alguém tem que ser preso, eu tenho que juntar provas para justificar o meu fundamento, fundamentar com provas para o Ministério Público, como Presidente de CPI, pedir ao Ministério Público que peça essa prisão ao juiz, para o juiz ler a fundamentação do Ministério Público e a minha e, a partir da minha fundamentação, o juiz expedir o mandado de prisão para que eu execute.

Então a fundamentação é tudo. Inclusive, por ironia do destino, estava tendo uma boa conversa com a sua advogada ali e a gente estava falando sobre fundamentação mesmo, que ela falou que tem tentado entrar em contato com os fundamentos que lhe cercearam alguns direitos, e ela não consegue ter acesso a esses fundamentos para saber que fundamento foi que tirou o direito da minha cliente. Ela estava falando comigo e tal. E acho o fundamento muito importante

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E ela, realmente, falou que nunca viu o Dr. Fernando no seu escritório, mas sabia que ele era seu amigo e que ele era seu cliente, a senhora era advogada dele também, ele era cliente seu. Sabia da amizade de vocês, mas que ela nunca ouviu, viu pela televisão, mas, trabalhando lá um ano e pouco, nunca o viu no seu escritório e disse, realmente, que o maior número de liminares saía do seu escritório, porque também passava pela mão dela e tal. E eu perguntei para ela se ela suspeitava dessa sequência. E até disse que para um advogado... Tem advogado que se frustra muito, porque tem advogado que se esmera demais, estuda muito e, em determinados casos, ele escreve um memorial que ele sai convencido da frente do computador, depois que imprime aquele memorial, de que o juiz não tem como negar um memorial numa causa qualquer. E ele volta para o escritório frustrado depois, porque vê o juiz dar uma negativa. E eu sei por que a negativa vem, não é? Com o acúmulo de processos, o cara não lê nada, manda o estagiário sentar a caneta e pau e pronto. Aí aquele advogado estudou, estudou, estudou.

E fiquei pensando: o cara se frustra com um memorial bem escrito e depois o juiz libera a liminar com a maior facilidade. E as liminares com o mesmo texto, muda nome de pessoa e muda data.

Então perguntei para ela. Não estou perguntando para a senhora. Se a senhora tiver interesse em desmenti-la desminta.

E ela disse: “Não, é o mesmo texto. É o mesmo texto. Muda nome, muda pessoa, é o mesmo texto”.

Será que o juiz não estranha? Mesmo texto, mesma sequência? E pouco se perde, muito se ganha, quase todas as liminares.

A senhora tinha noção de que essas liminares levavam a quantias exorbitantes nessas próteses, que chegavam a sangrar o SUS em mais de R\$300 mil? E aí eu perguntei para ela e pergunto para a senhora.

Ela disse que os seus... Quando era consulta, era uma taxa que dava cento e poucos reais. Acho perfeitamente no que eu li... São R\$176,00, o que é muito pouquinho para o cara ser consultado. Qualquer outra consulta com qualquer outro tipo de profissional é muito mais cara. Mas ela disse que o ganho era no êxito. E quase sempre tinha o êxito, porque tinha liminar direto e tal. E ela disse que ganhava R\$500,00 no que ela fazia e que o seu ganho girava em torno de R\$2 mil por liminar e tal. Mas não falou com precisão, não. Falou na base do achismo e tal, o que eu acho pouco também para se ganhar com o êxito de uma liminar.

A senhora acha que o juiz se impressionava com o texto da liminar, a fundamentação da liminar? É o coração misericordioso do juiz em ver um pobre precisando ser operado ou porque o doutor Fernando, ou pode ser a senhora também, tem muita força com o Judiciário?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Os fundamentos eram exatamente... A questão de ser igual, que o senhor comentou, as coisas que eram iguais eram apenas os fundamentos jurídicos. Os fatos, cada fato é um fato. Então o que tinha igual numa petição eram os fundamentos jurídicos.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Se eu tenho patrimônio?

Agora, não é estranho que um juiz despache uma liminar só com o fundamento jurídico, sem um fundamento de mérito?

No caso de uma pessoa que tem que ser operada, e a pessoa é simples, a pessoa é pobre, o fundamento de mérito é mexer com o emocional do magistrado, para que ele, além de ter o fundamento jurídico, no mérito, seja mexido no seu exercício de misericórdia, na sua compaixão e dê, porque é um pobre que precisa ser operado, não tem plano de saúde e tal ou outro cujo plano de saúde não cobre e o cara vai ficar aleijado e tal. E esse negócio de ficar aleijado é uma conversa que rolava para todo mundo também, mas aqui não tem nada da senhora a partir dos médicos, entendeu? Se não vai ficar aleijado, se não vai ficar aleijado, se não vai ficar aleijado, tem que botar, tem que botar, tem que botar... O cara está com dor de cabeça, botava uma prótese no joelho, e está todo entrevado hoje, mas não é a sua parte.

Então, sinceramente, de coração, a senhora estava fazendo o seu trabalho.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O cara veio, comprou o seu serviço, a senhora está vendendo o seu serviço. Mas não é estranho juiz, de cada dez, dar nove só com o fundamento jurídico, sem que o mérito em si seja bem fundamentado? Porque o mérito não é receita do cara, uma letra malfeita de médico dizendo que precisa ser operado. Isso não é mérito. Isso não é mérito, não é? Aliás, esse mérito não vale, por exemplo, para uma pessoa que está com problema seriíssimo se aposentar. O perito vai lá, nem olha e não quer aposentar a pessoa. E a pessoa precisa disso, tem necessidade disso.

Então não causa estranheza? Sem fundamento de mérito, sem fundamento de mérito, o juiz despachar uma liminar atrás da outra. E liminares que ocorriam de sexta para sábado, e o sujeito operava no final de semana, que era para a liminar não cair. Aí a senhora pode dizer: não tem nada a ver comigo. O meu era entrar com o pedido de liminar.

Pergunto a você: em algum momento você percebeu que isso era uma quadrilha, que isso era uma máfia que tinha começo, meio e fim? A senhora sabia que essas pessoas eram cooptadas nos hospitais? Não lhe causava estranheza, por exemplo, que um médico que tenha avião dê plantão? Quem tem um patrimônio exacerbado faz consulta por R\$30,00, que é um litro de gasolina de avião? Que não era para cooptar as pessoas simples, para induzi-las a uma operação.

Depois que isso tudo veio à tona, a senhora percebeu que tinha alguma coisa armada por trás disso?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não poderia perceber, não. Sempre fiz o meu trabalho, a parte técnica, a parte... Como falei no início, voltando ao que eu tinha falado no início, eu fiz o meu trabalho, pelo que me procuraram, pelo que queriam. Foi o que eu fiz. Eu não sou médica, eu não sou...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É claro, é claro.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Os fundamentos estavam de acordo com os fundamentos médicos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora tem patrimônio?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Tenho uma casa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas não é um patrimônio assim, tipo o do Dr. Fernando?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, com certeza não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora riu porque é grande o dele?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, porque o senhor também riu.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu ri porque é.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não tenho conhecimento do... Eu tenho uma casa financiada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu sei.

Você sabe, eu não sou só advogado. Aliás, quem dera eu fosse advogado, mas não... Igual a vocês. Eu não passei no vestibular, eu fui fraco.

A senhora sabe que muita gente foi usada nessa engrenagem para legalizar o crime de alguns? A senhora, advogada, já atinou para isso? Não?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Desculpe, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Que alguns foram usados nessa engrenagem para legalizar o crime de alguns.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Alguns foram usados para...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Legalizar o crime de meia dúzia. Meia dúzia ficou rica, rica; meia dúzia ficou pelo meio do caminho. Alguns, pelo que a senhora está falando aí, usados por migalha, fazendo o seu trabalho, tipo, vou explicar para a senhora: tem uma máfia nas secretarias de

saúde do Brasil hoje, que eu quero começar lá pelo meu Estado. Todo lugar tem. A pessoa tem doença crônica. O cara que tem doença crônica, o Estado é obrigado a dar a ele o medicamento, que é caro. Tem uma anomalia. Aí o cara vai buscar o medicamento. Aí quem entrega o medicamento fala: acabou. Não! Como acabou? Eu não posso ficar sem o medicamento! Acabou o efeito! Eu tenho que tomar amanhã! E o cara: não, acabou. A secretaria não fez licitação, que não sei o que e tal, porque tem esse problema, não sei o que e tal. Mas, olhe, vá ao Ministério Público, fale para o promotor. Ele vai determinar. Se ele determinar, a gente compra.

Mas é malandragem. Aí o inocente vai. Chega lá e conta a situação dele para o promotor. O promotor, no exercício da misericórdia – e aqui é o mérito – fala: negativo! O Estado tem que lhe dar o seu remédio. E dá 24 horas para o secretário ou eu mando lhe prender. Puf! Legalizou o crime do malandro. Era tudo de que ele precisava. O cara chega, entrega a liminar na mão dele, a ordem do Ministério Público, aí ele compra um lote sem fazer licitação. E está legalizado! Não! Aqui quem mandou foi o promotor. É uma máfia. É uma máfia.

A minha pergunta é esta: pelo meio do caminho, não tem pessoas que foram usadas para dar legitimidade ao crime de meia dúzia? Se existem pessoas que foram usadas nesse crime que aponta máfia e põem a senhora como uma das advogadas mais próximas dele – é assim que está na investigação –, e provérbios de Salomão dizem que mais vale o bom nome do que as muitas riquezas, e a senhora me disse que não tem patrimônio nenhum, a senhora julga que a senhora é desse time?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu tenho uma casa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, mas uma casa...

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Financiada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu estou falando de patrimônio. Quem tem uma casa que dê graças a Deus porque tem um telhado para dormir embaixo, entendeu? Estou falando de vida nababesca.

A senhora tem avião?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora tem iate?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora tem casa nos Estados Unidos?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então vamos embora.

A senhora tem um teto, não é? Então está bom.

O seu carro é aquele BMW ainda?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, nunca tive.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ou BMV? BMV eu já tive.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Nunca tive.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Brasília muito velha, até 1994.

Como a senhora se sente, já que a mídia a glamorizou? O *Fantástico* a glamorizou, a mídia a glamorizou como alguém que está no time de cima, não é? Então, ao final dessa investigação, a senhora vai ter que ser encontrada com o mesmo patrimônio deles.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Teria que ter sido.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E essa é a sua sorte, porque, se é isso mesmo, você pode chegar ao final sem esse patrimônio. Você não tem. Aí vai provar que você cometeu o crime como? Não é?

Então esta é a minha pergunta: nesse meio, você se sente no meio ou no topo? No meio ou no topo?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu me sinto como alguém que fez o trabalho para o qual foi contratada, como falei no início.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Deixe falar uma coisa para a senhora: a máfia existe, a máfia existe.

Doutora, a senhora quer falar com ela? Pode falar com ela.

Não dá para a senhora ficar batendo aí. (*Ininteligível.*)

Eu já conversei com a senhora, já fiz mil conversas.

Doutora, por favor. Doutora, por favor. Doutora, por favor.

Não sei se o seu advogado é Fernando.

Fernando é advogado dela.

Está suspenso por cinco minutos.

A senhora pode falar com ela ali dentro.

(Suspensa às 15 horas e 25 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 31 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quem paga o seu advogado?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quem paga o seu advogado?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Qual advogado?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora não tem advogado?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Ela?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora tem o valor desses honorários?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Isso é uma coisa ética, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo. Está bem.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Dentro das minhas possibilidades...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora sabia que ela é irmã do médico?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Que ela é irmã do médico?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Quem é irmã do médico?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sua advogada?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então vamos embora falar sério agora.

Eu tentei conversar com a senhora, lhe dar oportunidade. Conversei com sua advogada, tratei bem.

Eu quero saber uma coisa da senhora: qual é a idade de sua mãe?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Oitenta e três.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Depois que o escândalo apareceu.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Fique à vontade, doutora. Eu tenho sido cortês, educado com todo mundo, com tudo quanto é advogado. A senhora vai criar um problema comigo e com a OAB, porque, daqui a pouco, eu peço à senhora para sair, a OAB vem para cima de mim, e eu vou também. Eu estou sendo respeitoso com a senhora. Há uma série de advogados aqui que... Estamos aqui desde ontem, eu a recebi antes do depoimento, conversei com a senhora, tratei-a bem...

Não estou... Sua cliente está aqui bem tratada, respeitada e tal. Se a senhora combinou com ela, ela que cumpra o combinado! A senhora não pode é ficar me atrapalhando aí, batendo na mesa o tempo inteiro.

Está combinado que ela não vai falar?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Hum, hum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim.

Os outros médicos, além do Dr. Fernando, com quais deles a senhora tem relação mais próxima, dos que estão envolvidos, quer dizer, dos que estão sendo investigados?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está combinado, senhora? Está combinado?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Como não respondeu? Eu estou falando como eu estava falando antes! Dentro do que eu lhe respondi, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Depois que o escândalo apareceu, quantas vezes...? A senhora tem noção de quantas vezes falou com o Dr. Fernando?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Quantas vezes?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eventualmente, alguma vez, por causa de paciente.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não tenho essa informação. Eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Depois que o escândalo apareceu.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora falou com ele no telefone?

Eu quero saber se a senhora tem noção de quantas vezes foi.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Se eu falei, foi alguma coisa para paciente, de ordem judicial.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não estou falando de antes da reportagem do Fantástico.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

Não, não tenho. Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas a senhora sabe que falou com ele?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não me recordo disso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora falou com ele!

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não. Não me recordo disso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora não precisa mentir pra mim.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, não estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tá. Vou tomar qualquer atitude. A senhora está mentindo pra mim. Eu estou perguntando o que eu sei, porque eu vou ouvir a senhora num segundo momento. Eu vou ouvir a senhora num segundo momento. Num segundo momento. E eu estou lhe fazendo perguntas que eu me programei pra fazer, porque acho que não era este momento, mas eu tomei o rumo de outro momento, porque fui conduzido pra isso. Fui conduzido pra isso.

A senhora falou com ele sim. A senhora falou com ele sim.

Quais foram os pacientes da senhora, digo, clientes da senhora que eventualmente depositaram dinheiro na conta de parente seu?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – De parente meu? Não tenho esse conhecimento. Não tenho conhecimento dos autos de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora...

A pergunta que eu estou lhe fazendo, a senhora responde se quiser e...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ... por mim, a senhora pode ficar calada até o tempo inteiro.

A senhora, em algum momento, ventilou, ofereceu seu sigilo, os seus sigilos... A senhora ventilou isso?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não entendi pra onde.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ofereceu espontaneamente a quebra dos seus sigilos?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Nem tenho conhecimento do processo, nem de nada... Não tenho esse conhecimento dos autos. Não tenho esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora não ventilou?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora não ventilou isso?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não tenho... Quem faria isso? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Em nenhum momento?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, não tenho conhecimento dos autos, nem do inquérito. Nós não temos esse conhecimento. Não temos! Acho que o senhor sabe dessa parte, não é?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não tenho conhecimento dos que estão sendo investigados, porque eu não tive acesso a nada de todo...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, mas está na mídia, doutora! A senhora é advogada!

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É igual à história de que “eu não sabia que eu fui convocado”.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Se não tivesse chegado um papel à mão, vocês sabem que existe uma CPI, que ela se instalou, que ela disse que vinha tal dia, e que saiu nos jornais o nome de todo mundo: quem foi convocado e quem não foi convocado. A história aqui não cola. Tipo “vai que cola”, mas não cola! Entendeu ou não?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não cola! A senhora sabia que estava convocada e sabia que tinha que vir, não é? Agora, se vocês fizeram uma estratégia de advogado, é outra coisa. Está respeitado. Está respeitado. A estratégia “vai que cola”. Mas não cola! Mas não cola.

São exatamente essas coisas que estão na mídia e que não precisam de processo investigatório. A senhora me dizer que não sabe quem é que está sendo investigado?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Estou. Eu não tenho esse conhecimento de todos. Está sigiloso! De todos, não tenho!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O nome dos médicos e o da senhora estão na mídia!

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Meu nome eu acho que não tinha saído.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Na mídia?!

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu acho que não. Não, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Senhora, o seu nome eu li no *Correio Braziliense* antes de instalar a CPI! No dia seguinte ao Fantástico, eu li seu nome no *Correio Braziliense*. Como? E é num veículo de circulação nacional.

Se a senhora me disser que seu nome não está em matéria nenhuma aqui, em era de internet, com mil blogues, com mil não sei o quê, com mil não sei o quê e tal, tal, tal...

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ... a senhora dizer que não está... Eu posso abrir um aqui e vou achar um monte de veículos de comunicação que, quando falam no nome dos investigados... Claro que a senhora figura!

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Por isso as minhas perguntas, que não são contundentes. São perguntas até para a senhora ter possibilidade de se explicar...

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ... porque eu não estou perguntando à senhora nada de que eu não tenha conhecimento! Nada de que eu não tenha conhecimento. Eu tenho!

Quando eu estou falando que a senhora falou com o Dr. Fernando, vai chegar o momento em que a senhora vai ver os cruzamentos disto: das suas ligações com ele, tempo de ligação, hora da ligação, momento da ligação, depois da matéria.

Ora!

O que falou e o que tratou é problema nosso. Nós é que temos de investigar. Não é de vocês. Não é de vocês. Agora, o fato de ter visto uma matéria e de ter-se apavorado, e, a partir daí, ter ligado para advogado de fulano, advogado de fulana, contratado fulano e contratado fulano e tal, isso é um problema de vocês!

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu só estou dizendo à senhora que eu tenho conhecimento. Eu só preciso formar juízo, porque a senhora me disse que não tem patrimônio. Eu ouvi aqui uma advogada que disse que trabalhou para a senhora e que seu honorário era esse. A senhora não tem patrimônio. Estou lidando com gente que está sendo investigada e que tem muito patrimônio!

Aqui tenho médico, tenho advogado, tenho outro grupo de médicos que também é captador de clientes, e há os hospitais! Há os hospitais.

Se o nome é máfia e se, lá na frente, vai-se manter o nome de máfia ou vai desfazer-se porque não havia máfia, é outra coisa. Mas a investigação é essa! É nesse sentido a investigação. E a senhora está dentro dela!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ou a senhora acha que quem investiga...

Eu jamais viria aqui botar a senhora na minha frente e botar os outros na minha frente se eu não tivesse conhecimento de nada! Mas eu dei a oportunidade à senhora de falar! Dê-me condição de formar juízo, dê-me a sua verdade para...

Eu já tenho documento. Eu tenho. Eu terei muito mais daqui a pouco. Nesta semana, eu vou quebrar o sigilo das empresas. Vou quebrar o sigilo das empresas e vou saber mais do que eu já sei.

Eu estou dando oportunidade à senhora. Então, eu lhe pergunto: a senhora conhece, já falou, já se relacionou com os outros médicos, além do Dr. Fernando? Porque ele não é sozinho! Tem um irmão também que é médico.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque eles é que mandavam para a senhora! O seu cliente vinha deles! É toda uma cadeia, é um cronograma. Ele mandava pra vocês! Se a senhora entende isso como cronograma ou não, que estava só cumprindo o seu papel e estava, como advogada, sendo usada, pela sua competência de fazer uma fundamentação tão somente jurídica igual a todas as vezes, sem fundamento de mérito, e o juiz dava; se é por essa capacidade ou não, eu não sei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Fora do microfone.) – Quinze dias.

Eu só sei o seguinte: que eles mandavam para a senhora! Os seus clientes eram pacientes deles!

Quando o Dr. Fernando estava aqui, eu encerrei com ele assim: "O senhor conhece ele?" Ele falou: "A-hã, conheço." Foi a única coisa que ele falou. Ele é Deputado.

O senhor se lembra dele? "Não."

Não lembra? "Não."

Mas o senhor botou uma prótese na mãe dele, pobre. E o senhor falou que ela iria ficar aleijada, se não fosse urgente. Mandou chamar o filho. O filho foi. Só que não estava assim engravatadinho, porque não era Deputado! E, chegou lá, o senhor disse que não, que não cobre, que não sei o quê, tal, tal, tal, mas “eu vou orientar vocês; eu vou arrumar advogado, o advogado vai entrar contra o plano de saúde, nós vamos ganhar a liminar, e eu vou operar sua mãe”.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, não. Eu vou repetir o que eu lhe falei antes.

Eu trabalho nessa área há muitos anos, tenho pós-graduação, tenho... Mas não foi...

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim. É o meu trabalho, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Em que ano foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ah, seis anos. É. Está certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Há seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Seis anos. Não foi a senhora que foi advogada não?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quem sabe até se, pelo nome, nos seus cadastros lá, quem sabe até foi?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não. Não. Nesse tempo, não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não tem seis anos, não é, que a senhora convive com eles, então?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, eu trabalho nessa área, como eu lhe falei... Vou repetir mais ou menos o que eu lhe falei no início.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas a senhora só fala se quiser, viu?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu não quero ter problema com sua advogada mais não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim, querida. Não! Que a senhora tem cursos, isso não tem... Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu sei que a senhora... Eu sei que a senhora.... Qualquer pessoa na sua condição iria ficar relutante em responder ao que estou perguntando, porque a senhora sabe com quem a senhora está lidando, ué! A senhora iria ficar relutante mesmo. E eu não estou ignorando isso não. Até por isso que eu estou falando: fale se quiser.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Se não quiser, não fale! Fique calada.

Eu vou fazer... Eu faço juízo. Eu faço juízo do que eu pergunto, e eu posso ler minha resposta no seu rosto, nos músculos do seu rosto, no seu olho.

Fique calada! *(Pausa.)*

Pode ter sido!

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Se é...

Mas a senhora não sabe o nome da mãe dele! Como é que não foi ele?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não, porque não... Não... Não... Como é que vou lhe explicar? Não... Não... Não faz tanto, tanto, tempo...

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – É isso, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É isso? Está bom.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – É.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Entendi.

Sim, mas, veja, o mesmo procedimento: mandar a mãe dele para o advogado, mandar a mãe dele para o advogado...

A senhora está querendo alguma coisa, doutora?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA *(Fora do microfone.)* – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora quer que pare a inquirição? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ah, eu... *(Fora do microfone.)*

A senhora está conseguindo conviver com esse nó aí ou não?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – É complicado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, mas é ela que está complicando.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – A não ser que a situação...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, porque... Pô! Veja...

Deixe eu fazer meu serviço, doutora! Faça o seu depois. Escreve tese de que ela é inocente, vai buscar os documentos. A senhora está cumprindo o seu papel, e eu respeito. Agora, eu estou cumprindo o meu! Ué! Eu não estou desrespeitando a senhora em momento nenhum, não estou lhe atrapalhando em momento nenhum. Muito pelo contrário! Muito pelo contrário!

Fica a senhora aqui que não sabe o que faz, coitada. Se...

Ela é advogada experimentada, tem doutorado, uma mulher que estudou. Ela sabe o que complica para ela e o que não complica; para o que ela pode dizer “sim” e para o que ela pode falar “não”, ué! Não é criança! E, se ela não quiser lhe atender e responder tudo, até isso ela pode! A senhora pode depois entregar a procuração dela, mas ela pode fazer o que ela quiser. Mas...

Eu quero que a senhora tenha paz. Se a senhora quiser ficar tranquila aí, só bebendo sua água e me olhando, eu pergunto, vou falando, vou falando, e uma hora nós vamos encerrar. Nós vamos encerrar.

E dizia ele isso! O *modus operandi* é o mesmo!

“Pode ficar tranquilo” – falou pra ele –, “que eu vou arrumar advogado, nós vamos entrar, vamos ganhar uma liminar, e o plano de saúde vai ter que pagar.”

Ele tomou R\$70 mil da Golden Cross!

Então... (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não estou dizendo que foi a senhora que advogou. Eu perguntei: quem sabe foi? Então, há seis anos, não foi.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Há seis anos, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não é?

A minha pergunta é simples! A senhora... O tempo todo eu perguntei a mesma coisa! Vocês se conhecem! A senhora e o Dr. Fernando se conhecem! A senhora pode não ter com os outros médicos o mesmo relacionamento, que lhe mandava clientes, porque o que era paciente para eles era cliente seu! Era cliente seu! Era cliente seu!

E as minhas perguntas foram muito simplórias. E a minha pergunta é esta: qual é o seu relacionamento com os outros médicos? Se a senhora quiser. Se não quiser...

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Mas não era nesse caso não.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – É como eu lhe falei no início: eu não atuo numa única área. É como eu lhe falei no início. Então, os meus clientes não são...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas a minha pergunta é só nessa área. Eu estou falando de médico. É só nessa área.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – De médicos de várias especialidades.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, mas eu estou falando da máfia das próteses. A senhora está depondo para a máfia das próteses. Esquece outras especialidades.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim. É o trabalho, né?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu estou falando desses médicos que estão sendo investigados. A senhora disse que não tem conhecimento. É claro que tem.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não. Eu não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A pessoa mais simples do mundo que vê internet, que vê televisão sabe quem são os investigados.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não. Eu não disse isso. Eu disse que não tinha conhecimento do todo do... (Ininteligível.)

...que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Exatamente. Mas a minha pergunta foi: qual é o nível de relacionamento que a senhora tem com esses médicos?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Profissional, apenas profissional. E tem muitos que eu nem conheço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Isso. Mas a senhora tem um relacionamento profissional. Foi isso que eu perguntei.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Mas alguns eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque, a princípio, é que não conhece, não convive... É só profissional. É profissional, mas o seu cliente é o paciente dele. Eles pegam e mandam.

Eles cooptam e mandam, porque o juiz não recebe uma liminar se um pedido de liminar não vier pela mão do advogado. Alguém tem que fazer.

E, na verdade, essa é parte de uma engrenagem, porque eles montaram uma engrenagem: a indústria de liminares. Tem que envolver quem escreve, quem tem inscrição para poder assinar. Senão, não tem como protocolar no tribunal, na vara. E, logicamente, o juiz não vai despachar para um estagiário ou para um rábula qualquer. Acho que nem há mais essa figura de rábula. Tem que ser advogado. E, na investigação, seguramente... Veja, então, que não é simples. Se a senhora não tem nada, como a senhora disse que não tinha relacionamento, e o relacionamento existe, os telefonemas existem... E, no segundo momento, a senhora vai vê-los cruzados para ver os horários, de onde a senhora falou, como falou, com quem falou, o tempo inteiro, quais são os números. E parece que a senhora está na ponta mais fraca, está do lado mais fraco. É onde a corda arrebenta.

Então, no começo, o que fiz? Dei-lhe possibilidade. Vamos formar consciência sobre isso. "Fale!"

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora falou até um certo momento, mas eu queria ouvir a senhora falar dessa problemática, porque a senhora está no olho do furacão. E a senhora tem que entender esse furacão, o porquê disso, como foi cair dentro disso. A senhora não foi sugada pelo sugar do ventilador, mas caiu dentro do olho do furacão. Como? Quem é culpado disso? Quem se enriqueceu com isso? A sua parte era qual? Consciente ou inconsciente? Porque, se esse juiz que deu esse tanto de liminar deu inconsciente ou deu pelo mérito, ele estava dando por um mérito que estava legalizando um crime – estava legalizando um crime! Onde já se viu uma prótese que sai por R\$4.500 – a melhor não passa de R\$7 mil – chegar por mais de R\$380 mil, R\$300 mil? Onde já se viu isso?

Então, ou "sanamente", de sã consciência, sabendo o que está fazendo, ou com o coração misericordioso, o juiz deu uma liminar como essa. A senhora conhece esses juízes?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – De todas as liminares..., a senhora não os conhece?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nunca conviveu com eles?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nunca esteve com eles?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Algumas vezes, em algumas situações mais urgentes. Não nessa especialidade. Em outras, atropelamentos, aí, sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nunca despachou com eles?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nunca despachou com esses juízes?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Como despachou com eles?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Despachar, pedir uma audiência e conversar.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não. Falei algumas vezes com esses de atropelamento, assim, uma situação mais...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas atropelamento quando envolve prótese?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Não. Mas era outra. Não é prótese. É outra; é isso que estou dizendo, atropelamento, que são matrizes, coisas que...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas atropelamento também, em diversos casos, envolve prótese, porque a pessoa quebra braço, quebra perna, some joelho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu quero que a senhora me dê a compreensão disso tudo, porque a senhora conhece isso tudo, porque a senhora está no meio dele, e a senhora advogou para eles. O seu escritório advogou para eles.

Então, começamos parecendo que eu estava falando com uma pessoa que caiu da espaçonave e chegou aqui sem saber o que estava fazendo aqui, por que foi convocada. E não é. A senhora, do alto da sua vivência, sabe o seu escritório para quem advogou.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E de quem eram esses pacientes.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ou a senhora, quando pedia essa liminar, não sabia que ele era paciente do médico?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sabia, de vários.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Exatamente.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – São esses vários que estão sendo investigados. Agora, estamos chegando a um ponto, mas reafirmo: estamos chegando a um ponto, a senhora está falando, dando-me condições de formar juízo, mas a senhora não está obrigada a falar. A senhora se valha do seu direito constitucional, que, para mim, não tem problema nenhum. Para mim, não tem problema nenhum. *(Pausa.)*

O Dr. Fernando... É claro: nenhuma investigação anda, e não se chega à conclusão nenhuma sem que se busquem mecanismos legais e judiciais no sentido de que se possa dar inocência ou provar a culpabilidade de quem você está investigando. E todas as ferramentas nessa direção são para apontar culpados nesse núcleo. Não sei nem... O carimbo maior é dele, do Fernando, mas não sei, ao final disso, se realmente ele é o maior. E, para nós, será uma surpresa desagradável, no final, se envolver o Judiciário nas vantagens que ele aferiu com o argumento de que estava socorrendo, por misericórdia, as pessoas que precisavam.

Penso que a importância da senhora..., porque, daqui para frente, em todo o lugar que a senhora falar, as informações serão outras. Eu tenho informação hoje. Hoje, eu tenho. Na quinta-feira próxima, eu devo ter 100 vezes mais. E, na semana seguinte, terei mais, porque, nesse cruzamento de informações, nesse cruzamento de dados, vai caindo tudo o que se disse que não era verdade.

Por isso, mais uma vez, movido pelo que ouvi da advogada que trabalhou com a senhora sobre o seu patrimônio, movido pelo que a senhora falou sobre a inexistência de patrimônio, que justifica a participação de uma máfia, que dividiu bolos astronômicos – e, no seu relato, a senhora não é parte do bolo astronômico –, é que, mais uma vez, dou-lhe a possibilidade de a senhora me dar o que a senhora tem de conhecimento.

Eu lhe pergunto: se eu fizer uma sessão reservada com a senhora, a senhora teria alguma coisa a me acrescentar, além do que eu já sei?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Do que eu estou falando?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Do que eu já sei. O que a senhora está falando é menos do que eu tenho.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – É porque eu não sei exatamente o que o senhor sabe, mas eu tenho que falar a verdade do que..., a minha verdade, o que aconteceu. Sobre isso estou tranquila. Eu respondo pelo que falei, porque falei exatamente a verdade sobre o que o senhor me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, não é exatamente isso. Eu tenho muito mais do que a senhora já falou para mim, do que a senhora concordou para mim. Eu só acho que a senhora está num processo de investigação em que a senhora está trabalhando para se limpar, para tirar o seu nome...

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ...para chegar ao final disso e dizer: “Olha, graças a Deus, o Ministério Público não denunciou, não o levou o meu nome, porque concluiu, no inquérito, que eu não sou parte disso”.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Traída ou usada também?

Isso, neste momento, é uma possibilidade absolutamente remota, porque eu já sei mais do que a senhora conseguiu falar.

Então, eu gostaria da senhora essa possibilidade. Se a senhora tiver alguma coisa para me acrescentar, para me falar, mais do que eu coloquei aqui, e até dos seus telefonemas com o Dr. Fernando, eu posso fechar uma sessão, fazer uma reunião fechada com a senhora e, numa sessão fechada, ouvi-la, se a senhora tiver mais alguma coisa para me falar.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não tenho mais o que acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora só me ouviu, a senhora não acrescentou, a senhora só falou da sua história. É por isso que eu acho que a senhora tem para acrescentar, porque a senhora está no meio.

Se a senhora não participou desse bolo, se a senhora não conseguiu pegar um pouquinho disso aí, desse “tantão” que eles juntaram nesses anos aí, sangrando os recursos da saúde, acochando plano de saúde com liminares, e a senhora não teve nada disso, embora seja uma pessoa que se relaciona com o Dr. Fernando, é essa a minha intriga e lhe dá a possibilidade: a senhora vai junto com eles, vai pagar por aquilo que a senhora não tem, vai pagar por aquilo que não recebeu, vai pagar pelo que não praticou, até porque a senhora é inocente hoje, porque todo cidadão o é, até que se prove o contrário. É um processo investigatório. A senhora não é condenada – está dentro de um processo investigatório – até que se prove o contrário, não é?

Agora, penso que, nesse processo, só a senhora pode se ajudar, se a senhora não tem e não fala, está ajudando quem tem, quem ficou com muito, até porque a legalidade disso, para que o dinheiro pudesse vir, tinha advindo de uma liminar, e uma liminar impetrada por um advogado. E, no caso, grande parte das liminares do Dr. Fernando foi a senhora que impetrou.

Então, por isso, eu faço essa colocação para a senhora, porque o que a senhora está colocando é muito menos do que eu já sei, ou do que eu já tenho. E tenho certeza de que, na próxima quinta-feira, eu terei muito mais do que eu estou falando com a senhora.

A senhora tem mais alguma coisa para acrescentar em seu favor?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – O que eu posso dizer a meu favor é como eu lhe disse: eu trabalhei corretamente, de acordo com o que os meus clientes pediam. Fiz o meu trabalho com lisura, com dedicação, como sempre fiz e como sempre me dedico. Fiz com toda a minha dedicação, com empenho, enfim.

É o que tenho para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É um absurdo o que esses médicos fizeram?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não posso emitir esse juízo.

Eu fiquei chateada, surpresa, estou ainda, porque isso é uma coisa que gera um tumulto para todo mundo, mas eu acho que não há como emitir.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora ficou surpresa com?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Depois da função toda do... Até conversei com a minha colega sobre isso. Ficamos surpresas – ela trabalhava, na época, comigo –, ficamos surpresas e ficamos realmente... O nosso trabalho estava sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Com a sua sensação de surpresa, a senhora se sentiu usada por eles?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu me senti triste.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não tenho essas informações, porque não tenho conhecimento de saber o que é ou o que não é.

Como eu disse no início, eu não tenho o conhecimento para dizer: “Bah, isso aqui é assim”.

Eu volto a repetir o que eu lhe disse no início.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A senhora ouviu o depoimento de alguma vítima na televisão?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não lhe causou um sentimento de tristeza de ver alguém se lamentando.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Com certeza, só que eu não tenho conhecimento do que foi apurado até ali.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E a relação entre o patrimônio do médico e a tristeza dessa pessoa lhe causou pânico interior?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu não posso opinar a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não é opinar. O que os olhos veem o coração sente. Estava na televisão. A senhora ver alguém que é vítima, alguém que foi lesionado, e se mostra uma reportagem de alguém que conseguiu uma vida nababesca em cima desse tipo de gente, pessoas que são cooptadas e mandadas para um advogado para entrar com uma liminar, que é todo um processo.

E a senhora está aqui numa parte desse processo. A minha pergunta é: como a senhora se sentiu? Sentiu-se traída, sentiu-se usada? E, depois, em seguida, eu perguntei sobre o seu sentimento com relação às pessoas.

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Eu me senti triste, eu me senti muito confusa, triste. Isso eu posso lhe afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu compreendo a senhora no seu limite de querer falar e não poder falar, e, mesmo assim, falando mais do que foi orientada para falar. Sem problema. O resto somos nós que temos de fazer.

Obrigado, viu?

A SRª NIELI DE CAMPOS SEVERO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Temos um dia longo. Temos sete ainda. Eu quero só fazer um pequeno conserto aqui. Quando eu perguntei à Drª Nieli se ela sabia que a advogada dela é irmã de um médico, e ela disse: “Não sou”. Dona Denise Severo é irmã do Dr. Nilvio Campos Severo, que, por via de consequência, é dono da Prohosp. E quem vai depor aqui no lugar dele, que foi convocado, é Larson Hermilo Strel, eu acho que é isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas não é o senhor agora não. Eu só estou fazendo uma retificação aqui, porque a Dr^a Denise veio aqui no meu ouvido e disse: “Não, não sou irmã de doutor nenhum”. Sim, é irmã, sim. Está aqui.

Só Jesus na causa, mas vamos embora.

Agora, vamos ouvir o Henrique Alves Cruz.

Dr. Henrique, para economia processual, quando eu vi ali que ainda há sete, o senhor foi convocado aqui, porque está arrolado nesse processo investigatório. O senhor confirmou que estaria aqui, a confirmação está aqui. Já conversei com o seu advogado, o senhor conhece os seus direitos constitucionais. O senhor pode usá-los da maneira como o senhor quiser e fique à vontade; é um direito constitucional que lhe assiste.

Eu lhe dou a palavra. O senhor fique à vontade para poder usá-la, e, após a sua fala, eu vou lhe fazer algumas perguntas.

Pode ficar à vontade, doutor

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Boa tarde.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a oportunidade para poder prestar esclarecimentos. Logo que ocorreu esse fato, o Grizotti até me ligou, na época da reportagem. E, logo após isso, eu procurei, prontamente, comparecer à delegacia fazendária. Inclusive, marcamos um apontamento, com horário, e eles nos solicitaram que a gente fosse – eu, no caso – sem advogado, porque eu queria ser ouvido. Foi feita toda uma quebra de sigilo, como se diz. Foram à minha casa, pegaram documentos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Busca e apreensão.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – É.

Busca e apreensão...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pode ficar tranquilo.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – ... sob a alegação de que a gente colaborasse com o processo.

Bom, prontamente, eu tentei ligar, entrar em contato com o delegado para prestar esclarecimentos. Foi solicitado que eu fosse sem advogado. Fui sem advogado. Chegando lá, não nos ouviram.

Depois, numa segunda oportunidade, pedi que o meu advogado fosse lá também, e também não fui ouvido. Então, aqui é a primeira oportunidade, e eu agradeço muito por isto: por estar podendo passar o que, para mim, é a verdade, mas, para vocês, seria a minha versão, e entender um pouco essa situação, porque, na verdade, eu fui um pouco vítima de algo que eu ainda não sei o que é, do que está se tratando, porque a gente não tem acesso a inquérito, não tem acesso a nada.

Bom, só para falar um pouco de mim, como o senhor perguntou aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim, vai.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não sou natural daqui; sou natural do interior de São Paulo. Venho de uma família que também se construiu com base em honestidade. Meu pai é funcionário público, e minha mãe também. Eles foram conseguir estudar depois de muito trabalhar. Minha mãe chegou a trabalhar como faxineira, conseguiu economizar para estudar; fez odontologia e era funcionária pública. Meu pai foi *office boy* do IAPTEC e, com 40 anos, ele conseguiu fazer faculdade de Direito e galgou todos os degraus até terminar como Procurador-Chefe do INSS – acho que foi em 1989 que ele se aposentou. Temos toda uma estrutura de educação pautada na honestidade.

Comecei a trabalhar com 19 anos, por meio de um concurso, porque meu pai jamais me indicou para ninguém. Eu teria que crescer sozinho. Prestei concurso no Banco do Estado do Paraná, que tinha em Bauru, na época, que era minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Banestado.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Que, depois, também deu confusão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu estava no meio daquela confusão lá. (Risos.)

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Comecei a fazer Direito e não me interessei pelo Direito, porque essa questão de briga para mim não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Advogado não briga, não. Olha, aí, o advogado, calminho.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Lá, conheci a Medicina Legal. Através da Medicina Legal, me interessei por Medicina, parei tudo, fui fazer a prova e passei na faculdade aqui, a contragosto, porque não tínhamos condição de fazermos uma faculdade. Fiz uma faculdade federal aqui, trabalhei no IBGE para poder me sustentar. Assim que me formei, meu pai já não era... Àquela época do Fernando Henrique, não se tinha um salário muito bom, e o sonho dele sempre foi viajar para Portugal. Meu primeiro salário foi para isso.

Não fiz a minha residência, fiquei trabalhando como clínico por cinco anos, sempre tive um bom vínculo médico-paciente. Depois disso, procurei fazer a residência de ortopedia. Retornei para o Estado de São Paulo, fiz a residência de ortopedia e voltei para cá com indicação de um colega meu de turma, Dr. Gustavo Vanni, que me perguntou se eu me interessava por coluna. Na época, me interessava por cirurgia de mão e de coluna. Como, de tanto ficar operando em pé, desenvolvi uma hérnia discal, me interessei por essa área também e fui buscar essa especialização.

Como era uma indicação de amigos, confiava, e confesso que não fui fazer uma averiguação de quem seria meu preceptor e coisa e tal. Só sabia que ele operava muito bem e que indicava bem as cirurgias. E, de repente, me vi nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Que situação!

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – É, que situação.

Fiquei dois anos fazendo uma especialização, porque eu estava fazendo com o Dr. Sanchis. Na verdade, quando ia entrar era um ano; no momento em que fui entrar, passou para dois anos. Você fica naquela: operando, auxiliando e tal, durante todo esse período, na esperança de, quando acabar isso, começar a vida sozinho.

E, no meio desse processo, aconteceu isso tudo. Eu me desliguei do serviço dele no momento em que eu... Alguns colegas começaram a falar: “Cuida, está acontecendo alguma coisa estranha”, mas ninguém me dizia o que era. Notei que uns colegas também se afastaram do serviço, e ocorreram algumas coisas – não sei, o senhor deve ter conhecimento, até pela reportagem do Grizotti. Não concordava com certas atitudes dele e pedi o meu desligamento no final de julho do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Beleza!

Ficou especialista de coluna ou de mão? Coluna mesmo, não é?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – De coluna, faltando seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não encerrou?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não, optei por prejudicar essa minha parte do curso...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sua residência?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – ...mas não..., porque usou meu nome – entendeu? – sem meu conhecimento. Como eu ia conseguir? Para mim, o cara era o preceptor, era o cara que operava coluna. De repente, o cara pega e usa meu nome sem dizer nada, sem me falar nada.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – É, quer dizer, processo contra o IPE, e o advogado do IPE estaria representando contra mim no Conselho de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Em que ele usou o seu nome?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não há mais relação assim. A confiança acabou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Em que ele usou o seu nome?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Então, como aconteceu?

Eu auxiliava o Dr. Fernando Sanchiz, como na residência se faz, e havia o preenchimento das descrições cirúrgicas no final. Ele deixava lá carimbado, colocava o nome dele lá, cirurgião principal e tal, e, num belo dia – até as gurias que trabalham lá no bloco cirúrgico do Hospital Nossa Senhora das Graças pode confirmar isso –, num belo dia, ele falou: “Coloquei seu nome como...”

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Canoas, não é?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Canoas.

“Coloquei seu nome como cirurgião principal.”

Olhei para as gurias assim e falei: “Esmola demais, o santo desconfia”. Anotei o nome do paciente, fui falar com a enfermeira. Falei: “Enfermeira, deixa ver os papéis do paciente fulano de tal”. A enfermeira – Marília, o nome dela: “Da judicial que teve sexta-feira?” Falei: “Judicial, como assim?” Ela falou: “É, uma judicial”. Aí ela me deu no outro dia, porque não estavam lá; esses papéis haviam sumido. Ela me concedeu esses papéis na outra semana, na segunda-feira. Eu, de posse desses papéis, peguei o nome e fui folheando. Ao folhear, tinha código de processo, entrei na internet e fui lendo algumas decisões. Em alguns dos despachos do juiz, estava dito que tinha concedido uma liminar... Porque havia umas falando que o médico assistente não é credenciado, e não sei o quê... No caso, era IP. Fui vendo, e, no final, deram a liminar, falando assim: “Concedo a liminar para o médico assistente, Dr. Henrique Cruz”.

Falei: “Bom, vi o paciente ali, auxiliando-o somente”. Fui questioná-lo por que estava sendo utilizado o meu nome, porque não queria isso, por mais que as razões que me eram ditas – que o material era melhor, que o paciente seria jovem, e você poderia usar certos materiais para não fazer uma artrodese... Aliás, tudo aquilo que é indicação do meu caso cirúrgico.

Falei: “Não concordo, não gosto de brigas. Fiz Medicina, porque gosto de ajudar as pessoas, não gosto de confusão com nada. Gosto de as pessoas me encontrarem na rua e me cumprimentarem de bom grado assim”.

O que aconteceu? Pensei que ali ele me tiraria. Não me tirou. Não obstante isso, passaram mais alguns dias... Eu estava fazendo R4 para o R5, que são dois anos. O meu antigo R+ – a gente chama de R+ o residente antigo anterior, que, no caso, estava sendo meu preceptor. Você não discute o caso com o chefe, mas discute o caso com o seu mais próximo, que, no caso, era o Dr. Antônio Carlos.

Estava passando visita nos pacientes – porque a gente vai, auxilia, passa a visita nos pacientes, aquela correria na residência –, e ele me chamou no consultório e falou: “Olha, Henrique, o que está acontecendo aqui...” Me passou um papel.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Antônio Carlos?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim. Passou-me um papel que eles atendiam os pacientes lá no Rio Grande e Pelotas, local ao qual nunca fui, e uma paciente teria entregado esse papel para ele. E, nesse papel, estaria constando uma representação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Antônio Carlos é o Sábio Júnior?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Isso! Ele deve ser ouvido aí depois.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está aí o Sábio Júnior?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Está lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está lá fora?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Chame-o para mim. Pede a assessoria para chamar o Antônio Carlos Sábio Júnior.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Ele será ouvido hoje.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu sei.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Bom, o que aconteceu? Ele me mostrou esse papel e, nesse papel, constava que eu estava sendo representado no Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, acerca de alguns...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Só um minutinho! Pede à assessoria para ficar com ele ali só um minutinho, que já vou chamá-lo.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Haveria dois ou três processos que estariam correndo no IPE.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Contra você?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Um processo que você, como auxiliar dele...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Como se eu fosse...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – O que aconteceu? Em que parte eu estava?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele te deu um prêmio de ter te colocado como o principal.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Essa cirurgia foi a que levantou a lebre. Ele falou isso, eu conversei com ele, fui lá, verifiquei toda a situação, falei com a enfermeira e disse para ele: “Fernando, eu não concordo com isso. Tire o meu nome disso. Eu não quero saber disso”.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Para eu entender. E aí...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não, isso foi um fato.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Esse é um fato.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Ele falou: “Não, mas isso aí é negócio do melhor para o paciente”. E eu disse: “Fernando, não me interessa que é melhor para o paciente. Você faz o que é melhor para o seu paciente. Tudo bem. Eu acho ótimo isso. Só que use o seu nome, não use o meu nome”. Eu não comecei minha carreira ainda como ortopedista. Eu levei cinco anos para guardar um dinheirinho para fazer a residência médica, porque a bolsa era pequena, mil e poucos reais, para depois poder começar a trabalhar. Já entrei na faculdade um pouco atrasado, fiquei mais cinco anos para poder fazer a residência para, depois, chegar ali... Você começa a trabalhar com convênios.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo, certo.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu falei que não concordava com isso. Achei que teria parado por ali. Bom, eu tinha em mente terminar os meus seis, sete meses que faltavam. Ótimo. Beleza.

Estou lá atendendo os pacientes, o Antônio teria regressado de Rio Grande, pois eles atendiam num consultório lá, e veio com esse papel. Eu falei: “Não, mas isso é um absurdo”. “Não, o Fernando pediu para não falar nada.”

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você tinha operado lá também?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Onde? Em Rio Grande? Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não sei... Espiritualmente.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Nunca pus o pé em Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você estava lá sem estar.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pois é, ele usou.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim, aí o que aconteceu? A paciente, que se consultou com o Antônio, não sei, mostrou isso para ele e falou: “Olha, doutor, o que estão falando de vocês”. Ele me mostrou isso, e eu falei que não concordaria com isso. Aí, tive uma conversa com outro colega que também tinha abandonado a equipe dele, que é o Dr. Marcelo Tafas, para entender as razões, porque a pessoa sai, está atendendo no ambulatório, parou de atender, e a gente não sabe o porquê. Fui conversar com ele. Achei por bem mandar uma comunicação para o Fernando, a partir do final de julho, desligando-me de toda e qualquer atividade ali – do SUS, do ambulatório de convênios, de tudo, inclusive esse aqui –, porque isso não fazia parte do... (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Desligamento?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – É.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Seu *e-mail* aqui, seus números. “Bom dia, Fernando. Antes de ler esta carta, por favor, veja os arquivos anexos.”, que você mandou, não é?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim, que eram as cópias desses...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – “Estou sendo representado... PGR... Com relação a cirurgias judiciais solicitadas em meu nome, tal, tal.”

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não é solicitado no meu nome, mas eles usaram como se fosse eu que tivesse feito laudos e pedidos de materiais que eu nunca fiz. Eu nunca lidei com empresas de material. Eu era apenas um residente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu entendi. Falsificaram a sua assinatura?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Falsificou também?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim. Foi por isso que o Grizotti me ligou...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você já pediu perícia da assinatura dele? (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não tiveram acesso? Eu vou pedir a perícia da assinatura dele, por favor.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – O que aconteceu? O Grizotti fez uma perícia.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas eu vou pedir, é CPI, eu vou pedir... Esse papel pode ficar comigo?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Pode. Eu trouxe para isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Um minutinho só. Assine aqui para mim. É, o bicho é mais fera braba do que eu achei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Fique calmo, nós estamos indo bem.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Da saída do... Eu demorei uns 20 dias...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Vamos parar um pouquinho só no Antônio Carlos aqui. O Antônio Carlos lhe comunicou. Ele já tinha feito alguma coisa no nome do Antônio Carlos também?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Aparecia o meu nome e o nome do Antônio Carlos. Aí, aconteceu isso, e eu fiquei com receio. Não sei se o senhor sabe como é na residência?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Só na minha mesmo. (*Risos.*)

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Como é que eu vou dizer? Só na cabeça do residente, entendeu? A gente sempre fica com um pouco de tato, porque pensei: “Eu saio da residência e, depois, não consigo me desenvolver na área porque ele começa a falar para todo mundo que eu estou...” “Olha, não dá para trabalhar com esse cara...” Então, tinha muito tato na hora de fazer isso.

Por isso, que este *e-mail* aqui foi conversado com o Dr. Marcelo Tafas, que era o colega, também, que saiu, para ver a melhor forma para a gente não brigar com ele. Eu não queria me indispor com ele, porque eu o respeito como cirurgião. Claro, eu estava aprendendo. Não é como vir um perito aqui, com PhD, e dizer que as indicações dele eram corretas. Para mim, as indicações dele eram todas corretas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo, claro. Entendo perfeitamente. E ele respondeu seu *e-mail*?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Ele não respondeu, mas me ligou e perguntou se eu ia sair de tudo. Falei: “Não, vou sair de tudo, eu quero me desligar, quero começar a minha vida...”

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quero paz.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Exatamente. “Quero começar minha vida de outra maneira.”

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Uma pergunta: aqueles prontuários todos que você acabou vendo que tinham seu nome, você os copiou?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Prontuários do...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Onde eles falsificaram a sua assinatura e tal.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Então, como eu vi a falsificação dessa assinatura? O Grizotti... Uma paciente, quando eu estava para sair... Porque é assim: tu vais lá, ele operava, aí a gente passava a visita... Quem passava a visita era eu. Não sei como era a relação dele com os pacientes. Sei que os pacientes muitas vezes me ligavam para se queixar – não sei se não conseguiam falar com ele. Muitos pacientes ficavam lá, e estava demorando para operar. Eu perguntava: “Mas, por que está demorando tanto a sua cirurgia?” “Ah, é questão de processo...” Aí, comecei a ficar ressabiado.

Uma paciente, que se chama Daniela de Castro Nichele – e não sei se foi ela que iniciou isso aí – estava internada lá, resolveu sair, e falou: “Eu vou procurar, porque eu acho que tem coisa errada nisso.” Logo depois disso, eu saí. Apareceu toda essa situação, e eu saí. Em dezembro, ela me ligou falando que o Grizotti tinha interesse em falar comigo. Ai, eu falei: “O que está acontecendo, porque eu não sei?” Ela disse: “Não, tem coisas lá no teu nome...” E eu falei: “Mas, eu preciso saber, porque eu não sei de nada.”

Concordam comigo que ele sabe onde ele me enfiou? Eu não sei onde fui enfiado.

E o Grizotti me mandou por Whatsapp, naquelas mensagens, algumas assinaturas – não era esta daqui. Essa aqui é uma. Ele mandou tipo um papel com uma assinatura minha, assinatura que seria do irmão do Fernando, como se tivesse feito – entre aspas – um “*pot-pourri*” das assinaturas para comparar. E eu falei: “Não, essa assinatura não é minha.” “Ah, posso fazer uma perícia?” Eu falei: “Grizotti, podia ter feito a perícia antes de me ligar; podia ter te poupado o trabalho.” Foi aí que ele fez a perícia.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Orçamento para honorários de cirurgia de coluna particular. Paciente Teresa de Lourdes Francesconi Prestes. Cirurgia: R\$10 mil. Auxiliar: R\$5mil. Esses R\$5mil eram seus? Dois auxiliares: R\$3mil. Anestesia: R\$3mil. Total: R\$21 mil.

Essa aqui é a assinatura, e eles assinaram em cima do seu nome?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Esse parece o meu carimbo, mas o meu carimbo sempre esteve comigo, nunca ninguém pegou...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Fizeram outro carimbo?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Provavelmente. Em qualquer esquina, o cara vai e faz um carimbo. E a assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Essa assinatura aqui não bate. Eu vou...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Deixe-me fazer a minha rubrica para o senhor ver.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu quero. Faça aqui porque, na segunda-feira, eu mando ao Molina e, já na quarta-feira, eu tenho.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Esta é a minha rubrica.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tome aqui. Assine várias vezes. Faça seu nome e, do meio para baixo, faça a rubrica. (*Pausa.*)

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Tudo?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tudo. (*Pausa.*)

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Na reportagem, saiu que ele foi lá. Inclusive, acho que o “tchan” da reportagem foi que mostrou ele falando e mostrou o perito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Faça essa aqui. (*Pausa.*)

Mas, para mim, só serve a de Molina. Põe embaixo aqui.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Já? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quer dizer, respeito todos os peritos, mas eu... (*Pausa.*)

Estas daqui são as assinaturas originais – sei que todo mundo quer ver. Tem que ser público. Este daqui está meio ruim porque é um xerox, mas dá para a gente conseguir o original dele. Este aqui também.

Bom, vamos continuar.

E o Antônio Carlos? Depois que lhe comunicou isso, chegou a falar alguma coisa se ele também falsificou a assinatura dele? Não?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Falsificou também?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Falsificou também. Aí, a questão estava em a gente fazer a defesa; ir ao Conselho fazer a defesa ou não. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Onde é que nós paramos? Aí você se desligou...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu me desliguei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ... e nunca mais falou com ele?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Nunca mais falei com ele. Às vezes alguma mensagenzinha, assim. Ele mandava mensagem no WhatsApp, umas bobaginhas e tal. Eu não vou me indispor com o meu preceptor, porque, tipo, eu cheguei para a minha cidade para ver a questão de outras pessoas, de colegas que fizeram ortopedia.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quem teve coragem de falsificar a sua assinatura, não é? Você tinha que tratar com cuidado mesmo.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Exatamente. Aí, tipo, vamos manter uma relação e tal. E eu falei para ele: “Olha, Fernando, tu que fizeste a bobagem. Agora, tu me ajudas a resolver isso aí. É meu nome”.

Na verdade, por que eu não procedi à denúncia? Por receio de retaliação dele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu entendo.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Só que eu não me senti mais confortável de estar ali trabalhando e sendo supervisionado, devendo ser supervisionado, por uma pessoa... Acabou totalmente a confiança.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Bom, se você, que é um médico, um rapaz que estudou, tinha receio, eu não posso recriminar nenhuma das vítimas que não tiveram...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu confiava tanto nele que... E confio na parte cirúrgica dele. Tu ficas auxiliando uma pessoa por quatro horas. Havia outros doutores que vinham fazer a escoliose – quem fazia a escoliose. Porque era um serviço de residência. Era o Becker e o Nossa Senhora das Graças. Então, vinha doutor lá de Caxias do Sul, que opera muito bem, e às vezes a cirurgia levava quatro, oito horas. Isso me estragou a coluna. Chegou uma hora em que eu não consegui mais trabalhar. Eu confiava nele. Eu me submetia a procedimentos cirúrgicos com ele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você tem uma prótese também?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não, eu não fiz prótese. Eu fiz... Antes de fazer, tu fazes uma discectomia, que foi o que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Melhorou mesmo?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Melhorou, porque tu não tens prótese, não é?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Aí já não sei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque, se fosse botar uma prótese importada, você ia ver.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Pois é, isso eu já não posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E como é que está a sua vida hoje, depois desse episódio?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Bom, a minha vida. Nos seis meses seguintes, eu fiquei sem conseguir emprego. O pessoal fala: “Médico arruma emprego em qualquer lugar”. Eu estou há seis meses sem conseguir trabalhar no lugar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Todo mundo se lembrando do episódio da televisão?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não. Não havia episódio ainda.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ah, não havia a matéria do Fantástico ainda?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não havia episódio. Então, o que acontece? O que eu achava? Em um lugar em que eu fiquei fazendo plantão, no Hospital Nossa Senhora das Graças, eu não fiz mais plantão, porque ele me tirou tudo. No Dom João Becker eu ainda fiquei fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – De Gravataí?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – É. Em uns dias ou outros. Aí, lá pelas tantas, entrou um guri novo lá, e ele falou: “Não, eu vou passar o seu plantão lá para o outro.” Ah, mas e aquela questão de antiguidade, esse tipo de coisa e tal? Porque eu precisava pelo menos de um plantão para eu me manter. Eu não estava conseguindo trabalhar em nenhum outro lugar. Eu estava conseguindo me manter com os pagamentos dos plantões do Nossa Senhora das Graças, que vinham se atrasando por três, quatro meses. Então, eu consegui receber ainda uma coisinha até dezembro. E só um colega que me ofereceu, porque já conhecia o Fernando, que falou: “Não, vou te dar uma mão.” Foi o Dr. Alcino, lá em Cachoeirinha, e o Dr. Guilherme Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque ele já conhecia o Fernando.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – De má fama.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, de má fama.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Mas, em vários outros lugares que eu procuro – eu me sinto vítima, eu sou inocente nisso aqui –, a primeira coisa, quando eu chego, eu falo que aconteceu isso, isso e isso comigo. “Sabe aquele caso que saiu?” Isso depois, agora em janeiro. “Aconteceu isso, isso e isso. Então, eu quero que vocês saibam disso.” Eu acho que, falando isso, dá uma credibilidade de que eu não estou envolvido. Eu fui vítima disso. Só que, mesmo assim, a pessoa não quer que o seu serviço de ortopedia fique enrolado. Daqui a pouco: “Ah, quem está de plantão amanhã?” “Ah, é o Dr. Henrique.” “Ah, não, mas o Dr. Henrique, daqui a pouco, tem que ir a uma audiência. Então, não vamos dar o plantão para ele.” E nisso tu vais ficando...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu sei como é.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Então, foi terrível. A minha vida está em trabalhar em clínicas populares, em que estou tendo uma boa aceitação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu estou com muita dor no joelho. Tomei um Tandrila. Fiz certo ou errado?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Bateu o joelho? Tem artrose no joelho?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não. É uma dor no joelho que só Jesus. Agora, com esse negócio de prótese, eu vou morrer com ele do jeito que ele está. *(Risos.)*

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – É, isso gerou muita desconfiança.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Depois que você tomou conhecimento desta questão, por exemplo, dos advogados existentes que ajuizavam as ações?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Depois que eu saí, aí eu comecei a ouvir falar disso, porque as pessoas com quem antes eu conversava diziam: “Ah, tu estás fazendo especialização em coluna?” Sim. “Com quem?” Com o Dr. Fernando Sanchis. “Ah, opera muito.” Aí, depois que tu saís, vira outra figura.

Por exemplo, o meu irmão se casou com uma instrumentadora cirúrgica. Ela se mudou de Passo Fundo, foi para Bauru morar com ele e começou a trabalhar lá. E ela veio a um curso aqui. Num desses cursos, ela falou: “Vamos jantar lá, com o pessoal do curso.” “Ah, eu não posso, estou na residência.” E ela comentou com o pessoal: “Ah, está na residência.” “Com quem?” “Com o Dr. Fernando Sanchis.”

Isso foi naquela época em que eu estava ficando já mais...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mais ligado.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Aí ela falou: “Olha, saí.”

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sai, não é?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Lá em São Paulo. Pessoas de São Paulo me falando para sair. Aí, eu comecei a atinar. Aí, aconteceu a questão do paciente lá, que não era meu e que estava como meu. E aí eu falei: “Quer saber? É muita confusão. Eu não gosto de confusão”.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você checkou na papelada o nome do advogado ou da advogada que ajuizou a ação?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não. Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você se assombrava com os valores das cirurgias?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu nunca tive acesso a esses valores. Quando chegava o material, vinha a instrumentadora, que, normalmente, era a Anelise, que era da Intelimed. E vinha ali só escrito ou o nome do paciente numa fitinha ou que a cirurgia era do Dr. Fernando Sanchis.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Anelise era a instrumentadora dele?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Era a instrumentadora. Era a única pessoa com quem eu tinha contato.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E era a instrumentadora dele?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Era a instrumentadora da Intelimed, que era uma instrumentadora muito boa. Então, era sempre ela que estava lá instrumentando com a gente. Era a única pessoa com quem eu tinha contato dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu queria ouvir essa mulher.

Deixa eu te falar uma coisa.

Qual foi o espanto dele quando você disse que tomou conhecimento de que sua assinatura estava falsificada e que o seu nome tinha sido usado? Ele negou que não foi ele, que alguém errou? “Fui eu, desculpa?”

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Ele falou: “Não vou mais fazer isso?”

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele falou?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – “Não vou mais fazer isso. Não te preocupes.” Aí, eu falei: “Eu vou sair”. “Não, esfria a tua cabeça, não sei o quê”. “Mas nem no SUS vai ficar?” Eu falei: “Nem no SUS. Eu quero distância de tudo”. Mas – claro – eu falei numa boa, para não criar atrito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Entendi, entendi.

É o seguinte: eu estou sentindo firmeza em você e já percebi que você está pagando um preço por tudo isso.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Até assim – outra coisa que eu queria dizer: o Grizotti queria que eu des- se entrevista. Mas eu não queria dar entrevista porque eu queria que ficasse parecendo que...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Só um minutinho. Eu queria registrar a presença do Deputado Osmar Terra, nosso companheiro, grande militante.

Queria convidá-lo para sentar aqui, Deputado, ao meu lado, por favor. *(Pausa.)*

É o seguinte: eu vou, num determinado momento, precisar de você de novo, porque eu vou levar o Dr. Fernando para Brasília e eu preciso fazer uma acareação dele com outras pessoas. Infelizmente, eu vou fazer uma acareação dele com você. Mas eu estarei de posse de documento. Infelizmente, você vai pagar esse preço por um tempo ainda, infelizmente.

Eu pergunto a você se o fato de você manter essa relação amistosa por precaução... Por essa precaução, várias vítimas que estariam aqui não vieram, pediram para não vir, porque estavam com medo. Eu também teria. As vítimas estão justificadas. Eu também teria. Você pega um cidadão do povo qualquer, iludido de que vai ficar paralítico, de que nunca mais vai andar, de que sua mãe não vai andar, tocam o terror: “Pode ficar tran- quilo. Eu arrumo advogado. Eu entro com a liminar.” Está bem! E, depois, essa pessoa fica pior.

Essa onda de grande cirurgia aí, mas todo o mundo de que tenho conhecimento piorou. A mãe de um Deputado está toda troncha, no mesmo procedimento: “Eu arrumo advogado”. Inclusive ele estava depondo, e eu lhe perguntei: “O senhor o conhece?” “Conheço.” “E a mãe dele?”

Pois é. Ele vai ser o Presidente da CPI. É um bom caso para ele começar, que é com a mãe dele.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Os meus pacientes, os pacientes que eu atendo – eu atendo muitos pacientes de coluna nessas clínicas – sabem que eu me tratei com fisioterapia, pilates, tudo. Se tu consegues isso sem botar parafuso e tal é a melhor maneira. Eu acho que não está invadindo nada. Mas há casos em que é preciso operar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas, se não botar parafuso, não com- pra avião.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ *(Fora do microfone.)* – Ah, isso eu já não sei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, eu sei.

Você sabe que uma vez a Matemática foi contrariada;; só uma. Aquilo que a gente não imaginava foi. A Bíblia diz que Jesus curou dez, e só um voltou para agradecer. Foi a única contrariedade da Matemática. Um ficou maior do que nove, porque nove não vieram.

Mas, nesse caso, também tem a ver; parafuso produz riqueza....

Agora, me diga uma coisa: no meio acadêmico, no meio médico – responda se quiser, se não quiser, não responda, mas é o tipo de pergunta que, se não responder, respondeu... O meio médico aqui no Rio Grande do Sul considera-o um garoto prodígio, que chegou a essa fortuna todo por ser prodígio, por ser um iluminado ou porque é sabido demais?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Esta é uma boa ideia: fazer uma lei...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Como assim: sabido demais?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu queria dizer esperto, mas...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Ah, tá. Olha, isso eu não sei também responder.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Boa resposta.

Eu lamento pelo que aconteceu. Ele teve assinatura, carimbo, foi falsificado pelo Dr. Fernando, que está respondendo por quem ele não operou.

Eu lhe pergunto se você tem algum temor.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você precisa que peçamos garantias para você? Se precisar, eu vou pedir.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu gostaria, porque todo o mundo sabe que ele é um cara poderoso. É o que dizem. Eu nunca vi, mas dizem que é milionário. E aí? Não só eu. Há outros colegas que estão aí e que também...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu sei que ele é muito bom de coração. Ele viaja no avião dele para o interior para atender paciente a R\$30. Ele é um cara com coração bom, porque R\$30 é o litro de gasolina de avião.

Vou lhe dizer: poderoso é Deus, grande é Deus.

Hoje eu disse para ele que, quando morrer, não presta nem para fazer sabão.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Desta vida, não se leva nada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não! Fez isso tudo, um absurdo! Desmoralizado, vai ter que entregar a metade do que ganhou para o advogado – advogado novo, inteligente, trabalha honestamente. São honorários. É serviço. E agora, doutor?

A Justiça depois manda bloquear tudo. Tomara que mande devolver tudo para o SUS.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – O duro é a gente que não tem, que tem casa modesta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Esperamos que haja Sérgio Moro nessas questões que envolvem essas pessoas, porque há juízes e juízes. Se há um Sérgio Moro de um lado, por outro lado, você tem um advogado do caso Eike Batista, aquele meliante, aquele pilantra. Então, espera-se que nesses casos...

Mas o seu depoimento é corajoso, embora sua situação não seja fácil. Tudo o que importa é zelarmos por nosso nome. Pelo nosso nome, vale até correr risco.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu não sei de onde ele construiu a riqueza dele, essas coisas, e tal. Mas a única coisa que eu não queria é que mexessem no meu nome. Eu não tenho nada com isso. Eu não quero saber de onde ele arrumou, se foi lícito, se não foi lícito. Eu não tenho nada com isso. Eu não quero acusar, mas o meu nome não era para ter ido para essas coisas, e foi, pura e simplesmente, por causa de uma grafia, uma impressão com um carimbo.

E eu pergunto – vamos supor: “Você me paga uma conta no restaurante tal?” E você diz: “Não, tudo bem!” Você me dá o seu talão de cheque, eu assino: “Está aqui. Tudo O.K.?” O banco vai aceitar isso? Óbvio que não.

Agora a Justiça – muitas vezes, você vai transferir um carro – exige que se reconheça a firma. Como é que, para processo de vultos absurdos, como estão dizendo – é o que eu vi pela mídia –, não se checou a assinatura?!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Essa é uma boa ideia.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Por que não se checou a assinatura? Teria acabado com tudo isso.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Por quê? Para vender um carrinho de R\$5 mil, o cara checa a assinatura. Tem que assinar na frente da outra pessoa, porque só o fato de você assinar e o cara botar o selinho não vale. Tem que constar ali todo o mundo junto, e num processo de – sei lá – R\$200 mil, que disseram aí...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Há prótese que passa de R\$300 mil.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – E o Judiciário diz que se sentiu enganado nisso. Espera aí: se sentiu enganado? Pois é. Era só checar a assinatura, pararia tudo. Ele iria fazer a assinatura certa e não iria usar o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas, realmente, ele é um iluminado e um homem de sorte, porque ganhava todas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bom. Tenha calma.

É importante o que você está falando aqui para mim. Tenha calma.

Quando a gente lida com a verdade e a gente tem a verdade – muita gente me encontra na rua e diz: “eu acho que o senhor é um homem corajoso”. Eu não sou corajoso, eu sou igual a todo mundo... Quando a gente lida com a verdade, a gente não conhece este sentimento, que é o sentimento de medo. Você está lidando com a verdade.

Acontece o seguinte: há um processo investigatório numa coisa chamada máfia. E a investigação precisa dar-se no entorno, precisa chegar na ponta. E você estava no entorno. Por azar seu, você estava no lugar onde o carro escorregou; você não estava nem no ponto do ônibus. Você estava sentado do outro lado. Ele escorregou, virou e foi lá em você. Tenha calma.

Se essa busca e apreensão, ao final dessa investigação... Você tem elementos aqui.

Você teria problema... Uma pergunta que eu lhe faço: você me autoriza, a CPI – para que eu faça sem... Porque eu posso fazer – a quebrar todos os seus sigilos?

Em tudo o que entrava, tinha liminar para ele. De cada dez, ele ganhava 9,5. Só perdia 0,5. E o advogado fazia em série.

Houve uma advogada aqui que não sabe dizer nem se botava justificativa de mérito; era só o fundamento jurídico. No fundamento jurídico, você troca só nome, endereço e data de pessoa.

Mas eu vou oficiar agora ao Governador do Estado, ao Secretário de Segurança e vou pedir segurança para você. E advirto que qualquer coisa que ocorrer a esse moço é em função do que ele falou aqui.

Eu vou tomar todas as providências cabíveis nesta investigação.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – O que? O valor? Trezentos reais, dependendo da cirurgia... Vai depender muito do valor principal que o cirurgião recebe.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Agora outra coisa. Eu tenho parentes na Justiça – procuradores, promotores, juízes –, mas foram à minha casa, pegaram documentos de 2005 – que depois eu fui checar –, há coisas minhas da Previdência, de que eu preciso.

O que tem a ver 2005 com essa situação de agora?

Se pegassem a minha agenda, porque, para a gente fazer a prova da coluna, eu tenho que anotar todas as cirurgias em que eu auxiliava, todos os diagnósticos, o número do prontuário e ter fotos. Eles podem pedir fotos disso ou daquilo para ver o que foi feito.

Isso eles levaram, tudo bem. O senhor concorda comigo que isso teria relação para ver os pacientes e tal. Agora para que levar documentação de um apartamento onde em morava em 2005? Pagamentos de aposentadoria de INSS em 2005?

Eu fui lá e questionei isso. Disseram: “O senhor está sendo investigado. O senhor não pode pegar esses documentos”. Mas esses documentos não têm...

Outra coisa: não me deixaram – falando das ilegalidades – sequer uma cópia do mandado de busca e apreensão. Eu fui... Através do meu advogado, a gente viu que no mandado de busca e apreensão, dirigido para o meu endereço em Canoas – eu moro em Canoas –, que eu não poderia sair da cidade de Porto Alegre. Pegaram o mandado de segurança do Fernando, copiaram e colaram com o meu nome!

Então, essas coisas me preocupam. Eu vou tentar lá esclarecer, e não querem me ouvir. Dizem que pegam todos os meus documentos, porque eu posso não querer prestar esclarecimento.

Eu vou lá, estou prestando esclarecimento. “Não, não vou te ouvir”.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Tudo. Pode quebrar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Estou autorizado.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim. Perfeitamente. Pode olhar tudo, todas as contas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, eu vou quebrar todos os seus sigilos com a sua autorização.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu pergunto uma coisa a você: desses valores aferidos pelo Dr. Fernando com as vultosas quantias dessas cirurgias, você recebia dele alguma coisa?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu recebia apenas o auxílio da cirurgia em que eu auxiliei – e só.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O que é o auxílio de uma cirurgia hoje?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você passa quatro horas auxiliando a cirurgia e ganha R\$300?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – É. Do SUS, é mais ou menos isso.

Na verdade, ele passava e a gente nem olhava. Ele passava a tabelinha do... Tudo está na fichinha do Becker, e o Becker passava... Cirurgia do Bradesco, sei lá quantos níveis, ficou R\$3 mil para o cirurgião principal. Para o primeiro auxiliar, eu acho que são 30% e, para o segundo auxiliar, menos um pouco. Algo assim.

Então, os valores são baseados nisso daí. No início, eu recebia bolsa. Até o final do primeiro ano, era bolsa. Ele falou: “Não, esse ano eu vou começar a te pagar os auxílios do que tu me auxilias”. Como é em todos os R4s. No R4, a pessoa já fez uma residência e tem que começar a trabalhar. Como é em todos os R4s.

Quando eu comecei o quinto ano, que era o R5, iria começar a ser assim. Aí, os colegas me falaram: “Mas está bonzinho. Dá uma olhada. Está ficando bonzinho, alguma coisa está estranha”.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aí você descobriu que...

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu comecei a ficar antenado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aí você descobriu que era o seu nome.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – E eu falei: “O que é isso? Meu nome aqui, não. Tchau”.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Bom. Interessante.

Alguma vez ele lhe pediu seu CPF emprestado, perguntou se poderia depositar alguma coisa na sua conta?

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Henrique, eu não vou te perguntar mais nada não.

Eu só quero que passe esses dados ali. Vou conferir isso aqui, certamente.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Vou passar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu terei andamento disso e peço que...

Nós somos, de fato, um auxílio. A CPI, pelo poder que tem, é um auxílio muito imediato mesmo ao Ministério Público e ao inquérito dos delegados.

Então, aquilo em que eles têm dificuldade, porque eles ainda têm que pedir para o juiz, eles têm que... Isso que você acaba de falar para mim: "autorizo a quebra do meu sigilo", eles já devem ter pedido.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E o juiz, ou dá imediatamente, ou, por causa das razões dele, demora para dar.

Mas nós podemos fazer isso imediatamente.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – O quanto antes.

Uma coisa que eu falo para os meus amigos é o seguinte: "Eu quero resolver isso o quanto antes, porque eu não tenho nada para esconder". Eu acho que quem fica enrolando com a Justiça está retardando até para, de repente, obter uma prescrição e não ser punido.

Agora, a pessoa que é inocente e não tem nada com a situação quer que resolva o quanto antes para poder viver a vida dele sem uma sombra em cima.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está certo.

Eu preciso assinar um ofício ao Governador e ao Secretário de Segurança pedindo proteção para ele.

Senhores, façam-me um favor. Doutor, faça-me um favor, um momento. O senhor pode vir aqui com a minha assessoria? Vá com eles ali dentro.

Muito obrigado, doutor. Muito obrigado, Henrique, pelas informações.

O SR. HENRIQUE ALVES CRUZ – Eu que agradeço. Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Paladini, muito obrigado pela presença, querida. Mais uma vez agradecendo pela presença também do nosso Deputado Osmar Terra.

Antes de chamar o próximo depoente, que será o Ricardo Filipe Bayer, eu passo a palavra ao nosso querido Deputado Osmar Terra, para fazer uma saudação ao seu povo.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS) – Eu queria cumprimentar todos que estão participando deste momento da CPI, cumprimentar o Senador Magno Malta, que é meu grande parceiro lá no Congresso na luta contra as drogas. Nós termos uma parceria forte, não é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Com certeza.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS) – Para enfrentar o *tsunami* que vem por aí, a epidemia.

Vim aqui dar um abraço no Senador Magno Malta. Eu não sou membro da CPI, porque esta CPI é do Senado, mas vim aqui dar um abraço. Ele, vindo ao Rio Grande do Sul, eu tinha de cumprimentá-lo. Eu tinha que, de alguma forma, recebê-lo aqui.

E desejar sucesso, porque são questões que têm de ser exemplarmente esclarecidas e punidas.

Não há como se admitir que o pouco recurso que o Sistema Único de Saúde tem, proporcionalmente, ainda vá pelo ralo, do jeito que está indo.

Então, quero cumprimentá-lo pela coragem e pelo desprendimento, Senador Magno Malta, que já se destacou em outros momentos em questões tão ou mais graves do que essa, e desejar-lhe boa sorte.

Então, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado, Deputado Osmar. Fique à vontade e se sinta parte daqui. Se tiver desejo de participar e de inquirir, certamente, eu direi que a ajuda é bem-vinda. (*Pausa.*)

Ricardo Filipe Bayer, jovem advogado. Você parece dois atores que eu conheço. Parece o Harry Potter e aquele que fez.... Ele mesmo, não no papel. No papel, é o desenho do rosto e tal. Mas ele mesmo, fora do papel... Como é o nome daquele ator que fez Mãos de Tesoura? Johny Depp. É um filme muito interessante. Você viu? Esse filme aqui é que não está legal, mas nós vamos chegar...

Ricardo, vou te dar a palavra, para que você, que é advogado, faça as suas considerações sobre esse rolo todo. Eu conversei um pouco, de manhã, com o Dr. Antônio. O senhor é advogado, ele é advogado...

O SR. RICARDO FILIPE BAYER – Senador, tendo vem vista o meu pedido de vista dos autos desta CPI, e não foi me ofertada vista dos autos, vou usar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tá legal. Eu não posso te dar vista dos autos, mas, na hora que eu tiver, eu te dou. Entendeu? Eu tenho muito pouca coisa e queria até que você me ajudasse e colaborasse comigo para eu ter uns autos bons, porque aí eu te dou tudo.

Eu tinha explicado isso ao Dr. Antônio, que me levou o seu pedido de vista dos autos, mas eu não tinha para fornecer para ele ainda, até poque estou requerendo também os autos do inquérito, para que eu tenha as atitudes que eu tenho de tomar ainda, estou dependendo da resposta delas, que devo ter a partir de quinta-feira. Acho que o Dr. Antônio ouviu falar aqui. Aí eu não tenho dificuldade nenhuma, não. Sem nenhum problema.

Doutor, está bem. Se o senhor quer ficar calado, vai ficar calado. Mas de uma coisa eu já sei: você tem trinta anos. Deve ter se formado muito jovem. Por que você acha que o seu nome está envolvido nisso?

O SR. RICARDO FILIPE BAYER – Ah, Senador, vou usar o meu direito de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pode usar.

Qual a sua relação com o Dr. Fernando?

O SR. RICARDO FILIPE BAYER – Vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O seu escritório...

advoga para o Fernando, para a pessoa do médico Fernando? Você também era instado a receber os futuros pacientes, operandos, que são pacientes dele, para que você faça um processo de maneira a adquirir uma liminar do juiz para que essas pessoas, em seguida, possam ser operadas? Aí é que é o grande problema.

Não vejo qual é o problema, desculpe-me, de o senhor não falar, até porque, se o senhor não deve, se o senhor recebeu honorários normais de um advogado, como advogado, é o seu trabalho. E, se o senhor nada tinha a ver com essa chamada máfia, que recebia quantias vultosas, em nome da miséria de pessoas simples, induzindo-as a um procedimento cirúrgico, em sua grande maioria...

Há médico que afirma que há pessoas que têm placa hoje na coluna, mas que seriam tratadas com analgésico, com relaxante muscular, com isso aqui que é mais antigo que andar para a frente, o Dorflex. Receberam uma placa e... E há caso de estivador que chega com dor no músculo aí dizem para ele: "Não, você tem de operar. Isso aí vem da sua coluna." Aí ele fala: "Não, mas eu sou estivador. Hoje, o peso foi exagerado. Eu quero saber o que..." E falam: "Não, você vai operar." E o estivador não operou nem os braços nem as pernas. E aí, em nome disso, fez-se sangramento no SUS, fez-se sangramento em cima de plano de saúde. E os planos de saúde ficam reféns.

Então, eu, pessoalmente, não vejo porquê. Eu entendo que esse direito constitucional é uma faca de dois gumes. Não sei para que serve, porque, se a verdade está comigo, porque eu vou me calar? Eu acabei de ouvir um depoente agora que, na minha visão, se se cala, se prejudica. Falou. Falou. Ainda vai viver um momento difícil esse jovem médico, vai, porque ele foi arrolado e a nossa Justiça é morosa e problemática, e ela só vai andar um pouco mais rápido por causa da CPI, porque, se depender do inquérito, do delegado que pede para o juiz... Quando o juiz é rápido, quer decidir o problema e faz isso rápido e quando o juiz é do bem... Quando o juiz tem o espírito do Sérgio Moro... Mas, quando o juiz tem espírito de porco, como aquele lá do Eike Batista, aquele meliante, aí fica seletivo, escolhe, "vamos ver se dou, se não dou", e tal. E o sujeito fica lá sofrendo.

Agora, o senhor é um jovem advogado e está exposto nisso que dá jornal todo dia. Amanhã... O senhor está depondo aqui, o doutor está depondo aqui, o doutor não falou, o doutor ficou calado. Por que o doutor ficou calado? Bom, é uma decisão sua. Você tem o direito constitucional. Você acertou isso com seu advogado. Mas, se o senhor não deve, por que não falar?

A sua relação com o Dr. Fernando Sanchis seria a mesma relação com o irmão dele, com o Dr. Alfredo, com os outros médicos que estão sendo investigados? Ninguém está sentenciado, ninguém foi denunciado. Existe tão somente um processo investigativo.

O senhor tem relação com o restante deles?

O SR. RICARDO FILIPE BAYER – Vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor é amigo do Dr. Fernando ou o senhor advoga para outros pacientes?

O SR. RICARDO FILIPE BAYER – Vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor colocaria os seus sigilos à disposição da CPI, doutor?

O SR. RICARDO FILIPE BAYER – Vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Se eu quebro o seu sigilo, eu encontro um cruzamento do senhor com o Dr. Fernando?

O SR. RICARDO FILIPE BAYER – Vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor ingressou na Justiça, o seu escritório, com quantos pedidos? Quantas ações o senhor ajuizou e em quantas o senhor teve êxito?

O SR. RICARDO FILIPE BAYER – Vou permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Vai permanecer calado. Está bem. Eu vou buscar os instrumentos que eu tenho. Certamente, os nossos instrumentos investigativos são as quebras de sigilo, que eu farei. Se, em determinado momento, quando se fizerem os cruzamentos, eu precisar do senhor, eu o chamarei outra vez.

Não vou mais voltar aqui – disso eu tenho certeza – e vou convidá-lo para ir a Brasília, para que, de posse de todas essas medidas, façamos isso juntamente com o Dr. Fernando, visto que a situação dele já não passa mais por um bom advogado, tem que passar pelo Mandrake, um mágico de revista em quadrinho que fazia sumir e aparecer coisas.

A situação desse rapaz é extremamente grave, extremamente problemática. Se o entorno dele estiver comprometido com ele... Não estou falando de comprometimento de coisas simples. Você pode falar ao telefone com qualquer pessoa. Eu recupero drogado há 35 anos, tiro drogado da rua, tiro drogado de cadeia. É a minha respiração, é o que eu faço, é a minha vida, é o que eu sei fazer. Se você quebra o sigilo telefônico de um drogado daqueles, você me acha. O cara liga para mim, desesperado, de um orelhão, drogado, de madrugada: "Me ajuda, me ajuda." Quando quebrarem o sigilo do cara, vão me achar. Então, não estou exatamente falando dessas coisas simples. "Ah, você falou com o cara e tal." Falou. Falou.

Para nós, o importante é a profundidade da investigação; nada com superficialidade e leviandade.

Do alto da minha experiência, Senador Osmar Terra... Deputado Osmar Terra... Eu fiz uma profecia, e sou bom na profecia.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS) – Quem sabe!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A minha experiência me diz que, quando se está com a justiça, esse preceito constitucional não favorece. Não é bom ficar calado. Quando você fala e tem a oportunidade de falar, você se expressa. Até quando você está com a verdade, com a justiça, e toma a decisão de não falar, você dá a possibilidade de as pessoas pensarem o que quiserem, de deduzirem o que quiserem. E, numa era de internet, numa era de circulação de redes sociais, isso é absolutamente complicado. Mas essa é uma decisão pessoal, uma decisão de cada um, estratégia de advogado – ele também é advogado. Ele deve ter conversado com o advogado dele, com a advogada que está ali também, e discutiram essa estratégia.

Eu torço, doutor, para que o senhor não tenha nenhum envolvimento. O senhor é muito jovem – e eu torço para que saia disso muito bem –, mas figura como investigado nesse processo em que vocês ainda não foram ouvidos, porque parte dele corre sob sigilo e os delegados ainda estão diligenciando o processo.

Certamente, a minha missão nesta CPI eu vou cumprir, como cumpri nas outras, sem me omitir em nenhum momento, sem me afrouxar em nenhum momento, sabendo separar as coisas. Eu digo: o que é certo é certo, o que é errado é errado, o que é certo será certo sempre.

Eu me lembro de que, na CPI da Pedofilia, recebi uma mãe muito desesperada, Deputado Osmar, uma médica, que me procurou porque o marido, um diretor da Chesf, na Bahia, tinha abusado do filhinho deles. Ela denunciou, tocou o terror, a delegada fez um inquérito muito benfeito, o Ministério Público denunciou, e ele foi preso. Depois de preso, desmoralizado, saiu. Ela achou pouco e ainda veio atrás da CPI em Brasília, porque queria mais justiça ainda, queria vê-lo por 30 anos na cadeia e tal. Eu ouvi a mulher e disse: "A senhora quer depor?" "Quero." "Por favor, a senhora, na próxima sessão, vai depor." E eu a levei para depor. Ela fez um depoimento tão emocionada, que o Senador Tuma chorou. Mas o depoimento dela, o jeito como ela chorou não me bateu bem aqui. Então, resolvi investigar tudo: o pai, uma psicóloga especializada em depoimento sem dano – uma coisa que nasceu aqui, no Rio Grande do Sul – e credenciada pelo Judiciário do Rio de Janeiro. Nós a convocamos para fazer o depoimento sem dano com essa criança.

Ela me contou o caso dos psicólogos que tratavam do seu casamento e falou uma série de coisas, como esse problema com o marido. Eu convoquei as psicólogas e as ouvi, ouvimos o garotinho mais uma vez, e mandei para lá os promotores e a assessoria para investigarem a mulher.

Depois disso tudo, convoquei o homem para depor, um homem enorme, que se sentou do meu lado chorando. Ele começou a falar que ficou viúvo, com dois menininhos pequenos para criar – ele os criou sozinho –, e, depois de muitos anos, casou-se com essa médica, e tiveram essa criancinha. Eu comecei a colocar para ele todos os pontos, e ele dizia que não era verdade. Eu tinha a certificação de que não era. Eu disse: "Quem são os seus filhos?" "Eles estão aqui." Levantam-se uma moça e um rapaz, de mais de 20 anos, universitários. O filho dele se levanta chorando e diz assim: "Eu só sou o homem que sou porque meu pai é homem." A filha levanta chorando e diz: "Ele é homem. Meu pai nos criou sozinho, pai e mãe, e nunca tocou um dedo em nós." Eu já tinha consciência disso. Pensei: aquela mulher é psicopata. Verdade! A investigação nos levou a isso. Ele foi preso, porque ela criou um troço muito bem criado. A delegada foi induzida e fez um inquérito em cima dele. O Ministério Público foi induzido. A capacidade dela... Só que a mim não enganou. Sabe o que resultou no final daquela CPI da Pedofilia? Não era alienação parental. Ela perdeu a guarda do menino. No depoimento sem dano, o garoto foi treinado, induzido, a mente dele foi trabalhada para aquilo lá. Ela perdeu a guarda e, no final da CPI, foi indiciada.

Tem gente que acha que sou duro nas minhas ações. Sou um homem que ama a justiça, e, para se fazer justiça, é preciso ir até as últimas consequências. Sou um homem à prova de *lobby*, sou um homem à prova de conversa de compadre. Ninguém se aproxima de mim para pedir por ninguém.

Então, doutor, o que estou querendo dizer é o seguinte: se o senhor não deve nada, não deve; sai mais limpo do que entrou. Agora, se o seu silêncio é porque o senhor tem medo de se comprometer e de falar alguma coisa, penso que essa... Aliás, quem sou eu? Não sou seu advogado, mas, para mim, essa é uma péssima

estratégia, uma péssima estratégia. Mas cada qual tem a sua própria decisão. Lá na frente, de posse dessas informações que, certamente, eu terei – o senhor autorizando ou não –, saberei como me posicionar.

Sr. Antônio, obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Registro a presença do Deputado Sérgio Peres conosco.

Muito obrigado, Deputado.

Quero registrar, para que, amanhã, não esteja na imprensa – com todo o respeito ao Dr. Antônio, advogado que esteve aqui. Ele não não depôs nada porque não falou nada. Ele veio aqui para dizer ao meu ouvido: “Ele autoriza a quebra do sigilo dele”. Eu falei: “Não. Ele tinha que falar isso publicamente, para, depois, não dar entrevista e dizer ‘eu autorizei’”. Autorizou nada, eu vou quebrar de qualquer jeito. Então, para mim, ele não falou nada. Quero que fique claro porque, se, amanhã, sair alguma nota dizendo que autorizou, não autorizou nada. Eu vou quebrar, a CPI vai quebrar. Oportunidade ele teve aqui. Ele não quis falar e eu avisei para o Dr. Antônio. Então, essa fala no meu ouvido não existe e não estou autorizado nada. A CPI vai quebrar porque é a CPI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu vou ficar até tarde aqui, rapaz. Estou lenhado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você vem, mas não fala nada. Alguém fique, por solidariedade a mim.

Agora, quem for solidário a mim mesmo manda desligar esse ar condicionado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já pedi, Senador. Já pedi. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Já pediu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O bicho é central, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Basta mexer na temperatura. Não precisa desligar, não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu queria que vocês me desculpassem a franqueza de... O cara vem no meu ouvido e tal. Aí o cara vem no meu ouvido e fala e, depois, chega lá fora e dá entrevista dizendo: “Não, ele autorizou.” Autorizou nada. Fica quieto aqui e depois vem no meu ouvido e cochicha? Eu tenho todo o respeito, mas aí é desrespeito a mim. Não autorizou nada. O sigilo dele vai ser quebrado porque a CPI vai quebrar.

Quero chamar o Antônio Carlos Sábio Júnior.

Quem é seu advogado, Sábio? Você têm advogado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pronto. Isso aí. Então, você é macho mesmo.

Quero passar a palavra aos nossos queridos Deputados Estaduais para que façam uma saudação ao nosso povo do Rio Grande.

O SR. CATARINA PALADINI – Obrigado, Senador Magno Malta.

Quero, de uma forma muito rápida, parabenizá-lo pelo trabalho, pela disposição, pela coragem de tratar de um tema extremamente relevante.

Quero também parabenizar o jovem Deputado, novo Deputado nesta Casa, Missionário Volnei, por ter a disposição de fazer um enfrentamento dessa ordem. É importante colocar aqui à disposição a Bancada do PSB. O senhor talvez não tenha o acúmulo, mas, no final da legislatura passada, um Deputado suplente do PSB, Deputado Vanderlan Vasconcelos, fez o processo de instalação da CPI no Rio Grande do Sul, referendado e orientado até mesmo pelas suas atuações no Senado.

Agora, o Deputado Volnei tem a disposição e aqui, com todo o acúmulo, condição e construção, e o objeto que havia sido construído e otimizado pela construção do Deputado Vanderlan Vasconcelos, a Bancada do PSB quer contribuir para esta CPI de uma forma muito verdadeira, muito leal e justa, porque compreende a importância desse tema na discussão do Parlamento gaúcho para a política de saúde deste Estado e, principalmente, deste País.

Então, de uma forma muito rápida, quero parabenizá-lo e dizer que é uma satisfação tê-lo nesta Casa e tê-lo na condução desses trabalhos. Estamos juntos e irmanados na construção dessa política séria e responsável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu que agradeço, querido.

Muito obrigado, Deputado Catarina.

Nosso Deputado Sérgio.

O SR. SÉRGIO PERES – Quero cumprimentar o senhor, Senador Magno Malta, e quero também saudar o nosso Missionário Volnei e o nosso Parlamentar Catarina, que está aqui. Eu estava, pela TV Assembleia, acompanhando.

Muito nos honra sua presença aqui. Já o conheço do antigo PL. Eu fui Deputado Estadual – talvez o senhor não perceba, tivemos uma reunião juntos em Brasília.

Acredito que esse doutor não tenha lido a sua história ou entendido bem quem é o senhor. Tenho certeza de que ele se arrepende, porque eu o acompanho desde o tempo da CPI do Narcotráfico, que o senhor fez como Deputado Federal, e sei do destaque que teve. Hoje, eu falaria para a minha assessoria que sua presença aqui ia mudar muita coisa neste Estado, principalmente nesta CPI, porque o seu caráter, a sua dignidade e o seu trabalho não são de, como diz o gaúcho, afrouxar o garrão, mas de ir em frente.

Então, quero parabenizá-lo pelo trabalho. Tenho certeza de que o nosso Estado só tem a agradecer a sua vinda aqui. Nós, que tivemos lá, até há pouco, o nosso Senador Pedro Simon, que nos honrava, temos certeza de que essa cadeira ocupada pelo senhor vai nos dignificar muito, porque o senhor tem o perfil do homem que enfrenta as adversidades e as encara com muita firmeza.

Então, tenho certeza de que, pela sua postura, pelo seu perfil, pelo seu caráter, esta CPI vai “dar pano pra manga”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu que agradeço. Obrigado. *(Pausa.)* Estamos aqui agora para ouvir o Dr. Antônio Carlos Sábio Júnior. Então, sem mais delongas... Veio sozinho?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim, vim sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Veio. É sua escolha pessoal? Senão, eu posso botar um advogado dativo para acompanhá-lo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Acho que não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tem não, não é?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, está bom. Fala perto, aqui, para ficar gravado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – O.k. Acho que não tem problema nenhum. Eu posso responder tudo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bom. Então, eu te concedo a palavra, Antônio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu gostaria, antes de começar a sessão, de ter cinco minutinhos com o Senador para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quer falar em reservado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Reservado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa por cinco minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dr. Antônio Carlos Sábio Júnior, desejo que você seja sábio no seu depoimento.

Seu pai é Sábio, não é?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você é Sábio Júnior. Não é Fábio Júnior. Porque você é Sábio Júnior. Não é Fábio Júnior, é Sábio Júnior.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sábio Júnior, você trabalhou com o Dr. Fernando?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim, trabalhei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dr. Fernando... Você ficou quantos anos na companhia dele?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu fiquei dois anos e nove meses.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dois anos e nove meses.

O seu amigo que saiu daqui, Henrique Alves Cruz, disse que o Fernando havia falsificado a assinatura dele num procedimento que o colocou implicado nesse processo. E ele disse que foi você quem avisou que lá não estava. Qual é a sua relação com o Henrique Alves Cruz e por que você resolveu avisá-lo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Porque, quando eu tomei conhecimento, foi através de uma paciente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, sua relação com ele. É de amizade? Vocês são amigos...?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim, na realidade, assim, eu conheci o Henrique quando eu fiz uma especialização e ele era o meu R- (erre menos). Então, eu terminei meu R1...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aliás, é o que se espera de um médico, né? Que erre menos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – É, sim.

Eu era residente, e, quando eu terminei meu primeiro ano de residência em ortopedia e traumatologia, ingressei no segundo ano, o Henrique ingressou no primeiro ano de ortopedia. Então, eu estava um ano na frente dele da residência. Foi através daí que eu conheci ele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum, hum.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – E para eu vir para o Rio Grande do Sul, eu vim por indicação dele. Na realidade, ele sabia que eu queria fazer coluna e falou que iria abrir uma residência de coluna aqui e me indicou. Através disso, eu vim para o Rio Grande do Sul. A primeira vez que eu pisei aqui no Estado foi em 2012, para ser residente do Dr. Fernando Sanchis, que eu não conhecia até então.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Por que você resolveu avisar para ele, para o Henrique, que ele estava enrolado porque o Fernando estava usando o nome dele porque havia assinado...

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Porque, na realidade, era o dele e o meu, né?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hein?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Era o dele e o meu, na realidade. Havia pedidos de cirurgia em nome dele e em meu nome, e eu cheguei para o Henrique e falei: “Olha, Henrique, estou te mostrando esse documento, eu acho que...” E aí fui mostrar pra ele... “Ô, chegou esse do Fernando.” Quando eu tomei conhecimento, eu avisei a ele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele falsificou assinatura sua também?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele, além de falsificar prótese, falsifica assinatura também?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Olha...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele falsificou ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Prótese, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Assinatura, sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É porque tem denúncias de que o SUS pagou um negócio e ele botou outro negócio, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Quanto a isso, assim, durante... Enquanto eu era residente, eu não observei nada disso. Na realidade, assim, se estava um pedido de prótese cervical, era feita uma prótese cervical, se estava um pedido de artrodese, era... Eu fui residente dele durante um ano.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Foi, né? E ele é bom cirurgião?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Tecnicamente, ele é bom.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, você aprendeu como se faz a cirurgia e aprendeu como não se faz.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Como não se deve.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Como não se faz do ponto de vista do caráter. O que se faz e o que não se faz. Mas você tem provas, tem algum documento, alguma coisa que tenha o seu carimbo, com assinatura que não é sua?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu vi, no Fantástico...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque o Henrique disse que ele falsificou o carimbo dele também.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim. Aí, assim... Eu vi, no Fantástico, uma matéria...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você veio sem advogado. Então, é um bom sinal. Não “amarela”, não. Ele falsificou ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim, ele fez...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele falsificou ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – O que ele disse, no Fantástico, foi...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, não quero saber o que ele disse. Ele falsificou? Você deu algum carimbo seu para ele?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não, não dei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas, no documento, não tem seu carimbo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Com a sua assinatura?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Deixa eu ver aí! Mostra aí!

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Na realidade, o que eu tenho aqui são fotos do que foi mostrado no Fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, de documento... Não, mas não quero saber de Fantástico, não. Não estou investigando o Fantástico. Vamos embora! Me mostra aqui o seu! Foi o cara que falsificou, rapaz! Deixa eu ver!

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Na realidade, ali tem assinatura minha. Aquele assinatura é minha.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, mas as outras. E as outras?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu não tenho mais fotos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – São quantos colocados na sua conta?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Ah, tem mais.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, mas tem aquele que tem a sua assinatura e a do Henrique.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – A Drª Mariana...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Deixa eu ver a que você me mostrou! Você me pediu segredo de outras coisas; disso aqui você não me pediu, não. Você devia ter me pedido.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – São da reportagem do Fantástico. São da reportagem do Fantástico, que eu te mostrei.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Vários.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas me mostra de novo! Deixa eu ver!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Esse trem dá pra comprar avião?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Tá, vou te mostrar. O que eu tenho foi reportagem do Fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim, moço. Me mostre!

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Essa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum, hum.

Essa assinatura é sua?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A mesma assinatura que ele botou no nome de Henrique? A mesma.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dezoito mil, o total. Você pegou esses R\$18 mil?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não pegou, não? É, rapaz...

Então, quer dizer que o cara tem falsidade ideológica também.

Me diga uma coisa; você teve a assinatura falsificada... O Fantástico mostrou um monte de falsificações, e, nessas falsificações...

Meu amigo, se você quer mostrar isso exatamente aqui, não pode ter medo. Alguém já me disse aqui que todo mundo tem medo dele. Todo mundo tem medo dele, porque ele é poderoso. Você já ouviu falar isso também?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Algumas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E eu falei pro menino: "Poderoso é Deus."

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Entendeu? Eu tenho certeza de que a magistratura, de que os tribunais aqui não vão se curvar a isso.

Nossa mãe! É muita assinatura falsificada com o mesmo...

Você o autorizou a fazer o seu carimbo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu já ouvi dizer... As informações que eu tenho são de que ele tem carimbo de todo mundo; não só o seu e o do Cruz, do Henrique Cruz, que passou por aqui.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Um médico novo... Ele é novo. Qual a sua idade?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Trinta e sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele tem 42, não é isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Creio que sim. Não sei a idade dele ao certo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Novo, novo. Esse é um médico vencedor, um médico que ficou rico na medicina... Ele devia ser muito admirado por vocês estagiários, fazendo residência. Tipo assim “Quando eu crescer, quero ser igual a ele...”

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim, ele operava... Tecnicamente ele não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Na medicina normal, no Brasil, fazendo medicina como os normais fazem, dá para ficar rico dando plantão?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não, dá pra viver bem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Dá pra viver bem, mas rico, não. Milionário, pior ainda.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não, milionário não. Dá pra viver bem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você dá plantão?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Opera?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim, nos plantões, hoje. Antes, eu operava.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não. (*Risos.*)

Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas ele faz consulta de R\$30,00 e tem avião. Você acha que isso é um milagre ou...?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Olha, eu prefiro não opinar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ou ele nasceu combinado com a Lua? Eu estou admirado com isso aqui. É muita falsificação, e sem cuidado de mudar o risco, né?

Você, algumas vezes... Você conhece a Dr^a Neli?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Nieli.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nieli. Conhece?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu conheci ela, sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, porque ela falou aqui que não conhece nenhum de vocês.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu conheci ela por outras circunstâncias, não por isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pela informação que me deram... A-hã... Você nunca encaminhou paciente para ela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Me deram uma informação, duas vezes, aqui, truncada. Na verdade, a Dr^a Nieli é que é Severo. Ela é irmã de um dos donos da Prohosp. Não é a advogada; a doutora é que é. A advogada que é, não a advogada dela. Ela que é irmã do Severo, que não veio. Quem veio foi o Hermilo Strel, laron. E um dos donos é esse aqui. Eu vou convocá-lo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Presidente, questão de ordem para auxiliar V. Ex^a. Eu sou advogado da empresa Prohosp. O representante da Prohosp chama-se Larson, e esse médico não é e nunca foi sócio da Prohosp. É só uma questão para ajudar o trabalho de V. Ex^a.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Completamente. Bancário, telefônico...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu agradeço, doutor. Que bom! Mas eu vou checar isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas eu poderei ajudar nisso, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aí, só se o senhor fosse membro da CPI, e o senhor não é. Mas a sua informação já basta para mim.

O médico Dr. Campos Severo é irmão, então, da médica, e me deram uma informação equivocada. Eu até me desculpo. Ela não conhece nenhum médico, ela me disse. Ela conhece, mais ou menos, o doutor...

O senhor acha que ela tem medo dele também, como todo mundo tem?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu desconheço. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele é maldoso? Ele é acostumado a fazer maldade?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não, comigo nunca. Sempre me tratou com relação de respeito, mas...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então o cara que falsifica o seu nome te respeita?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Até então.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Até você descobrir?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Meu amigo, você tem instrumento, você tem uma falsificação no seu nome, e você pode processá-lo por danos morais. Você acha que ninguém o processou por danos morais? Esses médicos que estão em volta dele, que ele falsificou todo mundo... Botou todo mundo no bolo e fez uma fortuna para ele e restou para vocês a pancadaria do processo. Não sei se alguém já moveu algum processo contra ele de danos morais. É um absurdo isso aqui.

Então, quer dizer que você, em um dos processos, foi induzido por ele a assinar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Não, nenhuma vez eu assinei nenhum processo desse, nenhum pedido desse. Eu fui procurar a doutora uma vez no IP. Na realidade não era ela. Eu fui procurar o IP uma vez para descobrir quantos casos cirúrgicos havia em meu nome. E havia vários. E, assim, eu conferi uma por uma das assinaturas, eu olhei um por um dos processos, e nenhum tinha a minha assinatura. Pode periciar qualquer assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu vi um processo em que... Ele falou, no Fantástico, que ele fazia, mas que tinha autorização de vocês para poder falsificar. E ele falsificou muito mal. Para falsificação, se você autoriza alguém, você tem que dar procuração em cartório. Você deu procuração a ele?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tá legal.

Você me autoriza a quebrar seus sigilos?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Fiscal?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Na sua vida de médico nesses anos, você mandou algum paciente para a Dr^a Nieli?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Nunca, nenhuma vez.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas por que você acha que ela falou que não conhecia você?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Era por outro motivo. Por conta de, quando eu precisei, uma vez, de advogado, e o Fernando me indicou ela numa outra causa médica.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ah, foi o Fernando que indicou você para ela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ela disse que não tinha muita amizade com ele.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim, eu era residente dele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ela com o Fernando. Estou falando da advogada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu não sei se tinha uma relação de amizade. Eles se conheciam.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Como ele ia te indicar um bom advogado se ele não a conhecesse. Ele conhecia ela.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eles se conheciam.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Será que ela tem medo dele também?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você sabe que, quando eu vim para cá, um sujeito falou comigo: “Tem cuidado! Essa máfia é perigosa.” Perigoso é caranguejo que entra na cidade amarrado. É com eles mesmos.

Então, Antônio, está autorizada a quebra dos seus sigilos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu já tomei conhecimento desses documentos. Nós, rapidamente, vamos te ajudar a se livrar da sua angústia.

Vou fazer uma pergunta que eu fiz ao Henrique: você se sente seguro?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Olha, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Na verdade, quem guarda a gente é Deus. A Bíblia diz que, se o Senhor não guardar a casa, em vão trabalha o sentinela. Se você não se sentir seguro, eu vou pedir segurança para você.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Acho que... Por enquanto, não vejo necessidade. Acho que ninguém vai tentar nada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Beleza. É com você.

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Acho que não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bom.

Antônio, por enquanto, obrigado. Vou prosseguir nas investigações. Se você não tem dívida no cartório, que ela lhe ajude a se livrar desse fardo muito rapidamente. Beleza?

Você tem advogado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Tenho, sim. Na realidade, ele é de Campo Grande. Minha família toda é de lá e...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas constitua um advogado aqui para facilitar a sua vida. Porque, em breve, você vai ser ouvido no inquérito também, porque ninguém foi ouvido ainda, e é importante você ter um advogado para te acompanhar, para te orientar. Do que eu ouvi de você, se isso vai bater no processo investigativo, para o advogado que vai pegar a sua causa vai ser mais mole do que mastigar água. Mas é preciso que você tenha um advogado.

Você veio aqui sem advogado, parabéns pela sua segurança, pelo seu entendimento do que você... Porque, se você estivesse com um advogado, teria feito igual ao Henrique, cujo advogado trouxe papéis, entregou na minha mão.

Então, não fique desprotegido, não, porque qualquer coisa pode intentar contra você, não contra a sua integridade física, mas contra a sua integridade moral, porque quem falsifica um documento uma vez falsifica outro. E quem é falsificador é amigo de falsificador e tem quem possa fazer e te comprometer de alguma forma em algum lugar. Não estou te metendo medo, mas se resguarde e contrate um advogado. Está bem?

Vai com Deus!

O SR. ANTÔNIO CARLOS SÁBIO JÚNIOR – Obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu gostaria que chamassem o Alfredo Sanchis. *(Pausa.)*

Alfredo, você tem direitos constitucionais, que estão à sua disposição. Se não quiser falar, você não fala.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Acho isso bacana. Gosto. Acho que se encolher é ruim.

Você sabe exatamente o que está acontecendo e você sabe que o principal investigado, o número um, é seu irmão. E já ouvi médicos colegas seus aqui, situações até que me comoveram, que me fazem acreditar neles. Até porque não vim aqui porque li uma nota no jornal. Eu me preparei para vir aqui. Eu tenho conhecimento das coisas um pouco mais do que o advogado de vocês, porque eles sabem do que vocês falaram porque não tiveram acesso ainda ao processo investigativo. Não é isso, doutor? Mas eu sei um pouco mais.

A Bíblia diz que a verdade liberta. "Conhecereis a verdade e ela vos libertará."

Eu te passo a palavra. Fique à vontade. Você conhece o assunto. Fale e me dê as razões de por que você acha que está sendo investigado, de quais as razões disso, de quais os problemas do envolvimento do seu nome, de por que seu nome foi envolvido, se você se envolveu, se você cometeu erro, se você cometeu crime, se você merece estar nessa situação, se não merece estar sofrendo junto com sua família, se o seu irmão é inocente, ou não é... Você tem a palavra para falar o que você quiser, e, na necessidade, eu te pergunto.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Bom, inicialmente, vou falar do dia 24 de dezembro de 2014, que, para mim, foi chocante, porque eu estava trabalhando em Gravataí, no hospital...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você é ortopedista também?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Sou ortopedista e trabalho na área de quadril e trauma ortopédico também. Atendo pacientes com fratura.

Nesse dia, eu fiz a visita dos meus pacientes e vi a reportagem local e ouvi sendo feita a menção ao nome do meu irmão. E preocupei-me muito porque até aquele momento eu não tinha ideia do que estava acontecendo. E, realmente, fui me preocupando, porque as coisas foram sendo noticiadas naquela semana, e eu tentando trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sem cabeça, não é?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Tentando trabalhar... E fui até a direção do hospital, lá de Gravataí, e realmente havia uma denúncia contra ele, que seria divulgada dia 4 de janeiro deste ano.

Eu assisti à reportagem... Estou começando do fim...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sem problema. Fica à vontade.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – ... porque, no dia 5 de janeiro, eu acordei para ir trabalhar, para ir fazer cirurgia, e aí o senhor imagina de que forma que eu fui.

E, de lá para cá, resumidamente, está sendo muito difícil: perdi empregos e perdi um irmão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Os empregos eu entendo. Mas por que perdeu o irmão?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Porque eu não consigo, ainda, acreditar que chegou a esse ponto uma situação que realmente não precisaria.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você o conhece mais do que todo mundo, é o seu irmão, e você sabe dos problemas da investigação, de como ele está sendo denunciado e de como ele fez, como ele praticou, para arrancar dinheiro dos cofres do Estado, de onde ele podia, de uma forma compulsiva, induzindo pessoas a cirurgia, fazendo cirurgias sem que as pessoas tivessem necessidade. Eu gostaria de ouvi-lo com relação a isso.

Você sabia que ele praticava esse tipo de crime, porque isso é crime, e que ele era falsificador de assinaturas, que falsificava carimbos, e que daí advém esse sucesso financeiro todo dele? Você tinha conhecimento disso, você e a sua família?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Fiquei sabendo na reportagem.

O que vou lhe dizer é que, em abril do ano passado, foi baixada uma normativa no hospital em que dois convênios, planos de saúde grandes do Rio Grande do Sul, proibiam cirurgia de coluna no hospital de Gravataí.

Eu conversei com ele nessa época e perguntei o que estava acontecendo, e ele me disse que era um problema pessoal dele, que era uma coisa dele, que isso não teria porque me interessar. E eu disse: “Está bem. Então, tudo bem. Você tem um problema, resolva”. Mas é evidente que, se o senhor me perguntar porque somente as cirurgias de coluna foram suspensas, ficou um ponto de interrogação.

Mas eu segui trabalhando, até o final do ano, quando realmente fiquei sabendo desta situação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nenhum dia te chamou e disse: “Meu irmão, é fácil: a gente pega o paciente e essa mecânica toda que você conhece e indica um advogado. Eu já tenho um advogado. Eles fazem uma ação judicial e a gente já tem quem libera essa liminar. A liminar vem, a gente opera e entra um bom dinheiro”?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Não, ele nunca me comentou essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você tem... Qual é o seu patrimônio?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Eu tenho um apartamento aqui, em Porto Alegre, tenho um apartamento na praia e dois veículos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O seu patrimônio chega perto do patrimônio do seu irmão?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Com certeza, não. Pelo que foi divulgado...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O sujeito que faz medicina como você faz tem condições de viver bem. Não é rico...

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Vive muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não vira rico, vive bem e tem condições realmente de ter um apartamento e uma casa na praia. Mas alguém que faz medicina no Brasil vira milionário?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Muito difícil. Muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É seu irmão...

Deixa eu te fazer uma pergunta, que você responde se quiser. Se não quiser, não responda.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Eu posso lhe dizer que ele é um pouco agressivo na questão do tratamento, no tratamento com as pessoas. E isso era uma coisa que eu, mesmo tendo uma relação muito afastada dele, tentava fazê-lo ver, que não precisa brigar com alguém para conseguir as coisas. Ele brigava muito comigo, pessoalmente. Então, eu não sei lhe dizer exatamente o que é medo para essas pessoas, porque eu não acompanhei esses pacientes. Mas, com certeza, se elas relataram medo, é porque é verdade.

Você hoje está convencido de que seu irmão cometeu um crime?

Bom, é seu irmão. Responda se você quiser, mas cada um tem o irmão que merece.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Não saberia lhe dizer concretamente, mas são indícios.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você sabe que, ontem, muitas pessoas, muitos pacientes, pessoas que foram lesadas e vítimas... Nós fizemos uma primeira lista de 68, para, depois, ir ouvindo os outros.

São 68 ou 64?

São 68 vítimas do seu irmão, vítimas do esquema dele. Ele armou um esquema, com organograma e tudo, sabe?

Essas pessoas começaram a desistir, pedindo pelo amor de Deus. “O senhor me dispensa, eu tenho medo.” “Eu tenho medo.” “Eu tenho medo.” “Eu tenho medo.” “Eu tenho medo.”

Em alguns, eu pensei: a pessoa é simples, a pessoa já se sentiu lesada... Porque é a maioria. E eu separei alguns casos muito cabeludos de pessoas que já em um segundo exame... A fama de bom cirurgião do seu irmão... As placas que ele colocou nessa gente... Ele acabou de aleijá-los. Inclusive, vou pedir uma perícia para essas pessoas no Sarah Kubitschek, porque eu preciso de um laudo do Sarah para essas pessoas.

Elas com medo, com medo, com medo, com medo. E as pessoas que depõem reservadamente para mim dizem “não, eu tenho medo dele”.

Os médicos todos têm medo dele, porque dizem que ele é poderoso, que ele tem...

Você tem conhecimento dessa fama de poderoso dele?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tem medo.

Você são irmãos e ele é assim truculento desde a infância?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Você quer saber da minha relação com ele?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A-hã...

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Nós temos quase a mesma idade, eu tenho 42 e ele tem 41. Nós fomos criados juntos e, como nós somos de uma faixa etária muito próxima, sempre havia muita competição, o que é uma coisa normal entre irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sei, sei, de irmãos. Claro.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – E, de muitos anos para cá, a gente se afastou, porque, quando o sujeito cresce, a coisa para de ser discussão verbal e, vamos falar o termo certo, vai para a porrada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Vias de fato.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – E eu me cansei disso. “Eu não vou brigar mais com ele.” E tomei o meu rumo, toquei a minha vida, tenho a minha família. E nós não nos vemos mais há muitos anos, não nos falamos, não temos contatos familiares mais. E ele sabe disso. Ele veio hoje falar aqui e podia ter dito isso para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele não falou nada. Ficou calado.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Podia ter dito. Isso não é mentira, é a mais pura verdade. E as pessoas que trabalham comigo me perguntam: “O que vocês têm que vocês não se falam? Qual é o problema de vocês?” Porque é “bom dia” e “boa tarde”.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – De repente, esses episódios aí respondem as pessoas.

Você tem mãe viva?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Pai e mãe falecidos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O pai... São falecidos?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E, certamente, estariam vivendo um momento de sofrimento agora muito grande. Não é isso?

O seu irmão, em uma investigação séria como se está fazendo, e nós estamos fazendo, certamente, vai virar um símbolo e um exemplo para os novos e para os antigos médicos daquilo que não se deve fazer. Alguém pode ter estranhado: o cara vai virar um exemplo? A minha mãe dizia que os maus é que servem de exemplo; os bons servem para ser imitados.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Eu não vi nada oficialmente, não tive acesso.

Ao longo dessa investigação, o patrimônio do seu irmão é alguma coisa assustadora. Só que a matemática dele é matemática inconsequente, que é feito corrente dentada de bicicleta: quando quebra os dentes, não se consegue encaixar. Porque o sujeito ir de avião particular para um Município clinicar por R\$30,00? Alguma coisa errada há. Alguma coisa errada há.

Eu lhe pergunto: ele já falsificou sua assinatura?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não. Casado há quantos anos?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas já teve conhecimento? Alguém já te disse se ele falsificou?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Colegas, o Henrique e o Antônio, já me falaram que sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E o carimbo também?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Eu nunca dei carimbo para ele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas os outros também não deram. Estava no bolso deles, e ele carimbava sem que eles vissem. O senhor acha que é possível ele ter o seu carimbo também?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Eu acredito que possa ter.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quando foi feita a busca e apreensão, foram à sua casa também?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Pegaram meus passaportes.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E o senhor não tem nada a ver com ele?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Com quem?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Com seu irmão e as ações dele.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nada a ver.

O senhor, se não fosse irmão, se o sangue dele não estivesse na sua veia – eu percebo no seu comportamento sereno –, se ele não fosse seu irmão, se fosse qualquer outro médico desses que depuseram aqui e tivesse falsificado a sua assinatura, de uma forma tão vil como ele fez com os outros – ele não teve nem o cuidado de fazer diferente, pois riscou o mesmo risco em cima de todas –, o senhor o processaria por danos morais?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Preferiria esperar para dar essa resposta. Mas, se confirmar, provavelmente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu o tirei da condição de irmão. Estou perguntando se você fosse alheio, um médico que tivesse descoberto que o cara usou, mas ele não é teu irmão. Foi isso que eu perguntei.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque o cara falsificou.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tu tem filho?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Não, ainda não.

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Nove.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E a esposa sofrendo, com vergonha, não é?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sabe o que é o triste de uma coisa como essa? Quando você é atacado injustamente – estou falando porque já fui atacado injustamente – e você sabe que tem a verdade, que ela está com você, e parece que você fica de mãos atadas, impotente, sem poder provar que você é limpo, você sabendo que é... Há essa morosidade, e até porque o processo investigativo é lento mesmo, mais moroso – e nós vamos adiantar, porque tudo o que nós fizemos com celeridade nós vamos compartilhar com o inquérito, aqui, dos delegados, para que haja essa celeridade... Isso produz um sofrimento. Imagino que as suas noites são noites muito ruins.

Mas eu já conhecia todos esses detalhes que te perguntei. E eu pergunto uma coisa: você coloca à disposição da CPI os seus sigilos?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Tudo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bem.

Quebrando os seus sigilos, você será uma das últimas pessoas a serem encontradas falando, nesses últimos um ou dois anos, com conversas com seu irmão e... Porque, na verdade, nós queremos fazer cruzamentos com o sigilo dele, com o sigilo dos advogados dele.

Acabou de sair daqui um advogado, um rapaz muito novinho, que preferiu ficar calado. E eu acredito muito na indignação do justo. O justo fala, o justo se indigna, sabe? O justo, quando o sujeito toca no nome dele, ele reage, ele se indigna. E quando você vê alguém que vai sereno... Você já viu esses bandidos do petro-lão e do mensalão deporem? Com a cabeça cheia de Rivotril, quietinhos assim. Você fala: "Pôxa, o cara tava tão tranquilo." Tenha medo dessa tranquilidade, porque quem não deve se revolta. É a indignação do justo. Quem está com a justiça tem que se indignar, tem que falar, tem que abrir a boca, tem que esmurrar.

Saiu daqui um médico, agora, acabou de falar também, que falou reservadamente comigo também lá dentro. Ele falou a seu respeito e fez exatamente um relato, sem que eu pedisse, da sua relação com seu irmão, e eu falei: "Por que é que você não o processa?" Ele disse: "Eu tenho medo dele. Ele, além de ser truculento, é poderoso." Poderoso é Deus! A justiça está aí.

Eu duvido que o Tribunal de Justiça deste Estado, eu duvido que o Judiciário deste Estado não esteja vivendo e sensibilizado com a situação das vítimas, das vítimas do seu irmão. São vítimas interessantíssimas, porque o cara tem fama de grande cirurgião, e agora entendi que o grande cirurgião é o cara que faz escala, que faz cirurgia em série, compulsivamente, e o cara que tem disposição para operar também no final de semana, para não dar tempo de a liminar cair. Uma liminar, duas, você entende, mas o cara receber em série – tudo que entra, ganha – que me desculpe quem assinou essas liminares para ele, porque todo crime, o salvo conduto dele é a autoridade.

O senhor acha que Fernandinho Beira-Mar ter um telefone celular dentro da cela, em presídio de segurança máxima, esse celular nasceu no chão, brotou da janela, brotou do teto, caiu na mão dele/ Ele sonhou que estava telefonando, acordou, e estava em cima do peito dele aquela dádiva? Não, alguém levou. Alguém deu. Alguém levou. Alguém deu, não é?

E com essa – também o senhor responde se quiser; fique à vontade para não responder –, com esse poder todo que dizem que ele tem, o senhor diria que ele é um garoto prodígio? O senhor o conhece desde a infância. Ou ele é esperto?

O SR. ALFREDO SANCHIS GRITSCH – Hoje, eu ficaria com a segunda opção.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E o esperto, normalmente, depois se atrapalha, se enrola na língua, nas pernas, na língua, e cai.

Olha, doutor, eu já tinha, eu e o Senador Humberto Costa já tínhamos um pré-levantamento, e temos de tudo e de todos, de alguns um pouco mais além. Eu já sabia exatamente da sua relação, sabia o que é um, o que é o outro, o que vive um, o que vive o outro, o que tem um, o que tem o outro. Eu espero não ter necessidade de chamá-lo, até em respeito à memória de sua mãe e de seu pai, para fazer uma acareação com você e seu irmão. Penso que onde nós chegamos, posso... Em nome da memória da sua mãe, porque não há coisa mais sagrada do que mãe, mas, certamente, os pontos em que nós tocamos aqui, se tivermos que fazer a acareação, eu posso fazer com os outros, eu posso fazer com os outros.

O seu irmão é um homem poderosíssimo do ponto de vista de que tudo o que ele desenhou para poder fazer um duto para escorrer muito dinheiro ele conseguiu construir.

Há muita gente que morreu por falta de uma agulha em algum hospital aqui neste Estado, como no meu. Faltando luva, faltando o básico... Vocês são médicos e sabem que há hospital aí, que há posto de saúde onde o sujeito não tem um Tylenol para dar para o cara que aparece com dengue. Mas, muitas vezes, não tem, doutor, porque o dinheiro disso aí o seu irmão tirou. Tirou para comprar casa em Miami. E a gente tem de se indignar! E, se depender de mim – você pode acreditar –, se depender de mim, eu vou com seu irmão às últimas consequências. Não por ele, porque quem faz tem de pagar, mas por essas vítimas, vítimas que não foram operadas por ele, mas que poderiam ter tido medicamento no posto de saúde e não tiveram. Tirar do Estado mais de R\$300 mil em uma prótese? O sujeito precisa de uma corrente para dividir isso aí. Os mais bestas... Não é? Minha mãe dizia que os sabidos vivem dos bestas, e os bestas vivem do seu trabalho. Eu, se puder evitar isso, farei.

Nós vamos seguir com essa investigação. E espero que o delegado do inquérito que estão trabalhando muito que, com nosso auxílio e com a rapidez da CPI, possam, já no segundo momento, chamá-los para depor, para falar no inquérito, para que... Eu tenho plena consciência de que muita gente, até no Judiciário, inflamado por seu gesto de misericórdia, entendendo o mérito do pedido, por ele mesmo, porque era um pobre para ser operado, porque, no pedido, não tinha justificativa de mérito – o advogado disse aqui que era só a justificativa jurídica. E, hoje, nós temos em nossa mão aqui que esta representação feita por ela só muda de nome e data, porque o texto é o mesmo. E não é possível que esses juízes não identificavam o mesmo texto o tempo inteiro! Mas um dia a casa cai... A Bíblia diz que tudo o que é feito nas trevas um dia virá à luz. Tudo o que é feito no escuro um dia virá à luz.

Eu não tenho mais nada a lhe perguntar. Espero que a gente possa realmente contribuir para dar celeridade e que aqueles que são inocentes possam dormir em paz e se livrar do seu fardo. Agradeço a seu advogado, que foi muito gentil, e a você também.

Está encerrado este depoimento. *(Pausa.)*

Marcelo Leal Tafas.

Depois, só sobram os seus, doutor.

Você é o advogado de todos?

Improtec. Quem é o advogado da Improtec?

O senhor, doutor?

Beleza!

Da Proger. O advogado está aí? *(Pausa.)*

Não está, não. Não está, não.

Mas o Luiz Alberto da Paz está?

Maria Alice Guerra, da Proger, Comércio de Importação, está? *(Pausa.)*

Ela está convocada. Ela não apareceu, não. Convocada: Maria Alice Guerra.

Peço à Polícia Federal para fazer contato e encontrar D^a Maria Alice Guerra e trazê-la coercitivamente.

Em não encontrando, terça-feira, ela irá depor para mim em Brasília. E também vale essa ação coercitiva na terça-feira, em Brasília.

Luiz Alberto da Paz também não está aqui.

Eu gostaria que fizesse também contato com o Luiz Alberto da Paz, Comércio de Exportação. Luiz Alberto Paz e Maria Alice Guerra. Os dois... Peço aos agentes de Polícia Federal que conduzam coercitivamente esses dois. Eu tenho até meia-noite para eles. *(Pausa.)*

O senhor Hermilo está ali.

Francisco José Dambros, da Improtect... Está aí também? Não está, não? Está aí? Está. *(Pausa.)*

Dr. Marcelo Leal Tafas.

Marcelo, você tem o direito constitucional... Tratei com seu advogado. Fique à vontade para responder ou não responder. A decisão é sua.

Eu faço minha consideração a respeito desse direito constitucional, que, para mim, é uma besteira. Para mim, quem não deve não teme. Para mim, quem se calou está pedindo para ser vasculhado. Mas é de cada um, é um direito constitucional.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – É a ideia que eu iria falar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu lhe dou a palavra, então. Fale de toda a situação: se conhece o Fernando, como é que se viu envolvido nisso, de sua atuação como médico ortopedista, se conhece os advogados, se mandou paciente para a Nieli ou qualquer outro advogado, se teve seu nome também falsificado... Nem sei agora... O cara falsificou até o irmão... Se a mãe tivesse viva, ele teria aberto uma conta em nome dela. E aquilo que eu precisar eu vou lhe perguntar. Então, pode ficar à vontade.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Boa noite a todos.

Para mim... Eu estou há dois dias, praticamente, sem dormir aguardando este dia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – É difícil, né? É ruim, né?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Minha ideia era não falar, porque sou muito chorão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Chore. Minha mãe era analfabeta profissional e falava: "Meu filho, quem não chora não tem capacidade de amar". Então, chore!

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Eu comentei com o Dr. Márcio, meu advogado, que está me ajudando bastante, e ele me falou de uma coisa que o senhor comentou aqui hoje. Eu vou acabar mostrando – não o trouxe aqui para lhe mostrar –, mas vou lhe mostrar isso aqui. O senhor tocou no assunto, eu ouvi aqui agora, da indignação dos justos. O Dr. Márcio falou isso para mim na quarta-feira. E eu trouxe isso aqui no bolso e passei o dia inteiro lendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Amém! É isso mesmo! O justo tem de se indignar. Isso aqui é uma cristalina verdade.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Eu trouxe isso para ler. Porque vão passando as horas, eu não sou chamado, vou ficando ansioso... Já tomei uns 20 cafezinhos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Bebeu pouco. Já bebi umas cinco garrafas.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Em primeiro lugar, Senador. São tantas as perguntas que o senhor fez que, conforme for lembrando, vou lhe dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, não perguntei. Falei do assunto assim... O senhor pode ir falando.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Nunca vi esses advogados, não conheço esses advogados, nunca tive um telefonema com esses advogados, nunca mandei um e-mail para esses advogados. Comprometo-me a estar falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, com certeza.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Nunca encaminhei nem um paciente para advogado. Mas pode chamar o Estado inteiro e pode pegar todas as relações de cirurgias que fiz até hoje, desde o tempo que me formei, pode chamar todas as cirurgias do Dr. Marcelo, chamar os pacientes aqui e perguntar "o Dr. Marcelo alguma vez te instruiu para procurar um advogado?" E o senhor vai ter a resposta: "Não!" Porque eu nunca instruí paciente a procurar advogado para processar essas coisas.

Estou me comprometendo a dizer a verdade para o senhor.

Conheço o Fernando já há algum tempo. Colega de trabalho. Eu trabalhava no Hospital de Canoas e Gravataí e nos hospitais... Inicialmente, o Fernando era o chefe do Hospital de Gravataí, conduzia muito bem

o serviço, um serviço muito bem organizado, referência para várias cidades na região. Mais tarde, o Fernando assumiu a coordenação, pelo sucesso que teve em Gravataí... Não estou tirando o mérito dos que estão sendo investigados...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, mas as mérito ele tem.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – É, ele tem os méritos dele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Claro!

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Ele foi convidado para chefiar os serviços de Canoas, eu fui trabalhar lá também e estou sendo investigado agora

E estou sendo investigado agora pela operação Bones, da Polícia Civil. Não sei exatamente – estou sendo bem franco...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Claro.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Eu não sei por que estou sendo investigado, porque a gente teve um acesso parcial ao processo. Por enquanto, a gente não sabe...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, ninguém teve, ninguém teve.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – O senhor comentou até com outros profissionais, aqui, de quebra de sigilo. Eu faço questão perante esta Casa aqui, todos que estejam aqui vendo, faço questão: quebrem meu sigilo bancário, telefônico, *e-mails*, avaliação do meu patrimônio, investigação em meu nome na Receita Federal. Eu faço questão de que aconteça.

E me comprometo, sob as penas duras da lei: se houver algum indício, algum telefonema meu para advogado, eu encaminhando paciente para advogado, eu falando com representante de material ortopédico, de prótese, ou alguma filmagem em que eu apareça recebendo dinheiro, que caíam as duras penas da lei em cima de mim.

É um compromisso que faço perante a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Hum-hum! Bom!

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Quanto à questão do meu patrimônio, eu tenho um carro, que é uma Cherokee 2011, comprei financiada, terminei de pagar no ano passado, no ano retrasado. É o que tenho.

A casa onde moro é um presente da minha sogra, declarado em Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O.k.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Nós temos um apartamento em Itapema, Santa Catarina, também, que é doação do pai dela, também tudo declarado. Está à disposição da Justiça isso.

Os pais da minha esposa são os antigos donos da Selenium Alto-Falantes. São pessoas que têm bastante...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Selenium?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – É.

Então, estou à disposição. A minha vida... Eu faço o seguinte: minha vida está aberta. Eu assino aqui a quebra de sigilo bancário, telefônico, meus *e-mails*. Posso mostrar para todo mundo. Se tiverem como recuperar isso aí, vão ver que não tenho relação nenhuma com esse esquema que está sendo investigado pela Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Qual é a sua relação com o Fernando?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – O Fernando, eu o conheci, acho, em 2008. Eu voltei do Rio de Janeiro – fiz minha residência no Rio de Janeiro –, comecei, trabalhando num plano de saúde chamado Ulbra Saúde, aqui em Gravataí.

Não tenho bem certeza das datas agora, porque já faz muito tempo. Não sei se foi em 2008 ou em 2009. O Fernando já tinha um grupo no Hospital de Gravataí, que é o hospital que fica na frente desse convênio, da Ulbra, ali no centro de Gravataí. Eu estava precisando ganhar um pouco mais de dinheiro. Então, vamos tentar...

O mercado estava um pouco fechado, estava bem fechado, quando vim do Rio de Janeiro. Como vim de lá, não tinha conhecimento, não conhecia muitos médicos aqui, não estava conseguindo muito trabalho. Então, trabalhava durante o dia e queria pegar um ou dois plantões noturnos, para ganhar um dinheiro extra.

Aí liguei para o hospital, nem liguei para o Fernando. Liguei para o hospital, me apresentei para uma moça lá, não sei quem. "Sou médico ortopedista, estou precisando trabalhar, tenho interesse em fazer alguns plantões." Aí a moça me disse: "Tem de falar com o Dr. Fernando, que é o chefe de serviço". Não deram cinco minutos, e o Fernando me ligou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É mesmo?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Muito delicadamente, muito prestativo, me ofereceu, pediu para falar comigo, conversei com ele e comecei a fazer plantões lá. Mas fiquei só na parte de plantão, eu não fazia parte da equipe.

Na medicina é assim: quem faz o plantão é a carne de pescoço. Fazer parte da equipe é como se fosse o filé *mignon*, só para vocês entenderem. Eu fiquei nessa carnezinha de pescoço por alguns anos, tentando mostrar trabalho, trabalhando direitinho, para um dia angariar chegar à equipe.

Foi o que aconteceu. Não tenho certeza sobre se foi em 2011 ou 2012. Aí comecei a fazer parte da equipe. Aí foi o dia em que o Fernando me convidou, em que o grupo me aceitou. Aí o grupo... Na verdade, não é ele que me convidou. Ele propunha para o grupo, e o grupo como um todo aceita ou não. E fui aceito pelo grupo. E foi um dos dias mais felizes da minha vida, porque já vinha esperando isso, há muito tempo.

E, por volta de meados de 2013, mais ou menos, tá? Não vou ser bem preciso em datas, vou tentar ser o mais preciso possível.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não tem problema.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Por volta de meados de 2013 – não estou dizendo quem é o certo, quem é o errado, veja bem –, começou a haver – como vou dizer a palavra... Os trabalhos no grupo de ortopedia começaram a ficar um pouco dificultados. Por exemplo, o convênio disse que descredenciou todos os médicos da ortopedia, por causa do Dr. Fernando.

Não estou dizendo que o Dr. Fernando era o certo e que o convênio era o errado ou vice-versa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O.k.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Sim. Estou sendo bem honesto: não sei. É por isso que até hoje a gente... Converso com meu advogado, o Dr. Márcio. Ele já foi várias vezes lá à Polícia, à Delegacia Fazendária, e tem acesso a isto aqui, por exemplo. Ele olha e diz “Isso aqui eu já sei, não tem nada no teu nome aqui”. É o que ele me diz. Só que nós não temos acesso total ao processo. Há coisas que estão correndo em sigilo.

Eu não sei se, ali, naquelas peças...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Então, começou a haver uma perseguição dos convênios– perseguição, uma guerra de braços.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – De repente, decidiu reagir, não é?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – É, isso aí.

E isso aí acabou repercutindo na minha vida pessoal, porque houve um convênio... Eu tenho uma clínica... Anos depois de ter voltado do Rio de Janeiro, entrei de sócio em uma clínica no centro de Gravataí, e houve um convênio que ameaçou me descredenciar, porque eu trabalhava com ele. Então, essas coisas começaram a se somar, e eu senti que a consequência estava vindo pesada para cima de mim.

Em dezembro de 2013 ou janeiro de 2014, eu decidi sair por isso. Conversei com o Fernando, expliquei numa boa para ele. Fui correto, honesto com ele. Falei para ele: “Fernando vou sair, e o motivo é este. Não estou dizendo que tu és o certo e o outro lado o errado, mas infelizmente está repercutindo em mim, não estou bem”. E fui obrigado a sair, acabei saindo, pedi para sair.

Então, não faço mais parte do grupo desde de janeiro de 2014, do ano passado. Voltei para a carne de pescoço, voltei a fazer só plantão, não fazia mais parte da equipe.

Minha relação é essa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você, quando fazia parte da equipe, o que ganhava? Porque hoje você sabe que essas ações judiciais dele rendiam milhões para ele, até porque ele é... Como se diz, ele é o... Do ponto de vista do crescimento financeiro, ele é a estrela do meio médico, ele é o iluminado, que conseguiu ficar rico com a medicina.

O fato de ele ficar rico com a medicina não causava estranheza ou você... Você tinha conhecimento dessas ações que ele fazia contra o IPE, contra os planos de saúde? Cooptava... Porque um homem que tem o patrimônio que tem não precisava fazer plantão. O plantão era feito para cooptar as pessoas e depois levá-las para o matadouro, sem pena e sem dó. E subtrair recursos do Estado e fazer e acercar os planos de saúde, porque ordem judicial o plano de saúde é obrigado a fazer.

Você tinha conhecimento disso? Ele chegou a lhe contar? Ele ofereceu...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Nunca me ofereceu nada. Nunca recebi nada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas você tinha conhecimento dos valores que vinham dessas ações judiciais?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Não. Aos valores, na verdade, o médico não deve nem ter acesso. O certo é não ter acesso a esses valores, porque não faz parte da conduta médica saber quanto custa aquela gaze, quanto custa aquela seringa. A conduta médica correta é oferecer o que você tem convicção de que é melhor para o seu paciente.

Eu nunca tive acesso a valores dessas cirurgias.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas, tipo assim, uma prótese de cinco e poucos mil, de R\$6 mil reais, e o Estado ser obrigado, por uma ordem judicial, a pagar R\$300 mil, R\$360 mil. Você sabia disso?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Sabia.

Nunca me envolvi com isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele oferecia?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Nunca me ofereceu.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pediu, alguma vez, para usar seu nome, para assinar um documento para ele?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Não, é isso que eu lhe disse no início. Nós tivemos acesso parcial, Senador. Eu gostaria de ter acesso total a esse inquérito, para saber. Acredito...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você não sabe, então, se ele falsificou seu nome também?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É o processo investigativo.

Agora... Mas, de qualquer maneira, é o seguinte: você viu que ele falsificou algumas assinaturas. Falsificou carimbo, assinatura...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Sim, ele falou na TV, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Falsificou e...

Você teme, por ter feito parte da equipe, ele...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Ter feito...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ter feito no seu nome também?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Se fez, é falso.

Se fez, é falso, e exijo perícia. Se aparecesse o delegado, por exemplo, o Sr. Joerberth, que está investigando, e abrisse todo o... Na hora em que abrir todo o inquérito e aparecer alguma assinatura em meu nome, exijo uma perícia, porque é falsa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quando a reportagem apareceu, detonando tudo, vocês sabiam. Você não é tolo: começou a presenciar esse descredenciamento, essas coisas todas de pessoas descredenciando para não conviver com ele, para tirar e tal. E você começou a perceber até sair.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Fantástico.

Você chegou a ter alguma conversa com eles para perguntar o que estava acontecendo? Você conversou com ele depois da reportagem do Fantástico?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Nunca. Nunca conversei com o Fernando depois da reportagem. A última vez que conversei com ele mais ou menos foi em setembro, outubro ou novembro. Por aí.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Do ano passado?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Do ano passado. Depois não conversei mais com ele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você sabe que ele tem um patrimônio invejável, né? Um patrimônio invejável.

Fazendo consulta de R\$30, você que é médico, dá para comprar avião?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Eu não. O estilo de vida com os meus ganhos, não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele deve fazer isso há algum tempo. Você não achava isso paradoxal para um cara que tinha tanto patrimônio e ainda dar plantão? Fazer consulta de R\$30? Um cara que tinha uma equipe, acostumado a operar...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Eu vou dizer assim: eu já ouvi dizer que ele tinha outros negócios. Não sei entrar em detalhes do que era. Não sei se era de construções, alguma coisa desse tipo. Não tenho certeza bem do que era.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Construtora?!

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Não sei bem. Posso estar errado, mas ele tinha outra atividade paralela. Não tem como médico ter um avião, pelo menos para mim. Na minha concepção, não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É complicado. Hoje o senhor vive com dificuldades. O irmão dele também falou que está em dificuldade depois dessa reportagem. Vocês tiveram os nomes citados...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Não. O CPO é uma máxima para a gente. Sofremos muito. Só para você ter uma ideia: algumas vezes já liguei para o Alfredo, que é o irmão dele, algumas vezes liguei chorando à noite...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O Alfredo acabou de falar comigo, que é o irmão dele, que você ligou para ele algumas vezes.

O Alfredo também chorou.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Essa questão da exposição dos nomes das pessoas... Digo assim, o Dr. Henrique foi o segundo médico que veio aqui. Sabe o Henrique?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sei.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Que veio e falou um monte de coisas para o senhor. Às vezes, eu estava tão para baixo nessa situação, tão lá embaixo, um morto-vivo dentro de casa, não conseguia nem prestar atenção nas crianças – eu tenho quatro filhos – e o Henrique me ligava mal. O Henrique muito pior do que eu. E eu tinha que arranjar forças – eu, do nada – sem forças nenhuma, sem estrutura nenhuma, tinha que arranjar forças para acalmar o Henrique. O Henrique passou por um período muito mal, muito ruim. Logo depois da reportagem que saiu o nome dele no Jornal Nacional...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Fantástico. Ele falando aquele monte de coisas. Então, o Henrique ficou muito mal com essa situação. E eu tinha que arranjar forças, não sei de onde, não tem explicação. Eu já fui à casa dele e disse: Henrique, calma. Vamos nos manter fortes. A gente tem que sair dessa situação que é injusta. Só nós sabemos o quanto é injusto o que estamos passando. Não é fácil, Senador, a polícia entrar na sua casa com os seus filhos dentro de casa. Tenho um filho de oito anos...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Na busca e apreensão?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – É. Tenho um filho de oito anos que eu acho que vamos ter que começar a fazer um tratamento com ele...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Psicológico?!

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Com a busca e apreensão... Ele não consegue... Ele ouve sirene de ambulância e fica mal. Ele fica estranho, ele fica agitado.

Nós estávamos em um restaurante em Gramado, comendo uma sopa – saímos do hotel – e entraram dois policiais para comer a sopa, ou seja, se servirem no *buffet*. Mas quando eles entraram, ele se levantou e me abraçou, como se fosse para me proteger. (*Pausa.*)

Desculpe, é difícil...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Pode ficar à vontade.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Estou fazendo tratamento psiquiátrico. Uso quatro tipos de remédios. Não posso ficar sem esses quatro tipos de remédios.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É mesmo?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Uso quatro tipos de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Um trauma emocional muito forte, né?

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Sequelas. E em casa eu não deixo transparecer isso aí. Não mostro que eu estou triste, que eu estou preocupado. Minha esposa me ligou agora há pouco e perguntou como estava a situação. Eu disse que estava tudo tranquilo. Não quero preocupar ninguém, entendeu? Tem que ter muita estrutura para enfrentar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Vocês precisam, vocês que são médicos e que foram envolvidos, arrastados para dentro desse *tsunami* e que...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Eu sempre usei essa palavra. Eu sempre soube... Eu sempre usei a palavra *tsunami*. Uma vez eu comentei com o Fernando que iria acontecer um *tsunami* que iria pegar todo mundo que estivesse por perto. O Fernando sempre justificou que o que ele fazia, fazia com convicção; tentava fazer o melhor para os seus pacientes.

Eu sempre entendi, compreendi, mas achava perigoso, porque, às vezes, por mais que você tente fazer uma coisa certa – e não sou eu que vou julgar se é certo ou errado –, isso tem consequências. Eu já usei essa palavra *tsunami*. É difícil remontar tudo e se reerguer. É difícil.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Vocês precisam se indignar mesmo. Os justos se indignam. É a indignação dos justos que precisa acontecer.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Por isso que eu demonstrei isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É. Senão não tem como! Essa coisa de não reagir, de se calar, de não falar... Que os juízes todos estejam me ouvindo: para mim cheira muito mal quando o cara prefere falar em juízo. Por que falar em juízo? É mais fácil? Resolve mais rápido?

Para mim, essa frase é como se fosse uma ofensa para um juiz. Uma ofensa para um juiz. Mas o sujeito tem livre arbítrio para falar o que quiser ou o que não quiser. Mas para mim soa muito mal. Se o sujeito vem depor e, no depoimento, se ele não deve, é para se indignar e se colocar à disposição, dizer que pode quebrar os seus sigilos.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Eu faço questão disso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu sei de fato o que é ser atacado. Quando o sujeito corre e fica buscando *habeas corpus* preventivo, com medo da quebra do sigilo, alguma coisa vai ser lá na frente.

Ele simplesmente ficou aqui calado. É um direito que assiste a ele, ao Dr. Fernando. Mas eu lamento, lamento mesmo que pessoas que eu ouvi...

Quem tem coragem de fazer com as vítimas o que ele fez... Hoje, o que essas pessoas estão sofrendo... Não estão sofrendo e se dispondo a participar de um processo porque elas estão chorosas pois o Estado arrancou R\$360 mil ou R\$380 mil para uma prótese dela. Elas não têm nem noção disso. Pensam que tinham direito como cidadãos, já que pagam imposto. Correto. Mas as vítimas estão indignadas pelo mal invasivo que ele praticou como grande cirurgião. Na verdade, a figura de um grande cirurgião é a de um sujeito glamorizado como um grande centroavante e que não faz gol. Não faz gol.

Só nessa primeira leva, seriam 68 a serem ouvidos, lesionados por ele.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Já está tendo repercussão.

Ele gosta de jogar futebol. Ele pediu para colocá-lo na escolinha do Grêmio. Ele joga direitinho. Não é porque sou pai, mas realmente, acho que ele joga. Ele parou de jogar futebol, porque os amiguinhos dele do condomínio falaram: “A polícia foi na casa do teu pai, vai prender teu pai”. Acabou com a criança. Não joga mais e fica dentro de casa, jogando vídeo game...

Olhe, doutor, nós vamos fazer a quebra dos seus sigilos, ao seu pedido...

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – Faço questão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Vamos acelerar esse processo, porque o que está acontecendo com vocês acontece também na vida pública. As pessoas acham que a maioria dos homens que fazem a vida pública são do mal; que a maioria da classe política é de pilantras e picaretas. Isso está no inconsciente e no consciente das pessoas, mas não é verdade. A maioria é de gente do bem. O problema é que os homens do mal são tão ousados que levam os bons para a vala comum.

E os bons não têm a ousadia dos maus, porque se tivessem o mundo seria outro. Vejam só esse rapaz. Um só, com a ousadia quantos ele arrastou para a vala com ele. Dá um ninja aqui, puxa outro aqui, puxa outro aqui, faz aqui...

Anteontem, aquela doleira que está presa fez um depoimento em Curitiba e debochou no depoimento dela. Disse: “Não, o Brasil é movido a corrupção. Veja só, quem descobriu esse esquema de corrupção, prendeu todo mundo, nós estamos presos, prendeu os donos das empresas, parou as empresas, parou a corrupção e o Brasil parou”. Ela disse isso. “Parou a corrupção o Brasil parou. E ele só vai voltar a funcionar se houver mais corrupção”.

Então, isso envolve corrupção. Ninguém recebe 200 liminares, 10 ou 20 encarrilhadas, de sexta para sábado. Isso não é porque o cara é iluminado por obra e graça, porque o Espírito Santo de Deus o protege, cega o juiz, põe a caneta na mão de um juiz e o faz assinar.

Amigo, há um esquema. E eu, nesse esquema fraudulento, espero que ao final disso o seu filho, você se sente com ele – ele viu, e eu sei o que é isso na cabeça de uma criança –, trate mesmo psicologicamente seu filho, porque senão ele vai levar essa lesão emocional para a vida adulta dele. E isso vai prejudicá-lo na vida adulta, no relacionamento dele quanto tiver de se casar, quando for pai, na criação de filho. O inconsciente armazena essas lesões.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Vergonha.

O SR. MARCELO LEAL TAFAS – ...Computador. Aí, eu tento empurrar ele: vá jogar bola, vamos jogar bola!

“Não quero”. Eu falei para ele: Gui, tu não queres mais jogar futebol. O que tu tens? Ele disse: “Eu não gosto mais!”

Mas eu já ouvi a informação, por outras pessoas, do que os garotos disseram para ele, o que se espalhou no condomínio, um vizinho fala para o outro: “A polícia foi na casa, queria pegar teu pai, o passaporte do seu pai”. Todo mundo fica falando. Machucou a cabeça da criança.

E agora, para resolver isso?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas cuide dele você. Para essa lesão que o Dr. Fernando fez no cérebro do seu filho não existe prótese para colocar no lugar. É cuidar mesmo com carinho e amor. E passar essa tempestade confiando, mais nada.

Tenha certeza de que vamos envidar esforços, quem foi inocente inocente será, e quem deve tem que pagar. Eu reafirmo a minha convicção no Judiciário deste Estado. Reafirmo, em um caso como esse, porque não é novidade alguma. O sujeito comete um crime do tamanho desta sala e, daí a três ou quatro meses, está na rua.

Há pessoas que, com 10 ou 15 anos, porque não tem um defensor público, porque roubou um toca-fitas, na época em que havia – hoje, nem toca-fitas existe mais em carro –, está há 10 ou 15 anos apodrecendo na cadeira, porque o critério é outro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bem.

O senhor é diretor?

Então, eu imagino e quero reiterar a minha crença no Judiciário e lhe desejar boa sorte, para a sua família e para os seus filhos. Nós vamos proceder essa investigação, esse cruzamento de dados. Certamente, vamos ajudar a acelerar o processo para que vocês tenham bom êxito no final.

Muito obrigado ao doutor pela conversa que nós tivemos. Muito obrigado ao senhor por ter vindo, atendido o nosso chamamento.

Está encerrado seu depoimento.

Dando continuidade, vamos ouvir o Sr. Larson Hermilo Strehl.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – ...comercializo? (*Pausa.*)

Sr. Larson, vamos começar?

O senhor conhece os direitos constitucionais que o senhor tem?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Fique à vontade com eles. O que senhor achar que não deve falar não fale.

Vou lhe passar a palavra e o senhor pode descrever o que sabe dessa problemática, a posição de vocês, a posição da ProHosp, para que possamos, em seguida, fazer algumas perguntas.

Eu lhe passo a palavra, o senhor fica à vontade.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – O.k., Senador. Estou à sua disposição. Pode fazer as perguntas. Pode fazer as perguntas sem problema.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Sou dono da ProHosp.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor é o dono?

Tem quantos anos a empresa, doutor?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Trinta anos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Trinta? Fica aqui mesmo?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Fica aqui em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Na capital mesmo?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Sim, capital.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Que tipo de prótese o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Trabalho com uma marca alemã e uma marca nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ah, não. O senhor importa, não tem fabricação?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – ...no Rio de Janeiro e distribuo aqui no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ah, é distribuição. Não é fabricação?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Não, não é fabricação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque é alemã e...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – É uma alemã e outra nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E qual é a nacional?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – MDT.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Fabricada onde?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – São Paulo. E há uma outra linha que eu trabalho chamada Biomecânica.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Bio...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Biomecânica.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Todo tipo de prótese?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Especificamente implantes para a coluna.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O médico que me operou disse que eu tenho muitas aqui na minha.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Como?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Disse que eu tenho muitas aqui na minha coluna.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Eu tive... Assim que encerrou a CPI do Narcotráfico, meus pés estavam ficando dormentes e tal, mas como eu tenho uma vida esportiva muito intensa, a coisa de academia, acabei achando que era tensão da CPI do Narcotráfico, pois havia muita tensão, muita ameaça de morte, muita doideira. Estou tenso e isso está me... Assim que se encerrou, eu resolvi fazer uma ressonância dos meus joelhos, que estavam doendo muito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não quer dizer nada. Não sei se você estava aqui a tarde toda, se me ouviu falar. Eu falo com drogado, ao telefone, todos os dias.

Contei para o médico, o ortopedista – olhem como o mundo dá voltas, estou falando com um ortopedista aqui –, e ele falou: “Vamos fazer uma ressonância, mas essa coisa do seu pé estar ficando dormente... Vamos fazer também da coluna, da sua medula, dessa região lombar”.

Fizemos. Em seguida, disseram: “Deixa esse seu joelho para lá. Ele está ruim, mas deixa para lá. Vamos ter que operar”. E aí a minha intriga, porque começou a vir na minha cabeça: a conversa é a mesma – “Não. Você tem que operar em 30 dias. Em 30 dias, ou o senhor vai ficar paraplético, o senhor vai paralisar no meio da rua. O senhor está com uma lesão comprimindo a sua medula, e tal... O senhor precisa desmarcar tudo o que é compromisso”.

Desmarquei e, com menos de 30 dias, eu fui para a cirurgia. Chamaram a minha família e disseram: “Infelizmente, ele tem um tumor. Nós o tiramos. Tiramos o fio condutor do tumor na medula. O dele cérebro não vai comandar as pernas, e ele vai ficar paraplético. Nós vamos ter que fazer um procedimento para enxertar a coluna dele”. Minha família autorizou, e eu fui. Quando voltei a mim, no centro cirúrgico, estava completamente paralisado, e o médico falou que aquilo era a anestesia. Não queria falar a verdade, porque eles mesmos tinham acabado de me lesionar.

Bom, esta história é tão longa. No primeiro ano, eu fazia 18 horas de fisioterapia por dia. Quando eu voltei da anestesia – eu estava na UTI e só vim tomar conhecimento mais ou menos 40 horas depois –, eu recebi a visita de Jesus na UTI, e ele falou que eu iria ficar em pé. Mas como ficar em pé? Eu não entrei ali para ficar paraplético. Eu não sabia de nada.

Anos depois, fui fazer um exame no Sarah Kubitschek – porque fiquei com um déficit neste pé, por causa da cirurgia – e fui examinado, por toda aquela tecnologia do Sarah. Eles se reuniram e falaram: “Quem te operou te aleijou”.

Olhem como o mundo dá voltas. Essas vítimas todas que eu estou ouvindo escutam a mesma coisa: “Você vai ter que operar, senão você vai ficar aleijado, etc. e tal. Tem que ir, tem que...” Havia uma norma na Câmara dos Deputados, eu era Deputado e Aécio era o Presidente, e ele teve que mudar essa norma, para poderem me operar. Eu até vou requerer à Câmara, para eu saber, porque não me toquei naquela época. Daqui a pouco, eu sou vítima também, não é? E se eu for vítima, vai ser melhor, porque, se eu descobrir que eu sou vítima também, eu estou na causa dos companheiros. De qualquer maneira, eu estou.

Então, eu tenho esse problema também. A coluna está aqui, mas, depois disso, eu treino três horas por dia, luto jiu-jítsu e sou instrutor de boxe. Tenho uma instituição de recuperação de drogados e um centro de treinamento de MMA, e quem treina os atletas sou eu. Tudo depois disso, desses enxertos, dessa coisa toda.

Mas parece que há uma história que se repete. É impressionante, mas...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – É uma cirurgia de risco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas estou bem. Estou de pé, estou de pé.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Eu faço aiqidô.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Faz? O meu “aiqidô” é só neste joelho aqui. (Risos.)

O SR. LARSON HERMILO STREHL – O meu é nas costas. (Risos.)

O SR. LARSON HERMILO STREL – Eu também mudei as costas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas veja, doutor, eu queria que o senhor me falasse qual é a sua visão, quais são as razões para a sua empresa estar metida nesta investigação?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Eu desconheço, Senador, porque eu não forneci nenhum implante para essas cirurgias que estão sendo investigadas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O Dr. Fernando?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – O Dr. Fernando não fez nenhuma cirurgia com o meu material.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você o conhece?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Teve relacionamento com ele?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Relacionamento de...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim, sei, o senhor o conhecia.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Hum-hum.

Se quiserem quebrar o sigilo dos caras, vão dizer: “Ah, esse Senador fala com traficante”. Então, é a vida.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Como todo médico que a gente visita e trabalha... Claro, eles conhecem a gente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Com outros médicos que fazem, o senhor tem relacionamento, fornece?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Há uma gama de médicos que trabalham com o meu material, principalmente com esse material importado. É um material... *(Ininteligível.)*

... que é uma empresa muito grande e tem uma tecnologia muito avançada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas o sujeito já tinha ouvido falar dessa máfia que fazia essas ações judiciais, operava na base da liminar e puxava muito dinheiro? Por que hoje eu me aprofundei, porque é algo que não conheço, a questão de valor de prótese, fabricação e tal, essas quantias assombrosas de 380 mil, 360 mil...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Desses valores eu nunca fiquei sabendo, até porque eu nunca fiz uma cirurgia dessas. A minha empresa nunca forneceu um parafuso para uma cirurgia dessas. Então, sobre essas liminares e valores, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor já tinha ouvido falar que havia um burburinho no mercado, que havia médicos fazendo esse tipo de coisa?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Uma coisa eu digo: não existia burburinho no mercado a respeito de valores que eram cobrados, cirurgias... judiciais... Não participei disso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Como é que o senhor recebeu essa notícia?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Através da reportagem. Depois a gente ficou sabendo, claro, no mercado, que estava acontecendo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E qual foi o ponto inicial que o senhor acha que levou a sua empresa a estar dentro da investigação?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Eu desconheço o porquê de a minha empresa estar dentro da investigação. Talvez porque eu esteja há 30 anos no mercado. É uma empresa que tem determinado nome aqui em Porto Alegre, e o pessoal... Porque cirurgia não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor sofreu busca e apreensão também?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Sofri. De alguns documentos. Foram lá na firma, na minha empresa, pegaram alguns documentos, e não houve maiores problemas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor já foi chamado? O senhor já falou no inquérito?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, né?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Porque, na verdade, a citação vai ser à empresa, não é, doutor?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – À empresa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – É o senhor que vai falar não sei o quê. É um advogado...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – É, mas eu desconheço o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não te ocorre nada que possa ter fundamentado essa razão ou, na sua cabeça, a razão é só porque o senhor é fornecedor e tem uma empresa...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Porque eu sou um fornecedor de material também, exatamente nos mesmos moldes das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Alguma vez esses médicos que praticam esse tipo de cirurgia de prótese, esses médicos de coluna e de joelho, algum deles já se aproximou para pedir alguma coisa?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, né?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E os hospitais?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Os hospitais lidam muito com a minha empresa, não para pedir algum desconto, eles lidam muito com o prazo. Eles pedem 90, 120, 150 dias, para eu efetuar o pagamento no título. Então, isso é uma coisa que, para mim, complica também. Mas, em termos de desconto, não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor viu ontem o diretor de uma instituição – até esqueci o nome – que depôs aqui...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Borges?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Borges. Ele falou que os hospitais botam até 15% em cima, e tal.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Aí é uma prática do hospital com o convênio, né? E acho que o convênio acata aquilo também, porque, se eles fazem esse tipo de negociação, o fornecedor fica à parte disso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ou com ele ou o convênio ou é auto-deliberação do próprio hospital, porque se...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – O convênio autoriza a cirurgia.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ou não.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Ou não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Diz que o procedimento o médico requer. O médico só requer o hospital para fazer a cirurgia. O centro cirúrgico diz: “Dia tal eu preciso desse e desse material, e entrega a lista”. O hospital compra – pelo menos foi isso o que eles me disseram.

Aí eu perguntei das vultosas quantias. “O médico que opera e que ganhou essa liminar, em seu favor, deixa algum dinheiro com o hospital?”, eu perguntei. E ele disse: “Não. Há alguns hospitais que...” Porque o procedimento correto é: o cara pede a prótese, o hospital compra, há o prazo dele, e, na hora de pagar, paga-se, porque o hospital cobre os seus materiais, o centro cirúrgico, essas coisas.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Bloco cirúrgico, antibiótico.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aí ele falou que tem alguns hospitais que botam até 15% em cima.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Quinze por cento em cima do valor do material do implante?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Exatamente.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Desconheço isso, porque não cobram de mim. Eles cobram do convênio hospital. Deve ter alguma negociação que o convênio aceite ou acate isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Doutor, não vejo razão para agora irmos mais adiante, visto que o senhor não tinha nenhuma relação com o Dr. Fernando, com esses médicos que depuseram aqui, o Alfredo, que é irmão dele; o Antônio Carlos, esse que acabou de sair; o Henrique Cruz. O senhor não conhece e eles nunca o procuraram?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Não. Até porque o irmão do Dr. Fernando trabalha com quadril, joelho, é um material que eu não trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor é só coluna.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Só coluna. Já trabalhei com quadril e joelho, mas atualmente é só coluna.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Essa prótese de joelho... Já temos aqui algum material...

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Que seja de tecnologia mais avançada? Acho difícil de traçar um paralelo, mas há muita pesquisa fora do Brasil em relação a esses materiais. Então, quando eles chegam aqui já é com um outro tipo de tecnologia, completamente diferente.

As próteses que são feitas no Brasil se tornam obsoletas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, esse Dr. Níveo Campos Severo, irmão da advogada, não tem nada a ver com a empresa.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Não tem nada a ver com a empresa. Conheço ele, conheço o Dr. Níveo, ele coloca o meu material, mas ele não faz e o contrato social prova. Não tem nada, nenhuma relação empresarial com ele. Até seria antiético o fornecedor ter uma parceria com um médico como sócio. Não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É antiético, mas isso tem muito Brasil afora, viu doutor, porque tem gente que faz medicina como em tudo na vida, sacerdotalmente, por pura vocação. Dr. Fernando tem mais por aí espalhado por esse Brasil afora, em todas as especialidades. Mas não é diferente da vida.

Esse Dr. Níveo é do bem?

O SR. LARSON HERMILO STREHL – É sim. O Dr. Níveo é uma pessoa ilibada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O interessante é ver a advogada dizer que não conhece nenhum médico dessa área, que ele nunca se relacionou com ninguém.

Depois de todo mundo dizer que tem medo dele, vou dar um desconto para ela. Como tenho muito conhecimento dela, mais um pouco do que ela pensa, ela não tem tanto medo dele assim, não.

É isso. No mais, será a investigação lá na frente que vai dizer. Faço votos de que lá na frente não tenhamos nada.

O SR. LARSON HERMILO STREHL – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Agora Francisco José Dambros. Cadê o Francisco José? Veio não também? Ah, é você?

Luiz Alberto Paz e Maria Alice Guerra. Mas eu não vou ouvir advogado, não. Eu os convoquei. Se eles não vierem, coercitivamente vão a Brasília, na terça-feira. Eu não os convidei; eles foram convocados, não há justificativa. E se alguém os conhece, avise-os, porque eles irão a Brasília. Se eles acharam que podiam dar um dribble, sendo comunicados, cada qual faz o que quer fazer. Mas cada qual se responsabilize pelos seus atos.

Francisco, você tem direitos constitucionais, amigo. Você passou a tarde aí e me ouviu repetir a mesma coisa. Seus direitos constitucionais estão mantidos, respeitados. Você se utilize deles da maneira que você quiser. Você pode ficar calado, não falar, mas eu vou perguntar da mesma forma. Mas eu lhe dou a palavra para que você faça qualquer consideração que achar importante, pelo fato de o nome da empresa ProHosp... Não, não, não.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Improtec.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – ... Improtec ter sido envolvido aí nesse furacão. Se você tem conhecimento do envolvimento e do porquê disso, então fique à vontade. Em seguida, começamos a perguntar.

Fale ao microfone.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – A empresa tem 23 anos de mercado, trabalhando na área de ortopedia, neurocirurgia e bucomaxilofacial. A empresa possui 30 funcionários hoje. Nós cumprimos todas as regras, inclusive a RDC 16, que é de Boas Práticas, da Anvisa, sobre rastreabilidade de produtos. E estou a sua disposição aqui para responder o que o senhor precisar saber.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Você é o dono?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Sou o proprietário da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É o proprietário. Há quantos anos, mesmo?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Há 23 anos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Há 23 anos.

O seu material é importado também, o que você distribui?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Trabalhamos com material importado e material nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É só na área de coluna também?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Coluna também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas e outros, joelho, pé?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não, não. Nós trabalhamos na área de coluna, comercializando materiais importados e nacionais. Os materiais importados a gente comercializa basicamente o material da Engimplan, fabricante. Eu sou distribuidor só, e importo alguma coisa também de material. E trabalhamos com material importado também. Isso é na área de coluna.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – O material importado é importado dos Estados Unidos.

Na área bucomaxilofacial, nós trabalhamos com material importado, e aí não sou que importo. Eu sou distribuidor aqui, no Rio Grande do Sul, de uma importadora do Rio de Janeiro. É material alemão.

E depois, dentro da neurocirurgia, alguma coisa de material nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certo.

Diga-me uma coisa, você conhece o Dr. Fernando?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Tem relacionamento com ele?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – O meu relacionamento com o Dr. Fernando sempre foi estritamente profissional. Aliás, eu acho que... Acho não, no ano passado, para o senhor ter uma ideia, eu devo ter falado com o Dr. Fernando umas três vezes, no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor tem dificuldade em abrir o sigilo da sua empresa?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – No ano passado?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não sou só eu. A minha conta pessoal, eu autorizo, porque sou só eu. O telefone, eu autorizo, porque o telefone é da empresa, mas onde envolve outros clientes juntos, aí fica mais difícil.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas o senhor já o conhece de quanto tempo?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Eu o conheço acho que desde 2008.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele sempre adquiriu prótese com o senhor?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não de rotina. Havia épocas em que ele passava tempos sem pedir material, depois voltava a pedir. Nunca houve uma sequência.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor ficou assustado quando apareceram essas coisas, e o nome dele estava junto?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – A gente sempre fica assustado, não é doutor, com as coisas que aconteceram, porque a gente não imagina que isso está acontecendo!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, né?

Ele já esteve na sua empresa, ele visitava a sua empresa?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele falava muito com o senhor ao telefone?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Falava no telefone fixo da empresa?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor acha que a sua empresa está arrolada na investigação só pelo fato de ele consumir o seu produto?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Senador, eu ainda não sei, porque não tive acesso ao processo. Então, não sei lhe dizer porque eu estou, porque a minha empresa...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Quando você viu o nome da sua empresa na investigação, você ficou assustado, ou você acha que está sendo investigado só porque é distribuidor de prótese, e o problema foi aqui?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Acho que estou sendo investigado porque sou um distribuidor de próteses.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor sofreu busca e apreensão também?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Também. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O que levaram? O que a polícia levou?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Levou notas fiscais de compra e venda.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Da minha empresa? Da minha empresa eu tenho dificuldade. Por quê? Porque os clientes para os quais eu vendo não me autorizam a fornecer o sigilo deles, porque estou fornecendo o sigilo deles. Da minha conta pessoal, não tenho problema nenhum. Posso lhe fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O sigilo da empresa, que o senhor fala, é o sigilo fiscal da empresa?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – É.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E o sigilo telefônico da empresa?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – O sigilo telefônico da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – O senhor só não autoriza o sigilo fiscal?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Só não autorizo da empresa, porque, aí, é a relação com os clientes, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E o sigilo telemático da empresa?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Telemático?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – O que é telemático?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É a quebra do sigilo do seu computador, do IP do seu computador.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Aí vai-se ter acesso à memória do seu computador, aos arquivos do seu computador.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não tem problema, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – A polícia levou algum arquivo de computador seu?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não. O que eles buscavam? Eles buscavam as notas fiscais de compra e as notas fiscais de venda daquele período em que eles estavam investigando. Foi a única coisa que eles me disseram.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Certamente, um dos pontos disso é o fato de ser o Dr. Fernando e de já ter feito alguma compra com vocês, em algum momento.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não, o Dr. Fernando não compra na empresa. Não vendo nada para o Dr. Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele é médico, e, na verdade, vai para o paciente dele, para o hospital. Certamente o sujeito está sendo operado por conta de uma ação judicial que ele ganhou.

Quando eu me refiro ao Dr. Fernando, não estou me referindo ao fato de que ele, pessoalmente, tenha feito a compra. Como ele comandava essa máfia de operar a coluna de todo mundo para poder tirar dinheiro do Estado e extorquir os planos de saúde, quer dizer, esse cara opera em série, então deve comprar para todo mundo. Estou dizendo que um dos pontos é esse. Eu não sei quais são os outros, não sei qual é a linha de investigação da polícia, mas tenho certeza de que um dos pontos é esse.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bem.

Em algum momento, alguém lhe procurou, em nome do Dr. Fernando, para lhe fazer algum pedido, de algum favor?

O seu sigilo fiscal, telefônico e telemático pessoal, o senhor autoriza, o sigilo seu, pessoal?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Eu também estou aguardando ansioso que eles me chamem para que eu possa falar também, porque tenho documentos lá, inclusive, que são documentos que fazem parte da rastreabilidade do produto. Porque, não sei se o senhor sabe, mas os produtos implantados têm uma rastreabilidade. Cada um desses produtos tem uma rastreabilidade, e eu tenho que controlá-los por muitos anos, Senador.

Então, a responsabilidade minha não termina no momento em que eu vendi esse produto; a minha responsabilidade vai muito além disso. Eu fico com o registro de tudo isso. Além dessa nota fiscal que foi, eu fico, dentro da minha empresa, com todo esse registro lá dentro. Daí por que Boas Práticas de Distribuição, que é uma regulamentação, uma RDC da Anvisa. Então, eu sou responsável por tudo isso.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Sim.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Eu não ouvi falando que foi colocado prótese nacional no lugar de importada.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Tem prótese de 50% a mais, com outra tecnologia também. Não é só o fato de a prótese ser importada; ela tem uma outra tecnologia também.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não. Ninguém me procurou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Ele nunca sugeriu que a empresa desse a ele um cartão corporativo?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Desse o quê?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Um cartão corporativo, um cartão da empresa?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É, para ficar com ele.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – A única pessoa que usa o cartão corporativo da empresa sou eu, proprietário da empresa. Ninguém mais. Eu só tenho um cartão, e esse cartão está, inclusive, com o meu nome também gravado. E só eu uso. Eu não deixo ninguém usar esse cartão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Então, se houver a quebra do sigilo fiscal da sua empresa, certamente nós não vamos encontrar qualquer tipo de relação de superfaturamento dentro dessa lógica e ótica operada pelo Dr. Fernando?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Superfaturamento?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – De próteses.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não. Não vai encontrar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Está bem, doutor. Não tenho mais nada... Penso que, daqui para frente, é conosco, até porque a empresa, nós não temos nada, a não ser... Porque penso que o inquérito, as buscas e apreensões estão sendo analisadas pela Polícia Civil, e eu não sei exatamente os delegados do inquérito, eu não sei exatamente qual é a estrutura e o preparo que eles têm para andar rapidamente, mas é aguardar um pouco. E eu vou cumprir o meu papel...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Há chances de o Estado ter pago uma prótese importada, pelo menos, e isso estar na denúncia, estar na investigação, e o médico ter usado uma nacional que fosse mais barata?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Da minha parte, na minha empresa...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Não, não. Estou te fazendo uma pergunta genérica.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas o senhor ouviu falar isso na reportagem. O senhor assistiu à reportagem?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Na reportagem?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não, eu não... Eu confesso que isso daí eu não...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Fala de troca de próteses, de prótese importada. O senhor não ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Por que todas as liminares, todas as ações que ele fez judiciais e as liminares que ele ganhou, todas elas pediam valor de prótese importada? O valor é muito diferente de uma prótese nacional e uma importada? A diferença é muito grande?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – A prótese importada é mais cara do que a prótese nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Valor muito grande? Diferença grande?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Algumas têm mais diferença do que outras.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Mas é diferença significativa ou pouca coisa?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Ah, tem um... O que vou lhe dizer? O que é significativo para o senhor ou não, para mim...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Cinquenta por cento a mais...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – E a nossa tecnologia, hoje, para fabricação de próteses no Brasil já é razoável, é boa?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Eu não... Eu não posso lhe dizer, assim, hoje, se ela é boa ou se ela é razoável. Eu não consigo medir isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Medir seria o quê? Medir seria o quê? As importadas são mais caras porque em qualidade e em tecnologia são melhores ou elas são mais caras só porque são importadas?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Não, acho que em qualidade. Pelo menos, o que se diz é que é em qualidade. Mas, se eu tiver que emitir o meu juízo, neste momento, vou lhe dizer que não tenho como emitir. Quem pode emitir juízo é o fabricante da prótese. Mas o que a gente ouve falar é que a prótese importada é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Há reclamação?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Porque ela tem mais...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Há reclamação?

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Da prótese importada?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Nacional.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DAMBROS – Há reclamação de instrumental para colocar.

Para colocar a prótese importada, o instrumental dela, para começar, é superior.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – É?

Deixe-me falar uma coisa. O que vamos avançar nisso depende de nós, não depende do senhor. Eu sei que de todos vocês que estão na investigação, ninguém foi ouvido ainda e o delegado vai fazer isso o mais breve possível. Pelo menos é a informação que tenho dele, do delegado. O resto desse procedimento é conosco, para o bem dessa investigação.

De maneira que não tenho mais nada a lhe perguntar. Agradeço ao seu advogado a gentileza de ter vindo. Agradeço ao senhor também a gentileza de ter atendido.

Eu não vou ficar aqui aguardando o Sr. Luiz Alberto Paz e a Srª Maria Alice Guerra, porque... Doutor, falo com o senhor depois que encerrar a reunião.

Eles estão reconvocados coercitivamente para Brasília. Prepare um ofício assinado pela Polícia Federal, por favor, com o nome dos dois. Eles vão a Brasília, então, já que tiveram dificuldade de sair de casa para vir aqui, vamos a Brasília, então, para podermos fechar o ciclo dos nossos trabalhos aqui.

Quero, de coração, agradecer à Assembleia Legislativa por nos ter cedido este espaço e os funcionários, desde o garçom à pessoa que faz o café, os funcionários do som, o cerimonial da Assembleia, o servidor mais simples e mais anônimo que esteve conosco o tempo inteiro, desde a nossa chegada. Muito obrigado mesmo, de coração.

Quero agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa pela gentileza de ter cedido o espaço a nós; agradecer ao nosso missionário Deputado Walney, pela iniciativa da CPI; agradecer aos Deputados que estiveram comigo aqui ontem e aos que estão hoje, recebo o Deputado Marcel van Hattem, um jovem ainda. "Não quero viver em outro País, quero viver no Brasil", muito bem. Muito obrigado à Deputado Catarina Paladini; agradeço ao Deputado Sergio Peres por ter estado conosco neste tempo ontem.

Obrigado ao pessoal da TV também, da TV Assembleia, que produziu o sinal o tempo inteiro para nós, que estive à disposição da CPI o tempo inteiro nesse liga-desliga, liga-desliga, fecha reunião, abre reunião. Agradecemos de coração a todos vocês. Muito obrigado, gente.

Muito obrigado ao nosso querido vereador que veio do interior e ficou esses dois dias seguidos aqui.

Quero agradecer ao advogado dos convidados e ao advogado dos investigados que vieram gentilmente. Àqueles que foram convocados, que vieram, atendendo à convocação da CPI.

Minha solidariedade às nossas queridas vítimas desse processo.

Nós esperamos levar com dignidade esse trabalho até o final, levando-o a bom termo.

Agradeço à assessoria da CPI que veio comigo de Brasília. São servidores da Casa que me acompanham: os técnicos, os mais próximos, o pessoal da TV Senado. É um trabalho sério a ser feito. Eu quero agradecer o nosso querido André, assessor do nosso Relator, Senador Humberto Costa, pela sua disposição e dedicação em estar preparando material. André, muito obrigado. Agradeço à nossa assessoria toda aqui.

Agradeço à Polícia Federal pela disposição, o tempo todo ao nosso lado, ao meu lado, ao lado da CPI, que vai estar conosco até o dia da nossa partida. Muito obrigado mesmo, de coração.

Eu quero agradecer aos delegados do inquérito, aos promotores e à Procuradora.

Eu oficieei ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado pedindo segurança para o médico, na certeza de que serei atendido. Olhem bem: já tenho resposta do Governador e do Secretário de Segurança de que já foi atendido o pedido da CPI para que o médico possa ter segurança. Penso que a todos do Rio Grande do Sul importa que essa investigação chegue bem até o final, para que haja justiça e legalidade em todo esse processo.

Eu quero agradecer ao meu Deus por ter nos trazido e guardado até aqui. Agradeço a Deus por ter permitido, por ter nos dado saúde, por ter nos dado a oportunidade de ter uma convivência, de conhecer novas pessoas, novos amigos.

Eu agradeço à imprensa pelo trabalho, principalmente a RBS, que é a transmissora da Globo – as outras televisões eu não vi aqui. Certamente, esse assunto não interessa às televisões, porque penso que o sofrimento das pessoas importa muito pouco na hora em que elas precisam de que haja apoio nisso. Mas cumprimento a imprensa escrita, falada e televisiva.

Eu agradeço a minha assessoria que veio do meu Estado para poder me auxiliar aqui também.

Em nome de Deus, eu quero encerrar esta reunião, dizendo que nós temos o privilégio de termos nascido nesta terra, no Brasil, uma terra que tem tudo que tinha que ter e não tem nada daquilo que não deveria ter. Este País tem água, tem ouro, tem minério, tem peixe, tem carne, tem aves, tem aves marinhas, tem animais silvestres, tem animais selvagens, tem terra boa para plantar, tem chuva. Este País é magnífico, aqui tem tudo que devia ter e não tem nada do que não devia ter. O Brasil não tem terremoto, não tem *tsunami*, não tem maremoto, não tem tremor de terra. O Estado Islâmico não está aqui matando ninguém, Bin Laden morreu sem jogar um avião aqui dentro. Não há ninguém nos declarando guerra. Aqui, o que não devia ter não tem.

Esta é uma terra maravilhosa que Deus nos deu para cuidar, mas que tem sido mutilada pela corrupção e tem sido acintosamente maltratada pela indignidade de homens gananciosos que perderam a visão da vida e que pensaram em construir um Estado para si, para chamar de seu, como se fosse a casa deles. Chegou-se a um ponto em que não era nem a casa deles, mas transformaram este País em casa da mãe joana, e nós lamentamos muito isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEN – Agradeço esta oportunidade em nome dos meus colegas Deputados que aqui estão e em nome de todo o povo gaúcho, porque é ele que agradece, na verdade, o seu trabalho, o seu sentimento de missão, de vocação tanto à frente deste trabalho na CPI quanto no seu mandato no Senado Federal.

Como o senhor leu há pouco no meu cartão que passou, nós todos aqui não queremos viver em outro País. Nós queremos viver em outro Brasil, não em outro Brasil, como o senhor disse, de natureza diferente. Temos a natureza mais linda que poderia existir, inclusive a natureza humana. Queremos viver em outro Brasil, em que se respeitem justamente aqueles valores e princípios que precisam ser respeitados, em que se respeitem o Estado de direito, as liberdades individuais, a democracia representativa, a transparência. Que tudo que o senhor está buscando nos trabalhos desta CPI tão importante para o povo gaúcho e para o povo brasileiro seja respeitado por aqueles que deveriam prestar um serviço público relevante e, muitas vezes, estão traindo o povo e os rumos da nação gaúcha e da Nação brasileira.

Sou um homem que amo este País. Quando na minha tenra idade, a escola pública... Tudo que perdemos de sentimento nativista, de amor à terra onde nós nascemos, precisa ser recuperado. O povo desta terra tem muito orgulho de ser gaúcho. Aqueles que fizeram a opção de viver aqui, que aqui não nasceram, que se tornaram gaúchos por opção e que se fizeram adotivos desta terra têm muito orgulho desta terra alegre, de um povo trabalhador, com muita tradição, que traz cultura para este País.

Fico muito feliz. Sei que muitos são do meu tempo, em que nós, na tenra idade, sabíamos cantar a Hino Nacional, o Hino das Armas, o Hino da Bandeira, que aprendíamos na escola. Na escola, nós os cantávamos. Nós os cantávamos em todos os lugares.

Tenho presidido CPIs muito violentas, com muita ameaça de morte, porque mexem com o interesse de terceiros, porque mexem com indivíduos que estão cometendo crime contra o Erário, que estão desviando dinheiro, que estão roubando dinheiro. Essas pessoas, na verdade, não amam quem ama e quer fazer justiça.

Ao longo da minha vida, presidi a CPI do Narcotráfico, presidi a CPI da Pedofilia no Brasil e já recebi, no comando dessas CPIs, todas as ameaças de morte que alguém possa receber. Esta também não é uma CPI fácil, porque essa máfia não é privilégio do Rio Grande do Sul, mas está no Brasil todo, operando no Brasil todo, praticando essa maldade no Brasil todo contra pessoas, em detrimento dos outros. Pelo sofrimento dos outros, há a riqueza de meia dúzia. Mas vejam: precisamos nos posicionar com muita coragem em favor da Nação, em favor das pessoas.

Eu me lembro de que, quando recebi muitas ameaças de morte na CPI do Narcotráfico, minhas filhas eram mais novas e ficavam muito preocupadas. Eu dizia: "Não se preocupem! Não se preocupem, porque, se a gente luta pela causa da vida, a causa da vida é tão importante, que vale a pena. E, se alguém nos ameaça e tenta colocar em risco nossa integridade física, se ameaça nossa integridade, chegando às raízes da ameaça de morte, nós não temos de ter medo, porque lutar pela causa vale a pena."

Como não vale a pena morrer pela causa das crianças? Isso vale a pena! Um dia, todos nós vamos passar desta vida. Como não vale a pena lutar por justiça? Isso vale a pena, sim! Se alguém for alvejá-lo por justiça, vamos ter de passar de qualquer maneira, e vale a pena, sim!

Eu dizia às minhas filhas: "Se um dia eu for alvejado em praça pública pelo que defendo, pelo que acredito, por aquilo que falo e que assumo que falo, pela minha maneira de agir com muita sede de justiça, se isso um dia ocorrer comigo, quero que Deus me dê a oportunidade de respirar por mais 30 segundos, para que eu possa morrer recitando o que aprendi de mais bonito e significativo na escola pública deste País, um trecho de um dos hinos mais importantes da vida de todo brasileiro, que todos nós, em toda e qualquer circunstância, em defesa deste País e da justiça, teríamos de falar." Seria maravilhoso se você sucumbisse por uma causa tão importante como essa e tivesse a oportunidade, antes de suspirar pela última vez, de dizer: "Ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil."

Com essas palavras, eu me despeço, agradecendo aos senhores, dizendo muito obrigado.

Vou encerrar a reunião...

O SR. MARCEL VAN HATTEN – Senador, o senhor me concede um aparte antes de encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Sim.

Portanto, Senador, não é o senhor que agradece. Aqui, a Casa é legislativa, e todos os servidores, sem dúvida nenhuma, estão tão agradecidos pela sua presença quanto o restante do povo gaúcho por tê-lo recebido. Continuaremos recebendo o senhor de braços abertos aqui.

Aproveito, portanto, esta oportunidade breve da minha participação, mas não poderia encerrar sem deixar aqui registradas as minhas palavras de apoio ao seu trabalho e ao de todos os colegas no Congresso Nacional, de V. Ex^a, que tem buscado trazer não apenas a verdade, mas também a justiça, nesse trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito que o senhor preside.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Muito obrigado, Deputado, mesmo, de coração. Agradeço sensibilizado.

Muito obrigado a todos.

Deus os abençoe.

Está encerrada a reunião. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 15 minutos.)

Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelo Requerimento nº 94, de 2015, “para apurar supostas irregularidades na abertura de contas no HSBC da Suíça”.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2015, às 15 horas, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Paulo Rocha** e com a presença dos Senadores: **Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Otto Alencar, Paulo Bauer, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Blairo Maggi**. Compareceu o Senador **Hélio José**, não membro da Comissão. Deixaram de comparecer os Senadores: **Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e Sérgio Petecão**. Na oportunidade, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
28/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Transferência de sigilo fiscal de JORGE ROBERTO SAAD SILVEIRA.
45/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Ademir Venâncio de Araújo e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
57/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a quebra do sigilo fiscal de Paulo Celso Mano Moreira e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
123/2015	Senador Ricardo Ferraço	Requer que se solicite ao HSBC Bank Brasil S.A. a listagem completa dos nomes de brasileiros que possuíam conta no referido banco Suíço entre os anos de 2006 e 2007.
126/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Rosane Ferreira Barata.
128/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Paulo Roberto Loureiro Monteiro.
129/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Paula Queiroz Frota.
130/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Milton Batista Amado.
133/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Lisabelle Chueke.
137/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de José Alexandre Guilardi Freitas.
139/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Jacob Barata Filho.
140/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Jacks Rabinovich.
141/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Henry Hoyer.
142/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Gustavo Duran Batista.
148/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de David Ferreira Barata.
151/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Chaim Henoch Zalcborg.
156/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Aílton Guirmarães.

Requerimento nº	Autoria	Ementa
157/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Jacob Barata.
160/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Solicita audiência do IDEC.

Foram rejeitados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
46/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Dario de Queiroz Galvão Filho e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
48/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Benjamin Steinbruch e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
124/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Yolanda Vidal Queiroz.

Foram prejudicados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
42/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Jacob Barata Filho e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
43/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Jacob Barata e a solicitação de informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
44/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Ailton Guimarães Jorge e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
56/2015	Senador Randolfe Rodrigues	Requer a quebra do sigilo fiscal de Henry Hoyer de Carvalho e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 94, de 2015, para apurar supostas irregularidades na abertura de contas do HSBC na Suíça.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos discriminados na pauta. Tais requerimentos envolvem a obtenção de informações protegidas por sigilo.

Dessa forma, a votação, obrigatoriamente e regimentalmente, será nominal. O quórum mínimo, inclusive durante a votação, é de seis Senadores. O Relator está ausente. S. Ex^a está no plenário.

Continuamos, na CPI, tomando aquelas medidas que já anunciamos, a partir da Presidência, tais como a emissão de questionários para a listagem dos 324 nomes que a CPI detém como listagem inicial. Continuamos a busca da listagem completa no Estado francês e resolvemos, depois de decisão tomada na última reunião, convocar esta reunião especificamente para debatermos sobre o sigilo fiscal e bancário de uma listagem de 51 requerimentos que já estava, há algum tempo, sobre a mesa. São requerimentos de Senadores, principalmente do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Quero iniciar este debate de uma forma... Combinamos, eu, o Vice-Presidente, Senador Randolfe, e o Relator Ferraço, com a Mesa de convocar esta reunião especificamente para este debate e de torná-lo de conhecimento público bem antecipadamente para que pudéssemos ter um debate bem transparente perante a imprensa e os interessados. Isso foi publicado com a antecedência devida para que todos tomassem conhecimento deste debate e desta decisão importante desta CPI.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Agradeço, Excelência.

Presidente, eu gostaria de registrar algumas retificações em alguns requerimentos de minha autoria.

A primeira correção, a primeira retificação que solicito a V. Exª é em relação ao item 1 da pauta. O nome correto do correntista citado no Requerimento nº 28 é Jorge Roberto Saad Silveira, não José Roberto, como consta no requerimento, e o período para a transferência do sigilo que solicitamos é o período entre 1998 e 2007. Eu gostaria que a Mesa, que V. Exª fizesse essa retificação para que esse requerimento estivesse apto à apreciação. Então, a primeira alteração é esta: o nome correto é Jorge Roberto Saad Silveira, não José Roberto Saad Silveira, e o período é de 1998 a 2007.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A Presidência autoriza a Secretaria a fazer as devidas retificações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Presidente.

As outras duas são as seguintes: requisito que sejam julgados prejudicados os Requerimentos nºs 42, 43 e 44, que são os itens 2, 3 e 4 da pauta, em favor dos Requerimentos nº 139, 157 e 156, que são os itens 33, 51 e 50, respectivamente. Isso se dá porque esses requerimentos posteriores já são mais amplos do que os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – V. Exª pode repetir mais devagar?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito.

Repetindo: prejudicados os Requerimentos nºs 42, 43 e 44, itens 2, 3 e 4 da pauta, em favor dos Requerimentos nºs 139, 157 e 156, que são os itens 33, 51 e 50, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O 139...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O 157 e o 156, itens 33, 51 e 50 da pauta. Requerimentos nºs 139, 157 e 156, itens 33, 51 e 50, respectivamente. É porque esses não são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Na verdade, são os mesmos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Então, a Mesa, a Presidência dá como prejudicados os itens 2, 3 e 4...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ... E confirma os itens dos Requerimentos nºs 139, 156 e 157. O.k.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Agradeço, Presidente.

E, por último, Presidente, eu queria solicitar que fosse incluído, ao final desta reunião, extrapauta, um requerimento de audiência pública com um consultor do Idec para a discussão do estudo sobre Transparência e Responsabilização do Setor Financeiro, que apontou o HSBC como o pior banco entre os pesquisados no Brasil. Eu creio que essa informação recente do Idec, divulgada pelo Idec, precisa ser debatida nesta CPI. É um requerimento extrapauta que eu coloco, que eu submeto a V. Exª e ao Plenário desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – V. Exª tem por escrito ou não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Tenho, sim. Já está. Minha assessoria já está encaminhando para a assessoria da CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu queria levantar outra questão. Eu fui e tenho sido procurado por bancários, principalmente do Paraná, e pelo pessoal da gestão pública da cidade de Curitiba que estão preocupados com a possibilidade de o HSBC sair do Brasil – e seria o caso de a CPI também fazer um debate sobre isto – e com os impactos que advêm dessa decisão. Então, não sei se seria o caso de fazer uma audiência também sobre isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Nós poderíamos apreciar mais esse requerimento extrapauta.

De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Convocaríamos os setores bancários e os gestores públicos, principalmente da cidade de Curitiba, onde estaria, digamos assim, a maior concentração em razão da filial ou da matriz da HSBC no Brasil.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas, Presidente, o que tem a ver uma coisa com a outra? Vender ou não é uma posição comercial do banco. Eu acho que não cabe à CPI discutir se o banco vai vender, se vai fechar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Não, não é o caso do banco, mas dos setores que estão sentindo que ficarão desempregados.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas não é aqui, neste foro, que eu acho que a gente deve discutir isso. Seria na Comissão de Assuntos Sociais ou alguma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Seria, Senador Blairo, em outra comissão permanente do Senado?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Como a Comissão de Assuntos Sociais, uma permanente, para a gente discutir isso, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Tem razão V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigada.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Perdoe-me, Presidente, também discordar de V. Ex^a. Eu acompanho a posição do Senador Blairo Maggi. Eu acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não é o foro adequado para discutir a venda de um banco, já que é uma negociação, uma transação comercial entre duas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Pode ser a CAE, por exemplo, não é?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pode, pode ser a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Bom, podemos começar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, somente mais um requerimento. É o Requerimento nº 15, que pede a transferência de sigilo do Sr. Henry Royer. Então, como já existe o requerimento... Na verdade, é o item 15. Como, no item 35, o mesmo requerimento está repetido, então eu solicito a V. Ex^a que considere prejudicado o item 15, em benefício do item 35.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu levanto uma questão de ordem para saber qual seria a melhor forma de encaminhar este processo, uma vez que há o debate inicial da quebra. Pergunto se vai item por item... Qual seria?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A Mesa aceita sugestões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Permita-me uma proposta de encaminhamento.

Cada um dos aqui apresentados tem justificativas diferentes. Como a quebra de sigilo é nominal, precisa do voto da maioria dos membros desta CPI – a transferência de sigilo bancário e fiscal precisa do apoio da maioria da CPI –, eu considero justo e adequado que os itens devem ser votados, necessariamente, um por um, porque cada um, aqui, tem uma justificativa diferente.

Há alguns para os quais a CPI pediu informações, mas eles se negaram a prestá-las. Essa é uma circunstância. Há outro cujo nome está aqui porque o relatório veio com atividades, com movimentações tidas como atípicas por parte do Coaf. É outro tipo de justificativa. O Plenário da CPI pode considerar adequada a quebra de algum e inadequada a quebra de outro.

Então, por isso, eu não vejo alternativa que não seja a apreciação de requerimento por requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – De acordo?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, nesta condição, em que ainda estamos ainda debatendo a pauta sem entrar no debate propriamente dito dos requerimentos apresentados pelo Senador Randolfe, e me parece que todos são de autoria de S. Ex^a, eu queria fazer duas observações.

Na última reunião, se eu bem me lembro, foi colocado com bastante ênfase que os trabalhos desta CPI se baseiam numa notícia de imprensa que veiculou o nome de centenas ou de milhares de pessoas do Brasil que possuem conta no HSBC da Suíça.

V. Ex^a, Sr. Presidente, informou que havia requerido ao governo francês a confirmação daquela listagem porque essa confirmação tornaria o assunto oficial e não apenas uma notícia ou uma matéria jornalística na qual nós basearíamos nossas ações.

De outro lado, também me lembro de que foi mencionado aqui que uma instituição que congrega jornalistas e o serviço investigativo da imprensa havia também se manifestado no sentido de dar validade à matéria jornalística que apontava nomes de brasileiros com contas na Suíça.

Pelo que pude compreender naquele dia, na última reunião, há uma dúvida, tanto da parte dos integrantes desta Comissão em geral, a respeito do valor dessas provas e da consistência dessas instituições no sentido de usarmos esses dados como fato e como fator de trabalho desta CPI.

É evidente que nós não podemos e não vamos desconsiderar o trabalho da imprensa. Isto não. Acho que esse procedimento não é adequado porque é nosso dever avaliar coisas que a imprensa tenha divulgado ou não. Se a imprensa divulgou, eles já são públicos. Se ela não tivesse divulgado e nós, como Senadores, tivéssemos conhecido os fatos, obviamente, poderíamos ter uma CPI, não há problema nenhum.

A questão está em termos, a partir dessas informações de imprensa, ainda não confirmadas pelo governo francês, da condição – no meu ponto de vista – de exigir ou de promover a quebra de sigilos bancários de pessoas que estão apenas citadas numa reportagem de jornal e que ainda não tiveram nenhuma acusação formal

contra si, porque me parece que também o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República estão realizando ações de investigação, de averiguação da verdade e da veracidade desses atos ou dessas contas na Suíça.

E digo mais: na semana passada, foi mencionado, inclusive na presença do Senador Ricardo Ferraço, que mais de uma centena de pessoas citadas na matéria jornalística teriam recebido correspondências enviadas pela CPI, aprovadas pelos membros da CPI... Eu, lamentavelmente, não participei das reuniões, porque eu estava me recuperando de uma cirurgia, mas aqui estava o Senador Cássio Cunha Lima e, eventualmente, até o Senador Aloysio, que é suplente.

Mas o fato é que, se, naquele período, aprovou-se o envio de correspondências e houve pessoas que responderam às correspondências – e aqui mesmo foi dito, na semana passada, que aqueles que responderam e comprovaram não ter nenhum ato ilícito já seriam, de pronto, reconhecidos como isentos de qualquer responsabilidade –, nós temos, por outro lado, aqueles que se recusaram a responder ou aqueles que não responderam.

Mas, segundo eu pude observar na semana passada, ainda há mais de uma centena de pessoas que não receberam a correspondência porque elas sequer haviam sido emitidas, e há um requerimento do Senador Randolfe para uma pessoa que ainda não recebeu carta alguma desta CPI.

Perdoe-me, Deputado Randolfe, aliás, Senador Randolfe, mas sempre Deputado, porque já fomos Deputados e quem já foi Deputado uma vez será sempre, mas a verdade é que não há, para mim, nessa análise breve, uma lógica em termos, agora, nomes de pessoas para as quais se propõe quebra de sigilo e que sequer foram... V. Exª disse agora, Senador Randolfe Rodrigues, que, de acordo com a matéria jornalística, se houver alguma evidência a mais ou alguém que tivesse alguma...

V. Exª citou a instância?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, eu não falei nada de matéria jornalística. Eu disse que vou só reiterar o meu encaminhamento até que contemple o que V. Exª disse.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O que eu propus...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Quem não respondeu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, não. O que eu propus como encaminhamento é que a gente aprecie requerimento por requerimento.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Até para que nós possamos ter a possibilidade desse debate que V. Exª está propondo.

Ora, se alguém ainda não recebeu, se chegarmos ao nome de quem não recebeu, vai ser argumentado aqui, nós vamos debater e, se o Plenário achar por bem retirá-lo, nós o retiramos.

Agora, há outra circunstância: há o outro, aquele que recebeu e disse que não vai responder à CPI.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k. Inclusive, formalizou isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Esse aí é outro caso. Exatamente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O meu questionamento seria o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então, é por isso que eu estou propondo caso a caso.

Há alguns que receberam, não responderam e têm movimentação atípica, segundo o Coaf.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Este é o termo que V. Exª citou: movimentação atípica. Mas com base...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Esse termo não é meu, mas do Coaf.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas a movimentação atípica que o Coaf diz não é no sentido da pessoa ter uma conta propriamente dita? Ela fez uma operação? Ela mandou dinheiro? O dinheiro voltou?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, ela teve movimentações. Há alguns nomes que, além de o Coaf dizer que tiveram movimentação atípica, cruzam com outros nomes que também tiveram movimentação atípica e fizeram depósito no HSBC.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas o Coaf não diz qual é a condição atípica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Diz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Deixe-me recolocar o debate.

Ao que me parece, o Senador Paulo Bauer provoca uma preliminar ou, pelo menos, suscita um debate aqui.

Eu vou uniformizar as informações e as iniciativas que a Presidência e a Mesa... Após a instalação da CPI, através da denúncia e da investigação da associação dos jornalistas internacionais, da qual, aqui, no Brasil, fa-

zem parte dois jornalistas, foi publicada, portanto, uma listagem de 8.500 brasileiros que têm conta no HSBC lá fora, informações que vazaram por um funcionário do HSBC que fugiu para o Estado francês, onde foi pego pela Justiça francesa, que, ao final, ficou de posse dessas informações, do nome desses dados dos 8.500 brasileiros. Aqui, vazou o nome de 324, se eu não me engano...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Foram quatrocentos e poucos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Isso foi produto, então, desta investigação.

Tomamos todo o cuidado no processo investigativo inicial da CPI. Fomos ao Ministério Público e, depois, fomos à embaixada francesa... Como é que se poderia compartilhar estas informações com a CPI? Pela relação do Estado francês com o Estado brasileiro, cede-se compartilhamento dessas informações, mas sem compartilhar com outros órgãos. No caso, a informação que a gente tem é que o Estado francês já cedeu para a Receita Federal do Brasil, para efeito de investigação fiscal, a listagem dos 8.500 nomes.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Oito mil e quinhentos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Brasileiros.

E, depois, nós tomamos a iniciativa de chamar os órgãos competentes da área – Coaf, Receita – para nos ajudarem a CPI a formar um juízo capaz de aprofundar a investigação.

O Coaf tem um critério, lá, que é este que o Senador está usando, de que há indícios, através de contas atípicas, que ele identificou em alguns nomes.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Sim, mas contas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Hein?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – De movimentações no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, de movimentações, no Brasil, junto ao HSBC na Suíça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É a informação do Coaf.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – É.

Então, o que é que aconteceu? Tentamos, via Governo brasileiro, através do Ministério da Justiça, junto com o Ministério Público Federal, pegar uma carona, digamos assim, para saber se poderíamos obter, junto com eles, essa listagem. Não foi possível. Até o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal estão esperando, porque lá, no Estado francês, há um processo que depende da decisão de um juiz específico de lá que decide sobre compartilhar ou não com os outros setores.

O que a gente sabe é que a Receita Federal usa isso para efeitos fiscais, para efeito de sigilo fiscal, etc. A busca do Ministério Público e do Ministério da Justiça é de informações para efeitos penais, etc.

Então, de posse disso, o que nós fizemos? Para não prejudicar o avanço das investigações da CPI, nós resolvemos pegar a listagem dos 324 ou 410 nomes já publicados pela imprensa e de posse da CPI e tomar a iniciativa de inquirir diretamente os próprios envolvidos.

Assim, mandamos um requerimento com quatro perguntas:

“V. S^a confirma a informação de que possui conta no HSBC em Genebra, Suíça?”

Isto para dar ideia de vontade de informar à CPI.

Perguntamos:

“Se sim, V. S^a declara a existência desse ativo financeiro à Secretaria da Receita Federal e, se for o caso, ao Banco Central do Brasil, em cumprimento à legislação do Imposto de Renda e às Circulares BCB nºs 3.345, de 16 de março de 2007, e 3.384, de 7 de maio de 2008?”

“Se os ativos foram declarados às autoridades brasileiras, V. S^a poderia apresentar os respectivos comprovantes a esta CPI?”

“Houve alguma espécie de aproximação ou oferecimento de serviços por parte do HSBC Bank, em Genebra, Suíça, com vista a captar V. S^a como cliente?”

Então, nós mandamos essas perguntas. Como já tínhamos o endereço de alguns, mandamos a correspondência para estes imediatamente.

Por fim – e eu informei isto na vez passada –, ainda faltavam 124, para os quais assinei, ontem e hoje, quando nós tivemos acesso ao endereço desse pessoal.

Foi isso que o Senador disse.

Alguns responderam, outros declararam que não tem nada a declarar e outros não responderam.

Assim, a Mesa resolveu avançar, de posse dessa listagem, conforme os critérios que ele usou de posse das informações na CPI, ele, portanto, provocou este debate da quebra de sigilo ou, como dizem tecnicamen-

te, de transferência de sigilo para nós debatermos, e a Mesa decidiu, então, fazer uma sessão especificamente para tratar da quebra ou da transferência de sigilo nestes 51 requerimentos dados pelo Senador Randolfe.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Espero que tenha sido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, só para completar a informação do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... real e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É isso mesmo.

Só para completar a informação do Presidente, meu caríssimo Senador Paulo Bauer.

De fato, há algumas pessoas que não receberam. Não é o caso de todos os que estão aqui, mas há quem ainda não tenha recebido, de quem ainda não temos a resposta à pergunta feita pela CPI sobre a existência de conta, se existia ou não. Nesse caso, o critério que adotamos para colocar o nome aqui foi o da presença desse nome em movimentações ditas atípicas pelo Coaf e do cruzamento das informações destes com outros que também estão entre aqueles citados que tinham conta no HSBC da Suíça.

Eu estou partindo, Senador Paulo Bauer, Presidente Paulo Rocha e colegas Senadores, do princípio, previsto na Constituição, de que CPI é Comissão Parlamentar de Inquérito com poderes de investigação próprios. Então, é prerrogativa nossa investigar, aprofundar a investigação sobre quem haja algum elemento ou elementos que permitam que essas investigações sejam aprofundadas. A escolha aqui não foi aleatória, tanto que foram divulgados os nomes de 410 pessoas e as correspondências já seguiram para trezentas e poucas pessoas, e há, aqui, uma relação de 46 nomes para quebra. É porque os elementos de informação que nós já temos para esses 46 nomes, no meu entender, são suficientes para aprofundarmos as investigações sobre eles.

E como é que se aprofunda investigação? Convoca para depor ou quebra sigilo bancário e fiscal. Não há um instrumento... A Constituição diz que CPI é comissão com poder de investigação. É por isso que a Constituição diz isso. Cabe a nós investigar. O sigilo que vier para cá não vai ser publicizado. É por isso que o termo técnico é transferência de sigilo. O sigilo sai de onde está, da Receita, no caso, e vem para a guarda da CPI, que não pode publicizá-lo. Mas os elementos, aqui, ficam à disposição da CPI para que ela identifique se as movimentações, se aqueles que ela está investigando têm alguma responsabilidade ou incorreram em algum dos três tipos de crimes que podem ocorrer: evasão de divisas, sonegação ou dinheiro proveniente de corrupção. Então, CPI tem que investigar, e nós temos que ter elementos de investigação. Para isso, precisamos da matéria-prima, e a matéria-prima é a transferência de sigilo.

E quem não deve nada, quem não tem o que temer sobre isso, empresário decente, honesto... Aliás, se eu fosse um, eu diria: "Eu quero o meu sigilo quebrado agora para ficar limpo nessa história." Se eu estivesse nessa lista, eu viria à CPI dizer: "Olha, veja o meu sigilo, veja se eu tenho, se eu devo alguma coisa a alguém." É o que se pressupõe. Por isto a apresentação desses requerimentos.

Na minha avaliação, se esta CPI não ouvir ninguém em depoimento, se não convocar ninguém, se não quebrar sigilo bancário, se não quebrar sigilo fiscal, então ela serve para quê? Vamos encerrar a CPI, vamos... Ela não vai ter elementos para trabalhar...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Continua em debate. Quero ver se os Parlamentares ainda querem tratar do assunto.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu quero só uma informação e, depois, fazer uma observação. A primeira: V. Exª saberia dizer qual foi o critério ou a forma pela qual se chegou a esses 410 nomes?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, os 410 são da imprensa.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Bom, nós temos, então, uma informação, de 8.500 nomes, da imprensa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Aí é o critério do Sr. Fernando Rodrigues

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... lá na Suíça e outra, de 410, aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Não, não, não.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não é assim?

Eu tenho esta preocupação: eu queria investigar os 8.500 – não tem problema nenhum –, mas eu quero saber por que há o nome de 410 e não há o nome dos outros 8.100.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A lista que foi roubada da agência do HSBC de Genebra pelo Sr. Falciani é uma lista que contém o nome de 8.500 brasileiros.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A Associação Internacional de Jornalistas de Investigação teve acesso a essa lista de 8.500 nomes – ela fez todo um trabalho de processamento e de identificação desses nomes –, mas só liberou, dos 8.500, esses nomes.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, só é de conhecimento público, em razão da imprensa, esse conjunto de pessoas. E nós adotamos essa iniciativa como forma...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Está explicado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... de dar oportunidade para que as pessoas pudessem responder se têm ou se não têm conta, se declararam, se não declararam, e assim por diante.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu queria fazer, então, agora, um encaminhamento com relação aos requerimentos.

Perdoe-me, mas eu entendo que, quando o Coaf menciona que há uma movimentação atípica, ele, necessariamente, não está dizendo que há uma movimentação ilegal, porque, se alguém mandar um recurso daqui para a Inglaterra e esse recurso for da Inglaterra para a África do Sul, vier para o Brasil e, imediatamente, for para a Suíça, essa movimentação vai ser considerada atípica.

Só que, neste Brasil, nem todos são como eu e V. Ex^a, que abriríamos nossas contas amanhã, porque uma pessoa pode não ter segredos para o Fisco ou para a Justiça, mas pode ter segredos para a mulher, para a família, para os filhos, para os sócios e para não sei mais quem. É um direito dele. E quebrar o sigilo bancário e fiscal de alguém não é um ato político, mas um ato jurídico. E, por ser um ato jurídico, causa-me espécie a gente imaginar que vamos aprovar um requerimento de quebra de sigilo só porque o Coaf disse que o sujeito teve uma movimentação atípica em 200 que fez. Eu sou contra. Não posso concordar. Ainda mais se essa pessoa, até agora, não recebeu uma correspondência da CPI para se manifestar.

Se uma pessoa tem uma movimentação atípica denunciada ou apontada pelo Coaf, ótimo, já temos uma pista a mais para investigar. Vamos receber a correspondência dessa pessoa dizendo o que ela efetivamente tinha em termos de recursos, de depósitos, de movimentação, e vamos conferir com as informações do Coaf. Agora, prejudicar por conta de uma menção do Coaf de que há uma movimentação... Como eu disse, nem toda movimentação... Não estou dizendo que não haja, absolutamente. Quero deixar muito claro, como já disse na outra reunião, que não tem para ninguém, que eu não tenho nenhum compromisso de evitar qualquer coisa. Quem não respondeu tem que ter o sigilo quebrado. Eu não tenho nada contra isso, não. Quem se recusar a responder... A CPI tem os poderes que V. Ex^a colocou – estou de pleno acordo –, mas eu não queria e não quero que haja prejudicamentos.

Portanto, eu defendo, com muita clareza, que, em relação a quem recebeu a correspondência e não respondeu ou se recusou a responder, vamos em frente, mas vamos esperar que mande sua resposta quem ainda não a recebeu, para, aí, fazermos o que for necessário.

É só isto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

Senador Randolfe, o senhor sabe do meu respeito e da minha admiração pelo seu trabalho, mas eu acho que nós aprovarmos esses requerimentos é, única e exclusivamente, a busca de criar um fato aqui na CPI.

O que é fato, meu querido Senador Ricardo Ferraço, é que o senhor ainda não teve instrumentos para fazer o seu trabalho. Nós não temos... A CPI não recebeu nenhuma informação oficial... Nós temos aqui uma lista que foi publicada em um jornal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não teve a Comissão Parlamentar de Inquérito, muito menos o Ministério da Justiça e muito menos a Procuradoria Geral da República.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Exatamente.

Então, se nós passarmos, agora, a quebrar sigilo, do meu ponto de vista, vai acontecer com a CPI o que aconteceu com a CPI das Próteses, onde se quebrou o sigilo e o próprio Supremo cancelou essa quebra de sigilo. O Ministro Celso de Mello já deu liminar lá cancelando. Acho que o senhor sabe disso.

Então, acho uma temeridade, acho precipitado nós virmos, hoje, quebrar... Independente dos motivos, nós ainda não temos instrumentos necessários para fazer o nosso trabalho, para que o nosso Relator possa fazer um grande trabalho e para que, aí sim, baseados nessas informações oficiais, nós venhamos a quebrar o sigilo das pessoas que realmente estejam vinculadas a essas informações oficiais. Hoje, nós não temos... Por mais respeito que eu tenha ao trabalho da imprensa, nós não podemos, aqui... Na prática, nós estamos quebrando sigilo baseados, única e exclusivamente, em matéria jornalística.

Então, eu vou pedir minhas escusas ao nobre autor dos requerimentos, mas eu tenho que me posicionar, no atual momento em que se encontra a CPI, contra as quebras de sigilo que estão sendo propostas aqui nesta atual reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Vamos continuar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, o senhor poderia, então, colocar em votação os requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, só para justificar e encaminhar. Eu concordo com o encaminhamento do Senador Otto, mas quero, mais uma vez, com a devida vênua dos colegas Senadores Ciro Miranda e Paulo Bauer, justificar o porquê da quebra.

Deixem-me falar, primeiramente, para os senhores o seguinte: quando falamos em quebra, a primeira impressão que se tem é que vai chegar amanhã uma relação dos sigilos que foram transferidos e que ela vai ser publicada em um *outdoor* na frente do Congresso Nacional.

Na transferência de sigilo, os sigilos vão ficar sob a guarda da CPI.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Permite-me um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pois não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Aqui, nós estamos analisando o sigilo de CEOs de grandes empresas que têm caráter multinacional. Quebrar o sigilo de uma pessoa como essa não é uma coisa tão simples. São ações que são listadas em bolsas, é uma repercussão extremamente negativa para as empresas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então, Senador Ciro, avaliemos caso a caso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Mas eu acho que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Agora, se é para ter uma regra de presunção de inocência, podemos ter uma regra de presunção de “prejudicabilidade”...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Concordo com o Senador Randolfe. Então, é melhor acabar a CPI. Se não é para investigar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não é? Tem que haver uma presunção.

Veja, CPI é Comissão Parlamentar de Inquérito. Se era para a Receita Federal investigar, se era para a Polícia Federal investigar, que não assinassem o requerimento, que não instalassem esta Comissão, que não fizessemos o trabalho.

Com a transferência de sigilo, o sigilo vai ficar sob a nossa guarda, não vai ser divulgado. Vamos ter todos os cuidados necessários.

Outra coisa. Eu concordo, Senador Ciro, que há uma decisão do Ministro Celso de Mello – perfeito! –, mas nós não estamos nos pautando aqui por matéria jornalística, e sim pelo início do trabalho da CPI, que foi o trabalho com o Coaf. O Coaf nos deu as informações. Se é para nós trabalharmos com a teoria jurídica do fruto da árvore envenenada, também acabou a CPI, porque o Hervé Falciani roubou os dados lá da Suíça, mas eles foram legalizados pela França.

Então, se é para prejudicar logo na origem, vamos encerrar logo a CPI. É mais prático, porque não estaria apto no primeiro dia da CPI e não estaria hoje, no meio da CPI.

Veja, Senador Ciro, com a devida vênua de V. Ex^a, que há mais de 50 dias que a CPI não faz quase nada. Então, se não é para quebrar hoje...

É o seguinte: não estava apto no começo, não está apto hoje e não vai estar apto no final. Se era para apresentar projeto de lei para melhorar o sistema tributário brasileiro, não era necessário CPI. Cada um aqui apresentaria um projeto de lei e pronto, estaria resolvida a história.

Eu quero só dizer uma coisa claramente: vamos avaliar circunstância por circunstância, caso a caso. Há alguns aqui para os quais a monta das informações leva a pedir que haja quebra de sigilo. Há gente aqui que, desde que há escândalo de corrupção no Brasil, aparece na lista do HSBC. Será que não vamos poder nem aprofundar a investigação sobre esses?

Eu acho que CPI é uma comissão de investigação, uma comissão de inquérito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Só para concluir, Presidente.

Está no Código de Processo Penal, nos arts. 1º e 21, o que significa inquérito. Inquérito é investigação. Se não podemos aprofundar a investigação, se não se pode fazer processo inquisitório, que é inquérito... Inquérito vem de processo inquisitório, não quer dizer inquisição, porque aqui, no Estado democrático de direito, é garantida a ampla defesa. Mas, se nós não podemos quebrar...

Veja, quebrar é transferir sigilos para nós até podermos ouvir depois. Se houve transferência de sigilo para alguns, nós os ouvimos. Os sigilos não vão ser apresentados para a mulher, para os filhos, para a madrinha, para o cachorro, para o gato, para a galinha, para ninguém. O sigilo vai ficar aqui, sob a guarda da CPI. Mas é o nome de CPI, inquérito, investigação. Se nós não fizermos isso, acabou a investigação, não há procedimento investigatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu vou dar o seguinte encaminhamento, antes de dar a palavra ao Senador Otto e, depois, ao Senador Blairo, de que esse debate continua. Acho que há declarações claras de posicionamento aqui, mas nós passaríamos à votação item por item e cada um se posicionaria nesse sentido.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – No dia 28, a *Folha de S.Paulo* publicou um artigo do analista Elio Gaspari falando sobre a blindagem da CPI do Conselho de Administração de Recursos Fiscais. Nós estamos lá na CPI – eu estava lá agora – e vi que a blindagem é tão grande que a advocacia é feita até dentro da própria CPI. Existe um esquema montado para que não aconteça nada. São R\$600 bilhões, cem vezes mais do que aconteceu na Petrobras, R\$600 bilhões por autos de infração de grandes devedores que financiam as grandes empresas de comunicação. Inclusive, há afiliadas à Globo. E aqui, na CPI do HSBC, eu vejo que está acontecendo a mesma coisa, uma blindagem para que não se investigue.

Não vejo por que não se quebrar sigilo bancário de quem tem suspeita de ter cometido uma série de irregularidades. Eu concordo plenamente com o Senador Randolfe de que quem não deve não teme. Vamos quebrar e dar o direito, depois, ao contraditório para aquele que for identificado vir aqui, com seu advogado, para se justificar. Os Senadores é que não podem ser advogados de quem é suspeito de ter cometido irregularidades e feito transferências irregulares, lesando a Receita Federal.

Então, na minha opinião, quebrar o sigilo bancário seria uma coisa perfeitamente natural aqui, na CPI do HSBC. Como disse o Senador Randolfe Rodrigues, se isso não acontecer, é melhor encerrar a CPI e não investigar absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu só quero uma informação. Na hora da discussão dos nomes, vai ser mencionado o nome das pessoas para quem já foi enviado carta e de quem respondeu ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em cada votação, vamos chamar o autor do requerimento para justificá-lo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Para mim, é o procedimento correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Pode ser esse o encaminhamento?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Para mim, pode ser esse. Quer dizer, não vou votar favoravelmente à quebra de sigilo para quem se manifestou, tem interesse e compareceu, porque isso demonstra que ela quer mostrar e conversar. Nos outros casos, vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Então, concluída a discussão inicial, vamos iniciar a votação item por item, iniciando pelo item 1, com a devida correção, de transferência de sigilo fiscal do Sr. Jorge Roberto Saad Silveira.

ITEM 1

Requerimento Nº 28/2015

Transferência de sigilo fiscal de JORGE ROBERTO SAAD SILVEIRA.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Tem a palavra o autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, o Sr. Jorge Roberto Saad Silveira era prefeito do Município de Niterói na ocasião da existência da conta dele no HSBC. O requerimento de pedido de informações desta CPI foi encaminhado para ele, mas ainda não obtivemos a resposta em relação à circunstância dele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – A CPI pode informar? A Consultoria pode informar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito! Perfeito!

No caso do Sr. Jorge Roberto Saad, ele negou a existência de conta. E, obviamente, há aí uma contradição, porque há duas informações diferentes. Primeiro, a única fonte de renda dele de que temos conhecimento é de agente público. A segunda informação que temos é que foi encaminhado um requerimento a ele e ele negou a existência de conta. Então, existe uma contradição entre as informações.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Mas a informação de conta é da matéria jornalística, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – A informação de conta é da matéria jornalística.

Mas pergunto qual a informação do Coaf em relação a ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O Coaf confirmou a existência de movimentação atípica também no período. Ou seja, há três razões nos levaram: primeira, ele é só agente público; segunda, o Coaf confirmou informação de movimentação atípica por parte dele; terceira, a contradição de informações. Informam que ele tem conta e ele diz que não tem.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Movimentação atípica é no HSBC da Suíça?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É, conforme informação do Coaf que recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Senador Otto.

É nominal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Inclusive...

Não, perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Voto pela quebra de sigilo. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A votação tem que ser nominal.

Como vota o Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido, Sr. Presidente. Voto a favor da quebra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto Bastos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Voto pela quebra do sigilo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, questão de ordem. Penso que a votação poderia ser, já que os Presidentes estão aqui, feita em...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É regimental.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ah, é regimental?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Não temos que dar margem nenhuma para qualquer prejudicialidade à votação.

Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu voto também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Desculpe-me.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Cinco votos favoráveis e um contrário. Aprovada a transferência de sigilo.

Os Itens 2, 3 e 4 foram prejudicados.

(São os seguintes os itens prejudicados:

ITEM 2

Requerimento Nº 42/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Jacob Barata Filho e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 3

Requerimento Nº 43/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Jacob Barata e a solicitação de informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 4

Requerimento Nº 44/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Ailton Guimarães Jorge e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Passamos ao item 5.

ITEM 5

Requerimento Nº 45/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Ademir Venâncio de Araújo e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Só para esclarecimento, só para indagação: o Sr. Ademir Venâncio de Araújo, se não me engano, é o que está envolvido no “trensão” de São Paulo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O nome do Sr. Ademir Venâncio Araújo está envolvido em dois escândalos: o do “trensão”, que é o escândalo da Alston, e o da Lava Jato. Ele está envolvido em dois casos.

Ele recebeu a comunicação da CPI, mas nega a existência da conta. Então, há informações contraditórias. E, sobre o Coaf, ele tem movimentação atípica no Coaf também.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Para discutir.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Na semana passada, quando fizemos um debate a respeito do assunto, foi mencionado que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele recebeu ou não o requerimento da CPI?

Ele recebeu o requerimento e não respondeu. É isso?

Ele recebeu o requerimento de CPI e não respondeu.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Então, eu justamente queria colocar que, dentro da linha que mencionei no início, quem recebeu correspondência desta Comissão pedindo informações e ainda não a respondeu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Paulo Bauer, deixe-me corrigir: ele recebeu o requerimento e a informação é contraditória da parte dele. Ele diz que não tem conta.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas não demonstrou nenhuma comprovação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não demonstrou comprovação de que não tem conta.

Então, existe a afirmação de que ele tem conta, o Coaf indica a existência e ele diz que não tem.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ah, o Coaf indica a existência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O Coaf indica existência de movimentação atípica.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nesse caso, eu queria mencionar... EV. Ex^a, no requerimento anterior, respondendo uma indagação, disse que existia uma informação do Coaf sobre movimentação atípica na Suíça, no HSBC da Suíça.

Pergunto se, efetivamente, essa é a informação que o Coaf presta. Não me parece isso. Perdoe-me, mas eu já trabalhei em banco, sou contador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Vota contra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não é questão de votar contra. Eu quero ajudar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – O que ele quer é a informação correta.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Quero que a CPI faça o melhor.

Perdoe-me, Senador Randolfe, porque o Coaf pode questionar a operação em si, mas ele não diz se o erro está na Suíça, se o erro está no Banco do Brasil... É o movimento, é o volume de recursos que ele questiona.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Coaf não identifica esse tipo de informação. A informação que o Coaf produz é de que houve movimentação atípica fora da média.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ponto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Movimentação atípica.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – E aí, se alguém tem 100 milhões e manda para fora, vira bandido. Não dá! Desculpe-me, mas eu não posso concordar com isso.

Aqui, temos empresários, temos Senadores que são advogados, temos Senadores que são, acima de tudo, representantes da sociedade... No Brasil, nós temos quem vive de salário mínimo e temos empresários que vivem e negociam milhões. Então, a gente não pode, porque o Coaf disse que alguém tem uma operação atípica, porque foi feita, três vezes num dia, a mesma operação, de 10 milhões cada uma, quebrar o sigilo bancário daquela pessoa, expondo-a. O que quer que decidamos aqui hoje, Senador Randolfe, estará amanhã em todos os jornais. V. Ex^a tem razão: nós não vamos contar para a esposa, para os sócios ou para os filhos o que encontrarmos na conta bancária, mas os jornais, amanhã, publicarão que o diretor-presidente da empresa tal, que tem tal negócio, tais acionistas, tais ações em bolsa, está com seu sigilo bancário quebrado. E não tem quem arrume isso! É travesseiro de pena! Nós não podemos ter essa irresponsabilidade. V. Ex^a me desculpe.

Se nós mandamos uma correspondência e a pessoa não respondeu ou se recusou a responder, muito bem, vamos quebrar o sigilo. Se a correspondência foi mandada e a pessoa respondeu e demonstrou, mesmo que o Coaf diga que ela tem operações atípicas, nós não podemos pedir a quebra do seu sigilo.

Desculpe-me, mas vou ser intransigente nessa minha posição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A informação de que disponho do Sr. Ademir Venâncio de Araújo...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu nem o conheço. Não sei nem quem ele é.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nem eu.

A informação que tenho é de que ele está envolvido na Operação Lava Jato...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele é réu em ações anteriores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ..., está envolvido no "trensão", é ex-diretor do Metrô de São Paulo, acusado de improbidade administrativa em contrato e alvo de inquérito na Polícia Federal. Esses são os elementos que estão justificando a quebra de sigilo e o fato de ele ter informado...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Além de ter sido denunciado pelo Ministério Público Federal, com conta no exterior, por desvio de recursos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não é Coaf. São esses elementos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É o "trensão". Ele estava numa CPI de São Paulo e houve, na CPI daqui, assinaturas retiradas para não fazer, inclusive, audiência com o Sr. Ademir Venâncio.

Eu gostaria, inclusive, Sr. Presidente, de fazer um requerimento e convocar o Sr. Ademir Venâncio para depor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não adianta convocar sem as informações, porque o cidadão chega aqui e fala o que quer, e temos que acreditar. Agora, uma coisa é ele vir com o sigilo quebrado... Aí, temos fonte para fazer a contestação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – De qualquer maneira, o método que nós resolvemos adotar foi o de discutir nome por nome, encaminhamento, e peço à Secretaria que já se prepare para dar, em relação aos próximos nomes, essas informações importantes sobre se recebeu ou não, qual a informação do Coaf, etc., para ajudar a um processo mais efetivo e bem transparente da votação aqui, bem claro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – O Sr. Ademir Venâncio, com essa história do “trensão”, tem uma ficha suja completa, do goleiro ao ponta-esquerda. Não há como dizer que não se pode quebrar o sigilo bancário de um bandido. Isso é um bandido! Comprovadamente, bandido!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Alguém ainda quer discutir? *(Pausa.)*
Em votação.

Como vota o Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Pela ficha corrida, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com a ficha corrida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado.

ITEM 6

Requerimento Nº 46/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Dario de Queiroz Galvão Filho e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Tem a palavra o autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, o Sr. Dario Queiroz tem também responde a ação penal devido...

Peço aqui à assessoria que me ajude...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Dario Queiroz está listado no escândalo da Lava Jato, mas, em relação a ele, esse foi o único critério que nós colocamos. Ele ainda não recebeu o requerimento de informações da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – A favor, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente, a colocação do Senador Randolfe não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele não recebeu o requerimento primeiro da CPI, pedindo informações.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, pelo que eu estou entendendo, ainda há pouco se discutiu se teria recebido ou não teria recebido o requerimento da CPI. Portanto, nessa linha de raciocínio de que não foi encaminhado o requerimento, eu voto contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Contra.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Também contra, marcando a posição de como serão as outras votações da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Contra.

Senador Ciro...

Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Contra, sem prejuízo de uma análise de um requerimento, caso não responda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A informação é que já saiu da Secretaria o questionário. Naturalmente, saiu recentemente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Quando voltar, nós voltamos a discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Rejeitado o requerimento do item 6. Item 7.

ITEM 7

Requerimento Nº 47/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal da Sr a. Therezinha Maluf Chamma e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É a mesma situação do Sr. Dario Queiroz: ela aparece na lista, aparece em outras circunstâncias, em outros casos de investigação, mas ela também não recebeu requerimento da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Foi assinado ontem esse requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, nós temos que perguntar ao Relator se ele não quer rever, em função de não ter recebido a informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Acato o encaminhamento de V. Ex^a. Eu retiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Aí, todos os requerimentos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Todos os requerimentos de pessoas a que não se deu condições de responder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Acato V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 8.

ITEM 8

Requerimento Nº 48/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Benjamin Steinbruch e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Tem V. Ex^a, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, o caso do Sr. Benjamin Steinbruch é um caso clássico que, no meu entender, precisa da quebra de sigilo.

Ele recebeu o requerimento. Das informações que se tem sobre ele, há informações de doações para campanhas eleitorais. Ele recebeu o documento para prestar esclarecimentos e disse que não prestaria esclarecimentos porque a lista é ilícita.

Ou seja, quero só deixar claro: ele não recebeu um pedido de esclarecimentos do jornalista Fernando Rodrigues ou do jornal *O Globo*; ele recebeu um pedido de esclarecimentos desta CPI e disse que não vai prestar esclarecimentos porque a lista é ilícita.

No meu entender, há elementos para a quebra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – E quanto ao Coaf?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Em relação ao Coaf, não há registro dele no Coaf, o que, no meu entender, é mais uma razão. Ou seja, alguém com aquela movimentação, alguém que é dono de uma das maiores empresas do Brasil não ter registro no Coaf...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Apenas para mencionar, um brasileiro pode ter contas lá na Suíça ou onde quer que seja...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... e pode ter os recursos gerados nos Estados Unidos e despachados para lá sem passar pelo Coaf. Simples assim. É questão contábil, financeira.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, não vai aparecer no Coaf.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agora, se ele se recusar a informar seus dados fiscais, se há isso lançado na sua declaração de imposto de renda, essa é uma questão que nós precisamos olhar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, a resposta do Sr. Benjamin é uma brincadeira com a CPI. É desconhecer completamente o poder da CPI de investigá-lo. Eu acho até uma falta de respeito.

Ele é um peixe grande e, então, certamente, tem também uma proteção muito grande. Todo peixe grande tem proteção muito grande.

Como foi que ele respondeu, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele se recusou a prestar esclarecimentos e disse que a lista é ilícita.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É como se, aqui, os Senadores não valessem absolutamente nada para uma figura dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em votação.

Aqueles que concordam...

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido, a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Votos: 4 a 3. Foi derrotado. Não aprovado. Item 9:

ITEM 9

Requerimento Nº 49/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal de Nelly Maluf Jafet e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Transferência de sigilo.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Eu retiro logo o da Srª Nelly Maluf Jafet, porque ela não recebeu informação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Randolfe e Sr. Presidente, nesse caso, com a negativa de quebra de sigilo, eu vou encaminhar um requerimento convocando o Sr. Benjamin Steinbruch para prestar depoimento aqui à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – V. Exª oficialize.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Vou oficializar o requerimento, convocando-o a prestar depoimento. Já que ele desconheceu completamente o poder da CPI, então eu vou encaminhar um requerimento, para que ele compareça aqui e explique a sua situação no HSBC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Pois não, Excelência.

Item 10.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, os itens de 9 a 14...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ainda não temos informações a respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não temos informações. Então, que sejam retirados automaticamente de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Então, que sejam retirados. O.k. Até o 14, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Isso, até o item 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retirado.

Item 14, José Roberto Vinagre Mocarzel. Retira também.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 10

Requerimento Nº 50/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal de Márcio João de Andrade Fortes e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 11

Requerimento Nº 51/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal de Marcelo Arar e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 12

Requerimento Nº 52/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal de Eduardo de Queiroz Galvão e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 13

Requerimento Nº 54/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal de Lírío Albino Parisotto e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 14

Requerimento Nº 55/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal de José Roberto Vinagre Mocarzel e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sim. Só confirmando, Mocarzel, não temos resposta ainda, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele não recebeu. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 15.

ITEM 15

Requerimento Nº 56/2015

Requer a quebra do sigilo fiscal de Henry Hoyer de Carvalho e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Prejudicado, conforme o pedido do autor, certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito. É porque o item 15 está mais à frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 16:

ITEM 16**Requerimento Nº 57/2015**

Requer a quebra do sigilo fiscal de Paulo Celso Mano Moreira e solicita informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Transferência de sigilo.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele está envolvido também no chamado Escândalo da Alstom; foi diretor do Metrô de São Paulo, acusado de improbidade administrativa; responde processo no Ministério Público Federal; recebeu ofício da CPI no último dia 4 de maio e não se manifestou. Não há manifestação dele; ou seja, não respondeu ao ofício da CPI.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É o mesmo caso do Ademir Venâncio: a mesma folha corrida, a mesma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em votação.
Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo. (*Pausa.*)
Senador Ciro. (*Pausa.*)

Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado por unanimidade.

Item 17:

ITEM 17**Requerimento Nº 123/2015**

Requer que se solicite ao HSBC Bank Brasil S.A. a listagem completa dos nomes de brasileiros que possuíam conta no referido banco Suíço entre os anos de 2006 e 2007.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Esse é do Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esse requerimento é autoexplicativo e é na linha de, pela porta da frente, solicitar ao HSBC que informe a esta Comissão a listagem completa dos nomes, para que nós possamos fazer a checagem. É autoexplicativo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu quero uma observação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu ouvi, durante esta nossa CPI, em algum momento, que há possibilidade – e aqui para justificar o pedido do Senador Ferraço – de esses nomes estarem no HSBC pelo fato de o HSBC ter comprado uma carteira de outro banco de Nova York. O Senador Ferraço tem essa informação?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Por isso, talvez, uma das pessoas que nós estamos aqui convocando – a exemplo do Steinbruch, que diz que não tem conta, ou um outro – não tivesse conta no HSBC, mas tivesse outra conta em outro banco cuja carteira foi comprada.

Então, eu gostaria do esclarecimento do Senador Ferraço, se isso procede, porque essa é outra informação que nós temos aqui para tomar essas decisões.

E acho que, aí sim, com essa relação do HSBC, com os nomes de conhecimento dele, daqui do Brasil, de quem são os que mandaram dinheiro para fora, aí, sim, nós poderemos dizer se é legal, se é ilegal, se havia condições para isso ou não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, é exatamente isso. Nós estamos tentando buscar informação na fonte adequada, que é a instituição bancária.

Então, nós estamos solicitando ao HSBC Bank Brasil a listagem completa dos nomes de brasileiros que possuíam conta no referido banco suíço entre os anos de 2006 e 2007. Ou seja, o HSBC do Brasil, na interlocução com o HSBC de Genebra, disponibilizar essa lista, para que nós possamos colocar luz sobre uma informação concreta e oficial.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas V. Exª tem a informação de que o HSBC adquiriu uma carteira em Nova York?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu não sei precisar a data, mas pode ter sido em 1900 e... Eu não sei precisar a data.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas o HSBC comprou o National Republic Bank, que é do Banco Safra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Banco Safra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, quando o HSBC comprou esse banco em Nova York, trouxe toda a carteira que pertencia ao banco.

Então, podem ser situações de correntistas que tenham tido conta com o National Republic Bank e, aí, tornaram-se acionistas por meio da aquisição que o HSBC fez. A informação de V. Exª está correta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Bom, então em processo de votação.

Senador Otto? (*Pausa.*)

“Sim”.

Senador Davi Alcolumbre?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Ciro, “Sim”. Senador Paulo?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Ferraço, voto conhecido.

Então, fica aprovado o requerimento que solicita ao HSBC a listagem completa dos nomes de brasileiros que possuíam conta no referido banco entre os anos de 2006 e 2007.

Passamos, então, já para o item 18.

ITEM 18

Requerimento Nº 124/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Yolanda Vidal Queiroz.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É de minha autoria esse requerimento. A Srª Yolanda Vidal Queiroz recebeu a comunicação da CPI. Não confirmou a existência de conta. Ela responde a procedimento no Ministério Público Federal: foi investigada acerca de desvios de produtos químicos controlados.

O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) registrou suspeitas, movimentações atípicas no valor de R\$7.506.945 milhões de abril a dezembro de 2002. Essa movimentação foi considerada incompatível com o seu patrimônio.

Então, é a justificativa dada, o porquê do requerimento de transferência dos sigilos da Srª Yolanda.

Passo a Presidência ao seu titular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Votações da questão do Coaf, não é isso?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – E ela recebeu o ofício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ela recebeu o ofício, ela não confirmou a existência de conta.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ela respondeu ou não respondeu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ela respondeu. Ela recebeu o ofício, ela disse que não confirmava a existência de conta. É essa a resposta dela *ipsis litteris*: “Não confirmo a existência de conta”. Ou seja, não foi nem sim nem não. É isso aqui *ipsis litteris* que ela respondeu.

O Coaf registrou uma movimentação atípica dela de abril a dezembro de 2002 de R\$7.506.945 milhões. Essa movimentação é considerada, informações do Coaf, incompatível com o patrimônio dela. E ela já foi investigada anteriormente acerca de desvios de produtos químicos controlados.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Aí, uma pergunta. Quando o Coaf diz que ela teve movimentação atípica, fala em HSBC Suíça?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, essa informação não é possível.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Aí que está. Aí, nós temos de novo o mesmo problema. Eu nem sei quem é essa senhora, mas eu fico imaginando o seguinte: o Coaf diz que teve movimentação atípica e eu volto e insisto na minha tese, dentro do mundo contábil-financeiro, de que o Coaf...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ela é conhecida, Senador Paulo Bauer. Ela é controladora do grupo Queiroz Filho.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O que é? Eu também não sei. Queiroz é um nome que anda aí também...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – É o grupo Queiroz do Ceará?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Tem Queiroz empreiteira, tem...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Se for esse, eu não entendo como uma movimentação de R\$7 milhões seja atípica do maior grupo do Nordeste.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É a informação dada pelo Coaf.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O Coaf vai sempre dizer que tem operação atípica, pelas razões que eu já coloquei. Eu, pessoalmente, só faço a observação.

Aí vem a pergunta, Senador. Se ela responde: “Não, eu não tenho conta”. Aí, o jornalista disse: “Olha, tem um saldo lá”. E pode ter, eventualmente, em uma determinada ocasião, como o disse o Senador Blairo, ter feito uma compra de um fundo de qualquer coisa que passou por lá, e ela nem sabe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Eis aí uma razão para nós quebrarmos.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – E ela nem sabe. E aí vai quebrar o sigilo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Eis aí uma razão para quebrarmos: se é uma contradição de informações...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Uma empresária, que gera emprego.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Gera empregos, foi investigada. O Ministério Público a investigou, já envolvida em outros casos, ou seja, tem movimento. O Coaf diz que é movimentação atípica, o Ministério Público investiga.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Senador Randolfe, que outros casos?

Pelo amor de Deus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ela foi investigada acerca de desvio de produtos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Ela foi condenada em algum caso, Senador Randolfe?

Essa é das maiores empresárias do Nordeste.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Se é para julgar no STF, nós nos candidatamos a ministros do Supremo.

Para investigar, é aqui. Aqui é uma comissão parlamentar de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em votação.

Senador Randolfe, estamos votando o item 18.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido, voto “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Não”.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.
O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Não”.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo Bauer.
O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Não”.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Resultado: 04 a 03.
Rejeitado.

ITEM 19

Requerimento Nº 125/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Solange Martinez Massa.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Bom, ela confirmou a existência de conta na Suíça. Não é isso? Só me confirme. Ela confirmou existência de conta na Suíça. Ela é esposa do apresentador de televisão do SBT conhecido como “Ratinho”. Ela informa que teve conta em conjunto, mas apresentou à CPI uma declaração incompleta, inconclusiva. Ela consta da lista do Coaf com a existência de RIFs (Relatório de Investigação Financeira) de movimentação atípica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma solicitação aqui ao Senador Randolfe.

Eu acho que, acima de tudo, nós temos que ter bom senso. Se uma pessoa recebe uma correspondência de uma CPI e responde que tem a conta, V. Exª me perdoe, mas não vai ser com o meu voto que eu vou quebrar o sigilo bancário dessa pessoa, nem aqui, nem em nenhum lugar do mundo, porque isso é quase um crime. Se ela responde que tem a conta, é porque ela tem a conta declarada. Agora, se ela não prestou uma informação a mais para que nós tivéssemos segurança sobre a informação dela, mandemos uma nova carta a ela pedindo que esclareça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O senhor me permite?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agora, não assim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O senhor me permite?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pois bem.

Uma das tarefas desta CPI é investigar três coisas: se cometeu crime de sonegação de impostos, de evasão de divisas, ou se o recurso é proveniente de fonte ilícita, de corrupção ativa ou de corrupção passiva. Por isso, quando nós pedimos uma informação, nós pedimos uma informação complementar. Qual é? A declaração do Imposto de Renda.

Essa senhora apresentou uma declaração do Imposto de Renda inconclusiva à CPI, inconclusiva, porque ela confirma a existência de contas, ótimo. Então, por que ela não manda a declaração de Imposto de Renda confirmando que não sonegou imposto, nem evadiu? É só isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Então, como está a declaração de imposto com essas informações, Senador Randolfe, só para eu entender?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Porque ela não mandou todos os dados da declaração. Os dados da declaração que ela enviou são inconclusivos.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Então, vamos pedir que ela mande os completos. E, se não mandar, nós abrimos o sigilo dela.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Quero declarar meu voto hoje aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Se não for convincente a informação, quebra-se o sigilo.

Agora, veja, a minha postura tem sido clara, Senador Randolfe: é para todos igualmente; não há concessão para cá ou para lá. Nós precisamos ter bom senso e muita responsabilidade, volto a dizer, e eu acho que, se alguém mandar uma fotocópia, uma xerox faltando uma folha, nós vamos quebrar o sigilo bancário do cidadão, porque a secretária dele se esqueceu de botar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Para uma CPI, sim.

Mas secretária não, veja...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não dá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Paulo Bauer, se um procurador da República o está investigando e pede alguns documentos para o senhor comprovar a sua inocência, o senhor se nega a prestar a informação?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não, mas o procurador não manda prender o sujeito antes de ouvi-lo mais uma vez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ótimo, mas o procurador investiga.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas não pode mandar prender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O que nós estamos fazendo é investigar, que é papel de CPI.

Nós estamos pedindo informações; é o dever deles prestar informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A informação que o Senador Randolfe deu é de que ela concorda que existe a conta; é uma conta conjunta. Parece-me que ouvi, aqui na frente, que também há um pedido de quebra do próprio Ratinho, do Carlos Alberto Massa, Item 46.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Podemos inclusive apreciar juntos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Porque, se é conta conjunta, é conta conjunta com o marido dela. Vamos ver que resposta o marido deu para frente. Vamos quebrar o sigilo fiscal dela agora, sem saber,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Por celeridade processual, Senador Blairo Maggi, podíamos até juntar os dois logo.

Eu só pergunto se...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É a mesma resposta. O caso do Sr. Carlos Massa é a mesma informação da Sr^a Solange.

Agora, Senador Paulo Bauer, eu concordo com esse encaminhamento. Façamos, então, um novo requerimento, pedindo o conjunto dos dados da declaração.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não deu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito.

Concordo com esse encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Podemos retirar de pauta os dois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Retiramos de pauta os dois. Eu acato o encaminhamento e já peço que a assessoria faça o requerimento nos termos em que o Senador Paulo Bauer solicitou, ou seja, um outro ofício...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Retirados os itens 19 e 46.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ou melhor, Presidente, só por celeridade processual.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Dando prazo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, claro.

Só por celeridade processual, proponho o seguinte, conforme encaminhamento do Senador Paulo Bauer: que a CPI já encaminhe para os dois o pedido de informações complementares sobre a declaração de Imposta de Renda de ambos. É isso e como o prazo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 19 e Item 46 retirados de pauta para informações complementares. O.k.?

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 46

Requerimento Nº 152/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Carlos Roberto Massa.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 20.

ITEM 20
Requerimento Nº 126/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Rosane Ferreira Barata.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues,

Tem a palavra o autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, a Srª Rosane Ferreira Barata negou a existência de conta. Então, há uma contradição dos dados que tem sobre ela e o que ela declara. Ela nega a existência de conta, ela pede cópias de documentos da CPI. Eu só esclareço que é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ah, ela pediu informações sobre a existência da CPI, sobre se a CPI de fato existia e pediu cópia dos documentos que a CPI tinha em relação a ela para ela responder. Ela disse que não tem conta lá. Ela apareceu na lista do Coaf com movimentação atípica. São esses os dados sobre a Srª Rosane Ferreira Barata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O que foi que a Coaf disse?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ah, sim, complementarmente, no caso, os dados da Srª Rosane cruzam com outros que também têm movimentação atípica, segundo o Coaf; ou seja, é uma série de dados de pessoas com esse sobrenome que têm movimentações tidas pelo Coaf como atípicas. É isso que justifica o pedido em relação a ela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Tem alguma vinculação com outros requerimentos à frente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sim, alguns outros requerimentos à frente têm vinculação com ela, não tem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Apenas quero registrar, Sr. Presidente, que eu não conheço qual é o encaminhamento e qual a forma que a CPI utilizou para informar essas pessoas, mas eu imagino que qualquer cidadão brasileiro, ao receber uma correspondência de uma CPI do Senado pedindo informações, possa pedir para sua própria proteção mais informações sobre essa correspondência.

Eu penso, em nome da transparência e da legalidade, que essa senhora mereceria a resposta da CPI informando detalhes técnicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Paulo Bauer, nós temos aqui a resposta dela. Além de ela negar a conta, ela diz o seguinte: "Outrossim, tendo em vista as informações constantes do ofício..." de nome da requerente... Ela solicita vista e cópia de todos os documentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito". Essa é a resposta.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Sr. Presidente, existem outros requerimentos vinculados a esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Isso envolve os Baratas aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Tem mais. Há outros com o mesmo sobrenome.

Na verdade, esses sobrenomes, segundo as informações do Coaf, cruzam com outros com o mesmo sobrenome, com movimentações tidas pelo Coaf como atípicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Tem aqui Item 42, Davi Ferreira Barata, Item 57...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Todos os requerimentos que têm o sobrenome Barata o Coaf os identificou como movimentação atípica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Jacob Barata. No item 51, Jacob Barata. São três, portanto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mas aparecem por informações diferentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu queria, seguir na tese.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Deixe-me só repetir o questionário que nós fizemos para as informações que nós pedimos. Não foi só essa senhora, mas outros tantos, através de advogados inclusive, que pediram para ter acesso aos documentos a seu respeito, que estão sob a guarda da Secretaria. Eu, por direito amplo de defesa, tenho autorizado o acesso.

Nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, c/c o art. 148, e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, considerando as conclusões preliminares acerca dos possíveis ilícitos fiscais e criminais cometidos por pessoas que mantiveram contas secretas no HSBC Genebra, requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que solicite, em caráter complementar ao Requerimento nº 110, de 2015, informações às 342 pessoas listadas pelo Coaf, em resposta ao Requerimento nº 111, de 2015, ambas de minha autoria [no caso o Senador, o Relator], acerca dos seguintes questionamentos, que deverão vir acompanhados de cópias de documentos que comprovem as informações prestadas a esta CPI.

V. S^a confirma as informações de que possui ou possuía conta no HSBC, em Genebra, Suíça? Sim.

Se sim, V. S^a declarou a existência desse ativo financeiro à Secretaria da Receita Federal, e, se for o caso, ao Banco Central do Brasil, em cumprimento à legislação do Imposto de Renda e às circulares BCB/3.645, de 16 de março de 2007, e 3.384, de 7 de maio de 2008.

Se os ativos foram os declarados às autoridades brasileiras, V. S^a poderá apresentar os respectivos comprovantes à CPI?

Houve alguma espécie de aproximação ou oferecimento de serviço por parte do HSBC Bank, em Genebra, Suíça, com vistas a captar V. S^a como cliente?

Então, de posse dessa iniciativa, a partir do requerimento do Senador Ferraço, nosso Relator, conforme as respostas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ...uns responderam e preferiram também ter acesso a documentos que a Secretaria detém sobre aquelas informações.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente, devo considerar que a minha observação não se fazia necessária.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A questão central aqui é, Senador Blairo Maggi, que procedimento vamos adotar? Se nós adotamos essa iniciativa, a pessoa diz que não tem conta. O.k. Não tem. E se tiver?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

Eu acho, Senador Ricardo, que a questão é exatamente no seu requerimento, porque, se existe a possibilidade de o Banco HSBC ter comprado uma carteira de um banco de Nova York, é óbvio que, se o meu nome estava em um banco que foi vendido, eu vou dizer que não tenho conta no HSBC, porque eu não tinha conta no HSBC. Agora, apareceu, porque eu vim, migrei de uma outra conta.

Então, eu acho que aqui é preciso esperar o banco se posicionar primeiro à CPI e dizer assim: "Olha, tais e tais e tais têm conta no HSBC". A partir daí, a negativa de que a pessoa não tem a conta no HSBC não serve mais, porque nós temos a certeza de que ela já está com essa conta lá.

Então, eu acho que, enquanto não houver a resposta para o seu requerimento, não vai dar para fazer muita coisa aqui.

Outra coisa: eu preciso sair, Presidente. Não sei se vai cair o quórum ou não da votação. Mas eu preciso sair, porque tenho uma audiência às 17h, fora daqui, e tem gente do Estado do Mato Grosso que vem para essa audiência. Eu preciso me ausentar desta Comissão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu quero saber se damos o mesmo encaminhamento – autor e Relator – à questão que envolve as contas coletivas, que são quatro. No caso, V. Ex^a se manifestou em relação a Rosane Ferreira Barata.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – São os itens 20, 33, 42 e 51.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não. São respostas diferentes, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, são CPFs diferentes um do outro. Acho que não pode ser...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – São CPFs diferentes.

O senhor tem razão, Presidente.

Agora, tenho duas questões: primeiro, aquele caso era conta conjunta. Segundo, as informações são todas parecidas.

Neste caso aqui, há diferença: cada um deu uma resposta diferente para as informações solicitadas. A única coisa que há em comum neste caso é a realização de movimentação atípica.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É, mas o CPF é diferente. Embora sejam muitos os Baratas, acho que deve separar o CPF.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Vamos para o encaminhamento, portanto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, Sr. Presidente, só quero insistir, neste caso da Sr^a Rosane Ferreira Barata, na necessidade de transferência do sigilo.

Primeiro, na informação que ela prestou à CPI, ela nega a existência; depois – e me parece que é um acinte à CPI – ela pede cópia dos documentos da CPI. Bastava acompanhar o noticiário para saber que a CPI existia. E, segundo, complementarmente, ela tem movimentação atípica no Coaf.

É só isso? Não é só isso. As movimentações atípicas dela se cruzam com outras pessoas com o mesmo sobrenome que têm também movimentações atípicas.

Por essas razões, sustento a necessidade, neste caso, da quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Quatro a três.

Aprovado.

Item 21.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Foi cinco a três, não é, Presidente? Cinco a dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Cinco a dois.

Item 21.

ITEM 21

Requerimento Nº 127/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Roberto Medina.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, eu vou dar encaminhamento em relação a ele igual ao que nós demos ao casal Massa, porque, veja: ele se disse surpreso com a notícia de que teria conta no HSBC, mas, enfim, a situação dele é igual à do casal Massa, que prestamos ainda há pouco.

Solicito, então, que a gente reitere o requerimento de mais informações para dar o mesmo trato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 22.

ITEM 22

Requerimento Nº 128/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Paulo Roberto Loureiro Monteiro.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, neste caso, ele alega a não existência de conta, não confirma a existência de conta. O nome constou em lista do Coaf com movimentações atípicas. Enfim, as razões para ele são essas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, uma pergunta para o Vice-Presidente da Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pois não, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos lá. Eles não têm conta. Nós quebramos o sigilo dele. Chega aqui e não tem a conta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Está encerrado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Está encerrado. Não vai mexer com mais nada?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Exatamente. Está encerrado. Acabou aí a história.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Está bem. Se ele tiver razão, acabou aí a história.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sim, é isso. A ideia é essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Cinco a dois.

O Senador Paulo Bauer votou “não”.

Aprovado o Item 22.

Item 23.

ITEM 23

Requerimento Nº 129/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Paula Queiroz Frota.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Tem a palavra o autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mesma situação de Paulo Roberto Loureiro Monteiro, Sr. Presidente. Ela recebeu a documentação, não confirmou a existência de conta; é a informação que consta. Ela também foi investigada acerca de...

Na verdade, é o seguinte: ela responde a processo porque foi investigada anteriormente acerca de desvios de produtos químicos controlados. Constatou da lista do Coaf. Na verdade, a circunstância dela é a mesma de outro Queiroz que nós avaliamos ainda há pouco.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Senador Randolfe, só para um esclarecimento.

O senhor vê condições – uma pessoa diz que não tem conta, o senhor quebra o sigilo bancário dela, que é no Brasil – de provar que ela tem essa conta no exterior?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Eu vejo que sim, porque, com a quebra do sigilo, nós teremos acesso a movimentação bancária e a depósitos fora do Brasil. Em primeiro lugar, é isso.

Em segundo lugar, Senador Ciro, eu adotei aqui um segundo critério para fazer o requerimento. É o indivíduo, o cidadão ter respondido a algum procedimento, a alguma investigação anterior.

Essas são as duas razões que aqui apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Discussão e votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Quatro a dois.
Aprovado.

ITEM 24

Requerimento Nº 130/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Milton Batista Amado.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O Sr. Milton Batista Amado negou a existência de conta no exterior. Ele consta da lista do Coaf com movimentação atípica.

São as únicas informações em relação a ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI. *Fora do microfone.*) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Não.

Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Quatro a três.

Aprovado.

ITEM 25

Requerimento Nº 131/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Maria de Lourdes Freitas Lins.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É o mesmo do caso anterior, Sr. Presidente: nega a existência de conta e consta da lista do Coaf com movimentação atípica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Quatro a três.

Aprovado.

ITEM 26**Requerimento Nº 132/2015**

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Manuel Joaquim Fernandes.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O Sr. Manuel Joaquim Fernandes é falecido. A sua filha recebeu o documento e juntou atestado de óbito, comunicando o falecimento. Entretanto, nós apresentamos o requerimento porque ele consta em lista do Coaf com movimentação atípica.

É importante prestar esse dado em relação a ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obviamente, a quebra do sigilo será do espólio.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente, eu vou antecipar meu voto “não”, porque apresentou uma certidão de óbito para esta Comissão.

Então quero antecipar meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Só para não parecer que V. Exª está correto e nós estamos errados: a conta é anterior ao óbito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É, exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E, independente do óbito, a conta continua existindo, e a movimentação, também, se for verídica, para não parecer que nós viramos aqui um bando de malucos. Não é isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É porque, obviamente, é sobre o espólio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É sobre o espólio, eventualmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O Sr. Manuel não será indiciado pela CPI.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nem será convocado, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Nem será convocado, a não ser que seja para uma sessão espírita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Com as considerações feitas, V. Exª continua votando “não”?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu pensei que poderia ter ficado a impressão de que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Quatro a três.

Aprovado.

ITEM 27**Requerimento Nº 133/2015**

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Lisabelle Chueke.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, a Sr^a Lisabelle não confirmou a existência de conta. Ela foi acusada...

Uma informação importante à CPI: ela é filha do doleiro Henrique José Chueke, acusado em 2004 pelo Ministério Público Federal de evasão de divisas, formação de quadrilha e operação de instituição financeira sem autorização.

O Coaf comunicação operação suspeita de 5 a 26 de fevereiro de 2004 no valor R\$1.024.840,00. O RIF foi encaminhado ao Ministério Público Federal, Seção do Rio de Janeiro.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Randolfe, quem é acusado pelo Ministério Público é ela ou o pai dela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O pai dela.

Obviamente, estamos trazendo aqui os dados... Perdão, desculpe-me: ela. Ela também. O pai dela e ela.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu ia votar “não” se fosse o pai dela. Mas, como são ela e o pai dela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado por unanimidade.

ITEM 28

Requerimento Nº 134/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Leonel Neves Barbosa.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, o Sr. Leonel não confirmou a existência de conta, em resposta ao requerimento desta CPI. Ele consta na lista do Coaf como movimentação atípica.

São somente as informações que temos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ele respondeu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Respondeu e disse que não tem conta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão.

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente, vou tentar justificar alguns de meus votos aqui.

Em relação a alguns posicionamentos do Senador Randolfe, quando diz que respondeu, para mim, de certa forma, já estaria atendido.

Quando ele diz que respondeu e que consta do Coaf, também para mim, de certa forma, estaria atendido.

Quando ele diz que está indiciado pelo Ministério Público por formação de quadrilha, peculato e responde por mais de 20 processos e ainda no Supremo, aí embaralha a minha cabeça, e a minha resposta e eu tenho que votar a favor da quebra do sigilo.

Portanto, neste caso, vou votar “não” ao Sr. Leonel porque ele respondeu e tem movimentação suspeita indicada pelo Coaf.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Não” e também quero justificar aqui. Vou na mesma linha. Talvez essas pessoas não saibam que as contas delas estejam no HSBC hoje e estariam em uma outra instituição.

Então, depois que chegar a informação do HSBC, nós podemos voltar a tentar quebrar o sigilo se o nome dele estiver dentro da lista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A manifestação do Senador Davi e do Senador Blairo talvez nos remeta à necessidade de retomarmos esses questionamentos a essas pessoas se nessas datas tinham conta em alguma outra instituição internacional que não o HSBC.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então, Senador Ferraço, diante do entendimento de V. Ex^a, que acho traz uma colaboração aqui, eu acato o encaminhamento de retirar os requerimentos – esses aqui – e solicitar maiores informações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Já foi aprovado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Mas semelhante?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Semelhante não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Que nós aprovamos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não.

Dos requerimentos aprovados, não. Todos os que foram aprovados têm informação a mais.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Há, sim.

Eu votei duas vezes e fui derrotado por ser resposta “não” e com operação no Coaf.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu também.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pode conferir que há dois ou três casos. Deveriam ser revistos para se adotar esse critério, que eu acho, Senador, absolutamente coerente. Volto a dizer que o meu problema não está com o ilícito e também não está em suspeitar do Coaf, mas eu não vejo o Coaf como um meio para nós termos a garantia de que há uma operação com o HSBC.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Eu só pergunto à Secretaria – porque não estou lembrado dos que apreciamos – quais estavam nessa situação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Vou dizer o nome de uma aqui: Paula Queiroz Frota.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Essa teve mais informações.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Teve mais?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Teve mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – E já foi votado também.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Ferreira Barata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Esse tem mais razões.

Ferreira Barata, além das informações do Coaf, tem os dados cruzados com outros dados e há outras movimentações atípicas com outros com o mesmo sobrenome. Então, há mais dados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Então, qual seria o encaminhamento?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas a mesa pode ter a autonomia e a condição de ver e analisar se houve ou não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sim, perfeito. Então, peço para a Secretaria ver isso enquanto avançamos.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A Secretaria verifica se, nesse critério, estão inseridos outros anteriores. Tem um procedimento, O.K.?

Então, vamos à votação.

Transferência do sigilo fiscal de Leonel Neves Barbosa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Acato o encaminhamento em relação ao Sr. Leonel para pedir maiores informações, conforme deliberado na CPI. Isso em relação ao Sr. Leonel Neves Barbosa, em relação à Sr^a Lenise Queiroz Rocha, em relação ao Sr. José Antônio de Magalhães Lins. Vamos parar aqui no Sr. José Alexandre, porque ele responde a processo no MP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Itens 28, 29, 30 são retirados para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ... a Secretaria buscar mais informações. (São os seguintes os itens retirados:

ITEM 29

Requerimento Nº 135/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Lenise Queiroz Rocha.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 30

Requerimento Nº 136/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de José Antonio de Magalhães Lins.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Reiterar o documento e pedir maiores informações.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Perguntar se tem conta em outra instituição no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – E a Secretaria vai acrescentar a pergunta para saber se tem ou teve contas em outras agências bancárias no exterior. Não é isso? O.k., Secretaria? Item 31.

ITEM 31

Requerimento Nº 137/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de José Alexandre Guilardi Freitas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele não confirmou a existência de conta. No entanto, o Coaf o aponta como movimentação atípica e – aí vem a informação a mais – ele é acusado no Ministério Público por lavagem de dinheiro no escândalo do Banco Portocred. Então, há informações a mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O.K. Voto conhecido, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro. (*Pausa.*)

Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Secretaria já trouxe para nós os outros dois requerimentos que batem nesse critério. É o caso da Srª Maria de Lourdes Freitas Lins – bate no critério que debatemos agora – e o caso do falecido Sr. Manuel Joaquim Fernandes, que também bate nesse critério. São esses dois casos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Temos que rever.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Temos que rever a votação formalmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retifico a votação para retirada de pauta e informações complementares.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 25

Requerimento Nº 131/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Maria de Lourdes Freitas Lins.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 26

Requerimento Nº 132/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Manuel Joaquim Fernandes.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 32

Requerimento Nº 138/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de João Carlos Loureiro Monteiro.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Não está repetido?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, acho que não. Não é. O Sr. João Carlos Monteiro Loureiro Monteiro é falecido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Paulo Roberto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ...e se encaixa nos critérios anteriores. Retiro de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retirado de pauta para informações complementares.

ITEM 33

Requerimento Nº 139/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Jacob Barata Filho.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, não. Tem o Jacks Rabinovich antes, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Não, item 33.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Tragam-me o 33.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – O item 33 foi retirado, não é? O item 33 foi retirado antes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Foi retirado? Retiramos o 32 e mantivemos o 33.

Eram repetidos, o.k.?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Só foi retirado porque era repetido?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Só.

Então, continuando, o Sr. Jacob Barata Filho. Ele respondeu que nega a existência de conta no exterior. Tem movimentações atípicas, segundo o Coaf. Foi detectada uma movimentação atípica, de saques e depósitos, no valor de R\$800 mil.

Há cinco Relatórios de Inteligência Financeira encaminhados ao Departamento da Polícia Federal, à Secretaria da Receita Federal e ao Bacen. Segundo o Coaf informa, o Coaf comunicou a esses órgãos para que tivessem procedimento em relação ao Sr. Jacob Barata Filho.

Portanto, ele não se encaixa nos critérios que apresentamos. Há mais de uma razão para o requerimento dele ser apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Três a dois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não. Três a três. Empatou.

O Presidente desempata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Três a três?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É. Quem desempata é o senhor. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu me remeto àquela questão anterior, de informações mais complementares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mas eu só estou esclarecendo que não é o caso dele, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Somente aquela que o Senador Blairo Maggi levantou: se ele tem contas em outros bancos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mas não é o caso dele, Sr. Presidente. Ele tem mais informações do que a necessidade de informação complementar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O caso é completamente diferente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele tem comunicação... O Coaf nos comunicou que pediu procedimento ao Departamento da Polícia Federal, à Secretaria da Receita Federal e ao Bacen em relação a ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Voto “sim”.

Aprovado.

Item 34.

ITEM 34

Requerimento Nº 140/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Jacks Rabinovich.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É Jacks ou Jacob?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Jacks...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Espere aí. Eu me perdi.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Acho que é Jacob.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não. É Jacks.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É Jacks?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Rabinovich.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Transferência de sigilo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Jacob é o doleiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – No caso do Sr. Jacks Rabinovich, Sr. Presidente, ele se recusou a prestar esclarecimentos, disse que a lista é ilícita e que, se tivesse cometido algum eventual crime, eles estariam prescritos. É a argumentação dele.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Ele escreveu isso na resposta?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Escreveu.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ele mesmo se julgou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Escreveu isso.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... e se isentou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Outras informações sobre ele: o Coaf aponta a existência de movimentação atípica, e um RIF do Coaf informa uma comunicação de operação em espécie.

Duas comunicações automáticas de operações e três RIFs foram enviados ao Departamento da Polícia Federal e à Secretaria da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Paulo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado.

Item 35.

ITEM 35

Requerimento Nº 141/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Henry Hoyer.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito.

O Sr. Henry Hoyer afirma que abriu conta em julho de 1989 na tentativa de proteger o seu capital financeiro da inflação galopante e da especulação, em função da possível eleição de Lula naquela época. Informa, ainda, que a conta foi aberta em decorrência da oferta de serviços pelo HSBC e manifesta espanto por ver seu nome listado pelo Coaf, uma vez que, por razão de demandas trabalhistas, não possui... Perdão. Ele diz que, uma vez, por conta de demandas trabalhistas, não possui movimentação em conta bancária. Afirma que vive de pensão que recebe do INSS. Não recorda, claramente – esta é a informação dele –, se informou ou não a autoridades competentes a existência de conta no exterior.

Ele já foi convocado... Há um requerimento de convocação dele para a CPI. Ele está investigado no caso Alstom, no caso da Lava Jato. No caso da Lava Jato, ele teria assumido o lugar do Sr. Youssef como operador.

O Coaf aponta vários requerimentos dele encaminhados à Receita Federal, ao DPF e ao Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Ele está no “trensão” também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sim.

“Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado.

Item 36.

ITEM 36

Requerimento Nº 142/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Gustavo Duran Batista.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, o Sr. Gustavo Duran Batista não é brasileiro; é cidadão colombiano. Ele informa que não tem conta na Suíça, está preso por tráfico de drogas, cumprindo pena no Uruguai.

Ele constou em lista do Coaf, tem RIFs suspeitos que foram encaminhados ao Departamento da Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão.

Em votação.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Davi. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ciro. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 37

Requerimento Nº 143/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Francisco Ribeiro Machado.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele se encaixa no critério, Sr. Presidente. Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 38.

ITEM 38

Requerimento Nº 144/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Fernando Ferreira Amado.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Encaixa-se no critério, Sr. Presidente.

E, portanto, solicitamos maiores informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retirado o item 38. Item 39.

ITEM 39

Requerimento Nº 145/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Fernanda Maria Amado de Barros.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Encaixa-se no critério, Sr. Presidente.

Solicitamos maiores informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retira-se.

ITEM 40

Requerimento Nº 146/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Ernesto Ribeiro Martins.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Encaixa-se no critério, Sr. Presidente.

Solicitamos maiores informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 41.

ITEM 41

Requerimento Nº 147/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Edson Queiroz Filho.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Encaixa-se no critério, Sr. Presidente.

E também é falecido o Sr. Edson Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 42.

ITEM 42

Requerimento Nº 148/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de David Ferreira Barata.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, no caso do Sr. David Ferreira Barata, ele negou a existência do documento da CPI, tem movimentações atípicas, segundo o Coaf, e as informações dele cruzam com as informações de outros Baratas também com movimentação atípica.

Por isso, entendo que a CPI tem que aprofundar a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ferraço.

Senador Otto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

- O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro.
O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI. *Fora do microfone.*) – “Não”.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo.
O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone.*) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado por 04 a 02.

ITEM 43

Requerimento Nº 149/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Dario Messer.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Senador autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, o Sr. Dario Messer foi preso pela Polícia Federal por evasão de divisas e lavagem de dinheiro, que teria sido obtido por fraudes no Ministério da Saúde. Ele é doleiro, foi acusado de receber dólares *offshore* no Panamá e entregar o valor correspondente em reais.

Agora, Sr. Presidente, no caso dele, ele não foi comunicado porque a AR encaminhada à CPI retornou, pois o endereço estava errado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retira para buscar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Está dentro do critério, porque ele não foi comunicado.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu acho que até, nesses casos, ao final, vamos ter de fazer uma convocação pública, via *Diário Oficial* ou coisa assim, para não ficar caracterizada a falta de comunicação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito.

Procede o encaminhamento do Senador Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 44.

ITEM 44

Requerimento Nº 150/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Claudia Neves Barbosa.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Encaixa-se no critério. Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 45.

ITEM 45

Requerimento Nº 151/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Chaim Henoch Zalcborg.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Senador autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, ele negou a existência de documentos e pediu cópia integral dos documentos da CPI.

Ele foi preso...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Esse é libanês, deve ser parente do Youssef.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele foi preso pela Polícia Federal por evasão de divisas e lavagem de dinheiro, que teria sido obtido por fraude no Ministério da Saúde. Ele foi alvo de duas operações da Polícia Federal, a Roupas Sujas e a Sexta-Feira 13, realizadas em 2005 e 2009, para desbaratar uma quadrilha acusada de fraudar licitações e evadir divisas e lavar dinheiro.

Obviamente, ele constou da lista do Coaf.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado.

O item 46 já foi retirado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O item 47 e o item 48 encaixam-se no critério. Já retiro o item 47 e o item 48.

E vamos ao item 49.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retirados de pauta para informações complementares.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 47

Requerimento Nº 153/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Armando Serafim Jales Freitas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 48

Requerimento Nº 154/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Antonio Augusto Alves Freitas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

ITEM 49

Requerimento Nº 155/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Alceu Elias Feldman.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, o Sr. Alceu recebeu o documento da CPI, pediu acesso aos autos, ou seja, acesso aos documentos da CPI. Depois, não respondeu, alegando questão *sub judice*, pois há processo penal e administrativo em discussão.

Ele responde a procedimentos atípicos no Coaf e, enfim, constou em situação de movimentações atípicas pelo Coaf.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Mas respondeu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ele respondeu, dizendo que o caso dele estava *sub judice* e, por conta disso, ele se negou a prestar as informações. Não respondeu nem sim, nem não. Não é isso?

A resposta dele está confusa.

Ele disse que a questão dele estava *sub judice*.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nesse caso, como V. Ex^a disse, está confusa a resposta. Vamos tentar que ele esclareça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Acato a sugestão do Senador Paulo Bauer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retirado.

Item 50.

ITEM 50

Requerimento Nº 156/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Aílton Guimaraes.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Alguém me traz aqui o item 50.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Tem a palavra o autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Esse é o meu ou o do Senador Ricardo Ferraço? Meu, perdão.

O Sr. Aílton Guimaraes Jorge é o conhecido Capitão Guimaraes. Ele nega a existência de conta. Ele responde a processo por envolvimento no jogo do bicho, máfia dos caça-níqueis. Foi condenado a 47 anos de prisão. Tem movimentações atípicas no Coaf, no valor de R\$2,438 milhões, tem RIFs encaminhados ao DPF, Secretaria da Receita Federal, Ministério Público Federal, entre 1998 e 2006. Foi adquirente ou alienante em 29 operações imobiliárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – “Sim”, voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Zeze Perrella quer votar?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Não. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Item 51.

ITEM 51

Requerimento Nº 157/2015

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Jacob Barata.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, o Sr. Jacob Barata respondeu, negando a existência de conta. Pediu cópia dos documentos da CPI. O Coaf apontou a existência de movimentações atípicas no valor de R\$11,930 milhões, no período de 1º de agosto de 2005 a 25 de outubro de 2007.

Houve saques e depósitos em espécie, nesse período. Ele tem nove RIFs encaminhados pelo Coaf ao Departamento da Polícia Federal, à Secretária da Receita Federal e ao Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Sim. Quatro a dois. Aprovado.

Terminadas as votações nominais, há o requerimento extrapauta do Senador Randolfe Rodrigues, que requer, nos termos de artigo da Constituição combinado com o do Regimento Interno, que esta Comissão chame o Sr. Lucas Salgado, Consultor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) para uma audiência pública.

EXTRAPAUTA

ITEM 52

Requerimento Nº 160/2015

Solicita audiência do IDEC.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

(Pausa.)

Em discussão. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Queria fazer um encaminhamento a esta Comissão. Não sei se cabe a esta Comissão sugerir à CAE que faça o debate sobre a questão do HSBC no Brasil em relação, inclusive, a sua transferência para outro país, ou o término da sua atividade econômica em nosso País.

Poderia ser um ofício da CPI para a CAE?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Permita-me, Sr. Presidente.

Eu quero me manifestar da seguinte forma: não cabe ao Senado Federal questionar ou discutir por qualquer meio negócios jurídicos e comerciais feitos entre empresas.

Nós temos uma instituição pública que fiscaliza e audita o sistema bancário, que é o Banco Central do Brasil. Em qualquer negócio que se faça entre bancos – um banco compra outro, um banco é criado, outro é extinto –, cabe ao Banco Central se manifestar.

Então, na minha opinião, antes de ouvir o HSBC sobre essa operação de venda ou de encerramento de atividades no Brasil, caberia, no caso, à CAE, e acho oportuno, que ela questionasse ou discutisse o assunto com o Banco Central, e não com a diretoria da instituição financeira que está citada na imprensa como uma instituição que deixará de existir.

Só como sugestão minha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Mas a Comissão foi provocada por setores que envolvem atividade financeira, no caso dos bancários, dos gestores públicos da cidade de Curitiba que queriam que se provocasse aqui no Senado este debate.

Então, eu acho que nós deveríamos remeter à CAE ou à Comissão de Fiscalização e Controle para que provocasse um debate sobre isso.

Uma sugestão.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Mas por que se tem que aprovar isso aqui na CPI?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Não estou dizendo aprovar. Estou oferecendo como sugestão a CPI mandar um ofício, sugerindo isso para as duas comissões, para não ficarmos desatentos a um pedido feito à Presidência da Comissão.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Como sinal de atenção ao pleito, tudo bem; é justificável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – De qualquer maneira, a Presidência mandará como sugestão às duas comissões.

Coloco em votação a Ata da 9ª Reunião.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Srs. Senadores, obrigado pela presença.

Vou encerrar a reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, antes eu gostaria apenas de registrar a presença do nosso estimado e querido Senador Garibaldi Alves, o nosso Presidente e Ministro da Comissão da Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – V. Exª sempre será o primeiro. Está encerrada a reunião. – Senador **Paulo Rocha**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos.)

Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2015, às 13 horas e 28 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Sr. Georges de Moura Ferreira** e com a presença dos membros: **Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato e Cláudio Jorge Pinto Alves**. Deixaram de comparecer os membros: **Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira e Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira**. Primeiramente, o Consultor Legislativo **Tiago Ivo** proferiu palestra sobre aspectos do Processo Legislativo aplicáveis às atividades da Comissão. Em seguida, passou-se à discussão do Regulamento Interno da Comissão, o qual foi aprovado pelo colegiado. Por fim, apresentou-se o Plano de Trabalho, o qual também foi aprovado em sequência. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Especialistas destinada a apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Reitero a todos aqueles que vieram de praticamente todos os lugares do Brasil e que estão dispendo da sua segunda-feira para trabalhar pelo País por um motivo muito nobre e muito justo que, na primeira reunião que tivemos, nós observamos o que ainda é uma novidade. Muitos ainda estão se questionando como vamos trabalhar, o que vai acontecer e qual será o modelo e como funciona uma comissão dentro do Senado.

Bom, nós já participamos de algumas comissões e nós chegamos à conclusão de que seria importante dividir este momento aqui em duas partes. Na primeira, teremos a palestra proferida por integrantes do corpo técnico-jurídico do Senado Federal sobre as implicações sociais, políticas e econômicas da atividade legislativa e a exposição das experiências adquiridas com a comissão de reforma do Código Penal e a apresentação da metodologia de trabalho e dos resultados obtidos.

Senhores, o que nós faremos aqui, como dito no *e-mail* que nós passamos, será um nivelamento. Ou seja, nós vamos explicar para todos como funciona o processo legislativo, a função social da lei. É a primeira vez que a maioria dos integrantes de uma comissão não é do corpo jurídico. Ou seja, todos aqui são do corpo voltado à aviação, boa parte é de engenheiros e administradores, e advogados, por incrível que pareça, aqui são a minoria.

Então, entendendo essa necessidade, conversamos com o chefe do setor no Senado e ele disponibilizou o **Tiago**, que vai nos dar uma palestra.

Num segundo momento, nós discutiremos a proposta de plano de trabalho para reforma do Código e o regulamento interno da reunião. Essa proposta eu passei aos senhores ontem, à noite. Desculpem-nos se acordamos alguém com aquele alarmezinho de chegada de correio. E aquilo ali que passamos já é mais ou menos um pontapé. É um modelo que foi feito para uma comissão anterior, que foi feita pelo Senador **Vital do Rêgo** dentro de um evento que aconteceu sobre logística e infraestrutura no passado.

Vamos, agora, então, passar a palavra ao Consultor **Tiago Ivo**, para que ele possa nos abrilhantar e trazer luzes sobre a situação, sobre nosso papel social, o que representa este momento, quais são as melhores metodologias e formas para desenvolvermos esse trabalho. Eu também estou muito curioso.

Então, **Dr. Tiago**, o senhor tem a palavra. O senhor tem liberdade de manobra.

Posteriormente, caso os senhores queiram fazer perguntas, se surgirem dúvidas, poderão fazê-las no momento ou posteriormente.

O Senado está disponibilizando o corpo legislativo para tirar as dúvidas. Então, temos tudo para fazer um trabalho inédito. É a primeira vez que o Código está sendo revisto também por toda a sociedade civil.

Tiago.

O SR. TIAGO IVO ODON – Obrigado.

Cumprimento a Mesa e os nobres integrantes da Comissão.

Confesso que não vim formalmente para dar uma palestra. Na verdade, o Paulo Mohn, que é o Consultor-Geral da Casa, falou comigo na sexta-feira passada e eu vim aqui compartilhar a minha experiência que tive com comissões similares no passado.

Sou Consultor Legislativo do Senado na área de Direito Penal. Quer dizer, não entendo nada de Direito Aeronáutico. Mas vim aqui compartilhar com os senhores algumas experiências.

Eu participei de duas comissões similares no passado. Participei de uma como assessor da comissão para elaboração da reforma do Código Eleitoral e de outra como integrante de uma comissão de juristas para elaboração do Código Penal. Então, participei da primeira como assessor e da segunda como integrante mesmo da Comissão.

Então, venho compartilhar um pouco da experiência, para dizer o que funcionou nessas comissões, e até para trazer sugestões para os senhores, para, se for o caso, se acharem conveniente, aplicar aqui, porque são experiências que funcionaram, que deram certo, e também para alertar para alguns aspectos que não funcionaram. Com isso, espero aqui contribuir com o trabalho de vocês.

O primeiro ponto que gostaria de destacar é até uma coisa que conversei com o Presidente aqui, antes de entrar. Um código é um fenômeno eminentemente jurídico. O que eu quero dizer com isso? Codificar é um fenômeno recente na história do Direito ocidental. É um fenômeno que veio do Iluminismo para cá, do séc. XVIII para cá, quando surgiu a ideia de codificar o Direito. O que é isso?

Havia, naquela época, a preocupação de colocar todo o corpo normativo de uma sociedade num diploma único, fechado. Então, temos um Código Penal, temos um Código Civil, temos um Código Aeronáutico...

Por incrível que pareça, uma curiosidade histórica, a preocupação naquela época era com a liberdade que os juízes tinham para interpretar. Então, os juristas iluministas, preocupados com arbitrariedades e autoritarismos no antigo regime, diziam: "Vamos fazer leis fechadas, sistemáticas, que sejam autossuficientes e que tragam tudo, tudo ali dentro, de forma clara, precisa e lógica, um corpo fechado". Para quê? Para que o juiz, quando olhasse aquilo para resolver e julgar um caso concreto, tivesse o mínimo espaço possível para interpretar e inventar. Era essa a preocupação dos juristas clássicos. "Então, vamos fazer códigos, leis fechadas". Isso foi algo que ganhou vida no séc. XIX. Tivemos o Código Napoleônico, que ficou conhecido em 1808, e tal.

E a codificação é um fenômeno que tem força até hoje, por incrível que pareça. Trago como exemplo para os senhores a realidade da minha área, o Direito Penal, em que esse movimento de codificar se enfraqueceu nas últimas décadas, quando começaram a surgir leis esparsas. Quer dizer, fora do Código, começaram a despontar leis – Lei de Crimes Hediondos, Lei de Organização Criminosa, lei de não sei o quê –, que acabaram atingindo aquele sistema que fora criado com o Código Penal lá de 1940, o que alguns chamam de descodificação.

Mas tivemos recentemente... Aqui, há dois anos, participei de uma comissão de juristas que teve a missão de elaborar e reformar o nosso Código Penal e de tentar voltar para esse movimento de codificação.

O que a comissão de juristas fez? Tentou esvaziar as leis extravagantes, que estão fora do Código, e trazer tudo para dentro do Código de novo.

Eu não sei qual é a realidade do Direito Aeronáutico. Eu não sei se é uma área que sofre... Eu já tive notícia de que é mais ou menos isso.

Então, no Direito Penal, temos um Código e, ao redor dele, muitas leis esparsas que foram sendo aprovadas nas últimas décadas e que acabam tirando a unicidade e a logicidade do sistema. E foi feita uma reforma, recentemente, que ainda está em tramitação aqui, na Casa, para tentar trazer o sistema à racionalidade original, para tentar esvaziar essas leis esparsas e trazer tudo para um centro nevrálgico de novo, com o Código.

Eu acho que é um pouco a preocupação que os senhores devem ter aqui, de trazer tudo e procurar deixar num código aeronáutico o cérebro do sistema. Foi o que a reforma do Código Penal fez.

Hoje, o Direito Penal está muito esparso, muito indefinido, e houve um esforço do Senado Federal para propor uma comissão de juristas para reformar o Código Penal, para dar racionalidade e trazer, novamente, as normas para um centro, para um norte definido.

Então, acredito que é um pouco o que os senhores querem fazer aqui também.

Como acontece? Qual é o processo legislativo para isso aqui, na Casa?

Bom, uma comissão de especialista vai elaborar um anteprojeto. Os senhores vão reformar o Código atual e o documento final será um anteprojeto. Esse anteprojeto será internalizado aqui, na Casa, será recebido pelo Presidente da Casa e passará a tramitar formalmente como um projeto de lei, assinado pelo Presidente da Casa. Vai ter um autor. Quem é? O Presidente do Senado Federal. E vai passar a tramitar aqui na Casa como um projeto de lei.

O Regimento Interno da Casa prevê que uma comissão especial composta de 11 Senadores seja formada para avaliar especificamente o trabalho dessa comissão. Então, o anteprojeto elaborado pelos senhores, trans-

formado em projeto de lei, ao passar a tramitar regularmente aqui, no Senado Federal, será avaliado por uma comissão especial de 11 Senadores especificamente formada para avaliar o Código.

Essa comissão, que terá um presidente e um relator, vai operar por um prazo não definido – pode ser por seis meses ou um ano –, e, ao final, o relator poderá propor um substitutivo, algo que substitua o texto integralmente, ou propor emendas ao texto elaborado pelos senhores.

Feito isto, pelas regras regimentais, a proposta dessa comissão especial de Senadores vai para votação do Plenário do Senado Federal.

Mas o que tem acontecido ultimamente é que esse trâmite tem sido um pouco alargado e os projetos de código têm ido também para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa. E o que tem acontecido no Senado ultimamente? O resultado da comissão especial de Senadores vai para a CCJ do Senado, onde, novamente, será designado um novo relator para avaliar a proposta. Aí, novas emendas serão oferecidas, podendo haver até o oferecimento de um novo substitutivo. Então, depois do resultado final da CCJ, aí vai para o Plenário do Senado.

No plenário do Senado Federal, haverá, novamente, um novo relator de Plenário, poderá haver emendas, etc.

Vocês vejam que é um processo longo e que o texto que sai daqui pode ser bastante, bastante alterado, até a votação final pelo Plenário do Senado Federal.

Depois de aprovado pelo Plenário do Senado Federal, o texto vai para a Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados funcionaria como Casa revisora. E lá ele pode passar por todo esse trâmite novamente, com emendas, com, eventualmente, proposta de substitutivo. E as conclusões da Câmara dos Deputados voltam para o Senado para serem acatadas ou não.

Esse, em regra, senhores, é o trâmite, é o processo legislativo que envolve um código.

Será muito discutido, as propostas serão bastante filtradas, é um processo longo... O Parlamento é a caixa de ressonância da sociedade. Então, os interesses vão começar a despontar, vários setores interessados vão, através de Senadores e Deputados, tentar interferir no texto, vão tentar alterá-lo, etc.

A gente está sofrendo isso, a gente está vendo isso hoje com o Código Penal.

Então, com esse cenário em vista, eu daria uma primeira sugestão para os senhores. Como o filtro da sociedade vai acontecer quando o texto chegar formalmente ao Senado, na forma de projeto de lei, quando o anteprojeto pronto entrar no Senado Federal para ser avaliado pelos Senadores, quando esse processo já vai sofrer a interferência e o filtro da sociedade através dos segmentos, das organizações, etc., a primeira sugestão que eu daria para os senhores – esse foi um esforço feito tanto na comissão do Código Eleitoral como na comissão do Código Penal – é para sejam o mais técnicos possível, que o texto seja o mais técnico possível, que se evite politização nessa primeira fase o máximo possível. O que a gente tentou fazer no Código Penal foi um texto técnico, como deve ser.

Matéria penal é matéria muito passional, que envolve valores muito caros para a sociedade: questões como aborto, crime contra menores, eutanásia – até eutanásia veio para a mesa na época –, crimes contra animais, meio ambiente, etc. São valores muito caros. Então, os riscos de politização são altos. Acredito que essa não deva ser a realidade da área do Direito Aeronáutico.

Mas minha primeira sugestão é de que sejam técnicos o suficiente para oferecer ao Senado um texto altamente técnico, porque, quando ele entrar aqui, vai haver o filtro da sociedade. Os segmentos organizados, os interesses de todos os lados vão interferir e vão tentar alterar o texto. Isso é de se esperar e é natural. Afinal, o Parlamento é a caixa de ressonância da sociedade. Estão aqui os representantes políticos do povo. Então, o povo vai alterar o texto.

Portanto, o primeiro ponto é evitar politização neste momento em que os senhores se encontram agora buscando oferecer um texto técnico.

Então, voltando à ideia do código, à importância disso...

(Intervenção fora do microfone.)

Fui informado de que há poucos juristas na Comissão.

Acho importante os senhores terem em mente que deve ser um texto claro, preciso, técnico, lógico e fechado.

Qual é a ideia prima de um código? É que, havendo algum problema, algum caso concreto, qualquer operador do sistema ou um juiz possa encontrar a resposta ou a solução para o problema lendo o código. “Aconteceu um problema. Como a gente vai resolver?” A resposta tem de estar no código. Dispositivos têm de ser claros para oferecer uma resposta. Esta é a ideia prima da codificação que vem com o mundo ocidental, pelo menos desde o séc. XVIII: um texto completo e autossuficiente, que ofereça todas as respostas possíveis para todos os casos possíveis.

Essa é a teoria. Obviamente, no caso concreto, muitas vezes isso não é possível, mas este deve ser o norte dos elaboradores de um código: procurar oferecer resposta para todas as possibilidades concretas.

A linguagem de um código deve ser genérica, matemática, lógico-formal e evitar casuísmos.

Os princípios gerais têm de estar no código. Às vezes, não resolvemos problemas com regras e normas específicas, mas com princípios. Por exemplo, princípios que foram eleitos quando elaboramos o Código Penal, na reforma do Código Penal. Desde o início, ficou claro para todos os integrantes...

O princípio da insignificância, por exemplo. Vou ilustrar uma situação para os senhores. O que é insignificante não pode ser criminalizado. Na linguagem jurídica, o que isso significa? Esse é um juízo normativo, aponta um valor. O que é insignificante não pode ser criminalizado. Não vamos perder tempo com o que é pequeno. Esse foi um dos nortes valorativos adotados pela reforma do Código Penal.

Outro norte adotado lá, antes de começar os trabalhos, foi o princípio da ofensividade a bens jurídicos bem definidos. O que é um bem jurídico no mundo penal? É a vida, é a integridade física, é a saúde, é a segurança... Se o fato não ofende esses bens diretamente, ele não pode ser criminalizado.

Então, começamos a ter algumas decisões valorativas, juízos normativos que apontam um caminho, que digam aonde queremos ir e aonde não queremos ir.

Uma curiosidade é que tentamos colocar o encarceramento apenas para os que cometem crimes violentos como um norte, mas isso acabou não acontecendo. Se não há violência, evita-se o aprisionamento.

Esses são juízos normativos.

Outra coisa é como escrever isso no papel. Transformar isso em lei, transformar a norma em lei é outro passo. Mas os juízos normativos têm de estar bem claros desde o princípio. O que a gente quer fazer? Separar o joio do trigo.

Não tenho nenhuma intimidade com o Direito Aeronáutico. Acho que os senhores têm preocupações – perdoem-me a ignorância no tema – com a alta demanda, hoje, por viagens aéreas. Com a transformação da classe média no Brasil, cada vez mais pessoas podem comprar uma passagem aérea e viajar de avião. Pessoas que só viajavam de ônibus hoje viajam de avião. Então, hoje, a infraestrutura aeroportuária tem de comportar um maior número de pessoas. É a realidade brasileira hoje. O Código tem de endereçar isso.

Temos de pegar experiências que obtiveram sucesso no exterior. Isso aconteceu muito na Comissão do Código Eleitoral e do Código Penal. Pensava-se em pegar determinado dispositivo porque foi algo que deu certo em Portugal ou na Escandinávia., Mas e o Brasil? Qual é a nossa realidade? Isso serve para o Brasil? Muitas vezes, o que serve lá fora não serve aqui. Então, uma preocupação é com que se faça um Código para o Brasil, para a realidade brasileira. Temos aí o fenômeno de uma classe média em transformação, há aumento da demanda por serviços aeroportuários, terrorismo internacional, necessidade de aumento de segurança. O mundo, hoje, cobra novas respostas. Como é que o Brasil se situa nisso? Então, tem de ser um Código que enderece esses problemas e ofereça respostas para a nossa realidade.

Então, faço um segundo alerta com base em experiências que tive em outras comissões: experiências internacionais são boas? São. Mas o que é que se aplica e o que é válido para a nossa realidade, para a realidade brasileira? Então, se um código precisa de reforma, é porque ele precisa ser atualizado. O que desponta hoje nesse campo que precisa de novas respostas ou de novo tratamento legal?

Há tratados internacionais de que o Brasil é signatário. A lei hoje não responde, não acompanha a evolução daquilo a que o Brasil vem se comprometendo em tratados internacionais? Isso tem de ir para o Código. Será que princípios que eram válidos há 30 ou 40 anos ainda são válidos, dada a evolução dos tratados internacionais e do que vem sendo discutido nos fóruns internacionais?

Outro ponto, já dentro desse contexto, algo que não deu certo no Código Penal. A minha avaliação é de que não funcionou muito bem ouvir a sociedade. Como falei para os senhores, nós vamos ouvir a sociedade quando o trabalho dos senhores for incorporado ao trâmite do processo legislativo do Senado Federal, porque os representantes políticos, Senadores e Deputados, vão jogar sobre o texto escrito pelos senhores os interesses da sociedade. Mas, na fase em que os senhores se encontram agora...

A Comissão de Juristas do Código Penal tentou ouvir a sociedade. Ela criou um canal na internet para receber sugestões da sociedade, foram feitas algumas poucas audiências públicas em que foi aberta a palavra para pessoas da sociedade darem sugestões... Não funcionou.

Então, uma decisão que os senhores vão ter que tomar aqui é se vale a pena, considerando esse campo de *expertise*, ouvir a sociedade. Ela teria com o que contribuir, o que dizer, ou deixaríamos apenas para o Parlamento? A minha sugestão é que deixem para o Parlamento. Acho que a preocupação agora tem que ser com a elaboração de um texto técnico.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Como sociedade, você está falando de pesquisa física?

O SR. TIAGO IVO ODON – Quando eu falo de sociedade, estou falando de todas essas forças que vêm, de interesses que vêm do centro da sociedade, como, por exemplo, de trabalhadores do sistema aeronáutico...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Exatamente isso.

O SR. TIAGO IVO ODON – ..., de clientes do sistema...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – É exatamente onde estou querendo chegar. São os *stakeholders*. São os interessados internos e externos.

O SR. TIAGO IVO ODON – Falo de todos os interessados.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Na Comissão do Código Penal, isso não aconteceu.

O SR. TIAGO IVO ODON – O que aconteceu? Abrimos para a sociedade, para o cidadão comum: advogados, promotores, juízes, a sociedade em geral.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim.

O SR. TIAGO IVO ODON – Potenciais interessados na matéria: comunidades religiosas, organizações que levantam a bandeira dos animais, do meio ambiente. Houve oportunidade em que, numa reunião técnica, havia pessoas lá trás com cartazes contra o aborto.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA (*Fora do microfone.*) – Sociedade civil não organizada.

O SR. TIAGO IVO ODON – Isso.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Mas a organizada, sim, foi ouvida.

O SR. TIAGO IVO ODON – Quando eu falo em sociedade, eu falo tanto da organizada quanto da não organizada, de todos os interesses envolvidos. Falo de todo o mundo social que está fora desta sala. Falo de pessoas que podem estar interessadas no que os senhores vão escrever.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, com licença. Só um apartezinho. Quando vocês forem falar, por favor, acionem, porque tudo aqui está sendo registrado.

Obrigado.

Desculpe.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Por nada. Que isso, Georges!

Continuando nessa linha, na Comissão de Revisão do Código Penal, estavam presentes a Associação dos Magistrados do Brasil, a OAB nacional? Estavam presentes? Tinham um representante lá?

O SR. TIAGO IVO ODON – Não. Necessariamente, não. As pessoas estavam dentro da comissão como juristas individuais, não estavam representando classes ou organizações. O apelo inicial era para elaborar um texto técnico, mas, no curso dos trabalhos... Falo que a comissão acabou se politizando, porque acabou acontecendo isto: interesses de fora começaram a entrar e acabaram afetando o texto. Houve um *lobby* muito forte de associações de defesa dos animais, o que acabou gerando, no final, um texto em que as penas por crimes contra animais ficaram altas demais, desproporcionais ao que o grupo já havia elaborado em relação a pena para crimes contra pessoas. Ficou desproporcional. Quer dizer, a pressão afeta a técnica.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Durante o processo.

O SR. TIAGO IVO ODON – Durante o processo.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Então, *a posteriori*, o.k.

O SR. TIAGO IVO ODON – *A posteriori*, o.k. Mas, *a posteriori*... O que estou tentando comunicar aqui? Faz parte da razão de ser de um Parlamento que isso aconteça. Mas, neste momento, aqui, não. Não funcionou lá. A sugestão que eu daria é que evitem que aconteça aqui, que elaborem algo técnico.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado.

O SR. TIAGO IVO ODON – Em outras palavras, vamos elaborar um dispositivo legal que seja bom para o sistema aeronáutico no Brasil. Ele vai contribuir muito para otimizar o sistema, para torná-lo mais eficiente, mas vai quebrar, reduzir, limitar interesses de certos setores. Vai gerar um bem maior, mas algumas pessoas serão prejudicadas, alguns setores serão prejudicados, etc.

O que é conveniente fazer? É preciso tomar uma decisão técnica, e não ficar ouvindo os setores A, B, C e D. "O sistema ganha? A maioria ganha? Ganha. Então, vamos aprovar isso". E aqueles que se sentirem prejudicados que recorram, depois, através de seus representantes, através dos Parlamentares. Essa é a sugestão. É claro que os senhores podem, no curso dos trabalhos, achar que outro caminho seja o mais ideal, mas digo isto apenas baseado em experiências que eu tive e que não funcionaram.

Pois bem, sendo bem prático, outra sugestão que faço aos senhores é que aprove um regimento interno. Estou aqui com o exemplo – depois vou passar para o Presidente – de um regimento interno que foi aprovado na Comissão do Código Penal.

O que é isso? As regras da Comissão, de como a coisa vai funcionar. Prevê as competências do presidente, as competências do relator, até onde podem ir, o que os membros podem fazer...

Então, estou com o exemplo aqui de um regimento interno... Por exemplo: "A Comissão de Juristas reunir-se-á uma vez por mês". Os senhores têm que definir a regularidade, a frequência das reuniões, "As reuniões serão realizadas nas dependências do Senado Federal". "Atribuições do Presidente da Comissão: dirigir os trabalhos, definir as pautas, convocar reuniões extraordinárias de trabalho, organizar seminários, audiências públicas." Diz que é atribuição do Presidente designar o relator da Comissão, assim como decidir sobre os casos omissos.

Para o relator da comissão, receber sugestões encaminhadas à Comissão pelo público externo – isto aconteceu na Comissão do Código Penal –, sistematizar o conjunto das contribuições oferecidas pelos integrantes, pelos relatores parciais...

"Fica assegurada aos membros da Comissão plena liberdade de opinião sobre todos os temas referentes à reforma do Código..."

Quer dizer, é um pequeno texto, de dez artigos, que, de forma sucinta, define as regras do jogo.

Eu recomendo que os senhores aprovelem o regimento interno para que as regras do jogo fiquem bem claras do início ao fim. Isso funcionou muito bem nas duas comissões de que participei.

Outro ponto, que acho que já foi elaborado, é aprovar um plano de trabalho, em que estejam bem claros os nortes normativos que eu citei para os senhores no início: do que queremos fazer, de que tipo de sistema aeronáutico nós queremos ter no Brasil. Isso tem que estar muito claro para que as discussões dos dispositivos em si, todas elas, tenham como norte esses princípios gerais, aonde queremos chegar.

Então, dentro desse espírito, outro mecanismo, outro procedimento que funcionou na Comissão do Código Penal: dividir a Comissão. Éramos 15 juristas na Comissão do Código Penal. Confesso aos senhores que era um número expressivo. Parece que aqui teremos um pouco mais.

Para otimizar os trabalhos e ganhar eficiência, dividimos a Comissão. Elegemos três temas básicos e dividimos matematicamente a Comissão. No caso de lá, éramos 15, e formamos três subcomissões com cinco integrantes cada.

Cada um mostrava a sua afinidade, a *expertise* pessoal, e as pessoas foram se ajustando e compondo essas subcomissões.

Então, nós tínhamos um Relator-Geral e três sub-relatores, cada um responsável por um desses temas. Então, tínhamos um grupinho de cinco com um sub-relator, outro grupinho de cinco com outro sub-relator e outro grupinho de cinco com outro sub-relator. Cada um cuidou da sua parte.

No curso dos trabalhos, eram agendadas reuniões para que os sub-relatores oferecessem relatórios parciais sobre como as coisas estavam andando, como o trabalho estava indo.

Isso funcionou muito bem, porque permitiu otimizar os trabalhos e a Comissão conseguiu concluir seus trabalhos no tempo designado pelo Presidente do Senado Federal.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Qual foi o tempo?

O SR. TIAGO IVO ODON – Seis meses. Tivemos seis meses. Se não tivesse havido essa divisão, teria sido impossível, porque era comum juristas terem posições díspares em relação ao mesmo assunto. Houve caso até de jurista que pediu para ser desligado da Comissão porque suas ideias não estavam sendo abraçadas pelos colegas. Tivemos um caso. Ele teve que ser substituído no meio do caminho.

Enfim, foi a melhor forma que a Comissão encontrou de filtrar as ansiedades, os conflitos, etc.

A SR^a MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas o detalhe é que lá eram 15 juristas e o tema era jurídico, embora houvesse toda essa colaboração técnica. Aqui é o inverso, nós temos com um corpo de técnicos... Eu sou jurista na área de Direito Internacional. Então, nós temos que dar essa revisão de ter jurista na área do Direito Aeronáutico, porque eu não consigo. Eu vou pegar, por exemplo, uma parte com acordos internacionais, mas... Essa é a minha preocupação.

O SR. TIAGO IVO ODON – Certo.

A Consultoria Legislativa assessorará os senhores na forma de traduzir esses juízos técnicos em juízes legislativos, em redação legislativa.

Se houver juristas na Comissão, seria interessante que cada subcomissão tenha um jurista. Se tivermos três ou quatro juristas, seria ótimo que cada um ficasse em um dos grupos para dar orientação jurídica ao restante do pessoal. Isto se os senhores acatarem a sugestão. Porque dividir funcionou muito bem tanto na Comissão do Código Eleitoral quanto na Comissão do Código Penal.

Como acontecia? Em vez de reuniões plenárias, com todos os integrantes ao mesmo tempo, as subcomissões se reuniam... O Presidente pode ver com a secretaria da comissão locais apropriados para os membros se reunirem, podendo ser até fora do Senado... Um grupo pequeno se reunia fora do Senado. Mas, uma vez por mês, o grupo todo se reunia para que os outros comunicassem o andamento dos trabalhos. E chegávamos ao ponto em que, tendo propostas fechadas, o sub-relator passava a proposta para o Relator da Comissão, o Relator-Geral, e este apresentava, numa reunião plenária, para o restante. Era a oportunidade que os outros

tenham para colocar sua opinião sobre aquele assunto daquela outra comissão. E a coisa andou muito bem, muito aberta, alguns argumentos eram reconhecidos, os textos eram ajustados, e caminhou muito bem. Quer dizer, ninguém foi subtraído da oportunidade de se pronunciar sobre qualquer assunto.

Ao final, tivemos três pedaços que foram reunidos em um pedaço só, e tivemos um anteprojeto pronto.

Agora, seria bom que... O que aconteceu no Código Penal foi que...

Um alerta: essa questão dos três pedaços juntados no final aconteceu quase no prazo final. Então, o Relator-Geral não teve tempo hábil de tentar, ali, garantir a proporcionalidade do texto. A linguagem, às vezes, fugiu. O que estava lá na ponta, o que estava lá no início... Esta é uma das preocupações que um código tem que ter: conceitos claros. É preciso definir muito bem. O mesmo conceito tem que ser usado do início até o fim. A nomenclatura não pode variar. Não pode haver dois nomes para a mesma coisa; tem que ser um nome só. Isso tem que estar muito bem definido no código. Como eu disse aos senhores, isso é muito importante. O código é um sistema autossuficiente fechado, lógico e formal. Ele tem que ser completo em si. Ele não pode gerar dúvida.

Como eu disse aos senhores, a ideia prima no início da codificação era dar o mínimo de espaço possível para o juiz interpretar. Se um juiz ou um operador do sistema precisa interpretar demais, há um problema na clareza do texto. Ele tem de ser claro o suficiente para oferecer o mínimo de espaço. "Aconteceu um problema. O que diz o texto? É isto. A solução é esta." Então, silogismo e lógica: premissa A, premissa B e conclusão. Premissa A, o fato; premissa B, o dispositivo legal; conclusão: a decisão é esta. Essa é a ideia prima de um código.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu acho válida a preocupação, mas quero só externar uma questão que, para o nosso caso, é relevante: essa sua fala pode levar ao entendimento de que o código, eventualmente, deva ser prescritivo em muitas matérias, dado que, inclusive, nós estamos hoje aqui discutindo um possível marco legal que deve amparar o funcionamento da agência reguladora do Decea nas suas competências de provedor de infraestrutura aeronáutica. Então, a lei deve, em alguns casos, ser genérica, sim, abstrata, conter um comando legal, mas deve permitir que haja o detalhamento em nível de regulação.

O SR. TIAGO IVO ODON – Sim.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Isso é bom para o setor, porque é um setor bastante dinâmico que, volta e meia, está sujeito a novas tecnologias, procedimentos e tudo o mais.

O SR. TIAGO IVO ODON – Sim.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Então, um dos problemas, inclusive, do código é justamente a possibilidade de ele engessar alguns pontos que, eventualmente, seriam merecedores de constante atualização via regulação.

O SR. TIAGO IVO ODON – Sim.

É uma realidade bem peculiar. Com o tipo penal é um pouco diferente.

Mas a sugestão que eu daria aos senhores é para, se possível, tentar fechar preceitos genéricos que serão encaminhados para regulamentação futura. "Qual o objetivo com isso? O objetivo é este, o fim é este." É aquela questão do juízo normativo. É preciso que se saiba o que se quer alcançar, para que, lá na regulamentação, não se perca de vista a finalidade, o que acontece muito em várias áreas do Direito brasileiro.

Então, é preciso deixar muito claro o que se quer, apontar o fim. Mesmo que fique genérico, deve-se apontar o fim. O que se quer é isso, que a regulamentação caminhe para aquilo.

Então, essa questão dos conceitos é muito importante, é uma área dinâmica. Mesmo que haja um setor no código que apenas esclareça quais são os conceitos que serão utilizados dali para frente, isso é muito importante. Em alguns dos setores do Código Penal a gente teve que fazer isso, como, por exemplo, quando a gente foi tratar de crimes cibernéticos, algo totalmente novo. Crimes cibernéticos.

Então, há muitos termos técnicos e a gente acabou tendo que criar um glossário dentro da lei. "O que é sistema informatizado? O que é isso? Significa isso e isso", "dado significa isso e isso..."

Então, na área dos senhores, talvez seja necessário fazer algo do tipo, justamente, voltando para aquela preocupação da interpretação, para que o operador, quando for interpretar, não fuja daquele universo que está ali, que não vá além do conceito que foi dado na lei. São preocupações que os senhores têm que ter na elaboração de um código, ao codificar uma área da sociedade, uma área de operação da sociedade.

O que mais?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE (*Fora do microfone.*) – Um aparte.

O SR. TIAGO IVO ODON – Sim?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Uma dúvida que eu tenho com relação à legislação – a gente estava até conversando com a Profª Maria Helena mais cedo sobre isto – é que a gente tem vários anexos da Convenção da Icao que foram ratificados pelo Congresso. Por exemplo, você citou a questão da definição... Esses anexos têm várias definições, por exemplo, sobre o que é aeronavegabilidade, que é um termo

técnico, mas essas definições estão todas em inglês na versão original do anexo da Icao. Como é que um juiz faz um julgamento utilizando uma lei que foi ratificada, uma convenção que foi ratificada que está em inglês?

O SR. TIAGO IVO ODON – É uma pergunta boa.

O que acontece? Como funciona nosso sistema? Para o Direito internacional ter validade aqui dentro, ele tem que ser internalizado, tem que ser traduzido numa norma interna, porque, às vezes, o Brasil assina tratados internacionais... Os tratados internacionais são aqueles dispositivos genéricos que vários países vão avaliar e, se os ratificarem, ter que cumprir seus preceitos. Mas a forma como eles vão aplicar aquilo no caso concreto, nas suas realidades locais, varia muito. Às vezes, o que é aprovado num tratado internacional vai contra uma lei clara de um país. Então, aquele pedaço terá que receber no país A um tratamento diferente do que recebe no país B.

No caso do Brasil, tratados internacionais têm que ser internalizados, através de uma lei elaborada pelo nosso Parlamento, para que um juiz possa aplicá-los. Isto não impede um juiz de usar os princípios colocados num tratado para ajudar na dúvida numa decisão judicial.

Então, os senhores têm uma oportunidade de ouro de incorporar esses conceitos. A codificação é a oportunidade de ouro de ver o que está funcionando nesses tratados internacionais, de ver o que pode ser útil para nossa realidade e de incorporar isso ao sistema. É hora de incorporar o que está em tratado que o Brasil assinou e que não foi incorporado.

Então, esse trabalho vai exigir uma sensibilidade dos senhores de olhar para o sistema como está hoje e ver o que não funciona, onde a lei está brecando, e tentar remendar esses gargalos todos.

Na comunicação do Brasil com outros países. O que a nossa lei, hoje, está impedindo no relacionamento com outros países, uma atividade compartilhada, alguma...

Nós tivemos essa preocupação no Código Penal. Temos vários tratados de direitos humanos, de cooperação judiciária, de investigação de lavagem de dinheiro, crime organizado... Você vai, na prática, no dia a dia, tentar recuperar um dinheiro na Suíça, vai tentar buscar ativos ou alguma pessoa com a Interpol, nessa comunicação, mas, quando olha, a nomenclatura está diferente, os termos da lei, o fenômeno jurídico está mais restrito aqui do que lá. Ai empaca.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Só um paralelo com relação a isso que você está falando, que foi levantado pelo Ivaldo, na sua fala concordando com ele no sentido de que é uma oportunidade de ouro, nas Comissões do Código Eleitoral e do Código Penal, qual era a dedicação dos membros da Comissão? Era *full time*? Eu fico com grande dificuldade de entender como é que, em seis meses, 15 pessoas podem revisar um código tão complexo como o Código Penal.

O SR. TIAGO IVO ODON – O único *full time* de que tenho notícia era o Relator.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Por isso que eu estou assustada! (Risos.)

Deixe-me falar rapidíssimo. O meu marido, que foi desembargador, infelizmente faleceu no ano passado. Ele foi o fundador do IBCCRIM. Então, na realidade, o IBCCRIM trabalhou dez anos, oito anos, cinco, quatro, e esses seis meses foram resultado de um trabalho histórico do pessoal do Poder Judiciário. Não foi algo instantâneo, feito em seis meses. Não! Muitas reuniões eram na minha casa. Então, foi uma coisa muito pesada. Alguns ficavam... Os mais jovens, inclusive, pediram afastamento da USP para tentar fazer. Mas eram todos juristas. Esta é minha preocupação. Porque todos eram juristas. Então, estou feliz porque vou ter um *background* técnico violento, mas a decodificação disso é um processo complexo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Professora, só fazendo um aparte...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Foi pesado. Não são só seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, não são só seis meses...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Havia um *background* violento por trás.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – As pessoas da aviação que estão aqui trabalham, todas elas, com normas e regulamentos diariamente.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, tenho certeza de que, pelo menos os profissionais que estão aqui e que conheço, todos estão familiarizados com essas regras, com os ordenamentos. Apenas estamos verificando agora a questão da funcionalidade. E todos aqui têm larga experiência e sabem em que o sistema funciona e em que não funciona.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas e a parte técnica jurídica?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A parte técnica jurídica será muito bem trabalhada... Temos a Consultoria do Senado, temos a senhora, que vai trabalhar um pouco mais, eu acho. Mas isso é merecido, pois, afinal de contas, o cargo é tão relevante!

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Muito!

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, como se diz, vamos arredondando.

Por favor.

O SR. TIAGO IVO ODON – Bem, então, faço a sugestão para os senhores, considerando a quantidade, o número de membros, de que a Comissão seja dividida em áreas temáticas, três, quatro ou cinco grupos, no máximo, que seja dado um tempo para que os trabalhos sejam feitos e tempo para que, pelo menos um mês antes do prazo final, o Relator consiga uniformizar o texto. Foi algo que não funcionou na Comissão do Código Penal.

Sugiro que os senhores tenham sensibilidade para as leis esparsas no sistema aeronáutico, para o que está fora do Código e precisa ser incorporado ao Código e para o que precisa ser revogado. É uma oportunidade de ouro também de revogar o que não funciona.

Para vocês terem uma ideia, o último artigo da reforma do Código Penal foi o artigo das revogações. Só ele tinha umas três páginas com tudo o que foi revogado, com todas as legislações esparsas. Tudo foi trazido para o centro, e a gente foi revogando o resto, revogando, revogando, para dar mais racionalidade ao sistema. Então, é a oportunidade de ouro que os senhores têm também de revogar, digamos assim, o lixo, o que não funciona.

Uniformizar a linguagem, princípios gerais claros, conceitos claros, trazer o que deve e precisa ser trazido dos tratados internacionais, compatibilizar com a Constituição de 1988 e...

Bom, eu acho que é isso.

Eu tentei traduzir um pouco as preocupações que eu tive nessas duas comissões e o que funcionou e o que não funcionou. Espero ter sido útil.

Estou à disposição.

Georges, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor será útil, muito útil.

Senhores, hoje, há uma pauta muito rica. Nós tínhamos colocado a questão, no segundo momento, de discutir o plano de trabalho. Eu acho que nós podemos até inverter e podemos, então, tratar do regimento interno. Eu acho que já podemos aproveitar que o Consultor não vai sair da mesa para ver se já construímos a questão do regulamento, do nosso regimento interno.

Cada um dos senhores recebeu um relatório final da Subcomissão da Aviação Civil do Senado, que teve a participação de boa parte dos presentes aqui hoje, na Casa. Todos deram contribuições, todos participaram de audiências públicas, todos falaram. Aqui está, então, o trabalho, estão as audiências taquigrafadas e as conclusões que culminaram com a nossa presença aqui. Um dos principais motivos, aliás, saiu desse relatório. Detalhe: assim como o IBCCRIM estudou isso durante dez anos, o Senado também está se preparando, desde 2012 e 2013, para este momento, e se preparou através de mais de 20 audiências públicas, com contribuições de vários setores, muitos dos quais estão aqui presentes.

Então, eu acho interessante todos terem conhecimento, lerem isso aqui, que é um instrumento, principalmente para verificarem as suas partes de afinidade, até mesmo porque, pelo que estou observando, teremos de fazer uma divisão de trabalhos.

Também, para discutirmos, todos receberam uma cópia do Código Brasileiro de Aeronáutica, inclusive com as atualizações mais recentes, salvo engano, da Lei nº 12.970, aquela do regime do Sipaer. Então, também já estamos aqui com esse instrumento em mãos, para que já possamos ter cada vez mais afinidades em relação a essa situação.

Senhores, vamos aproveitar aqui o Consultor. Depois, nós vamos partir para o plano de trabalho que foi apresentado. E também estou vendo que aqui vamos ter de discutir muito sobre a situação da audiência pública, sobre a questão dos setores, porque sempre há aquele discurso de que, se não participa todo mundo, não é democrático, mas também de que, se entra todo mundo, nunca vai haver um consenso, e, de repente, esse consenso faz com que alguns também fiquem contrariados. Quer dizer, nós temos um trabalho árduo. E ele será mais árduo ainda, porque no Código Penal – apenas para o nosso Consultor ir se familiarizando cada vez mais – há situações e coisas bem brasileiras. É difícil construir uma lei penal que valha para um cara que mora em São Paulo e para um cara que mora no Amazonas, mas sabemos que as leis aeronáuticas têm uma padronização internacional, que deve ser seguida e que, por outros vieses também, contraria muito das nossas legislações internas, o que também acaba provocando conflitos de interesses diversos. Então, é uma lei que tem de ter um viés internacional, é uma lei que tem de ser padronizada, é uma lei que tem de irradiar a Constituição de 1988, que foi a principal vitória do Código de Processo Civil. Eles pegaram todos aqueles princípios e fizeram com que a Constituição de 1988 reverberasse pelo Código, entre seus princípios etc. e tal. E temos essa missão.

Temos aqui uma proposta de regimento interno, um regulamento interno da Comissão do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Nós podemos passar artigo por artigo, para ver se nós tomamos isso de uma maneira mais rápida? Para ver se eles ficam claros ou se precisamos fazer uma alteração ou outra? *(Pausa.)*

O regulamento disciplina os trabalhos da Comissão de Especialistas Responsáveis pela Elaboração do Anteprojeto de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, instituída pelo Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2015.

A Comissão de Especialistas reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme cronograma previamente aprovado.

Senhores, o consultor falou que temos uma proposta inicial de que a reunião seja feita toda semana. Pode ser feita a cada 15 dias, preferencialmente sempre às segundas-feiras, quando temos este espaço disponível. Nas terças-feiras, é impossível. Na quarta-feira, nem pensar! Nas quintas-feiras, é complicado. E, nas sextas-feiras, é bom que todo mundo esteja se preparando para as atividades acadêmicas. Quem leciona em pós-graduação, muitas vezes, não pode estar aqui na sexta-feira também.

Então, faço uma pergunta aos senhores. Foi proposto, no começo, que a reunião começaria às 13h. Os senhores querem manter esse horário de 13h? Ou querem flexibilizar para as 14h, para que se dê tempo de as pessoas chegarem aqui com mais tranquilidade? No que os senhores acreditam?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente, eu gostaria de retornar àquela minha proposta da semana passada, para que comecemos a reunião às 10h, estendendo-a até as 18h. Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.!

Os senhores estão de acordo com a proposta do Respício? Ou os senhores têm uma resposta para que a reunião comece ao meio-dia ou às 13h? Que tal?

Consigo chegar aqui às 8h50. Eu estou aqui ao lado. Então, eu chego aqui.

Os senhores querem começar a reunião mais cedo? Sim?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, há unanimidade?

Prof. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES (*Fora do microfone.*) – Qual seria o horário? Será às 10h? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor apertou o microfone?

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Apertei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor. Desculpa!

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Então, será às 10h?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Às 10h.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Tudo bem! Dá para chegar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dá para chegar? Então, todo mundo já chega aqui tranquilamente, já tendo tomado o café da manhã. Almoçamos por aqui e vamos tocando os trabalhos. O.k.?

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – E a questão da periodicidade?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perdão! Sim, Prof. Donizeti, pois não.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Quero tratar da questão da periodicidade. Nem toda segunda-feira, será possível a reunião. A gente já conversou sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE (*Fora do microfone.*) – Donizeti, aperta só uma vez agora.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Eu queria falar sobre isso, porque nem toda segunda-feira as pessoas... Algumas pessoas não vão poder estar aqui na segunda-feira. Embora isso tenha sido tratado na semana passada, eu gostaria que isso fosse rediscutido.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Gostaria que fosse dilatado, pelo menos?

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Não. É que eu, por exemplo, não vou estar aqui em muitas segundas-feiras. Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu considero isso grave, porque o senhor...

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Só estou colocando o meu exemplo. Se ficar decidida a segunda-feira...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, não é preciso haver reunião em todas as segundas-feiras, mas é importante definirmos isso, para que a Secretaria possa organizar-se. Pelo menos, podemos definir a frequência semanal, mas que não seja segunda-feira. Mas que toda semana nos encontremos.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – O problema não é nos reunirmos toda semana, mas toda segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A Secretaria tem de verificar as passagens e toda a logística em relação a isso. Acredito até mesmo em reuniões quinzenais.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA (*Fora do microfone.*) – Reunião quinzenal seria o ideal, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acho que seriam quinzenais. É que, se há uma reunião comprida...

Já estou vendo aqui os rostos de alguns e de outros. Uns falam assim: “Reunião quinzenal, não. Tem de ser feita duas vezes por semana.” É sério! E eu concordo, acho legal. Agora, há outros que falam assim: “Olha, deve ser a cada 15 dias.” Vejo que podemos chegar a um meio-termo. Qual é o meio-termo, como imagino eu?

Nós estamos agora nos concentrando, estamos tomando formato. Como nós repisamos na semana passada, esta Comissão está tomando forma. Possivelmente, teremos novos membros. Espero que já se encerre com esse número de membros, porque seremos 21 membros, e é muita gente para trabalhar. Na Comissão do Código Penal, que é uma questão muito mais complexa, são 15 membros. Está certo?

Então, podemos fazer assim, Professor: talvez, nos dois próximos encontros, possamos até fazer reunião semanal. Aí, nós vamos sentindo a necessidade de manter a reunião semanal, ou, então, depois, passar a ser quinzenal, até mesmo porque, às vezes, as pessoas desenvolvem melhor o trabalho em casa ou na Academia.

Quanto à flexibilização das datas, acho que o dia mais tranquilo, se não for a segunda-feira, será a sexta. Senhores, seria isso? Qual é a disponibilidade?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Para a Secretaria, há disponibilidade em qualquer dia. Há um espaço independente desse, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, nós temos liberdade de manobra em relação a isso daí.

Como os senhores querem se resolver? *(Pausa.)*

Vamos fazer assim: as reuniões começarão às 10h da manhã. No começo, pelo menos agora, as próximas duas serão semanais, até mesmo para irmos nos acertando, para termos esse *timing*.

Sobre os dias da semana. Professor, na segunda-feira, o senhor pode?

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Nas próximas duas segundas-feiras, não estarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo. Quarta-feira para os senhores seria um dia para flexibilizar para a semana que vem, por exemplo? Ou os senhores acham que é um lapso muito grande para encontrar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor, Professor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ótimo.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Eu só acho que vários aqui de nós somos professores. Agora, em agosto, alguns dão aula. Então, seria bom que fosse um dia fixo, porque nós temos de marcar nossas aulas para não ficarem nos dias em que vai haver a reunião. Se, a cada semana ou a cada quinzena, nós formos variando, vai ficar complicado. Então, proponho que, independentemente do dia, que se fixe um dia. Eu arranjo meu horário para tentar reservar aquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ótimo.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Outra coisa: como o Prof. Donizeti afirmou, nós já temos compromissos, às vezes até internacionais, marcados em curto período de tempo. A cada reunião – por exemplo, na semana que vem vai haver uma reunião, certamente –, nós poderíamos ser informados do que foi abordado. Não só quanto à pauta, mas sobre o que foi decidido.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor, Professor.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Acho que isso seria muito importante para que quem naquela semana não puder comparecer não se perca, digamos assim, do grupo. Não deixe de ter um acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Professor, o que temos que entender é que aqui nós somos todos profissionais. Todos, de certa forma, nos conhecemos, ou de nome, ou por termos afinidade. Temos um canal oficial, que é a Secretaria da Mesa, a Secretaria da Comissão. Ela manterá todos informados com as atas. Será disponibilizado em internet, será feito um endereço eletrônico dentro da página da Comissão, inclusive, da Secretaria, onde vai ser colocado todo o material que for produzido. E o mais importante, senhores: acho que podemos todos aqui nos comunicar. Acho que todos aqui temos os contatos, de forma recíproca. Podemos manter um canal aberto entre os membros, que os membros se capilarizem, conversem. Acho que isso é muito importante também. Se, por acaso, houver alguma barreira de não se conhecer alguém ou se houver falta de intimidade, não sei, o importante é estar dialogando. Ou mais do que dialogando.

Então, é aquela questão. Nós temos apenas um pequeno impasse. Já estamos encerrando o semestre, então, professor, graças a Deus. Haja pauta! Os senhores concordam em manter a reunião na segunda ou pre-

ferem transferir para a quarta-feira pelo menos as próximas duas? Sem dizer que é importante nós lembrarmos que teremos uma situação aqui, no Senado, que se chama recesso branco. Na metade de julho, praticamente, a Casa fica vazia. Então, acho que nós temos de nos reunir pelo menos em todas as próximas semanas, pelo menos até o advento desse recesso que vai acontecer. E que dia, para se ter uma firmeza, seria melhor, para atender até a agenda de todos, segunda ou quarta?

Sim, Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – São quantos integrantes?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – São 21, por enquanto. São 17, mas pode chegar a 21.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Tudo bem. Acho que vai ser inevitável. Acho que não se consegue conciliar a agenda de 21 pessoas. Acho isso utopia na verdade. É lógico que sonhamos que isso aconteça.

Concordo com o Prof. Cláudio. Para a programação, devemos bloquear um dia, e esse dia seja o dia. Por quê? Porque aí podemos acertar a nossa agenda para frente, a exemplo da semana passada, quando já bloqueamos, em tese, a próxima segunda.

Então, eu, particularmente – estou falando por mim –, já bloqueei todas as segundas quatro meses para frente. E isso facilita o trabalho. A rigor, acho que a segurança jurídica da Comissão seria mais estabelecida do que, *data venia*, uma segunda, depois uma quarta, depois a outra quarta, depois volta para segunda. A agenda realmente é muito importante. Eu proponho, acompanho a proposta do Prof. CJ de ser um dia, e que a gente adequa a nossa agenda. Se eu não posso vir na segunda por um compromisso indelével, inexorável, que eu falte, me justifique, mas depois eu me abasteça das informações, porque 21 agendas não vão se fechar durante quatro ou seis meses que sejam.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não. Duas agendas são incompatíveis, nós sabemos disso; não precisam ser cinco, tantas agendas assim.

Então, o que estou colocando aqui, o que estamos vendo é por quê? Temos que trabalhar, até pelo seguinte: se nós fecharmos agora, os que vierem já vão ter de se adequar, porque, obviamente, se toda vez que forem entrando membros forem mudar as regras, a coisa realmente não funciona. Isso aí é óbvio.

Então, já que foi feito, já foi colocado em pauta, eu queria saber o seguinte: senhores, como mudanças poderiam acontecer, como já falamos na reunião passada, e como nós sabemos... Por exemplo, nós podemos bloquear todas as semanas? Podemos. Aí, de repente, vai chegar agosto. Vai chegar agosto, e o Prof. Claudio diz “Opa, a minha aula é assim”; o Prof. Respício, “Cara, a minha aula é assim”; o Prof. Celso, “Não, minha aula é ‘assado’”. E eu também. De repente, semestre que vem, estou de volta à faculdade. Aí a coisa começa a truncar, certo?

Então, os senhores preferem, acham mais fácil trabalhar, até chegarmos a agosto, às segundas ou às quartas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Só uma coisa, Georges. Relembro o que foi dito na reunião anterior, e até mesmo quem propôs esse dia fixo fui eu. E, quando eu propus, você perguntou ao Paulo Azevedo quais eram os dias mais simples aqui. E eu me lembro de que ele falou que eram segunda e sexta.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Então, a decisão recaiu sobre segunda-feira porque eram os dias em que teríamos mais salas livres. Acho que, hoje, a gente querer mudar para uma terça, quarta ou quinta, que seriam os dias mais cheios, seria complicado, principalmente se formos acatar o que falou o Tiago, de quebrarmos esta grande Comissão em subcomissões, porque vamos precisar de mais espaço.

E essa questão da agenda, de que o Kerlington falou, eu a considero muito complicada, porque, como falei, na semana passada, eu bloqueei a minha segunda, e, na quarta-feira que vem, eu irei a Moscou para ficar três dias. Eu teria de refazer toda a agenda. E outra: vou ficar exatamente sete dias; vou matar uma segunda. Mas eu acho que, obviamente, com todo o arcabouço tecnológico e formas de contato que a gente já está utilizando, como a nossa lista de *e-mails*, acho que a gente consegue se inteirar de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, senhores, só para realmente exaurir isso, para depois não termos dúvida: segunda-feira.

Quem concorda permaneça como está. *(Pausa.)*

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA *(Fora do microfone.)* – Seria até agosto? Às segundas-feiras até agosto *a priori*?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso. Porque, como eu disse, até agosto, seria às segundas-feiras. A tendência é que continue sendo às segundas-feiras, mas, obviamente, vamos verificar a compatibilidade da agenda dos professores. É óbvio que eles vão reunir-se e verificar um dia que seja melhor. Às vezes pode acontecer: “Pessoal, como são quatro ou cinco membros que ficariam prejudicados, podemos ter

uma reunião na quarta-feira para não prejudicar a nossa agenda?" Claro, aqui temos espaço. Aqui é o Senado, isso não seria problema.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Georges...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, professor.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Só para reforçar a tese. É exatamente para o próximo semestre que eu gostaria que ficasse fixado, para eu poder decidir o meu horário. Mas, se eu for fixar agora só até agosto, e em agosto pode ser que mude... Já vou marcar aula. Então, prefiro agora. Vamos definir segunda-feira, e pronto, acabou.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, segunda-feira e pronto?

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, está pacificado, sumulado.

O SR. CLAUDIO JORGE PINTO ALVES – Um passarinho passou aqui e falou que nós estamos perdendo muito tempo com isso e que, na realidade, precisamos definir essa data, essa segunda-feira, para as reuniões conjuntas. Mas, depois que houver subgrupos, pode ser que os grupos definam, os cinco ou seis membros, que, naquela semana, vão reunir-se em outro dia. Será um grupo menor e pode reunir-se lá no Viena ou em qualquer outro lugar.

Então, talvez, uma segunda-feira apenas teremos garantida a reunião aqui. As outras podem ser na segunda também ou, se o grupo optar por outro dia... Aí o problema é só do secretário da...

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Senhores, é o seguinte: as pessoas falam que estamos demorando tanto tempo para discutir sobre uma segunda ou terça-feira. Imaginem quando forem falar sobre a questão das aeronaves TPX, TPP. Imaginem.

Senhores, vamos lá. O Senado orienta que, nos dias em que os subgrupos forem realizar as suas reuniões, que essas aconteçam no mesmo dia da reunião do grupo principal, até mesmo por questão de logística e emissão de passagens. Eles não podem picar passagens; existe essa situação também – não está barato.

Enfim, senhores, está consagrada a reunião semanal às segundas-feiras. Então, vamos tratar da periodicidade dessas reuniões. Elas podem ficar como semanais. Conforme os trabalhos forem sendo desenvolvidos, se não houver necessidade de reunião toda semana, obviamente nós adiamos a reunião. Não há problema, desde que seja feito, obviamente, com o devido aviso para a Secretaria, O.K.? Está referendado? *(Pausa.)*

O.k.

§1º Os membros da Comissão deverão ser comunicados acerca da realização de reunião com antecedência mínima de 48 horas, preferencialmente por telefone ou por meio eletrônico, ressalvada a comunicação realizada aos presentes durante reunião da Comissão.

Ou seja, todos aqui se dão por intimados no ato. A publicidade se dá no ato da audiência.

§ 2º As reuniões serão realizadas nas dependências do Senado Federal.

Nós precisamos verificar que, eventualmente, se quisermos nos reunir fora, nós não teremos assessoria da Comissão. Mas eu acharia salutar que os grupos que moram em São Paulo e as pessoas que estão no Rio de Janeiro pudessem reunir-se; aqui em Brasília, também. Eu moro na cidade vizinha praticamente; eu moro em Goiânia. Então, fica fácil. Mas é aquilo que eu digo, nós temos de fazer a capilaridade, fazer a informação produzir.

Art. 3º Ao Presidente da Comissão, designado nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2015, compete:

I – elaborar plano e metodologia para as várias fases do trabalho, a serem aprovados pela Comissão;

Ou seja, quem decide são os senhores.

II – dirigir as reuniões de trabalho;

III – definir as pautas e confirmar as reuniões ordinárias agendadas nos termos do *caput* do art. 2º deste Regulamento, ou, eventualmente, remarcá-las em razão de motivos relevantes;

IV – convocar reuniões extraordinárias de trabalho, por iniciativa própria ou a pedido da maioria dos membros da Comissão;

Aí nós vamos ver como isso se operacionaliza, porque, às vezes, nós podemos chegar à conclusão de que duas reuniões na semana são importantes. Mas, obviamente, eu vou checar essa condição com a Secretaria da Casa.

V – demandar à Secretaria da Comissão os atos e expedientes necessários ao bom andamento dos trabalhos;

VI – solicitar os serviços de apoio aos Órgãos do Senado;

VII – assinar o expediente da Comissão, incluindo comunicações administrativas e convites formulados a não membros para participarem das reuniões;

VIII – delegar funções aos membros da Comissão;

IX – outras atribuições inerentes à natureza da função.

§1º A Comissão divulgará endereço eletrônico e outras formas de contato para o recebimento de sugestões do público externo.

§2º A Comissão terá um Vice-Presidente, eleito pelos demais membros, que poderá exercer as atribuições do Presidente em suas ausências e impedimentos.

Isso foi deliberado na reunião passada.

Quanto à questão do recebimento de *e-mails* internos, a situação é assim: todos nós aqui temos Facebook, todos nós temos WhatsApp, a maioria deve ter Twitter, alguém aqui, de vez em quando, visita LinkedIn, todos aqui têm *e-mail*, certo? É comum que aconteça o assédio; ou seja, vários setores da sociedade, amigos, parentes, profissionais da área vão procurá-los, obviamente, para enviar recomendações, para enviar essas denúncias.

Os senhores verão que o que aparecerá de denúncias é uma fábula; é muita coisa – propostas, experiências, e por aí vai.

Isso, por um lado, é salutar, óbvio; que todos recebam, pois todos aqui são seres da sociedade, todos se comunicam, todos têm o ônus de estar aqui, mas também têm o bônus de estar fazendo algo pelo País. E, obviamente, é bom que isso tenha reconhecimento.

A questão do recebimento de opiniões externas. O que ele está propondo aqui é o seguinte: em vez de as pessoas ficarem lotando a caixa de *e-mails* de vocês, mandando todo tipo de opinião, há essa opção de o Senado fazer o *e-mail*, que seria...

(Intervenção fora do microfone.)

Mais trabalho, muito mais trabalho.

É porque, veja só. Nós temos a questão do *e-mail*, podemos ter o *e-mail* da Comissão, que seria *cercba@senado...* Alguma coisa, como secretaria, comissões é um bom negócio, que os senhores podem estar divulgando, passando para que as pessoas deem as contribuições. Obviamente, isso vai cair na mão da Relatora, que vai filtrar com todo carinho.

(Intervenção fora do microfone.)

Sim, senhora. Mas também... Professora, desculpe-me. A única mulher, que é mais organizada; então, é a senhora. Com todo respeito, pessoal, por favor, sem desconsiderar.

Existe também aqui uma outra plataforma que a Secretaria-Geral da Mesa colocou. A Secretaria-Geral da Mesa coordenará os trabalhos da Secretaria da Comissão e deverá disponibilizar a plataforma e-Cidadania. Inclusive, senhores, podemos receber através dessa plataforma da e-Cidadania mensagens ao vivo, dúvidas ao vivo, interação com todo mundo.

Agora, como isso aqui funciona? Se isso é colocado em *sites*, em blogues, etc. e tal, vai chegar muita coisa. Então, como se fala, esse e-Cidadania é obrigatório? É uma opção ou ele é uma...?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os senhores querem essa plataforma?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os senhores querem adotar a questão do e-Cidadania? Pois não.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Presidente, eu participei da comissão do Código de Processo Civil lá na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Pode constatar, como o consultor disse também, que, dessas opiniões externas, as mais abalizadas vão procurar você pessoalmente; elas não irão a um *site* desses, impessoal e sem nenhum destinatário concreto. Quando se tem a posição de algum professor ou colega, ele vai direcionar pessoalmente. Então, chega muita coisa, e eu me lembro de que, naquela época, não se aproveitou praticamente nada do que foi enviado. Foram muitos *e-mails*, mas sugestões aproveitadas praticamente nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, senhores, podemos ficar apenas no *e-mail*? *(Pausa.)*

Então, a Secretaria vai providenciar o *e-mail*. Já possuem o *e-mail*?

(Intervenção fora do microfone.)

(Pausa.)

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Meus colegas, só um minutinho. Lembrando que há muitos professores aqui, queria só colocar uma sugestão aqui para ser pensada. Eu estava vendo também sobre a possibilidade de algumas reuniões – isso temos de consultar aqui para ver regras da Casa – serem realizadas via

videoconferência, porque pode ser que alguém se encontre impossibilitado de vir aqui por indisponibilidade de voo ou por qualquer outro motivo.

Essa pessoa não estará aqui, mas pode participar a distância. Então, eu gostaria também de colocar isso para vocês opinarem e também para que o Presidente consulte a Casa para ver se há algum regramento ou impedimento em relação a essa medida.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – É só para dar minha opinião.

Conforme eu falei na primeira reunião, na empresa onde eu trabalho, usamos muito isso, e é uma ferramenta muito interessante quando bem utilizada.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Minha preocupação também é justamente perguntar até agosto, porque dou aula na universidade às segundas-feiras. Então, eu já estou me programando para, no próximo semestre, tentar sair da segunda-feira e tentar me adequar. Antes, eu vou tentar alternar, faltar um dia na universidade, faltar uma vez aqui, para poder estar presente no máximo de reuniões possíveis. Eu acho que seria interessante, porque dou aula pela manhã e à noite. Então, no turno da tarde, eu teria esse acesso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, a Comissão vê uma certa dificuldade em relação a fazer a videoconferência, para se viabilizar isso. Já há aqui o e-Cidadania, que, na verdade, é para mandar perguntas, que serão avaliadas. Já há essa plataforma.

Será que a questão da videoconferência é tão relevante? Todos concordam com a ideia de ter a possibilidade de videoconferência para participação no andamento daqueles que não estejam presentes? *(Pausa.)*

Eu nunca vi esse modelo funcional.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Consulte a Casa para ver...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Parece que não há no Senado.

Não há plataforma no Senado para esse tipo de... A não ser que liguemos Skype aqui... Ou Viber... Sei lá. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A Casa, então, vai verificar a possibilidade desse tipo de plataforma, mas eu acredito que... Eu não quero discordar do Vice, o Dorieldo, mas acho que fica meio truncada a questão da videoconferência. A ideia é ótima, mas a coisa não está tão boa, tão perfeita assim.

A Casa vai providenciar um *e-mail*. Os senhores podem dar esse *e-mail*, que vai ser enviado por todo o Brasil. Também há essa e-plataforma que fica aberta durante as conferência, em que se faz uma série de perguntas, e, geralmente, nos passam duas ou três perguntas para serem feitas no debate. Podemos reservar um espaço para isso, porque, pela Lei de Acesso à Informação, quer-se ampliar o contato da população com o Senado Federal. Então, será feito um *e-mail* institucional.

Agora, obviamente, isso vai ser objeto de filtragem. A Relatora vai cuidar disso com todo o carinho.

Inclusive, se os senhores quiserem dar esse *e-mail* que será formado para as pessoas que queiram contribuir ou colocar nos seus *sites* ou blogues, eu acho que é uma boa plataforma. Falem: "Fale direto com o Senado". E já se coloca lá e vai.

Art. 4º. Ao Relator Geral, designado nos termos do art. 2º do Ato do Presidente do Senado, compete:

I - receber as sugestões encaminhadas à Comissão pelo público externo, distribuindo-as aos membros da Comissão conforme área de atuação temática;

Seria interessante também ver quais seriam as áreas de mais afinidade dos senhores e que até mesmo isso seja passado – seja regulação, seja navegabilidade, sejam operações, seja segurança –, porque aí começamos a direcionar esse tipo de material.

II - sistematizar o conjunto das contribuições oferecidas pelos membros da Comissão;

III - designar sub-relatores temáticos quando entender devido [como será o caso de criarmos sub-relatorias];

IV - consolidar as diferentes partes do trabalho da Comissão, de forma a garantir a uniformidade dos conceitos, formas e estilos, bem como a coerência ao longo do texto elaborado.

Alguma dúvida?

Art. 5º. As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Ou seja, é aquela situação: se houver o número da metade mais um, nós podemos deliberar. É até uma forma de andar, porque, se formos aguardar todos os presentes... Geralmente, assim é como funcionam as comissões do Senado.

§1º Eventuais divergências poderão ser consignadas em ata a pedido do membro interessado.

§2º Para abertura dos trabalhos da Comissão, deverão estar presentes, pelo menos, um quinto dos seus membros [de 21, 5, por exemplo, ou 6], dentre os quais sinceramente deverá constar o Presidente, o Vice-Presidente ou o Relator Geral.

§3º Na hipótese da ausência do Presidente e do Vice-Presidente, assumirá a presidência o membro mais idoso.

Acho que vai ser o Respício. (*Fora do microfone.*)

Sim, senhor, tá? (*Pausa.*)

§4º Na hipótese de ausência do Relator-Geral, o Presidente deverá designar Relator ad hoc para aquela sessão.

Art. 6º. Fica assegurado aos membros da Comissão plena liberdade de opinião sobre todos os temas referentes à elaboração do anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, independentemente da divisão interna do grupo.

Aqui está sendo proposto o seguinte: uma vez que se tenham os trabalhos da sub-relatoria, serão colocados à apreciação de todos, e alguém que não faça parte de uma sub-relatoria obviamente terá a liberdade de opinar, de estar tratando, ou às vezes até mesmo sendo convidado ou para dar contribuições em um grupo e em uma sub-relatoria. Ou seja, isso aqui é o sonho de todo mundo. Mas, ao mesmo tempo também temos de tomar o cuidado para que o debate seja eminentemente, estritamente, técnico. Há áreas, obviamente, que eu não domino; há áreas que outras pessoas não dominam. E que isso seja feito de uma forma que não atranque o trabalho.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Tenho uma dúvida em relação a esse item. Por exemplo, como funciona se algum membro se estender por demasia na sua argumentação?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, nós vamos chegar a um momento em que nós teremos, assim... Nós vamos definir o plano de trabalho hoje. Temos aqui um modelo, vamos passar ao debate da situação.

Nós podemos, assim, verificar os temas que forem colocados em debate, aqueles que pedirem a palavra para tratarem sobre o tema, que eles tenham, por exemplo, um prazo de dez minutos para deliberar, para que apresentem suas ideias, para que assim, então, possam trabalhar melhor. Podemos conceder uma réplica apenas, ou uma tréplica, se for o caso, em tempos de cinco minutos – geralmente são os tempos aqui dentro do Senado. E nós vamos ver como é que isso vai desenvolver-se dentro dos trabalhos, e como é que nós faremos esses trabalhos até.

Hoje, eu estou sentindo – ainda bem que a minha passagem está para as 10h –, pelo que eu estou verificando aqui, quando nós chegarmos em relação ao debate dos temas, do modo de trabalho, do plano de trabalho, da divisão do grupo, da questão de fazer audiência pública, realmente, a coisa aqui vai se desenvolver bem.

Bom, no art. 6º, fica assegurada aos membros da Comissão plena liberdade de opinião.

Parágrafo único. Enquanto os trabalhos não forem concluídos, podem os membros ressaltar que suas opiniões e manifestações realizadas fora do recinto da Comissão acerca do seu trabalho são de caráter pessoal.

Ou seja, é o cuidado que se toma aqui, porque é uma comissão do Senado. Não é que se tenha de desenhá-la, mas todos são livres para dar opinião sobre qualquer assunto e em qualquer tema, e não apenas sobre Direito Aeronáutico.

Mas, agora, falar em nome do Senado e em nome da Comissão, falar isso é... Como é que vou dizer? Existe algo aqui que se chama quebra de decoro. Obviamente, temos de contar com o bom senso de todos, inclusive da minha pessoa, até. Porque isso aqui inclui a mim também, O.K.? Então, vamos apenas, assim... Como é que se fala?

Sim?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Uma sugestão também, até...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Para a Mesa Diretora e para o secretariado da Comissão é: por exemplo, todos nós temos contato com vários jornalistas. Eles estão sabendo a respeito da Comissão, estão interessados. Que se criem também os *e-mails* diretos da Mesa Diretora. Por exemplo, presidente, comissão blá-blá-blá, arroba alguma coisa, etc., vice-presidente. Para quê? Para quando os jornalistas chegarem para a gente: “Ah, o que está acontecendo?”, “Por favor, diretamente com o Presidente”, porque ele é o Presidente e porta-voz. Quer dizer, na sua falta, você viajou, está não sei onde, aí entra o Doriêdo, para ficar mais fácil, mais ágil isso aí também. Para não dar, por exemplo, seu *e-mail* pessoal, o *e-mail* pessoal dele.

Alguma sugestão, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os senhores estão de acordo? (*Pausa.*)

Agora, nove fora isso daí, senhores, nada obsta a que os senhores se apresentem como membros da Comissão. Aliás, acho que, pelo grau de conhecimento que os senhores têm, isso é enobrecedor e quero que os senhores tenham orgulho disso. Aliás, é bom nós termos orgulho disso, porque fazemos parte de uma comissão que está esperando há 30 anos para acontecer.

Então, a Casa pode...

Foi feita a proposta aqui, foi aprovado que será criado um *e-mail* para a Mesa Diretora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito, espero também que já esteja sendo feito o apanhamento das notas taquigráficas.

Art. 7º – Antes da entrega do anteprojeto, a Comissão submeterá à consulta pública um esboço preliminar, divulgando amplamente, inclusive, por meio da internet, com o objetivo de receber sugestões e críticas de todos os interessados.

Senhores, acho que aqui está faltando colocar um parágrafo que defina também prazos quanto à questão para apreciação, para que seja colocado em apreciação e para que se tenha resposta em relação a isso daí, porque aqui está muito amplo.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – O veículo de divulgação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O veículo de divulgação, aqui fala, inclusive, por meio de internet...

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Consulta pública divulgando amplamente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Para mim, a internet seria o suficiente.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – O *site* do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Seria o *site* do Senado.

Estão, se pudesse assim... Porque antes da entrega da concessão, consulta pública, um esboço preliminar divulgando, por meio da internet com o objetivo de receber sugestões e críticas dos interessados, no prazo de uma semana? Cinco dias? Vamos estabelecer um prazo?

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Uma semana, dá para fechar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ou seja, você abre para consulta, e as pessoas têm uma semana para ler e mandar a consulta, porque senão vai ficar por um mês, por dois meses. Aqui, não tem... Duas semanas? Sim.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu gostaria de saber qual foi o prazo do nosso amigo Tiago, que participou diretamente da elaboração do código eleitoral e do código penal.

O SR. TIAGO IVO ODON – Nós não adotamos esse expediente.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Podemos não adotar também?

O SR. TIAGO IVO ODON – É uma opção.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acredito que isso não cause nulidade, já que todos os atos serão amplos e serão públicos. Eu acho que nós podemos tirar isso aqui, então.

Então, tira? (*Pausa.*)

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Tiago.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O. K.? *Show?* Perfeito.

Art. 8º – O texto final será submetido, no âmbito da Comissão, à votação em globo ou por grupos de dispositivos, ressalvada a possibilidade de destaque para votação em separado de artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, mediante requerimento de qualquer de seus membros.

Tiago, explique, por favor. Desenhe, por favor, esse art. 8º.

O SR. TIAGO IVO ODON – Ele apenas informa que não necessariamente vai ser submetido à apreciação dos senhores o dispositivo completo. Ele pode ser discutido em pedaços. O *caput* que é o comando principal, ou seus parágrafos, na forma como eles se subdividem, aqui apenas coloca em destaque que, inclusive, o subgrupo menor, que é uma pequena alínea, pode ser discutida. Não é aquela coisa de ser necessário receber e aprovar a coisa inteira ou discutir-se o corpo completo ou não.

Então, apenas dá liberdade para todos sugerirem mexer no corpo inteiro do dispositivo sugerido, colocado à mesa para votação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pode manter? (*Pausa.*)

O. K, senhores.

No parágrafo único, aqui, já vem uma sugestão. O parágrafo único está assim:

As emendas ao texto principal, quando versarem sobre o mesmo dispositivo ou grupo de dispositivos, poderão ser aglutinados por deliberação, por iniciativa do relator-geral ou sub-relator temático.

A Casa orientou que, em vez de emendas, sejam sugestões, já que ainda não é o momento de se fazerem emendas, uma vez que ainda é um anteprojeto – nem projeto; é um anteprojeto.

Então, fica a substituição, no parágrafo único: em vez de emendas, sugestões.

Art. 9º – A Comissão encerrará os seus trabalhos no prazo de 180 dias, a contar de 16 de julho de 2015, conforme determina o *caput* do art. 1º do Ato do Presidente do Senado Federal nº11, de 2015.

Parágrafo único. Se houver necessidade de prorrogação, a Comissão encaminhará pedido fundamentado ao Presidente do Senado, com antecedência mínima de 15 dias, estimando novo prazo para o término dos trabalhos. Nos casos omissos, aplica-se, subsidiariamente, as disposições do Regimento Interno do Senado e do Regimento Comum do Congresso Nacional nessa ordem.

Todos corroboram? *(Pausa.)*

Então, temos o nosso Regimento Interno aprovado?

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Eu colocaria só no último que o Presidente pode, nos casos omissos, também do Regimento Interno do Congresso Nacional, deliberar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, nos casos omissos, o Presidente deliberará ou colocará em deliberação.

Nos casos omissos, o Presidente colocará em deliberação, aplicando-se subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional nessa ordem.

O que significa isso? Isso aqui é importante, Dr. Rinaldo, porque é alguma coisa de que vamos tratar em seguida, que é a questão dos debates, das audiências públicas, de como será formado o grupo de trabalho.

Então, realmente podemos prosseguir.

Então, senhores, com a inversão da pauta e a palestra do consultor...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sr. Presidente, uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim senhor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Quando li a primeira vez, vi o art. 7º. Fiquei tranquilo em relação a cada um dos membros verificar o anteprojeto antes de ser enviado.

Com a remoção do art. 7º, fiquei com uma dúvida. Por exemplo, se estou numa subcomissão relacionada, por exemplo, à aeronavegabilidade, que é algo que me interessa. Se outra subcomissão está tratando, por exemplo, de licenças de pessoal e fala de mecânico de manutenção, que é algo que me interessa; e talvez eu não esteja na subcomissão, mas queira acompanhar o trabalho.

Como cada membro vai acompanhar o trabalho das outras subcomissões, para dar sugestões ou alguma coisa do tipo?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós vamos resolver isso agora no nosso plano de trabalho. Esse aqui é o texto final.

De qualquer forma, o que diz aqui: que todos poderão deliberar sobre todos os assuntos, e será colocado inclusive em deliberação conjunta. Nada impede, no meu ponto de vista, e podemos combinar isso ou deixar isso de maneira explícita, que cada um possa navegar também dentro dos assuntos de outras comissões.

Um assunto que me interessa é regulação. É óbvio. Um assunto que me interessa é regulação, que é minha área de atuação; concessão de serviços públicos, que é algo também do meu interesse, mas obviamente tem alguma situação voltada à aeronavegabilidade que posso me atentar. Acontece que, a regra tal, aplicada numa tal, nesse negócio...quer dizer, esses grupos produzirão trabalhos que serão publicados entre os grupos, que serão debatidos. Não vejo, porque fazemos grupos herméticos entre nós, mas acredito que o senhor vá ter, acredito que, apenas por uma questão de ordem, para formalizar, procurar o sub-relator para conversar, para colocar sua ideia. Se todos os demais do grupo o apoiarem, obviamente a sua ideia entra no texto. Não vejo nenhum impedimento. Aliás, vejo isso de forma saudável.

Os senhores concordam? Isso está claro? Porque não forma painéis: isso é só regulação, aqui é navegabilidade, aqui você não entra, sai. Acho que não é nosso objetivo.

Senhores, então, prosseguindo, podemos ter uma pausa de 20 minutos, para os senhores irem ao banheiro, darem uma espremeida ou podemos continuar. *(Pausa.)*

Senhores, já estou aqui, já fizeram as alterações que pedimos, já tiraram o artigo...

Aqui, não precisa colocar o dia da semana, segunda-feira? Não precisa.

(Intervenção fora do microfone.)

Senhores, vendo o último parágrafo, art. 9º: nos casos omissos, a recomendação é de que, em vez de colocar “o Presidente colocará em deliberação”, na Comissão do Código Penal ficou “o Presidente deliberará, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições”. É melhor.

Todos de acordo? *(Pausa.)*

Então, no art. 9º, no caso omissivo, o Presidente deliberará, aplicando-se subsidiariamente. O. K.?

Então, senhores, podemos colocar em votação o nosso Regimento Interno?

Todos concordam com as alterações, unanimidade?

Aprovado.

Os Senhores desejam um pequeno intervalo ou estão confortáveis para prosseguirmos? Sim?

Pessoal, dez minutos, por favor. Às 15h25min, por favor, porque o segundo tema, realmente, é um tema que nos exigirá muito. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os senhores desejam um pequeno intervalo ou estão confortáveis para prosseguirmos? Sim?

Pessoal, dez minutos, por favor. Às 15h25min, por favor, porque o segundo tema, realmente, é um tema que nos exigirá muito.

(Suspensa às 15 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 38 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, vamos?

Senhores, todos presentes? *(Pausa.)*

Há alguém nos corredores, por favor?

Vamos lá, porque o que era para ser 10 minutos virou 25.

Senhores.

Bom, dando continuidade, alguém viu o Respício?

Ah! Desculpa. É que a Maria Helena estava tampando o senhor.

Vamos lá?

Thiago Pereira Pedroso.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – O Thiago teve que sair, mas retorna.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mas está bem representado, com certeza.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo.

Ronei está aí.

Rinaldo? Ok. Vamos lá.

Roberto José.

Está vindo?

Ok.

Senhores, agora, vamos para o ponto nevrálgico do nosso encontro, que é a definição do nosso plano de trabalho. Aqui, senhores, vamos definir como vamos trabalhar doravante: se vamos adotar os modelos de sub-relatoria; se vamos adotar o modelo de trabalho contínuo; se vamos adotar as audiências públicas; como serão feitas as consultas públicas. Enfim, como será feita a integração entre esses grupos.

Bom, conversando com alguns membros, chegamos, aqui, a um modelo básico de um plano de trabalho. Aproveitamos um trabalho feito pela Comissão, que seria para a criação do código, segundo evento promovido pelo Senador Vital do Rêgo no ano passado.

Aqui, temos o ato introdutório, o objetivo da Comissão de Especialistas, que está claro, e temos, aqui, um roteiro de trabalho. Este roteiro de trabalho é que realmente será a situação onde teremos que achar a nossa pedra-guia aqui.

O que foi proposto no *e-mail* que nós mandamos para todos diz que, para consecução dos objetivos do grupo de trabalho, pretende-se proceder às seguintes ações: seguir o atual CBA como uma espécie de índice de temas, assuntos, itens, elaborando uma nova estrutura em macrotemas e, depois, subtemas, itens, etc. do tipo. Glossário de termos e terminologias; ou seja, nós temos alguns termos hoje que estão defasados, alguns termos que não são mais utilizados. Então, obviamente, acho que nós temos até que trabalhar isso a contento.

Outro tema: infraestrutura aeroportuária. As obrigações dos operadores e gestores de infraestrutura no tocante à disponibilização de equipamentos, facilidades para as pessoas físicas, etc. E infraestrutura aeronáutica: tudo relativo ao espaço aéreo, navegação aérea e diretamente afins. O.k.?

Nesse grupo aí, com certeza, eu creio que a Aeronáutica desenvolverá um bom trabalho. Esse é um interesse direto nosso.

A questão dos fatores humanos: instruções, tripulações, mecânicos, controladores. O que é cabível dentro do Código Brasileiro de Aeronáutica?

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Georges?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Fatores humanos não é isso aqui. Isso aqui está confundido com capital humano, recursos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.K. Nós podemos modificar, Professor. Isso aqui é apenas uma ideia.

Nós estamos agora trabalhando... Este momento é exatamente para isso. O.K.? Para nós fazermos as correções.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Nos últimos dias, com a participação na Comissão, eu comecei a ler um pouco dos anexos da Convenção de Chicago. Ao que me parece, a estrutura que existe hoje no nosso Código Brasileiro de Aeronáutica e a estrutura que existe na Convenção de Chicago, a estrutura dos anexos da Convenção de Chicago faz mais sentido para os usuários. Ela separa os assuntos de uma forma mais lógica, na minha opinião, para que sejam trabalhados pelos grupos.

Eu queria deixar uma sugestão. Talvez, dependesse um pouco de um estudo dos outros membros da Comissão. Em vez de a gente seguir a estrutura do Código que existe hoje que, na minha opinião, é confusa, a gente seguisse a estrutura dos anexos da Convenção de Chicago, inclusive na formação dos subgrupos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu conheço a Convenção de Chicago, conheço os anexos e eu acho uma ideia muito interessante. Ou seja, a questão de já fazer o seguimento dos anexos, porque são atualmente 18 anexos, parece.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – São 19.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Já são 19.

Ou seja, nós podemos não apenas fazer os anexos, como também podemos unir alguns anexos que tenham afinidades: aeroporto, infraestrutura, investigação; há toda uma situação aí que dá para trabalhar.

Engenheiro. Só um pouquinho. Engenheiro Celso.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – De acordo.

O SR. CLAUDIO JORGE PINTO ALVES – Da minha parte também.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Da sua parte também? De acordo?

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Isso é o que eu já havia até comentado com o Antônio. É porque eu havia comentado com a Presidência e a relatoria que eu havia feito o levantamento e a divisão das possíveis subcomissões com base no Código.

Porém, hoje, o Antônio apresentou a proposta de que os novos trabalhos tenham como espinha dorsal a Convenção de Chicago. Então, da mesma forma, eu me proponho a apresentar na nossa próxima reunião esse pré-levantamento, como eu já havia feito com base no Código.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O interessante também é porque, se nós já estamos buscando a padronização de regras internacionais, eu acho que, se o Brasil se coloca essa disposição de ter as suas normas, seu marco regulatório unguído já pelo modelo que é aceito mundialmente, dentro daquelas características... Obviamente que nós temos características que são nossas, mas nós já buscamos um modelo dessa forma, dentro do que foi proposto, ou seja, uma linha de trabalho.

Por quê? Se nós virmos assim, qual é o primeiro anexo da Convenção de Chicago? Já fala a respeito de licenças. Ou seja, porque obviamente tem que saber quem trabalha, quem está na frente, quem é. Entendeu? Então, isso aí já seria um ponto interessante.

Aí, nós pegamos licença. Já vemos que artigos no Código falam sobre essa questão, já vemos o que está deliberado dentro desse anexo, dentro dessa emenda. E é um parâmetro para nós começarmos a fazer uma discussão.

Sim, senhor.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Apenas colocando uma nota. Eu acho que a gente podia analisar isso com mais calma porque os anexos da Icao (International Civil Aviation Organization) trazem o detalhamento que normalmente as autoridades tratam em regulamentos em nível mais baixo.

Digo que é constante a emenda, por exemplo, a anexos. Se trouxermos a internalização dos anexos para a lei, poderemos encontrar diversas dificuldades, no futuro, no sentido de não se conseguir evoluir a regulação do setor.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Mas, nesse caso, creio que a Consultoria Legislativa poderia nos ajudar. A ideia é absorver dos anexos os assuntos que são típicos de lei. Aqueles que, por exemplo, são absorvíveis via regulamento, a Anac já faz, quando ela edita um RBAC, quando ela edita uma resolução.

No caso aqui, a gente só extrairia dos anexos aquelas partes que não são objeto de normas, segundo nosso regramento jurídico. A gente só extrairia para o Código Brasileiro de Aeronáutica normas legais, e não infralegis. Nesse caso, a Consultoria também poderia nos auxiliar para que esse filtro fosse feito de forma eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu vejo assim: obviamente, não vamos copiar os anexos, até mesmo porque os anexos são sugestivos. Eles não são impositivos. O que estamos buscando é apenas sistematizar tópicos. Esses tópicos serão buscados dentro do CBA. Ou seja, vamos fazer um modelo, pela Convenção de Chicago, que surgiu dentro dos tópicos, que são os anexos. Então, vamos dividir esses trabalhos já entre os assuntos dentro do CBA, pelos termos dos anexos, e já partir para a criação dos grupos. É uma sugestão.

Sim, Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Na verdade, a ideia do Antonio foi perfeita, a meu ver, porque os anexos são anexos. Na verdade, a Convenção de Chicago é a convenção, e você tem os anexos. Então, simplesmente, a Convenção de Chicago é dividida em três tópicos – e o último são as considerações finais: navegação aérea, organização da aviação civil e transporte aéreo. Ponto. Então, esses vão ser os macrotemas, de acordo com a Convenção de Chicago. E os anexos estão permeados dentro desses assuntos macros. Mas, como eu também tinha falado com o Thiago, o brasileiro está acostumado a descer o nível de código ao nível de regulamento. Então, temos que tomar cuidado com isso – e vamos tomar – e deixar o espaço para a regulação, porque a atividade-fim, por exemplo, do regulador é regular e fiscalizar. A gente não pode descer no nível do operacional.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Positivo. Eu acho que este caminho é bastante viável: usar os anexos como forma de organizar o Código.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. Porque o que acontece? Se formos seguir o Código atual, art. 1º, art. 2º, art. 3º, debatendo um por um, obviamente isso... Inclusive, já vi algumas propostas, porque eu também recebo *e-mails*. Alguns membros já têm passado recomendações e têm feito estudos paralelos: olha, o artigo tal, a redação tal, o que fala a convenção, não sei o quê. As pessoas já têm um certo parâmetro de tudo isso.

Acho que nós, agora, temos que encontrar um norte, porque, por exemplo, pela maneira como propus aqui, essa divisão desses macrotemas, obviamente, de repente, fica muita coisa embalada ou embolada. E precisamos, de certa forma, puxar isso daí.

Colega, você tem a Convenção de Chicago, por favor? Eu tenho no meu computador, mas, até ele ligar, vai acabar a reunião. (*Pausa.*)

Bom, no primeiro anexo, nós temos licença de pessoal. O. k.? Então, temos até o momento, em tese, 17 membros. Devem entrar mais quatro. Pode chegar a 21. É um formato que ainda não está definido, como já falamos desde a primeira reunião. E, obviamente, não vai faltar membro para debater essa situação.

Nós temos: Anexo 1, que é licença pessoal; Anexo 2, regras do ar; Anexo 3, serviço meteorológico para a navegação aérea internacional; Anexo 4, cartas aeronáuticas;

Anexo 5, unidades de medida a serem usadas. Quer dizer, nós sabemos quais são as unidades de medida para serem usadas, então, obviamente, precisamos debater isso. É óbvio.

Anexo 6, operações de helicóptero, porque temos a parte 3, que é operação de helicópteros. Anexo 6, a parte 1, que é o transporte aéreo internacional.

Nós temos o Anexo 7, que é registro de marcas internacionais, em que já entraria o RAB, o registro aeronáutico.

Nós temos aqui o art. 8º, que vai fazer brilhar os olhos de muitos aqui, a aeronavegabilidade.

Anexo 9, que já é uma preocupação para o pessoal de infraestrutura, que diz respeito à facilitação.

Anexo 10, telecomunicação aeronáutica; obviamente, isso daqui já é um objeto da FAB.

Também temos o Anexo 11, serviço de tráfego aéreo.

Anexo 12, busca e salvamento.

Anexo 14, aeroportos. Esse é o tema que mais está em voga atualmente.

Anexo 15, serviço de informação.

Anexo 16. Esse, senhores, Anexo 16 são questões ambientais. Temos a Lei nº 6.938, de 1981, que fala da política nacional de meio ambiente, que foi totalmente recepcionada pela Constituição de 1988 e que distribui a questão do zoneamento e da responsabilidade do Município, do Estado e da União, o que é uma área cinza dentro do nosso ordenamento jurídico. Isso aqui, realmente, vai dar um debate muito grande.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES (*Fora do microfone.*) – Nos casos do plano de proteção de aeródromos, que envolve a Comaer; no caso da Anac, o plano de zoneamento de ruído. São questões totalmente afetas ao tema.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Sim.

Anexo 17, segurança.

Anexo 18, transporte de itens perigosos.

E Anexo 19, gerenciamento de segurança.

Então, senhores, cabe a nós, agora, identificar esses itens dentro do CBA, para que, então, possamos trabalhar em cima deles.

Essa que é a proposta?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Maria Helena, sua ideia sobre fazer um estudo anterior seria interessante para todos.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – A minha ideia – agora há a questão de tempo, mas vamos ter colaboração – é de termos dois modelos: um modelo com planilhas da convenção, seus respectivos anexos. Como está o Código Brasileiro? O que é que se encaixa, o que conflita e o que não tem? Alguém cuidaria disso, o Código, o CBA, toda legislação esparsa em volta, e definiria, comparativamente, o que dá para absorver dessa legislação toda. Depois, pegaria o que foi falado na área internacional com o que deu na área interna e montaria um final.

Não é difícil. É tempo, mas é bem matemático isso para os engenheiros, entendeu? Há uma planilha do direito interno, como é que está o CBA, a legislação esparsa em volta e o que dá para incluir. Depois, comparar com a Convenção e ver o que dá para inserir.

Segundo, uma coisa muito rápida: uma legislação, uma convenção internacional, quando é aprovada por decreto legislativo e publicada por decreto do executivo, ela se incorpora ao direito interno e vira lei ordinária. E, pelo sistema brasileiro, a lei posterior revoga a anterior. Então, uma lei ordinária posterior revoga a anterior.

E, se houver conflito com a Constituição e se houver um caso concreto que vá a Juízo, temos duas posições fundamentais que podem ocorrer, que é dualismo e monismo. A tendência dos juízes no tribunal brasileiro é o dualismo, ou seja, são duas grandes ordens jurídicas, vejam, dois círculos, direito interno e direito internacional. Mesmo incorporada essa convenção, há a Constituição. Se conflitar com a Constituição, pode ser declarada a nulidade.

E o monismo, que não é tendência no Brasil, se incorporada a uma Convenção, ou seja, mesmo que o monismo internacionalista for contra a Constituição, prevalece sempre a Convenção Internacional, porque, na medida em que o Governo assina o acordo em nível internacional, ele acarreta a responsabilidade internacional do Estado. Já deveria ter sido feito todo um levantamento da compatibilização com o direito interno, e, pronto, “dançou” o direito interno, e vai sempre prevalecer a Convenção, mesmo que contrária à Constituição.

Essa não é a tendência no Brasil, embora em direitos humanos essa seja a tendência. Então, é isso. A tendência dos juízes é esse dualismo – entenderam? –, a convenção. Eu, particularmente – não vão me bater –, sou monista. Eu sou monista. Se bem que, nesses países escandinavos em que eu trabalhei e morei, é tudo monismo. Ou seja, firmar a convenção pressupõe que, antes de firmar, a delegação verificou toda a compatibilização, o que não é feito no Brasil. Então, para o Brasil, é importante os juízes serem dualistas. É isso.

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Eu vejo como uma oportunidade de acabar com essas áreas cinza dessa discussão, o próprio código já deixar escrito como deve ser feito.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Exatamente! Então fica como lei, fica como um código, fica na legislação básica brasileira e pronto.

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Agora, só um pedido. Talvez esse estudo que você comentou, de fazer uma tabela comparando o que está no código e o que está em outras leis no Brasil, seria interessante para a gente ver.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Como é que está isso...

O SR. ANTÔNIO IVALDO – É, porque vamos dizer que eu esteja discutindo licença de pessoal. Estou tratando de mecânico de manutenção aeronáutica e descubro que há uma lei do Ministério do Trabalho que dá conflito. Aí, preciso conhecer para ver como é que a gente pode resolver isso.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Exatamente. Sem ter essa visão matemática desses quadros... Eu não sei trabalhar sem planilha. Então, vendo isso assim, você espalha e você já vê e, depois, compara com o direito internacional. Tese, direito interno; antítese, direito comparado; e a síntese, que é o direito internacional, já é uma nova síntese, é uma nova tese, e o direito internacional vira direito interno. Acompanhou? É isso.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só uma colocação. Eu também tendo a ser monista nessa situação do Código Brasileiro de Aeronáutica...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Você também é? Que bom! Que bom!

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – ... pela seguinte razão: dos setores de transportes hoje vigentes, a aviação é o mais globalizado de todos. Dentro da agência reguladora, nós temos uma parte dedicada à facilitação do transporte aéreo. Todos os dias nós convivemos com isso: documentação, procedimentos, cobrança

de tarifas aeroportuárias e aéreas. Todas passam por um processo de padronização. Quanto mais padronizada a aviação for no mundo todo, maior é o nível de eficiência. O que isso quer dizer? Que quanto mais globalizadas forem as regras, os procedimentos, as boas práticas, maior tende a ser a eficiência conferida ao setor. Como a aviação é um setor que tende a ser eminentemente técnico – os assuntos que vamos tratar aqui são segurança operacional, meio ambiente, todos –, é desejável que, em âmbito global, a nossa lei esteja mais antenada com o que há de mais atual. Nesse ponto, eu entendo que a vertente monista é mais interessante, justamente com o intuito de globalizar, ou seja, tornar a nossa lei mais globalizada, mais próxima do que há de mais evoluído no mundo hoje. Se os anexos sinalizam essa tendência, se eles estão mais atualizados do que o nosso código, eu sou favorável. É claro que a gente não vai anular a soberania brasileira. Aqueles assuntos afetos à soberania serão preservados, mas no âmbito técnico, no âmbito operacional, em tudo aquilo que conferir melhor funcionamento ao sistema aeroportuário de prestação de serviços, eu entendo que é importante a gente seguir essa uniformidade, por causa da extrema globalização do setor.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Só para terminar, para quem é engenheiro, uma visão geográfica. Monismo significa um círculo e, dentro do círculo, uma pirâmide. E, em uma hierarquia, o direito internacional lá no topo, e depois nós vamos ter, em uma escala menor, Constituição e direito interno. Isso seria o monismo, ou seja, sempre o direito internacional ditando as normas internacionais através das convenções internacionais, mesmo que incorporadas ou não aos sistemas jurídicos internos. E o dualismo seriam dois círculos que não se tocam, porque a Constituição do país vai dar as normas, as regras, a teleologia básica para que aquele *acquis* do direito internacional se incorpore ao direito interno.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Oficialmente, o Brasil seria monista, mas ele age dualista quando quer. Ou seja, quando nós falamos da questão dos direitos humanos, da Emenda nº 45 da Constituição, da Convenção de São José da Costa Rica, nós aplicamos o monismo. Mas quando nós falamos, por exemplo, da questão da responsabilidade subjetiva do transportador aéreo – e aí entra o Código de Defesa do Consumidor –, nós somos dualistas. Uma vez que você fala que nós vamos aplicar o CDC, a responsabilidade objetiva do transportador aéreo, isso implica em algumas situações que podem encarecer o transporte aéreo brasileiro, e que podem encarecer também várias características. E um detalhe: senhores, nós pedimos para que a Consultoria do Senado fizesse um levantamento, e há 50 projetos de lei em andamento na Câmara dos Deputados envolvendo o Código Brasileiro de Aeronáutica; nove projetos andando aqui dentro do Senado, fora a questão a voltada à lei dos aeronautas.

O nosso objetivo é a Lei nº 7.565, de 1986, não é tratar a Lei nº 7.183, de 1984. Isso é uma coisa clara. Não vamos misturar aqui a lei dos aeronautas, que já está resolvida, já está encaminhada, já foi votada na Câmara, já passou pelo Senado, já está adiantada. É outra questão a Lei nº 7.565, de 1986.

Obviamente, todos esses projetos, tendo um plano coeso, conciso, fazendo este pré-projeto de maneira adequada, a intenção é apensamento de todos esses processos. Unifica-se isso, até mesmo para que seja mais técnico, porque há projetos de lei que começaram em 2009, na Câmara, que já estão totalmente defasados em sua ideia, feitos em um momento totalmente diferente. De repente, vai se tratar de capital externo, e há projeto que diz que é 50%, há projeto que diz que não é nada. Enfim, tudo isso está solto. E aqui dentro do Senado também temos isso.

Então, temos uma responsabilidade grande de fazer uma coisa sistematizada e, como falou o Thiago mil vezes, técnica, pelo amor de Deus! Deixem a política para depois que fizermos nosso trabalho! Obviamente continuaremos, obviamente faremos nosso trabalho até posteriormente, se formos consultados, mas aqui temos de agir de maneira técnica. Gostei muito da proposta do Ivaldo, e agora vamos para o próximo passo.

Os senhores concordam com essa metodologia de separar os itens através da Convenção de Chicago e dos seus anexos?

Aqueles que concordam permaneçam como estão.

O senhor se mexeu.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu me mexi.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então fala.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu concordo. E o que não estiver nos anexos?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Pode ser tratado via atualização, se for código brasileiro de aeronáutica. Pode tratar atualizando o tema. Como ela disse, se for algo afeto ao direito interno, comparam-se outras leis esparsas, atualiza ou examina a conveniência de se manter ou não o código.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu entendi sua preocupação, Respício. Por exemplo, infrações cometidas pelos aeronautas e pelo transportador aéreo. Possivelmente, isso não está previsto na Convenção de Chicago, mas podemos tratar isso em regras do ar, podemos puxar isso para o tema. Entendo que isso não tem problema, não é conflitante.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Talvez o que o Respício esteja querendo dizer é o seguinte, por exemplo, em toda Convenção de Chicago e nos anexos, pelo que eu estava conversando com o Antônio, não temos nada que delibere sobre veículos aéreos não tripulados. O senhor está perguntando como seria feito isso. A ideia é que justamente esse levantamento das subcomissões seja uma sugestão. Também entendo que esta comissão foi formada por pessoas com formações o mais distintas possíveis e com visões de atuação dentro da aviação diferentes, para que todos nós possamos dar nossa contribuição e falar: opa, aí está faltando isto, por favor, insira. O que traremos será uma proposta, não é uma coisa final.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – E outra coisa, quando ele falou de modelo referencial, Respício, entendi que ele não quer dizer que é taxativo e exaustivo em números, quer dizer, há uma possibilidade imensa de lacunas, que chamamos *vacatio legis*, que se pode criar.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – A minha preocupação é que, apesar de concordar com a recomendação do Tiago de sermos o mais técnico possíveis, a aviação é muito baseada em comércio, é muito baseada em coisas que não são técnicas, são políticas mesmo e que têm de estar no código. É por aí que estou caminhando. Só para finalizar, tanto que a Convenção de Chicago, a convenção mãe, trata dessas características comerciais, políticas etc., coisa que os anexos, que são técnicos, não tratam. É disso que estou falando, como vamos jogar os dois lados? Vamos nos basear nos anexos? Eu concordo. Achei a ideia do Ivaldo sensacional. Mas há uma convenção mãe, também, que está acima de tudo.

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Só uma sugestão. Eu acho que uma coisa que vai cobrir bastante isso é o trabalho que deve ser feito pela Consultoria do Senado, de ver o que temos na nossa legislação hoje, comparar com o Código. Com isso aí, vamos começar a ver várias coisas que não estão no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Outra coisa que eu acho que poderíamos olhar são exatamente esses projetos que foram demanda, de alguma forma, da sociedade, que estão em andamento e que querem versar sobre algum assunto relacionado ao Código Brasileiro de Aeronáutica. Então, quando fôssemos trabalhar em determinado tópico, olharíamos o que há de legislação hoje, o que há de proposta no Senado e o que achamos que poderia ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Agora, Respício, uma coisa que o senhor colocou, obviamente, o que temos que verificar, porque a Convenção de Chicago já nasce dentro do seio de Bretton Woods, que já estava prevendo a questão da globalização econômica e obviamente a abertura de mercados e, também, consequentemente, a abertura dos céus. E quando falamos em abertura dos céus, falamos em abertura comercial dos céus. Aí, o próprio espírito da Lei de Chicago já fala sobre isso.

Então, obviamente, a intenção o que é? A questão da abertura comercial dos céus, a questão da aplicação das leis de Chicago. Qual é a tendência? Obviamente, favorecer o transporte de massa também. É fazer com que seja acessível. E obviamente, há todo aquele assunto conjuntural, que nós vamos debater.

Do meu ponto de vista, pelo menos nós não estamos esquecendo do aspecto comercial, que realmente é o *business*, que faz girar a aviação.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Eu acho que a sua dúvida é pertinente. Mas como eu havia falado, eu acho que são três grandes temas da Convenção. Esse que o senhor levantou aí são três grandes temas, volto a dizer: navegação aérea, organização da aviação civil e transporte aéreo. Esses são os macrotemas. Então, na minha sugestão, apoiando a ideia do Antônio, isso é que tem que ser a espinha dorsal, porque são os macrotemas. Depois, na leitura dos anexos é que...

Por exemplo: licença. Licença eu vou entrar onde, em navegação aérea ou transporte? Opa, eu vou entrar na organização, que fala de pessoal. Então, eu vou colocando os anexos dentro desses macrotemas. E vamos ter respeitado o macrotema, que é comercial, que é político, e vamos ter os anexos, que são técnicos, permeando esses macrotemas. E o que não tiver, como o Vant (Veículo Aéreo Não Tripulado), vai ter que entrar.

Como eu estava conversando com o meu colega Roberto José, em 1986 não existia a aviação de defesa social. Isso vai entrar onde? Vai entrar na organização da aviação civil. Então, se nós definirmos os macrotemas – isso é sugestão minha –, o resto entra, encaixa. Mas definimos esses macrotemas e vamos colocando.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Respício, na verdade, a convenção é Convenção e Anexos. Na Convenção, há os direitos e obrigações, direito material, que é direito e obrigação, e normas programáticas, que fala como cada Estado vai legislar à luz daquela teleologia, da principiologia, que são aqueles princípios que ele falou – o Código Penal teve alguns princípios básicos. Então, do corpo da Convenção, você extrai os princípios básicos e depois vai incorporando os anexos técnicos naquilo que não for extremamente técnico, que pode ser alterado, porque daí você faz uma norma programática.

Quer dizer, norma programática é diferente de norma de direito material. Direito material é quando a norma fala: se acontecer isso, vai acontecer aquilo. E norma programática é assim: se acontecer isso, o Estado parte vai legislar como quiser. Ou então: as autoridades competentes irão legislar. Tirar todo o nome de montes de instituições dentro do Código e colocar “autoridades competentes”, porque aí vai ficar o que estiver no futuro.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Só complementando, o Kerlington chegou aonde eu queria. A nossa divisão vai ser dos macrotemas, pela convenção mãe, e a subdivisão vai ser pelos anexos. Aí o.k.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É a minha proposta.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Se a divisão for pelos anexos, aí nós vamos ter uma lacuna lá em cima. Agora, se a divisão for pela convenção mãe e a subdivisão for pelos anexos, aí acabou o problema.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores... Sim, Sr. Catanant.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Se eu puder só acrescentar mais um ponto a essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Claro.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Não sei se é de conhecimento de todos, eu estive analisando hoje o documento, mas existe um *information paper* da Icao, inclusive, que traz um *template*, um modelo de legislação primária, que é do que estamos tratando aqui, porque internacionalmente não é novo o que talvez nós estejamos enfrentando neste momento em que tenhamos uma agência reguladora criada *a posteriori* do marco legal. Hoje estamos tentando readequar o marco legal a essa nova realidade.

É curioso que eles tenham esse modelo que sirva como legislação primária e eles não necessariamente seguem essa divisão em todos os anexos, não estão espelhados no que seriam aqui, na nossa legislação, títulos, capítulos ou seções. Se eu puder até passar pelo tópicos aqui: provisões gerais, organização da autoridade, administração da autoridade, poderes gerais e deveres, nacionalidade e propriedade da aeronave, penalidades aplicáveis, enfim, e mais algumas.

Eu não estou sendo contra a divisão, nessa questão dos anexos, de estabelecermos grupos ou subgrupos a partir daí, mas eu queria poder circular isso aqui para todos os membros para analisarmos se é também outro ponto de análise desse modelo apresentado pela própria Icao.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Concordando com o colega, eu acho que já temos um norte macro, que poderia muito bem, para não esperar mais uma semana, mais um tempo e mais... Temos esse norte, mas, com certeza, pelo que o senhor falou ali, vamos conseguir inserir essa diagramação dentro desses macrotemas, porque não tem por onde fugir: navegação, organização e transporte.

Então, entendo que aqui está mais explicitado e mais esmiuçado, mas acho que, para começarmos a andar, Sr. Presidente, dividiríamos em três macrotemas e desses macrotemas iríamos pegando esse documento, esse *paper*, que é novo, mais os anexos. Aí sim, eu acho que vamos ter condição de, dentro dos grupos de trabalho, ter um pouco mais de substrato para poder falar, senão vai ficar muito etéreo, muito abstrato, e não vamos andar para frente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguém está com o texto da Convenção de Chicago aberto, à mão, fácil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Quais são os macrotemas? Quais são os capítulos que há no texto mãe, no texto básico?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Porque o Kerlington já fez a cola aqui. Então, são: Air Navigation, Organização, International Air Transport e outros.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ficou bom.

As macros pegam os três, e, dos três, vão fazendo subdivisão. Obviamente, vamos ter que colocar aquilo que corresponda ao CBA naquilo que não tratar desses assuntos ou, então, vamos ter que adequá-los. Aliás, é até importante que se faça a adequação, que se ache a base de cada um. Está perdido, mas isso aqui não tem na Icao, então, aonde isso vai?

Ele tem que ir para algum lugar, porque isso é importante, inclusive, até mesmo internacionalmente, respeitando as padronizações que as normas exigem.

O que os senhores deliberam?

Sim, Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está bom.

O que os senhores deliberam? Nós podemos começar a trabalhar a partir dessa premissa, então?

Então, vamos lá. Do que nós falamos, então? Nós vamos trabalhar em cima de três macrotemas.

Kerlington.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Navegação aérea, organização da aviação e transporte aéreo. Certo. Dentro desses três macrotemas, então, nós vamos inserir os anexos. E dentro desses macrotemas nós vamos subdividir o CBA, da maneira como ele está hoje, ou seja, nós vamos separar, mexer alguma coisa, sacudir, tirar alguma coisa fora, colocar alguma coisa dentro e fazer receita. O.k.?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Olhando as leis extravagantes.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, e são várias.

E, obviamente, ver a intercomunicação com essas leis também, porque há muitas coisas. Eu digo assim: o CBA é anterior não só a Constituição, como ele é anterior à Lei de Licitação, como ele é anterior à Lei da Anac, como ele é anterior à Lei da Aviação Civil, como ele é anterior à Lei das Concessões. Quer dizer, realmente ele funciona, mas acontece que da maneira como ele funciona...

Inclusive, o próprio Dr. Rinaldo estava tentando algumas questões processuais dentro do próprio Código Brasileiro de Aeronáutica que precisam ser revistas. Achei interessante porque pode ser um debate saudável. Então, isso está deliberado dessa forma.

Senhores, agora, então, vamos começar a atacar a situação. Quem aqui fica à vontade na área de aeronavegabilidade? Roberto Silveira, Celso, Donizeti.

Segurança operacional? Donizeti, Zé Roberto. Segurança operacional mais alguém? Claro, Ivaldo, obviamente.

Infraestrutura aeroportuária, que obviamente abarca concessões, entre outros.

A questão do transporte aéreo, responsabilidade. Na questão do transporte aéreo, temos a questão do transportador aéreo, temos a situação...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Só uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Claro.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Pegando carona na aprovação desses três macrotemas que acabamos de fazer, não podemos já agrupar os devidos anexos nos macrotemas e os outros e os famosos outros nos macrotemas também?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, claro. Aqui estamos...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Para depois partimos para “fulano gosta mais de beltrano” e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sem nenhum problema. Eu só estou sentindo o grupo, porque eu nunca... Alguns eu já tinha ideia, outros você já começa a mapear.

Então, perfeito, podemos já começar a fazer isso.

Bom, senhores, todos têm a convenção. Todos querem fazer isso agora? Aliás, vamos fazer isso agora?

O senhor não tem mais a convenção? Por favor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Georges, não seria interessante a Secretaria projetar ali os 19 anexos?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Para a gente não ficar: “O que é o quê? Onde? Como?”

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eles já passaram, não é? Então, perfeito. *(Pausa.)*

O SR. CLAUDIO JORGE PINTO ALVES – Sr. Presidente, vamos dar continuidade? É porque, daqui a pouquinho, há um grupo que vai ter que ir embora para o aeroporto, então estamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Já tinha sido aberto para debates. Então, agora vamos.

Senhores, temos aqui o Código Brasileiro do Ar, todos têm em mãos, o.k.? Temos ali a questão da licença de pessoal e os três macrotemas.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Navegação Aérea, Organização da Aviação e Transportes Aéreos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Navegação Aérea. Vamos começar por Navegação Aérea, por Transportes ou vamos começar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Como é que é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, perfeito.

Licença, só um minutinho. Vamos lá?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Navegação Aérea, Organização da Aviação e Transportes Aéreos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O primeiro tema: Licenças do Ar.

Vamos para o Transporte Aéreo?

Senhor? Vamos para a organização, então? Perfeito, ótimo, isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Por favor, tome nota, professora. Deixe-me escrever aqui, porque minha letra também não é muito bonita.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – A minha não dá para entender também.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minutinho.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Navegação aérea.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso, aí dá para ver. Navegação aérea.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Organização da aviação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nossa, professora do céu! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, vamos prosseguir.

Licença do pessoal. Organização da Aviação. Item 1.

Item 2. Regras do ar. Navegação ou organização, ou os dois? Regras do ar. Navegação. Navegação é o item 2. Regras do ar. Estamos assim, licença de aviação está em organização da aviação; navegação aérea está em regras do ar.

Fiz os três subitens: navegação aérea, organização da aviação e transporte aéreo.

O item 1 foi para organização da aviação e o item 2 para navegação aérea.

Perfeito, senhores?

Prosseguindo. Anexo 3. Serviço meteorológico. Navegação aérea. Óbvio. Unidades de medidas. Navegação. Isso, praticamente, não vamos trabalhar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Operação de aeronaves. Transporte aéreo. 5, 6, transporte aéreo.

Marcas, 7. Organização.

8 – aeronavegabilidade. Acho que é transporte aéreo.

Facilitação também é transporte aéreo.

Telecomunicações aeronáuticas. Navegação.

O senhor está representando o brigadeiro, fique à vontade também para opinar, coronel.

Senhores, falem ao microfone, vejam se o microfone está ligado, se não a taquigrafia não pega. Estou vendo que tem gente que está sem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Facilitação é o quê?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Transporte aéreo.

Telecomunicações é navegação aérea.

Serviço de tráfego aéreo é navegação.

Busca e salvamento, organização.

Investigação de acidente aéreo, organização.

Aeródromos, transporte.

Quem pediu a palavra?

Sim, Roberto.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Busca e salvamento?

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Busca e salvamento está em organização da aviação.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Desculpe.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Não tem problema.

15 – Serviço de informação aeronáutica. Acho que é navegação. O.k.?

Proteção ao meio ambiente, organização.

Segurança, organização.

Transporte de mercadorias.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só um pouquinho. Segurança, acho que estamos tratando de *security*. *Security* está no mesmo grupo da facilitação.

Então, é transporte aéreo, porque, no transporte aéreo, você tem a *security*, a criação de obstáculos para que haja atos de interferência ilícita, e a facilitação que visa suavizar os efeitos rígidos dessa *security*. Então, se a facilitação está no transporte aéreo, por regra também, a segurança entra, nesse caso específico.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, o 17 está no transporte aéreo. É isso?

Transporte de mercadorias.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Também é transporte aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Gerenciamento de segurança.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Transporte aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Transporte ou organização?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Transporte, porque são práticas adotadas pelas empresas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está relacionada a operação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ficou muito bem dividido. Acho que entre os itens aqui, ficou praticamente...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sr. Presidente, o 16 está onde?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O 16 está na organização da aviação.

Respício, o senhor está inquieto.

Então, senhores, repassando aqui. O macrotema chamado Navegação Aérea ficou: regras do ar, serviços meteorológicos.

Anexo 4 – Cartas da Aeronáutica;

5 - Unidades de medidas a serem usadas na aviação.

10 – Telecomunicações.

O 5 foi para outros?

O.k, senhores.

10 - Telecomunicações da Aeronáutica, Navegação Aérea;

11 - Serviço de tráfego aéreo, Navegação Aérea;

15 - Serviço de informação da Aeronáutica.

Organização da aviação civil.

Item uno – Licença de pessoal.

7 - Marcas de nacionalidade, matrículas de aeronaves;

12 - Busca e salvamento;

13 - investigação da acidentes;

16 - Proteção ao meio ambiente.

Transporte aéreo.

Item 6 - Operação de Aeronaves;

Item 8 - Aeronavegabilidade;

Item 9 - Facilitação;

14 - Aeródromos;

17 - Segurança, proteção da aviação civil internacional;

18 - Transporte de mercadorias perigosas;

19 - Gerenciamento de segurança.

Perfeito?

Então, temos Navegação Aérea como grupo 1; Organização da Aviação civil, grupo 2; Transporte Aéreo 3 e outros. Outros, eu acho que nem precisa colocar como grupo.

Pronto.

Agora, senhores, cabe a nós buscar, dentro do CBA, essas áreas de afinidades para que possamos buscar e debater essas matérias.

Os senhores já querem aproveitar o momento?

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Tem uma lição a ser feita?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, nós temos uma lição. Olha só. O que falta agora é um trabalho que... Vamos ter que trabalhar agora e contar com a Consultoria do Senado em qual sentido? Nós vamos ter que pegar esses itens dentro do CBA e trazê-los para essa ordem, daquilo que queremos debater, até para que tenhamos uma ideia clara do que é cada uma dessas coisas aqui. E obviamente, esse item “Outros” logo, logo vai conter mais pontos também.

Esse “Outros” também teremos que organizar.

Então, senhores, o que temos de pauta agora? Em relação à próxima semana, o que podemos nos comprometer a trazer?

Os senhores já querem trabalhar nos subgrupos? Já querem começar a verificar essa situação?

Vejam só, para trabalharmos melhor e dividir as tarefas, façamos assim: temos o grupo 1, o grupo 2 e o grupo 3. Eu tenho certeza de que quem vai estar no grupo... Acho que o Prof. Donizeti não vai querer estar no grupo 3, que é da navegabilidade.

Nós temos, atualmente, quantos presentes? Dezessete, dezesseis? Nós temos 17, com a Força Aérea. Atualmente. Então, façamos desta forma: quem aqui quer tratar da questão do transporte aéreo? Eu posso estar inserido, por exemplo, no grupo da navegação aérea. Eu posso me comprometer a levantar esse material.

Então, senhores, eu, Georges, e aqueles que quiserem participar dos grupos, por exemplo, nós podemos dividir aqui em três. Vai dar aproximadamente seis. Vai ficar um grupo a menos. Por enquanto fica um grupo com uma pessoa a menos, mas acho que isso não vai ter nenhum problema. "Eu posso participar de dois grupos também?" Eu entendo que não haveria nenhum problema, apenas, obviamente, a sobrecarga vai ser maior.

Enfim, vamos aqui ao grupo mais fácil de trabalhar: transporte aéreo, Grupo 3.

Professor, no Grupo 3 estarão participando Antônio Ivaldo, Rinaldo, todo mundo! (*Risos.*)

Não tem problema. Calma, não tem problema! Vamos resolver assim: quem vai participar do Grupo 3?

Antônio Ivaldo, Rinaldo Mouzalas, Ronei Glanzmann, Doriêdo, Donizeti de Andrade, Celso Faria, Respício Espírito Santo, Cláudio Jorge, Roberto Honorato e Tércio.

O SR. VARGAS – E o Hugo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tércio Ivan e o Brigadeiro Gustavo. Ele estaria nesse grupo ou no Grupo 1?

O SR. VARGAS – Navegação aérea.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Navegação aérea. Com certeza, né? Certo.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Presidente, posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor!

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Até para acolher o que Tiago disse também. Se houver alguma área em que fiquem só técnicos, eu prefiro ficar com eles, porque dou esse apoio jurídico também. Fica até mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito. Vamos ver se há esse *gap*, essa lacuna.

Por exemplo, o Tércio é da área jurídica. Então, praticamente ele já se prontificou a ficar junto com o grupo. Roberto, você também é da área jurídica?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Não. Sou engenheiro.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Você é engenheiro elétrico?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Eletrônico. Perdoe-me. Sem descortesia.

Ricardo, o senhor é administrador, economista?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Advogado. Ótimo.

Então, acho que, por enquanto, nós estaremos bem supridos. Advogados sempre têm bastante. Tomara! Em relação à organização da aviação civil.

Aliás, eu também quero participar do grupo de transporte aéreo, obviamente. Então, se puder colocar, há mais um para o grupo de transporte aéreo.

Organização da aviação civil. Licença de pessoal, marcas, busca e salvamento. Investigação de acidentes aeronáuticos, 16.

O Brigadeiro Gustavo vai querer participar disso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k..

Prof. Donizeti.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Investigação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dentro da área de investigação.

Eu tenho interesse na área de licença de pessoal. Tenho interesse nessa área. Também poderia participar do Grupo 2.

Acho que a Prof^a Maria Helena poderia entrar nesse grupo.

A SR^a MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Parte de investigação. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exatamente. Sabemos do Anexo 13, e aí entra de sola o nosso amigo Kerlington. Alguém mais?

Esse foi o grupo menor? O.k.. Já estou dentro dele.

Esse é o Grupo 2.

Navegação aérea: Gustavo, obviamente; eu, obviamente. Regras do ar, também tenho interesse em estar. Alguém mais?

Pessoal, navegação aérea. Vamos lá!

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Georges!

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Um momentinho. Só para eu me recordar. Por favor, quem se recordar do Anexo 2, liberdade do ar está onde?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Entraria aí

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Entraria onde?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Entraria aí.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não é anexo 2, Liberdade do Ar?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Então, liberdade do ar é transporte aéreo. Não é navegação aérea.

Então, existem anexos em que há uma parte de um lado e uma parte do outro. Se tratar liberdade do ar como navegação aérea, vai dar um problema muito sério.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, estamos em tempo hábil de corrigir.

Então, nós vamos passar o Item 2 para Transporte Aéreo?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não, não. Só estou falando que há uma parte que é obrigatoriamente de um lado e uma parte do outro.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Entendi. Então, nós podemos colocá-la nos dois grupos?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Acredito que sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR –

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, navegação aérea, por enquanto, só eu, o Brigadeiro... Senhores. Vamos ter que requisitar *ad hoc*?

A SRA MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM *(Fora do microfone.)* – Nós ficamos no...?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A senhora, por enquanto, está em todos. Mas vamos ver aqui. A senhora vai entrar no 1, também.

Catanant, navegação, regulação, vamos?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Navegação aérea?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT *(Fora do microfone.)* – Parte liberdades do ar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exatamente. Os novos já entram integrados ao grupo de navegação aérea.

É, já podem estar assim, então, *ad hoc*.

Então, vamos passar aqui, senhores.

Grupo 1 está o Antônio Ivaldo...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só uma confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Respício, você está em Liberdades do Ar também, regra 2?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso é importantíssimo, isso aí.

Está Celso, está o Prof. Donizeti.

Grupo 3 – Navegação. Está o Prof. Claudio Jorge.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Navegação?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, senhor, calma, nós começamos pelo mais interessante, transporte aéreo. Calma. Calma. Calma.

Eu estou falando de transporte aéreo. Eu não farei essa idiossincrasia.

Vamos lá. O que mais? Kerlington, não é, também?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não, o senhor já está bastante bem servido nesse grupo de efetivos, não?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, sempre. Não é?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Respício, também está nessa? Respício? Dorieldo, você está nesse grupo?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Qual?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O transporte aéreo.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Estou nos dois.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – George?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Tercio.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tercio e Georges. Mais alguém?

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Transporte aéreo?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Transporte aéreo.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Ronei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ronei. Calma. Vamos passar...

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Presidente, eu acho que podia botar o Tiago, também, que não está presente aqui, mas eu acho que é um tema de afinidade dele, da área dele.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Tiago?

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – E a mesma coisa, Presidente, eu gostaria de sugerir o Hugo dentro desse grupo. O Hugo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ah, tá. Se o senhor não falasse do Hugo, eu ia perguntar para o senhor o que tinha acontecido.

Senhores, são doze pessoas no grupo de transporte aéreo. Eu acho que esse assunto gera muitas paixões, muitos debates, mas também é um grupo que vai dar muito trabalho.

Eu acho que temos, então, que subdividir esses itens pelas pessoas. Quer dizer, o item 2, o item 6, o item 9... acho que fica até mais humanizado. Por exemplo, eu sei que o Prof. Donizeti, eu sei que o Engenheiro Celso, eu sei que o Antonio Ivaldo vão querer a aeronavegabilidade, mas peço para que vocês também peguem mais um.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Vou pegar também mais três.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Três, não é? Então, dentro desse subgrupo, vocês vão trabalhar esses subitens.

É isso. Certo?

Vamos lá, então.

Grupo 2: Organização da Aviação Civil.

Eu coloquei Georges...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Kerlington.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Brigadeiro Antonio, o Brigadeiro Antonio também está, não é? (*Fora do microfone.*)

Perdoe pelo erro material. Brigadeiro Gustavo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Kerlington.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Quem mais?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Especificamente o Anexo VII.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo.

Quem mais?

Organização da Aviação Civil.

Coloquei o Kerlington.

Claro, Kerlington, licenças tem tudo a ver com você.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Posso fazer uma sugestão? Aí depende se você e o Dorieldo vão aceitar. Sugiro que vocês dois participem de todos os três.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Para mim está bom.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só queria deixar a liberdade para os outros participarem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vamos ter que permear em todos obviamente.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Lembrando que tem o grupo "outros" que também vai ter muito trabalho, porque acho que muito conteúdo do CBA atual, e não vamos conseguir refletir exatamente nessa organização que está colocada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Esse "outros", quando nos reunirmos, na semana que vem, espero que tenhamos isso na bala.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES (*Fora do microfone.*) – Posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Com relação ao grupo "outros", sugiro que, por enquanto, não temos exatamente os assuntos. Então, vamos trabalhar o que já temos aqui e, na medida em que tivermos

avançado nisso ou ao longo das discussões, com os temas que forem surgindo, vamos agrupando nesse “outros”. Aí podem surgir novos grupos de afinidade para esse “outro” e até mesmo para desses outros que já estão trabalhando.

Na medida em que o carro for andando vamos alocando esse “outros”.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Concordo, Doriello. Só uma questão: quando se vai definir aquilo que excede essa classificação e que já existe no CBA, que é um assunto que tem que ser revisto. Não necessariamente precisa ser mantido na lei, mas precisa ser avaliado.

A partir desse momento, é necessário fazer esse grupo. A partir do momento em que for verificar o que do CBA não está nessa estrutura.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Você tem sugestão de temas do CBA que pudéssemos colocar em “outros”?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – A questão é: aquilo que estiver no CBA e que não estiver contemplado nessa estrutura... Vai haver um momento em que vai ser feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Roberto, acho que vai acontecer o seguinte: acho que vamos chegar aqui, na próxima reunião, e acredito que vai chegar um monte de gente com “outros”, para encaixar, sem dizer da possibilidade de termos que encaixar novos membros nesse negócio, porque, dos novos membros propostos, estou vendo aqui só o pessoal da Abear e os aeronautas. Então, vamos ter que remanejar algumas coisas também.

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Presidente, um comentário com relação a “outros”. Um item, por exemplo, que não está previsto no nosso CBA, mas está previsto no Anexo XIX e vi agora que está previsto no Anexo II, por exemplo, são aeronaves não tripuladas. O Anexo II já fala sobre isso.

Acredito que, na medida em que formos lendo os anexos, vamos descobrir que algumas coisas que achamos não estar contemplado está em algum desses anexos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sr. Ricardo.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – O Doriello pediu até alguma menção a possíveis assuntos para o grupo “outros”, e consigo já elencar três títulos do código que, no meu entendimento, não estão refletidos aí. O 6, 7 e 8 – dos serviços aéreos, do contrato de transporte aéreo, regime de responsabilidade, enfim.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Como o Respício disse, isso entra na parte comercial do transporte aéreo. No meu entender, ao trabalhar o CBA, já trabalharíamos isso aí.

Entendo a sua preocupação. E, talvez por isso, não seja objeto específico de anexo. A lata trata mais propriamente dessa parte comercial, enquanto a OA foca mais na parte de segurança.

Mas creio que isso vai ser um capítulo.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Queria fazer uma sugestão. No item do transporte aéreo, estamos colocando, no mesmo pacote, a parte de aeroportos e a parte de serviços aéreos. São dois temas muito polêmicos, complexos e amplos. Será que não seria o momento de quebrarmos esse transporte aéreo pelo menos em dois grandes grupos: um mais focado para infraestrutura aeroportuária e outro mais focado para serviços aéreos?

Isso porque daí é que vem essa quantidade muito grande de membros inscritos, porque uns são mais da área de aeroportos, outros mais da área de serviços aéreos.

Então, como esses assuntos são longos, complexos, penso que tratar tudo isso junto pode levar um bom tempo até o grupo conseguir achar o seu caminho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso já será trabalhado em seguida.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Nos subgrupos?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exatamente.

Dentro desse grupo teremos os subgrupos, porque temos a questão das afinidades, o que foi bem lembrado, mas, aqui, já havia sido colocada essa preocupação, porque, senão, obviamente...

Então, senhores, no Grupo II – Organização da Aviação Civil, Georges, Maria Helena, Doriello, Roberto José, Kerlington, Brigadeiro Gustavo e Professor Donizeti.

Ótimo!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Anexo III. Perfeito!

Sim, Ricardo.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Em função desse esclarecimento, eu gostaria de solicitar a minha inscrição no grupo do transporte aéreo, por conta dos títulos que mencionei agora.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, o senhor vai entrar no grupo de transportes aéreos também?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, Grupo III.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu me voluntario também para o grupo de organização.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O. k.

Agora, vamos para o grupo mais disputado, o Grupo I.

No Grupo I, haviam ficado o Brigadeiro Gustavo, eu me propus também, o Dorieldo, a Maria Helena...

Alguém mais? *(Pausa.)*

Ninguém mais gosta de navegação aérea?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, Sr. Kerlington.

Mais alguém, senhores?

Telecomunicações é um tema bem específico, o serviço de informação também.

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Eu me voluntario.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

Eu agradeço a participação desse Grupo, senão, eu ficaria até um pouco... Senão eu pediria requisição.

Senhores, temos o Grupo Outros. Vamos ver o que vai acontecer. A partir da semana que vem teremos uma ideia.

Senhores...

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Posso dar uma sugestão com relação ao Grupo Outros?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Primeiramente, a parte de unidades de medida a gente, realmente, não deve trabalhar no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Eu acredito que, ao invés de termos o Grupo Outros, na medida em que forem aparecendo novos assuntos, a gente deve tentar encaixar nos três macrogrupos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O. k.

Os senhores entenderam? Ou seja, conforme forem aparecendo assuntos que não tenham nada ou que não consigamos encaixar, podemos debater e tentar encaixá-los nos grupos.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Eu já posso citar dois para a gente ver, a propriedade da exploração da aeronave, a hipoteca e a alienação fiduciária, porque fica meio...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nesse caso, seria a Organização da Aviação Civil. Aí cairia bem como Organização.

Sim, Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Um dúvida, Sr. Presidente. Consultando a nossa querida Relatora, na área de *expertise* mais recente dela, o transporte espacial, estaria onde?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Boa pergunta. O espaço suborbital e também o transporte orbital de passageiros.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eles estão tentando depois trabalhar com *drones* no espaçoporto. Precisa-se verificar onde vai ser o espaçoporto.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Seria uma quarta, pela extrema particularidade, pelo menos hoje... Daqui a cem anos pode ser o inverso, mas hoje...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Professor, o senhor está abrindo um precedente perigoso, quero colocar isso, porque, realmente, na questão da exploração do espaço suborbital, não existe uma regulamentação no Brasil; existem apenas dois ou três tratados que falam disso, aos quais o Brasil praticamente aderiu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – São seis, a Relatora já me adianta. E, mesmo assim, não tem nada que regule essa situação ainda, isso entra muito na questão da soberania, porque nós temos que o espaço orbital terrestre é como se fosse uma zona econômica internacional...

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – É uma Antártida da vida.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exatamente.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não existe soberania nenhuma. Você viola...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ao mesmo tempo em que você não sabe até onde vai a projeção do espaço atmosférico.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não há divisão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não há uma divisão.

Então, abrir isso, esse capítulo, seria algo muito ousado.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM (*Fora do microfone.*) – Acho que é um pouco prematuro. É prematuro...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pode falar para ele aqui, professora.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É um pouco prematuro. É interessante, mas é um pouco prematuro, porque nós não temos legislação. Está ainda em *status nascendi*, como se fala aqui no Brasil. O problema é que a utilização do espaço exterior viola totalmente a soberania. Nós não temos mais privacidade nenhuma.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Então, eu levantei a bola exatamente para provocar de perguntar: não colocamos nada de espacial no novo código, no novo CBA?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, isso é algo de que eu gostaria de pensar a respeito, porque, por exemplo, temos aqueles voos, como os que a Virgin está promovendo, aquele voo subespacial, mas que, basicamente, a aeronave decola de um espaço aéreo; de repente, ela vai para 150km de altitude; ela sai da nave parasita a 10km e, de repente, ela decola e vai a Mach 4, Mach 5, Mach 15, algo assim, uma velocidade muito grande. Nesse curto espaço de tempo, ela praticamente percorre uma distância muito grande. Inclusive, há interesses desse voo no Brasil, inclusive por causa de Alcântara. Há interesse dessa utilização também.

Se formos entrar nesse debate, também vamos debater o sistema CNS/ATM. Vamos também verificar a questão da constelação CNS/ATM, se isso seria questão de soberania ou não. Então, acho que isso abriria até mesmo a discussão para um outro código.

Acho que a Profª Maria Helena vai gostar de pensar nisso – não vai, professora?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu já pensei muito, mas...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Ótimo. Então, deixemos isso para uma próxima reunião.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Ah, bem próxima! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acho que sim, porque, como a questão... Senhores, se nós formos falar na questão de direito espacial aqui, por exemplo, nós ainda não temos um costume... O costume, como fonte dentro do direito internacional e no direito espacial, então, ele é algo que praticamente não está formado. Aliás, ele se formou negativamente, contra os próprios atores, se formos analisar dentro dessa premissa. Porque o espaço é de todos, mas você tem que ter condições de ascendê-lo. Se você não tem condições de ascendê-lo, você então não tem condições de participar da discussão das regras para seu uso. E ele está acima da sua cabeça. Então, essa é só uma das frentes de discussão que se abrem em cima desse tema.

Quer dizer, é apaixonante. Acho que deveria ser debatido isso. Nós temos muita coisa já para debater também, mas acho que fica a semente aí.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu posso mandar material para vocês, se tiverem interesse.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só umas 20 mil páginas, coisa pouca assim.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Uso militar do espaço exterior, enfim. Na verdade, estão parando a utilização, porque os Estados Unidos querem utilização para fins militares. E, como Copuos (Comitê para Uso Pacífico do Espaço) não tem interesse, então os americanos estão dando uma brecada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vocês viram quem foi minha professora, não é? Quem me contaminou também.

Só que, oportunamente, nós verificaremos o seguinte: quanto à questão do espaço suborbital, até mesmo verificando futuras gerações, talvez possamos pensar em alguma coisa nesse sentido, porque as aeronaves hoje voam cada vez mais alto. Também é uma situação. Mas eu acho que, por enquanto, vamos ter um foco. Acho que, até nós conseguirmos dividir esses subitens, esses subtemas, vai demorar bastante. Mas acho que fica a deixa. Acho que, se houver... O senhor acendeu a ideia. Talvez agora nós não tenhamos a resposta, mas quem sabe, na próxima reunião; você fazendo a barba, sei lá, dirigindo, você pensa nisso. Vamos ver.

Enquanto isso, o que temos que fazer agora? Temos que dividir os grupos em subgrupos. Temos que dividir essa questão em afinidades.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Só mais uma coisinha: por causa do direito espacial, está surgindo um novo sujeito de direito internacional público, que é a humanidade. Então, é em nome da humanidade que se está tentando legislar. Isso é muito complicado. É um novo sujeito já.

Mas vamos lá. Vamos voltar para a Terra.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está certo. Vamos voltar para a Terra, para depois decolar.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Vamos voltar para a Terra.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É bom, é razoável. Acho que isso é pertinente.

Então, senhores, dentro do grupo transportes aéreos, dentro dos subitens apresentados, quem vai ficar com o item 2... Aliás, desculpa. Com o item 2...

Os senhores estão confortáveis em escarafunchar dessa forma aqui a matéria?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Por favor, estou sentindo que os senhores estão meio travados. Os senhores podem falar isso.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Eu acho que ainda precisaríamos de outras subdivisões. Por exemplo: o transporte precisaria de transporte de mercadorias, mercadorias perigosas e pessoas. Daí, a responsabilidade civil... Então, eu acho que a gente deveria pensar nesses subitens para, depois, a gente fazer uma divisão mais segura, até para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não. Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Eu proponho, acompanhando o colega, que, já que os grupos foram divididos, nesses temas que tenham pertinência temática prévia do assunto, que eles se reúnam rapidamente, enfim, não sei, e já no meio, de acordo com a sugestão do Tiago, que o sub-relator traga ao Presidente quais serão essas subdivisões em consenso com esse grupo dos macrotemas.

É a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acho que um sub-relator para esse grupo... Pelo menos, para o Grupo 3, eu penso no Antônio Ivaldo, já que ele foi o pai da criança, ele poderia ser um sub-relator, ou o Respício, não sei, depende...

Respício, *hello!*

Desculpe, mas o sub-relator seria você, o. k?

Para o Grupo 2, Organização da Aviação Civil, pode ser o Dorieldo.

Ou você já está assoberbado? Vendo assim os números...

Mário, Maria Helena Rolim, Dorieldo, Roberto José, Kerlington, Brigadeiro Gustavo, eu, o Respício.

Pronto, Respício; acho que o senhor ganhou a relatoria.

Que tal? *(Risos.)*

Dorieldo?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES *(Fora do microfone.)* – Escrever não é o problema. O problema é dominar os temas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, é aquela questão: obviamente, o Relator vai ser subsidiado, não é?

Roberto, você faz parte desse grupo?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO *(Fora do microfone.)* – Só por um assunto, acho que... *(Risos.)*

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Se o senhor não indicar o meu nome, eu me voluntario.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM *(Fora do microfone.)* – E o Kerlington? Põe o Kerlington.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O. k! Então, você vai ficar como sub-relator no Grupo 2. No Grupo 1, eu acho que seria o Brigadeiro Gustavo.

Os senhores estariam de acordo que o Brigadeiro Gustavo seja o sub-relator do Grupo 1?

O SR. VARGAS – Ser o Relator, não é? Porque é uma área mais técnica, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perdão, seja o Relator. Sub, não, jamais.

O SR. VARGAS – Porque, como ele é do efetivo do Decea, já vai trazer, evidentemente, toda a estrutura organizacional de controle...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, o Brigadeiro Gustavo fica como Relator do Grupo 1. Fechado? *(Pausa.)*

O SR. VARGAS – E quem será o do Grupo 2?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – No Grupo 2, ficou o Kerlington; no Grupo 3, ficou o Antônio Ivaldo.

O SR. VARGAS – Que é a parte de organização, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim; na organização da aviação civil, ficou o Kerlington como Relator. No Grupo 1, ficou o Brigadeiro Gustavo; e, no Grupo 3, ficou o Antônio Ivaldo.

O SR. VARGAS – Nós temos dois anexos vinculados diretamente à Força Aérea: Busca e Salvamento e Investigação de Acidentes de Aviação (Cenipa)...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim,

O SR. VARGAS – Seria interessante que os nossos órgãos pudessem também participar...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhor, perdão, esqueci a sua graça.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, não; o nome do senhor.

O SR. VARGAS – Coronel Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Coronel Vargas, me perdoe; é que, como está sem a plaquinha, então eu tenho dificuldade. De repente, são 600 alunos, aí fico perdido...

Coronel Vargas, nós vamos definir, assim, daqui a pouco, ou hoje, sendo o caso, já que nós temos deveres de casa para cumprir – e é importante que esses deveres fiquem prontos para semana que vem, sob pena de atravancar todo um sistema –, nós temos dois tipos de ascender ou de fazer a consulta pública. Ou nós consultamos diretamente os órgãos e fazemos reuniões com os subgrupos, ou nós fazemos audiências públicas. Se nós fizermos audiências públicas, obviamente que a participação é muito maior de todos. Mas, obviamente, com isso, nós vamos ter que pegar uma reunião e vamos ter que abrir um espaço de uma hora, duas horas, para fazer uma audiência pública.

Quer dizer, todos nós debateríamos – e eu sou apaixonado pelo tema, adoraria assistir a uma audiência pública do Cenipa, adoraria assistir a uma audiência pública, como já assisti a várias –, mas, de repente, isso pode ser um meio que atravancaria um pouco os trabalhos.

Os senhores estão entendendo?

Então, nós vamos deliberar ainda sobre esses dois tipos: audiência pública ou a consulta. E a consulta nós vamos, obviamente... Inclusive, já há uma relação de entidades na nossa proposta de plano de trabalho, para que possamos consultá-las ou para que, então, possamos fazer audiências públicas. Vamos ver esse modelo ainda. Mas, obviamente, o Cenipa, o Decea e todos os institutos vão dar a sua contribuição, é claro!

Senhores, há algo mais?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Quero fazer um comentário.

Com relação ao Grupo 3, como o assunto é vasto, acho que, quando a gente se reunir, haverá um segundo relator.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, não há problema. Pode haver vários sub-relatores, ou, em cada grupo, pode haver mais de um relator.

Agora, do Grupo 3, quem é de São Paulo?

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Do Estado de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Do Estado de São Paulo, na área de transporte.

O senhor é de São Paulo?

O senhor é de São Paulo.

É que já estou mapeando, inclusive, geograficamente os grupos.

Quem aqui é de Brasília? *(Pausa.)*

Eu não sou de Brasília; estou aqui, como também o Celso.

Então, basicamente, 80% ficaram... Há alguém de João Pessoa.

Há mais alguém que não seja do eixo Brasília-São Paulo?

O senhor é do Rio de Janeiro? Lá é sua base?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Minha base é Macaé.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – No Rio, não é? Então, é o Rio de Janeiro.

Então, basicamente, há um que é da Paraíba, há um que está na Paraíba, um que está em Macaé, no Rio de Janeiro. Os demais estão em Brasília e em São Paulo, basicamente.

O senhor é do Rio de Janeiro. Foi mal!

O senhor pode se manifestar; o senhor está se manifestando pouco. O senhor pode falar.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Está acanhado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está tímido.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Está acanhado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está acanhado, mas tudo bem. Ele está só se preparando.

O que virá? Troquem *e-mails*. Acho que vocês terão de fazer grupos de discussão internos, para fazer essa coisa andar. Não vai ser fácil. Isso será trabalhoso. Isso vai tomar tempo. mas, obviamente, é aquilo que

digo: é um trabalho a que todos nós nos propomos. Passadas as pompas, agora vamos realmente pegar no malhete, como se diz.

Então, podemos deliberar que, para a semana que vem, os senhores já trarão esse modelo, a participação do grupo, os temas que foram puxados?

Acho que, em uma hora ou em duas horas, com o tempo de cada um aqui, por dia, vamos poder buscar isso aí. E aí cada um pode chegar à sua conclusão pessoal sobre quais são esses temas e encaminhá-los para os demais, para vermos, então, se, na via virtual, pelo menos já chegamos aqui com uma ideia pré-formada.

Isso está coerente, senhores? Sim? *(Pausa.)*

O. k.

Os senhores querem deliberar agora também sobre a forma de consulta? Se faremos consultas públicas, se faremos audiências públicas? Qual é a melhor maneira de nós nos comunicarmos com os demais setores da aviação?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Posso fazer uma pergunta antes?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Quando subir para o nível político, para o debate no Senado, haverá audiências públicas?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Com certeza.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Talvez, por questão de celeridade, como há aqui representantes do Comando da Aeronáutica e de várias entidades, pudessem os membros trazer para cá as contribuições dos órgãos que representam. E essas audiências públicas poderiam ser deixadas mais para o nível político, até mesmo porque a participação nelas tende a ser predominantemente política.

Então, se nós nos atívéssemos aos trabalhos técnicos, às contribuições técnicas dos órgãos com os quais temos contato e que representamos, poderia haver maior celeridade. Se nós formos abrir espaço aqui, como nosso tempo é exíguo...

São 120 dias, não é, Respício?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – São 180 dias.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – São 180 dias. É um tempo pequeno. Se formos abrir espaço aqui para essas audiências, creio que correremos dois riscos: o primeiro é o de precisar prorrogar o prazo, ultrapassar o tempo, e o segundo é o de contaminar as contribuições. Pelo menos, pela experiência que tenho em audiências públicas, vejo que elas têm um teor significativo de participação popular.

Então, eu, particularmente, creio que seja melhor deixar as audiências públicas para a fase de discussão política, parlamentar.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Não há dúvida. Se trouxermos alguém aqui, será consulta?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Por exemplo, se alguém do Cenipa ou da Embraer vier aqui, será uma consulta?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Isso é até incentivado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acho que sobre isso há até uma dúvida – e vou passar a palavra depois para o Prof. Claudio Jorge. Considero que essa seja até uma maneira de acontecer. Se a pessoa quiser formar a Mesa para fazer um debate, para trazer um ponto de vista, obviamente não haverá problema.

Professor Cláudio.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Eu só queria reforçar, ombrear-me ao Dorieldo nessa proposta, quer dizer, deixar as audiências para uma outra fase...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – E estaríamos, na realidade, acompanhando a orientação do Tiago, que acabou de dar uma palestra para a gente aqui, demonstrando que essas audiências, agora, não seriam interessantes.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, só uma colocação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Eu também só queria manifestar a concordância com o Dorieldo. Eu acho que o trabalho desta Comissão, neste primeiro momento, tem que ser um trabalho de clausura mesmo. Eu acho que temos aqui muitos especialistas, todos conhecem muito bem a matéria. Assim, eu acho que, neste primeiro momento, a gente deveria fazer um trabalho técnico, produzir um documento; e, num segundo momento, teríamos esse documento sendo discutido politicamente. Ele será exaustivamente discutido nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Então, se a gente já trouxe o debate político para este momento de clausura, eu acho que, além de perder o tempo precioso que nós temos, também perderemos essa pureza que a Comissão se propõe a fazer, que é a pureza de ideias, de cada um trazer as suas ideias na sua origem técnica.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Deixem-me colocar algo aqui muito sério.

Realmente, nós vamos ter que contar com a ajuda, a participação e a compreensão de todos nesta Comissão, no seguinte sentido: talvez não haja outra Comissão dentro do Senado, neste ano, para debater um projeto de lei. Talvez esta seja a única; seja por contenções orçamentárias, seja por uma série de coisas, problemas que existem. E eles estão tentando instalar a Comissão de Direito Esportivo, mas ainda não sei como está o andamento desse negócio.

Então, o que vira é o seguinte: originalmente, a Comissão deveria ter até 12 membros. Das participações nas audiências públicas, nós tivemos dez pessoas, que participaram do momento da Subcomissão da Aviação Civil do Senado Federal. Foi aquele trabalho em que houve pessoas aqui que participaram de mais de uma audiência – como foi o caso do Respício – e que vieram aqui várias vezes. Ou, então, simplesmente acompanharam as audiências por prazer, para estar junto ao debate.

Como nós temos uma Comissão que é política, e, obviamente, vendo a necessidade de participação dos órgãos oficiais, nós abrimos, então, de repente... Nós, não... Aqui, eu simplesmente conduzo os trabalhos. Mas o Presidente do Senado entendeu por acolher a entrada e deu a indicação dos órgãos oficiais, como a Força Aérea, a Anac, a Secretaria de Aviação Civil, bem como do Dr. Tércio, que ainda está na Infraero, que, de certa forma, representa a Infraero, com toda a galhardia. Eu estive conversando com ele e vi que é uma pessoa muito correta e apta ao trabalho.

De todo o debate político que houve, eu vi que chegaram pedidos de mais de 30 associações, sindicatos, todos querendo participar.

Hoje ocorreu uma reunião no gabinete do Senador Vicentinho, da qual participaram várias associações, sindicatos, que, realmente, reclamaram sobre voz na Comissão, o que eu acho justo. Eu acho que o papel político é este: é querer ampliar o debate, essa discussão.

Mas aquela situação, senhores: no Código Penal, havia 15 membros. Nós estamos com 17 e vamos para 21 membros. E alguns membros chegaram para mim e falaram assim: “Olha, professor, acontece que a empresa tal quer participar. Agora, a associação tal quer participar etc. Agora não sei o quê; agora o sindicato tal”. E eu sei que muitos aqui estão sendo até mesmo assediados para isso.

Então, hoje, entrou, por parte das Associações, o Sindicato Nacional dos Aeronautas, a Abear; entrou a ABTAer, que vai representar os táxis aéreos e vai representar as oficinas de manutenção; e entrou a Abag, que vai representar APPA, que vai representar APU, que vai representar todo o segmento da aviação geral que possa existir. Ou seja, espera-se, senhores, que o número de membros fique restrito a isso, até mesmo para que possamos trabalhar melhor, de forma mais coordenada, porque, senão,.

E o mais importante de todo esse recado é a Abear. Eu entendo que a Abear representa não apenas as linhas aéreas, mas toda a indústria da aviação. Quer dizer, não a indústria aeronáutica, a indústria da aviação. Então, que ela possa ser representante, possa ser a voz dessas pessoas, dessas demais associações de interesse. Assim como eu espero que os aeronautas também sejam a voz de todos os demais setores da aviação, dos empregados, por exemplo.

Eu acredito que não será fácil manter esse modelo. Eu acho que realmente as pessoas vão se digladiar para participar.

Mas, enfim, é um trabalho complexo. Os senhores estão sentindo como é a coisa. Eu acredito que, por exemplo, quem está lá em São José dos Campos, quem está na fronteira lá, porque há a Associação da Indústria Aeronáutica de Defesa, há a própria Embraer, e, de repente há essas pessoas que queiram participar. Mas que elas se sintam e possam ser representadas pelos membros que já estão aqui. É nesse sentido que é importante fazer a interlocução e fazer essas consultas. E os senhores para isso então é que estão aqui também.

Veio um escritório de advocacia de São Paulo, Pinheiro Neto, um escritório famoso, que tem uma tradição muito grande, e disse: “Olha, nós queremos participar.”

Qual é a minha recomendação? Senhores, por favor, encaminhem o pedido ao Presidente do Senado, que é quem delibera sobre isso. Se ele deliberar ou não, se isso demorar ou não a acontecer, nada impede que os senhores possam participar até mesmo dentro dos subgrupos, como membros convidados. Mas, obviamente, como membros convidados, não terão as mesmas facilidades que nós possamos ter para estar aqui. Quer dizer, não terão prerrogativa de voto. Não vão ter assistência da Secretaria, vão ter que fazer isso através dos membros que estão aqui.

Então, é importante também que todos nós possamos trabalhar em uníssono e nessa situação de estar conversando e dando voz a essas associações, sindicatos, porque, senão, realmente, daqui a uns dias teremos

30, 40, 50 pessoas aqui dentro. Quer dizer, com 21, o pessoal ali da assessoria parlamentar já vai ter que se sentar atrás, ou então vai ter que se sentar na lateral.

Eu sei que todos querem contribuir, é um momento histórico. Não desfazendo, de forma nenhuma, da nossa Força Aérea, que eu respeito, porque eu sei que o trabalho que a Força Aérea faz é importantíssimo. Mas é a primeira vez que um Código Aeronáutico no Brasil está sendo coordenado por civis. Isso tem que ter uma cara muito séria; tão séria, que a própria Força Aérea está dentro.

Então, é esse nível de trabalho que nós vamos ter que ter, e esse comprometimento nós também teremos. E espero que os senhores conversem com os seus interlocutores dessa forma, porque senão corremos o risco de inviabilizar, pessoal.

Certo?

Esse é o recado que eu queria passar, da experiência política que estamos passando agora. E também quero dizer que fiquei muito feliz com a segunda parte da reunião hoje. Ou seja, eu vi realmente o nível a que os debates podem chegar. Realmente, todo mundo aqui está com sangue nos olhos. Acho que todo mundo aqui também está mais calmo, não é? Agora que estamos vendo como os trabalhos vão se desenvolver, que nós começamos a conversar uns com os outros e ver que temos um objetivo em comum, que é o bem da aviação e o desenvolvimento do Brasil.

Tudo bem?

Então, senhores, assim, eu pergunto: o que mais nós temos para deliberar? Porque, pelo que deliberamos aqui, nós não teremos audiências públicas, e isso vai ter um peso político.

Sim, Professor Donizeti.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE (*Fora do microfone.*) – Nós vamos continuar lendo esse documento ou...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acho que nós podemos fazer sugestões, até mesmo pelo andar da hora, não é?

O senhor fala da questão do plano de trabalho, não é?

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O que acontece? Após o final, então, senhores, nós estamos à pág. 05, só para encerrarmos...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Enquanto fazemos isso, haveria possibilidade de os nossos colegas postarem ali no projetor os nomes e as divisões pelas comissões?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu vou me sentar com eles e passar para eles, porque quem está fazendo esse trabalho é a Taquigrafia.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, a Taquigrafia faz e, depois, passa para eles. Eu é que vou pegar, fazer e passar para eles.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Com relação ao que foi falado antes, dessa parte política das audiências etc.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Vai haver alguma divisão, alguma classificação, de audiência pública com a conotação política, como o Doriello tão bem levantou, e palestras técnicas?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu entendo que palestras técnicas talvez não sejam necessárias. Agora, por exemplo, como é que nós podemos desenvolver essa consulta? Pega, por exemplo, onde entra o Cenipa, onde entra o Decea.

Pode haver algum momento em que aconteça da seguinte forma: que um subgrupo vá apresentar um trabalho para deliberação de todos e, às vezes, seja necessário um esclarecimento mais técnico. Aí, nesse momento, seria importante ter alguém do Decea para que seja feita uma consulta.

Ou então, se os senhores se sentirem mais à vontade para que de repente, olha: “nós vamos apresentar o trabalho do subgrupo. O.k? Georges, eu vou apresentar o trabalho”. Então, obviamente, ele fará isso na maneira de uma palestra. O senhor pode apresentar os trabalhos, pode se colocar. Ou então, de repente, se um Pinheiro Neto quiser fazer uma colocação, se colocar à disposição, também podemos abrir esse viés.

Enfim, essa é a forma que nós ainda vamos desenvolver. Vamos ver como é que nós ficamos mais à vontade para trabalhar e proceder a isso aí. É aquilo: buscando o máximo de informação técnica, focando nisso aí e evitando, ao máximo possível, o debate político.

Eu até mesmo vou ter uma conversa com... Eu já tive uma conversa prévia hoje com o sindicato. Vou ter uma conversa também com as demais associações de representação de classe para relevar essa situação, porque haverá momentos aqui conflitantes. Isso aqui não pode ser ringue. Quando chegar a discussão de capital, de aumento de capital ou não. Nós sabemos que os sindicatos têm uma visão "x" e sabemos que as empresas têm uma visão "y". Quer dizer, aqui é para chegar ao consenso. Não é ringue.

Então, eu espero que todos tenham maturidade para perceber este momento. Assim, eu acho que as consultas podem ser feitas nesse sentido. Quer dizer, vai fazer apresentação? Vai fazer uma explicação? Quer trazer alguém para explicar algum ponto? Ou, se nós tivermos dúvida em relação ao seu, pedimos para que alguém apresente ou para que traga? Eu acho que a coisa pode funcionar dessa forma.

E, tirando isso aí, os membros, obviamente, podem ir atrás das associações e podem ir atrás de técnicos e também fazer as suas consultas. Podem perguntar: "Olha, eu sou membro da comissão, nós temos um subgrupo e nós temos um ponto de interesse. Será que o senhor poderia, por favor, trabalhar assim, assim, assim...". E, obviamente, fazer a referência de que ele fez a contribuição. Eu acho que é dessa forma.

Ou os senhores pensam de maneira diferente?

Assim está o. k?

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu queria acrescentar alguma coisa a mais. O que me preocupa, por causa do terceiro grupo, transporte aéreo, é que há um envolvimento muito grande com mais Ministérios. E, aí, eu vejo que essa consulta que poderia ser feita através dos outros Ministérios.

Quando se trata, por exemplo, de aeroportos, nós temos, pelo menos, cinco Ministérios envolvidos dentro da atividade aeroportuária. O antigo Ministério da Aeronáutica, o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal; os Ministérios da Fazenda, da Agricultura, da Saúde... E, quando se fala até em terminal de carga, nós temos ainda aquilo que se refere a transporte de cargas perigosas, que é feito exatamente por um órgão especial do Brasil, como a Agência Nuclear.

Quando houver uma dúvida a esse respeito, como é que se portará, então, o grupo que terá o envolvimento com um desses Ministérios ou mais de um deles?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vamos lá! As requisições a serem feitas, geralmente, são encaminhadas ao Presidente, que apenas formaliza o ato de fazer essa ponte, segundo consta aqui no nosso Estatuto.

Agora, o que nós podemos também ver é, junto com a assessoria do Senado, a maneira como eles podem, de certa forma, também fazer uma ponte ou utilizar a estrutura do Senado para tanto. O. k?

Então, é aquela situação: "Presidente, nós temos que ir atrás do grupo tal". Tudo bem, nós fazemos o contato, usamos o Senado, fazemos o contato porque, de certa forma, tem que ser formalizado, pois é uma consulta, é um ato oficial; e, a partir daí, então, o trabalho obviamente será desenvolvido pelo subgrupo. Será feita apenas a ponte e, a partir dessa ponte: "Presidente, vamos fazer isso?"

Contribuições públicas, aquelas que são espontâneas, aquelas que nascem, que brotam. Essas já são encaminhadas a nossa Relatora. O. k?

E, sinceramente, vamos verificar o mínimo de consultas, aquelas consultas que sejam essenciais porque, obviamente, se nós formos entrar dentro do Ministério do Turismo para ver A, X, B, D ou E, aí realmente a coisa pode... Obviamente que nós temos critérios. Eu sei que o senhor é uma pessoa...

Então, senhores, terminando aqui, encerrando: envio de mensagem eletrônica para agentes do setor com a solicitação de sugestões de reforma do Código. Como já vimos aqui, existe uma maneira regimental desse tipo de procedimento, ou seja, será formalizada uma consulta, e o subgrupo vai participar da parte técnica.

Realização de audiências públicas: vedado, cortado. O. k?

Seminários: também acho que não há necessidade. Acho que podemos focar nas consultas públicas e nas falas técnicas dos convidados. O. k?

Estamos no item 3 do plano de trabalho, pág. 5.

A numeração das páginas está no canto superior direito.

Compilação e análise das sugestões recebidas e discutidas nas audiências e seminários. Isso basicamente cai.

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Presidente, uma dúvida. Digamos que a Relatora receba uma sugestão por *e-mail* sobre navegação aérea. Ela vai filtrar essa mensagem e vai mandar para o grupo de navegação aérea? Ela vai separar as mensagens para os subgrupos?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obviamente, ela vai encaminhar para o grupo ou subgrupo responsável.

O SR. ANTÔNIO IVALDO – Nesse caso, não vou precisar dessa compilação e análise, porque isso já vai ser discutido pelo grupo no trabalho do grupo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exatamente.

Elaboração e apresentação de versão preliminar do anteprojeto de lei. Dentro do nosso plano de trabalho, vamos chegar a um momento em que faremos a juntada de todo nosso processo e discutiremos entre nós, obviamente, o resultado final, antes de submetê-lo a uma aprovação. Esse é o caminho natural. O. k?

Também estaremos abertos ao recebimento de críticas e sugestões na forma do Regimento, como já verificamos, ou seja, os e-mails que serão encaminhados serão filtrados e repassados.

A elaboração da versão final do anteprojeto de lei.

Para realização de seminários e audiências públicas, deverá ser enviada a comunicação direta aos participantes, quer dizer, audiências públicas novamente saem, seminários também, serão apenas consultas. O. k? Mas e a questão: hoje tivemos um seminário sobre questões legislativas? Não, isso foi uma consulta, que fizemos, que a Comissão formalmente fez para a Consultora Legislativa, que trouxe um técnico para fazer aquela fala, aquela palestra.

Para a realização, vamos tirar daqui seminários e audiências públicas, deverá ser enviada comunicação direta aos participantes com orientação sobre os temas que serão tratados. Então, esta parte pode sair.

Senhores, agora, as entidades a serem consultadas...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só uma sugestão. Aqui no rol eu olhei – e nada de defesa de interesses –, mas acho que, lendo o relatório daqui da Comissão, da Cistac, vi que Petrobras tem um peso gigantesco sobre a aviação. A metodologia de precificação do nosso combustível é de 35% a 40% dos custos totais do setor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O relatório fala em 72%, a precificação.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Isso é só o que li.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Desculpe, é que isso me comove.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Tudo bem.

Eu sugiro fortemente que a Petrobras, no caso a divisão combustível aeronáutico, seja consultada, porque essa é uma parte de relevante peso para a aviação. Acho que se a Abear estivesse aqui, concordaria comigo.

Além da Petrobras, também vi aqui que a Embraer foi citada aqui. Só para lembrar que Boeing agora tem instalação no parque tecnológico de São José dos Campos. É uma fabricante de aeronaves. Só para não ficar assim, consultou a Embraer, que é do Governo e tal, mas temos também de contrabalançar.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Tem mais empresa chegando.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Tem mais, não é? Tudo bem. Por enquanto, lembro dessas duas, dada a relevância delas para a aviação, eu sugiro. São dois monopólios, o combustível de um lado e, do outro, fabricantes de aeronaves. Esses dois têm um impacto muito grande.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Se puderem incluir fabricante de helicóptero – estamos falando só de avião –, a Helibras é a única fabricante brasileira.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Ela não é fabricante, é montadora.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Diz ela que é fabricante.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Está errado.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Só uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, professor.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Aqui em “entidades públicas”, sugeriria que ficasse Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República: Infraero e Anac; Comando da Aeronáutica, Departamento de Controle do Espaço Aéreo e Cenipa. Está faltando aqui.

Então, para dividir, porque a SAC é um grande órgão e o Comando da Aeronáutica, outro. Depois, viria Secretaria de Acompanhamento e, como sugerido pelo Dorieldo, colocaria a Petrobras e a Embraer, não é isso?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – E, para finalizar também, eu não sei se é válido, chamar também o Confaz, o Conselho Fazendário dos Estados, que trata do incentivo fiscal de ICMS para o combustível aeronáutico, porque há dois componentes que fazem parte do custo: um é a metodologia de cálculo do combustível; outro é a questão tributária. Só convidar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Catanant.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Desculpe-me. Estou em dúvida aqui. Achei que aquela fala inicial sobre o trabalho de clausura dispensaria essas consultas. Eu fiquei um pouco confuso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não. Atenção, veja só, nós temos isto: não faremos audiências públicas, mas faremos as consultas, sendo extremamente necessárias. Mas, nesse caso, o que entendendo? Continua a clausura. Por quê? Se, por exemplo, um grupo de aeronavegabilidade, um grupo de navegação

entende: olha, nós temos um ponto aqui para tratar da precificação de combustível, etc. e tal. Aí vai ser enviado um ofício da Secretaria da Comissão de Reforma do CBA para a Petrobras pedindo que seja feita a consulta, dentro dos padrões e critérios que serão definidos pelo grupo. Ou seja, então, somos nós que provocamos, porque, obviamente, nem todo mundo aqui consegue dominar todas as áreas e é saudável fazer esse tipo de consulta. E, no caso da Petrobras, por exemplo, se fosse até mesmo necessário trazer aqui um técnico ou, na negativa da Petrobras, um consultor externo, como foi feito na Subcomissão da Aviação Civil, porque os dados de combustível da Petrobras que foram colocados, como a forma de precificação do combustível, como ele é internalizado no Brasil, que reflete em 72% do seu preço, quem levantou isso foi a Consultoria do Senado junto a um consultor externo na área de combustível. Não foi a Petrobras, claro. O. k.?

Mas aqui não é uma subcomissão para fazer um debate. Aqui vamos fazer uma lei. Então, nós vamos focar. Por exemplo: Petrobras, essa medida, essa lei, essa forma como... Nós vamos fazer uma lei, um artigo, por exemplo, um parágrafo, alguma coisa que vai impactar a precificação de preço para combustíveis. Está tudo bem? O senhor concorda com isso?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu não era contrário. Só estava em dúvida mesmo. Mas concordo e entendo perfeitamente.

Só aproveitando o gancho da Petrobras, isso tem que ser lidado com alguma cautela, porque ela também vende combustíveis e, eventualmente, pode não estar interessada com alguma concorrência no fornecimento de combustíveis nos aeroportos, mas, enfim, não quero adiantar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não. É claro que ela está interessada.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES (*Fora do microfone.*) – Você sugere consultar outros *players* além da Petrobras?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu falei, inclusive, da possibilidade de consultarmos outros *players* além da Petrobras.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Shell, por exemplo?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não. Existem consultores independentes no mercado de combustível internacional, que têm dados e fatos que são fantásticos.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Então, consulta...

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu não quis fazer nenhuma sugestão. Eu só aproveitei um pouco o gancho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não. É porque o assunto é bom. Respício, o senhor ia fazer alguma colocação?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu também estava com a mesma dúvida. Acabamos ou não as audiências, estamos falando uma lista de quê, se cada grupo tem uma independência para chamar quem quer que seja para conversar, consultar e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso aqui é apenas uma sugestão, algo assim. Estamos colocando que, talvez, por exemplo, alguns aqui nem sejam consultados, mas fica a opção.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Mas, uma vez que nós abandonamos as audiências públicas, com o que concordo plenamente, deveriam ser abandonadas mesmo, até escrevi no *e-mail* para a Mesa, por que nós não, até mesmo para a Comissão se eximir de, vamos colocar assim, maiores intervenções políticas, colocamos como padrão uma consulta neste sentido: “À DD. Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda etc., etc., etc., o que vocês gostariam de mudar no CBA?” E ponto! A partir daí, deixa eles descreverem o que quiserem.

E assim, da mesma forma, para a Petrobras, a mesma coisa para o Sindicom, a mesma coisa para o Ministério do Turismo, a mesma coisa para a Embraer, a mesma coisa para a Sikorsky, a mesma coisa para a Boeing...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim; isso é uma consulta.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Por que não fazemos um padrão, e falamos assim: “o que você quer contribuir com o CBA? Se vira!” O que a entidade escrever, ela escreveu. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não é “escreva”. É “sistematize”.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim, estou falando “escrever” no sentido genérico, no sentido mais amplo da palavra. Como a entidade vai mandar depende da organização de cada entidade. Mas eu acho que nós devemos fazer essa consulta, vamos dizer assim, para todos que estão aqui e mais alguns. O TCU é um que eu acredito que contribuiria de uma forma fantástica aqui na Comissão, mas que estaria nessa relação. Mas se ficar cada grupo consultando quem quiser, apesar de a liberdade ser ótima, depois também pode ser contra a gente. “Vocês não consultaram fulano, por quê? Não consultaram beltrano, por quê? Nós não falamos nada!”

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mas aí está a responsabilidade do Relator, do Sub-relator e da Presidência. É aquilo que eu disse: os subgrupos, uma vez formados, uma vez que há a necessidade de fazer a consulta, obviamente vocês vão organizar entre si.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Uma coisa, Respício, obviamente, é sair perguntando por aí. Outra coisa é: “senhores, vamos fazer uma pergunta, vamos encaminhar esse questionamento ao X, Y e Z. Quais são os critérios?” Padronização. Aí encaminha do subgrupo para o grupo, do grupo para a Presidência, e a Presidência encaminha. Certo?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Certo. Eu faço a sugestão de nós encaminharmos alguma coisa padronizada para todas as entidades e algumas outras que nós listemos aqui. É um afago ao ego dessas entidades também. É uma forma de nós darmos abertura para essas entidades contribuírem diretamente com alguma coisa, e já comecem a subsidiar os trabalhos dos grupos. Essa é a sugestão que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os senhores estão de acordo? (*Pausa.*)

Sim? Então, vamos colocar a situação de nós sistematizarmos os questionamentos, as consultas, para serem encaminhadas através de deliberação dos subgrupos para os grupos e para a Presidência, para serem encaminhadas formalmente, até mesmo para que as próprias entidades se sintam prestigiadas.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim, mas, no caso, a padronização de que eu falei não partiria dos grupos. Partiria da Mesa e de uma forma totalmente genérica, totalmente ampla. O que a entidade tem a contribuir com o CBA? Deixa eles colocarem a itemização, deixa 100% de liberdade para cada um desses órgãos utilizados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Entendi. Então, simplesmente já faremos essas perguntas padronizadas e a Mesa já mandaria? Direto?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Acho que nem é pergunta específica.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não é padronizada, não é nada. É assim: “a entidade tal, órgão tal, ministério tal, está convidado a listar, justificando, todas as contribuições que queira fazer com relação à reforma do CBA”.

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Mas talvez a gente precise de uma informação específica, e essa correspondência generalizada não sirva para responder aquilo que a gente precisa.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – *A posteriori.*

O SR. RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA – Seria *a posteriori*, não é?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – De acordo com os trabalhos dos grupos, você volta àquela entidade específica, perguntando A, B, C e D.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós vamos pegar aqui as entidades, vamos formular um questionário padrão, geral, e vamos encaminhar através da Mesa, para todos. Posteriormente, obviamente, havendo necessidade de especificidade, será conduzido de outras formas. O.k., senhores?

Peço ajuda agora à secretaria, para nós vermos a questão do encerramento, para já discutirmos a pauta.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – No final, eu gostaria – só um minutinho – de conversar com os advogados aqui do grupo, trocar uma ideias.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Presidente, eu gostaria ainda de aproveitar, antes de a gente ir embora, ou mesmo depois o encerramento, a gente saber quem são os grupos, para aproveitar esse contato físico aqui, agora, já para bater um papo aqui, por cinco ou dez minutos, e poder partir para o virtual durante a semana, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Sim. Acho que aqui teremos muito trabalho ainda hoje.

Senhores, hoje, nós deliberamos sobre o nosso regimento interno, nós deliberamos sobre nosso plano de trabalho, nós deliberamos sobre a questão das consultas e também deliberamos sobre a situação das audiências públicas, bem como demos as informações a respeito da entrada de novos membros.

Assim eu pergunto: algo mais a acrescentar, senhores?

Por hoje, eu acredito que os trabalhos se desenvolveram de maneira adequada. Acho que nós já produzimos.

Agradeço novamente a presença de todos que estão se dispondo, nesta segunda-feira, a passar esse tempo aqui juntos em Brasília.

Não havendo mais quem queira discutir, passamos, então, à votação do plano de trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O plano de trabalho está aprovado.

Assim, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião, convidando-os para a próxima, a ser realizada em 29 de junho de 2015, às 10 horas.

Muito obrigado. – **Georges de Moura Ferreira**, Presidente.

(Iniciada às 13 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 42 minutos.)

Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2015, às 10 horas e 33 minutos, no Plenário nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Sr. **Georges de Moura Ferreira** e com a presença dos membros: **Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Doriêdo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo Machado de Andrade, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Milton Arantes Costa, José Adriano Castanho Ferreira e Fernando Silva Alves de Camargo**. Deixaram de comparecer os membros: **Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Cláudio Jorge Pinto Alves, Eduardo Sanovicz, Ricardo Nogueira da Silva, Ricardo Bernardi e Carlos Ebner**. Na oportunidade, a Comissão organizou a divisão dos membros de acordo com os Anexos da Convenção de Chicago e definiu as relatorias setoriais. A reunião foi suspensa às 12 horas e 23 minutos e retomada às 14 horas e 43 minutos, novamente suspensa às 14 horas e 35 minutos e retomada às 16 horas e 1 minuto. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, primeiramente, gostaria de cumprimentar todos. Temos novos membros na Comissão. Espero realmente que todos tenham o afã de contribuir para os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Especialistas destinada a apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Regimentalmente, antes de iniciarmos nossos trabalhos, coloco em votação Ata da primeira reunião, dispensada a sua leitura.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Ata aprovada.

Bem, senhores, gostaria de passar uma informação da secretaria. Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

Por isso, as pessoas que têm interesse de participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço que vai ser disponibilizado: o www.senado.leg.br/ecidadania. E pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Bem, senhores, antes de fazer algumas considerações a respeito da reunião passada e daquilo que já foi pontuado, até porque nós vamos mudar alguma coisa, apenas para encaixar os novos membros dentro dos grupos que foram criados, quero informar que a Prof. Maria Helena, Relatora, gostaria de dar uma palavra a todos os que estão presentes. A Maria Helena está trabalhando nisso com afinco, porque, como Relatora e como hermeneuta, eu tenho certeza de que o recado que ela vai passar é interessante, ainda mais para aqueles que precisam da lei.

Professora.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Bom dia a todos. Realmente é um prazer estar aqui com vocês. Eu vou ser bem rápida aqui.

Em face dos *e-mails* que andei recebendo, primeiro, vocês fiquem tranquilos que todos vão participar de alguma forma da redação. Na realidade, o técnico vai descrever a situação fática e, depois, o advogado ou o jurista vai dar a roupagem jurídica para aquele fato, verificar qual a natureza jurídica, enfim.

Agora, a propósito de um início de um trabalho, vou sugerir uma metodologia jurídica, mas é possível algum contraditório. Nós temos mais alguns colegas aqui na reunião. Isso vai ser muito importante.

Eu trouxe aqui, para quem tiver interesse, um livro que eu escrevi sobre um mesmo tipo de trabalho que fiz em nível internacional, para revisão e elaboração da Convenção sobre Troca de Água de Lastro de Navios. Depois eu colaborei na elaboração da legislação brasileira.

Então, na metodologia, acabei tendo que criar algumas teorias, que estão aqui neste livro. Mas vejam, essa sistemática é possível de ser aplicada nesse nível de trabalho que estamos fazendo aqui. Muda o conteúdo apenas jurídico.

Os trabalhos que são feitos, e normalmente os que eu faço, tanto em nível de Brasil como em nível da ONU, começa sempre com planilhas comparativas. Em face dessa premência de tempo, a nossa primeira sugestão seria que a Consultoria Jurídica do Senado nos desse apoio para elaborar todo essas planilhas. Mas eu andei pensando muito esses dias e, realmente, vai ser um trabalho que levaria pelo menos dois meses para fazer *comme il faut*.

Então, a minha sugestão seria: cada grupo faz uma planilha, que eu vou orientar como deve ser feita; no seu próprio grupo e teria que ser no mesmo esquema para, depois uma encaixar na outra. Como é feita uma planilha dessa e fica muito simples? Você faz no centro Código Brasileiro de Aeronáutica, que é o que vai ser reformado, em cor, por exemplo, vermelho. De um lado, direito, você faz em azul, a convenção. E, do outro, em verde, os anexos. Do lado esquerdo, legislação básica. Só que a legislação, pelo que eu verifiquei, é uma colcha de retalhos, essa legislação esparsa é uma aventura, é A Hora do Espanto 2.

Então, eu vou verificar, para facilitar o trabalho – amanhã eu vou ficar aqui –, como seria possível, através dessa assessoria jurídica, nós tentarmos equalizar essa legislação esparsa e mandarmos para vocês essa parte já pronta, porque vocês ficarão com o Código, pegam a Convenção, pegam os Anexos e já pegam essa legislação mais ou menos compilada naquilo que ela tiver em antinomia. Antinomia significa contradições dentro do mesmo ordenamento jurídico, ou seja, nós temos de tomar uma cautela violenta para o Código não conter uma antinomia, por exemplo: um artigo falar: é permitido pouso técnico de aeronaves, e um outro falar que não é permitido pouso técnico. Então, na realidade, pelo que observei dessa legislação na área aeronáutica, ela é muito cheia de antinomias.

Em segundo lugar, o que eu observei é que o poder que os órgãos governamentais têm é discricionário. O que eu observei é que tem sido muito arbitrário. Agora, como tirar essa arbitrariedade é muito complicado, porque a legislação está lá, ela é técnica. A questão é quem vai aplicar e quem está com o poder de dizer o direito.

Terceiro, eu vou, depois, com o grupo na área jurídica, explicar bem a vocês o que é uma legislação ordinária, qual é a natureza jurídica. A natureza jurídica significa qual a força vinculante de um determinada norma legal. Então, qual seria o impacto dos Anexos da Convenção no ordenamento jurídico brasileiro. É vinculante ou não é vinculante, é *soft law* ou *hard law*? *Soft law* é só recomendação; *hard law* é lei vigente, cogente, que obriga, que, em termos práticos, as pessoas dizem que é aquela legislação que pega.

Então, eu vou procurar, dentro desse prazo exíguo de seis meses, que eu acho... Ainda estou um pouco preocupada com esse prazo, tentar, do ponto de vista jurídico, dar esse apoio, ou seja, amanhã, eu vou verificar o que vai ser possível, vou verificar se já temos um levantamento desses, porque, com todas essas propostas de alteração, é impossível que ninguém tenha feito um levantamento comparativo por essas tabelas e planilhas, porque, ali, se consegue ver claramente a questão de terminologia, a questão de licenças, autorizações. Dá para ver onde existe uma harmonização, onde existe, realmente, um respeito à hierarquia normativa. Vamos pegar desde a Constituição. Então, essa parte de pegar a Constituição e compatibilizar vou fazer com a parte jurídica.

Agora, realmente, a minha primeira ideia seria estoica de seria levantar toda essa planilha, não dá. Então, eu vou ter de ter muita colaboração dos grupos. Como vocês são técnicos, são engenheiros, como é que se vai usar o mesmo programa, a mesma coloração para que, depois, possamos discutir e trocar ideias; começarmos com definições, usos de termos, porque, senão cada um vai começar a trabalhar em cima de termos que não são unívocos, são equívocos.

Então, em síntese, é isso. Quem tiver interesse de depois dar uma olhada nesse material, ele explica muito claramente como é que se faz uma revisão, uma reelaboração de um código ou de uma convenção internacional.

Então, em síntese, é isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Professora, obrigado.

Realmente, tenho orgulho de ter sido seu aluno e continuar aprendendo.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Imagine.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, para fazer uma lei, nós temos um momento interessante. E nós temos a oportunidade de fazer isso de uma forma até nova. Nós temos a hermenêutica, que é a arte da interpretação jurídica, e temos a exegese, que já trata da interpretação pura da norma e que não depende de uma manobra de interpretação.

A Consultoria do Senado nos foi muito clara quando pediu que um dos principais objetivos para quem está fazendo a norma, aqui no momento, é colocá-la palatável e tratável, principalmente pelo grande aplicador da norma, que é o juiz.

E observando o Código Brasileiro de Aeronáutica, ele tem terminologias extremamente técnicas e que, muitas vezes, o julgador, seja ele de instância federal ou de instância trabalhista ou de instância de juiz de direito, realmente, não consegue definir alguns termos. Tanto que eu estava conversando nesse final de semana com um juiz, amigo nosso da área federal, que me falou o seguinte: “Olha, George, realmente o CBA tem esse viés. Toda vez que eu preciso fazer alguma coisa ou que há algo, você precisa conversar e ir atrás de um técnico, porque realmente é difícil compreender algumas coisas.”

Assim, tomando por base algumas legislações que temos, como, por exemplo, a Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, que trata, no art. 2º, de uma terminologia do que é o contrato, do que é o contratante, de quem é o contratado. Há também a regulamentação, a lei da Anvisa, que trata sobre o que são os entorpecentes, como eles cabem. E a própria Anac e o próprios relatórios finais do Cenipa trazem também o glossário de terminologia.

Então, isso seria interessante, porque vejam: nós temos três grupos definidos de trabalho. O primeiro grupo é o grupo de navegação aérea; o segundo grupo é o grupo de organização da aviação civil; e o terceiro grupo é o transporte aéreo. E temos também outro grupo, que se chama “outros”, que seriam aqueles assuntos que não estão tratados dentro desses três grandes grupos.

Apenas rememorando aos novos membros que nós fizemos a definição desse trabalho seguindo a Convenção de Chicago, da OACI, de 1944, que tem esses três grandes macrotemas. Depois, dividimos esses macrotemas dentro de subitens, que são os próprios Anexos à Convenção de Chicago, que estão na Icao.

Então, quero propor que, nesse grupo chamado “outros”, nós possamos incluir um glossário, porque, por exemplo, quando você coloca termos como “aeronavegabilidade”, “homologação *versus* certificação”, terminal, ou seja, que terminal? De onde? Do passageiro? É a área terminal? Para quem lida no dia a dia com os termos aeronauta, aeroviário dentro do Código, navegação aérea, território subjacente, tráfego aéreo, para nós são termos mezinhas. Agora, obviamente, para o julgador, para aquelas pessoas que não têm acesso a essas informações diariamente, mas que precisam julgar, precisam definir, deve-se achar o parâmetro para ter essas definições.

Então, eu gostaria de propor a todos que, dentro desse grupo “outros”, fosse colocado, encaixado esse tema glossário, porque, como a própria professora disse, nós precisamos trabalhar também em termos em comum. E temos que trabalhar termos em comum aqui dentro da própria Comissão. E para esse trabalho termos em comum já podemos definir esse glossário e já colocá-lo seja no anexo, no adendo ou no início do novo código ou do código reformado, da proposta.

Os senhores concordam? Podemos trabalhar dessa forma?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Eu tenho só uma dúvida. Essa inserção se daria na lei também ou não?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Na lei.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Com relação a isso, eu gostaria de discordar um pouquinho, porque algumas das conceituações acabam sendo dinâmicas. Nós enfrentamos isso no Cenipa. Eu mesmo elaborei o último glossário que usamos no sistema de investigação e prevenção. E nós esbarramos com evoluções de conceituações, que, muitas vezes, vêm da própria Icao. Então, colocar isso numa norma de nível tão elevado pode gerar, depois, um problema para nós.

Nós somos submetidos a auditorias pela Icao e, em todas as áreas das auditorias, alguns dos requisitos estão justamente ligados à aderência nas conceituações emitidas pela Icao. Então, me parece que seria mais viável, em termos de médio e longo prazo, que tivéssemos isso numa legislação infralegal e não no nível de lei e que, simplesmente, se fizesse alguma referência a esse glossário na lei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, professora.

A SRA MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Quando eu falei glossário, é que, realmente, para começarmos o trabalho, devemos ter aqui um denominador comum. Segundo, normalmente – realmente, num código são normas genéricas –, você pode remeter e serão adotados os termos aprovados pela Icao. Enfim, isso daí já seria uma segunda fase.

Mas, quando falei aqui em unificação de termos, não seria para fazer no Código, ter um artigo com definições. Ou, então, definições básicas de alguns conceitos básicos, conceitos jurídicos básicos, mas, realmente, para início de trabalho, vamos ter que ter uma uniformização aqui de conceito, inclusive para verificar qual instituto vai estar em qual grupo.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Entendi. Esse foi justamente o meu questionamento. Mesmo com relação a conceituações básicas, e eu vou dar um exemplo muito claro, como o conceito de aeronave.

Nós temos um conceito de aeronave no Código Brasileiro da Aeronáutica, nós temos um conceito diferente nos anexos da Icao, nós temos uma conceituação diferente em regulamentos de aviação civil da Anac.

Então, a gente, no meu entendimento, deveria evitar ao máximo colocar conceituações na lei, ainda as mais simples, porque, mesmo essas, o conceito de aeronave é um conceito pilar na aviação, mas é um conceito que evoluiu. Nós tivemos, recentemente, a introdução das aeronaves não tripuladas, isso modificou uma série de coisas. Então, eu continuo sugerindo que a gente se abstenesse de colocar qualquer forma de conceituação técnica na lei.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Porque é complicado você fazer um Código. A sua área é jurídica também?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Eu tenho formação jurídica, mas a minha área é investigação de acidentes. Eu sou auditor da ICAO em termos de investigação, Anexo 13. Por isso, eu estou falando.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Dentro do Direito é muito complicado trabalharmos sem conceitos, mas eu reenfatizo que, para o início do trabalho, nós vamos ter que ter uma denominação comum do que nós estamos fazendo, que conceitos vão ser adotados.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Entendo, nivelamento de conhecimentos é essencial.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – A minha sugestão é que a gente... Eu acho interessante fazermos um glossário para um denominador comum, para fazer alinhamento de expectativas inclusive, e a questão de colocar ou não eu acho que a gente tem que decidir depois.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acredito que, com o andamento do trabalho... porque, olha só, nós temos definições que são totalmente diferentes. Nós temos uma definição que é Icao, temos uma definição que é FAA, nós temos definições que, realmente, são parecidas, mas também não são, ao pé da letra, a mesma coisa.

Demos várias definições dentro do Código, como o próprio conceito de aeronave que o senhor colocou, mas, além de nós começarmos a trabalhar para acharmos esse denominador comum... Eu estive conversando com pessoas do Judiciário e eles não viram um óbice em relação a essa questão, eu acho que nós podemos evoluir essa ideia.

Primeiro, verificar aqui quais seriam as terminologias que seriam tratadas aqui, dentro do nosso grupo de trabalho, e, obviamente, lá na frente, nós vamos verificar se essas terminologias poderiam ou não deveriam ou ser aproveitadas dentro da lei, ou, então, um glossário à parte, ou alguma coisa que seja dentro. O.k.?

Mais alguma colocação, senhores?

Bom, dando prosseguimento, na reunião passada, nós separamos em três grandes grupos temáticos – setor de navegação aérea, setor de organização da aviação civil e transporte aéreo.

Nós temos aqui a situação, por exemplo, dos novos membros, que deram entrada agora. Temos o SNA, temos o ABTAer, temos a Abear, temos o Cenipa e temos, também, a Abac e também mais um colega advogado, que deu entrada junto conosco.

Nesse caso, senhores, eu gostaria de verificar com esses novos grupos quais são os grupos de afinidades, de quais que eles gostariam de fazer parte, para que nós possamos prosseguir e fazer as subdivisões do trabalho.

Tem como fazer aquela projeção, por favor, daquele quadro?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Com relação ao grupo de transporte aéreo, do qual, na última reunião, eu fiquei como Relator Setorial, eu estava observando o material que tem disponível, o desafio é grande. Minha sugestão é que tivesse um coordenador dentro desse grupo, e, talvez, outro sub-Relator dentro desse grupo, do grupo de transporte aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Do grupo de transporte aéreo, realmente, praticamente todos fazem parte.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ou seja, eu entendo que todos querem contribuir de alguma forma, com suas opiniões ou dentro desses assuntos, mas, obviamente, uma vez que você tem tantos anexos de questões tão complexas, conforme estava conversando com alguns membros, realmente, a coisa fica grande.

Nós temos também, esse grupo está, atualmente, com 14 membros, e a tendência dele é aumentar.

Então, o senhor seria o Relator Setorial, ficou com a carga bem pesada – a Prof. Maria Helena agradeceu por isso até –, e nesse caso, como seria feita a subdivisão?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu identifiquei nesse grupo dois assuntos principais: aeronaves ou aeronavegabilidade, e o outro, aeroportos ou aeródromos. Em princípio talvez separar nessas duas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aeronaves e aeródromos.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Complementando a sugestão do Ivaldo, com a qual concordo, gostaria de sugerir um terceiro item, além de aeronaves e aeroportos, algo como, de forma genérica, serviços aéreos.

Ou seja, tudo aquilo que não é o *hard* ligado ao aeroporto, tudo aquilo que não é o *hard* ligado à aeronave, mas tem a ver com a parte comercial, tem a ver com o *business* do transporte aéreo. Então, seriam esses três itens, os dois que o Ivaldo levantou tão bem, e esse terceiro que estou sugerindo. O termo em si poderia ser resolvido pelo grupo *a posteriori*, mas a ideia seria esta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, agradeço a contribuição.

Agora, é importante definirmos logo esses grupos, porque, uma vez definidos, será colocado para o Relator ou coordenador dos grupos... Aliás, os próprios Relatores serão os coordenadores desses grupos?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – A sugestão é que houvesse um coordenador além dos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Um coordenador geral do grupo e os relatores?!

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Correto.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu me voluntario para ser o coordenador do grupo de trabalho do transporte aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Transporte aéreo? Alguém se opõe? Então, Respício, o senhor então será o coordenador do grupo de transporte aéreo, é isto?

Certo.

Para dar andamento, eu só gostaria de saber se já conseguiram colocar. Então, teremos serviços aéreos, aeronaves e aeronavegabilidade...

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – E Aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguns dos senhores querem se candidatar a serem os relatores? Pois não.

O senhor, por favor...

Aeronavegabilidade seria o Honorato.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Eu também me candidato.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor também se candidata?

Senhores, para aeronavegabilidade temos dois candidatos: Honorato e Donizeti.

Quem apoia o Honorato, por favor? *(Pausa.)*

Quem apoia o Donizeti? *(Pausa.)*

Kerlington, quem você apoia?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS *(Fora do microfone.)* – Eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Abstenção.

Então, por maioria, o Sr. Donizeti.

Aeródromos, quem seria o relator para aeródromos? Senhores?

Cláudio Jorge... Ele não está presente, mas detém o conhecimento técnico.

Alguém coloca algum nome à disposição? Senhores?

Vou deixar então, *ad referendum*, o Cláudio Jorge, para quando ele estiver presente... Realmente ele vai ter que... Todos concordam com o Cláudio Jorge?

Aeródromos, Cláudio Jorge.

Serviços aéreos... Para Relator, Catanant.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu me ofereço.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Quem? Ah, o Catanant se oferece. Mais alguém?

Serviços aéreos, todos concordam com o Catanant ou mais alguém? *(Pausa.)*

Catanant, então o senhor será o Relator de Serviços Aéreos.

Precisamos fazer a divisão de mais algum grupo? Ou os outros grupos já estão mais controláveis, estão mais inteligíveis?

Temos a questão do coordenador do grupo. O Relator do grupo Organização da Aviação Civil é o Sr. Kerlington Pimentel. Alguém disponível para ser o coordenador do grupo?

Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Bom dia a todos. Na verdade, tive a oportunidade de separar os assuntos dentro do macrotema e, com o ingresso dos novos membros, acho que seria importante a presença do representante do Cenipa, Coronel Camargo, que me honra muito com sua presença, por também representar... passamos alguns meses fazendo curso de investigação. Então, dentro do sistema de organização do macrotema, o sistema Sipaer está ali dentro, que é o Sistema de Investigação de Acidentes. A minha proposta seria que, nesses temas, a rigor não precisaríamos substituir rigorosamente, mas os membros, por sua pertinência temática, já assumiriam internamente o tema. No caso do Coronel Camargo, o sistema de investigação de acidentes, que está dentro do macrotema de organização da aviação civil.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Assim como o Brigadeiro Gustavo já é o Relator do grupo de Navegação.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O Brigadeiro está também dentro do macrotema de organização da aviação civil, mas seria interessante a presença dos membros novos que entraram. O que eu sugiro é que as pessoas com pertinência temática também ingressassem aqui e, dentro do grupo, cada profissional dentro da sua área faria essa divisão internamente, sem essa divisão rigorosa, porque o tema de transporte é muito maior, a rigor, do que o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. Acho que os grupos que são menores podem trabalhar dessa forma.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Esta é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mas veja só, no caso, então, o senhor seria o Relator. Poderia ser o coordenador também?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Isso, se o Coronel...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor poderia, por que não?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A minha pergunta subsequente seria a seguinte: dentro do grupo pelo qual somos responsáveis, gostaria muito que o Coronel Camargo estivesse dentro dele.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Coronel, o senhor aceitaria ser o coordenador desse grupo?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Sem problemas.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Pertinência temática plena e o conhecimento do senhor é...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não precisa ter subdivisão de grupo, pois o grupo está bem menor.

E o grupo de Navegação Aérea, senhores, realmente é o grupo que temos com o Brigadeiro. Acho que pode ser dessa forma, porque é um grupo que está bem reduzido. Não precisamos subdividir os trabalhos.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Faço parte do grupo dos novos, então boa tarde, aliás, bom dia. Acho que seria interessante distribuir o pessoal que chegou hoje nos próximos grupos, para podermos saber até onde vamos nos encaixar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, isso fica ao nosso alvitre.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Senão acaba distribuindo agora e ficamos meio perdidos, não sabemos onde estamos participando, onde poderemos participar. Se for possível fazer dessa forma, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Podemos, porque todos aqui estão participando. Inclusive, o tempo, para se verificar quais seriam os grupos de afinidades. Basicamente, isso estando definido, tínhamos esse grupo que realmente era muito grande e tinha essa premissa para que tivesse essa organização... porque uma vez que escolhemos aqui que já saem os grupos de afinidades, os trabalhos começaram imediatamente.

Então, aos novos membros que estão aqui, temos o Castanho, da SNA, o Comandante Milton, da ABTA-er. Vamos colocar representado o Jenkins, que está pela Abear, apesar de não estar presente. Temos o Coronel Fernando. Quais os grupos os senhores... Vamos começar pelo grupo mais fácil, o grupo menor.

O grupo de Navegação Aérea. Quais dos novos membros gostaria de se integrar nesse grupo?

Acredito que o Coronel Fernando. Não?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Não, este de navegação aérea não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, pois não. Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu me prontifico.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor se prontifica?

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu me prontifico também.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está legal.

Temos também, se os senhores quiserem, podemos disponibilizar os Anexos da Icao, para que os senhores vejam quais assuntos estão sendo tratados.

Tem como levantar ali os Anexos, por favor, Eduardo?

Ali estão anexos os números, mas embaixo tem a cola, que considero importante, porque esse grupo: Anexo 2, regras do ar; Anexo 3, serviço meteorológico; Anexo 4, cartas aeronáuticas; anexo 10, telecomunicações aeronáuticas; Anexo 11, serviço de tráfego aéreo; e Anexo 15, serviço de informação aeronáutica.

Só o Castanho? O.k. Só o Castanho. Esse é o grupo das estrelas.

Senhores, nós temos agora, por favor, organização da aviação civil, que são: Anexo 1, licença de pessoal; Anexo 7, marcas de nacionalidade e matrícula de aeronaves; Anexo 12, busca e salvamento; Anexo 13, investigação de acidente e aviação civil; e Anexo 16, proteção ao meio ambiente.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Uma gentileza, poderia corrigir o anexo 13, investigação de acidentes e incidentes

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, será promovido.

Anote, por favor, e vamos fazer a correção.

Alguém gostaria de fazer parte desse grupo entre os novos membros? Eduardo Sanovicz, Coronel Fernando. Mais alguém?

Bom, vamos agora para o próximo grupo, que é o grupo que chama bastante atenção. Temos no grupo de transporte aéreo: regras do ar; operação de aeronaves; aeronavegabilidade; facilitação; aeródromos; segurança, *safety*; transporte artigos perigosos; e gerenciamento da segurança operacional.

E dentro desses grupos que foram criados, os senhores se organizam ou, em relação a isso... Eu vou colocar isso dentro do grupo macro. O.k.? Porque fica mais fácil fazer os trabalhos. E, então, os grupos, quando se formarem, os sub-relatores e os coordenadores organizam os seus pares que queiram trabalhar dentro dos subtemas.

Então, Comandante Milton, Eduardo, Coronel Fernando e Castanho.

Hugo, o Tércio colocou você *ad hoc*, ele sugeriu que você fizesse parte de algum grupo. O senhor está de acordo, apenas por uma vênica? Ou quer participar de mais algum? Está satisfeito? Aquele mesmo? Então, está bom.

Senhores, a partir da agora, o que teremos? Nós vamos começar os trabalhos com os subgrupos. E aí todos perguntam: nossa, mas acontece que faço parte de mais de um grupo. Eu faço parte de todos os grupos. Então, como será feita a coordenação desse trabalho? Nesse ponto, vou deixar bem à vontade os coordenadores dos grupos para que distribuam as tarefas, assim como, os sub-relatores, até mesmo porque o importante aqui é o resultado que vamos obter, não obviamente a maneira como os senhores vão se organizar, porque estive verificando questões voltadas à aeronavegabilidade, a matéria é muito grande. Obviamente que isso tem um *modus operandi* que é diferenciado.

Por certo que os senhores poderão trabalhar em conjuntos, em dupla. Mas, enfim, esse trabalho, esse tipo de organização, a questão da compatibilidade da lei aeronáutica dentro dos termos que nós estamos colocando – obviamente que o Senado já está fazendo esse trabalho para verificar essa compatibilização. Ou se os senhores, hoje, querendo trabalhar dentro de um glossário... perdão, desculpa, não falando em glossário, mas falando a questão de nivelamento dentro dos termos que serão abordados, certo?

Nós podemos dispor aqui de mais uma sala, caso os senhores queiram se organizar. Nós podemos também trabalhar aqui dentro da situação de mesa redonda, o.k.? Enfim, senhores, o trabalho começa agora de verdade. Alguém quer fazer alguma pontuação, alguma sugestão? Ou então os grupos já podem começar a se encontrar, a trabalhar e a se organizar. Ou, então, as pessoas verificarem, inclusive, como querem dar a sua contribuição no caso em participem de mais de um grupo ao mesmo tempo.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Antônio, pois não.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – A dúvida que eu tenho é que eu entendo que, nesse momento, os grupos vão se separar. E a minha preocupação é que determinado grupo use um termo de uma forma e outro grupo use de outra forma. Tem algum ponto de partida? Posso partir da definição da Icao?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Coronel.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Parece-me que o que atende a todos no âmbito da aviação é a conceituação da Icao. Inclusive, eu acredito que a gente tem que ter uma certa cautela com a adoção de outras terminologias, especialmente FAA, porque é uma tendência nossa buscar na FAA alguns conceitos, mas eu lembro que a FAA é, vamos dizer assim, a Anac americana. Então, apesar da sua importância, não é com ela que temos tratados firmados internacionalmente, pelo menos não como temos com a OACI, não é?

Agora, eu também acho importante a gente fazer pelo menos um mínimo de padronização. E eu acredito que, ao longo dos trabalhos, a gente tem que desenvolver um mecanismo de ir incorporando os novos conceitos que vão parecendo, porque não dá para a gente, de início, esgotar o assunto. E, durante os trabalhos, a gente vai ter novas conceituações tendo que ser definidas.

Eu queria sugerir também, eu não sei, imagino que alguns outros estejam na mesma condição que eu. Eu tenho interesse nesse grupo de transporte aéreo, mas o meu interesse é muito pontual. Estou interessado nas questões do Anexo 19. Então, outros temas fogem um pouco à minha seara e eu dificilmente poderia contribuir com isso. Talvez fosse interessante a gente pontuar os interesses de cada um dentro do grupo, para que os coordenadores pudessem saber a quem recorrer em determinado aspecto quando a pessoa não vai estar inteiramente dedicada àquele grupo. Isso daria mais liberdade aos grupos e às pessoas, individualmente, de contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu penso muito parecido com senhor. Agora, existe também uma outra solução, que pode ser debatida. Aí coloco aos professores, porque temos essa responsabilidade. Porque, também, pode ser – até para evitar esse conflito –, de repente se reúne o grupo de maior interesse até se exaurir aquela matéria e, depois, se passa para os demais grupos. Mas eu acho que também um trabalho concatenado e feito ao mesmo tempo adianta bastante a coisa.

Pois não, professor.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Acho que a sugestão de cada um se manifestar dentro de onde possa contribuir acho que ela é muito importante, até porque as pessoas não vão poder participar de reuniões simultâneas. Mas ficam lá, sempre, pensando: “A gente vai conversar com tal pessoa”

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ou então, assim como o trabalho desenvolve, quando chega o momento em que um grupo vai tocar no assunto que era do seu interesse, obviamente que o senhor poderá se manifestar, todos terão acesso, os relatores terão esse papel de fazer essa permeabilidade para que todos possam dar a sua opinião ou, então, verificar como é que está andando o trabalho, inclusive naqueles pontos em que tenham interesse.

Pois não, Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Pegando carona no que o Coronel falou, uma das primeiras ações que eu iria colocar para o grupo de Transporte Aéreo seria nós preenchermos uma tabelinha, quase como se fosse uma matrizinha, em cima dos anexos, e cada um do grupo, cada integrante do grupo iria marcar ali e fora o famoso “outros”, que sempre abre aquele leque todo, para se colocar ali suas outras áreas de interesse, áreas de *expertise*.

Porque, por exemplo, quando nós estamos falando de políticas públicas, nós vamos permear, praticamente, todos os grupos. E políticas públicas não está marcada em anexo nenhum, está muito falada no Código, e acredito eu que será tocada bastante, em todos os grupos de trabalho, mas nós precisamos pontuar, realmente, quem é quem, no sentido de *expertise*, no sentido de interesse para poder colaborar um pouco mais. Às vezes não é nem tanto *expertise* da pessoa, mas ele tem interesse em colaborar um pouco mais, porque recentemente começou a trabalhar com a área.

Então, nós podemos fazer isso, talvez até de uma forma dinâmica. Uma sugestão seria nós fazermos isso agora, colocar ali uma matrizinha, já começar a fazer isso agora, para nós sairmos, daqui a uma hora, aqui todo mundo já colaborou, então já termos uma matriz pronta, inclusive, para todos os grupos, para a Comissão inteira e para todos os grupos, já apronta.

Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, para mim... nós temos liberdade de manobra para fazer isso.

Por favor, pediram a palavra?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Uma sugestão é que os grupos estabeleçam uma agenda para que os outros membros possam verificar quando iriam interagir. Organizar os trabalhos e organizar uma agenda.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Acho que isso é indispensável, isso é natural que aconteça até.

Então, senhores, dentro do modelo que foi proposto pelo Coronel Fernando, pelo Antônio, pelo Donizeti e pelo Respício, parece que nós temos aqui uma ideia em comum. Podemos trabalhar dessa forma, a partir de agora, então? (Pausa.)

Então, senhores, os senhores tem liberdade de manobra, os senhores querem se organizar? Os senhores podem se reunir, já podem ver os grupos de afinidades.

Respício, o senhor quer montar um quadro para que seja projetado?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não, eu acredito que o quadro poderia ser montado pela Secretaria e com base nos Anexos e com base no famoso “outros”, ali. Então, seria o nome, em ordem alfabética, de todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Esse “outro” vai entrar Política Pública.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Digamos assim, o que vai aparecer nos “outros” cabe a cada um colocar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Até depois para nós harmonizarmos esses termos. Um vai falar Regulação Política e Econômica, o outro vai falar Política Pública, o outro vai falar alguma outra coisa que seja semelhante. Então, cabe depois aos grupos fazer essa costura.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, vamos começar, então, pelo grupo menor? Ou você quer pelo grupo maior?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso aí fica...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não, a minha sugestão é que esse mapeamento não seja por grupos, seja a Comissão toda.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Essa é a minha sugestão. A Comissão toda, por ordem alfabética, desde o primeiro A – que deve ser o Antônio, aqui – até o Z.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito. Então, senhores, vocês têm a lista em ordem alfabética?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Por favor, porque aí nós já tiramos. Os senhores já podem ir conversando, já podem ir trocando essas ideias. Porque a partir daí – como se diz – é interação, é o trabalho entre os grupos, e cada grupo, então, define a sua melhor forma, a sua melhor maneira.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Por gentileza, eu gostaria que os advogados se manifestassem porque eu queria conversar com todos.

Quem é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Tem como nós conversarmos?

Vamos lá? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Claro. Vamos lá?

Temos no grupo de Navegação Aérea o Relator, que seria também o próprio coordenador, o Brigadeiro Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não. Mas ele pediu, na reunião passada foi feito um pedido. E foi proposto para ser coordenador do grupo o Coronel Fernando. O grupo de Organização da Aviação Civil. Eles passaram para o senhor o material relativo às relatorias setoriais? Passaram, não é? Esse não? Só um pouquinho, então. Pega dois, por favor, três. Serão impressos mais. ..

Transporte Aéreo, o coordenador do grupo será o Respício do Espírito Santo. No Aeródromo, o Relator será o Cláudio Jorge. No Aeronavegabilidade ou Aeronaves, Dr. Donizeti. No Serviços Aéreos, o Ricardo Catant, da Anac.

Coronel, só confirmando: o senhor é o coordenador do grupo de Organização da Aviação Civil. Positivo.
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, nada. Só para... Agora vamos colocar os grupos de afinidades.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Na reunião anterior nós havíamos colocado o Ivaldo como Relator do grupo de Transporte Aéreo. Então, ele vai atuar como Relator geral, com essas relatorias dos subgrupos. Ele vai ser o grande organizador dos outros relatores.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguém se opõe a que o Antonio Ivaldo seja o relator grande, para pegar essas três relatorias, pegar esse relatório e ter o papel de fazer a grande junção desses três grupos. O.k.?

Então, Ivaldo, você vai ser o relator do grupo, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Estava como sub-Relator e aí quebrou o negócio, porque...

Esse grupo de Transporte Aéreo, inclusive, vai entrar. Deve entrar a Abag, deve entrar a IAP, deve entrar... Ainda vai ter mais pessoas que queiram entrar.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só voltando ao assunto novamente, na minha opinião, para reunir depois do trabalho que vai ser feito, tanto dentro do próprio grupo de Transporte Aéreo quanto com os outros grupos, qual seria o método com que a gente iria definir a padronização dos termos? Não ficou claro para mim. Se pudesse explicar...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso será o primeiro assunto a ser abordado nos trabalhos, agora. Ou seja, faremos agora um trabalho, acredito que o trabalho que os grupos farão entre si será realmente a questão da nivelção da terminologia. O.k.?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Antônio Ivaldo, por favor. O senhor faz parte do grupo Transporte Aéreo. Dentro do grupo Transporte Aéreo, qual a sua área de afinidade?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Seis, oito..

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Por favor, alguém está anotando? Isso, seis, oito...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Catorze, dezessete e dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Carlos Ebner, ausente.

Engenheiro Celso, quais são os seus grupos de afinidades, segundo o Icao, Anexos?

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Isso é dentro de transporte aéreo?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dentro de transporte aéreo.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Em princípio, seriam os mesmos do Antônio.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os mesmos do Antônio? Pois não.

Cláudio Jorge. Ausente.

Donizeti.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Seis, oito e dezenove. A gente vai passar para outro grupo depois, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso, vamos passar para outro grupo, esse é o transporte aéreo. É o grupo crítico.

O Doriêdo disse que está a caminho, mas, por enquanto...

Coronel Fernando, por favor.

Não, desculpa, Eduardo, ausente. Mas o senhor quer fazer a sugestão dos grupos em relação ao que o Eduardo poderia aparecer, Jenkins? Por favor, se o senhor quiser.

O SR. RONALDO JENKINS (*Fora do microfone.*) – Dois, seis, nove, quatorze – praticamente todos –, dezessete, dezoito e dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Obrigado pela observação.

Coronel.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Seis, nove, dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Bom, eu tenho a missão de estar em todos os grupos.

Brigadeiro Gustavo, onde está a...

Então, vamos pular.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Só a título de sugestão, poderia colocar, no caso dele, Regras do Ar e Operações.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Quais são os anexos?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Dois e seis.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dois e seis. Depois ele complementa.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – E dezenove também.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – E dezenove, por favor.

Hugo.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – O quatorze. E aí eu pergunto aqui se já seria o momento de colocar o famoso “outros”, ou não, que é a questão da política regulatória, que não tem uma correspondência direta, pelo menos no meu entender, com nenhum desses anexos de maneira tão objetiva. E aquilo que o Prof. Respício colocou, que seriam os serviços que foram chamados aqui de *business*, os serviços extraordinários tanto em relação ao transporte aéreo como também à administração aeroportuária.

Aqui eu faço, no final das contas, uma pergunta: como é que eu conceituaria, em que categoria, esses dois temas com os quais eu concordo plenamente que devem ser objeto... Outros, então, joga tudo em “outros”.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Joga tudo em “outros”, até mesmo porque é definição de políticas públicas, e isso aí depende de uma vontade do próprio Executivo, do plano de objetivos e metas que ele possa constituir dentro daquilo que tenha disponível no quadro da aviação e das normas da aviação. Quer dizer, são políticas setoriais. Mas eu acho que seria importante discutir isso dentro de “outros”, só para realmente agora nós termos a discussão mais técnica possível, o.k.?

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Está bem; então da minha parte é isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo. Catorze. José Adriano Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Dois, seis, oito, dezessete e dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Um, doze e treze.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, desculpa. Um?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, não, isso é só transporte aéreo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Licença de pessoal? Não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, aqui é só transporte aéreo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Ah, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aqui é só transporte aéreo, perdão.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Ah, desculpa a minha falta de atenção. Nossa, eu ficaria no dois. Deixe-me ver, onze. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O onze não faz parte do transporte aéreo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Permite-me um aparte, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – O Kerlington não está na relação de transporte aéreo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Eu não estou.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não está. Então...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Eu estou olhando navegação e falando de transporte aéreo, é verdade. É a idade.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, se puder providenciar café, porque eu também estou precisando de um pouco de cafezinho, já está chegando a hora do almoço... Então, o Kerlington não faz parte do grupo transporte aéreo.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não há problema.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Só uma curiosidade, como estou chegando agora, só não entendi por que o Anexo 2 está no grupo navegação aérea e transporte aéreo?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É pelo seguinte: ficou definido entre os membros é que muitos assuntos são afins. Então, dentro desse tema, vai ser debatido, dentro dos grupos, o que realmente é pertinente a transporte aéreo ou navegação aérea, ou se isso sai do grupo de transporte aéreo, porque são muitos assuntos que se permeiam.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Entendi, é porque é o único que está em dois grupos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É bem complexo.

A Professora diz que não está em transporte. O.k. Não está em transporte, Professora.

Respício.

Perdão. Comandante Milton, por favor.

O SR. MILTON ARANTES COSTA – Bom dia a todos.

Nossa participação se dará no 2, 6, 17 e 19.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Muito obrigado.

Dr. Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Ficarei no 2, 6, 9, 14, 16, 17 e 19.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

Sr. Catanant.

Estou pulando alguém? Ricardo Bernardi. Está presente, Ricardo?

Próximo, por favor. Ricardo Bisinotto.

O SR. MILTON ARANTES COSTA (*Fora do microfone.*) – Só uma observação: o 16 não está no transporte, está?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, mas, como estou também na organização da aviação civil, já incluí o 16 ali. Vai ser repetido o 16 na coluna organização da aviação civil.

Mas se quiser só deixar... Precisa colocar aqui agora, só para não dar uma misturadinha? Então, tira o 16, por favor, só para ficar mais *clean*. Agora, os senhores vão ter que olhar para esse quadro e vão ter que definir como vão trabalhar.

Ricardo Bernardi, presente?

Ricardo Bisinotto Catanant?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Ficarei no 2 e no 14.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Dr. Rinaldo não está presente.

Dr. Nogueira também não está presente. Rinaldo não está presente. Dr. José Honorato.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Todos, exceto o 2, o segundo Anexo, e o 14.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, é o 6, 8, 9, 17, 18 e 19.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Tércio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Ficarei no 9, 14...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Desculpa. Sr. Glanzmann. Perdão.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Bom dia, Presidente. Anexo 2 e Anexo 14. Eu queria incluir também a questão do “outros”, notadamente na parte de serviços aéreos, que o Respício chamou de *business*, esse mesmo questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Agora, sim, Dr. Tercio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Ficarei no 9, 14, 16, 18 e “outros”.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Por fim, Dr. Thiago Pereira Pedroso.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Ficarei no 2, 14 e “outros”.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Presidente, praticamente todos os que estão participando deste grupo e os que virão integrar a Comissão vão estar no “outros”. Então, a minha ideia seria suprimir, nesta listagem, o “outros”; só nos concentrarmos aqui. Quando o grupo se reunir, aí, sim, vai se colocar o que é o quê.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Estou vendo que esse “outros” vai ser...

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Até o grupo chegar a uma terminologia, o que é o quê, se é regulação, se é políticas públicas e tudo mais. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Ao coordenador, ao relator, relatores membros, temos praticamente o grupo que tem que sofrer subdivisões.

Deixo, então, a cargo do coordenador do grupo para que realmente seja feita a distribuição dessas tarefas, para que vocês possam se organizar e verificar como fluirão os trabalhos.

Inclusive, existe a possibilidade até de começo imediato.

Em relação ao grupo...

Pois não, Prof. Donizeti.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Pode-se retirar a palavra “outros” dos outros nomes também, para ficar tudo uniformizado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso!

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Começaram a retirar, mas não a retiraram de todos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso! Retira dos outros. O.k.!

Bom, vamos ao próximo assunto: organização da aviação civil.

Estão aqui o Relator, o Kerlington, e o Coordenador, o Coronel Fernando Silva. Desse grupo, participam apenas o Sr. Eduardo Sanovicz... Deixo um destaque de que o Sanovicz participa do grupo. Apenas estou colocando aqui o mapa da Organização da Aviação Civil, de quem faz parte do grupo, como o Eduardo Sanovicz.

Sim, senhor!

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Os de nºs 1, 12, 13 e 16.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Peço só um instante, por favor.

Coronel, por favor!

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Os de nºs 1, 12, 13 e 16.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo!

Coronel Fernando!

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Os de nºs 1, 12 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Doriello está ausente.

Dr. Donizeti, desculpe-me!

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – O de nº 13.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O de nº 13.

A Profª Maria Helena fica com todos?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Com todos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Brigadeiro Gustavo também está ausente, o que é uma pena. Acredito que seria até de todos, mas não posso falar.

Estamos falando da organização da aviação civil.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu fico os de nºs 12, 13 e 16.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Desculpa! A Professora fica com os de nºs 12, 13 e 16.

Certo?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Isso! Obrigada.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Quero só dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Para o Brigadeiro Gustavo, pode colocar o Anexo nº 12, que é de responsabilidade do Decea.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor! O Brigadeiro Gustavo fica com o Anexo nº 12. Kerlington!

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Os de nºs 1, 7, 12 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – No meu caso, tocam todos. Mas vamos lá! Respício!

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – O de nº 16, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.!

Alguém está faltando? Só o Doriello que não está aqui, que não chegou ainda.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Georges!

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor!

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Estou faltando. Eu estou nesse grupo também. Fico com os de nºs 1, 7 e 16.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os de nºs 1, 7 e 16? Desculpe-me! É que não estou vendo seu nome aqui, na relação. Talvez, não tenha sido preenchido.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Roberto José Silveira Honorato. Sou o quarto aí na listinha.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Roberto, obrigado.

Há mais alguém, senhores?

Ele fica com os de nºs 1, 7 e 16.

Por fim, tratamos de navegação aérea. Na navegação aérea, pela ordem, está o Antônio Ivaldo.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – O de nº 11.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O de nº 11.

O Doriello está ausente, mas ele vai se encaixar.

No meu caso, são todos.

Pelo Brigadeiro Gustavo, fala o Fernando.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Pode pôr todos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Todos? O.k.!

Maria Helena!

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu vou ficar com os de nºs 2 e 10.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ela escolhe os de nºs 2 e 10.

Kerlington!

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Os de nºs 2 e 11, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – E temos aqui José Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – O 2, 10 e 11.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Houve algum anexo que não foi contemplado. O 3 não foi contemplado, o 4 não foi contemplado, mas creio que até pela especificidade do assunto, quem vai navegar bem deve ser o Decea, com certeza.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – O Anexo 4 está em navegação aérea.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Estou vendo os grupos ali. Os anexos que não estão contemplados.

Nós também temos o 10. O.k.; o 11, O.k..

Serviço de Informação Aeronáutica também, basicamente. Ou seja, como o grupo é pequeno, acho que todos poderão participar. É bom não deixarmos nenhum Anexo descoberto. Como o grupo é pequeno, acho que todos que fazem parte desse grupo devem contribuir. De acordo, senhores?

Bom, uma vez que estão divididos os grupos, vamos agora para a segunda fase do nosso trabalho. Os senhores já querem discutir, já querem verificar quais seriam as definições, os termos que serão utilizados?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Alguém, primeiramente, falou da preocupação a respeito das definições, mas, data vênua, acho que essas definições sairiam de dentro dos grupos de trabalho, a título de ganhar tempo, porque nosso tempo já é exíguo. Fragmentaria o fórum para dentro dos grupos de trabalho. As definições sairiam ali, e, no momento seguinte, quando os trabalhos dos grupos seriam apresentados para a Comissão completa, aí, sim, acho que deveríamos combater os conflitos, e, aqui, em plenário: “Aqui é aeronave”. “Não, estou chamando de aerolito”. “Eu concordo, eu discordo”. “Por que esse grupo quis chamar de aeronave e o outro de aerolito?” Eu acho que ganharíamos tempo. Sem termos material embrionário, qualquer que seja, começaríamos a discutir definição agora, hoje. Acho que essa definição seria logo após começarmos a ter algum tipo de material para poder começar. Como vou falar de definição, se não tenho ainda o direito material mínimo, qualquer que seja, para eu poder defini-lo? Então, a boa técnica legislativa seria a construção do direito material. Depois disso, coligar e colidir as diferenças dos termos que porventura teriam algum conflito. Isso seria num aspecto amplo, não num aspecto restrito.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Eu concordo com o Kerlington. Acho que cada subgrupo pode levantar os termos mais importantes para serem definidos em conjunto e, depois, poderia ser feita uma reunião de definições ou de terminologia. Aí seria mais claro isso, a menos que já tenhamos uma lista de termos. Acho que seria mais produtivo dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, seria até bom mesmo produzir a lista.

Professora. Depois o Respício, depois o Castanho.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu quero mostrar, projetar para vocês como eu fiz essa decodificação dentro de planilhas para poder chegar àquele livro que escrevi, à convenção e à legislação interna, para vocês terem uma ideia. Realmente, eu concordo com ele. A partir dessa esquematização, é muito mais simples você chegar a uma conclusão.

Você tem como projetar? Desculpem-me. Está em inglês. Se não, é um pouco difícil ter a visão de todo o ordenamento jurídico nacional e internacional.

Primeiro, eu fiz a *hard law*, lei positiva vigente cogente.

Pode ir passando rapidinho.

Vejam, daí vocês pegam só os itens específicos de importância de alteração do código ou da legislação, enfim, porque não dá para se fazer em planilhas toda a legislação.

Então, na realidade – abaixa um pouquinho, para ele ver. Não, sobe. Sobe –, ali seriam as normas relevantes, documentos internacionais, *hard law*, que convenções básicas terão essa interface com o Código brasileiro, mas somente os artigos fundamentais e definições, que você coloca em negrito. Porque você olha, começa a comparar e diz: “Nossa! Verdade? Eu pensei que fosse a mesma coisa!”. E não é. Às vezes há um *but*, um *however*, qualquer coisa diferente.

Pode subir, ou descer, não sei. Isso.

Pode passar mais rápido.

Depois, a parte de responsabilidade. Porque, na realidade, seriam só...

Nesses quadros que vão ficando vazios vocês vão verificar que são temas que não foram legislados, nesta convenção ou naquela. E você põe a mão: “Olha, é preciso isso” ou “Sugiro isso”.

Pode seguir.

Ainda estamos na *hard law*.

Pode subir.

Depois eu fiz sobre a legislação brasileira, Direito brasileiro, *hard law* também. O mesmo esquema. Quer dizer, o grupo tem que ver que prioridade, dentro daquela norma, ele vai estudar, ou daquele assunto, porque não dá para fazer uma decodificação de toda a legislação, item por item.

Então, é mais ou menos isso. O que eu sugeri foi fazermos exatamente isso, mas com cor, para ficar mais fácil. Por exemplo, colocar no centro, na tabela central, o Código Brasileiro de Aeronáutica, com uma cor especí-

fica. De um lado, a Convenção, e, de outro lado, o ordenamento jurídico interno, com cores. Deixando quadros, porque fica mais prático. Creio que é mais simples dessa forma. Porque é complicado. Eu demorei alguns meses.

Pode passar rápido.

Para vocês verificarem quanto material e quanta legislação foi... É óbvio que eu tive ajuda material para fazer isso.

Naqueles quadros ali eu deixei espaços para observações.

Então, é isso. Se alguém tiver alguma sugestão melhor...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

Prof. Respício, depois o Castanho.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Depois eu pus o *soft law*, que são recomendações que não são vigentes.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu acredito que podemos pelo menos apontar alguns desses termos, não entrar.

Concordo com você, Kerlington, com relação à definição, mas acredito que a Comissão como um todo pode levantar alguns desses temas que são mais problemáticos, vamos colocar dessa forma, para, aí sim, cada grupo trabalhar não só esses, mas outros que o grupo identifique.

Nós poderemos ter um primeiro levantamento de que termos são esses. Não faremos nada de definição, deixaremos os grupos trabalharem as definições. Mas vamos levantar pelo menos algo preliminar: “Olha, este termo é problemático, aquele termo é problemático; isto tem três definições diferentes”, como o Coronel apontou, que existe assim, assim e assado. Então, eu acredito que podemos pelo menos levantar uma lista preliminar, nem que sejam dez, e cada grupo trabalhe esses dez mais duzentos, para depois fazer como vocês falaram: cada grupo traz, explana e etc.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Castanho. *(Pausa.)*

Obrigado, Castanho.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Só para complementar. Por exemplo, se fizer o inverso, cada um coloca na planilha os termos comparativos e qual é a legislação, e depois deixa uma casinha em branco para a complementação. Fica tranquilo também.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Quem chega atrasado acaba sempre dando mais trabalho. Só para que o grupo que chegou depois entenda que, de acordo com a Convenção de Chicago, foram estabelecidos três itens, três grandes grupos, três temas. Dentro desses temas, foram distribuídos os dezenove anexos. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Só para entender, talvez até já tenham decidido e falado sobre o assunto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Dezoito.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Os cinco nós tiramos. Os cinco... Sim. Está lá por constar.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Entendi. Mas fica dentro de um grupo, que é “outros”, não é?

O.k. Vamos distribuir. E quando vamos fazer, não sei se já foi definido, a distribuição dos assuntos, porque nós temos hoje, na sequência do CBA, dentro desses anexos. Porque algumas coisas são diferentes. São abrangeiras, não é? Por exemplo, vamos trabalhar sobre a questão de escolhas.

Nós temos aeroclubes. Então, esses temas serão distribuídos nessa ordem, dentro dos anexos, antes de nós começarmos os trabalhos? Para evitar que, de repente, grupos diferentes trabalhem o mesmo tema, por entendimento de que aquilo pertence ou não àquele outro grupo. Não teríamos que fazer essa distribuição em plenário agora, para que começássemos os trabalhos já dentro dos assuntos pertinentes?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, coronel.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Parece-me um pouco complicado a gente fazer esse tipo de distribuição, porque, pelo menos nesse exemplo de escolas de aviação, porque isso está associado à formação. A formação é tratada... O Anexo 1 trata de licenças, não é exatamente formação. No caso, a licença engloba parcialmente a formação. Mas a formação também é tratada dentro de cada área.

Por exemplo, quando se fala de licenças, estabelecem-se requisitos para concessão da licença. Mas o Anexo não vai dispor sobre o tipo de treinamento. Isso é tratado em material de orientação, material guia da Icao. E há elementos que são tratados em treinamento, por exemplo, para pilotos, para tripulantes. Há outros documentos que estabelecem treinamento para controle de tráfego aéreo. Há outra documentação que esta-

belece treinamento para os investigadores. Talvez seja um pouco difícil fazer essa divisão, já que a gente optou por trabalhar com anexos.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Mas, a rigor, com a devida vênia, o Código não deve descer a tantos detalhes, porque há o órgão regulador. Então, hoje, na estrutura brasileira – isso também dentro do aspecto teológico e do ordenamento jurídico –, a gente tem que entender o papel de cada código, de cada diploma. Quer dizer, Constituição, Código, que delegou algumas coisas para a autoridade de aviação civil, no caso, que ela tem a responsabilidade de regulamentar, trazer a minúcia do treinamento. Então, o Código vai ter que ser uma visão macro e dizer que essa visão macro será regulada por quem de direito, pelo regulador.

Este é o problema do Brasil: a nossa Constituição é extremamente extensa, o nosso CBA hoje tem 324 artigos, fala de bagagem, de emissão de bilhete. O Código não tem que chegar a isso. O Código tem que identificar quem são os *players* e jogar a bola para eles. E os *players* institucionais, que são instituições da República que têm que cumprir o seu papel constitucional, que, no caso do treinamento, seria, da parte civil, a Anac e, através dos seus regulamentos, fazer isso, tendo como supedâneo normativo o Código.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – É exatamente sobre este ponto que eu queria dizer: a Anac para alguns e o Decea para outros. O Cenipa para outros...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O.k., dentro da aviação civil.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Pela ordem.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Como optou-se pela divisão em anexo, esses temas já serão tratados no nível adequado quando tratarmos dos anexos.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vamos pela ordem. Respício, por favor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Só para ilustrar – e, por favor, Presidente, corrija-me se estiver errado –, a divisão por anexos foi uma forma de facilitarmos a ordenação dos assuntos. Então, quando se fala de Anexo 1, licença de pessoal, nós não estamos *ipsis litteris* seguindo o que está escrito no anexo, mas, sim, o assunto pessoal, licenças de pessoal, pessoal etc. Ou seja, não é restrito ao que está no anexo, mas também o que orbita no título pessoal: licença de pessoal, pessoal e tudo mais.

Então, não é para se fechar no anexo e, sim, nos assuntos e subassuntos que orbitam aquilo ali. Então, quando vocês falam que há o instrutor, isso e aquilo outro, isso vai ser tratado pelo grupo que está com o Anexo 1 na mão, que vai ser endereçado para a autoridade de aviação competente. Vai ser apontado isso. Quer dizer, não é *ipsis litteris* tratar o que o anexo está. O anexo serve como um guia, uma referência de título de assunto. Essa é a divisão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Se nós temos o Anexo 1, que fala de licença de pessoal, para a parte em que o Código fala de licença de pessoal, você puxa esse assunto; você pega os artigos no Código e puxa esse assunto.

Pois não, Hugo.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Só uma sugestão, Sr. Presidente, em relação a isso. Se, eventualmente, surgir algum tema que alguém entenda que não esteja contemplado, de maneira absoluta, por nenhum dos anexos, isso poderia ser colocado dentro do próprio subgrupo. Naquele grupo, as pessoas, até mesmo naturalmente, pelas competências e formação daqueles membros, ali mesmo, podem decidir se aquilo fica dentro daquele ou se será remetido para outro, se houver algum tipo de impugnação, e, em última instância, trazer isso aqui para o Plenário. Justamente nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Liberdade de manobra, ou seja, o que vocês vão classificar dentro dos assuntos que sejam considerados como outros...

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – ... se vocês tiverem que deliberar em cima disso, não vemos nenhum óbice, a não ser que haja objeção.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sem dúvida.

Pois não, Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – A minha consideração foi a seguinte: nós estamos começando um trabalho como se estivéssemos criando um CBA; o CBA já existe e, bem ou mal, atende-nos até hoje. Então, dizer que os assuntos que estão lá incorporados nós vamos mudar totalmente é correto, se nós decidirmos dessa forma – o.k.; mas eu acho que teríamos que pegar os assuntos que estão lá, distribuí-los pelos anexos e, então, decidirmos se esses assuntos serão compilados, porque, se não, corremos o risco de deixar alguma coisa de fora, ou até... Não quer dizer que o anexo da Icao atenda totalmente as necessidades do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Veja só: a oportunidade que nós estamos tendo aqui é de fazer uma reforma; nós temos um Código que nos atende? Sim. Estamos voando, estamos operando, a coisa está funcionando, de certa forma, com certo grau de satisfação. Agora, a liberdade que nós temos para promover uma reforma não significa que nós também tenhamos que mudar todo o Código, mas, se nós pudermos especificar, se nós pudermos tratar e, dentro disso, reordenar de uma forma mais técnica e coerente, inclusive com as legislações internacionais, eu acho que essa é uma oportunidade também que pode ser trabalhada.

Sim, Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Realmente, o senhor não veio, mas debatemos na segunda-feira passada qual seria o método para se discutir isso. E deliberamos naquele dia que, em vez de estabelecermos a espinha dorsal dessa nova possibilidade de revisão, ou até de construção de um pensamento novo, no atual Código, seria melhor adotar as melhores práticas internacionais, por estarmos usando essas práticas e inseridos nelas. Então, no tocante aos assuntos, como o Prof. Respício falou, elegemos os macrotemas. A tabela da professora também é de extrema importância para que nós façamos isso, para que nada passe despercebido disso da sua observação.

Então, vejam: elegemos os macrotemas; dentro desses macrotemas, jogamos os anexos dentro, e agora o desafio é pegar os temas do CBA que estão afetos aos macrotemas e colocar... Isso foi tratado na segunda-feira passada. Isso vai acontecer.

“A espinha dorsal é este tema; aqui vai estar o CBA, aqui vai estar a Convenção e anexos”. E isso tudo vai convergir para essa espinha dorsal, e vai tomando corpo. A ideia é não deixar nenhum assunto do atual CBA passar; nós não podemos fazer isso; mas mudar a filosofia de construção legislativa do CBA de 1986, do governo militar, de uma realidade econômica e política que não existia como a de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, senhores, mais alguma ponderação, alguma colocação? (*Pausa.*)

Uma vez então que estão subdivididos os grupos, principalmente o grupo de transporte, eu coloco a situação: os senhores coordenadores já querem começar os trabalhos setoriais, já querem se reunir, já querem chamar para definir os temas em comum? Os senhores já estão preparados?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – ... em questão de organização da Comissão como um todo, Presidente: nas próximas reuniões, nós vamos dividir o dia de que forma? A parte da manhã será dos grupos, a parte da tarde vai ser o geral? Ou vai ser o contrário: de manhã, vai ser o geral; e a tarde seria dedicada aos grupos? Como é que vai ser essa divisão, só para termos ideia de como nós vamos trabalhar no nosso dia a dia presencial; não estou falando do dia a dia virtual.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. Vamos lá.

Professor, aqui, quando nós definimos, nas primeiras reuniões, como é que trabalharia a Comissão em si, nós deixamos claro que nós teríamos um modelo com certa liberdade para que pudéssemos manobrar; obviamente, nós temos que nos adaptar. “Vai ser necessário reunião toda semana?” Eu disse: talvez, no primeiro momento, tenhamos a necessidade de reuniões toda semana, de virmos aqui em Brasília toda semana, duas vezes por semana, alguns até já propuseram isso.

Como eu verifiquei também que, conforme as coisas vão trabalhando e vão amadurecendo e dependendo da responsabilidade de cada um, talvez não seja necessário encontrar toda semana. Agora, se não, se eu só tenho aquele dia da semana para me dedicar à reforma do CBA, vou chegar toda segunda-feira, 10h da manhã ou, se 10h for muito cedo, pode ser 13h, tudo bem. O importante é só avisar com antecedência à Secretaria das Comissões, que ela organiza.

Vamos precisar de duas ou três salas. Aqui, teremos tudo disponível. Todo o material estará disponibilizado. Se os senhores quiserem semana que vem, segunda-feira, o mais importante, independentemente do horário ou de nos reunirmos todos, penso que é que todos estudem, que todos já tenham propostas, que todos já permeabilizem a comunicação, que façam isso de maneira constante para, quando vierem a Brasília, pelo menos que já tenham algo pronto para apresentar e para discutir, e não começar a discutir do zero aqui, porque, senão, realmente, vamos ficar aqui um ano, e a coisa talvez não funcione.

Então, acho que temos liberdade, temos um dia, que é segunda-feira, em que podemos vir para cá para debater o que já foi deliberado ou para deliberar do zero, isso depende da conveniência dos senhores. O ideal para mim seria o quê? Seria que todos já viessem com os assuntos predefinidos, que fizessem as reuniões dos grupos no primeiro momento para que já definissem um plano de trabalho e já verificassem os assuntos que atacarão. Uma vez que esteja definido o assunto, o plano, a meta, no final de cada dia ou no segundo período...

do, que se apresentem essas metas ou o que foi produzido, até mesmo já para fins de deliberação. Isso é que seria o ideal.

Pois não, engenheiro.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Sr. Presidente, apenas a título de sugestão, como nós iniciamos os trabalhos às 10h da manhã e imagino que vamos parar por volta de meio-dia, nesse período mais curto, acho que deveríamos nos dedicar a reunir o grupo como um todo, e à tarde, que nós nos reuníssemos em comissão. Por que isso? Pelo que já conversei com a Profª Maria Helena, julgo que é extremamente importante que o corpo jurídico, que está, pelo que vi, igualmente distribuído por todas as comissões, possa ter uma conversa todas as segundas-feiras, porque eu sou, vamos dizer assim, usuário-fim. Eu não sei a linguagem jurídica, eu sei do que a aviação precisa onde eu trabalho, mas eu entendo que o pessoal do jurídico vai ter um trabalho muito grande.

Também foi proposto, na segunda-feira passada, que, quando essas comissões tivessem qualquer deliberação, que elas possuíssem espaço para apresentar isso para os demais. O Antônio até falou assim: “Poxa, às vezes, eu não vou estar numa comissão que fala de habilitação, mas quero saber o que está sendo tratado.” Então, acho que a gente poderia fazer um *schedule* de apresentação do trabalho dos grupos, o que os grupos estão fazendo, em todas as segundas-feiras, nesse primeiro horário, e que, nas segundas-feiras, na parte da tarde, nós pudéssemos nos dedicar às comissões divididas já, para o trabalho fluir.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, professora.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – E amanhã eu vou verificar com o Cícero realmente o que nós já temos aqui de material, de pesquisa, se, de repente, há alguma coisa que se proponha em nível de compatibilização, se já houver. Vou verificar o que há de material aqui, e também estou solicitando que se crie um grupo, um *e-mail* de grupo para que eu possa, então, encaminhar para vocês todo o material ou então alguma informação jurídica, o que eu for conversando com os colegas da área jurídica. Então, precisaria montarmos, ainda hoje. Dá tempo? Então, já montamos, já fazemos um grupo, e amanhã eu verifico e já mando, esta semana, para ver o que realmente já há, porque é impossível haver outras propostas de reforma em que não tenham sido feitas pesquisas. Não é possível isso. Então, vou verificar o que realmente existe e como realmente está funcionando esse nível de assessoria jurídica aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Acompanho a proposta do eminente engenheiro Celso Faria de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, antes de colocarmos em deliberação o que será, porque nós temos que nos adaptar, vou falar como advogado agora. A Justiça no Brasil ainda funciona porque existe uma coisa que se chama prazo. Ou seja, uma vez que tenhamos metas, prazos, que possamos encurtá-los, e não, obviamente, dilatá-los. Porque, senão, como se diz, vamos perder uma oportunidade histórica única, pelo menos na minha geração ou para a próxima geração. O nível de comprometimento de todos que estão aqui precisa ser algo inédito.

Eu acho que todo mundo está aqui... Nós temos aqui engenheiros, professores, empresários, comandantes, sindicalistas, todos com qual finalidade? Quer dizer, você fica segunda-feira à disposição. E é claro, então, que nós temos que ter essa definição clara do trabalho e precisamos que os senhores conversem entre si agora.

Eu também acho importante essa situação que o engenheiro colocou: num primeiro momento, sejam colocadas as deliberações, o que foi tratado em cada grupo, para que todos sejam consultados, e, na parte da tarde, então, possa se dar prosseguimento aos trabalhos dos grupos em si.

É isso que eu entendi? Alguma opinião? Professores? Coronel?

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Uma sugestão: talvez na última meia hora da tarde pudéssemos fazer um reencontro, só para um *feedback*, uma...

Estaremos todos aqui ainda no Senado no período da tarde, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não. Veja só, o ideal de uma reunião é que você a faça a toque de caixa até exaurir os assuntos.

“Agora é minha hora do almoço, duas horinhas...” Não. Eu acho que nós temos assuntos importantes, pendentes, para nós definirmos agora e tocarmos agora. Porque, de repente, você almoça, até que você chegue e chame todo mundo, a coisa desanda.

A não ser que nós cheguemos à seguinte conclusão: “Professor, já vou conversar com o meu grupo e, depois do almoço, às 14h, nós vamos nos encontrar e já vamos ter alguma coisa deliberada e encaminhada”. O Coronel Fernando diz a mesma coisa: “Nós temos alguma deliberação”. Ou seja, assim a coisa pode fluir.

Sim, Celso.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Somente para tentar explicar o porquê que eu não sugeri que, no final, houvesse outra reunião. Quem dá aula sabe que, geralmente, essa movimentação de pessoas tem uma inércia muito grande. Para você pegar, terminar um assunto, deslocar pessoas, fazer outra reunião, você gasta um tempo. Está certo?

Segundo, eu acho que também seria importante que o Coordenador e o Relator tivessem tempo para colocar o que foi deliberado na tarde em um formato PowerPoint, que ficasse palatável para todos nós, para que nós todos pudéssemos apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, vamos ver aqui o que falta então.

Acho que foi pedido à Consultoria do Senado para que fizesse essa relação, esse *pari passu*: quais são os artigos de cada assunto, como é que foi colocado, etc. e tal.

É bem provável que isso até amanhã esteja na mão.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu vou ter reunião amanhã às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Então, vou verificar um...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obviamente, uma vez que isso esteja pronto, também já será passado aos membros automaticamente.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Olha, no Anexo 1 e no Anexo 2 nós temos os artigos tais e tais que têm essas afinidades. E, obviamente...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não. Compatibilização, na hora, não dá para fazer. Isso tudo, essa tabela não dá para fazer na hora.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Claro que não. Mas é importante também que os membros já trabalhem com isso e que já possam trabalhar e buscar essa compatibilização, para que se tenham dois trabalhos paralelos e para que se evite o máximo de lacunas possíveis, o.k.?

Porque, olha só: se nós paramos agora o trabalho, durante a semana nós já temos o *pari passu*, já vamos colocar a comparação da legislação dentro dos anexos que nós temos, dentro dos temas: nós perdemos uma semana. Então, isso já é uma coisa que fica tensa, eu acredito.

Eu acho que nós podemos aproveitar agora o período da tarde até mesmo para fazer o quê? Eu acho que os grupos precisam conversar entre si, os grupos precisam se encontrar. "Ah! Mas eu faço parte de dois grupos." Não.

Então, você vai pegar o grupo com quem você tem mais afinidade, com quem você tem mais assuntos em comum e encontrar com ele. Depois, aquele grupo com quem você tem uma rebarba ou algo assim do gênero, você comunica, conversa com o outro grupo. Ou seja, senhores, liberdade de manobra para que os senhores possam se organizar e possam ver esses objetivos e ver como é que vocês vão trabalhar o mais rápido possível.

E nós podemos retornar aqui... Quem tem voo às 17h? Alguém tem voo às 17h? Voo às 18h? Às 18h.

Os senhores querem marcar um horário para que os grupos se reúnam aqui, trabalhem e depois já façam um *feedback*? Qual horário fica bom? Às 14h já fica bom para que os grupos já tenham conversado, já venham aqui?

Porque nós já começaremos uma reunião, para então nós já verificarmos os grupos e questionarmos os coordenadores dos grupos a respeito do trabalho, como é que vai ser feito, o que foi discutido, o.k.?

Alguma sugestão neste sentido, senhores?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Seguinte...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Houve uma sugestão de que os grupos apresentassem, para os demais membros, uma agenda do que seria conversado durante as próximas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Isso eu acredito que seja uma forma de você também manter os demais membros informados do andamento, até se você tiver interesse em participar de determinado assunto.

Neste momento, eu concordo com o Celso que, para a gente toda segunda-feira vir para cá e voltar no final da tarde, fica inviável. Na realidade, é muito difícil. Eu acho que a gente teria que, durante a semana, publicar entre os membros da Comissão o que foi feito e qual é a agenda para as próximas reuniões. Mas não seria necessário todos voltarem aqui.

Porém, para o trabalho começar de fato nos grupos, eu entendo que será essencial a planilha.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – E isso não dá para fazer amanhã, como o senhor falou. Não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Hoje.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Isso daí é um trabalho que eu levei praticamente seis meses levantando.

Quer dizer, para fazer essa compatibilização, por exemplo, com um grupo de oito pessoas, em dez dias dá para fazer. Porque é complicado, não é assim.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só uma sugestão, professora. Neste momento, talvez, possa ser disponibilizado o modelo da planilha...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu já encaminhei.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – ...e alguns exemplos. E todos os grupos, quando fossem trabalhando, trabalhariam no mesmo modelo de planilha, com as mesmas informações, para quando fossem juntar, no final, seguissem o mesmo padrão.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Isso eu faço. Ótimo! Então, amanhã cedo, amanhã com o Cris?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Cícero.

O SR. CÍCERO CRISPIM (*Fora do microfone.*) – Cícero Crispim.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Ai! Eu chamo de Cristiano, não tem jeito.

Cícero, então amanhã nós vamos fazer um modelo de planilha e vamos encaminhá-lo. Eu vou pegar alguns artigos, que eu entendo por oportunos, que seriam fundamentais, e fazer um modelito do que seria. E, cada um vai verificar. Mas, como eu falo, não é toda a legislação. São assuntos e artigos fundamentais, porque senão não tem condição.

Então, eu faço amanhã com ele de manhã. Já teremos pronto o *e-mail* do grupo?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Daí eu já encaminho amanhã.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Uma sugestão para os grupos para hoje à tarde seria passar os assuntos que estão dentro daquele grupo e tentar definir, entre as pessoas daquele grupo, as afinidades. Até para, de repente, dizer: “Você vai estudar este anexo ou esta área desse anexo, para tentar compatibilizar, dentro da planilha.”

Porque eu acho que, neste momento, não é interessante a gente propor a legislação.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não, não.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Mas estudar o que já existe.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Exatamente. Sem um *background* não tem como. Você tem que ter uma base.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Inclusive, todos aqui receberam cópia do CBA. Espero que realmente todos estejam lendo e verificando o que é o CBA.

Nós abrimos mão de fazer aquela consulta sistemática: atacar o artigo 1º, atacar o artigo 2º, atacar o artigo 3º e, realmente, optamos por uma metodologia mais científica. Agora nós vamos ter que fazer isso valer, o.k.?

Bem, senhores, os senhores querem se encontrar aqui às 14h para que, então, os grupos possam...

Agora, independentemente desse horário, senhores, vamos fazer com que os grupos já se encontrem agora, já se encontrem no almoço, já conversem, já possam, de certa forma, chegar aqui preparados, até mesmo para se ter uma ideia do que vai acontecer, do que vai ser produzido.

Sim, Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente, nós poderíamos já, através da Secretaria do Senado, por exemplo, designar: sala tal, Grupo 1; sala tal, Grupo 2; sala tal, Grupo 3? Porque fica mais fácil uma designação física para as pessoas se dirigirem com uma designação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós viremos aqui às 14h e vamos ver a disponibilidade de salas. Nós voltaremos aqui para ver a disponibilidade das salas. Ou seja...

Eles não têm agora o espaço definido.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Então, as reuniões dos grupos só começam às 14h. Eu pensei que as reuniões comessem agora e às 14h nós fossemos fazer outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor quer começar agora?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não. Foi isso que eu entendi. Desculpe-me se eu entendi errado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, vocês já querem reunir agora ou querem almoçar?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Almoçar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Difícil, deliberar sobre isso, não é?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Quem saiu daqui às 2h da manhã? Quem foi? Foi o Ivaldo?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Ninguém merece. Vamos almoçar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pode ser.

Então, senhores, às 14h teremos um *meeting point* aqui. A Consultoria do Senado, então, já vai verificar onde serão as reuniões, quais serão as salas disponíveis.

Comandante Milton, alguma opinião, alguma coisa?

O SR. MILTON ARANTES COSTA – Eu tenho uma reunião agendada às 14h. Eu vou sair daqui e vou tentar cancelar essa reunião para estar presente às 14h.

Caso eu não consiga chegar, considere a minha justificativa. Eu chego um pouquinho atrasado, por volta das três horas, três e pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mas, senhores, Comandante Milton, Comandante Cas-tanho, Coronel Fernando, Jenkins, representando aqui a Abear...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente, é só para tentar ver se a Mesa conseguiria atualizar aquelas listas com os novos membros, conforme nós fizemos aqui e aquilo que nós preenchemos também para as reuniões já comecem com base naquilo, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Então, senhores, reitero as boas-vindas. Saibam que aqui a palavra é sempre ofertada e, como nós falamos em sala de aula, a opinião que não é boa é aquela opinião que não é apresentada. Eu acho que aqui as ideias que devem circular devem circular da melhor forma. Por favor, façam uso da palavra.

Senhores, obrigado.

Às 14 horas estaremos de volta, já com os grupos temáticos.

(Suspensa às 12 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Relatores presentes, Vice-Presidente, senhores, boa tarde!

Fazemos aqui uma breve abertura dos trabalhos que nós estávamos desenvolvendo e, agora, vamos colocar aqui duas opções.

Eu estive conversando com a Secretaria e ela me passou o seguinte: nós temos três salas disponíveis, quais sejam, a salas 13, 15 – que é esta – e a 19, onde os grupos podem se reunir, fazer o seu *brainstorm*, conversar, ver as conclusões a que querem chegar...

Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bacana! Parabéns!

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Continuando, informo que a Secretaria das Comissões nos disponibilizou três salas para que os grupos possam conversar entre si, ver a melhor maneira como querem desenvolver os trabalhos, como isso será feito, sendo que as salas disponíveis são: a de nº 13, a de nº 15 – que é esta – e a de nº 19. São todas salas localizadas aqui neste corredor.

E nós temos, então, a seguinte sugestão: ou nós marcamos para um retorno aqui às 14h, para que, então, os senhores possam trazer as conclusões de algum trabalho, já apresentar um plano, já trabalhar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perdão; às 16h.

Obrigado, Tarso!

Todo mundo olhou para cima, mas só o senhor apontou para o relógio.

Ou, então, senhores, nós já podemos ir para essas reuniões temáticas, todos nós aqui, e liberdade de manobra, sem a necessidade de retorno.

Aí, os senhores terão o tempo que acharem interessante para concluir a pauta e já apresentar um pré-projeto ou um pré-plano, mais ou menos a minuta de como os senhores querem trabalhar, sendo que, ao longo desta semana, a Consultoria Legislativa do Senado Federal também irá trabalhar. E irá trabalhar em que sentido? Vamos ver a convalidação dos artigos do CBA dentro dos anexos que estão nos grupos temáticos. Ou seja, esclarecendo novamente uma dúvida: não vamos aplicar todos os anexos, suas normas e subnormas

dentro do CBA. Apenas dividimos pedagogicamente o CBA por temas do anexo I, porque, se pagarmos os mais de trezentos artigos do CBA e dividirmos por 18 ou 19, aparentemente não dá muita coisa, mas dá muito debate, o.k? E ainda temos o tema do 4º grupo que, com certeza, vai aparecer.

Assim, senhores, colocando para deliberação, os senhores querem se reunir e voltar aqui às 16h para já apresentar um resultado, conversar e aproveitar esse momento para acelerar a nossa dinâmica ou os senhores preferem fazer isso e apresentar na semana que vem, na segunda-feira? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acho melhor trabalharmos com horários pré-definidos.

Alguém se opõe?

Pode ser?

Sim, então, vamos ficar aqui. Às 16h, então, retornaremos. Os grupos deverão, então, apresentar mais ou menos uma minuta do trabalho. Independentemente disso, o que vai acontecer? Independentemente disso, a Consultoria do Senado Federal também já está fazendo sua pesquisa, já está fazendo seu trabalho. A Profª Maria Helena estará aqui amanhã, eu também estarei aqui amanhã para ver o que podemos desenvolver nesse sentido.

Foi colocada uma questão interessante: como vamos tratar a interpretação ou a entrada de normas internacionais, porque sabemos que o Código Civil tem uma lei de introdução ao Código Civil, que trata do Direito Internacional Privado. Sabemos que o CBA tem uma verba (arts. 1º e 2º) que se espelha muito nos tratados.

Ao mesmo tempo, temos uma discussão: aqui, no Brasil, podemos ter uma receptividade da norma internacional da maneira monista ou dualista. Monista é quando conhecemos a norma internacional como regra e também como fonte. A dualista, não: a norma ainda tem que ser internalizada totalmente para entrar no nosso ordenamento jurídico. E há aquela situação: se, de repente, temos algo que nos interessa, como, por exemplo, a situação de segurança e facilitação de aeroportos, temos, então, interpretação monista. Nós nos abeberamos nas regras externas e as colocamos aqui dentro. Se isso entra em choque com o Código de Defesa do Consumidor, responsabilidade do transportador, aí temos, então, uma coisa que fecha. Nesse caso, somos totalmente dualistas. Então, para nós, a regra não serve. Isso também será tratado, acredito, no Grupo “Outros” e será uma discussão eminentemente técnica.

Senhores, qual grupo vai ficar em qual sala?

Acho que o grupo maior pode ficar nesta sala. É uma ideia, mas parece que a sala 19 também é grande, não é? Acho que não vai haver problemas. “Mas eu posso participar de mais de um grupo.” Bem, a orientação é: atenham-se aos grupos menores para que eles não fiquem esvaziados totalmente e conversem com os relatores e sub-relatores, se for o caso, para que os senhores possam inteirar-se dos assuntos que estão sendo tratados. Assim, o Grupo de Navegação Aérea, o Grupo do Sistema de Aviação Civil devem também ser, de certa forma, apoiados, enquanto o Grupo de Transporte Aéreo, que é o grande grupo, com certeza, vai ter membros suficientes para o debate.

Neste momento, passo o cetro, passo aqui a responsabilidade aos coordenadores dos grupos e aos seus relatores para que possam se reunir. Às 16h, nos encontraremos novamente para ver quais são os trabalhos, o que os senhores estão definindo para tocarmos essa empreitada. Perfeito?

Obrigado.

Sim, Coronel.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Só para pedir ao Grupo de Organização da Aviação Civil para irmos para a sala 13.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aviação Civil, sala 13. Navegação Aérea, então, ficou com a sala 19 e o de Transporte Aéreo ficou com a sala 15.

Ricardo, Roberto, vocês dois são da Anac e vocês estão nos dois grupos. Não é isso? Ou vocês estão em grupos separados?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ah, então, cada um tem um grupo.

É porque, às vezes, se houvesse alguma organização representativa aqui, com dois ou mais membros, ficaria um membro em cada grupo, que seria o lógico.

Ronei, tem mais alguém da SAC aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os senhores, não é?

Os senhores estão em grupos separados ou são do mesmo grupo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, nesse caso, acho que seria interessante um dos senhores irem para um grupo que não seja o Transporte Aéreo, para que realmente haja quórum no outro grupo de debates.

Essa é só uma ideia, o.k.

Então, Thiago e Ronei, vocês, por favor, ajudem a fazer essa divisão para cooperar com os demais.

Sim, Sr. Catanant.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu tenho notado... Vou tentar dar voz aqui a uma certa inquietação que a Dr^a Maria Helena tem levantado com relação a uma questão essencialmente jurídica dos trabalhos, que tende a ser muito pesada.

Eu queria ponderar, é uma ideia que está me surgindo agora, não é firme, portanto, mas queira lançar para deliberação. Se não seria o caso de, eventualmente, nós termos um quarto grupo, que pudesse ser mesmo dentro dos outros, dado que o assunto ainda está um tanto quanto indefinido. Um grupo essencialmente jurídico, que pudesse puxar por essa parte, para fazer a coletânea da legislação, convenções internacionais, legislação esparsas, que é um trabalho bastante vasto. Eu tenho dúvidas se a gente vai conseguir trazer toda a legislação esparsa para dentro do Código, mas o levantamento inicial para a gente fazer essa avaliação talvez pudesse ser puxado por esse grupo essencialmente jurídico, que vá dar suporte para todos os demais.

Não estou... É só uma ideia que me surgiu aqui agora e eu queria compartilhar com os senhores.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu sei, ele sugere que esse apoio seja pelo Senado e, depois, o grupo de advogados fique só como apoio.

Mas eu gostaria de ter uma reunião com os advogados para nós realmente também harmonizarmos as nossas visões sobre essa revisão, enfim, se isso vai ser viável ou não em termos de fazer esse projeto via internacional. Ou começarmos pelo direito interno e pegar código por código, entre os colegas da área de Direito.

Nós vamos ter apoio, mas eu também ficaria confortável em ter muito apoio.

Poderíamos conversar...

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Podemos funcionar informalmente, inclusive.

A SR^a MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Exatamente.

Se possível, conversarmos com os advogados hoje, nesse período para nós... Depois cada um poderia ficar com um grupo orientando.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aí seríamos eu, Tércio, Hugo, a Prof^a Maria Helena... Ricardo, você é do Direito?

Você é da engenharia, não é?

Thiago, da engenharia? Ótimo.

Ah, o Kerlington já saiu, mas também podemos falar com ele.

Acho que é interessante termos esse grupo de apoio e podemos permeabilizar isso, mas mais interessante ainda será nós começarmos esse trabalho com os grupos agora. E obviamente que nós vamos definir com os advogados e com a própria Consultoria o apoio jurídico que todos os grupos precisarem. Mas seria fundamental que hoje os grupos comessem o trabalho. Acho que também seria interessante.

E, conforme a necessidade, Ricardo, nós também vamos adequando isso.

A SR^a MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – E como eu poderia conversar, por exemplo, uns 20 minutos com eles? Eu preciso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tudo bem. Pode ser agora, não é?

A SR^a MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Antes que ele mude de ideia.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Antes que a professora... Não, eu não vou mudar de ideia. Eu não vou dizer não para a senhora, de forma alguma.

Então, os grupos que já estão divididos já comecem a conversar sobre a questão do transporte aéreo, da navegação aérea, os termos de navegação e os causídicos.

A SR^a MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Vamos conversar rapidinho.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente, só uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Essas reuniões dos grupos de trabalho serão reuniões formais no sentido de formato da Casa ou podem ser reuniões que não obedeçam à formatação da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Olha, eu entendo que quanto mais formalidade, no nosso caso, melhor. Mas em que sentido? Que as pessoas possam aqui se reunir, estar presente e até mesmo em caráter oficial.

Agora, Respício, eu entendo também que a liberdade de manobra que é dada aos grupos para se reunirem inclusive fora da Casa ou talvez até dentro do Senado é a melhor maneira de fluir os trabalhos, é papel de cada grupo. Por exemplo, uma vez que os grupos venham aqui para Brasília, que estejam a trabalhar pela

Comissão... Agora, a maneira como os senhores vão trabalhar, o local etc. e tal, obviamente isso será um ato formal porque os senhores estarão aqui, estaremos em reunião da Comissão de Reforma do CBA.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu pergunto isso pela formatação: cada um quando falar tem que abrir o microfone, tem que falar, tem que ter o coordenador e o relator na frente, todos aqui. A esse formato é que estou me referindo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Se os senhores se sentirem mais confortáveis nesse formato... Será da maneira que os senhores se sentirem mais confortáveis, da maneira como os senhores decidirem. Se os senhores decidirem, por exemplo, que querem ficar na frente, que querem ter os dois relatores do seu lado, se todos concordarem e tiverem essa concepção de trabalho, não tem problema. Se, ao contrário, quiserem uma mesa redonda, todo mundo conversando igual...

Essa formatação agora, ou seja, os trabalhos da Comissão são suspensos, depois retornam e, nesse meio, os senhores têm liberdade de manobra de organização. Inclusive, se os senhores precisarem de qualquer artefato midiático, por exemplo, perdão, de mídia, projetor de multimídia, não sei se há possibilidade de gravação ou outros recursos, a Secretaria da Comissão, dentro do possível, vai disponibilizar para cada grupo, não só para o grupo principal.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ou seja, então, não; sem gravação. Realmente, serão apenas trazidas as conclusões e aqui elas serão gravadas.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Positivo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k., senhores, os grupos, então, estão divididos. Bom trabalho. Boa organização. Vamos agora conversar com os doutores causídicos, pois doutores de verdade tem um monte.

(Suspensa às 14 horas e 42 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 1 minuto.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, vamos dar início, então, aos trabalhos, inclusive já colocando essa discussão na pauta, até mesmo para que possamos ter um momento de início e também o encerramento.

Portanto, reiniciando os trabalhos que estavam suspensos para que os grupos pudessem deliberar ou, então, tratar o assunto entre si, coloco a palavra à disposição do grupo responsável sobre o transporte aéreo para apresentar a sugestão referente à coordenação dos trabalhos.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Nós chegamos a uma conclusão após um debate bastante interessante. Começamos desde uma abordagem bem purista e técnica, seguindo os tópicos do Anexo, comparando o que ele tem, o que não tem, se existe no CBA, não existe no CBA, etc. Foi uma discussão incremental. E nós chegamos à conclusão de que, dado o que está no Anexo da Icao, a nossa proposta é, logo na introdução do código, nós termos, de uma forma clara, indubitável, que o Anexo da Icao precisa ser cumprido no Brasil. Ponto. Quem vai fazer? Vai ser a autoridade A, vai ser a autoridade B ou a autoridade C? Isso também, nós vamos construir esse pensamento.

Mas alguma coisa precisa estar escrita e de uma forma bastante direta, bastante clara, dizendo: “todos os anexos das convenções, etc., etc., precisam estar em vigor no Brasil.” Com isso, muitos problemas acabam, inclusive grandes planilhas comparando ponto a ponto.

Então, primeiro, essa é a proposta que seria o primeiro passo discutido pelo grupo – esse seria o primeiro passo –, inclusive já foi até montado um grupo a respeito disso, que, no caso, são os juristas, os nossos três juristas, e nós vamos pensar em como fazer a proposta de construção para isso. Não é redação final, não é absolutamente nada. É uma proposta de como fazer isso.

Os dois passos seguintes são concomitantes, são simultâneos, que seriam: essa planilha que o Celso fez a proposta, cada um dos nossos subgrupos trabalharia – quer dizer, o Subgrupo Aeroportos, o Subgrupo Aeronaves e Aeronavegabilidade e o terceiro Subgrupo, cujo nome trocamos, o Grupo de Transporte Aéreo é o terceiro subgrupo, que não se chama mais Serviços Aéreos, ele agora se chama Políticas Públicas/Regulação Econômica.

Então, também, os coordenadores responsáveis por cada um desses subgrupos já têm, até semana que vem, um levantamento a ser feito, dar o *start* no processo, dar início a essa comparação técnica – tem no Código, não tem no Código –, como o Celso deu a ideia e o grupo todo achou muito interessante, fazer essa comparação.

E o que é o passo simultâneo? Além de comparar se tem ou não tem, é o que o Ricardo levantou: o que a gente precisa fazer para ter? O que não tem previsto no Código ou o que nós precisamos introduzir? Então, isso nós acreditamos que é uma simplificação bastante grande com relação ao que tínhamos em mente. Só

esse primeiro passo já vai cortar um volume de trabalho gigantesco, para fazer com que nessa lei, nessa reforma dessa nossa lei, esteja explícito dizendo: “nós temos que cumprir”. Se na lei está escrito que nós temos que cumprir, para que eu preciso ir de item a item, tópico a tópico de cada um dos anexos técnicos dizendo o que tem e o que não tem?

Então, é essa a nossa construção de pensamento que nós vamos começar a trabalhar, no caso.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É o seguinte: as convenções internacionais dizem: “aplica-se a convenção e respectivos anexos como parte integrante da convenção.” Você pode por um belo dispositivo no Código, como nós temos em outros: “aplicam-se as convenções na íntegra”, ou seja, aplica-se também o Anexo técnico vinculado à convenção.

Só que, em termos práticos, se esse Anexo você incorporou, virou Código Brasileiro da Aeronáutica, com essa disposição clara, o.k.; mas, se houver uma alteração de alguma norma dentro do Anexo técnico e, eventualmente, essa norma for contrária a alguma norma constitucional ou alguma norma hierarquicamente superior à convenção, se tiver um problema prático, concreto, o juiz não aplica.

Quer dizer, o que eu vi, em termos práticos, nesse mundo afora e no Direito Comparado... O problema é que esses anexos, o grande problema, é que eles são normas técnicas, elas vão sendo alteradas. Você tem que ou incorporar na íntegra aquilo como uma resolução ou como uma norma, sei lá o quê – precisa ver a natureza jurídica dela. Porque só dizer, no Código, “incorpora-se a convenção respectivos anexos”, se o Anexo for alterado – repito. E isso conflita com o ordenamento jurídico interno. E, se você tiver um problema jurídico, como aqui é tendência – quem é monista sou eu, não é o Poder Judiciário no Brasil –, se tiver um problema jurídico, não vai aplicar. Vai ser contrária, vai-se justificar que a ordem monista é contrária à Constituição do Brasil, é contrária etc., etc., e simplesmente não aplica.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Posso só, no intuito de ajudar?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Pois não.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Esse caso nosso aqui, acho que ele tem uma especificidade, que é muito relevante. A Constituição Federal não trata sobre absolutamente nada do que a gente está tratando aqui no CBA.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu sei, mas ela deixa aberta, é competência federal.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Sim, mas o risco de incompatibilidade das normas que estarão consagradas no CBA com a Constituição Federal, a não ser que seja uma coisa principiológica...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Isto que eu ia falar: principiológica...

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – ... é nenhuma.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Você tem que ver... Se você diz que é nenhuma... Porque a principiológica não é o que está no artigo, mas a principiológica da convenção: se não há nada contra a ordem econômica, a abertura de capital estrangeiro, não há nada, nada, nada contra...

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Eu acho que esse obstáculo eu não consigo vislumbrar.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Em termos práticos.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – A visualização da senhora é perfeita e irretocável. Mas estamos lidando com um ambiente onde esse risco...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Que não vai ter esse problema.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – É. E as outras normas, que não o CBA, também inexistem, ou, se existem, elas serão agora substituídas pelo CBA. Tanto é verdade que o outro grande trabalho do nosso grupo é justamente identificar esse direito, essas normas de espaços, para enxergar onde é que haveria um eventual choque.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Entendi.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Qual era a grande preocupação que, pelo menos, foi identificada no começo do nosso encontro? É que, de fato, existem muitas e muitas e muitas e muitas normas, principalmente essas referentes à segurança, que serão eventualmente modificadas – porque serão, sim, nós já sabemos disso –, mas temos que arranjar uma fórmula em que nem elas ficarão engessadas, mas também elas não podem ficar ao sabor dos ventos, como a senhora perfeitamente sabe que não é recomendável acontecer.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Só uma pergunta: em termos práticos, incorporando o Brasil, as entidades têm condições de cumprir tudo que está no Anexo técnico? Se tiverem, tudo bem. Vocês têm condições de cumprir todas as normas técnicas?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Professora, o Coronel Fernando fez inscrição. Coronel, por favor.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Eu queria dar um exemplo de um problema que conseguimos sanar no ano passado, pelo menos parcialmente, mas era um problema que persistia e esse tipo de solução não iria resolver, que é justamente a questão da proteção às fontes de informação que alimentam a investigação dos acidentes. Então, entramos numa seara que conflita com Lei de Acesso à Informação, conflita com confidencialidade. De certa maneira, nós remamos num caminho oposto a uma tendência. Quem não entende muito bem o que é a investigação voltada para a prevenção, num primeiro momento pode achar que não deveria haver nenhuma proteção. Essa proteção consta de um Anexo, mas, se tivéssemos simplesmente a menção, no início do Código, de dever de observância dos dispositivos do Anexo, ela simplesmente vai ser atropela, por conta da legislação que temos, que caminha em outro sentido.

Então, para que aproveitemos bem esta oportunidade de rever a lei, parece-me que cada área que tenha um conhecimento profundo de cada Anexo deveria estudar o Anexo, para tentar identificar nele os dispositivos que têm uma importância ou uma estabilidade que comportem a colocação num nível de lei.

Reconheço que a maioria dos dispositivos deve ficar num nível infralegal, mas um ou outro deve estar explícito na lei, senão daqui a seis, oito, dez meses, invariavelmente, vamos enfrentar problemas.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Mas a tabela do Celso é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Engenheiro Celso, por favor, inscrição

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Outra coisa que também deve ser lembrada é o seguinte: nem sempre é esse conflito de legislação. Como a Profª Maria Helena perguntou, existe como você cumprir tudo isso? Existem alguns dispositivos para os quais é necessário dinheiro. Por exemplo, já existe um acordo para que o Brasil implante o Sistema ADS-B, mas nós não temos as antenas e não temos dotação orçamentária para isso. Às vezes, é complicado colocar isso numa lei. Então, eu acho que também por isso serve a análise que o colega Catanant colocou que é de falar: vem cumprindo? Não vem cumprindo? O que seria uma forma de se cumprir isso, certo?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não é se vem cumprindo; é se tem condição de cumprir. O que é que é o “vem cumprindo”?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – A proposta que gerou aquela coluna da tabela, de dizer se está sendo cumprindo ou não pode gerar um entendimento que a gente queira entrar na minúcia de cada regra estar sendo descumprida ou não, por falha de regulamento ou não – e me filiando ao esposado pelo representante do Cenipa – é exatamente este o ponto que eu tentei trazer: a partir da experiência de cada um, do conhecimento das normas dos anexos, trazer o que vem dando problema e que essa regra geral de entronização dos tratados e convenções internacionais não vêm resolvendo e que vale a pena cravar na legislação no futuro Código.

Posso trazer até outros exemplos aqui, como... Talvez os anexos não seja o grande problema, exceto esse caso trazido pelo representante do Cenipa, que é emblemático. Mas, por exemplo, legislações esparsas, questões que estejam às vezes no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor e que Montreal, Varsóvia trouxeram, na questão da limitação de responsabilidade. Montreal confirmou agora, em 1999, entronizado por decreto em 2006, que é a questão da limitação de responsabilidade, que o Judiciário vem sistematicamente passando por cima e condenando em valores muito superiores esses que estão cravados por transporte internacional nessas convenções.

Está-se levantando o descumprimento do Código de Defesa do Consumidor ou dessa Convenção de Aviação Civil. Esse caso me parece relevante o suficiente para que a gente faça algo que eu também já trago aqui como exemplo, que eventualmente merecesse ser mais bem discutido e, por que não, eventualmente cravado, colocado no novo Código de Aeronáutica.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Agora, com você explicando, eu entendi o que vem sendo cumprido. Isso que eu não tinha entendido, agora eu entendi.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – O.k.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Só um pequeno parêntese para falar da minha experiência, nessa questão, mudando, de água de lastro. Quando foi feita a convenção, eu falei: olha, há a responsabilidade internacional do Estado para cumprir aquilo para terceiros países. Em nível de Direito Internacional Privado, no Brasil, aplica-se a lei do lugar da constituição do ato jurídico. Se você constitui aqui, aplica-se a lei brasileira; se você aplicar lá fora, aplica-se a lei estrangeira. Você pode executar aqui se não for contra a Constituição, aquela coisa toda... Depois, em termos práticos, não há como a Marinha ou o Governo fazerem instalações para receberem água de lastro.

Então, quando eu pergunto, isso também... Ou seja, vai internalizar todos esses anexos, não a tenho experiência técnica deles. Se houver a possibilidade de o Governo brasileiro, de a empresa, de a iniciativa privada cumprirem todas aquelas normas. Mas se precisa ver se há possibilidade.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Mas é exatamente isso, a tabela tem as exceções. É disso que o Ricardo está falando e é disso que o Celso estava falando. Nós vamos incluir as exceções.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Vão.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Exatamente. É por isso que existe a experiência dos grupos e de todos os técnicos especialistas aqui, juntamente com os nossos colegas advogados do grupo e dos outros grupos também, é uma proposta do nosso grupo, para que essas exceções sejam levantadas, para que trabalhem daquela forma incremental e não do detalhe como do detalhe como estávamos pensando antes. Quer dizer, nós vamos ganhar um tempo gigantesco com relação a isso. Nós não vamos passo a passo agora, nós não vamos pegar item a item, letra a letra.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É o que nós também estávamos pensando.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, nesse sentido, depois do Roberto, vou pedir as conclusões do grupo e aí, depois, vamos passar, então, às conclusões do Grupo 2.

Pois não, Roberto.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – É só uma nota em relação ao que foi discutido aqui quanto ao cumprimento dos anexos.

O art. 38 da Convenção de Chicago fala da possibilidade de diferenças, estabelece como é que isso pode ser tratado. Ou seja, o Brasil tem como norte o cumprimento com a convenção e com os seus anexos. Eventuais diferenças que por algum motivo o Estado tenha podem ser tratadas, não é a ferro e fogo isso.

Não sei se foi citado, mas o Decreto nº 21.713, de 1946, é a internalização da Convenção de Chicago.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Inclusive, esse art. 38 será um ponto realmente muito interessante até para questões da aviação geral, quando nós verificaremos realmente algumas questões de padronização.

Sim, professora.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não, é que eu estou pensando nele, pensando nele...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, senhores, Dr. Respício, há mais alguma colocação em relação ao trabalho a ser apresentado? Como os senhores farão? Dessa forma?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Semana que vem acordamos de prepararmos uma apresentação interna, que pode ser feita para os outros grupos, com relação a esse primeiro *start*, à primeira semana de trabalho efetivo em cima dessa sistemática de planilhas.

Com relação àquele subgrupo que mudou de nome de Serviços Aéreos para Políticas Públicas/Regulação Econômica, como não há referencial algum com relação aos anexos, vamos procurar nas outras legislações e no próprio Código. Certo? Semana que vem vamos já trazer o início de todas essas frentes que serão apresentadas internamente ao grupo e posteriormente, no final do dia, como a Mesa decidir.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Então, o começo do dia já seria a apresentação desses trabalhos, dessas conclusões que o grupo fez ao longo da semana.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Se na parte da manhã for apresentação geral, sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Já haveria capacidade para isso?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Bem, só tenho que... Depois de escutar o próximo grupo aqui e ver o debate, quero só dar dois recados, que, inclusive, serão importantes para o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Kerlington, o senhor ou o coronel querem dispor, segundo o seu ponto de vista, como serão devolvidos os trabalhos do grupo voltados ao Grupo 2?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Na verdade, não quanto ao meu ponto de vista... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, de acordo com o ponto de vista do grupo. Claro!

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O ponto de vista é do grupo. E também já deixo frisado para os colegas que o macrogrupo 3 está em contraponto ao microgrupo 2, que só foi formado por mim, o coronel, o Presidente a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso eu vou observar daqui a pouco.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Sim.

Solicito também aos senhores que, se houver dois representantes da Anac, entre os membros, que um vá para a gente. Se houver dois representantes da SAC, que um vá para a gente. Eu acho que, como vocês estão representando a instituição, também poderiam dar esse *sprint*.

É uma sugestão minha, e isso também enriqueceria o debate. Nós nos sentimos sozinhos lá na outra sala. (*Risos.*)

Analizando também, como o fez o Prof. Respício, se começássemos do detalhe, a gente iria perder um tempo terrível e talvez não conseguiria sair do específico para o geral, mas, sim, do geral para o específico. Então, a sugestão de trabalho que a gente propôs, justamente para melhorar na metodologia, até depois na concatenação das ideias e do que for produzindo...

O art. 25 do atual CBA divide o sistema de infraestrutura aeronáutica, e não de infraestrutura aeroportuária, quer dizer, todo o nosso sistema, todo nosso arcabouço aeronáutico, em dez sistemas, quais sejam: o sistema aeroportuário; o sistema de proteção ao voo; o sistema de segurança de voo; o sistema do registro brasileiro; o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos; o sistema de facilitação, segurança e coordenação de transporte aéreo; o sistema de formação e adestramento de pessoal, que é destinado à navegação aérea e infra-aeronáutica; o sistema de indústria aeronáutica; o sistema de serviços auxiliares; e um décimo sistema, que está aqui escondido, que é o sistema de coordenação da infraestrutura aeronáutica.

Como foi muito bem colocado pelo Cel. Camargo, quando o sistema de infraestrutura aeronáutica estava abaixo do Ministério da Aeronáutica, abaixo do guarda-chuva do Ministério da Aeronáutica, todos esses nove sistemas anteriores estavam sob a coordenação do Ministro. Ele era o coordenador-mor desses nove sistemas passados, porque todos estavam abaixo do guarda-chuva dele. Com o passar do tempo, esses sistemas foram sacados desse guarda-chuva da aeronáutica, e esse último sistema de coordenação de infra-aeronáutica passou a não existir na prática, porque os sistemas já não estavam no mesmo guarda-chuva.

Faço essa introdução, porque, como estamos percebendo, temos muito trabalho a fazer – o sistema é complexo. E perguntei também ao coronel, ao Presidente, à Relatora, se havia algum sistema de infraestrutura aeronáutica, e não aeroportuária, do sistema macro, que não estava dentro desses dez sistemas. Por exemplo, para ser mais prático, falta algum sistema, aqui dentro do art. 25, que, na nossa realidade, exista? É a pergunta.

Então, pelo que vimos, todos os sistemas estão aqui. O sistema aeroportuário; o sistema de proteção ao voo; o sistema de segurança de voo; o sistema do RAB; o sistema Sipaer; o sistema de facilitação, segurança e coordenação de transporte aéreo; o sistema de formação, que, no caso, seriam os certificados de licença etc.; o sistema da indústria; e o sistema dos serviços.

Como primeiro temos que generalizar para depois ser específicos, na visão da Relatora, que desde o início tem dito para começarmos pelo macro para depois descermos ao micro, o que nós vimos e sugerimos foi que: os anexos já estão divididos entre os grupos, mas que cada grupo adotasse o seu sistema. E uma sugestão de metodologia era de que primeiro os grupos analisassem o seu sistema. Depois de acabar a fase macro do sistema – e essa tabela do Celso vai ajudar muito, porque tem tudo a ver com o sistema –, aí sim começaria do 106 para a frente. Por exemplo: o 106 refere-se à aeronave, o 107, também, o 108 diz respeito a certificado de matrícula. É um assunto que permeia todos os megatemas. Se tratarmos, por exemplo, de aeronave, todos os grupos têm necessidade desse tema, ou seja, são afetados pelo tema aeronaves.

A sugestão que estou trazendo ao grupo – e me parece que isso já está sendo feito no grupo – seria de que tratássemos primeiro sistemicamente e de uma forma rápida – eu consegui dividir os sistemas em cada grupo – e, depois que analisássemos o sistema, nós desceríamos para o micro, senão vamos embolar macro com micro. Por exemplo: essa questão que o Respício levantou, de adotarmos a convenção, é macro. Ela é interessante, porque resolve vários problemas nossos, mas temos que fechar a parte macro para depois descer para o específico. Aí sim, será aeronave, classificação de aeronave, CA, CM, Infra, Infraero/Portuária, alienação, contratos. Percebem que isso é micro, específico?

Então, a sugestão que eu também já fiz para o Presidente – e depois o coronel poderá me ajudar falando sobre isso – foi de que nós dividíssemos esses dez sistemas. Quanto ao décimo sistema, o Presidente vai tratar depois sobre coordenação da infraestrutura aeronáutica, que seria um órgão que coordenasse todos esses sistemas. E depois definiríamos um *deadline*: olha, vamos ter três semanas para tratar do sistema. Tratou o sistema, vem aqui, junta os sistemas, vê se não há confusão de sistemas e, quando acabar o sistema, desceremos para o micro.

Coronel, se quiser completar...

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Kerlington, eu só tenho uma ressalva a sua sugestão, que é a seguinte: como estamos trabalhando o Código, nós vamos ter que padronizar e definir uma nomenclatura para a infraestrutura aeronáutica. Por quê?

O Código Brasileiro de Aeronáutica define infraestrutura aeronáutica como o todo, no art. 25. A lei de criação da Anac define infraestrutura aeronáutica como espécie. Inclusive isso causa tanta confusão que, se você pegar a lei de criação da Anac, você entende que dentro de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica cabe tudo. E, se você vai ao art. 25 do Código Brasileiro de Aeronáutica, ele coloca a infraestrutura aeronáutica como um todo, e a lei que criou a Anac diz: “Compete à agência regular e fiscalizar a infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, exceto o sistema de investigação de acidentes aeronáuticos e controle do espaço aéreo.” Então,

a lei de 2005, da Anac, dá definição distinta. Você tem uma infraestrutura aeroportuária e uma infraestrutura aeronáutica. E, às vezes, dentro do aeroporto, uma parte dele é também uma infraestrutura aeronáutica. Por exemplo: o aeródromo é uma infraestrutura aeronáutica, que é a infraestrutura dedicada àquela interface com a navegação aérea.

Então, nós temos um desafio de nomenclatura, porque o Código tem um conceito total, outras leis, de espécie e isso vai ter que ser...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É, mas a rigor, o nome... A gente dá o nome que quiser. Eu não estou me atendo ao nome. É muito interessante a sua posição, mas o nome... Ah, o nome mais pertinente é infraestrutura sei lá o quê, x. Mas a ideia dos sistemas... O nome se ajeita depois, com a experiência de todo mundo.

Se a gente deixar muito, eu digo, se a gente não tratar primeiro o macro para, depois, ir para o específico, a gente pode... Por exemplo, no nosso grupo, o Grupo 2, a gente deu um número, entraria o sistema do RAB, o sistema Sipaer, o sistema de formação, que tem tudo a ver com os anexos que estão com a gente. Mas, metodologicamente, a gente trataria primeiro do sistema. Aí depois eu ia...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Prof. Respício, pois não.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Bem, é o Respício que está falando; não estou falando em nome do grupo. Na minha opinião, o endereçamento do Grupo de Transporte Aéreo já parte do macro, com uma simplificação absurda. E segundo, dando bastante ênfase que é o Respício que está falando, essa estruturação em sistemas, para mim, é completamente obsoleta, completamente obsoleta.

Nós temos um grande sistema, que não é apenas com relação a novas definições – o Doriello lembrou muito bem a lei de criação da Anac –, mas que, conceitualmente, pode, inclusive, no futuro, ser revisto. E eu torceria, assim, infinitamente, que fosse revisto.

Um deles é exatamente o – aspas – “Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos”. Eu declaro aqui que sou fã do ATSB australiano e do NTSB americano. Na minha opinião, é um absurdo o Brasil não ter um órgão de fiscalização e prevenção de acidentes e incidentes rodoviários, ferroviários, aquaviários e tudo mais.

Na minha opinião, tudo deveria estar sendo tratado dentro de um único órgão, e não o Comando da Aeronáutica falar sobre aviação; ninguém falar de rodoviário; a Capitania dos Portos tocar muito de leve com relação aos acidentes dentro do nosso mar territorial; e por aí vai.

Então, além de considerar essa divisão por sistemas completamente obsoleta, se for o conceito de partir do macro, a proposta do Grupo de Transporte Aéreo, que já parte do macro do macro, na minha opinião tem uma validade maior do que se partir – entre aspas – de “sistemas que foram definidos (não importa o nome, concordo com Kerlington) como separados”; vamos dizer assim, que depois eles vão se unir num grande sistema, trinta e tantos, quarenta anos atrás.

Lembrando o que o Presidente sempre fala e com que eu concordo, nós estamos com a possibilidade de fazemos algo realmente novo. E eu acredito que nós não podemos nos basear tanto pelas definições e pelos conceitos que foram colocados 40 anos atrás. Muitos estão válidos? Com toda a certeza, mas eu acredito que, talvez, esteja na hora de questioná-los, modernizá-los e, principalmente, questioná-los, porque nós estamos criando algo para que não seja necessário, daqui a 20 anos, alguém novamente fazer a mesma coisa que nós estamos fazendo aqui. “Olha, nós vamos ter que partir de novo do zero, o pessoal sentou ali atrás, o Senado aprovou, a Câmara alterou aqui, assim e assado, e está tudo obsoleto de novo.”

Eu acho que nós temos aqui uma grande oportunidade de fazermos alguma coisa que não esteja baseada em conceitos de 40 anos atrás.

Obrigado.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Um minutinho. Quando foi adotada essa questão da parte sistêmica, na realidade é para a divisão por tema, por uma análise jurídica, mas não foi para inserir e seguir essa sistemática, não foi, nem para adotar terminologias.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu mantenho exatamente o que eu falei. Eu não troco uma única letra, mesmo sendo o princípio jurídico. Eu não troco uma única letra do que eu falei.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas você entende o que significa? Seria uma análise daqueles temas e verificar onde eles vão ser inseridos. Não significa a adoção daquela divisão sistêmica.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Bem, se a divisão sistêmica está partindo como base para ser dividido...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Foi o que foi colocado.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não. Está difícil explicar para ele.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – De qualquer forma, explicando ou não, eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – É o Respício que está falando. Eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Fernando, antes da colocação do senhor, pedindo desculpas pela interrupção, como se diz, os grupos têm, como objetivo, chegar a resultados comuns.

A metodologia entre os grupos, como se diz, assim, eu acredito que apenas não deva ser conflitante. Agora, por exemplo, o Grupo de Transporte já tem a definição, já parte do sistema macro e vai seguir essa organização, perfeito. Se o grupo de Sistema de Aviação Civil entende que há outra metodologia que pode ser aplicada e que pode também representar um resultado final que seja coerente, eu também – como é que eu vou dizer! – acho interessante. Às vezes, porque no Grupo de Transporte Aéreo os assuntos são muito maiores, até, e também são muito mais amplos. Então, é por esse sentido.

Ou seja, o que está acontecendo, aqui, é um sugestionamento. Não é uma coisa que deve ser seguida. Obviamente, o ideal seria chegar a um denominador comum, mas, como se fala, respeitando a autonomia e a metodologia de trabalho de cada grupo, eu não vejo problema de cada um funcionar.

Fernando. Por favor, coronel.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Não, eu só... Como nós não participamos da discussão do grupo que estava aqui, simplesmente vimos uma planilha, então realmente não temos conhecimento de como vai ser o trabalho de vocês.

O que nós fizemos é o seguinte: nós estamos aqui para revisar uma lei que já existe. Portanto, essa revisão tem que, inicialmente, abordar a lei na sua inteireza. Eu acredito que isso seja um ponto pacífico. Pelo menos, o trabalho da Comissão é: reforma do Código Brasileiro. Então, a premissa é que nós vamos revisar o Código Brasileiro. Isso aí, inclusive, faz parte do documento normativo que nos coloca nesta sala. Do contrário, não estaríamos aqui. Não estamos aqui para fazer outra coisa. Estamos aqui para revisar o Código. Consequentemente, para revisar o Código, nós devemos avaliar cada um dos dispositivos do Código. Parece-me que isso também é um ponto pacífico. Isso é intrínseco à natureza desse grupo.

Então, o nosso grupo optou por abordar esses artigos do Código dentro dos sistemas. Então, nós não vamos avaliar o sistema, mas simplesmente vamos tratar da abrangência dessa área que nos coube, como Grupo 2, considerando a disposição dos artigos dentro do sistema, vendo o que está compatível com os dispositivos que são aplicados na aviação mundial, hoje, e os que não estão mais.

Agora – e isso foi uma questão que eu levantei, quando estávamos lá no trabalho –, qual vai ser a estrutura desse novo Código? Então, isso é uma outra questão. A estrutura do novo Código – se ele vai apresentar sistemas, como é que ele vai ser tratado, se ele vai tratar por anexos, por áreas, enfim – é uma outra discussão. O que nós estamos tratando, aqui, é de um método para que a legislação que nós temos a obrigação de revisar, que é o Código Brasileiro de Aeronáutica, seja totalmente, integralmente, revisada. É só essa questão que eu queria deixar clara.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Só complementando, aqui, o que o coronel falou, eu acho que, independentemente de pensar, agora, em sistema ou não sistema, acho que, para a gente não ficar enclausurado em pensar em caixinhas fechadas, acho que muito mais valeria a gente começar uma discussão transversal e, se fosse o caso, após uma proposta, já inicial, de alguma boneca, de alguma minuta de texto, a gente, depois, tentar encaixar, seja em sistema, seja em grupo, em anexo, do que a gente tentar, agora, *a priori*, definir as competências de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu concordo, e há até uma situação, que é a seguinte: vendo, aqui, do que se trata o Grupo 2 – licenças do ar, marcas internacionais de aeronaves, busca e salvamento, investigação de acidentes aeronáuticos e proteção ao meio ambiente –, eu percebo que esses índices, aqui, que esses tópicos que estão sendo tratados, de certa forma, são, por assim dizer, até mais estáveis, enquanto que os assuntos que são tratados em relação ao setor voltado ao transporte aéreo são muito mais dinâmicos.

Eu entendi a preocupação do Respício, exatamente por causa da dinamicidade do setor e do grupo com os quais vocês estão tratando, porque, afinal de contas, as evoluções, aí, são constantes. Obviamente, se nós tivéssemos um mecanismo legal, que previsse a adoção desse tipo de ordenamento, que fizesse uma atualização constante – conforme acontece com a legislação internacional e o avanço técnico que tem a aviação – e que se colocasse aqui para dentro, seria o ideal.

Mas, obviamente, nós temos também, por outro lado – não vou entrar no mérito, por favor, não estou aqui conduzindo ou induzindo, não vou entrar no mérito –, impedimentos, alguns impedimentos, de certa ordem legal.

Então, senhores, o que nós podemos, assim, definir por agora? Nós temos, assim, os dois grupos, sendo que o Grupo 1 ficou, de certa forma, um pouco prejudicado, uma vez que o próprio Brigadeiro Gustavo não está presente para que pudesse tomar essa frente e, coincidentemente, eu, o Doriêdo, a Maria Helena, o Kerlington, o Antônio e o Castanho fazemos parte também deste grupo e o Castanho também faz parte do Grupo 3, que é o Grupo do Transporte Aéreo, então, esse grupo ficou esvaziado. Não acho que seria interessante um grupo assim ficar esvaziado.

Da mesma forma, eu chamo atenção novamente em relação ao Grupo 2, as organizações aqui que têm os dois representantes. Nós pedimos, por favor, encarecidamente, para que disponibilizassem um dos membros para que estivesse acompanhando o outro grupo e, depois, se inteirassem.

Eu entendo que o assunto transporte aéreo é muito mais instigante, mas tudo no Código é sistêmico e é importante. Então, peço, por favor, para que todos possam fazer essa cooperação.

Dessa forma...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um momento, Kerlington, por favor, só para fazer um arremate, acho que está, até, dentro do assunto que o senhor quer entrar.

Dessa forma, nós vamos passar para o seguinte, então, o Grupo de Transporte Aéreo já tem uma definição de trabalho, um método para ser atingido na semana que vem, o.k.? Certo.

Kerlington, pois não, como do Grupo 2...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não, como a fala do Grupo 2 já encerrou e a do Grupo 1 não teve, eu vou mudar o nome da minha fala: em vez de sistema, vou colocar assunto. Eu estou, agora, legislando em causa própria, em defesa do que falei e me expressei, talvez, equivocadamente.

Temos vários assuntos dentro do assunto aviação brasileira. Seja essa aviação militar, civil, mercantil, seja essa aviação qual for, então, existem vários assuntos. Quanto a esses assuntos, concordo com o coronel. Eu, Kerlington, discordo do Respício, porque nós estamos reformando uma lei já existente, vigente, cogente, que muda o nosso mundo jurídico. Então, a gente não está na comissão de criação do Código, já existe um e temos que olhar para ele e ver o que, em tese, presta, o que não presta ou o que pode ser melhorado. A gente não pode fugir disso. Então, nós temos vários assuntos que, hoje, o nosso Código cogente trata. Se ele é ultrapassado ou não vamos discutir doravante. A gente vai discutir isso.

A minha sugestão – aqui eu falo como um membro da Comissão, eu posso sugerir e posso propor, aceitem ou não, votemos ou não, eu estou propondo ao Presidente – é que, como nós dividimos os macrotemas e inserimos os anexos da Convenção de Chicago dentro desses macrotemas, eu sugiro que os assuntos, não os sistemas, professor, os assuntos sejam também colocados nesses macrotemas, para termos certeza de que estamos revendo o que está acontecendo hoje. E, olhando para o que está acontecendo hoje, podermos criticar o sistema atual e sugerir mudanças. O que é crítica? Isso os doutores e mestres sabem melhor do que eu, criticar é simplesmente tirar uma foto e analisar a *big picture*, eu preciso olhar.

Então, a minha proposta nada mais foi ou é que, da mesma maneira que a gente fez com os anexos, distribuiu, a gente distribua os assuntos macro do nosso Código atual para dentro dos grupos, aí a gente vai ter certeza de que está analisando Icao e está analisando, hoje, a nossa lei posta. E, com isso, a gente vai ter essas duas referências.

Volto a dizer, temos dez assuntos dentro da lei cogente hoje. A minha proposta, como membro, é que, do mesmo jeito que a gente faz com os anexos, esses assuntos sejam, necessariamente, analisados pelo grupo nesse primeiro momento. E, depois, passaria para os temas específicos.

Essa é a minha proposta, como membro, não como Relator de grupo e tal.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, antes de colocar isso à deliberação, quero lembrar que os grupos têm autonomia.

Castanho, por favor.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu participei aqui da discussão do nosso grupo, entendo a posição do Respício, mas como o Castanho, também eu concordo mais com o posicionamento do Kerlington, porque eu acho que a gente precisa ter uma referência. Eu ainda não consegui achar a nossa referência aqui; como colocar assuntos se não há uma referência.

A gente começou montando três macrotemas, certo? Dentro disso, nós distribuímos os anexos. Agora, na minha cabeça, é natural que a gente traga os assuntos para dentro desses anexos, defina qual assunto vai em qual anexo. “Ah, faltou isso.” Os anexos trazem assuntos que não estão no nosso CBA, então, o.k., vamos co-

locar juntos esses dois assuntos e aí definimos o que vai ficar e o que não vai ficar, o que se aplica e o que não se aplica. E, assim, a gente vai fazendo a limpeza. Eu consigo ver dessa forma mais clara.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Bem, com relação à divisão que foi feita no Grupo de Transporte Aéreo, vamos, assim, “reolhar” ou, então, olhar com outros olhos o CBA, que não foi descartado de forma alguma, até mesmo porque o Grupo de Serviços Aéreos foi transformado em Regulação Econômica e Políticas Públicas, o que abraçaria toda aquela parte que não está nos anexos. Certo?

E outro ponto: quando nós levantamos que podemos fazer uma divisão com macrotemas, de acordo com a Convenção de Chicago, e a inserção de seus anexos, parece que nós estamos voltando atrás com aquilo que muito rapidamente foi falado e que foi – corrijam-me, se eu estiver errado –, que foi descartado, que é praticamente seguir o CBA.

Então, o que me parece é que estamos, de uma outra forma, voltando a – mesmo que de forma por assuntos e não artigos, artigos, alínea, alínea –, voltando, vamos dizer assim, pegar a estrutura do CBA e ir ponto a ponto, vendo o que tem, o que não tem, o que está aplicável e o que não está. Essa é a minha interpretação do que está sendo colocado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Professora.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas nunca foi descartada a hipótese da análise, porque o CBA é exatamente o marco para isso. Então, você tem que verificar, analisar, para ver o que tem de antinomia nele com a outra legislação. Tem que pegar. Não é partir do CBA. Utilizar as normas de direito material lá dentro e as programáticas. Você entendeu?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim, mas, em hipótese alguma, o outro grupo descartou o CBA. Tanto que a planilha que o Celso elaborou leva-o em consideração. A primeira coisa é o CBA.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Tem o CBA. Sim.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Então?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas o fato de nós usarmos a temática que está definida dentro dos sistemas do CBA, não significa que vamos repetir a sistemática do CBA.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim, mas repete-se o conceito usado naquela época.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não. Não. Não.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – A estrutura, não é o conceito, é a estrutura.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não, nem a estrutura. Isso vai ser repensado, nós vamos verificar e para depois repensar onde vamos encaixar cada tema. É só uma estrutura. É só uma estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, acho que...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Porque já começar com outra estrutura...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Deixa falar aonde vai a minha sensibilidade.

Nós definimos, nas reuniões passadas, através de uma proposta que foi iniciada pelo Antônio Ivaldo, a situação de ser colocado, de nós fazermos a divisão de macrotema, segundo a Convenção de Chicago, até mesmo para fins de ponderação para modernização, atualização ou, então, padronização das nossas normas.

Dentro disso, então, nós definimos que nós pegaríamos os anexos para nós dividirmos, então, subitens que seriam equivalentes aos códigos do CBA, quer dizer, aos artigos do CBA, e que nós enquadraríamos e colocaríamos isso dessa forma. Eu não estou vendo ainda uma fuga desse primeiro sistema.

Agora, por outro lado, o que vira? Aqui, nós chegamos a um ponto de convergência. Qual é o ponto? Nós temos um grupo que deliberou, que tratou disso durante uma hora e meia e que chegou a uma conclusão: quer trabalhar e entende que a melhor maneira de trabalhar é seguir aquele ponto que foi colocado. E, obviamente, temos outro grupo que chegou à conclusão que, segundo o ponto dele, deve trabalhar essa questão de outra forma. Ou seja, nós temos aqui agora ou a dialética ou, então, nós vamos ter aqui uma imposição ou uma, de certa forma, uma sobreposição de um grupo sobre o outro.

Pois não.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu vou reforçar o que eu falei: toda a minha fala, quem falou aqui foi o Respício, não foi... A primeira coisa que eu disse era que eu não estava falando em nome do grupo de trabalho, estava falando em meu nome. Então, se foi levantada outra proposta, outra sugestão, que vai ser levada à votação, os membros do Grupo de Transporte Aéreo podem votar da forma que eles quiserem. Inclusive, mudando suas opiniões.

A forma que eu coloquei aqui foi a forma que o Respício pensa, e não a que o Grupo de Transporte Aéreo pensa. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Presidente, eu não sei se ficou claro: a minha proposta foi, da mesma maneira que fizemos com os anexos, em a gente olhou para fora, que a gente olhe para dentro. É só isso. Agora, qual vai ser a melhor estrutura, a gente não chegou ainda na pauta estrutura. Qual vai ser a melhor definição? Não chegamos ainda na pauta definição.

Nós estamos na pauta macrotema.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só que nessa pauta macrotema, o que está acontecendo neste segundo? Nós temos um grupo que trabalha de uma forma diferente, até mesmo porque o assunto é diferente, a dinâmica do assunto que ele aborda é diferente “do direito material”. Isso aqui é outra coisa.

O assunto do Grupo 2 é uma forma muito mais conservadora de se trabalhar. Os assuntos são uma maneira, como é que se fala... Talvez não sejam tão dinâmicos como o segundo assunto.

Porque, aqui, o que vai acontecer? Ou nós vamos manter a autonomia dos grupos, conforme foi colocado no começo, para que os grupos fiquem à vontade – eu acredito que o grupo deliberou, fez a tabela, chegou a esse ponto e chegou a um denominador comum, x.

Eu acredito que o grupo pode trabalhar, apresentar o trabalho semana que vem e ver como fluíram esses trabalhos.

E há o grupo em relação ao que foi feito sobre os outros assuntos, que também trabalha dentro da sua metodologia. Uma vez que o importante, como nós colocamos aqui, é o resultado dentro das normas. Não é necessariamente, como é que se fala, uma forma a ser cumprida, até mesmo porque as ideias aqui são totalmente diferentes. Estamos apenas tentando fazer com que elas sejam conexas e possam ser convergentes.

Então, senhores, compreender o... Onde é que nós estamos agora? O grupo Transporte emprega o trabalho como foi definido, vai trabalhar o macrotema como ele se propôs. O Grupo 2 vai trabalhar o macrotema como ele se propôs, para depois apresentar os resultados e, sendo benéfico o resultado e interessante a todos, podemos manter isso ou então nós temos que alterar.

Agora, se for para alterar a maneira de trabalhar, se for para trabalhar em conjunto, com os grupos não independentes, mas com a mesma metodologia, é bom que isso aconteça uma vez. Porque nós só temos esse cartucho, nós não podemos errar, nós não podemos ficar adaptando tantas vezes ao longo do processo.

Então, nós estamos agora... Os senhores é que podem debater e podemos discutir isso.

Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não, mas volto a dizer que eu acho que não adaptamos.

Eu concordo com a sua fala: você falou que até agora nós não contrariamos a nossa primeira posição. Eu acho que nós estamos incrementando, à medida que nós estamos andando. Eu acho que nós, em momento nenhum, estamos contradizendo o que está sendo falado e feito até aqui. Mas inevitavelmente temos que olhar para dentro.

A minha questão é só essa. Inevitavelmente... E estou junto com a Relatora, preocupado só com o método, porque vamos ter que juntar esses três macrotemas – quatro – num diploma só. Então, se a gente não olhar para dentro agora, vamos ter que olhar daqui a pouco. É só esse o meu questionamento.

Então, modificando a fala do Coordenador, do Relator do Grupo 2, o Grupo 2 vai tratar de três assuntos: o primeiro assunto é o Registro Aeronáutico Brasileiro, investigação de acidentes e formação e adestramento de pessoal.

Adestramento de pessoal é a melhor definição? O grupo vai tratar, nós vamos apresentar. Não é o caso aqui de tratar da definição. Mas vamos olhar os Anexos Icao, vamos olhar para dentro, o que o CBA hoje fala, vamos jogar os dois juntos, colocar, tirar uma foto e ver o que é interessante ou não é.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, professora.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É que seriam também necessários para o nosso grupo mais dois ou três técnicos, porque nós somos, fundamentalmente, todos da área jurídica.

Então, nós vamos precisar, na próxima semana, de uns dois técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. Já foi colocado que quem tem dois representantes aqui, com certeza, vai ceder um para o nosso grupo.

E, semana que vem, o Brigadeiro Gustavo também deverá estar presente e, também, vamos ter que tirar um tempo para atender ao Grupo 1, que até agora também está descoberto. E isso é inadmissível. O.k.?

Então, o Grupo Transporte Aéreo vai proceder conforme demonstrado aqui...

Ah, sim! Desculpa, Antônio. O senhor tinha uma fala.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Sem problema. Eu acho que a gente tem um desafio muito grande: terminar essa nova proposta até o final do ano, o prazo é curto.

Eu acho que as duas visões fazem sentido. Eu acho que a gente poderia esperar, sim, uma semana, como o senhor sugeriu. Eu acho que seria interessante a gente olhar um pouco na próxima semana o trabalho que vai ser desenvolvido durante esta semana, para a gente só... Semana que vem a gente olha, vê o trabalho que foi realizado, como é que foi feito, para tomar uma decisão com mais calma.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, até mesmo a título de, como é que se fala, aprimorar a nossa convivência e o nosso diálogo.

Agora, apenas reafirmando: é bom que nós possamos nos comunicar, conversar entre os grupos, ter essas afinidades. Quem vem para Brasília ou quem vai para São Paulo que realmente tenha isso em mente, para que nós possamos, assim, permeabilizar cada vez mais. Porque nós não podemos também nos dar ao luxo de ficar mudando toda hora de forma ou formato porque isso aí realmente atrasa. E, como se diz, senhores, nós somos vitrine. E obviamente que, se der certo, deu certo. E, se não der certo, todos aqui sabemos o que vira. O.k.?

Então, fica bom, fica justo assim dessa forma? Então, o Grupo 2 vai apresentar conforme os assuntos. O Grupo 3 vai apresentar em relação ao que ficou definido pela tabela e pelo Anexo 8, pelo que eu entendi. Correto? Sim, o exemplo que foi apresentado.

Mais alguma ponderação?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Sobre outro assunto ou sobre o mesmo assunto?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, sobre o mesmo assunto, que está praticamente esaurido.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Mudando o assunto, sentimos falta, estava conversando com o Prof. Respício também na hora do almoço, de alguém para auxiliar... Como é que a gente está chamando? Grupo de trabalho ou... Estávamos chamando de quê?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – De grupos de trabalho.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Grupos de trabalho. Porque, voltamos a dizer, a gente tem a responsabilidade aqui, aí dividiu para o grupo de trabalho. E, querendo ou não, demanda muita coisa. Demanda atividade de elaborar uma tabela, elaborar uma pesquisa, fazer um PowerPoint. Quer dizer, o Celso, que está aqui ao meu lado, sugeriu que de manhã eu apresentasse um PowerPoint dos relatórios e tal.

Então, realmente eu não sei como a gente operacionalizaria isso, mas alguém realmente do lado da gente ali para ajudar na atividade não fim, meio. Porque a nossa atividade-fim, eu creio, como esse é um grupo de seletos especialistas e pensadores, é realmente pensar o sistema e tentar traduzir isso.

Agora, essa tradução, como cada um aqui tem suas atividades, todos dão aula, todos têm as suas responsabilidades primeiras, eu acho que isso atrasaria um pouquinho a gente no caso de traduzir tudo que a gente tratou aqui. Por exemplo, fazer planilha, consultar e trazer as coisas. Alguém para ajudar a gente nessa estrutura de meio, não na fim.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Kerlington.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Professor.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Se é que eu entendi, está com dificuldade de fazer um PowerPoint? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, Professor. Vamos colocar uma coisa aqui clara. Senhores, membros aqui do grupo, membros da Comissão.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Não, PowerPoint a gente sabe fazer. O problema é o que anda no meio.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, nós temos aqui... Pela ordem, por favor. Nós temos aqui a Secretaria do Senado à disposição, a Secretaria das Comissões à disposição. Obviamente, os membros, os coordenadores que têm os *e-mails*, que têm o acesso aqui à Coordenação da Secretaria das Comissões, tudo aquilo que for requisitado de necessidade material, seja de mídia, seja o que quer que seja, isso já está disponível. Obviamente que todo mundo precisa de um ou dois dias pelo menos para poder se organizar.

Então, isso aí ficará à disposição. Assim como, por exemplo, a questão legislativa, a professora estará aqui para tratar amanhã, eu estarei aqui para tratar também. E vamos repassando essas informações, para que, na próxima segunda-feira... Aliás, mantemos o horário das 10h da manhã. Nós já definimos também que a parte da manhã seria para que os grupos apresentassem os trabalhos que desenvolveram ao longo da semana. Isso aí está claro!

Passar o material de mídia para apresentação, para isso, obviamente, o Senado vai estar à disposição, assim como impressão de qualquer material que seja. Isso aí também está pronto. O.k.?

Como se diz também, a Consultoria do Senado é fantástica – o pessoal trabalha muito bem e trabalha muito – e tem uma estrutura que está à disposição também para consultas, para que seja feito levantamento de legislação ou o que quer que seja. O pessoal está à disposição, sempre esteve. Eu já acompanhei a CPI do Apagão Aéreo, eu acompanhei a Subcomissão de Aviação Civil, e a Secretaria aqui e a Consultoria realmente trabalham como um relógio. Então, sintam-se à vontade também para acessar a Consultoria e a Secretaria das Comissões.

Senhores, mais alguma dúvida, mais algum questionamento em relação a esses pontos?

Então, nós sabemos que há dois grupos que vão trabalhar paralelamente e que apresentarão os resultados já na semana que vem, aliás, os resultados que forem plausíveis, possíveis. Obviamente ninguém vai trazer um CBA pronto. O.k.? Então, os senhores têm essa liberdade de manobra entre os seus grupos e intragrupos.

Passando aqui um recado da Secretaria das Comissões, nós já temos um *e-mail* aberto para questionamentos públicos. Só lembrando: no primeiro momento, nós definimos a questão de limitar, ou até mesmo de restringir a questão voltada às audiências públicas, até mesmo para não politizar por demais os debates. A mesma coisa também em relação à participação dos membros. Os membros que estiverem presentes participarão, os membros que estiverem ausentes obviamente podem mandar um representante, mas não poderá votar, participar diretamente das discussões, poderá acompanhar, porque, senão, também vira consulta pública e, de repente, você vai colocar várias pessoas dentro circuito, sendo que nós também precisamos de concentrar.

E o *e-mail* é para ser feita a comunicação, para que, por exemplo, se chegar, assim, o Castanho lá no sindicato: Castanho, qual é o *e-mail*, para onde eu mando uma contribuição direta, não dispensando obviamente que o sindicato vá acolher entre os seus membros as consultas. Nós temos um *e-mail* oficial também, que é o cercba2015@gmail.com. É o CERCBA, que é a sigla da nossa Comissão. Portanto, é cercba2015@gmail.com.

Esse *e-mail*, então, será acessível pela relatora, por mim, e nós também poderemos inserir essas contribuições para os demais membros e os grupos de trabalho, para ver o que pode ser aproveitado obviamente. O.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O *e-mail* é para o grupo todo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perdão, podia perguntar para eles por favor?

Professora, aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Na semana passada, o Prof. Respício propôs, quando nós decidimos por não haver audiência pública, que fosse preparada uma carta para instituições afetas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Como está esse...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, isso ainda não foi preparado, até porque nós vamos verificar como vai ficar essa dinâmica dos grupos, até mesmo para saber quem nós vamos consultar.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obviamente que serão feitas, mas, no momento, nós ainda não temos materialmente o que perguntar, o que questionar a alguém. Mas eu tenho certeza de que isso daí será promovido.

O.k.?

Pois não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Já foi entregue ao Prof. Respício; ele já está com o ofício em mão.

Senhores, mais algum recado? Secretaria?

Então, senhores, convoco a todos para comparecerem, na segunda-feira, dia 6 de julho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só para informar que eu estarei ausente, no dia 6, em viagem ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu também da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Igualmente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Mais alguém estará ausente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Celso, eu sei. Ele vai estar na Rússia.

O SR. DONIZETI DE ANDRADE – Celso e Cláudio Jorge também não vão estar aqui. E eu vou tentar chegar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ok.

Então, senhores, convoco a todos para, no dia 6 de julho, às 10h da manhã, estarem presentes aqui, na Comissão de Infraestrutura...

Qual comissão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Que será convocado segundo a Secretaria do Senado informará, para que todos compareceram para a 4ª Reunião da Comissão do Código de Reforma do CBA.

Lembro também que já temos uma *homepage*, onde os trabalhos estarão disponíveis, assim como os vídeos produzidos durante a reunião ordinária, de todos os membros da Comissão.

Agradeço a todos, mais uma vez, pela disposição de trabalhar, para fazer essa doação pelo País, como estamos fazendo.

Reitero as boas-vindas aos novos membros; ao Castanho, aqui presente, do Sindicato Nacional dos Aeronautas; ao Comandante Milton, da Associação Brasileira de Táxis Aéreos e Oficinas de Manutenção de Aeronaves, que precisou se retirar; ao Nogueira, da Abag (Associação Brasileira de Aviação Geral), que também não pôde estar presente; ao Eduardo Sanovicz, da Abear, a quem também damos aqui as nossas boas-vindas, em nome do representante que está ali; ao Coronel Fernando, muito bem-vindo, o senhor já participou e já deu contribuições valiosas.

Agradeço a todos e boa viagem. – **Georges de Moura Ferreira**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 5 minutos.)

Comissão Especial, criada nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2015, para debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 27 de maio de 2015, às 11 horas e 48 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Walter Pinheiro** e com a presença dos Senadores **Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Omar Aziz, Simone Tebet e Waldemir Moka**. Deixaram de comparecer os Senadores **Antonio Anastasia, Ana Amélia, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Romero Jucá e Ronaldo Caiado**. Estiveram presentes os Senadores não membros **Humberto Costa e Donizeti Nogueira**.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente Reunião, destinada a instalar a Comissão Especial criada pelo Ato nº 8 do Presidente desta Casa, para propor e debater soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo, no prazo de noventa dias.

Eu só queria começar já introduzindo uma mudança aqui. Em vez de propormos soluções para aprimorar, acho que a Comissão aqui, meu caro Aziz, é para propor soluções definitivas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, nos termos do Ato de criação mencionado – portanto, a Comissão já nos poupou da tarefa de eleger Presidente, Vice-Presidente e Relator –, a Comissão será presidida por mim, tendo a honra de ter como Vice-Presidente a Senadora Simone Tebet, e como Relator o meu companheiro de região o Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Senadores José Serra e Romero Jucá receberam a incumbência da articulação junto aos Governos de Estados e o Distrito Federal. É outro ponto sobre o qual também conversei com o Senador Renan ontem, até para nós, se possível, numa retificação, incluir também os Municípios, porque, na realidade, há diversas matérias... E, no texto da articulação, terminamos por não incluí-los.

E ontem uma comissão dos Municípios já procurou o Presidente da Casa para solicitar, inclusive, que uma mesma reunião, no escopo daquela que foi feita com os Governadores, possa ser realizada com a presença dos Municípios.

A incumbência da Comissão estabelecida aqui é para analisar as matérias sobre o tema em tramitação no Senado Federal, a realização de audiências públicas com especialistas no tema, a apresentação do relatório final com propostas, e, ao mesmo tempo, conduzirmos o que seria aí uma espécie de junção e de proposituras.

Aproveito para convidar a nossa querida Senadora Simone Tebet para ocupar o seu lugar, abandonando temporariamente a companhia do Senador Waldemir Moka, e compor conosco a Mesa. O nosso Relator já está à mesa.

Eu queria propor às Sras e aos Srs. Senadores, nesta primeira reunião, agora já instalada a Comissão, que ela pudesse autorizar a Mesa Diretora, portanto a mim, à Senadora Simone e ao Senador Relator Fernando Bezerra, para que pudéssemos, na próxima reunião, apresentar exatamente um plano de trabalho.

E eu conversei sobre isso com alguns Senadores, esse é um tema que, até de forma muito próxima... Eu diria até que esse foi um ponto de encontro, Moka, que nós colocamos nos nossos mandatos, por conta das disputas, das brigas, da necessidade de gritar um pouco alto para sermos ouvidos. Portanto, foi uma boa parceria que eu tive oportunidade de fazer com o Mato Grosso do Sul em especial, cujo Governador, à época, era o nosso Puccinelli, com que tivemos oportunidade de conversar.

Então, o objetivo nosso é tentar superar o atraso de anos e anos. Esta Comissão não pode ter a característica de se arrastar e tampouco trazer a esta Comissão uma montanha de projetos como se fôssemos juntar vários temas e, ao mesmo tempo, tentar resolver em 90 dias o que não se resolveu em 90 anos. Devemos buscar um foco, um objetivo, ir ao encontro desse principal momento por que passam Municípios, Estados e a própria União e ter a capacidade de apresentar algo consistente, ainda que tenhamos que travar algumas batalhas e enfrentamentos.

Uma das coisas importantes, Cristovam, que eu conversava com você, era essa questão de o Senado assumir o seu papel, a prerrogativa, a iniciativa e o cumprimento das suas funções constitucionais.

Então, o que eu pediria aos membros da Comissão seria, de início, esse chamado voto de confiança para que nós possamos apresentar isso, o que não impede, por exemplo, que cada membro da Comissão possa dizer o que gostaria de ver. E a ideia é que, junto com Simone e Fernando Bezerra, nós tenhamos oportunidade de apresentar um plano de trabalho que espero seja enxuto, conciso e, ao mesmo tempo, incisivo.

Era essa a proposta que eu queria fazer de início.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Primeiro, quero parabenizá-lo pela proposta.

Eu acho que isso agiliza muito a termos alguma coisa pronta para analisar e poder até dar uma sugestão ali ou acolá, ouvir pessoas.

Nós temos quanto tempo para concluir esse trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A Comissão foi constituída com o espírito de 90 dias.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – E nós temos que ter pressa realmente.

A Mesa, o Senador Walter, o Senador Fernando e a Senadora Simone dariam isso para nós até quando mais ou menos?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A minha ideia, eu havia conversado um pouco com o Fernando e quero socializar aqui. A minha ideia seria a tentativa de já reunir esses três Senadores aqui até a semana que vem. É óbvio que a semana que vem vai ser extremamente enxuta, porque tem o feriado e na quarta-feira nós não teríamos nada. E a ideia é já trabalhar, aproveitar esse período para trabalhar entre a gente e chamar imediatamente uma reunião no período posterior para apresentar isso e começar a trabalhar.

E, a partir do plano de trabalho, também envolver os Senadores. Não é aquela coisa de fazer um plano de trabalho e a Mesa... Então, talvez a gente trabalhe em grupos, enfim, pensar uma proposta em conjunto. Eu tenho algumas coisas na cabeça, mas o importante é receber sugestões e conversar entre a gente para preparar algo que guarde sintonia com o desejo de cada Senador, mas de preferência que tenha exatamente esse escopo. E a gente apresentaria esse plano de trabalho para tentar liquidar.

Qual é o outro objeto?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Pois é, eu queria lhe propor...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Deixe-me dizer uma coisa importante que a gente está pensando para o segundo semestre.

Nós iríamos ao encontro de uma etapa em que vamos concluir algumas peças importantes. Nós já teríamos passado pela LDO, mas vamos trabalhar em cima de duas peças fundamentais: o Plano Plurianual, que chegará à Casa no segundo semestre, e o Orçamento, que também chegará à Casa no segundo semestre.

Então, a ideia é fazermos isso e termos capacidade, após esses 90 dias, de cobrar da Casa a apreciação do resultado desta Comissão em Plenário, para termos um grau de objetividade.

Nós conversamos com o Presidente Renan para a montagem de um calendário especial, e não um calhamaço especial, como vimos aqui no passado, Senador Moka. Fizemos aquele calendário especial com 500 projetos. Votamos um, dois, três, quatro, e o restante vai para canseira. Aí um abraço. Não vai para lugar nenhum.

Então, a ideia é essa. Nós conversaríamos um pouco nessa direção.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Acho que o encaminhamento que V. Ex^a está dando está correto.

Eu só sugeriria a V. Ex^a que nós pudéssemos, entre os Senadores, dividir por temas. Poderemos dar uma tarefa para três, quatro Senadores, que vão tratar exclusivamente do tema...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Um grupo de trabalho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – ... e solicitar ao Presidente Renan Calheiros que forneça a assessoria qualificada que o Senado tem, para sabermos quem está nos assessorando e procurarmos as pessoas indicadas, a qualquer momento, a fim de dirimir dúvidas – não só as minha, mas também as de qualquer Senador. O Senado tem um quadro técnico muito qualificado. Então, S. Ex^a poderia colocar à disposição para agilizarmos o trabalho e, em 90 dias, Presidente Walter, entregarmos esse relatório com as propostas necessárias, porque o Brasil necessita disso neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com a palavra, o nobre Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Meu caro Presidente Walter Pinheiro, minha Vice-Presidenta Simone Tebet, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade eu queria apenas complementar aqui a sugestão que já foi acatada pelo Plenário desta Comissão de trabalharmos com a sugestão de um plano de trabalho que seria apreciada na próxima reunião e aprovada para fazer esse trabalho de forma coletiva.

Eu queria apenas chamar a atenção para o fato de que esta Comissão nasceu em razão de um entendimento do Presidente do Senado com o Presidente da Câmara. Há uma Comissão Especial de Pacto Federativo também na Câmara, e o Presidente do Senado deliberou criar a mesma comissão especial aqui no Senado.

Há uma pauta, colocada pelos senhores governadores, uma pauta expressa em 15 pontos, que nós vamos fazer chegar a todos os Srs. Senadores desta Comissão, e também uma pauta mais nova, que acabamos de receber na Marcha dos Prefeitos – o Senador Renan Calheiros esteve lá e também o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha –, uma pauta que também tem 15 pontos de interesse dos prefeitos do Brasil inteiro.

Eu acho que esse plano de trabalho tem que ter foco, como foi aqui destacado pelo nosso Presidente, mas temos que fazer uma sintonia fina, porque, desses 30 pontos, alguns vão coincidir – talvez não sejam 15 mais 15; talvez se resuma tudo isso a uns vinte, vinte e poucos pontos, colocados por prefeitos e por governadores. Precisamos saber o que dá para votar até o dia 17 de julho, porque há algumas matérias que já estão tramitando tanto no Senado quanto na Câmara. Então, podemos elencar também pelas urgências. Quais são as matérias que poderão ser levadas à deliberação no Senado Federal, as matérias que podem ser concluídas na Câmara, ou matérias que surgiram na Câmara e que podem ser concluídas aqui no Senado Federal? Esse é um caminho.

Outro caminho refere-se a matérias que, certamente, em função da necessidade de um aprofundamento do debate, vão demandar mais tempo para construir as maiorias necessárias para sua deliberação. Então, são matérias que vão ser apreciadas no segundo período legislativo deste ano. Por exemplo, entre elas, destaco uma matéria importantíssima: a questão do ICMS das alíquotas interestaduais que precisam ser deliberadas. Nós estamos aguardando o quê? Nós estamos aguardando uma posição do Confaz em relação a essas alíquotas, mas, sobretudo, uma posição dos governadores que só querem avançar na mudança do ICMS, que seria a mais importante mudança do sistema tributário nacional dos últimos anos, desde que seja criado um fundo de desenvolvimento regional. Mas, para termos um fundo de desenvolvimento regional, nós temos que ter uma política nacional de desenvolvimento regional. Estive comentando com o Presidente Walter Pinheiro, com o Senador José Serra...

Estive comentando com o Presidente, o Senador Walter Pinheiro, o Senador José Serra, o Senador Romero Jucá e o próprio Presidente do Senado Federal, que esta Comissão poderia também apreciar uma proposta de um plano nacional de desenvolvimento regional e a proposta de criação do fundo que traria a adesão dos Governadores, para que a gente pudesse fazer valer a tão esperada mudança do ICMS.

Eu estou falando que essa, certamente, vai demandar um período maior de deliberação. Nós vamos ter que fazer painéis aqui, com representantes ou com a presença de Governadores, de pessoas que possam contribuir para a construção desse plano nacional de desenvolvimento regional, pessoas da academia, pessoas que já tiveram experiência em funções públicas, que possam nos ajudar na construção desse desafio.

É evidente que a gente não pode ficar tentado a querer – digamos assim – abraçar muitas coisas, dado o prazo exíguo que a Comissão tem para poder fazer, para poder acontecer. Então, eu apenas queria dizer que seria importante... A gente não sabe se haverá atividade aqui, na próxima semana, mas, se houver, a gente já poderia trazer – Walter, Simone e eu – uma proposta de plano de trabalho em que todos vocês já deveriam estar nos enviando algo sobre como seria esse plano de trabalho.

Uma das ideias é que isso não seja um trabalho isolado, individual, seja do Presidente, do Vice-Presidente ou do Relator, mas que envolva toda a Comissão. Então, há uma ideia, por exemplo, acerca dos pontos de Governadores e Prefeitos, de quais são os temas na área de educação. A gente poderia ter a contribuição do Senador Cristovam Buarque. Quais são os temas que estão afetos à questão de mobilidade, de infraestrutura – como foi dada, com relação ao Pasep, para financiar obras de saneamento. A Senadora Marta poderia cuidar dos temas que estivessem afins com a questão da infraestrutura urbana. As questões na área de saúde, muitas questões foram colocadas pelos Governadores e Prefeitos com relação à área de saúde.

A gente poderia ter três, quatro grupos montados, porque esta é uma Comissão de 17 Senadores; em que um Senador coordenaria cada grupo desses, para que a gente pudesse ser mais ágil na construção das propostas que seriam apreciadas aqui, nesta Comissão, e que poderíamos, rapidamente, levar ao Plenário; ou levar a sugestão para a Comissão Especial da Câmara, que vai deliberar propostas que já saíram daqui, mas a gente poderia levar sugestões de aprimoramento de matérias que já estão aguardando uma manifestação final da Câmara dos Deputados.

A ideia é que a gente pudesse ouvir de todos os Srs. Senadores sugestões sobre esse plano de trabalho e talvez já deliberar na próxima quarta-feira, e aí o Presidente precisa definir a data de reunião da nossa Comissão, para que a gente possa se organizar com relação às demais Comissões e dar ritmo ao trabalho.

Essas eram as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Cristovam.

Vamos ouvir todo mundo e depois fazemos um entendimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a quem me colocou nesta Comissão. Eu acho que foi o Renan Calheiros. Eu falei com ele e também com o Jucá e vocês dois. Quero dizer que o meu interesse e o meu agradecimento é porque, Walter, esta Comissão pode ser uma daquelas que ficam na história, pode ser a Comissão Walter Fernando ou Pinheiro Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Do Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas pode ser. E eu quero colaborar ao máximo.

Uma colaboração seria fazer uma pergunta aqui: já temos ideia de como é o produto que vamos fazer, ou seja, vai ser um documento, um relatório – quais serão os capítulos desse relatório, o que gostaríamos de ter nesse relatório. De tal maneira, que se comece a trabalhar já sabendo aonde quer chegar. Aí estou de acordo, Fernando, que a ideia de dividir por trabalho é boa e depois, obviamente, a sua consolidação, mas quantos capítulos vamos querer ter, mesmo que, no processo, isso mude, diminua ou aumente. Quais seriam os capítulos? Quantos seriam?

Como distribuir os trabalhos para cada um fazer. Depois, um trabalho fundamental será debater aqui os relatórios preliminares. Se cada um tiver de fazer um relatorzinho, que faça e já se debate em cima dele.

Em geral, isso melhor que chegar aqui no vazio, entendeu...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ou mero discurso.

Com a palavra a Senadora Simone; depois, o Senador o Senador Moka e, depois, a Senadora Marta.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Primeiro, Senador Walter Pinheiro e Senador Bezerra, quero dizer que é uma honra estar ao lado dos senhores nesta Comissão, que reputo ser uma das mais importantes das que o Senado terá neste ano. E em que pese ser apenas por 90 dias, e portanto temporária, os seus efeitos serão duradouros e eternos, a depender do nosso trabalho.

E trabalho não vai faltar, mas também não vai faltar nesta Comissão competência e capacidade pelos membros que hoje a compõem. Em nome da Senadora Marta, eu reverencio a experiência e capacidade de todos os Senadores que se encontram aqui.

Nesse aspecto, eu já começo dando a minha opinião, Senador Presidente Walter Pinheiro, de que acho que última coisa que precisaríamos – e se for necessário, faremos, mas não é isso o mais importante – são audiências públicas.

Estávamos conversando no sentido de que já temos especialistas aqui, que são ex-Prefeitos, ex-Governadores, ex-Deputados, Senadores de dois e, às vezes, de três mandatos, juntamente com uma assessoria técnica de primeira qualidade do Senado Federal.

O tempo do discurso já passou, não estamos aqui para isso mais, mas para apresentar uma agenda mínima necessária. Entendo que este é o verdadeiro pacto ou ajuste de que o Brasil precisa, um ajuste fiscal, inclusive, porque estamos aqui falando de um novo Pacto Federativo, onde precisamos urgentemente descentralizar poder e desconcentrar recursos, o que é mais importante.

Diante de tudo isso, somo-me aqui, com uma voz muito pequena, mas muito enérgica, porque acredito realmente que a Constituição hoje já se encontra desfigurada de sua proposta inicial. Quando tínhamos no passado receitas mais à mão dos governos de Estados e Municípios, hoje, vemos uma concentração da ordem de 60% do bolo tributário na mão da União, 23%, mais ou menos, na mão dos Estados e 17% por conta dos Municípios, em que pese os serviços públicos serem delegados, em sua maior parte aos Municípios e aos Estados, que ficam normalmente com 90% dos serviços públicos, como responsáveis por sua execução e apenas 40%, ambos, na parte de recursos financeiros.

Então, a minha sugestão é essa e, por fim, aqui me dirigindo ao Relator, ao Senador Bezerra, nós temos muitos projetos que têm impacto zero no custeio, no custo do poder público. Nós poderíamos talvez fazer uma divisão de projetos, cujo impacto seja zero, daqueles cujo impacto financeiro poderíamos jogar a médio e longo prazo, para serem diluídos.

Eu vou encerrar aqui dizendo de uma questão que entendo importante – e isso com uma inveja danada dos Senadores do Norte e do Nordeste. Mato Grosso do Sul, no que se refere à dívida do Estado com a União, recolhe todo mês, sequer chegam aos cofres do Estado, 15% da receita corrente líquida, descontado para pagamento dos juros de uma dívida que não para de crescer com a União.

Na renegociação, os Estados do Nordeste conseguiram que esse percentual fosse em 11%. Então, se conseguirmos pelo menos igualar, Senadora Marta, todos os Estados, pagando 11% da sua receita corrente líquida para com a União, mensalmente, cada percentual, 1%, significa uma economia para o Estado de Mato Grosso do Sul, cuja receita é pequenininha, da ordem de R\$50, R\$60 milhões por ano.

Então, são questões que o Relator terá aí pela frente como missão árdua, mas tenho certeza de que estaremos todos para colaborar com o seu projeto, com o seu plano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Moka.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Uma observação só, Senadora. O indexador da dívida foi votado aqui no Senado. Vai ficar para fevereiro, se alguém acredita nisso, mas só para lembrar...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – No indexador conseguimos avançar um pouco.

Eu digo, em relação ao percentual da dívida, na época da renegociação, quem tinha a faca no pescoço, e ela já estava perto da jugular, teve de aceitar o que veio pela frente.

No caso de Mato Grosso do Sul, devido à dificuldade, nós aceitamos pagar dívida com a União no percentual de 15% da receita. Todo o mês, de tudo o que arrecadamos, 15% são destinados...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – São Paulo, a nossa cidade, paga 9%.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quem sabe, então, vamos nivelar a 9% e não a 11%, como sugerimos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª tem ao seu lado a Vice-Presidente, Senadora Simone Tebet, que é um grande quadro do nosso Estado, é uma pessoa extremamente capacitada, e tem um Relator com uma experiência enorme. V. Exª e eu nos conhecemos desde a época da Câmara.

Então, eu quero fazer uma colocação mais política. Além de tudo isso que foi sugerido do plano de trabalho, acho fundamental entrar em contato com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Por quê? Para que nós tenhamos agilidade nas votações, porque não adianta votarmos no Senado sem estarmos combinados com a Câmara.

Eu acho que se nós tomarmos a iniciativa... Nós vamos até a Câmara. Eu tenho um bom relacionamento; V. EXª também tem. Nós poderíamos combinar. Quem sabe sai um projeto daqui e outro de lá ou alguma coisa que case isso.

Finalizando, é aquilo que o Governador do Mato Grosso, o nosso querido ex-Senador Pedro Taques sugeriu: depois – eu concordo que tem de ser um número reduzido – podemos combinar com a Mesa Diretora da Câmara e do Senado e fazermos dez, quinze dias, com uma pauta emergencial, para que tornemos isso realidade. Senão, acabam os noventa dias e temos de fazer com que isso seja em noventa dias.

Para finalizar, eu acho que, tudo bem, os Estados precisam, mas nós temos que entender que os mais prejudicados, os mais sofridos são os Municípios, principalmente no que tange à saúde – eu não tenho a me-

nor dúvida disso. Hoje, os Prefeitos são os que mais são cobrados, os que mais percentualmente investem na saúde. E isso é o dia a dia. Hoje, existe Prefeito que se recusa a receber uma creche, se recusa a receber alguma coisa, porque ele não tem dinheiro para o custeio daquela edificação.

Então, acho que essas coisas precisam ser colocadas no papel para nós votarmos.

Estamos recebendo, com prazer, o nosso Governador do Rio de Janeiro, Luiz Pezão, a quem cumprimos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Bem, estou também muito animada, como todos que também se manifestaram, porque percebo interesse não só por parte do Presidente Renan, que formou uma Comissão com pessoas que também vão se interessar, se dedicar, e que têm uma formação que vai realmente acrescentar. Ele pensou em todas as regiões do Brasil, em funções específicas.

Quero também agradecer a minha indicação, porque foi ele que formou esta Comissão, como mencionou o Cristovam, e acho que vamos conseguir fazer um bom trabalho, principalmente pelos três que estão dirigindo, a Senadora Simone, o Senador Pinheiro e o Senador Bezerra, pois vamos conseguir agilizar.

E a proposta de divisão também acho correta. Acho que vai ser assim. Acho bem lembrado o que o atual Governador Pedro Taques sugeriu de fazer alguma coisa forte, uma semana inteira. Ele sugeriu um mês, e acho que isso aqui não funciona. Mas talvez uma semana inteira com a presença de todo mundo realmente comprometido. Aí trazemos os Governadores também para ajudar. Eu acho que vamos conseguir um progresso.

Eu fiquei tão impactada com aquela reunião, achei tão importante que, a partir das cinco sugestões do Governador do meu Estado, o Alckmin, já fiz um projeto de lei a partir do que ele sugeriu. Seria a questão da cobrança na saúde, porque hoje os hospitais que são, porventura, ressarcidos só podem pagar à União.

Só que a União não fiscaliza isso, e o Governador lembrou que quem poderia fazer essa cobrança melhor são os hospitais municipais ou estaduais.

Então, já dei entrada na CAE e já perguntei ao Senador Moka se ele teria interesse em relatar, porque é uma área muito relacionada à sua especialidade, e vamos ver se começamos a agilizar antes da Comissão. É o primeiro fruto, já.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O.k.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu também, Senadora Marta, chego aqui esperançoso. Fui um daqueles, como muitos – acho que quase todos nós aqui –, insistentes com o nosso Presidente para que instalasse esta Comissão. O ideal é que fosse uma comissão mista, mas a Câmara saiu na frente nesse aspecto.

Já que não somos uma comissão mista, formalmente falando, podemos fazer isso, como o Senador Moka sugeriu, de forma indireta, sendo o nosso Relator o Senador Fernando Bezerra. O Relator na Câmara é o nosso amigo, irmão, Líder do nosso Partido lá, André Moura. Coloco-me inteiramente à disposição. Acho que estamos aprendendo com isso que está acontecendo na Câmara e no Senado, com essa relação. Coisas são votadas aqui e, às vezes, guardadas lá.

Então, como disse o Moka, não adianta a gente fazer esse trabalho aqui, chegar cheio de esperança e não ter fruto, não ter resultado nenhum. A melhor maneira de termos um resultado breve e de termos essa certeza de que vamos poder colher bons frutos é realmente fazer um trabalho em parceria com o que está pensando a Câmara. Lógico, haverá pontos divergentes, mas existirão muitos pontos convergentes; e esses pontos convergentes poderão estar nos dois relatórios, tanto aqui como lá, com certeza encurtando esse caminho e sendo uma forma indireta de se ter uma comissão mista. Ou seja, os dois Relatores se comunicando, se falando, e as duas Comissões, Presidente Walter Pinheiro, falando permanentemente.

Assim, com certeza vamos colher bons frutos, e de forma rápida e de forma diferente. E com certeza nos ensinarão para momentos futuros, ou seja, para que mais adiante possamos ter esse pensamento e ter essa convergência já na nascente, na origem de tudo, instalando uma comissão mista.

Então, a tempo, ainda dá para corrigir muita coisa. Sou um daqueles, como vocês, que chegam aqui com muita esperança e com muita disposição. Como já foi dito aqui, e não quero repetir, é hora de se fazer justiça. Muita coisa tem sido passada para os Municípios e a União tem ficado com quase tudo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Presidente.

Tive a oportunidade de estar na reunião com os Governadores e venho pensando muito nessa questão do Pacto Federativo. Agora, estou convencido de que precisamos responder primeiro a três perguntas. A primeira é: que País queremos construir? Em que tempo nós vamos construí-lo? E quem paga a conta? Tudo que temos visto, e nesses quase quatro meses em que estou aqui no Senado, temos tentado trabalhar, resolver

urgente. Urgente, do meu ponto de vista, não dá conta do importante. Então, é importante que respondamos essa pergunta: o que queremos mesmo? Qual a educação que queremos?

Porque o que eu vejo, hoje, é mais ou menos assim: há um bolo e estamos todos de olho naquele bolo; como reparti-lo? E na verdade, do meu ponto de vista, temos que buscar botar mais farinha, mais fermento nesse bolo, para que ele cresça. Não só a partir do crescimento da economia, mas a partir da riqueza acumulada que há neste País, buscarmos trazer mais farinha para esse bolo para que possamos crescer, e, aí sim, pactuar novamente essa relação da distribuição dos recursos.

Mas, do meu ponto de vista também, não passa só por distribuição de recursos, acho que passa pela discussão do conceito do País que queremos ter para os próximos vinte anos, sei lá, num período.

E, aí, Senador Cristovam, a nossa comissão do futuro é importante neste sentido de podermos visualizar o País para o futuro. E esse Pacto Federativo, que é tão importante, é importante se nós tivermos a capacidade, do meu ponto de vista, de responder a essas perguntas.

E embora eu não seja membro da Comissão, quero dizer para os colegas Senadores e para as colegas Senadoras que, na medida do possível, eu vou gostar de estar aqui e fazer parte deste debate.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O.k.

Então, eu queria só, para tentarmos orientar, eu acho boa essa intervenção, Donizeti, mas é fundamental, por isso que é importante isso. Eu venho de uma geração, e aprendi muito na minha vida profissional, em que a gente brincava muito, dizendo: “Eu quero ver quem vai botar o guiso no rabo do gato?”

Vamos fazer um negócio... Cada qual no seu cada qual.

Então, por isso que eu acho bom, a comissão do futuro pensa lá esse País que nós queremos. Eu acho que é bom, porque terá a sua presença, a de Cristovam... E a gente aqui vai poder dizer à turma da comissão do futuro como é que vai dar para fazer o País que a gente quer, o que nós queremos.

Então, acho que dá para a gente ir fazendo essa história do cada qual no seu cada qual.

Por isso que eu insisti aqui na abertura, que a gente tivesse.. E, aí Marta, eu conversei muito com o Renan sobre esse processo de hoje aqui, enchi muito a paciência dele. E ele até brincou comigo: “Eu lhe botei como Presidente porque você vivia enchendo o meu juízo todo dia com esse negócio”.

Quem pegar de 2011 para cá, não há uma quinzena que eu não pegasse o microfone ali no plenário para dar um pau nesse negócio. Quer dizer, não é possível.

E a minha tese é que o Senado estava meio que abdicando de cumprir essa tarefa. E a obrigação é nossa, não dá para nós correremos dessa raia, não. Não tem jeito, não é enfrentamento com A, nem com B, nem com ninguém. É o cumprimento das nossas funções. E hoje chegou em um limite em que não dá para adiar mais isso.

Então, a proposta é exatamente ouvir dos Senadores isso. Conversei aqui um pouco com o Fernando e com a Simone para a gente ver se faz a nossa reunião já na terça de manhã para a gente elaborar. Quem puder mandar proposta para esses gabinetes, manda lá as sugestões. E a minha ideia é que na terça, à tarde, mesmo sendo uma semana curta, a gente reúna já a Comissão para apresentar o que a gente já rabiscou, para a gente não perder tempo, porque na própria terça a gente já dispara os caminhos de trabalho.

Se formos montar cinco grupos com temas, que podem ser temas do Pacto Federativo, a questão da saúde e previdência, educação, a questão da segurança e a questão da infraestrutura, se é isso, a gente pelo menos já parte na terça-feira, já tem a possibilidade de fazer uma reunião de trabalho da Comissão para dividir a partir das sugestões.

Diga, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Estava conversando aqui com o Senador Moka, para poder agilizar a ideia que ele estava trazendo aqui enquanto conversávamos, seria talvez de nós não repetirmos temas com a Câmara, para agilizar.

E aí, em vez de termos cinco grupos, falar antes com a Câmara, se eles cuidam de três e nós cuidamos de três, porque aí já vai o nosso para lá e nós não ficamos trabalhando junto, porque a gente...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É isso, por isso que estou dizendo, vamos ver...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – ... a gente pode emendar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A gente vai sentar na terça. Eu marquei aqui, também, com a nossa Vice-Presidente para a gente procurar a Câmara, já nesse meio de caminho aí, a gente ir conversando e fazer, mais ou menos...

Pois não, diga.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Acolhendo essa sugestão aqui da Senadora Marta, por que nós não chamamos, se possível, lógico, o Relator da Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nós vamos procurar a Câmara, é isso que nós acertamos aqui. Para a gente conversar antes de terça.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes de tudo. Mas não só para um grupo ouvir, talvez, mas para todos nós ouvirmos, que ele viesse dizer: “Olha, lá estamos pensando nisso”. Ele fazer um desenho.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Aí você me perdoa, Amorim. Vamos fazer o seguinte: vamos conversar com eles.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Estou sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Primeiro, vamos fazer o seguinte: vamos ver se a gente monta a partir das sugestões de vocês um plano de funcionamento nosso.

Enquanto isso, nós vamos conversar com eles. Depois a gente cruza esse planejamento aprovado com o deles para tentar enxugar e ver o que cada um faz para complementar ou o que a gente faz para que possa fundir, porque a gente não vai ter condição, Amorim, de trabalhar com as duas comissões juntas.

Então, pelo menos a gente alinha.

Há parte, por exemplo, de matéria aqui, Senador, que nós só vamos apreciar no Senado. As resoluções, enfim, são coisas específicas do Senado. O que tem junção, o que tem de emenda constitucional. Eu sei que a agonia é isto. Às vezes a gente fica doido para acelerar. Ficou tão arrastado, que a gente agora quer andar a 300.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Permita-me, Presidente. O acordo sugerido é de procedimento, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – E a gente não está dizendo que não será nossa. A decisão será nossa. Apenas saber o que é que eles estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É claro que nós vamos ter que combinar com eles.

Vamos fazer o seguinte: deixa que a gente pegue o encaminhamento. Na terça, de manhã, a gente faz uma junção dessas coisas. Aí já é o período em que nós já conversamos também lá com a Presidência da Câmara, com a Presidência do Senado, com a Comissão de lá. Na terça de tarde, mais ou menos, a gente enxerga as sugestões que a Mesa aqui trará para todo mundo. Nós vamos discutir entre a gente. A gente sai de um plano aqui na terça e já começa a botar em prática a partir da outra semana, para a gente já começar a mexer com isso. Pode ser assim? Porque a gente tenta ir trabalhando também no caminho mais enxuto possível.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Só para complementar. Na realidade, com a análise dos itens das duas pautas, Governadores e Prefeitos, nós vamos ter uma pauta em que os coordenadores dos grupos vão ter que trabalhar.

O Presidente, Walter Pinheiro, estava pensando aqui em quatro ou cinco grupos. Nós somos uma Comissão de dezessete Senadores. Vamos ter grupos de três ou de quatro Senadores. Então, vocês sugeriram que grupos seriam esses.

É evidente que, com o conhecimento da pauta que temos que deliberar, nós poderemos definir melhor esses grupos e vamos, então, propor na discussão de terça-feira quem seriam os coordenadores de cada grupo.

Já na terça-feira temos que abrir um prazo para que os membros da Comissão possam fazer emendas, sugestões em relação aos pontos que vão ser deliberados. Então, temos que ter senso de urgência, de velocidade. E os coordenadores de grupos vão ter uma semana para poder...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... Comissão com sugestões de emendas. “Olha, tramita aqui no Senado Federal esse item, ou essa ação legislativa, mas nós gostaríamos que fosse suprimido ou acrescido ou colocado isso”. Isso para o coordenador poder trazer na semana subsequente a sua proposta, que vamos sistematizar, para que nós rapidamente tragamos para deliberar. A Comissão delibera que esses pontos aqui vão ser votados lá na Câmara, em comum acordo com a comissão especial da Câmara, que esses outros vão ser pautados no Senado e que esses outros aqui vão merecer, eventualmente, um debate maior, um prazo maior. Mas é importante não perder de vista que, a partir de terça-feira, os coordenadores vão ter que trabalhar em cima de pautas já determinadas. Ninguém vai trazer coisa nova, não. São pautas determinadas que precisarão ser aprimoradas, qualificadas no sentido de fazermos um relatório que possa pautar a Ordem do Dia do Senado e da Câmara dos Deputados. É urgência. Não vamos perder muito tempo com debates.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Bom, podemos ficar assim, então? Na terça-feira – vamos deixar já agendado às 14h. Não sei se será neste mesmo “bat-local”, mas a gente procuraria uma sala. Pode ser assim? E aí, quem puder, inclusive – viu, Amorim? –, nesse período, como o Relator lá

é do seu Partido, você poderia ir, como diz o outro, buzinando, costurando, e aí a gente vai fazendo, também, as conversas bilaterais, conversa aqui, conversa lá, conversa aqui entre a gente. É bom, na medida do possível, a gente ir fazendo esse caminho. E na terça-feira à tarde a gente apresenta uma proposta para a gente começar a trabalhar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só um aviso. Estão pedindo no plenário que compareçamos para dar presença lá.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Encerrada a reunião. Fica convocada outra reunião para terça-feira, dia 2, às 14h. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

Comissão Especial, criada nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2015, para debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 2 de junho de 2015, às 14 horas e 53 minutos, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Walter Pinheiro** e com a presença dos Senadores **Ana Amélia, Antônio Anastasia, Eduardo Amorim, José Serra, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Simone Tebet, Waldemir Moka e Roberto Rocha**. Deixaram de comparecer os Senadores **Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e Blairo Maggi**. Na oportunidade, o Relator, Sen. Fernando Bezerra Coelho, apresentou o Plano de Trabalho, que foi aprovado pela Comissão. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Especial criada pelo Ato nº 8, de 2015, e destinada a debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo no prazo de 90 dias.

Na reunião de hoje, nós vamos apresentar o plano de trabalho e as sugestões da nossa Mesa Diretora para o desenvolvimento da nossa jornada.

Vou passar a palavra ao nosso Relator, que apresentará o plano de trabalho. E daremos sequência. O plano já está aqui descrito.

Portanto, o nosso nobre Relator apresentará o plano de trabalho aos membros desta Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, Srª Vice-Presidente, Senadora Simone Tebet, meus caros colegas Senadores e Senadoras, durante esses últimos dias, mas, de forma mais aprofundada, durante o dia de ontem e pela manhã de hoje, nós tivemos a oportunidade, em companhia do Sr. Presidente e da Srª Vice-Presidente, de trabalhar numa proposta de programa de trabalho para esta Comissão, o que estamos submetendo à deliberação dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Antes de fazer a leitura da proposta, eu gostaria de dizer que foi feito, com apoio da Consultoria Legislativa do Senado Federal, um levantamento das demandas que foram apresentadas, primeiro, pelos Srs. Governadores em reunião presidida pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e durante a Marcha dos Prefeitos, quando da visita do Presidente Renan Calheiros ao Centro de Convenções, onde se dava o encontro dos Srs. Prefeitos. Ali também foi apresentada uma pauta de reivindicações dos Municípios brasileiros.

Só para lembrar a esta Comissão, os Srs. Governadores apresentaram uma pauta composta de 20 itens que foram denominados ou copilados a partir das intervenções de S. Ex^{as} e também de documentos que foram repassados à Presidência do Senado. E, na Marcha, os Srs. Prefeitos apresentaram um conjunto de propostas que totalizam 18 reivindicações. Uma dessas reivindicações é comum. Trata-se da questão relativa ao Pasep, que tanto foi apresentada pelos Srs. Governadores como pelos Srs. Prefeitos.

Feita essa identificação das demandas, nós também tivemos o cuidado de fazer o levantamento das propostas que estavam tramitando no Senado Federal, de iniciativa dos Srs. e das Srªs Senadoras, em atendimento a essas demandas colocadas. Identificou-se que estão tramitando na Casa 21 proposições relacionadas às demandas dos Estados e 34 iniciativas legislativas relacionadas às demandas dos Municípios.

Nós, Sr. Presidente, vamos apresentar, aqui, no nosso plano de trabalho, uma tentativa de agrupamento das demandas e das iniciativas. Se nós temos as demandas identificadas naquilo que traduzem o aperfeiçoamento do Pacto Federativo, de outro lado, nós temos que prestigiar, valorizar a iniciativa dos membros do Senado Federal no atendimento dessas demandas.

Essas iniciativas nós procuramos agrupar em três grandes grupos. Há aquelas que nós chamamos de demandas relativas às finanças estaduais. Então, nós identificamos 13 iniciativas que atendem às demandas relativas às finanças estaduais, e 21 iniciativas que atendem às demandas do que chamamos de finanças municipais. E agrupamos uma terceira área, que denominamos de organização administrativa e serviços públicos, totalizando 21 iniciativas, sendo 8 relativas à área estadual e 13 relativas à organização administrativa e serviços públicos municipais.

Portanto, esse seria, digamos assim, o primeiro balanço, a primeira informação que nós procuramos utilizar para construir a proposta de trabalho que nós queremos, aqui, submeter à apreciação desta Comissão.

Faço questão de chamar atenção de que esta Comissão não pode perder o sentido da urgência. Nós não estamos aqui para começar tudo de novo. E temos de identificar iniciativas que possam ser levadas, imediatamente, a plenário, evidentemente após uma leitura e uma avaliação política por parte desta Comissão. Mas precisamos ter esse sentido de urgência: que medidas precisam ser deliberadas e que possam atender as demandas colocadas. E é evidente que algumas demandas irão exigir um debate mais aprofundado aqui na nossa Comissão, sendo necessário, certamente, um tempo maior para serem deliberadas no plenário do Senado Federal.

Então, a proposta que faço a seguir, portanto, procura solicitar ao Presidente desta Comissão que a gente possa, hoje, aqui, deliberar para a formação de três coordenações temáticas. Essa seria a primeira sugestão para o nosso plano de trabalho.

Essas três coordenações teriam os seguintes objetivos: primeiro, levantar as demandas dos governos estaduais e municipais, que nós já fizemos e que vamos encaminhar a todos os membros das comissões. O segundo objetivo é o levantamento das proposições tramitando no Senado Federal que contemplem essas demandas. Esse trabalho também já foi concluído, e isso é que vai permitir a identificação das iniciativas legislativas que atendam as demandas, para que os coordenadores possam imediatamente trabalhar, do ponto de vista do aproveitamento, da priorização ou da construção de substitutivos que possam ser trazidos para apreciação da Comissão Especial.

Depois, o agrupamento dessas demandas e dessas proposições por tema. E, então, repito, aqui, a nossa sugestão é de que sejam agrupadas em três temas: finanças estaduais, finanças municipais, organização administrativa e serviços públicos.

Teríamos, portanto, três grandes áreas temáticas. Hoje, se possível, havendo a compreensão e a concordância dos membros desta Comissão, designaríamos três coordenadores para essas três áreas, para que eles pudessem imediatamente iniciar o trabalho de elaboração ou de aprimoramento das propostas e das iniciativas que estão em discussão.

Teríamos que definir uma data para a apresentação dos relatórios por parte dos coordenadores.

Queria, também, aqui destacar que existem demandas que não têm correspondência com iniciativas legislativas; ou seja, existem demandas colocadas por Municípios e por Estados que não encontram aqui no Senado Federal nenhuma iniciativa legislativa. Portanto, os coordenadores vão ter que trabalhar no sentido de criar conteúdos para contemplar essas demandas.

E, depois, teremos que definir, de comum acordo, uma data para que o Relator Geral possa apresentar o seu relatório após recepcionar os relatórios setoriais destas três áreas temáticas que nós estamos aqui sugerindo.

E, finalmente, a data para apreciação do relatório e do encaminhamento do processo legislativo. Nós vamos ter aqui um substitutivo aglutinando diversas iniciativas, nós vamos aqui priorizar, com requerimento de urgência, iniciativas já aprovadas nas Comissões de Constituição e Justiça e na CAE e deliberar direto em plenário.

Então, existem algumas indagações que já coloquei para o Sr. Presidente, que certamente vão merecer uma reunião com o Presidente do Senado Federal, para que possamos caminhar em harmonia com as comissões temáticas do Senado Federal, procurando, digamos, nos somar e não atropelar o processo, mesmo sabendo que precisamos ter esse sentido da urgência, a fim de ganhar tempo no processo legislativo. Assim, o Senado Federal poderá, portanto, deliberar e atender as demandas colocadas para a construção do aprimoramento do Pacto Federativo.

E, finalmente, uma das sugestões que eu gostaria de apresentar é de que cada área temática dessa fosse formada por cinco Senadores.

Deixo a minha sugestão para a deliberação do Plenário, mas com o apoio do Presidente e da Vice-Presidente. Nós procuramos identificar coordenadores não só pela sua trajetória, pela sua formação, pela sua especialização, mas também no sentido de atender do ponto de vista do equilíbrio federativo e da representação das regiões, para que, nas coordenações, haja a representação das regiões que não estão representadas aqui pela Presidência, pela relatoria e pela Vice-Presidência. Então, buscou-se equilibrar com o Sul, Sudeste e Norte, as regiões que não estavam, digamos, atendidas quando da formação do grupo diretivo desta Comissão.

Então, a minha proposta é de que, na coordenação de finanças estaduais, a gente pudesse ter o Senador Romero Jucá coordenando as propostas relativas às finanças estaduais. Para a coordenação das propostas relativas à área de finanças municipais, que a coordenadora fosse a Senadora Ana Amélia. E, para a coordenação da organização administrativa e serviços públicos de Estados e de Municípios, a nossa sugestão é que o coordenador fosse o Senador Antonio Anastasia.

Então, esses são os primeiros encaminhamentos, Sr. Presidente.

Na sequência, a nossa sugestão é de que os coordenadores, a partir de hoje, procurando identificar as demandas, procurando valorizar as iniciativas legislativas, pudessem apresentar seus relatórios no dia 17 deste mês. Ou seja, seriam duas semanas de trabalho que os senhores coordenadores teriam para apresentar esses relatórios setoriais.

É evidente que, imediatamente, os coordenadores têm que conversar com todos os membros da Comissão, para que os Senadores se sintam mais à vontade para decidir em que grupo gostariam de trabalhar ou de contribuir.

Os coordenadores poderiam fazer esse trabalho de cooptação, esse trabalho de ajuntamento, para que a coordenação também fosse um trabalho coletivo de toda a Comissão, mas sob a coordenação de um Senador, de uma Senadora, para facilitar, digamos, a interface do trabalho com a Relatoria Geral desta Comissão.

A nossa orientação para os Srs. Relatores setoriais é de que, nesse relatório do dia 17, fossem destacadas as proposições que estão prontas para inclusão na Ordem do Dia.

Pode já haver aí uma primeira avaliação, por parte dos coordenadores, das matérias que estão prontas para ir para a Ordem do Dia – que não precisam, digamos, de maior apreciação do ponto de vista do conteúdo, da parte substantiva por parte desta Comissão, podendo ter sua urgência requerida.

E que, em um trabalho do Presidente, Senador Walter Pinheiro, com o Senador Renan Calheiros, possamos levar a matéria já para deliberação imediata em plenário.

Há outras proposições que vão merecer um trabalho de consolidação, de aglutinação, o que certamente poderá ser desdobrado numa nova redação em cima das iniciativas legislativas que estão tramitando e também daquelas áreas que já foram identificadas neste trabalho inicial, que têm demanda e que não têm nenhuma proposta tramitando na Casa.

Então, os coordenadores ficariam, digamos assim, com a liberdade, ouvindo o seu grupo, de propor sugestões para essas áreas não contempladas.

Eu quero também dizer que, no dia 17, o Relator Geral vai apresentar uma proposta base para aquilo que nós chamamos de Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Na realidade, nesta Política Nacional de Desenvolvimento Regional, nós vamos contemplar a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que é um dos instrumentos cobrados pelos Governadores do Nordeste, Norte e Centro-Oeste para a implementação imediata das alíquotas interestaduais do ICMS, que mudam a natureza do imposto estadual para ser um imposto de destino, e não um imposto de origem.

Então, essa construção de um Fundo de Desenvolvimento Regional precede a construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Esse texto base que nós vamos apresentar é fruto de um trabalho que foi desenvolvido à época em que eu tive o privilégio de comandar a pasta da Integração Nacional.

Esse texto base é fruto de 27 conferências estaduais e de uma Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Nós vamos, portanto, no dia 17 – no mesmo dia da apresentação dos relatórios setoriais –, apresentar o texto-base de uma proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

E neste período, do dia 17 até o dia 30, nós vamos abrir para emendas. Ou seja, no âmbito da Comissão, todos os Srs. Senadores poderão apresentar emendas a esse texto-base. Nós teremos, portanto, até o dia 30 para recepcionar essas emendas.

E, finalmente, nós estaremos apresentando o nosso relatório conclusivo, para deliberação final, até o dia... É o dia 08/09 ou 08/07?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O nosso prazo é no final...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Da Comissão. Até o dia 08/09, nós teríamos, portanto, o prazo para a apreciação das propostas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Se terminarmos antes, é bom demais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Se pudermos concluir a apreciação antes, poderíamos já ter matérias que poderiam ser encaminhadas a Plenário ou pautadas para o início do segundo período legislativo, a partir do mês de agosto, quando então estaríamos nos encaminhando para o prazo final dos trabalhos da nossa Comissão.

Então, de forma resumida, esse material foi encaminhado para os senhores membros da Comissão. Eu, portanto, fico aqui à disposição para eventualmente dirimir algumas dúvidas – certamente há muitas dúvidas – e até para que a gente possa propor encaminhamentos outros que sejam sugeridos pelos membros da nossa Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPPLY (S/Partido - SP) – Primeiro, eu gostaria de parabenizá-lo, pois o trabalho está excelente. Além de ter sido um curto espaço de tempo, há excelência no trabalho. E, mesmo que tivesse sido longo, porque realmente está muito benfeito.

Agora, eu fiquei com uma dúvida. Como é que foram escolhidos esses coordenadores estadual, municipal e administrativo. Qual foi o critério?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Olha, deixe-me só dizer uma coisa que é importante aí. Um dos critérios dessa escolha foi tentando contemplar um pouquinho de região, porque, de certa forma, até a montagem...

A SRª MARTA SUPPLY (S/Partido - SP) – Onde está São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – São Paulo, inclusive, está no Sudeste, com o Anastasia, assim como...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, mas tem o Senador Serra.

O problema é o seguinte. Essa comissão tem o Senador Serra e o Senador Romero Jucá que vão funcionar, digamos, como coordenadores da interlocução e vão funcionar também como relatores *ad hoc* da relatoria geral. Então, no próprio decreto que cria a comissão, já tem destacado o trabalho para o Senador José Serra e para o Senador Romero Jucá. Então, a gente procurou equilibrar o Sudeste – São Paulo já contemplado, que a gente pudesse contemplar Minas Gerais.

Então, a proposta e toda a responsabilidade são do Relator Geral, no sentido de a gente ter a presença de um representante de Minas e a presença de um representante de São Paulo, que são os dois Estados, sem prejuízo dos demais, mas que têm grande contribuição.

A SRª MARTA SUPPLY (S/Partido - SP) – Eu não concordo. Mas também não vou fazer disso uma confusão. (*Risos.*)

Eu não vou fazer. Mas um pouco eu tenho que falar, não é? Eu não vou fazer confusão de pedir para rever, não vou fazer nada disso. Mas eu não acho correto isso, porque você tem a ex-prefeita da maior cidade do Brasil e você a tira dessa coordenação, porque você põe o Serra como *ad hoc*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, quem colocou o Serra foi o Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não fomos nós.

A SRª MARTA SUPPLY (S/Partido - SP) – Eu não acho nada contra o Serra. Acho que ele está bem colocado. Mas está bem colocado porque tem uma função específica, que é outra. Então, eu não me senti nada bem e quero deixar aqui a minha reclamação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está registrada.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Eu quero também cumprimentar o Relator, dizer da importância do trabalho, feito em tempo recorde. Não há dúvida de que o Relator demonstrou a sua experiência como Ministro e conseguiu sintetizar o trabalho em poucas páginas.

Mas eu quero, a exemplo do que fez a Marta, também reclamar, porque, na verdade, veja bem: aqui, sempre para coordenar são os mesmos. Eu participei da reforma do ICMS. Eu participei da discussão dos fundos. Só na reforma do ICMS, eu tive 40 emendas aprovadas. Eu participei da construção dos fundos, cuja medida provisória acabou caducando. Eu sou autora do projeto da convalidação dos benefícios. Eu sou autora da criação da Sudeco e a criadora do Fundo do Centro-Oeste e do Banco do Centro-Oeste.

Então, eu acho injusto uma coordenação prescindir da colaboração de uma Parlamentar aplicada, que está aqui para ajudar e colaborar. Além disso, a maior economia da Região Centro-Oeste é Goiás, o Estado que eu represento.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, com a palavra...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senadora Simone. Depois, Senador Roberto.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... já que as mulheres hoje estão polemizando, com razão, deixe-me acrescentar aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu também quero entrar.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu gostaria só de fazer uma observação. Quando eu estava reunida com a Mesa, a preocupação do Presidente foi de que todas as regiões se sentissem representadas. O Presidente teve o cuidado de dizer: “Olha, o Nordeste já tem dois membros à Mesa, Presidente e Relator. Tem o Centro-Oeste a Vice-Presidente”. E aí tentou dar ao Norte uma coordenadoria; ao Sul, outra coordenadoria; e, ao Sudeste, outra coordenadoria.

A única colocação que eu faço, em relação ao trabalho impecável, não só do nosso Relator, mas de toda a equipe de trabalho do Senado, é em relação, realmente, ao nome do Senador Romero Jucá como coordenador de finanças, uma vez que ambos, Senador Jucá e Senador Serra, já estão designados pelo Presidente para apoio, vamos dizer assim, em relação ao trabalho.

Então, eu gostaria de sugerir aqui, na coordenação de finanças estaduais, se não houver problema, que colocássemos a Senadora Lúcia Vânia, porque, na realidade, o Centro-Oeste se faz representar aqui apenas como Vice, que é mero substituto eventual. Então, na realidade, o Centro-Oeste não vai ter uma atribuição mais proativa.

Em relação à coordenação de finanças municipais, como o tema é realmente muito amplo – as demandas são das mais diversas, não só qualitativa, mas quantitativamente – nós poderíamos ter, nessa coordenação de finanças municipais, duas coordenadorias: a coordenação comandada pela Senadora Ana Amélia e pela Senadora Marta, em atribuições diversas, porque o tema é muito extenso. São inúmeras as demandas, e eu acho que a Senadora Marta tem razão no sentido de poder contribuir. Acho que é importante.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Da minha parte, isso não é necessário. Eu vou trabalhar com a Senadora Ana Amélia. Vamos dividir tarefas com todos os que forem membros. Ela trabalha dessa forma. Só que eu acho que, às vezes, fica abusado do jeito que é aqui.

Então, temos que colocar a nossa posição, para que, da próxima vez, isso não ocorra. Mas acho que estou perfeitamente satisfeita em trabalhar sob a direção da Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Quando nós chegamos, aqui estavam quatro Senadoras e três Senadores. Eu achei assim muito legal, porque estávamos, pela primeira vez, num desequilíbrio favorável às mulheres. Depois, ficaram quatro e quatro. Ótimo, 50%, que é a meta de mais mulheres na política, Simone, Marta, que têm trabalhado muito.

Agora, vem esse questionamento, que é válido, é legítimo. Não tem problema, mas eu estou à disposição de abrir mão. Eu fico muito honrada com a distinção que me foi dada, mas não tenho nenhum problema de abrir mão à Senadora Marta Suplicy para coordenar esse trabalho. É de muito bom grado. Acho que é um gesto... Não se trata de omissão, não. É de colaboração.

No meu trabalho aqui, eu sou uma operária, sinto-me uma operária, e me dá muito conforto esse trabalho de fazer isso. Mas não dá para deixar também... Por exemplo, a Senadora Lúcia Vânia fez uma argumentação de todos os processos importantes que ela fez aqui na Casa. Então, quando falamos de oportunidade para os outros, também temos que ver que o espaço que foi dado de matérias das mais relevantes... Ajudei, inclusive, a votar uma matéria dela, a da convalidação dos incentivos, uma matéria que era contraditória ao interesse do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Votamos. O próprio Senador Ronaldo Caiado, do Estado da Senadora Lúcia Vânia, admoestou-me com a matéria. Acho que fui firme na contra-argumentação. Mas aqui temos que conviver, porque, veja, a crise federativa é tão aguda, tão profunda. Se nós tivermos... Claro, a preocupação em representar adequadamente as regiões do País é fundamental. Do contrário, não adianta discutirmos Pacto Federativo.

E essa foi a preocupação do Presidente, Walter Pinheiro, e do Relator, Fernando Bezerra, como da nossa Vice-Presidente, Simone Tebet. Quer dizer, o Brasil está aqui. Temos da Região Nordeste, o Relator e o Presidente. Temos a Região Norte. Temos a Região Sudeste e a Região Sul, e o Centro-Oeste, representado pela Senadora Simone.

Então, o País está nesse desenho.

Essa redistribuição do trabalho... Fico muito grata como subordinada da querida Marta, por quem tenho uma grande admiração; não tenho nenhum problema, é a nossa prefeita de São Paulo. Então, estou à vontade para fazer esse trabalho.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Isso já está decidido. Vamos trabalhar juntas, e V. Exª vai coordenar. Como eu disse, tinha que afirmar posição e concordo plenamente com a reivindicação da Senadora Lúcia Vânia. E acho que a Senadora Ana Amélia falou o que todos pensamos: não é correto mesmo. E todos gostaríamos de vê-la à frente dessa coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Deixa eu dar a palavra ao Senador Roberto Rocha.

Depois...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Sr^a Vice-Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, quero também cumprimentar, na mesma direção, o trabalho que foi feito em tão pouco espaço de tempo.

Revelo aqui a minha posição favorável ao que disse aqui a Senadora Simone em relação à Senadora Lúcia Vânia. Acho que ela deu as razões mais do que justificadas para poder assumir essa coordenação de finanças estaduais, uma vez até que o Senador Romero Jucá, competente colega Senador, já está como Relator adjunto, juntamente com o Senador José Serra. Para não acumular duas funções e não deixar a colega Senadora de fora, quero aqui dar meu apoio a essa sugestão.

E, por fim, dizer que tenho muita satisfação, Presidente, se puder auxiliar o trabalho do Senador Anastasia. O Senador Anastasia, por todos reconhecido como excelente gestor, deu provas disso no Estado de Minas Gerais – sou testemunha, convivo com os mineiros, porque tenho irmã que mora lá, estou sempre lá –, e, claro, sei que ele vai oferecer o melhor de si para essa Comissão e no desempenho dessa tarefa de coordenar essa questão administrativa e serviços públicos.

E quero, em especial, se for possível, ajudá-lo naquilo que diz respeito à política pública de segurança em todos os aspectos – segurança do sistema policial, sistema prisional –, especialmente no sistema prisional, que acho que é o principal gargalo dos Estados. Vemos que, quanto mais melhora o sistema policial, mais se pressiona o sistema prisional. No Estado de V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, o Governador, nosso saudoso e querido Eduardo Campos, fez um grande trabalho na área de segurança, mas, por fim, não houve o passo seguinte. E, hoje, lá, há um grande problema no sistema prisional.

Esse é o realmente um grande gargalo do sistema de segurança pública, no qual quero humildemente colaborar com o Senador Anastasia, se assim for possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois é, Sr. Presidente, já que não fomos chamados a opinar sobre as coordenações ou algum outro momento, era exatamente isso que queria questionar: se seremos chamados a opinar para onde vamos, para onde seremos distribuídos nessa nova coordenação. Pelo menos, nesse último momento, sejamos realmente espontaneamente convidados, porque, para uma comissão com que não temos tanta afinidade, isso é extremamente ruim e improdutivo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – V. Ex^a já é um dos privilegiados, porque a Comissão só tem 17 membros, e há 81 Senadores. Então, V. Ex^a já foi inclusive um escolhido, dos 17.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, com todo respeito, a indicação foi do meu Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas se V. Ex^a ponderar, foi uma coisa importante. Não houve, por parte da Mesa, nenhum processo de exclusão, apresentamos uma sugestão de coordenação contemplando as regiões, tanto é que aí V. Ex^a vê que não há designação: a Mesa não designou nenhum Senador para nenhuma das coordenações. Cada Senador, livre e espontaneamente, como, nesse momento, fez o Senador Roberto Rocha, vai dizer exatamente onde ele se encaixa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Já queria também me manifestar aqui então, já que podemos, não é? Não sei qual o critério.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – V. Ex^a viu que são cinco Senadores para cada coordenação. Portanto, cada um vai dizer para onde quer ir.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Já podemos fazer a...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pode, tanto é que foi entregue...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu acho que, assim, a gente caminha bem melhor.

Também quero me somar ao Senador Anastasia e ao Senador Roberto Rocha nessa coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O.k.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, manifestação feita. Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu gostaria, em primeiro lugar, também à semelhança dos nossos pares, de cumprimentar o trabalho, em pouquíssimos dias, realizado pela Comissão de já nos entregar um trabalho assim tão bem evoluído.

Em segundo lugar, quero agradecer a confiança e a distinção, e a minha pretensão é tão somente trabalhar com os colegas, é claro, em igualdade de condições. A coordenação é meramente uma questão organizativa. Nós somos todos iguais.

Quero agradecer as palavras do Senador Roberto.

Com muito gosto, Senador Eduardo, vamos trabalhar juntos, com mais outros dois Senadores, e vamos cumprir os prazos.

Tenho certeza de que a Comissão vai apresentar, de maneira muito objetiva, resultados concretos em prol da nossa Federação.

Queria agradecer e dizer que o trabalho será feito com muito empenho, sob a coordenação do Presidente e do Relator Geral.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sendo assim, eu vou só fazer aqui a retificação da proposta.

Eu quero até colocar aqui que nós tínhamos discutido essa representação por região – e eu até tinha falado isso com a Senadora Lúcia Vânia antes da reunião. O Senador Omar, por exemplo, que é da Região Norte, declinou, dizendo que, por conta de outras tarefas na Casa, quer participar aqui dos trabalhos, mas não quer coordenar. Então, o Senador Romero Jucá entrou até por conta disso: são os únicos Senadores da Região Norte incluídos.

Então, nosso esquema – viu, Amorim, quando o Senador Fernando Bezerra colocou a proposta aqui – foi colocar de maneira que todas as regiões estivessem representadas no processo de coordenação e Mesa, para não haver exclusão exatamente das regiões. Aí, eu fiquei com a tarefa agora de conversar com o Senador Romero Jucá, que já tem tarefas outras, para que ele ceda à coordenação. Com isso, nós vamos introduzir a Senadora Lúcia Vânia como coordenadora da tarefa que vai tratar das finanças estaduais.

Então, eu queria submeter isso à Comissão, se há concordância com o relatório e com essa disposição. *(Pausa.)*

Se todos concordam, o nosso relatório do plano de trabalho fica assim aprovado, e nós já, de antemão, convocamos uma próxima reunião para o dia 17 de junho, que é uma quarta-feira, na parte da tarde também, para não atrapalhar as comissões.

Aí, é óbvio que a gente já vai dando tarefa, meu caro Anastasia, aos coordenadores. A ideia de dividir – viu, Amorim? – esse grupo de cinco, porque, aí, até no gabinete de cada um, há uma possibilidade maior de trabalho.

Nós também estamos solicitando à Comissão que os consultores – nós temos três consultores acompanhando o Relator Geral – dividam-se nesses três grupos; portanto, um em cada grupo. Eles acompanhariam essa fase inicial do trabalho do grupo, para, depois, inclusive, com os coordenadores e com o Relator Geral, fazer o chamado arremate final...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Senador, eu acredito que o mais importante seja a rapidez com que esses grupos vão ser formados, porque aqui nós temos cinco.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – O meu já tem três; arrumar os outros dois.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Aqui só estamos nós duas, ou há mais alguém?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vou convidar o Lindbergh Farias, que foi prefeito de Nova Iguaçu.

O Lindbergh foi prefeito.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, o senhor tem trabalho maior do que nós aqui...

Então, teríamos que ver. Como o Eduardo Amorim, que está aí, e o Roberto Rocha já se manifestaram, nós duas e mais alguém que era prefeito. Talvez, a Simone, que foi prefeita também.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas ver quem é que vai atrás dos...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Bom, nós já comunicamos, Senadora Marta. Os gabinetes já estão recebendo aqui, inclusive, esse material, e, agora, nós vamos, de novo, provocar os gabinetes no sentido de que os Senadores já se apresentem.

É óbvio que nós já vamos dar uma informação de que, no grupo, por exemplo, coordenado pelo Senador Anastasia...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Já há três.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... já há três. Portanto, só restam duas vagas.

No grupo da Senadora Ana Amélia, só restam três vagas.

Então, a gente já vai informando o que foi pedido.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Quem pede primeiro tem preferência. Portanto, isso será repassado.

Assim, Senadora Ana Amélia, Senador Anastasia e Senadora Lúcia Vânia, nós vamos conversar na saída daqui. Nós vamos comunicar a todos. A expectativa é de que os grupos convoquem os seus trabalhos.

E, no dia 17, nós já passamos a ter a primeira prévia de trabalhos de grupos para encaminharmos para o trabalho final, O. K.?

Sendo assim, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.)

Comissão Especial, criada nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2015, para debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 17 de junho de 2015, às 15 horas e 06 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Walter Pinheiro** e com a presença dos Senadores **Ana Amélia, Antônio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Simone Tebet e Waldemir Moka**. Deixaram de comparecer os Senadores **Lindbergh Farias, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Blairo Maggi e Roberto Rocha**. Na oportunidade, as Coordenações Temáticas apresentaram os seus relatórios, e o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, apresentou um PLS que pretende instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências, e uma PEC que visa instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional. Posteriormente, o Relator leu um texto intitulado “Novo Federalismo, Equidade Tributária e em Novo Modelo de Desenvolvimento Regional”. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Especial criada pelo Ato do Presidente nº 8, de 2015, destinada a debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo, no prazo de 90 dias.

Conforme nós havíamos convocado já, a primeira parte desta reunião destina-se à apresentação dos relatórios dos coordenadores das nossas chamadas Coordenações Temáticas de Finanças Estaduais, Finanças Municipais e de Organização e Administração dos Serviços Públicos.

Na segunda parte desta reunião, nós deveremos ter aqui, pelo nosso Relator-Geral, a apresentação de um texto-base da proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

E como a gente ainda não tem número para deliberação, embora a gente tenha número para o início dos trabalhos, eu vou conceder a palavra, obviamente, com toda a aquiescência e concordância do Senador Anastasia, à Senadora Ana Amélia, que é a Coordenadora de Finanças Municipais. Até por que nós acabamos de vir de um bom encontro com os gestores municipais na manhã de hoje nesta Casa.

Eu diria, na sequência, que o Presidente Renan, ao abrir os trabalhos deste ano no Senado da República, criou exatamente o que, na minha profissão, Senadora Ana Amélia, chamamos de “casamento de impedância”, quando criamos as condições para que um sinal passe de um lado para o outro sem sofrer resistência.

Então, portanto, fazendo essa sintonia fina com o que aconteceu agora de manhã, tem V. Exª a palavra para apresentar o relatório da Coordenação de Finanças Municipais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Meu caro Presidente, Senador Walter Pinheiro; nossa Vice-Presidente, Simone Tebet, ex-prefeita; nosso Relator-Geral da Comissão Especial do Pacto Federativo, ex-prefeito, também Senador, Fernando Bezerra; caro ex-governador, Senador Anastasia, eu já pedi à Secretaria que nos dá assistência a distribuição do relatório da Coordenação das Finanças Municipais no âmbito desta Comissão Especial.

Para, como se diz aqui, economia processual – eu acho muito bonito isso –, ou seja, para nacionalizar, simplesmente – o que falta muito na Casa –, quero dizer que o que coube à comissão foi juntar a agenda da Frente dos Prefeitos, cujo presidente é Marcio Lacerda, e da Confederação Nacional dos Municípios, que agrega, digamos assim, um número muito grande das prefeituras, eu diria pequenas e médias; enquanto a Frente, por sua vez, congrega cidades maiores, como as capitais. Juntamos tudo isso – até queria publicamente fazer um agradecimento ao Prefeito Marcio Lacerda, que veio aqui prontamente com o Prefeito Maguito Vilela e mais um representante da Confederação Nacional dos Municípios, um prefeito de um Município do Estado

de Goiás, para oferecer as contribuições. Colhemos esse material e a assessoria legislativa do Senado teve um trabalho, junto com a assessoria de cada gabinete dos Senadores, e trabalhamos numa pauta, já entregue ao o nosso Relator Fernando Bezerra, contendo as questões das finanças municipais.

Aqui tratamos – e aí para simplificar também – das questões relacionadas a seguir.

1) Atualização do IPTU no início de cada mandato.

Esta é uma demanda tanto da Confederação quanto da Frente. Então, aqui, já todos sabem, mais ou menos, do que trata isso. E a sugestão da coordenação é que haja o convencimento do Parlamento para a retirada do requerimento e que a nossa Comissão aprove o requerimento de urgência para a matéria, após ser aprovada na CAE, já que existe, em tramitação, o PLS nº 277, que trata, como proposta de lei complementar, desse tema. Então, nós já temos pronta, em andamento, uma matéria que pode servir e que seria aprovada na CAE até o dia 17 de julho do corrente ano. Então, esse é um tema comum.

Modernizar a legislação do Imposto sobre Serviços (ISS).

Este ponto também é comum às duas entidades. Sugere-se, neste caso, que o Presidente Walter Pinheiro, o Relator e a Vice-Presidente promovam um diálogo com os eventuais relatores das matérias para visualizar ajustes nas redações dos projetos de lei, com o intuito de aprovar a demanda municipal. Aí, refere-se, por exemplo, ao PLS nº 414, de 2012 – Complementar; PLS nº 501, de 2013 – Complementar; PLS nº 168, de 2014 – Complementar. Então, nesse caso, seria um trabalho adicional para fazer.

Quero esclarecer que o PLS nº 386, que expande a lista de serviços e cria alíquota mínima para o ISS, foi aprovado pelo Plenário do Senado e enviado à Câmara em 5 de dezembro. Na Câmara, essa proposição legislativa foi reconhecida como Projeto de Lei Complementar nº 366, de 2013. Esse projeto de lei tramitará na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Finanças e Tributação. Vale esclarecer que o PL nº 366, de 2013, ainda se encontra na comissão.

Demandas que poderiam ser aprovadas, mas apenas dependendo de um aprofundamento do debate.

Impedir a redução do repasse do Fundo de Participação dos Municípios quando houver queda de arrecadação. Como essa demanda irá gerar impacto fiscal à União – e essa é uma preocupação desta Comissão –, as nove proposições legislativas em tramitação sobre esse tema no Senado (PEC nº 12, de 2009; PLS nº 230, de 2009; PEC nº 31, de 2011; PEC nº 125, de 2011; PLS nº 222, de 2011; PEC nº 2, de 2012; PEC nº 68, de 2012; PEC nº 70, de 2012; e PLS nº 225, de 2014) deveriam ser discutidas no segundo período legislativo da Sessão Legislativa Ordinária deste ano.

Além disso, seria conveniente a análise dessas matérias junto com a Coordenação de Finanças Estaduais – aí, no caso, a Senadora Lúcia Vânia – devido à existência de demanda dos Estados semelhante, relacionada ao Fundo de Participação dos Estados tanto quanto dos Municípios.

O segundo item dessa demanda é desonerar do PIS/PASEP as receitas dos Municípios. Esta é uma demanda da CNM.

Tendo-se em vista o impacto financeiro que essa demanda irá gerar aos cofres da União, é necessário discutir melhor as cinco proposições em tramitação no Senado Federal (PLS nº 120, de 2008; PLS nº 440, de 2013; PLS nº 86, de 2013; PLS nº 238, de 2013; e PLS nº 348, de 2014). Vale ressaltar que os PLS nº 440, de 2013, e nº 348, de 2014, poderão beneficiar estatais municipais, mas também empresas privadas. A Coordenação de Finanças Municipais sugere a discussão dessas matérias no segundo período legislativo deste ano.

3) Determinar o repasse pela União dos recursos necessários para o pagamento do piso nacional, também proposta da CNM.

Essa demanda precisa ser melhor debatida no segundo período legislativo deste ano, pois gerará ônus financeiro à União. Constatam em tramitação, no Senado Federal, três proposições: a PEC nº 53, de 2013, o PLS nº 164, de 2014, e a PEC nº 63, de 2015, relacionados à complementação, pela União, dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais, dos professores.

4) Fazer a União complementar os valores que os Municípios gastem além do que determina a Constituição Federal – é também proposição da CNM.

No entendimento da Coordenação de Finanças Municipais, essa demanda encontrar-se-á atendida pela demanda acima – que foi lida agora há pouco – e pela demanda que impede a criação de despesas para outros entes federativos sem a correspondente transferência dos recursos financeiros. Nesse sentido, o PLS nº 86, de 2011 – Complementar deve seguir sua tramitação autônoma, pois não possui ligação direta com a demanda da CNM. O referido PLS visa proibir que os entes com população de até cinquenta mil habitantes que descumpram os limites constitucionais de gastos com educação e saúde deixem de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas às áreas de assistência social, educação e saúde.

5) Aprovação de nova legislação para o pagamento de precatórios. Essa é a principal agenda da Frente dos Prefeitos, muito debatida hoje pela manhã.

A sugestão da nossa Coordenação é que essa demanda seja discutida também no segundo semestre, dada a complexidade do tema e as decisões do Supremo Tribunal Federal que consideraram partes da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, inconstitucionais. É importante que a Frente apresente a minuta já elaborada, bem como os pareceres obtidos junto às seções regionais da OAB para balizar a atuação legislativa do Congresso. No Senado, tramitam seis propostas de emenda à Constituição sobre essa demanda: a 63, a 84, a 100 e 104, todas de 2011; as 23 e 27, de 2012.

Demandas que poderiam ser objeto de proposição legislativa, mas até o momento não são:

1) Proibir a criação de despesas sem a indicação de fonte de receita. Essa é uma demanda das duas entidades: Frente dos Prefeitos e Confederação.

Houve a elaboração de proposição que está na legislação anexa, similar à PEC nº 172, de 2012, do Deputado Mendonça Filho, com a inclusão de uma ressalva à regra geral de proibição de criação de despesas para os Estados e Municípios quando não há existência de transferência de recursos financeiros para seu custeio. Essa ressalva só permite a transferência de encargos sem os correspondentes recursos em caso de consentimento espontâneo do ente federado quando existe a assinatura de contrato ou instrumento congênere, no âmbito de transferências voluntárias em que há a exigência de contrapartida.

Como as transferências voluntárias não são de adesão obrigatória, é importante excetuá-las da regra geral. A discussão e aprovação da PEC produzida podem ocorrer até 17 de julho deste ano, pois a matéria, a princípio, não cria ônus à União.

A CEAPF pode, a fim de agilizar a tramitação, buscar incluir como relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça um de seus membros e aprovar requerimento de urgência para votação em Plenário, após aprovação da matéria na CCJ.

Então, já temos um bom caminho.

2) Ampliar para 50% o valor repartido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser distribuído na forma da lei estadual – também demanda das duas instituições: CNM e FNP.

Houve a elaboração de proposição legislativa buscando alterar a forma de distribuição da cota parte do ICMS. Haverá perdas e ganhos entre os Municípios, considerando os novos critérios, mas esses valores não podem ser determinados antes da nova regulamentação estadual. Assim, competirá aos Estados promover o debate necessário quando da elaboração de lei de sua competência. Para amenizar as perdas, a PEC cria uma regra de transição de dez anos.

Por não gerar impacto fiscal à União, a matéria pode ser discutida e aprovada até 17 de julho deste ano. O nosso grupo pode, a fim de agilizar a tramitação, buscar incluir como relator da matéria um de seus membros e aprovar requerimento, como no caso anterior.

3) Promover encontro de contas das dívidas previdenciárias – também das duas entidades.

Isso foi abordado hoje de manhã no debate. Como certamente essa demanda gerará impacto fiscal à União, são necessários maiores estudos sobre o tema a fim de se visualizar o tratamento adequado a ser concedido à demanda a partir dos subsídios fornecidos pela CNM.

A Coordenação de Finanças Municipais propõe que até o dia 17 de julho seja definido se é possível ou não a apresentação de projeto de lei que verse sobre o tema. Em caso afirmativo, esse projeto de lei será proposto até essa data, sendo que a sua discussão e deliberação ocorrerá no segundo semestre.

Demandas que não deveriam prosperar – e, aqui, vou ler apenas os títulos, Srs. Senadores, porque já se sabe que não acolheremos:

1) Incluir representante municipal no Confaz (CNM);

2) Isentar os Municípios de contribuições sociais e CIDE (CNM);

3) Isentar os municípios dos tributos incidentes na aquisição de bens e serviços (CNM);

4) Atualizar, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, os repasses para execução de programas federais (CNM);

5) Impedir a criação de pisos nacionais que interfiram na autonomia municipal;

6) Tratamento favorecido e diferenciado para o G100. Também não se pode dar uma mudança de tratamento;

7) Regulamentação da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, da Frente dos Prefeitos, que enviou à Câmara dos Deputados projeto de lei complementar que originalmente estabelece o prazo de 30 dias na repactuação dos contratos a que se refere à Lei Complementar nº 148;

8) Aprovação do Regime Especial de Incentivo para transporte coletivo urbano e de caráter urbano de passageiros (Reitup) – é uma proposta desenvolvimento Frente Nacional dos Prefeitos;

9) Redistribuição de recursos entre os entes federados (FNP).

Como se vê, claro que são meritórias as demandas. Não se discute o mérito delas – todas elas! E há aqui dois prefeitos na Mesa: a Senadora Simone Tebet e o Senador Fernando Bezerra. Contudo, S. Ex^{as} sabem que nós não podemos buscar alguma coisa que venha ou a ferir a constituição, ou a ferir uma relação federativa que nós temos que respeitar, por mais justa que seja a demanda dos Municípios sejam eles da FNP ou da CNM.

Este é o relatório.

E, ainda, apresento aos caros colegas Senadores, como contribuição, se acolhida pela nossa Comissão Especial, uma proposta de emenda à Constituição, acrescentando o §6º ao artigo 167 da Constituição, para proibir a criação por lei de encargo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrente da prestação de serviços públicos, sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros nos termos que especifica.

Então, está bem claro isso. Já há matérias consensuais, e esta é uma delas.

A outra altera os incisos I e II do parágrafo único do art. 158 da Constituição, para estabelecer um novo critério de distribuição do produto da arrecadação pertencente aos Municípios do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e também de comunicação.

Então, são matérias que precisam ser também avaliadas no conjunto desta Comissão Especial para se ver a sua oportunidade ou a sua adequação constitucional legislativa.

Este é o relatório.

Renovo também o agradecimento à Consultoria Legislativa do Senado, liderada pelo nosso consultor Ronaldo...

Acho que ele está aqui. Ronaldo, onde você está? O Ronaldo nos ajudou muito. Foi ele que liderou, junto com o Ismael, do meu gabinete.

E agradeço também aos assessores de todos os Senadores, Senadora Marta Suplicy, bem como dos Senadores que integraram o grupo dos Municípios.

E, por fim, agradeço muito ao Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Em que momento nós vamos poder discutir aqui alguns desses itens? Eu queria fazer até alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Deixe-nos fazer esse encaminhamento para ver se contempla isso, porque, na realidade, todos nós estamos tomando conhecimento do relatório agora. E ainda há mais dois relatórios que serão apresentados. Então, nós vamos tentar discutir com a Comissão, obviamente, e até agradecendo muito a própria forma como os Relatores atuaram, porque eles separaram em blocos, o que facilita consideravelmente o trabalho nosso.

Senador Amorim, eu queria pedir a sua aquiescência para que façamos o seguinte: os outros dois Relatores apresentam os relatórios. Feita a apresentação, nós abrimos a discussão hoje. Eu acho que é importante abrir, porque cada um poderia fazer ponderações ou sugestões. Mas, mesmo assim, eu acho que nós teríamos de abrir um prazo um pouco maior, pois todo mundo tem o relatório, pode levá-lo consigo e já trazer, na próxima reunião inclusive, contribuições a cada relatório, já que cada um teria uma condição já mais aprimorada para tanto.

Poderíamos ler com calma e até trabalhar com consultoria de forma delicada. Às vezes pode ser que haja um ponto desses que cada Senador e cada Senadora gostaria de incluir, ou gostaria de excluir, ou gostaria até de trazer para esse relatório coisas que ele não enxerga no relatório.

Portanto nós faríamos um rebatimento dessa apresentação, eu diria até de forma mais qualitativa, para não sermos nem açodados, isto é, não errar por excesso, nem errar pela escassez, permitindo que todos debatam.

Então, eu pediria só isto. Nós ouviríamos só o relatório do Senador Anastasia, da Senadora Lúcia Vânia e faríamos, no dia de hoje mesmo, as ponderações em cada relatório, se V. Ex^a concordar com esse encaminhamento, porque já poderíamos começar a fazer as discussões hoje.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador, eu concordo que a gente discuta isso ainda hoje, até para que também não fique tão distante, para a próxima semana.

À Senadora Ana Amélia e ao grupo responsável pela questão das indicações municipais eu mesmo tenho alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por isso é importante fazer hoje mesmo, até porque, Senador Amorim, é legal inclusive que, mesmo tomando conhecimento agora, não nos custa nada já apontar algumas coisas que nós enxergamos, para a Relatora também já ir refletindo durante esse período, e, assim, nós ganharíamos tempo.

Então, o que eu proporia, Fernando, é fazer o seguinte: o Senador Anastasia e a Senadora Lúcia Vânia fariam a leitura deles. Após isso, nós abriríamos a palavra a cada Senador que já tem ponderações, as quais poderiam fazer hoje. E, na sequência, nós transferiríamos isso para a próxima reunião.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Se o Sr. Presidente me permitir, eu só queria chamar a atenção de que nós poderemos, sim, deliberar hoje já algumas matérias.

O relatório da Senadora Ana Amélia aponta, para a aprovação imediata, para ser incluída na pauta de votação do Senado Federal e para a matéria ir a Plenário, duas iniciativas.

Então, nós temos condições de deliberar. Se, por acaso, houver consenso nessas duas matérias que estão apontadas, nós já deliberaríamos, e o Presidente da Comissão, em articulação com o Presidente do Senado, fariam incluí-las na Ordem do Dia para que essas matérias possam ser apreciadas no Plenário com designação de Relator de Plenário. E ainda: o Presidente, em articulação com a Presidência do Senado, sugeriria a indicação de um dos Senadores ou Senadoras desta Comissão para relatar em Plenário as matérias que a gente julga como prontas para votação imediata, para inclusão imediata na pauta de deliberação.

A Senadora Ana Amélia também indicou que oito iniciativas poderão prosperar, ou seja, poderão ser acolhidas pelo Relator-Geral para trazer para uma apreciação posterior desta Comissão e serem deliberadas até 17 de julho ou serem deliberadas no início do segundo período legislativo, uma vez que são matérias que vão ensejar um maior debate e a construção de um entendimento com toda a Casa, com todo o Senado Federal e, certamente, de negociações que vão envolver o Governo Federal.

Eu concordo com a sugestão do Presidente de darmos sequência e ouvir os demais Relatores setoriais. Quando concluirmos essa fala dos Relatores setoriais, a minha sugestão, Presidente, é de que a gente deliberasse sobre a inclusão imediata em pauta das matérias que foram sugeridas pelos Relatores setoriais se não houver nenhum tipo de restrição ou observação em contrário. E, depois, a gente discutiria ou iniciaria o processo de discussão em matérias e que os companheiros ou companheiras possam entender que não deve ter o tratamento sugerido pela Relatoria setorial, evidentemente de uma negação ou de uma matéria prosperar caso haja um entendimento no sentido contrário.

Então, essa é a minha sugestão, abrindo ainda mais, porque esta Comissão poderá receber também sugestões de membros de fora dela. A gente pode publicar as matérias como elas foram categorizadas pelos Relatores setoriais para que outros membros do Senado, que não participam desta Comissão, possam encaminhar sugestões, por exemplo, até a próxima semana, e, aí, teríamos, como Relator-Geral, um prazo para poder acolher essas sugestões e poder trazer, na reunião do dia 30, uma proposta preliminar sobre como as matérias que merecerão tramitação, com o apoio para que elas sejam deliberadas, e sobre como é que vai ser a sua redação, se vamos trabalhar em cima de propostas que já estão tramitando na CCJ ou na CAE, se nós vamos dar uma nova redação e ter o apoio da Presidência do Senado para que ela possa ir direto para deliberação em Plenário com designação de Relator de Plenário.

Então, essa é a minha sugestão, até porque nós temos que também construir, em parceria com a Presidência da Casa, como se dará o processo legislativo para a deliberação dessas matérias.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Deixe-me tentar...

Eu ouvi aqui o Senador Fernando Bezerra e queria fazer só uma ponderação dentro do raciocínio do Senador Amorim, Senador Fernando Bezerra.

Eu concordo com V. Ex^a que a gente poderia dar o encaminhamento nas coisas, mas a prudência agora é importante, até porque todo mundo está acabando de receber o relatório. Então, por mais que a gente faça a leitura dinâmica aqui, a gente pode cometer alguns deslizes. Assim, o único reparo que eu faria é o seguinte: a Senadora Ana Amélia distribuiu aqui o relatório dela em três partes: o que está pronto, o que não deveria prosperar e o que pode ser elaborado como coisa para ser proposta à pauta do Senado.

Então, acho que, nesse caso, o mais prudente, Senador Fernando Bezerra, é que os membros da Comissão pudessem ter uma semana, até porque, mesmo em relação ao que está pronto para deliberar, pode ser que alguém, ainda que esteja pronto aqui, alguém que não está aqui ou alguém mesmo daqui possa dizer: "Eu gostaria de dar uma olhada". Então, a gente não perderia tempo e, até dia 23, 24, os Senadores e Senadoras devolveriam essa parte para a Comissão. E também poderiam, nesse período, já ler as outras proposições e até sugerir coisas a mais ou a menos, o que acha que deveria ser cortado, para a gente ir mediando.

E, no dia 24, recebido isso, a gente poderia conversar com o Senador Renan. Portanto, até o dia 30, juntando tudo, dizendo-lhe: isto aqui, sugerido pelos Relatores, já realçado pelos membros da Comissão, a gente acha que pode ir a plenário. E, a partir disso, faríamos nosso trabalho interno, que é preparar as coisas novas.

Com isso, Senador Fernando Bezerra, incorreríamos, na minha opinião, em menos erros. Eu sei que há necessidade do aqodamento, confiando no trabalho dos Relatores, mas também permitindo aos membros da Comissão que tenham a possibilidade até. Digamos assim, de criticar o relatório que está sendo apresenta-

do, permitindo não só as modificações, como também até as inclusões que cada membro gostaria de sugerir nesse caso.

Então, não haveria prejuízo. Cada um teria mais uma semaninha e a gente faria a reunião de deliberação dessas matérias no dia 30, sem problema nenhum, sem prejuízo de a gente, inclusive, já avançar no dia 30 com a pauta que poderia já ser apreciada, com as matérias que poderiam ser incluídas na Ordem do Dia pelo Presidente Renan Calheiros.

Poderia ser esse o encaminhamento?

Nesse sentido, a gente abriria para o Senador Anastasia, depois para a Senadora Lúcia Vânia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sim; do relatório dela ainda faltam cópias.

E, depois disso, a gente colheria as primeiras impressões dos Senadores já na reunião de hoje ainda.

Eu estou preocupado, Fernando, com uma coisa: meu medo em relação à deliberação mesmo sobre o que está pronto aqui é que todo mundo, de certa forma, recebeu esta matéria hoje. Assim, a gente deliberar sem uma crítica mais ampla de todo o mundo... Eu sei do desejo e da vontade.

O Relator está corretíssimo. A gente já iria avançando, mas, depois, até a gente pode pecar por não ter consultado os membros. Então, acabando aqui hoje, amanhã todos os membros receberiam esses relatórios e, portanto, poderíamos entregar no dia 23 ou 24, com as críticas, sugestões, ponderações e acréscimos, e faríamos esse reatamento com a aquiescência do Relator-Geral, para conversarmos com o Presidente Renan Calheiros.

Eu sei que é mais prudente, até porque prefiro pecar desse lado a pecar no excesso.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador, deixa só a Vice-Presidente fazer a sua manifestação, e, em seguida...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só para colaborar, até porque nós fomos convidados ou convocados para esta reunião para a leitura do relatório. Não consta da pauta que esta seria uma reunião com pauta deliberativa. Assim, os demais Senadores que não estão presentes poderiam questionar, inclusive, a votação extrapauta dos projetos que, a princípio, a Senadora Ana Amélia, como Coordenadora, designou como prontos para serem liberados.

No mais, Sr. Presidente, eu queria encaminhar uma sugestão. Eu acredito que a discussão tem que ser franqueada, a palavra tem que ser aberta a qualquer momento para os membros da comissão, Senador Amorim e demais Senadores, mas acredito que nós temos de discutir e nos debruçar sobre o relatório geral do Senador Fernando Bezerra e, a partir do relatório geral, fazer as considerações e inclusões, isto é, incluir aqueles projetos que não foram acatados no relatório, porque, senão, nós estaríamos discutindo com base em relatórios setoriais, dos quais, provavelmente, alguma coisa pode não ser acatada pelo Relator-Geral. E, assim, perderíamos, tempo de certa forma.

Então, ficam essas considerações: primeiro, que não se delibere nada hoje, que se discuta, como o Senador Amorim sugeriu – se quiserem, podemos até estipular uma pauta deliberativa para a semana que vem. Segundo, que nós aguardamos realmente o relatório geral, onde se pode acrescentar, inclusive, alguns projetos que não constam nos relatórios setoriais.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É importante, Senadora Simone, a gente discutir hoje, porque, se deixar para depois, vai ficar muito tardio. Eu tenho alguns questionamentos sobre essa coisa das finanças municipais.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu ia perguntar, Presidente, quais são os projetos que estão encaminhados para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O relatório acabou de ser lido pela Senadora Ana Amélia.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Essas duas emendas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Só para explicar ao Senador Serra.

Foi lido todo o relatório, consubstanciando proposições das duas maiores entidades municipalistas: a Frente Nacional dos Prefeitos, que foi recebida hoje na grande reunião do Presidente Renan Calheiros e do Presidente Eduardo Cunha, e da Confederação Nacional dos Municípios.

É um resumo das grandes demandas das entidades, feito com apoio da Consultoria da Legislativa do Senado. Foi apresentado isso, isto é, o que pode e o que não pode ser feito, o que tem e o que não tem impacto na receita da União.

Juntas vêm duas propostas de emenda à Constituição, que estão aqui anexadas, que todos os Senadores têm à disposição, distribuídas pela Secretaria da Comissão.

Então, essas duas propostas que estão aqui vão à deliberação na próxima reunião que tivermos, porque não é conveniente, concordando com a Senadora Simone Tebet, que se faça hoje a deliberação. Contudo, a discussão, perfeitamente, é o que nós precisamos fazer.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permite-me, Presidente?

Eu creio que a gente tem que ir um pouco mais devagar. Se os prazos dados pelos Presidentes do Senado e da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por isso que eu falei na prudência aqui.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... forem muito curtos, eu acho que nós devemos propor ampliar.

Eu creio que, na semana que vem, o que se poderia fazer é discutir o conteúdo de alguns dos projetos – discutir! –, até para o autor recolher as observações, meditar sobre o assunto, refazer, possivelmente, muitas coisas.

A gente tem que ter um ritmo...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por isso, Senador Serra, a gente propôs o seguinte encaminhamento: os Senadores vão apresentar os relatórios e cada Senador vai receber cópias desses relatórios.

A Senadora Ana Amélia propôs em três partes: o que ela considera, no relatório dela, que está pronto para pautar, o que ela considera que não deveria pautar e o que é preciso, inclusive, a gente produzir aqui como coisa nova.

Então, cada um terá a condição de se posicionar sobre essas matérias, discutir isso, podendo até dizer que não concorda que se pautar, que não concorda que se exclua ou que não concorda que se inclua coisa nova.

Então, apresentado isso, a gente, na próxima reunião, faz o debate, exatamente a respeito disso. Mas, aí, nós teríamos...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, mas sobre o conteúdo dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E depois é que vai...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Auxiliar o Relator.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A deliberação deve ser a fase final.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso aí.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E vou dar um exemplo – exclusivamente a título de exemplo: a proposta de se redistribuir 50% do ICMS. Isso significa um prejuízo infinito para os Municípios que geram mais valor adicionado, os quais, no Fundo de Participação, já têm uma participação mais desfavorável. Por quê? Porque, em geral, esses Municípios são maiores, por um lado, mas há um critério do FPM que torna constante a população – isso pode ter variado, mas não deve ser muito diferente – a partir de 160 mil habitantes. Ou seja, um Município de 1,6 milhão recebe o mesmo de um Município de 160 mil por esse critério do FPM. Ou seja, eles têm uma posição mais desfavorável no Fundo de Participação.

Se, em cima disso, nós formos fazer a redistribuição... Eu me lembro de que foi feita em Minas, pelo Governador Azeredo, e deu muita dor de cabeça.

O que é essa redistribuição? É o seguinte: se o ICMS é 100, 75 são do Estado, 25 são do Município que o gera. Não é isso? Pois bem; mas isso não vale para tudo. Deve haver hoje uns 20% que são redistribuídos, não é isso?

Estou aqui improvisando alguns números.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por isso eu acho que seria importante a gente resguardar essa discussão...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – São uns 20% que são redistribuídos segundo outros critérios, de maneira igual e tudo mais.

Elevar para 50% é uma medida de grande impacto, e, além do mais, vai haver uma rebelião, porque diminui a receita absoluta dos Municípios maiores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria chamar atenção do Senador José Serra...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É por isso que a gente deveria fazer essa discussão, para não ficar assim. Porque, senão, o senhor vai levantar umas coisas que a gente...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu só estou... Não estou querendo discutir hoje. Eu estou dando como exemplo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... que não eleva, autoriza elevar; e a decisão é da Assembleia Legislativa de cada Estado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tudo bem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Na realidade, é uma mudança no Texto Constitucional que permite às Assembleias Legislativas de cada Estado poder fazer um critério de partilha do ICMS de forma diferenciada.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeito. O Senador Fernando Bezerra está esclarecendo. O que eu estou dizendo é que nós precisamos é desse tipo de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pronto!

É isso, Senador Serra, que nós colocamos aqui.

O relatório foi apresentado, cada um vai ter uma cópia, e, depois nós vamos voltar para fazer, exatamente, a discussão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então isso, por exemplo, para a semana que vem, eu pautaria os projetos da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não dá para pegar outras coisas, porque, para haver uma discussão produtiva, temos que ir por etapas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É por isso que nós estamos propondo por etapas.

Vamos ouvir os outros relatores.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu citei apenas como exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não. Isso. Mas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso; mas foi esse exemplo... É que V. Ex^a chegou depois e nós já havíamos não só lido o relatório como falado no encaminhamento. Por isso que estamos indo com prudência, Senador Serra.

Vamos ouvir o próximo Relator, porque todo mundo terá condições de, lendo o relatório – cada Senador –, na próxima reunião aqui, entrar na análise exatamente do que está para aprovação... Vamos abrir para o debate para irmos fazendo, exatamente, essa discussão, com as ponderações de cada Senador.

Sabemos como isso funciona: o Relator tem a tarefa de juntar as diversas opiniões. É assim que entendo a função do Relator. Senão, o Relator vira o poderoso, e não estamos com essa compreensão. A compreensão é a de que o Relator deve ser o sujeito capaz de sintetizar e de absorver as diversas contribuições para produzirmos algo que foi fruto do debate e das contribuições de todos.

Então, vamos ouvir o Senador Anastasia.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso inclui também, se me permite, propostas para acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está certo? Acrescentar na área.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Assim também até as propostas para retirar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É claro!

Por exemplo, no caso de Município, existem várias outras questões que podem ser acrescentadas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso aí.

Senador Anastasia.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Da mesma maneira que em todos os outros projetos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos lá.

Vamos ouvir o relatório do Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, Sr^a Vice-Presidente, Sr. Relator-Geral, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Coordenação de Organização Administrativa e Serviços Públicos (COASP) é uma das três coordenações formadas com base no Plano de Trabalho aprovado no âmbito da Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo (CEAPF), cujos objetivos são: levantar as demandas dos governos estaduais e municipais; levantar as proposições da Casa que contemplam as demandas em questão; agrupar as proposições por tema; identificar as demandas pendentes de iniciativa parlamentar; e apresentar os relatórios por coordenação temática.

Este relatório sumariza as principais atividades feitas por esta Comissão até o momento. Com base nas demandas apresentadas e nas proposições em tramitação no Senado Federal, conforme constam no Plano de Trabalho e em lista oferecida posteriormente pela Consultoria Legislativa, à qual, desde já, agradeço o traba-

lho, e pelos Gabinetes – agradeço, em especial, o gabinete do Senador Eduardo Amorim e Roberto Rocha pela colaboração na nossa Comissão –, identificamos cinco grupos de propostas:

- I) Matérias que deveriam ser aprovadas imediatamente;
- II) Matérias que deveriam ser aprovadas, mas após aprofundamento do debate;
- III) Demandas estaduais e municipais pendentes de iniciativa parlamentar nesta Casa;
- IV) Matérias que não deveriam prosperar;
- V) Matérias que não são do âmbito da CEAPF.

As matérias que deveriam ser aprovadas imediatamente são aquelas que já foram objeto de amplo debate na Casa e já se encontram na Ordem do Dia ou pronta para deliberação em Plenário ou em Comissão em caráter terminativo, bem como aquelas que, pelo teor e relevância, julgamos que mereceriam receber tratamento preferencial no sentido de acelerar sua tramitação. Além do conteúdo e relevância, recomendamos tratamento preferencial para aquelas matérias que não implicam gastos adicionais para a União. Isso porque entendemos que, mesmo meritórias, grande parte das proposições que implicam gastos para a União tendem a ser mais controversas, requerendo maior negociação com o Poder Executivo e, portanto, dificilmente seriam aprovadas em curto espaço de tempo.

Identificamos quinze matérias que deveriam ter aprovação imediata e estão arroladas no Anexo I. Eu não vou mencionar todas, porque elas já estão no relatório. Há um erro de digitação, mas são quinze.

Como exemplo, eu citaria o que foi mencionado hoje pela manhã, que é a proposta da Senadora Gleisi Hoffmann, extremamente inteligente, que determina que as emendas parlamentares sejam alocadas diretamente nos Fundos. Essa é uma das que colocamos aqui. Muitas dessas estão na CCJ à espera de Relator. Então, é um tema também que a Comissão – parece-me – vai ter de levar ao Presidente da CCJ ou que haja outra medida que venha a retirar da CCJ para que haja designação de Relator.

Classificamos como matérias que deveriam ser aprovadas, mas que requerem aprimoramento, aquelas que não estão prontas para deliberação e que requerem mais debates, seja porque impactam os gastos da União, seja porque consideramos que o objeto de que tratam é mais polêmico. Identificamos onze matérias nesse grupo, e que estão mencionadas.

Dentre essas que acabamos de mencionar, é importante destacar a PEC nº 47/2012, de autoria de catorze Assembleias Legislativa e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em razão da sua relevância para o debate do Pacto Federativo.

Faço só uma menção a esta PEC que aumenta a competência legislativa dos Estados. E, como todos sabemos, no caso brasileiro, o Estado é o ente federado que tem menos competência, menos até do que os Municípios. Essa foi uma iniciativa inédita no campo legislativo constitucional brasileiro, já que a autoria foi das Casas Legislativas Estaduais.

Das demandas apresentadas pelos Estados e Municípios, identificamos as seguintes que consideramos meritórias e para as quais não havia projetos em tramitação: piso de gastos da União com saúde que acompanhe a elevação dos custos; manutenção dos investimentos em infraestrutura e transportes; e flexibilizar a estrutura organizacional de Municípios pequenos, inclusive, possibilitando a contratação temporária de servidores públicos para executar programas federais e estaduais. Algumas das demandas mencionadas foram atendidas com a apresentação de proposições, como é o caso da PEC 76/2015. Outras, no entanto, são sugeridas na forma de minutas no Anexo II.

No Anexo II, Sr. Presidente, nós apresentamos quatro proposições legislativas que poderiam ser, caso venha a ser assim entendido por esta Comissão, de autoria da própria Comissão para o debate.

Recomendamos a rejeição de quatro matérias aqui mencionadas.

Entendemos, ainda, que oito matérias não deveriam ser analisadas no âmbito da Comissão. Trata-se de propostas que, embora possam ter alguma conexão com a questão federativa, são mais fortemente relacionadas com temas que são muito específicos, como meio ambiente ou defesa civil.

Abro aqui um parêntese, pelo menos a nosso juízo, porque, na verdade, serviços públicos e organização administrativa, em tese, podem ser tudo. Então, se nós também não focarmos aqueles temas mais relevantes, poderemos perder. Mas é uma proposta, é claro, que submeto aos nossos pares.

O Senador Roberto Rocha, por exemplo, apresentou propostas – e nós acolhemos todas – muito preocupado com o tema da segurança, porque não há dúvida de que o tema da segurança é um serviço público, hoje, considerado prioritário no âmbito nacional.

Finalmente, cumpre mencionar a Proposta de Emenda à Constituição 172/2012, já mencionada aqui pela Senadora Ana Amélia, do Deputado Mendonça Filho, que tramita na Câmara dos Deputados.

A aprovação dessa medida, que me parece fundamental – e a Senadora, corretamente, também apresenta medida na mesma linha –, veda a transferência de encargos, ou prestação de serviços aos Estados e Mu-

nicipios sem o repasse de recursos correspondentes pela União e é decisiva para o aprimoramento do Pacto Federativo, na medida em que reforça a autonomia dos demais entes federados perante a União.

Essa proposta de emenda, Sr. Presidente, decorreu daquela primeira reunião dos governadores com a Casa, com o Senado, em que estava presente como Governador do Estado à época. Ela é, na verdade, a pedra angular que evita, de fato, novas despesas e fortalece a Federação.

O Anexo I apresenta quadro contendo informações sobre as matérias analisadas, de forma a detalhar as conclusões expostas, cada qual com o seu relatório e com sua posição procedimental.

O Anexo II apresenta as minutas de proposições elaboradas para atender às demandas de Estados e Municípios que ainda não estão contempladas por projetos em tramitação na Casa.

É o relatório, que, portanto, será discutido proximamente.

Estamos à disposição para novos esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Obrigado, meu nobre Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria fazer um comentário, Sr. Presidente.

Com a sugestão oferecida pelo Senador Antonio Anastasia, seria interessante uma leitura do Anexo I, porque a maioria das matérias que ele sugere para aprovação imediata não implicam, de fato, impacto fiscal.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É o tema do item 1.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quase nenhum. Por exemplo, é só ler: “Prorrogo o prazo para os Municípios se adequarem à Política Nacional de Resíduos Sólidos.”

Então, eu insisto. É evidente que nós temos que ter a prudência, a cautela, mas, se nós fizermos um corte e colocarmos como sugestão, para deliberação imediata, as matérias que não impliquem impacto fiscal, esta Comissão começa a deliberar, a produzir resultados.

Agora, é evidente que, para as outras proposições que vão gerar impacto fiscal, está certo o Presidente Walter Pinheiro, está certo o Senador José Serra de que nós precisamos discutir, debater, qualificar quais são aquelas que poderão ser deliberadas até 17 de julho e quais são as que deverão merecer um aprofundamento do debate para serem deliberadas no segundo semestre.

Eu queria, a partir da leitura e da classificação que foi feita pelo Senador Antonio Anastasia, voltar a merecer a reflexão desta Comissão sobre todas as matérias que não tenham impacto financeiro e que sejam consenso da Comissão para sinalizarmos claramente como deliberação desta Comissão. Não é a deliberação final, mas é a deliberação da Comissão. Vamos encontrar a melhor redação possível, que ainda vamos trazer para apreciação da Comissão e levar para apreciação em plenário. Mas precisamos dar respostas. Nós não podemos nos perder em discussões que não se encerrem, porque muitas matérias que estão aqui classificadas para serem deliberadas já foram discutidas e debatidas intensamente no Senado.

Então, eu aproveito para renovar a minha posição e pedir a reflexão dos membros da Comissão, para que a gente, mesmo acatando essa abertura de prazo até a próxima quarta-feira, para que os membros da Comissão possam analisar e propor inclusão ou retirada de itens nas classificações que foram feitas, que, ao final desta reunião, a gente aponte claramente quais são as matérias que a Comissão vai sugerir à Presidência do Senado e sugerir à Comissão que o próprio Presidente do Senado criou, que tem a presença do Senador José Serra, do Senador Romero Jucá, que vai fazer articulação com a Câmara dos Deputados. Que a gente possa, na próxima semana, já acenar para o Congresso Nacional, para a sociedade brasileira, que vai entrar na Ordem do Dia, na semana do dia 30, proposições que estão prontas pra serem deliberadas, e que essas primeiras não têm impacto fiscal, mas são muito importantes para os gestores públicos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria só, Presidente, pela ordem, sugerir a Senadora Marta Suplicy como relatora das matérias de plenário que interessam à questão municipal.

Então, é a sugestão da Coordenação Municipalista das relatorias em Plenário dessa área da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O.k.

Vamos ouvir a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Presidente, só uma observação: muitos dos projetos que elenquei são terminativos na CCJ, o que facilita, mas aguardam relator.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E vamos ver se a gente afina aqui depois, aqui, a nossa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso. Senadora Lúcia Vânia, vamos lá.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, eu não vou ler o relatório, porque todo mundo vai receber o relatório, vou só, mais ou menos, dar o perfil do trabalho que nós elaboramos em conjunto.

Primeiro lugar, a gente distribuiu as funções, que não ficaram todas centralizadas em mim. A educação ficou com o Senador Cristovam, que ficou de fazer um levantamento. A saúde, com o Senador Moka. E a segurança pública, segundo me disseram, está com o Senador Rocha. Esse eu não pude compatibilizar ainda com os nossos. Mas, de qualquer forma, a gente fez também um intercâmbio com a Câmara, porque a Câmara já está discutindo também o Pacto Federativo. E eu estou anexando ao meu trabalho um trabalho do Roberto Afonso sobre o Pacto Federativo, em que ele faz um estudo profundo da divisão de recursos, como é que está, o que pode causar impacto e o que não pode causar impacto. No final, ele apresenta algumas sugestões de criação de fundo.

Então, esse trabalho está anexado no nosso relatório. Eu gostaria que o Relator pudesse dar uma olhada. E, por esse trabalho, a gente entendeu que o espaço para movimentação de projeto é muito pequeno.

Há um projeto, que é uma demanda grande dos Estados, que é o Pis/Pasep, mas ele impacta enormemente. Nós fizemos não só o trabalho de levantar onde está o projeto, como ele está, como também estivemos no Ministério da Fazenda para saber o volume de recursos que isso envolveria.

Então, dos 45 projetos apresentados pelo Relator, que impactam as finanças públicas, nós selecionamos apenas 13, entre os quais alguns podem ser votados imediatamente, estão prontos para o Plenário, pois não causam nenhum impacto, a exemplo do que fez o Anastasia.

Por exemplo, cito a PEC do Senador Carlos Bezerra, que trata de um dispositivo que prorroga o Fundo Nacional de Irrigação, que já foi amplamente...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Lúcia, desculpe, qual é o primeiro?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Irrigação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, o primeiro, V. Ex^a falou quatro ou três.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Eu falei só o primeiro, o primeiro é o Fundo...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Que foi votado na CCJ já, inclusive.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – ... Nacional de Irrigação – a prorrogação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Do Fundo de Irrigação?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Sim, de Irrigação; que o prorroga.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Que já foi votado na CCJ, inclusive.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só estou querendo anotar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Ele já existe, e, agora, o projeto prorroga para mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Esse projeto já está até em plenário.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Ele está pronto para plenário.

Então, esse é um dos que nós podemos fazer na próxima semana. Já foi amplamente discutido, mas pode rediscutir no plenário.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não; mas na Comissão tem que ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Já foi votado inclusive na CCJ.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Já foi votado na Comissão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nessa Comissão aqui?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Em todas as Comissões.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu acho que a Comissão deve revisar. Não é porque foi votado...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO. *Fora do microfone.*) – Aí vai demorar muito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ainda há outro problema, Senador Serra: se a gente for revisar tudo que está no plenário, nós vamos virar uma espécie de...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sei, mas eu estava imaginando o seguinte: a gente vai recomendar... Podem ser coisas sobre o tema que não estejam bem.

Pedir para votar implica endossar aquilo que foi feito?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas, nesse caso, Senador Serra, se a gente avaliar que está bem, como ela está avisando, essa matéria...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não estou falando nem desse de irrigação, estou falando em tese.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – A gente só pinçou para votar em plenário aquilo que já foi amplamente discutido nas Comissões, que não gere impacto nas finanças públicas, ou prorrogação, ou alguma coisa que seja para normatizar.

Então, vou citar outros aqui para vocês terem uma ideia.

O mais importante de todos é a reforma do ICMS. Esse já está na Comissão de Desenvolvimento Regional, já está sendo discutido lá e não está em pauta porque nós estamos dependendo da criação dos fundos.

A minha sugestão é que o projeto do Senador Walter Pinheiro que está na Comissão de Justiça para ser pautado, sobre a criação dos fundos... O Senador Walter Pinheiro tem uma PEC que trata da criação dos fundos de desenvolvimento. Essa PEC está na Comissão de Justiça. A minha sugestão é que seja colocada em pauta para abrir a discussão do fundo, porque nós já temos vários projetos que tratam da composição desse fundo.

Se nós não colocarmos o fundo em discussão, nós vamos receber a coisa de cima para baixo. E já há vários projetos – são três projetos aqui – de composição de fundo. Inclusive esse do José Roberto Afonso a respeito do qual eu gostaria que o Senador Bezerra pudesse falar.

Pronto para o plenário: a compensação da Lei Kandir. É um projeto do Senador Pedro Simon. Esse projeto trata do ressarcimento da Lei Kandir. Esse, eu acredito, precisa de um aprimoramento. É um projeto muito antigo e que precisa, naturalmente, de algumas emendas para adequá-lo.

Existem dois projetos sobre a Lei Kandir: um que trata especificamente da Lei Kandir e outro que trata do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX). Esse é de minha autoria e traz as divisões por Estado, promovida pelo Confaz.

O que acontece? Todo ano o FEX vem através de uma medida provisória que o Governo encaminha; e o Governo encaminha com essas divisões. Agora, esse projeto de lei já estabelece as divisões e faz com que o FEX não precise de medida provisória. Ele já vem ouvindo o Confaz todo ano nessa distribuição.

Então, esse projeto já está distribuído. É um projeto também em que eu acredito... Sobre a Lei Kandir são dois: um do Pedro Simon, que é mais antigo, que trata especificamente da Lei Kandir, e o outro que é o FEX, que estabelece a divisão por Estados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. É sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu apresentei – lamentavelmente está dormindo ainda na CCJ, sem relatoria – um projeto que faz um acerto de contas porque os Estados têm créditos, os Estados exportadores, e têm um débito com a União da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Está aqui no texto dela, a PEC da Senadora Ana Amélia e outros: a PEC nº 22, de 2014.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ela faz um acerto de contas.

Não há desembolso. É uma questão contábil. Desconta aquilo que o Estado teria que receber daquilo que ele teria que pagar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Esse mexe no superávit.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mas o coitado do Estado vai ter que pagar o desajuste das contas públicas?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Esse projeto, Bezerra... Há o da Ana Amélia, há o do Pedro Simon, que trata disso.

O do Pedro Simon inclusive pede 100% do ressarcimento, desde a criação até hoje.

É uma coisa que empata.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É o efeito retroativo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Só para aclarar aqui a minha compreensão do relatório da Senadora Lúcia Vânia, ela conclui com a sugestão de que três matérias ou três assuntos temáticos podem merecer priorização na tramitação legislativa.

Primeiro, em relação à questão da irrigação, cuja deliberação já se está ultimando; segundo, a constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que possui várias iniciativas tramitando no Congresso Nacional; e o terceiro tema que ela sugere para ser priorizado pela Comissão Especial de aprimoramento do Pacto Federativo é o ressarcimento dos créditos de exportação, não é isso?

Está correto?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Esse é o quarto.

O terceiro é a reforma do ICMS.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A reforma do ICMS! São quatro temas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Eu acho que, na verdade, a reforma do ICMS e os fundos têm que correr em paralelo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sim, sim, certo, entendi.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Entendeu?

Então, são quatro pontos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O Fundo de Desenvolvimento Geral está ligado à questão da reforma do ICMS.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só uma coisa.

Na verdade, Senadora...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Eu acredito, Senador Bezerra que, no relatório, esses quatro temas sejam os mais importantes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Claro, eu também concordo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – A reforma do ICMS; a criação dos fundos, Norte e Nordeste, dos fundos de ressarcimento e de desenvolvimento; o terceiro seria a convalidação dos benefícios, que está na Câmara, eu aponto aqui; e o quarto seria o ressarcimento da Lei Kandir, que é um desespero para nós. Eu acho que se resolvermos esses quatro, estamos dando um grande passo.

Agora eu elenquei mais...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas só para entender, esses envolvem custos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sim, sim, sim. Esse certamente...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Esses envolvem custos e envolvem impacto, por isso é que eles precisam ser discutidos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na verdade, dois deles fazem parte, porque é a questão de convalidação, ICMS e Fundo. Esse é o trio.

Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É porque ICMS e Fundo, Senador Serra, estão, obrigatoriamente,...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Juntos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – São muito importantes para que possamos completar aquele processo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – São mais do que siameses.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Esse aí acho que é a alma do Pacto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Claro, isso aí, eu diria até, que um está dentro do outro.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Interessa ao Governo e interessa aos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não tem ICMS sem Fundo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Uma observação de...

Estou um pouco atrapalhado. Às vezes, existem coisas que quero mencionar, que é para efeito de o próprio relator averiguar o que acontece.

Por exemplo, acerca da Lei Kandir, acho que há dois processos que a gente deve interferir, que é o do Comprev e o da Lei Kandir.

O que é o Comprev? Um funcionário público estadual ou municipal aposenta integralmente, mas, em algum momento da sua vida, recolheu para o INSS. Tem que ter compensação.

Bom, aí é um mundo de coisas, quanto tempo o INSS demora, isso, aquilo, etc.

Segundo, Lei Kandir. Lei Kandir, a noção mais recente que eu tenho é que a Lei Kandir já não vale. Valeu.

Não estou defendendo isso não, estou trocando a informação. Porque na Constituição, nas Disposições Transitórias, há a previsão de ressarcimento de exportações por parte dos Estados, mas ainda se prevê uma Lei Complementar, que ainda não foi feita.

Então, eu não sei se o Pedro Simon já tratava dessa lei complementar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Eu acho que é a lei complementar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agora, há problemas na Lei Kandir, como há no caso da previdência, que é saber quanto, de quanto dinheiro se trata, está certo? E aí as outras fórmulas e tudo mais.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Já foi levantado. Está no relatório, Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está, não é?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Está no relatório.

Por exemplo, a gente levantou...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que você entregou hoje?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Estou entregando, vou entregar.

Levantamos, por exemplo, o PIS/Pasep. O PIS/Pasep seria uma ordem...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – PIS/Pasep só.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Seria mais ou menos na ordem de R\$59 bilhões.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quanto?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – R\$59 bilhões.

Pis/Cofins...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, mas o PIS por quê?

Por que o PIS?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Não, o Pasep, porque é uma demanda dos governadores.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Pasep deve dar, no máximo, R\$10 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos fazer o seguinte...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Para os Estados seria isso.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É boa a contribuição do Senador José Serra, mas a gente já...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Deixe-me terminar meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Deixe-a terminar, porque aí...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não. Tendemos a ramificar. Eu estou apenas querendo dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu sei. Eu sei. A ansiedade...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não. Não é ansiedade.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não. De todos nós, de querermos discutir a matéria.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É um problema de eficiência. O que eu estou querendo é o seguinte: no caso dos Relatores, que sejam passadas dicas a respeito de coisas que não estão ou de problemas que existem para que se possa, ao longo desta semana, ir trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por isso é que estamos pedindo uma semana para que o Senador possa receber esse material, fazer essas críticas e exatamente mandar. Por isso, achávamos que não dava fazer deliberação hoje dessas coisas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sobre tudo que tiver impacto fiscal não será tomada nenhuma providência, até que as contribuições sejam oferecidas por toda a Comissão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E possamos voltar aqui para debater, discutir e saber se o encaminhamento é o mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Entendeu?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, só para pedir aqui à Relatora, Senadora Lúcia Vânia, que inclua, no seu relatório, um projeto de minha autoria também, que trata exatamente dessa compensação dessa Lei Kandir e FEX em relação às dívidas dos Estados com a União. Por favor. Obrigada.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Ok.

Então, os três mais importantes já foram ditos: irrigação, pronto para o Plenário; a compensação da Lei Kandir, também do Senador Pedro Simon, está pronta para o Plenário. Eu acho que era bom trazer para a Comissão. *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Nós temos dois projetos importantes sobre o FPE, que eu pincei para que possamos também levar à discussão na Comissão de Constituição e Justiça. Ele está pronto para ser pautado na Comissão de Constituição e Justiça, que altera a redação do FPE. São dois projetos que eu considero importantes e dois projetos do Fundeb que também estão aguardando relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, nós teríamos duas ações, uma para Plenário, que seriam dois projetos, que seria a Lei Kandir e o da irrigação; e quatro projetos para serem pautados na Comissão de Constituição e Justiça. E os três projetos, que são a alma de todo o Pacto Federativo, que é a reforma do ICMS, fundo e convalidação.

Agora, eu vou passar a palavra para o Senador Cristovam. Ele vai falar um pouquinho sobre o que ele entende por Pacto Federativo da educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Srª Vice-Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu invertei um pouco a lógica do problema. Em vez de discutir de onde tirar dinheiro

e para quem, como tirar responsabilidade de quem para quem. Se a gente analisa hoje um dos problemas mais sérios dos prefeitos, no que se refere à educação, que é o que a Senadora Lúcia Vânia me pediu para analisar, o problema mais sério está no pagamento do piso. Aliás, no cumprimento da lei do piso... Porque a lei do piso tem duas partes: uma parte, que é o valor do piso, e a outra parte, que é garantir um terço das horas de trabalho fora da sala de aula, o que implica aumento de gastos, pela necessidade de contratar mais professores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu assisti a uma parte, tive que sair para o almoço, porque eu tinha um compromisso. Eles tocaram nesse assunto?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Porque é angústia total em torno dessas questões.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É. Foi?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É. Claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, o que eu analisei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Foi até o quê?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Foi até o encerramento. Foi um tema quente esse.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, o que eu imaginei foram as leis, os projetos de lei e as PECs que estão em andamento e que aliviam os Municípios em relação a isso.

Há um projeto, que é de minha autoria, que imputa à União o pagamento do piso salarial dos professores. Esse é curto e grosso. Imputa – palavra feia – à União o pagamento do piso, ou seja, os professores que ganham o piso, que não são tantos dos 2 milhões, serão pagos pelo Governo. Eu creio que vai dar 4 bilhões. É isso.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas teria que ser... Isso seria válido para orçamentos municipais X.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Dependendo da cidade?

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Dependendo da cidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pronto. Claro. Essa é uma alternativa corretíssima.

Mas eu estou dizendo... O que eu falo aqui é mais simples. A lei é federal. Então, eu parto do princípio de que, se a lei é federal, o Governo Federal cumpre.

E os Prefeitos, obviamente, provavelmente, ampliariam ou não o salário dos professores.

Esse é o PLS 155, de 2013. O outro, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima... Quero dizer que o Pedro Cunha Lima, que é o filho do Cássio e é Deputado, tem um projeto que reputo maravilhoso para este País: que o piso salarial do serviço público deve ser o salário médio do professor. Acho que é um projeto de lei belíssimo e que deveríamos debater para dizer que não vamos cumprir, obviamente. Tira o piso dos Ministros do Supremo e joga o dos professores. Eu até conversei com ele depois que soube.

Então, o PLS 164, que é do pai, Cássio Cunha Lima, altera a Lei nº 11.464, de 2007, para ampliar a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento (Fundeb). Com isso, haveria mais recursos para pagar o piso salarial.

O outro, do Senador Delcídio do Amaral, altera o inciso VIII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais, para incrementar o percentual de complementação do Fundo. Aliás, a complementação da União, porque todos sabemos que o Fundeb tem uma grande contribuição dos Municípios.

A PEC 32, de 2013, minha autoria, é mais radical, e eu coloco aqui, mas não vou colocar para discussão nesse relatório. Ontem, o Senador Anastasia até provocou – fiz um texto para o senhor – a ideia da federalização mesmo, mas essa eu coloquei porque resolveria, mas não está em discussão aqui.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Federalização do...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Federalização da educação nas cidades que assim desejarem, ou seja, o Governo Federal adotar as cidades que querem que a educação seja tipo Colégio Pedro II, escola federal, mas acho que não é o caso desta Comissão. Essa é uma discussão muito mais profunda.

Finalmente, a PEC 63, de 2015, bem recente, que fez a pedido dos prefeitos. Os prefeitos, na última vinda aqui, distribuíram uma cartilha com algumas sugestões. Você estava lá, fez aquele belíssimo discurso. Eu peguei uma das ideias deles e transformei em uma PEC que acrescenta o §66 das Disposições Transitórias, para estabelecer regras para o pagamento do piso. A lei permitiria que, a partir de certo valor, quando o prefeito não puder gastar mais... Pois bem, essas são as propostas.

Tenho aqui um pequeno estudo analisando cada uma, mas acho que não vale a pena perder tempo aqui, mas essa é a ideia. A ideia é transferir à União recursos. Alguns podem perguntar: e os recursos? Proponho de uma maneira muito simples. Discutamos em quanto tempo, façamos um período de transição para que isso seja possível sem penalizar obviamente a União, mas, se queremos aliviar alguém, vamos ter que penalizar al-

guém. Ou se penalizam as criancinhas, tirando-lhes a educação, ou penaliza o professor, pagando menos para eles, o que, em geral, penaliza as crianças – às vezes não, porque há certos professores que até não penalizam – ou vamos ter que tirar de algum lugar.

A minha proposta é que o Governo Federal assuma a responsabilidade sobre a Lei Federal do Piso.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Moka, sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, fizemos um relatório que compõe o relatório da Senadora Lúcia Vânia. Não quero delongar porque temos vários. Só para dar um exemplo, há um projeto da Senadora Marta Suplicy sobre a questão de que os planos de saúde ressarciriam os Municípios ou Estados, ao invés de ressarcirem, quando ressarcem, a União.

Há um projeto do Senador Otto Alencar que aumenta – hoje se destinam 45% dos recursos do DPVAT para os Municípios, para saúde e o resto para outras finalidades – de 45% para 60%, até porque, quando se tem um acidente, o seguro paga o acidente, mas quem fica com a despesa normalmente é o SUS.

Então, é natural que esses recursos, na sua maior parte, devam ir à saúde. E, recentemente, é caso até de fraude. O sujeito torce o pé jogando futebol, aí há gente que fala: “não, fala que você caiu de moto e tal”. Então, eu achei importante. Agora, minha opinião... Vou debater isso, mas entendo a situação.

Nós acabamos votando uma fórmula, no ano passado, na Comissão de Assuntos Sociais, que sempre defendi e continuo defendendo: 10% da arrecadação bruta, que a União seja obrigada a fazer essa despesa. Os Municípios têm obrigação de 15% e os Estados, 12%, e a União não tem obrigação de piso mínimo nenhum.

O que fizemos, e vai valer, tem vinculação com a arrecadação, que este ano, pasmem os senhores, será menor. Vejam o que virou. Então, o recurso da saúde, que tem como base a arrecadação da União, este ano será menor. E é uma PEC; então, vejam o transtorno que isso vai dar.

Então, acho que a correção disso daí dar-se-á através de uma votação de uma outra PEC. Mas a discussão não é essa aqui. De imediato, eu cataloguei outros projetos aqui que já estão em tramitação e eu espero que tenha dado a minha contribuição. Fiz da forma mais didática possível.

Não vou dialogar porque acho desnecessário. Se V. Ex^a tiver alguma dúvida, eu mesmo vou estar com V. Ex^a no sentido de ajudá-lo no seu relatório final.

Muito obrigado, querendo ser o mais objetivo possível, uma vez que fiquei a maior parte do tempo também lá, mas, graças a Deus, votamos a Medida Provisória nº 673, resolvendo o emplacamento das máquinas, que precisava ser resolvida.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois não.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu poderia fazer um encaminhamento... Ah, não sei se a nossa coordenadora não terminou ainda, desculpa.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Para dizer que o relatório está aqui. Eu não o li, mas estão pinçadas as coisas mais urgentes, o local em que os projetos estão e aquelas que não causem impacto, que poderiam ser levadas a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos ver só, Senadora Simone, se dá para irmos naquela linha que havíamos conversado um pouco aqui, que seria o seguinte: temos três relatórios. Nós separamos aqui, na realidade, as 18 proposições, indicadas pelos relatores, que foram chamadas de proposições prontas. Sem impacto, inclusive.

Com essas 18 proposições, nós vamos fazer o seguinte: vamos, de qualquer maneira, remeter isso para os gabinetes. Na próxima terça-feira, se houver alguma ponderação, isso retorna para nós. Senão, na quarta-feira, essas 18 proposições... Aqui, a mesa da Comissão entregará essas 18 proposições ao Presidente Renan Calheiros para que ele possa pautar.

Se houver ponderação de alguma coisa, de alguma troca ou coisa do gênero, aí teremos que submeter à Comissão. O restante...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Pela ordem. Eu queria autorização, Bezerra, para entregar o relatório amanhã porque eu teria que fazer uma adequação com esse pedido da Senadora Simone.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não tem problema, não. Está tranquilo. Não tem problema, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu vou ficar aqui até sexta-feira, portanto estou à disposição. Não há nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E eu, inclusive, mesmo com as fogueiras de São João, vou estar aqui na semana que vem. Até há umas audiências públicas, não tenho como me ausentar. Então, eu estou, como diz o outro, inteiro à disposição. Portanto, faríamos isso.

De qualquer maneira, fora isso, todos os membros vão receber essa cópia. Além disso, vou preparar aqui pela mesa da Comissão uma espécie de notinha disso que encaminhamos aqui, para que os outros Senadores que não puderam aqui estar tenham conhecimento do que discutimos, para orientar todo mundo e para que todos recebam isso e nos respondam em relação a essas questões.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E se trata de uma deliberação, que está sujeita a correções caso as manifestações ocorram até a próxima terça-feira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Um minuto. Eu me esqueci de mencionar, e é um projeto importantíssimo. Relatei o projeto do Senador José Serra que estimula investimento na área de saneamento, porque entendo que, ao investir em saneamento, você está investindo em saúde. A cada R\$1 que se investe em saneamento básico, você está economizando de R\$4 a R\$5 em saúde. E o projeto do Senador José Serra está dentro desse relatório que a Senadora Lúcia Vânia vai passar a V. Ex^a. É um projeto que estimula as empresas a investirem em saneamento básico. As empresas que investirem em saneamento básico terão isenção de PIS e Cofins.

Eu achei um projeto extremamente inteligente e que pode realmente...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – De vez em quando, o Serra é iluminado por uma luz.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu tive um professor que me chamava de lâmpada velha, de vez em quando acendia.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Estou brincando, Serra. Ele disse que é um projeto extremamente inteligente, e eu disse: de vez em quando o Serra tem uma luz! É normal. É só uma provocaçãozinha em uma boa relação. Nenhum abuso.

Ficamos assim?

Então, vamos passar à segunda parte...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É isso. Para que todos possam se posicionar. Vamos lá.

Eu estava encerrando aqui a apresentação dos relatores, mas V. Ex^a tem a palavra.

S. Ex^a quer ponderar acerca dos relatórios.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Desculpe-me. É que eu tive de sair. Estava em um outro projeto.

Mas eu quero ponderar, na questão do relatório da coordenação de finanças municipais, as demandas que não deveriam prosperar. É exatamente o item 4. E eu acho que deveria prosperar. Pena que a Senadora Ana Amélia não está aqui. Entre os vários pedidos feitos pela CNM, pela Confederação Nacional dos Municípios, está o alerta de que esse deve ser o principal pedido, que é acrescentar um novo parágrafo ao art. 23 da Constituição Federal e ao novo artigo ao ADCT, para assegurar a atualização anual dos programas federais pelo INPC.

Além de os programas federais serem subfinanciados, eles ainda não são nem reajustados pela inflação. Segundo a CNM, em somente cinco programas, o déficit do município pela não atualização é da ordem de mais de R\$4,5 bilhões, em apenas cinco anos. E dou aqui um exemplo, apenas um exemplo: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) foi instituído em 1998, com a Medida Provisória nº 1.784. Os valores repassados à conta do Pnae são calculados de acordo com as matrículas em cada etapa e modalidade de educação básica, apuradas pelo senso escolar do ano anterior, Senador Moka.

Atualmente, o valor repassado pela União por dia letivo é de R\$1, apenas para alunos de creches públicas e filantrópicas e R\$0,30 por estudante do ensino fundamental.

Os alunos de escolas indígenas localizadas em comunidades quilombolas têm o dobro *per capita*, são R\$0,60. Existe uma defasagem. Primeiro, com R\$0,30 não se compra nem sequer um pãozinho. Mas esse mecanismo inflacionário, Relator Fernando Bezerra, tem sido uma forma, uma estratégia, ousado dizer, perversa que o Governo Federal tem de mandar aquilo, somente aquilo, e não manda mais. E só manda quando quer; só reajusta quando quer. Não existe a obrigatoriedade do reajuste.

Sabemos que a inflação corrói, e como corrói, todos esses valores, principalmente no momento em que estamos vivendo, com uma inflação de 6%, 7%, quem sabe, 8% ao ano. Como corrói! Imagine isso acumulado ao longo de cinco, seis, sete, oito anos como tem acontecido em programas como esse. Então, tem que haver uma obrigatoriedade para o Governo Federal reajustar esses convênios.

Eu dou outro exemplo aqui. As nossas emendas, que, muitas vezes, mandamos para fazer a pavimentação de uma rua, construir uma creche, uma escola, é aquele valor para o resto, do início ao fim da obra. Então, não tem reajuste nenhum. Mas será que o construtor vai manter dois, três anos aquele mesmo valor? Claro que

não. Então, Presidente, Senador Walter Pinheiro, eu ouvi isso da Confederação. Esse é o principal item, é a principal queixa da Confederação Nacional dos Municípios com relação às suas necessidades no pacto federativo.

Então, eu gostaria de pedir – pena que ela não está aqui – à nossa Relatora ou Sub-Relatora, e peço aqui ao nosso nobre Relator que reconsidere esse item e o inclua, realmente, para que possamos apreciá-lo no Plenário. Para tanto, nós apresentamos, Relator, Senador Fernando Bezerra, uma PEC exatamente nos moldes que a Confederação nos pediu; nos moldes que a Confederação nos solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Qual é o número da PEC?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Opa, agora eu vou fazer o meu comercial aqui. Só um minuto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Eduardo Amorim, o senhor pode encaminhar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Posso encaminhar, mesmo?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pode encaminhar aqui para a Comissão, ou para o meu gabinete, que nós vamos fazer uma reanálise.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Há essa PEC exatamente atendendo o principal pedido. Então, isso não é justo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O senhor encaminhe para o meu gabinete, e faremos uma reanálise.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Isso não é justo! E sabemos que o orçamento de um ano nunca é igual ao do ano seguinte, é sempre maior pelo menos a inflação. Então, é mais do que justo, porque R\$0,30, Relator, Senador Fernando Bezerra, não sei se dá para comprar um pãozinho, imagine manter uma merenda escolar de qualidade.

Não sei se vocês ouviram esse pedido à Confederação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Todos nós recebemos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É a PEC 66, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – PEC 66, de 2015, deixe-me anotar aqui. O.k.

Então, encerrada essa outra fase, vamos passar ao Senador Fernando Bezerra, para ele apresentar a proposta do Fundo de Desenvolvimento Regional, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que aí, obviamente, contando aqui com o apoio da nossa consultoria com os nossos servidores, como diz o nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, os nossos universitários, que vão nos ajudar aqui, para encaminharmos depois uma minuta e uma síntese desta reunião.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB - GO) – Sr. Presidente, deixe-me fazer uma sugestão. Essa questão do Fundeb, quando foi criado o Fundeb, ficou estabelecido que a União complementaria aqueles Estados que não tivessem condições de pagar o piso. No entanto, isso não foi feito.

Eu acho que este ano é um ano complicado para completar. Mas poderíamos fazer isso de forma escalonada para frente. Pelo menos daria um alento, porque isso o grande nó dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O.k. O Relator ouviu as ponderações da Senadora Lúcia Vânia. Então, inclua-se, como diz o outro. *(Risos.)*

Estamos aqui dando ordem ao Senador Fernando Bezerra.

Vamos lá, com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, o Senado Federal criou a Comissão Especial para o aperfeiçoamento do pacto federativo, em uma conjuntura de crise aguda das finanças estaduais e municipais.

Mas não são apenas Estados e Municípios que enfrentam problemas, também a União e o setor privado atravessam um momento de dificuldades.

O desafio da Comissão é, dentro desse contexto adverso, encontrar e propor soluções que ao mesmo tempo aliviem as finanças dos entes federados e aperfeiçoem as relações federativas sem transferir problemas para o setor privado nem para as futuras gerações.

Mas, ao contrário, aproveitando o momento para avançar no enfrentamento de problemas crônicos que vive a Federação.

Muitos pensarão que o momento não é propício, mas é um fato histórico recorrente que períodos de crise tendem a ser períodos de decisões marcantes e de reformas duradouras.

De fato, a Federação brasileira tem sido castigada por uma insuficiência histórica de recursos para as esferas estadual e municipal, que, com o tempo, vieram a assumir voluntariamente ou por força de leis federais

encargos incompatíveis com os meios à sua disposição. Longe de arrefecer, esse problema vem se avolumando com o tempo. Por sua vez, as receitas próprias estaduais têm demonstrado relativa falta de dinamismo por força da guerra fiscal que se instalou no âmbito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – de longe, a principal receita tributária dos Estados.

Ao disputar indústrias e investimentos, os Estados sacrificam receitas importantes, para o prejuízo dos serviços que obrigatoriamente devem prestar à comunidade. Os Municípios que recebem 25% da arrecadação do ICMS não sofrem menos do que os Estados. A guerra fiscal tornou-se uma praga que assola sem compaixão as finanças estaduais e, por tabela, também as municipais.

Várias tentativas já foram feitas para refrear ou eliminar a guerra fiscal com efeitos muito limitados até o momento. Tão forte é o ímpeto da guerra fiscal que mesmo a Lei Complementar nº 24/75, que dispõe sobre a concessão de benefícios e incentivos fiscais, foi sistematicamente atropelada. Nos últimos anos, intensos debates no Senado Federal e no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) convergiram para uma proposta de redução da alíquota interestadual de ICMS, que é o instrumento básico da guerra fiscal.

O maior trabalho, creio, já foi feito: os Estados negociaram entre si intensamente, chegaram a um consenso sobre as alíquotas interestaduais, e evoluíram para um cronograma de convergência que atende aos objetivos da iniciativa. Essa é, ao nosso ver – e, aí, concordo com a Senadora Lúcia Vânia –, a reforma mais importante do tributo mais importante da Federação; essa é a direção que, julgo, devemos seguir. Estamos perto do ponto de chegada, mas ainda não o atingimos. Está pendente uma resolução do Senado para convalidar esse acordo: o Senado deliberou, e se encontra ainda na Câmara dos Deputados a convalidação dos incentivos fiscais. E é fácil compreender porque isso ainda não aconteceu: o ICMS tem sido um instrumento importante de atração de investimentos para as regiões relativamente menos desenvolvidas do País; é um mau instrumento, mas, ainda assim, é o instrumento disponível. A reforma do imposto não pode ser feita sem a substituição desse instrumento por outro, sob pena de reproduzirmos, *ad eternum*, as imensas diferenças de desenvolvimento entre os Estados do País e entre as regiões de cada Estado.

A solução para esse impasse aparente existe e é bem conhecida: trata-se da criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, cujos recursos serão destinados exclusivamente para investimentos nas regiões mais pobres do País, não apenas no Nordeste e no Norte, mas em todos os Estados do Brasil, pois não há Estado brasileiro que tenha erradicado em todo o seu território o flagelo da pobreza e da falta de dinamismo econômico – o Vale do Ribeira, em São Paulo; a metade sul do Rio Grande do Sul; para apenas ilustrar dois exemplos. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional não podem, é claro, se transformar em mais uma fonte de receitas para cobrir déficits orçamentários.

A aplicação desses recursos deve obedecer a critérios técnicos e legais, observar estratégias definidas e focar as vocações econômicas de cada realidade, de cada localidade. Por isso, não basta criar o Fundo e separar recursos para que ele funcione. É necessário instituir uma política nacional de desenvolvimento regional, que discipline a aplicação dos recursos.

Por sua própria natureza, essa política não pode ser formulada via decreto, como já foi feito em passado recente. A nossa primeira PNDR foi feita por decreto, pelo Presidente Lula. O Ministro da Integração era o Ministro Ciro Gomes, teve o apoio da Secretária de Desenvolvimento Regional, que era a professora Tânia Baccalar, mas não houve a participação e a audiência da sociedade brasileira para a consecução do instrumento de política de desenvolvimento tão importante. Ela tem que emanar de discussões democráticas e abertas com os técnicos, os especialistas, os possíveis empreendedores, as autoridades estaduais e municipais e, acima de tudo, com as comunidades envolvidas, para que os esforços não se tornem mais uma iniciativa de gabinetes fechados, fadados ao fracasso.

Aproveito a oportunidade para oferecer a esta Comissão Especial uma contribuição que considero oportuna, um projeto de lei – de que todos estarão recebendo a cópia – para instituir a política nacional de desenvolvimento regional. Esclareço que essa não é uma contribuição de um pequeno grupo de iluminados, não é uma contribuição minha, pessoal; ela resulta de um trabalho amplo, realizado pelo Ministério da Integração, por meio da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que em 2013 foi precedida de conferências nas 27 Unidades da Federação. A primeira foi no Estado de Minas Gerais, que contou com a presença honrosa do Governador Antônio Anastasia, quando abrimos o ciclo das conferências estaduais.

Nesse movimento de debate nacional, participaram mais de 13 mil pessoas, todos os institutos de planejamento e desenvolvimento dos Estados brasileiros; a academia participou intensamente do debate. Portanto, entendo que, somente ao amparo de uma política de desenvolvimento regional, o fundo poderá exercer todo o seu impacto benéfico. Os Estados do Norte e Nordeste aceitarão implementar reforma definitiva do ICMS. Aliás, os Governadores já verbalizaram isso, na última reunião do Confaz, com a presença do Ministro Joaquim

Levy! Não haverá mudança do ICMS, que é um imposto hoje de origem, para se transformar em um imposto de destino se o Governo Federal não criar o fundo de desenvolvimento regional.

O que defendemos não é a mera criação do fundo; é que, antes de criarmos o fundo, precedamos a construção de uma política nacional de desenvolvimento regional. Por isso, apresento esse texto base, esse texto preliminar, para apreciação de todos os membros da Comissão, oferecendo um prazo até o dia 1ª de julho para as devidas contribuições. Aí poderemos então formalizar uma proposta da Comissão, que, certamente, vai demandar tempo de análise por todos os membros do Senado. É matéria que tem ir à Câmara, é matéria que tem que ser negociada com o Governo Federal.

Portanto, vislumbramos que essa tramitação, com todo o apoio que poderá vir a receber dos Governadores, dos Prefeitos, dos Congressistas, é algo para que possamos concluir durante o segundo período legislativo. Portanto, estamos aqui abrindo o debate, abrindo para o aprimoramento das contribuições em relação a essa política nacional de desenvolvimento regional.

Já estive com o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e já estive com o Ministro da Integração Nacional, discutindo essa ideia. Portanto, acho que esse é um passo que pode animar, pode criar um ambiente de consenso para que possamos ter o assentimento, o consentimento dos Governadores do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, para que possamos fazer avançar a mais importante mudança no sistema tributário, nacional, que é a mudança do ICMS.

O FDR, ao cabo e ao final, vai precisar de recursos. Em estimativa cautelosa, será necessário mobilizar, anualmente, recursos da ordem de, pelo menos, R\$10 bilhões. Precisamos, consequentemente, identificar fontes para esses recursos.

Lembro que essa proposta morreu no primeiro Governo da Presidenta Dilma, porque a proposta apresentada pelo Governo Federal, para construir o Fundo de Desenvolvimento Regional, era de apenas R\$4 bilhões. Os governadores se recusaram a discutir a proposta. Não era um instrumento suficiente, vigoroso, poderoso para substituir os incentivos fiscais, porque, hoje, eles conseguem promover políticas de desenvolvimento industrial e de animação do setor do agronegócio nos respectivos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Então, tínhamos que identificar fontes de receitas, e, diante da situação de grave desencontro das contas públicas, aproveito essa reunião para apresentar uma proposta. Trata-se de uma proposta para que possamos abrir um debate e tentar identificar fontes que sejam asseguradas, confiáveis, porque os governadores também não querem dotações orçamentárias que não se cumprem, como é o caso da Lei Kandir. É preciso ter fontes confiáveis e que possam, de fato, transformar o Fundo de Desenvolvimento Regional em um instrumento poderoso para alavancar o desenvolvimento dessas regiões.

Creio que, por uma questão de coerência com a natureza distributiva da redução das desigualdades regionais, temos de buscar os recursos necessários amparados no princípio da capacidade contributiva e da progressividade. Por isso, quero sugerir a este Colegiado a criação do Imposto sobre Grandes Heranças e Doações. É o GIGHD. É a sigla para esse imposto, incidente, apenas, sobre a transferência de grandes fortunas a título de doação ou herança.

Quero lembrar também que esse tributo funcionaria como um adicional federal. Portanto, não estamos taxando ou colocando imposto nas atividades produtivas. Esse imposto já existe, em nível estadual. Nós estamos tratando de dar a progressividade a esse imposto, para que ele possa contribuir com as receitas necessárias à construção do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Repito: esse tributo funcionaria como um adicional federal ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de competência dos Estados e do Distrito Federal. Ele incidiria apenas sobre riquezas acima de determinado patamar, a ser definido em lei. Sua receita seria inteiramente vinculada ao Fundo de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades por meio do desenvolvimento econômico das regiões menos dinâmicas de cada Estado brasileiro.

A título de exemplo, ofereço uma sugestão de tabela progressiva: para transmissões de heranças ou doações de valor até R\$3,5 milhões, a alíquota seria zero. Nós não estaríamos taxando nenhuma herança e nenhuma doação até R\$3,5 milhões. Acima desse valor, e até R\$10 milhões, nós teríamos um adicional de 5% sobre o que exceder a R\$3,5 milhões. A parcela que exceder a R\$10 milhões seria tributada em 10%. Aquela acima de R\$50 milhões, em 15%. E aquela acima de R\$100 milhões, em 20%. Nossa expectativa é de que essa tabela teria potencial para arrecadar uma parte substancial dos recursos necessários ao FDR.

Apenas a título de informação: o imposto estadual, hoje em vigor, que é o imposto de transmissão da herança ou de doação, arrecada, hoje, em todos os 27 Estados da Federação, R\$4,7 bilhões. Então, com a tabela progressiva, acreditamos que esse imposto teria a capacidade contributiva de responder por parte expressiva, substancial, daquele montante que estamos indicando como partida, como início para construção do Fundo de Desenvolvimento Regional.

A sugestão que acabei de fazer é meramente ilustrativa, mas guarda uma característica que considero desejável. Suas alíquotas, ainda que progressivas, situam-se muito abaixo das alíquotas máximas praticadas em outros países. Por exemplo, no Reino Unido, a alíquota máxima para esse tipo de tributo é de 40%; na França e nos Estados Unidos, é de 60%; e, na Alemanha, é de 70%.

Quero lembrar que, na atual conjuntura, trabalhadores e aposentados já foram chamados a contribuir para que o País supere suas dificuldades. Por uma questão de justiça social, os detentores de riqueza devem também dar sua contribuição. Nem sequer direcionamos os nossos pedidos àqueles que construíram seu patrimônio, graças ao seu esforço pessoal e ao seu talento, mas apenas àqueles que, por herança ou liberalidade alheia, receberam um montante expressivo de riqueza.

Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que serão afetados por esse projeto ou por esse tributo menos 0,5% da população brasileira, ou seja, menos de um milhão de pessoas poderão ser atingidos por esses tributos. E queremos chegar com políticas de desenvolvimento para no mínimo 50 milhões de brasileiros que vivem nos bolsões de pobreza espalhados por todo o País. É verdade que 50% desses mais pobres no Brasil habitam no Norte e no Nordeste, mas é verdade também que esses mais pobres brasileiros estão presentes os Estados do Sul e do Sudeste.

Então, acho que é mais do que passada a hora de o legislador brasileiro dar mais equidade fiscal e trabalhar com o instrumento da progressividade para que os que muito têm possam dar perspectiva àqueles que nada têm. E deixo essa contribuição.

Acredito que essa combinação de medidas – a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a criação do fundo, através dessa PEC que cria esse novo tributo – possibilitará avançar definitivamente na direção do ICMS mais moderno e harmônico, de maior justiça tributária e social, e do desenvolvimento das áreas menos dinâmicas do País, realizando, enfim, o ideal esculpido no artigo 3º da Constituição Federal, que inscreve, entre os objetivos fundamentais da Nação, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

A redução das alíquotas interestaduais de ICMS colocará um ponto final à guerra fiscal, fortalecerá as finanças estaduais, criará maior harmonia e coesão entre os Estados e representará a transformação do ICMS em um imposto sobre o consumo em vez de um imposto sobre a produção.

Eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que esta Comissão recebeu dos governadores e dos prefeitos 37 demandas, para aperfeiçoamento do Pacto Federativo, que foram objetos, como aqui acabamos de testemunhar, de qualificada e competente análise por parte dos Relatores setoriais – Senador Antonio Anastasia, Senadora Lúcia Vânia e Senadora Ana Amélia. Estou convicto de que a reforma do ICMS, a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a criação de imposto sobre heranças e doações se inscreverão entre as suas iniciativas mais relevantes.

Era o que eu tinha a apresentar na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O.k., Senador Fernando Bezerra...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu gostaria de fazer um comentário a respeito da apresentação do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós vamos examinar o projeto, que parece ter merecido grande esforço do Senador Fernando Bezerra Coelho, que é um homem experiente na área orçamentária, tributária, mas eu só queria situar bem a questão da origem do projeto.

Na verdade, tudo começa com a questão da convalidação dos incentivos e da mudança do ICMS, ou seja, de levar o ICMS da origem – na verdade, o regime hoje não é de origem, é de compartilhamento – para o destino inteiramente. A ideia inicial, inclusive, que eu apresentei quando era Governador, era levar para zero a alíquota interestadual, ou seja, vai tudo para o destino, que é como deviam ter feito quando criaram o ICMS.

Muito bem. O que aconteceu? Esse compartilhamento deu instrumentos para a chamada guerra fiscal, que é todo o sistema de incentivos.

Então, havia a ideia de levar tudo para o destino e, levando tudo para o destino – no final, chegou-se a um acordo de 4% –, haveria dois tipos de perda para os Estados: para uns Estados, perda de arrecadação, porque todos os Estados que são exportadores líquidos perderiam, em uma balança comercial interna; e os Estados que usam boa parte dessa diferença para dar incentivos perderiam bala na questão dos incentivos. Então, para isso se criaria um fundo de compensação.

Quero insistir nesse ponto, porque o fundo de compensação não coincide inteiramente com o Fundo de Desenvolvimento Regional, no seguinte sentido: se um Estado perdeu receita nessa transação – e não só um Estado mais desenvolvido; há vários outros, como o Amazonas, por exemplo, ou o Espírito Santo, que perdem

receita porque são exportadores líquidos. O Espírito Santo, inclusive, a partir de certos procedimentos heterodoxos em matéria de incentivos a importações. Mas o fato é que perdem.

Na verdade, o projeto do Senador vai além: é a ideia de um Fundo de Desenvolvimento Regional, mas que também tem que funcionar como elemento compensatório. Não é bem...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não necessariamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, não. Eu queria só esclarecer. O Fundo de Desenvolvimento Regional...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu estou me referindo ao acordo co Confaz.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas o acordo do Confaz... A minha proposta não elimina a criação do fundo de compensação pelas perdas. É porque o fundo de compensação pelas perdas nunca foi questionado. Os Estados que iam perder concordaram ou aceitaram, em tese, a proposta que foi colocada lá.

O impasse que se deu para o acordo foi que o Fundo de Desenvolvimento Regional apresentado...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem que haver um fundo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não; são dois fundos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não. Na realidade, são dois fundos.

Senador Serra, o impasse nesse processo foi um impasse... Inclusive, fizemos essa discussão exaustiva com São Paulo e com todos os Secretários que compõem o Confaz. Na realidade, o fundo de compensação de perdas tinha, vamos dizer assim, já uma aceitação. O problema residia no fundo que, agora, Senador Fernando Bezerra, chama-se de Desenvolvimento Regional, mas que era Fundo de Desenvolvimento Econômico. Portanto, o Governo apresentava uma proposta – por isso que ele falou nos 4 bi, porque se estimava, mais ou menos, algo em torno de 10 bilhões, e, desses 10 bilhões, o Governo Federal dizia o seguinte: 25% disso, entro com OGU; 75% disso, com financiamento. Portanto, os Estados teriam que arcar com 75% da composição do Fundo de Desenvolvimento Econômico. À época, nós chegamos inclusive a propor que fosse metade, metade: 50% de OGU, e 50% de financiamento. E chegamos, inclusive, a produzir o relatório – eu fui o Relator, Senador José Serra da MP – com essa proposta, conversada com os Estados, que era de 50 e 50.

A União, por sua vez, apresentou a sua discordância nos dois fundos. No de compensação de perdas, ela avaliava que, para aquele momento, não dava para ser aquele montante. São Paulo, inclusive, apresentava os números no primeiro momento. E é óbvio que aquilo, em um processo de redução, eu diria, ao longo do tempo. E, depois disso, a própria União chegou à conclusão de que ela não teria como bancar sequer os 25%, ou seja, os 4 bi, para que principalmente os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste pudessem optar pela substituição da guerra fiscal pela unificação das alíquotas, tendo, portanto, a compensação com esse Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Então, o que o Senador Fernando Bezerra está fazendo agora é apresentar uma proposta, sem excluir o fundo de compensação de perdas – isso, obrigatoriamente, tem que ter –, e fazendo um debate sobre outro fundo, que trabalha a questão do desenvolvimento regional. Dessa forma, nós também teríamos que ir ao encontro do que o Confaz tem elaborado e tem discutido...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, mas então nós não estamos dando resposta. Veja bem: quando se falava em fundo de compensação, não se pensava apenas na ideia da perda de receitas, mas também na perda de poder de dar incentivos. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Lógico. Mas esse poder de dar incentivos seria compensado pelo desenvolvimento econômico.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso pode estar contemplado aí.

De toda maneira, quando se fala em aprovar diminuição das alíquotas de ICMS interestaduais, etc., aqui foi dito: pressupõe-se que está dentro contexto. Por isso inclusive que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Os dois fundos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agora, eu acho que tem que se pensar direito o seguinte: se esse fundo, já de 10 bilhões, não contemplar aquilo, teria de haver mais recursos ainda, ou de acréscimo de impostos ou de tirar dinheiro da União. Eu acho que deveríamos trabalhar numa coisa que já resolvesse as duas questões. E não me parece desproporcional que possa haver, dentro desse fundo, uma base de compensação. Porque nós temos que resolver a outra questão. Eu havia entendido que isso fazia parte dessa coisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, não. São dois fundos distintos. V. Exª tem razão. Sua interpretação está correta.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – São distintos. São distintos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O fundo de compensação vai demandar novos recursos, e precisa ser definido que recursos seriam esses. O que estou dizendo é

que, para haver o apoio dos Estados do Nordeste, como foi levantado na última reunião do Confaz, com a presença do Ministro Joaquim Levy, isso só avançará se criarmos, de fato, uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que não pode ser exclusiva das regiões mais pobres, mas que abranja todo o Território nacional, e que haja um fundo que possa substituir o mecanismo do incentivo fiscal.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – De toda maneira, lembre-se: no caso da questão da diminuição do ICMS, a maioria dos Estados do Nordeste ganha. Eu até apresentei números sobre isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É verdade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por exemplo, o Ceará ganha R\$200 milhões, R\$300 milhões a mais. No limite, não é? Tudo no limite.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas é porque a infraestrutura desses Estados está muito deficiente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas esse é o gargalo que nós estamos enfrentando. O Joaquim Levy... Vamos devagar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que não significa que esse ganho, digamos, prescindamos – e sou a favor – de recursos para incentivar a economia. Está certo? Mas essa contabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O último dado do Confaz que nos foi apresentado, Senador Serra, mostra o seguinte...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não é nem o caso da Bahia. A Bahia perdia. A Bahia perdia um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Confaz nos mostra, pelo menos no último debate que realizamos na Comissão de Desenvolvimento Regional, que ainda faltava a Fazenda entregar um conjunto de dados para que pudéssemos, de forma peremptória, afirmar quem ganha e quem perde.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu tenho os números, e posso passá-los.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas é isto, a Fazenda ficou de entregar no final de maio, nós já estamos chegando ao final de junho, daqui a pouco...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas eu posso passá-los. Não são dados...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu sei, mas olhe só: além desses dados, Senador José Serra, agregados a esses dados, nós temos que levar em consideração agora um outro dado que, de certa forma, contribuirá mais ainda para o processo de unificação, que é o comércio eletrônico, que é algo de que até então a Receita Federal do Brasil tinha poucos elementos para mensurar. Qual seria esse montante e como isso influenciaria ou não, de forma negativa para alguns Estados e de forma positiva para outros? A primeira leitura é que a entrada do comércio eletrônico ampliaria essa margem de ganho.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ampliou.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso. Mas esses dados precisam chegar não só para nós, como também para cada Estado. Por exemplo, o que fará o Secretário de Fazenda de Minas Gerais em relação a isso? Então, é isso.

Há um conjunto de elementos que precisamos discutir ainda, mas...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu acho que nós já estamos em uma hora crítica. Eu só quis deixar esse comentário a fim de que refletíssemos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, está perfeito. Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos lá.

Então é isso, Senador José Serra. Nós ainda teremos uma jornada que espero que não seja tão longa, mas que pelo menos seja boa, em relação a esse debate.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – No caso dos Municípios, hoje, na reunião com os prefeitos, eu fiz algumas sugestões em relação ao ISS. Nós temos que fazer esses projetos. Eu passo para a Senadora Ana Amélia? Como faço?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sim, pode passar para a Senadora Ana Amélia.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, mas eu quero dar é o mote, não é o projeto, é a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, mas é isso.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas é área dela.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ou o senhor pode passar também para o Relator Geral.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Senadora Simone fez algo a respeito da Lei Kandir. Nós, inclusive já estamos trocando de ideias, mas eu acho que essas coisas novas... Aliás, a coisa do ISS é o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Lógico.

Dessa forma, eu quero aproveitar para colocar em votação as atas das sessões anteriores.

Vamos submeter. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discordar, estão, portanto, aprovadas as atas das sessões.

Ao mesmo tempo, Sr. Relator e nossa nobre Presidente, estou convocando uma reunião desta Comissão para o dia 30, às 14h30. Dia 30 é uma terça-feira. Até me lembrou muito bem aqui o Senador de que, no dia 30, há uma Comissão Geral sobre a questão do petróleo. Então, é melhor votarmos no dia 1º, à tarde. Nos dias 23 e 24, fazemos uma reunião interna. Então, faremos dia 1º, às 14h30, uma reunião da Comissão, para termos basicamente os pontos levantados.

Durante esta semana, e até o dia 23 e 24, a mesa da Comissão entregará ao Presidente Renan a lista desses projetos, assim como também passaremos para os membros da Comissão o que foi aqui discutido e, efetivamente, os relatórios apresentados.

Portanto, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, reafirmando a convocação para o dia 1º de julho, às 14h30. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 7 minutos.)

Comissão Especial, criada nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2015, para debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 1º de julho de 2015, às 15 horas e 6 minutos, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Walter Pinheiro** e com a presença dos Senadores **Antônio Anastasia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, Simone Tebet e Waldemir Moka**. Deixaram de comparecer os Senadores **Ana Amélia, Eduardo Amorim, José Serra, Lindbergh Farias, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, Roberto Rocha e Donizeti Nogueira**. Na oportunidade, o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, apresentou a minuta do seu Relatório Geral. O Requerimento nº 001/2015-CEAPF não pôde ser apreciado por falta de quorum. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Especial criada pelo Ato nº 8 do nosso Presidente.

Conforme convocação, a primeira parte da reunião se destina à apresentação do relatório do Senador Fernando Bezerra consolidando as propostas das coordenações temáticas e a segunda parte se destinará à apreciação do Requerimento nº 1, de 2015.

Ainda não há quórum para deliberação, mas o nobre Relator já pode fazer a sua apresentação e a leitura do relatório. Depois, a ideia é apreciarmos o requerimento do nosso Relator que visa à consolidação de uma audiência pública com a presença do Ministro Nelson Barbosa, nosso Ministro do Planejamento, e com a participação da economista Tânia Bacelar de Araújo.

Concedo a palavra ao nobre Relator para que ele possa apresentar o seu relatório. Na sequência, à medida que houver quórum, nós vamos dando o encaminhamento para as devidas deliberações.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho a alegria de submeter à apreciação desta Comissão o nosso primeiro relatório geral, a partir da apresentação, em reunião anterior, dos relatórios setoriais que foram elaborados pelo Senador Antonio Anastasia, na área de serviços públicos e organização administrativa, pela Senadora Lúcia Vânia, na área de finanças estaduais, e pela Senadora Ana Amélia, na área de receitas municipais.

Se o Presidente concordar, eu me dispensaria de fazer a leitura do relatório. Ele já está disponibilizado nos *tablets* dos Srs. Senadores, que poderão fazer a leitura. Eu estou solicitando também a impressão, para que recebam uma cópia impressa dessa sistematização.

Ele nada mais que é uma sistematização de acordo com as diretrizes que esta Comissão aprovou, para elencarmos, primeiro, as matérias que não têm impacto financeiro e que possam merecer a apreciação e deliberação do Senado Federal até 18 de julho. As matérias que, certamente, terão impactos financeiros poderão começar a ser apreciadas por esta Comissão. Hoje, submeteremos algumas propostas para sentirmos o

apoio em relação a essas indicações. Na sequência, trabalharemos junto à Presidência desta Comissão e à Presidência do Senado Federal para que, numa exposição no Colégio de Líderes, possamos ter o devido apoio para ou agilizar a tramitação nas comissões, quando as matérias forem de caráter terminativo, ou, através do requerimento de urgência, trazer essas matérias para deliberação em plenário.

No dia de ontem, nós conseguimos dar sequência à primeira proposta de demandas para apreciação pelo Plenário, que foi um conjunto de seis propostas, que foram aprovadas aqui pelos relatórios setoriais e aprovadas pela Comissão. Essas propostas se referem à PEC 78, que trata da prorrogação da vigência dos percentuais mínimos destinados à irrigação, à PEC 33, de 2014, que insere a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, à PEC 73, que permite que entidade de representação dos Municípios de âmbito nacional possa propor ADIn e ADC, ao PLS 501, de 2013, que determina a incidência do ISS sobre o rastreamento e o monitoramento de veículos, ao PLS 277, de 2014, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para prever que a revisão da base de cálculo do IPTU e a atualização monetária dos valores que a compõem constituem requisitos essenciais da responsabilidade da gestão fiscal, e, finalmente, ao PLS 425, de 2014, que prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos sólidos, a erradicação dos lixões.

Eu quero dizer que essas seis matérias tiveram o apoio da Presidência do Senado e o apoio do Colégio de Líderes. Hoje, na Ordem do Dia de hoje, nós já estaremos deliberando sobre a PEC 78 e sobre o PLS 425. Inclusive, se o Presidente concordar, eu estou sugerindo, para o PLS 425, que o Relator de Plenário seja o Senador Antonio Anastasia, para que ele possa, inclusive, atender uma solicitação da nossa CNM, que pede que seja feita uma emenda aditiva ao PLS 425, porque o PLS 425 é um projeto simples, apenas prorrogando a data para a implantação dos locais de disposição dos rejeitos sólidos por dois anos o prazo.

Na realidade, houve uma negociação, quando da votação de medida provisória, no ano passado, aqui, no Senado Federal, e foram negociados prazos um pouco mais longos para atender a situação específica dos Municípios de menor porte, que precisam da formação e constituição de consórcios. Então, foram diferentes os prazos acordados entre os representantes da CNM e da Frente Nacional de Prefeitos e a Secretaria de Relações Institucionais. Esse acordo foi feito no Senado, mas, por um equívoco, este ano, na Câmara, a emenda acordada no Senado foi retirada do texto da medida provisória, e, conseqüentemente, esse esforço que foi feito ao longo do ano passado terminou ficando no limbo.

Então, nós estamos aproveitando a tramitação do PLS 425 para incluir essa emenda aditiva acordada e, com isso, na sessão de hoje, já produzir resultados concretos em relação às demandas apresentadas pelos Municípios e pelos Estados brasileiros, já com duas propostas sendo levadas à deliberação do Plenário.

As outras quatro matérias que aqui nominei, a PEC 33, a PEC 73, o PLS 501 e o PLS 277, que já têm o apoio do Colégio de Líderes, o Líder do Governo, Senador Delcídio Amaral, pediu um pouco mais de tempo para analisar, e nós deveremos, portanto, ter uma manifestação da Liderança do Governo entre hoje e amanhã, mas já têm apoio para ir para a Ordem do Dia. Apenas, por orientação do nosso Presidente, Senador Walter Pinheiro, nós estamos querendo levar para a Ordem do Dia, na medida do possível, matérias em relação às quais haja consenso, que possam ter agilizada sua tramitação e sua aprovação.

Na sequência, Sr. Presidente, eu queria trazer para a apreciação desta Comissão uma proposta de inclusão, na Ordem do Dia, de novas matérias, que se dividem em matérias que, ao nosso juízo, não implicam impacto de ordem fiscal e financeira e em matérias que já têm impacto financeiro previsto, para que a gente possa levar para a próxima reunião com o Presidente do Senado e com o Colégio de Líderes a fim de verificar a possibilidade de ter o apoio necessário para que essas matérias que eu passarei agora...

Espero que as cópias tenham sido distribuídas.

Pergunto à Consultoria se foram distribuídas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Estão no computador, mas peço, por favor, que vejam se as cópias foram distribuídas, até porque o pessoal da imprensa também quer acompanhar.

A gente poderia distribuir também algumas cópias para a imprensa.

Então, há, agora, uma sugestão de matérias, que estão no meu relatório geral, que nós estamos pinçando, de seis propostas, que, a nosso juízo, não têm impacto financeiro, mas que estão sendo fortemente demandadas por Estados e por Municípios.

Eu passarei a ler as seis novas propostas, propostas novas, que decorrem deste relatório que acabei de apresentar de forma muito breve. Eu diria até que me dispensei de fazer a leitura do relatório. Mas, para que a união seja objetiva e produtiva, passarei, Sr. Presidente, a fazer a leitura das seis novas propostas.

A primeira é o PLS 196, de 2014, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei 11. 107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências de regularidade aos consórcios públicos, quando da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio, sem estendê-las aos entes públicos que o compõem.

Essa é uma demanda antiga das representações dos Municípios. Na realidade, quando um ente do Governo Federal celebra um convênio para repasse de recursos... Por exemplo, no caso de hospitais que estão sob gestão de consórcio municipal, os recursos para a compra de equipamentos, às vezes, ficam impedidos de serem transferidos porque um dos Municípios consorciados pode estar, eventualmente, inadimplente.

Eu mesmo vivi essa situação como Ministro da Integração. A gente se via impedido de transferir recursos para compra de equipamentos a consórcios municipais, de oferecer o repasse, embora o consórcio estivesse regular, e o consórcio é que é o representante legal daquela associação de prefeituras ou de Municípios.

Então, esse PLS propõe sanar ou, pelo menos, corrigir, eliminar essa exigência para que se possa dar celeridade no repasse de recursos para consórcios municipais.

A outra matéria que nós estamos trazendo para apreciação desta Comissão é o PLS 302, que permite que consórcios públicos contratem mão de obra sob o regime de CLT, porque, hoje, o entendimento que reina nas cortes de contas é de que esses consórcios são obrigados a realizar concurso público. Eu acho que a própria natureza do consórcio não é adequada para realizar concurso público ou para a cessão de servidores estatutários dos Municípios consorciados. Essa permissão me parece muito razoável para dar agilidade à gestão dos consórcios municipais.

E o PLS 303, que também trata de matéria de interesse dos consórcios, pois retira o impedimento de consórcio de celebrar convênios e executar ações quando um dos entes está inadimplente. Esse PLS 303 guarda o mesmo, digamos assim, mérito do PLS 196.

A outra matéria que a gente traz para apoio da Comissão, para que ela possa ser votada no plenário do Senado até 18 de julho, é o PLS 375, de minha autoria, que apresentei aqui na reunião passada. Ele institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Na reunião do Colégio de Líderes, presidida pelo Senador Renan Calheiros, nós fizemos a seguinte proposta, que foi acatada pelo Colégio de Líderes: a gente delibera sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional como iniciativa do Senado Federal, a matéria, portanto, é remetida para a Câmara, para ser apreciada quando da volta do recesso, e a gente abre o diálogo com o Governo para ver qual a melhor maneira de constituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

O Fundo é um pré-requisito para que a gente possa fazer valer a mudança na sistemática do ICMS, de transformar o ICMS, em vez de imposto de origem, em imposto de destino. As negociações com o Confaz já estão praticamente fechadas, segundo informação do Ministério da Fazenda, na definição das alíquotas interestaduais, mas, para que a gente possa avançar com a decisão de eliminarmos a guerra fiscal, de mudarmos a natureza do ICMS, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste exigem, como contrapartida, a perda do incentivo fiscal como instrumento de política de desenvolvimento regional e que haja um robusto Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Então, essas negociações foram iniciadas... Inclusive, o requerimento que nós vamos apreciar nesta tarde trata do convite para que o Ministro Nelson Barbosa venha a esta Comissão na próxima quarta-feira para falar da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Também estamos sugerindo um convite à Profª Tânia Bacelar porque ela participou, à época, da elaboração da primeira PNDR, que é a primeira experiência que tivemos, ainda no Governo do Presidente Lula.

Essa PNDR foi instituída através de decreto presidencial, mas não produziu os efeitos que deveria produzir porque faltaram os recursos necessários para poder animar as agências de desenvolvimento regional.

Portanto, essa audiência, na próxima quarta-feira, com a presença do Ministro Nelson Barbosa e com a presença da Profª Tânia Bacelar trará, sem dúvida nenhuma, subsídios riquíssimos para que a gente possa aprimorar a proposta que já está em tramitação desde a data em que fiz a apresentação aqui, nesta Comissão, para que a gente possa, então, levar isso como algo que encontrou boa receptividade por parte do Colégio de Líderes para votarmos a Política Nacional do Desenvolvimento Regional e, entre agosto e setembro, após o avanço dos entendimentos com o Governo Federal, a gente poder deliberar sobre o Fundo e sobre como ele vai ser formado. A nossa proposta é que seja pelo imposto adicional e progressivo sobre grandes fortunas e grandes doações, mas há outras alternativas. Não quer dizer que essa venha a ser a proposta final, mas a gente coloca sobre a mesa um caminho para assegurar a exequibilidade dessa Política Nacional de Desenvolvimento Regional, porque os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não querem um fundo que fique dependendo de contingenciamento ou da vontade do Governo Federal para transferir recursos voluntários para a formação desse fundo.

Então, nós precisamos ter um fundo que tenha um caráter vinculante com alguma fonte de receita do Governo Federal que possa dar tranquilidade de que o fundo vai, de fato, dispor dos recursos para ser um instrumento vigoroso de promoção do desenvolvimento regional.

A quinta iniciativa que a gente traz para apreciação das Sras e dos Srs. Senadores é o PLS 348, que obriga o prestador de serviços públicos a divulgar informações aptas a demonstrar a eficiência dos serviços prestados.

E, finalmente, há o Projeto de Decreto do Senado nº 85, de 2015, que susta o artigo 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012. Na realidade, essa Resolução Normativa nº 414 da Agência Nacional de Energia Elétrica repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.

As diversas associações municipalistas têm colocado que isso é mais um ônus, é mais uma transferência de responsabilidade para os Municípios num ambiente deste, de crise, em que seria natural que aquilo que está acordado, que é que as transferências sejam consumadas até o final deste ano, possa ser adiado, possa ser suspenso até termos, digamos assim, uma situação fiscal mais favorável para que os Municípios possam de fato arcar com essas novas responsabilidades.

Então, Sr. Presidente, essas são as seis novas matérias que, no nosso entender, não representam impacto financeiro para a União neste momento de ajuste que o Governo Federal está enfrentando e que nós trazemos para deliberação desta Comissão para levarmos à apreciação do Colégio de Líderes.

E, finalmente, há três propostas – essas, sim, têm impacto financeiro – em relação às quais nós consideramos importante sinalizar para o Governo Federal que esta Comissão também vai, de fato, priorizar a apreciação de propostas que vão ter, sim, impacto financeiro, mas que têm o objetivo de aliviar as finanças dos governos municipais e estaduais neste momento de grandes dificuldades para equacionamento do equilíbrio das contas dos demais entes federativos. Se é correto buscar o equilíbrio das contas públicas no Governo da União, é correto também que o Congresso Nacional tenha um olhar atento para trazer uma ajuda, uma colaboração para equilibrar as contas dos entes da Federação, Estados e Municípios brasileiros.

Aí, a gente traz três propostas.

A primeira proposta é o PLS 308, de 2015, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para descentralizar o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde, permitindo que hospitais municipais e estaduais sejam ressarcidos.

A segunda proposta é o PLS 95, que altera a Lei nº 11.445, de 2007, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o financiamento da seguridade social, o Cofins e a contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, o PIS/Pasep.

Essa é uma demanda dos Srs. Governadores no sentido de ampliar os investimentos na área de saneamento básico, desobrigando as operadoras dos serviços de água e esgoto a recolher o PIS e o Cofins. Essa é uma proposta que já está em análise aqui, na Casa, há algum tempo. Foi demandada na audiência com os Governadores dos Estados brasileiros, e nós entendemos que essa matéria que deveria ser apreciada antes do recesso parlamentar.

Finalmente, Sr. Presidente, para concluir a minha intervenção, a última proposta é relativa ao PLS 86, de 2013, que reduz a zero a alíquota da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, o PIS/Pasep, de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998. Ou seja, desobriga Municípios e Estados a terem que recolher o PIS/Pasep do pagamento da folha de pessoal de Estados e Municípios brasileiros.

Então, essas são as três matérias que, certamente, têm impacto financeiro – inclusive, esses impactos financeiros são conhecidos; o Governo Federal tem estimativas de qual é o impacto de cada uma dessas medidas – que nós gostaríamos de trazer para a avaliação desta Comissão para saber se nós poderíamos, na sequência, levar para a apreciação do Colégio de Líderes hoje ou na próxima semana.

Repito que já temos seis matérias que não têm impacto já com declarado apoio das Lideranças partidárias nesta Casa – duas já vão ser votadas hoje, já estão na Ordem do Dia de hoje, e quatro poderão entrar na Ordem do Dia de terça-feira da próxima semana – e que a nossa ideia é incluir mais seis.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quais estão na pauta de hoje?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Estão na pauta de hoje a prorrogação da vigência dos percentuais mínimos destinados à irrigação e o PLS 425, que prorroga o prazo para a disposição final dos rejeitos sólidos.

Eu sugiro ao Presidente Walter Pinheiro que o Relator de Plenário do PLS 425 seja o Senador Antonio Anastasia e peço que, se a Senadora Simone Tebet puder nos ajudar, ela seja designada relatora de plenário

para a prorrogação da vigência dos percentuais mínimos destinados à irrigação. É uma matéria de interesse do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Então, essa seria a sugestão, porque essas matérias vão ser apreciadas hoje no Plenário do Senado Federal.

Procurarei ser sucinto, não me alongar na leitura mais, digamos assim, detalhada desse relatório. Acho que aqui nós damos o segundo passo. Na medida em que a Comissão começa a produzir resultados, ela começa, também, a ser demandada não só pelos membros do Senado Federal, pois tem havido, cada vez mais, um acompanhamento por parte dos Prefeitos e dos Governadores. E eu acredito que, com a proposta aprovada hoje, nós vamos acelerar as negociações com o Governo Federal, porque vai ficar claro para o Governo Federal que esta Comissão foi constituída para produzir resultados. Ela não é uma comissão de avaliação de políticas, mas uma comissão que, sem perder a atenção para com a avaliação das políticas públicas que estão em curso, tem o dever de responder ao desafio que está posto, que é o de equilibrar mais as relações entre os entes federados.

Portanto, acho que nós estamos, aqui, buscando cumprir a missão que nos foi confiada pelo Presidente do Senado Federal de produzir resultados concretos. Então, escolhemos 12 matérias que, a nosso juízo, não implicam impacto financeiro e 3 matérias que implicam impacto financeiro, para que a gente possa, até o dia 18 de julho, ver o que podemos alcançar.

Além disso, com a leitura mais atenta do relatório que apresento a esta Comissão, muitas outras matérias estarão sendo debatidas e discutidas, para que a gente possa gerar a necessária compreensão e entendimento para que outras iniciativas possam entrar na pauta de deliberações do Senado Federal.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que também estamos procurando uma sintonia fina com a Câmara dos Deputados, porque as matérias aqui votadas serão também apreciadas pela Câmara. Inclusive, algumas matérias que interessam aos Estados e aos Municípios ontem já tiveram deliberação final pela Câmara, como é o caso do indexador das dívidas dos Estados, assunto que foi deliberado ontem e que, portanto, representa também uma resposta do Congresso Nacional em relação a essa situação.

Coloco-me à disposição dos meus pares para, eventualmente, responder a algumas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Passo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria apenas de dizer que eu teria o maior prazer de ser a Relatora *ad hoc* da PEC 78, de 2013, se já não tivesse sido designado como Relator um homem da grandeza intelectual do nosso Presidente, o Senador Walter Pinheiro. Ele já é o Relator. Então, eu entendo que a minha relatoria, de alguma forma, diminuiria a importância desse projeto. As estaremos juntos lá, se for o caso, ajudando na aprovação deste projeto.

O projeto já consta da pauta e a relatoria é do Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Deixe-me fazer uma sugestão.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É que ele sugeriu, Sr. Presidente, achando que não houvesse Relator, que eu fosse a Relatora de Plenário. Mas a grandeza intelectual do Presidente desta Comissão me impediria de cumprir a missão com a mesma maestria.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Essa grandeza fica diminuta na medida em que V. Exª assume. Esse brilho é maior do que qualquer outra coisa.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Estaremos juntos lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É que eu fui Relator na CCJ.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas aí não há necessidade de relatoria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas deixe-me fazer aqui uma intervenção, para não perder a colaboração da Senadora Simone Tebet. A nossa proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional tramita na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Desenvolvimento Regional. Eu queria, então, a permissão da Senadora Simone Tebet para que ela fosse designada Relatora da PNDR na Comissão de Desenvolvimento Regional...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o maior prazer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... e que o Senador Walter Pinheiro fosse designado Relator da PNDR na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu tinha pensado, no caso da PNDR... O Senador Waldemir Moka saiu. Pensei, inclusive, em o Senador Waldemir Moka assumir a relatoria na CAE.

É óbvio que a tarefa seria uma honra para mim, mas a minha ideia era ampliar, inclusive, o leque de participação. Ao mesmo tempo, como também tem sido um assunto que, historicamente, o próprio Senador Waldemir Moka tem reverberado naquela Comissão, até em conjunto comigo, nos últimos quatro anos, acho que seria importante que ele pudesse relatar essa matéria lá na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A minha segunda intervenção, Sr. Presidente, trata das três primeiras proposições. Acho que são proposições que tratam praticamente de um único instituto, que é a questão do consórcio público, que veio num momento importante, mas que tem sido, infelizmente, pouco utilizado, principalmente pelos entes municipais, devido a algumas dificuldades e, inclusive, pendências como essas.

Então, a minha sugestão, já que é terminativo na CCJ, é que falemos com o Presidente da CCJ ainda hoje para que ele designe um dos nossos membros da Comissão, de repente até o Senador Antonio Anastasia, que está na Comissão de Constituição e Justiça, para ser Relator dos três projetos, que tratam da mesma matéria – um trata da questão da exigência de regularidade do consórcio, outro trata do regime trabalhista CLT só nos casos dessas contratações de consórcios e o outro trata do caso de a inadimplência não atingir o consórcio, mas apenas os entes, individualmente. Sugiro que eles sejam relatados por um único Relator e que esse Relator seja daqui, da Comissão, até porque, de repente, ele poderia apresentar esse relatório na semana que vem ou no dia 14 ou dia 15, e, assim, nós conseguiríamos cumprir essa pauta de julho em relação a esses três projetos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas, Senador Anastasia, eu queria até... A ponderação feita pela Senadora Simone – V. Exª até já tinha se retirado da nossa sabatina na Comissão hoje, pela manhã – se dá porque há uma preocupação nossa em razão de os processos terem se acumulado na CCJ. Então, talvez fosse importante que, à tarde, nós conversássemos com o Senador Pimentel, que é o Vice-Presidente, e com o Senador Maranhão, nosso Presidente, para ver se seria possível ele adotar essa postura de já designar o Relator, porque a outra parte – eu até conversei muito com o Senador Renan ontem, à noite – que, na nossa opinião, e o Senador Renan concordou com isto, essas matérias, pegando a relatoria e chegando a bom termo com os Líderes, o Senador Renan está pensando, inclusive, em puxá-las para o plenário.

Portanto, se, porventura, por problema, inclusive, da própria agenda da CCJ, não se puder deliberar sobre isso, então, na realidade V. Exª já assumiria a relatoria, já em plenário, das matérias em relação às quais haja consenso dos Líderes.

O próprio Presidente Renan pegou assinatura de todos os Líderes para requerimento de urgência para as seis matérias de ontem, para as seis matérias, daquelas primeiras vinte, que nós entregamos. Para essas outras aqui, acho que nós teríamos que fazer esse reatamento de novo com os Líderes e com os membros da Comissão e tentarmos esse procedimento em relação a elas.

Outra coisa que eu conversei com o Presidente Renan foi no sentido de vermos como é que nós vamos fazer a pauta até o dia 17. Não é que eu queira demovê-lo da posição de votar a reforma política naquela chamada cruzada até o dia 17, de sábado, domingo, feriado, dia santo, dia não santo... O que eu disse ontem ao Presidente Renan, até brincando com ele, foi o seguinte: "Olha, vamos ter calma nessa hora, porque a gente pode fazer um calendário que, depois, seja inviável na sua execução."

A Comissão de Reforma Política se reuniu ontem e está reunida agora de novo. O próprio Senador Romero me disse hoje que é impossível que eles aprontem matérias para congregar isso numa peça, mesmo que haja três ou quatro itens. Ele acha que é muito difícil. O correto seria ele, pelo menos, dar esse prazo até o dia 17 para o fechamento das matérias e o Presidente Renan abrir a chamada para a pauta do mês de agosto, porque corremos o risco de anunciar, por exemplo, um mutirão de votação, que eu espero que não seja uma gincana, e, depois, termos que ficar nos explicando porque marcou mutirão, mas que não se votou nada, que não sei quem não veio, que marcou o sábado e o domingo... Então, isso é um tiro no pé, ou, às vezes, até no juízo. Então, eu prefiro fazer as coisas de forma mais... Tanto é que a gente propôs, no plenário, aquele negócio em relação à maioria penal ontem, à noite, e ele já respondeu agora, pela manhã. Quando eu estava saindo daqui, veio a resposta de que ele vai propor a criação da comissão.

Portanto, é fundamental que a gente possa fazer essa abordagem com ele, e eu estou insistindo com ele até para fazer uma reunião um pouco mais facilitada do ponto de vista do diálogo.

Eu sei que a agenda da Presidência é extremamente delicada, mas o atendimento, às vezes, daquela rota de coisas termina fazendo um despacho... Eu até brinquei com ele dizendo que parece com aquela história de que a gente pegava aqueles discursos no plenário e entregava dizendo que iria dá-lo como lido. Você entrega a ele, e ele dá como lido. Portanto, não é possível. Eu até disse: "Renan, eu tenho como prática de vida, se encontrar um ministro no aeroporto ou um governador de Estado, conversar com ele, é óbvio, mas não trato de assunto com ministro ou com governador de Estado em aeroporto ou em avião de jeito algum. Isto porque, depois, o ministro diz: "Você já conversou comigo". Ou seja, já deu como lido. Então, a matéria morre ali e acabou.

Então, eu não estou muito acostumado com essas reuniões de afogadilho. É por isso que eu acho importante a gente ir fechando as coisas e tentar marcar com o Presidente – acho importante haver a presença da Mesa, mas também de alguns membros da Comissão –, para termos uma conversa mais organizada com ele,

e pautarmos isso no Colégio de Líderes com uma pauta que possamos entregar aos Líderes, para que, depois, quando chegar ao Plenário, eles não digam que não tomaram conhecimento.

O Pimentel, ontem, à noite, por exemplo, disse isto: “Eu só li a ementa”. Eu lembrei a ele hoje que um dos projetos que está na lista dos seis é um cuja votação foi muito cobrada pelo Senador Pimentel, que é exatamente o projeto da irrigação.

Ontem, em relação a ele, o Governo Wellington Dias mandou 300 recados para mim dizendo “pelo amor de Deus!” Aí, como não consegui falar com ele, mandei um recado de volta dizendo para ele pegar o Pimentel pelo pescoço ou pela orelha, porque foi ele que não deixou votar ontem, à noite.

Então, é importante a gente organizar isso, Fernando, para não ficar exatamente essa desinformação. Apesar de estarmos colocando tudo no papel, acho que a forma da entrega e da consagração do princípio para o Renan pautar está ficando, ainda, um pouco vaga, deslizando entre os dedos.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Fernando Bezerra pelo trabalho, pela consolidação que fez, muito didática e com excelente metodologia. Então, quero saudá-lo por isso.

Quero dizer a V. Ex^a, eminente Senador Walter Pinheiro, que estou totalmente de acordo. Eu observo que o trabalho realizado separou em grupos, como eu disse, de maneira muito didática, mas nós temos um problema prático na CCJ, como vimos.

O Senador Pimentel me mostrou, ao final da reunião, que ainda há quatro sabatinas do CNJ até o recesso e que ainda há mais dois nomes sendo encaminhados. Então, as sabatinas, como percebemos, estão fiando longas. Apesar de serem só dois, elas tomam a reunião quase toda. Hoje, tomou a reunião toda. Então, se seguirmos nessa toada, vamos ter dificuldades na CCJ.

Então, aí é uma decisão um pouco delicada, fazer o relatório direto do Plenário, e a isso muitos resistem, alegando que o tema tem que ser discutido na Comissão. Mas, por outro lado, a Comissão não tem condições de discutir, porque não tem agenda. Então, ficamos entre *les deux*.

Os temas colocados aqui pelo Senador Fernando Bezerra são importantes, mas tecnicamente até singelos, pelo menos os desse grupo sem ônus. Três deles, como bem lembrou a Senadora Simone, são muito convergentes. Em relação a um deles, o da questão do consórcio, eu estou à disposição para, se for o caso, fazer o relatório. Os outros dois são da CAE, de que eu não sou membro, e o da CCJ, como eu sou autor do projeto, não posso ser o Relator.

Mas é preciso tentar identificar para que esses que são mais simples corram e, é claro, como V. Ex^a disse muito bem, sensibilizar o Presidente, porque, se conseguirmos votar esse grupo de 12 até o recesso – os outros três serão mais delicados –, eu acho que esta Comissão já teria dado uma resposta excelente a governadores, prefeitos e a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Obrigado, Senador Anastasia.

Eu insisti com o Senador Renan sobre essa ausência dos outros projetos que ele tinha colocado e sobre o fato de essa consolidação dos projetos do chamado Pacto Federativo ter, de certa maneira, ficado muito bem arrumada. Então, dá para fazer esse debate.

Eu me comprometi com ele, Senador Fernando Bezerra, a pegarmos a nossa assessoria na Comissão e enviarmos, principalmente para os Líderes dos Partidos, os projetos que nós estamos apresentando, para que eles possam ter conhecimento antes do Presidente Renan verbalizar isso no Colégio de Líderes, evitando exatamente o chamado susto de pauta, o que ainda é uma coisa que me preocupa muito, porque vamos para uma reunião de Líderes com uma pauta, mas, quando chegamos ao plenário, a pauta é outra. Discute-se um negócio mas enfia-se isso, coloca-se aquilo outro... Sei que não vamos ter problema com falta de pedido de Senadores para que as matérias entrem em pauta, mas, entre isso e a viabilidade...

Todos sabemos que plenário é diferente de comissão. Na comissão, posso até gastar um tempo com uma matéria. Agora, no plenário, uma matéria só domina os trabalhos. Ontem, por exemplo, votamos aquela matéria dos servidores do Judiciário e uma medida provisória. Então, ficamos uma noite inteira. Em que pese a divergência em relação à questão do adiamento da discussão da matéria dos servidores do Judiciário... Eu, inclusive, tinha feito um apelo ao meu Líder Delcídio pela retirada do requerimento. Mas paciência! Qualquer requerimento, qualquer discussão em qualquer matéria dessa dura uma noite. Portanto, inviabilizamos.

Volto a dizer que não estou propondo uma gincana no plenário, mas, se conseguirmos mandar antes, é possível alinharmos com o Presidente e com os Líderes um processo com um pouco mais de agilidade em plenário, para podermos dar resposta. Senão, vamos fazer nosso trabalho, mas, efetivamente, não vamos ter como desaguar esse trabalho em plenário, por conta da metodologia e do sistema utilizado em plenário.

Estou insistindo que, se tivermos que repetir no plenário tudo o que fazemos em uma comissão, é melhor suspendermos as comissões e levar tudo para o plenário, começando às 7h30 da manhã, como fazia o Collor na Comissão de Infraestrutura. Ele abria às 7h30 da manhã. Apesar de ele usar meia hora da reunião para sua homilia – ele lia de 7h30 até 8h –, funcionava. Ele estava lá às 7h30, em ponto, para a gente tocar os trabalhos.

Agora mesmo estamos com uma comissão funcionando em paralelo, a Comissão da Reforma Política, que está aqui no dia de hoje, e ainda há uma série de eventos acontecendo. Trocando mensagens com vários Senadores, vejo que alguns foram a posse aqui e acolá, o próprio Senador Cristovam pediu licença para ir à posse da Luciana na Presidência do PCdoB. Então, é o retrato de tudo isso.

Como até agora não temos quórum para deliberação, principalmente dos requerimentos, torna-se inviável fazermos uma audiência pública na próxima quarta-feira, meu caro Senador Fernando Bezerra, a não ser que, no limite, possamos fazer uma apreciação no plenário do Senado na tarde de hoje. Termina sendo uma alternativa, uma forma de convite, para ver se é possível promovermos isso por conta da ausência do quórum.

Consulto os...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria, Sr. Presidente, fazer o registro de que o Senador Antonio Carlos Valadares encaminhou a esta relatoria pedido de inclusão, para análise, de outras iniciativas – o PLS 390, o PLS 146, o PLS 472 e o PLS 262 –, assim como o Senador Wellington Fagundes, que pediu a inclusão, para apreciação em caráter prioritário, da PEC nº 1, de 2015, que trata da arrecadação e distribuição dos recursos da Cide.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eminentíssimo Relator, peço licença e desculpa por interrompê-lo.

Localizei no seu relatório essa do Wellington. Está aqui citada como sua sugestão, a de nº 1, que já está inclusa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ótimo!

Na realidade, nós vamos fazer uma análise. Tenho certeza de que algumas das sugestões do Senador Antonio Carlos Valadares já foram contempladas, mas faremos a análise das que, eventualmente, tiverem sido contempladas no relatório e traremos, na próxima reunião da Comissão, a nossa posição sobre essas sugestões dos membros do Senado Federal e das representações dos Municípios brasileiros que, repito, começam a chegar.

Quero registrar a presença do Prefeito de Cumaru, Eduardo, que está aqui representando a Confederação Nacional dos Municípios, que tem feito contatos permanentes com a Comissão para que agilizemos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Faltam dois para deliberação, não é? *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nós aumentamos a Comissão? A Comissão tinha 17 membros, mas agora tem 18.

Vou avisar ao Donizeti que ele já começou tomando falta no dia primeiro dia de aula. Pediu para ser matriculado e não veio.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente ou Sr. Relator, por curiosidade, alguém sabe de quem é esse PDS 85, que susta tanto a Resolução 479 quanto a Resolução 414, da Aneel?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Se alguém puder me ajudar...

Vou consultar o relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – De qualquer forma, quero parabenizar não só o autor, mas também o Relator, Senador Fernando Bezerra, por ter colocado essa questão como prioridade. Eu fui, por duas vezes, prefeita de um Município de porte médio e não sei como são as finanças ou a situação nas capitais brasileiras e em Municípios que tenham mais de 500 mil ou 600 mil habitantes, mas a Aneel ter passado aos Municípios a responsabilidade por serviços de iluminação pública, não só da prestação de serviço, mas também da elaboração de projetos, que são muito caros, sem conhecer a realidade do interior do Brasil, realmente assustou a maioria dos prefeitos, que não têm condições não de trocar a lâmpada, mas sequer de elaborar o projeto para executar a atividade.

Eu entendo que é salutar, é fundamental e é urgente a aprovação desse PDS, para sustar os efeitos dessa resolução. O que está acontecendo? Os Municípios não conseguem cumprir essa atividade, prestar esse serviço público para o cidadão, e os bairros mais periféricos da cidade estão mal iluminados, com lâmpadas queimadas, e aí temos todos os problemas sociais que isso acarreta, em especial a questão da violência, que é crescente no País.

Eu entendo que, de todas essas proposições, não podemos nos esquecer de dar prioridade, como V. Exª apresentou no seu brilhante relatório, ao PDS 85, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O autor é o Deputado Nelson Marquezelli.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Meus parabéns ao Deputado pela proposição.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Há duas matérias relacionadas a esse mesmo tema, que são dois requerimentos do Senador Delcídio do Amaral: o Requerimento nº 529, de 2015, e o Requerimento nº 530, de 2015.

Portanto, essa matéria, provavelmente, o Delcídio, como também transita muito nessa área de energia...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – De energia. Sem dúvida. Parabéns também ao nosso Senador Presidente da CAE, que, por coincidência, também é do meu Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Esse povo do Mato Grosso do Sul vai dominando tudo devagarzinho.

É isto mesmo: Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2015.

Então, é isto. Na realidade, nós estamos só com um dilema aqui, meu caro Fernando, que é exatamente a ausência de quórum. Precisamos de três, não é isso? Ausência de três Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Há algum Senador da Comissão que esteja próximo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A Marta está fora.

Ana Amélia e Blairo Maggi estão no plenário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas Ana Amélia foi para uma audiência na Receita Federal.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, apesar de não haver quórum para aprovação, eu não vejo nenhum impedimento em já começar as tratativas tanto com o Presidente da CCJ quanto com o Presidente do Senado para que nós possamos, ou em caráter definitivo na CCJ ou em regime de urgência no Plenário, deliberar, independentemente de ser em nome da Comissão ou não. Poderemos fazê-lo como Senadores, inclusive, para adiantar, uma vez que nós estamos a 17 dias, praticamente, do recesso. Não falaríamos em nome da Comissão, porque não poderemos fazê-lo, mas falaríamos como Senadores. E podemos ratificar, na semana que vem, o que for acordado, deliberado ou avançado em relação às questões.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nós podemos, *ad referendum*, encaminhar assim. E aí só fica o problema do requerimento, que, de qualquer maneira, nós vamos tentar resolver no Plenário hoje, à tarde.

Sendo assim, eu vou encerrar os trabalhos da presente Comissão, convocando...

Eu vou, inclusive, nobre Relator, convocar... Nós estamos com audiência marcada para quarta. A ideia seria essa.

Então, eu vou fazer o seguinte: vou convocar uma para terça, à tarde, porque, se, porventura, não conseguirmos aprovar isso no Plenário ou coisa do gênero, nós ainda teremos ainda um grau de recurso na terça-feira para tentarmos deliberar sobre essa matéria. E fica marcada a reunião de quarta-feira, o.k.?

Portanto, estão encerrados os trabalhos da Comissão na tarde de hoje. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.)

Comissão Temporária, criada nos termos do Ato do Presidente nº 12, de 2015, destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2015, às xx horas e xx minutos, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Jorge Viana (PT)** e com a presença dos Senadores e Senadoras: Gleisi Hoffmann (PT), Reguffe (PDT), Lasier Martins (PDT), Benedito de Lira (PP), Eunício Oliveira (PMDB), Romero Jucá (PMDB), Simone Tebet (PMDB), Jader Barbalho (PMDB), Garibaldi Alves Filho (PMDB), Sandra Braga (PMDB), Ronaldo Caiado (DEM), Aécio Neves (PSDB), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), Tasso Jereissati (PSDB), Antonio Carlos Valadares (PSB), Lídice da Mata (PSB), Fernando Collor (PTB), e Marta Suplicy (S/Partido). Presentes também os Senadores não membros Hélio José, João Capiberibe (PSB) e Waldemir Moka (PMDB). Deixaram de comparecer os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Ivo Cassol, Otto Alencar, Edison Lobão, José Agripino, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Magno Malta e Lúcia Vânia. Na oportunidade, o Relator da Comissão, Senador Romero Jucá, apresentou onze minutas de projetos

a ser discutidas pelo colegiado. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Boa tarde a todos.

Queria agradecer a presença das Senadoras, dos Senadores, dos funcionários que vão nos auxiliar aqui na condução dos trabalhos: o Rogério, que é secretário, e a Adriana, que trabalha na coordenação das Comissões, que nos ajudam na logística de trabalho aqui e em outras Comissões.

De modo muito especial, eu quero agradecer o nosso Relator, Romero Jucá; nosso Vice-Presidente, Jader Barbalho; e também o Presidente Renan, que é parte desta Comissão, e tem nos ajudado na condução dos trabalhos de algumas audiências públicas que já fizemos.

Muito brevemente, queria só informar os colegas que compõem esta importante Comissão, que gerou uma expectativa muito grande no País com sua instalação e certamente há uma expectativa muito grande quanto ao resultado do trabalho, seja agora antes do recesso ou após o recesso, que há uma intenção de estender esse trabalho até setembro.

Uma decisão que tomamos juntos – eu, o Senador Jucá, o Senador Jader e o Presidente Renan – foi a de fazer uma agenda de contato com algumas autoridades da República. Estivemos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, numa longa conversa, buscando as impressões dele sobre a necessidade da reforma política e os pontos que ele entende como relevantes. Tivemos uma audiência com a Presidenta Dilma Rousseff com o mesmo propósito. Estavam lá o Ministro da Justiça, o Chefe da Casa Civil. Tivemos uma audiência na residência oficial do Presidente do Senado com o Presidente da Câmara, com o Deputado Rodrigo Maia, que tem sido um ponto de contato, Relator dessa matéria na Câmara, e com Ministros do Supremo que compõem o TSE.

Chegou agora o nosso Líder Eunício Oliveira, que tem ajudado também nesse processo.

E ainda temos uma agenda a cumprir. Hoje pela manhã tivemos um encontro com dois ex-presidentes, o Presidente Lula e o Presidente Sarney. Ainda estamos marcando com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nosso propósito é criar um ambiente e ouvir essas lideranças no sentido de buscar uma compreensão da percepção que eles têm da importância desse tema.

Ainda temos uma agenda para fazer com Ministros do STJ que compõem o TSE e também com o a OAB, CNBB e organizações da sociedade civil.

Esse é um trabalho que estamos fazendo paralelo ao andamento da Comissão.

E eu, rapidamente, passo aqui para a nossa reunião de trabalho. Nós vamos usar este espaço da CCJ para nosso trabalho. Hoje, com a ajuda das senhoras e dos senhores, queremos acertar os dias e os horários e, obviamente, a nossa pauta, o que cabe ao nosso Relator, que fará uso da palavra.

Só quero, mais uma vez, agradecer a colaboração. Esta Comissão tem a oportunidade de auxiliar o Plenário do Senado Federal a dar uma satisfação à sociedade, no sentido de tratar de um dos temas que são exclusivos do Congresso. Há uma expectativa enorme de todos com quem eu conversei de que, aqui no Senado, sem fazer nenhum confronto com a Câmara dos Deputados, possa estar surgindo uma mediação que nos leve a ter algo com substância vinculado à reforma política. O propósito é trabalharmos alguns temas ligados a custo de campanha, já que a questão de financiamento e outras são muito complicadas e, ao mesmo tempo, fortalecimento partidário, porque não há possibilidade de termos uma política respeitada sem partidos fortes.

Senador Jader, eu não sei se quer fazer alguma saudação. Se não, de pronto – porque sei quantas atividades temos hoje na Casa –, passaria a palavra ao nosso Relator para que possa fazer uma exposição do que ele está conseguindo reunir.

Gostaria também que trabalhássemos, dentro das possibilidades, com o menor formalismo possível e a maior objetividade, para que, num menor espaço de tempo possível, tiremos algo daqui consensual e seja levado a plenário para debate e conclusão, votando e encaminhando à Câmara, num entendimento com a Câmara, porque não adianta nada, como já foi dito, votarmos algo que não seja recepcionado pela Câmara ou tirarmos algo votado lá que também venha a interromper o nosso propósito de melhorar a legislação eleitoral, o regramento da política brasileira.

Passo a palavra, então...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Faço uma saudação a V. Exª, ao nosso Relator, ao nosso Senador Jader Barbalho.

O Relator vai fazer uma exposição com aqueles pontos, suponho, que foram entregues para nós na primeira reunião. Durante essa exposição teríamos liberdade, Relator, de ir perguntando? Porque são muitos

pontos. É até para cumprir um pouco essa questão de o Presidente ir conformando os pontos. Não sei como V. Ex^a está pensando em fazer essa dinâmica.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem.

Eu entendo o ponto de vista...

Primeiro, eu queria saudar o Presidente Jorge Viana pela Presidência da Comissão, o Senador Romero Jucá pela Relatoria, o Senador Jader Barbalho pela Vice-Presidência.

Eu entendo o ponto de vista do Senador Jorge Viana, mas eu me recuso a chamar o que a Câmara fez de reforma política, porque o que a sociedade espera é uma reforma política verdadeira e algo muito mais profundo do que o que a Câmara fez, que, em alguns casos, inclusive, representa um retrocesso.

Eu gostaria de ver esta Casa debatendo vários temas que são do interesse da população, como o voto facultativo, o voto distrital, a possibilidade de candidaturas avulsas sem filiação partidária, entre outros. Então, eu gostaria que esta Comissão não se restringisse apenas ao que a Câmara votou, que, na minha opinião, é um retrocesso.

Eu não aceito chamar aquilo que a Câmara votou de reforma política. Eu acho que esta Casa pode dar um exemplo para o Brasil discutindo outros temas também e verificar a vontade dos Senadores, no voto democrático de cada um, e a decisão do Senado Federal, não se pautando no que a Câmara fez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, então, o Jucá. Um dos desafios do nosso Relator é exatamente isto que V. Ex^a pondera: encontrar os pontos que tenham substância e que possam dar sentido, dar satisfação e resposta à sociedade.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras! Saúdo o Presidente Jorge Viana, o Vice-Presidente Jader Barbalho.

Digo a todos que, dentro do aspecto de objetividade que foi cobrado aqui e devido ao prazo curto que nós temos para, pelo menos, iniciar o processo de votação, em vez de trazer um plano de trabalho, eu estou trazendo já algumas propostas.

Qual é a dinâmica que eu pretendo sugerir que a gente possa trabalhar? Hoje eu vou entregar para as senhoras e senhores onze projetos. Vou rapidamente falar sobre os onze projetos. É claro que a gente não pode votar hoje porque os senhores e senhoras vão tomar conhecimento agora. Mas a ideia é que, a partir de amanhã, se houver concordância do Presidente Jorge, a gente possa começar a debater esses projetos e, a partir daí, no momento em que for votando na Comissão, vai levando para o plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pode distribuir antes, Presidente. (Pausa.)

Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Todos têm cópia e todos estão numerados de 1 a 11. Eu vou relatar rapidamente cada um deles. Aqui estão propostas de emenda à Constituição e projetos que não são objeto da discussão da Câmara. Por exemplo, a PEC da Câmara que vai ser votada em segundo turno e diz respeito a mandato de cinco anos e fim da reeleição para o Executivo não está aqui ainda porque eu acho que é importante a gente esperar o dia 7 para então criarmos a modelagem que julgarmos melhor.

Não discuti ainda com a Câmara, com o Relator Rodrigo Maia, esses textos. Vou fazê-lo. Mas primeiro quero ouvir o crivo da Comissão para poder, em relação àquilo que for importante para a Comissão, começar a discutir com o Relator da Câmara. Portanto, esta Comissão será soberana para efetivamente definir as prioridades e nós começarmos a trabalhar.

Então, eu vou relatar rapidamente. Os senhores têm cópia.

O Projeto de Lei nº 1, que foi entregue, basicamente diz o seguinte: se houver cassação do diploma e perda de mandato em eleição de candidato majoritário, em vez de assumir o segundo colocado, haverá nova eleição. Acaba essa história de terceiro turno. O cara perde a eleição e já começa a coletar provas durante a campanha. O custo com advogado vai lá para cima. Então, este é um projeto de lei segundo o qual, em tese, se houve abuso do poder econômico, se o Tribunal achar que houve, se houver cassação, nova eleição.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – No período em que isso se der?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Aqui está independente do período.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por exemplo, se for no último ano...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É o seguinte: eu não fiz constar aqui, mas acho razoável que, se só faltar seis meses para o final do mandato, pode haver uma eleição indireta. Em tese, a eleição deve ser direta. Eu não quis fixar isso porque eu acho que deve ser fruto do debate.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós vamos debater isto aqui ainda amanhã.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Isto aqui eu vou relatar tudo hoje. Minha ideia era relatar hoje, entregar para as senhores e senhores analisarem e, a partir de amanhã, a gente começa a debater aquilo que já estiver pronto para o debate. O item um é essa matéria. O dois...

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Desculpe, Senador Romero. No caso, eu tenho dúvida a respeito disso. Eu guardo para a gente conversar amanhã ou já colocaria hoje?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Talvez fosse o caso de eu expor tudo e debatermos amanhã.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Ouvir tudo hoje e fazer os debates amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu gostaria que déssemos o seguinte procedimento: o Senador Romero poderia fazer uma apresentação e, claro, se houver alguma questão relevante, pode-se interromper, porque eu queria também que não houvesse tanto formalismo, mas, se ele pudesse, que rapidamente apresentasse os onze pontos. No fundo, isso é uma apresentação, todos nós estamos tomando conhecimento. A partir de amanhã, a ideia é que possamos debater, separando temas que possam já, de pronto, ganhar um consenso maior e outros mais polêmicos, para haver uma produção. Mas eu acho que agora seria a hora de tomarmos conhecimento desses temas que o Relator está trazendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Vamos lá. O item 2 é um projeto de lei que pega o horário político durante os períodos não de eleição, os períodos de propaganda política, e cria uma gradação para o programa e para as inserções. Então, por exemplo, na realização de um programa em cadeia nacional e de um programa em cadeia estadual em cada semestre: duração de dois minutos cada para os partidos para o qual estão eleitos de um a quatro Deputados Federais; cinco minutos cada para os partidos para que estão eleitos de cinco a dez Deputados Federais; dez minutos cada para os partidos para que estão eleitos mais de dez Deputados Federais. Ou seja, cria uma gradação. A mesma coisa para a veiculação partidária: quatro minutos para partidos que tenham de um a quatro Deputados Federais eleitos; dez minutos para os partidos que tenham de cinco a dez Deputados Federais eleitos; e vinte minutos, que é o atual tempo de inserção, para partidos que tenham mais de dez Deputados Federais eleitos. Isso porque hoje, na verdade, há uma igualdade, independentemente do tamanho de bancada e, em tese, acho que os desiguais devem ser tratados de maneira desigual. Então, está aqui o projeto para a discussão.

O item 3 a Câmara não terminou ainda de votar, mas está abrindo uma janela de mudança de partido, que é um assunto polêmico aqui no Senado. Então, talvez a alternativa a essa janela seja...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Para discutir. Tenho só uma dúvida: mesmo que o partido tenha só um Deputado Federal ele terá o menor tempo?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Ele terá o menor tempo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A cláusula de barreira, a Câmara criou a cláusula de barreira de um Deputado Federal numa PEC, na qual eu não mexi, até porque não veio ainda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, nós fizemos um acordo de que não iríamos interferir nos assuntos da Câmara. Nós podemos mudar a qualquer hora que quisermos. Acho que temos que respeitar a decisão da Câmara. Não cabe aqui alterarmos aquilo com que nós nos comprometemos na reunião de Líderes. O sistema eleitoral e a janela são prerrogativas deles, não é prerrogativa do Senado. O Senado não tem que ter janela nem nada; o Senado vai embora no dia que quiser. Então, acho que temos que ter um acordo com aquilo que nós acertamos lá, está certo?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Só um minuto.

O que nós discutimos com os Senadores e diversos membros é que nós daríamos prioridade às questões vindas da Câmara, que nós não iríamos encaminhar questão de fórmula de eleição proporcional, mas que, posteriormente a essas priorizações, qualquer tema poderia ser discutido. V. Exª levantou o tema, por exemplo, da questão de entregar uma proposta de parlamentarismo. O Senador Randolfe defende a questão de candidatura avulsa. Tudo isso pode ser colocado depois. Eu acho que uma coisa não impede a outra. Por isso que vamos definir aqui, na Comissão, quais são os itens prioritários.

Mas o que estou dizendo é o seguinte: quanto à questão da janela, a Câmara está discutindo a janela. Na discussão com os membros do Supremo, foi levantada uma possibilidade de se diminuir o prazo de filiação partidária. Então...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, esse Projeto nº 3 diminui para seis meses o prazo de filiação partidária a partir de 2018. É uma proporção a ser discutida também. Não estou entrando no mérito da questão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sim, mas não tem nada a ver com janela. Seis meses não tem nada a ver com janela. Isso é filiação partidária.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, pode ser uma alternativa, não estou discutindo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Isso não tem nada a ver. O fato de serem seis meses não tem nada a ver.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Algumas pessoas levantaram naquele debate isso como alternativa à janela.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ou seja, durante seis meses, ele não vai ter o diploma dele cassado. É isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Está certo. Mas vamos achar uma forma legal, vamos achar uma forma correta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, está aqui o item 3.

O item 4 e o item 5 são uma alternativa ao fim das coligações proporcionais. Qual é a diferença do quatro para o cinco? Em vez de alterar, de fazer um projeto de lei proibindo a coligação, apesar da posição de alguns Ministros do Supremo, que dizem que não precisa ser PEC, pode ser projeto de lei, e da posição de outros, que dizem que tem que ser PEC, não pode ser projeto de lei, eu construí uma alternativa criativa, que é a seguinte: um projeto de lei que não proíbe a coligação, mas diz que a contagem do coeficiente para eleger o Deputado será feita por partido e não pela coligação. Na verdade, é uma saída para colocar, em tese, a coligação, mas a contagem do coeficiente será por partido. Qual é a diferença do quatro para o cinco? É que no último artigo, no quarto, quem atingiu o coeficiente sai fazendo o resto. No quinto, quem não atingiu o coeficiente na primeira vez pode entrar na contagem da sobra para discutir depois a entrada de um Deputado.

Eu levei em conta vários projetos apresentados por Parlamentares. Não vou nomeá-los aqui porque os projetos são parecidos. Estou apresentando em nome de todos. Estou terminando de analisar todos os projetos, e os projetos aprovados aqui serão projetos da Comissão, não serão projetos de Parlamentares, individuais. O Senador Jorge Viana apresentou projeto, o Senador Walter Pinheiro apresentou projeto, assim como o Senador Aloysio Nunes e vários outros Parlamentares. Estamos juntando todos e, ao final, apresentaremos uma posição majoritária, democrática, que é o que vai prevalecer.

Então, o quatro e o cinco, de certa forma, trazem o espírito de não contar o voto de um para eleger outro de outro partido. Será feita uma conta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O resultado prático é que se o PSDB, o PP e o PR se juntarem numa coligação proporcional vão fazer campanha juntos, vão aparecer juntos em programas de televisão, mas, na hora de contar os votos para fazer o coeficiente, o PSDB vai contar sozinho, se atingir o coeficiente, o PP vai contar sozinho e o PR vai contar sozinho. A partir daí, entra o primeiro do PSDB, entra o segundo do PSDB, entra o terceiro do PSDB. Não fica pulando de um para outro. Então, um partido não elegerá o outro.

Qual é a diferença do quatro para o cinco? Ao atingir o primeiro coeficiente, o PSDB faz o primeiro, o PR faz o primeiro, o PP não atingiu. Aí vai para o segundo. O PSDB conseguiu atingir o coeficiente, fez o segundo, o PR não fez e o PP não fez. No terceiro, o PSDB não fez mais o coeficiente. Ele, em vez de pegar a sobra, a sobra entra na conta do PSDB, entra na conta do PR e entra na conta do PP, para ver quem tem a sobra maior.

Portanto, duas opções serão discutidas, e a maioria vai escolher.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Ex^a revogou o que é coligação, não é?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não. Não revoguei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Na coligação desaparece o partido. Agora V. Ex^a criou coligação com identidade partidária. É uma coisa inédita. É uma jabuticaba linda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com identidade partidária. É uma saída. É uma jabuticaba boa. É uma saída para evitar a discussão de inconstitucionalidade, se for decisão do Senado acabar com a coligação. Na prática, isso acaba, mas a terminologia não acaba e, portanto, não gera um debate de Adin, de inconstitucionalidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Proibiu, pronto, já entra em autonomia de partido. A palavra proibir...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Entendeu? Então, essa é uma saída que pode ser discutida.

O item 6 é uma proposta que visa à organização e ao fortalecimento dos partidos. É uma proposta originária do Senador Walter Pinheiro, que diz o quê? Só terão acesso à propaganda partidária, só terão acesso a fundo partidário os partidos organizados em diretórios permanentes em mais de 50% dos Estados e 50%

dos Municípios. Acaba com o partido de gaveta, de pasta, que vive em cima de comissões provisórias. É um projeto de lei que, de certa forma, procura institucionalizar de forma mais dura e mais consistente os partidos políticos o item nº 6.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obriga o sujeito a constituir partido. É chato, mas tem que constituir.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL. Fora do microfone.) – Metade dos Estados? Então, aqui só tem Município.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, metade dos Estados e Municípios.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Essa cota de desempenho sua é a mais leonina que eu já vi. Essa aí é pra matar! Como é que o partido vai ter diretório em 2.750 Municípios no País?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Tem que ter.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Diretórios constituídos são uma diferença grande, porque, veja bem, para você criar um partido, você precisa de nove Estados. Agora, para ter fundo partidário você precisa de 2.750 Municípios?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Essa é uma proposta. Se os senhores e senhoras quiserem diminuir, faz-se. É uma proposta para discussão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A gente pode trazer amanhã sugestões, não é?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Claro!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas eu acho que é uma boa proposta. Quero concordar com V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Somente participará do rateio dos recursos do fundo partidário o partido político constituído de diretórios permanentes em mais da metade dos Municípios brasileiros. 45-A. Somente terá acesso à propaganda partidária nacional os partidos políticos constituídos de diretório estadual permanente em mais da metade... Então, Estados e Municípios.

Proposta 7. Essa visa diminuir gastos de campanha com programa eleitoral. Nos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação, só poderá aparecer, em gravações internas e externas, o candidato e caracteres com propostas, fotos e jingles ou clipes com música, vinheta com indicação do número do partido ou coligação e os seus apoiadores, que poderão dispor de até 20% do tempo de programa, sendo vedados apresentadores, montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais. Há duas propostas aqui. Essa 7 dá direito a 20% de apoiadores. Há outra proposta que não dá direito a apoiadores, é só o candidato. Então, são duas propostas que serão discutidas para se acabar com a pirotecnia das campanhas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. Fora do microfone.) – Nem apoiadores do próprio partido?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não; nesses 20%. Na 8, o art. 54 proíbe completamente os apoiadores. Nessa 7, 20% podem ser de apoiadores do partido.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. Fora do microfone.) – De apoiadores do próprio partido e filiados?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não fala em filiados. Apoiadores.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. Fora do microfone.) – Por exemplo, se você é candidato e eu sou do seu partido, eu posso aparecer no seu programa?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por essa proposta do 54 pode em 20% do horário. Você não pode pegar alguém e esse cara virar, em vez do candidato majoritário, o âncora do programa, passar 80 minutos falando, e o candidato não aparece. A ideia aqui é dar visibilidade às candidaturas.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Fora do microfone.) – Vai ser o mesmo fundo ou pode ter...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, o fundo pode ser...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas vai poder externa também?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pode ser externa, mas com o candidato.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Tem que diminuir o tempo do programa de televisão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Vai diminuir aqui também. Calma, que vamos chegar lá.

O projeto 8 é um projeto que procura diminuir custos de campanha, proibindo uma série de coisas. Então, a gente diminui o tempo de campanha, art. 8º, fazendo as convenções de 12 a 31 de julho, diminui um mês. Propaganda, portanto, só a partir de 10 de agosto. Carro de som, só em comício. O programa eleitoral será de 30 dias, em vez de 45. Nós estamos diminuindo o tempo – fez aquele quadro, Mariângela? Não, né? –,

estamos diminuindo o tempo do horário fixo e aumentando o tempo de inserções. Estamos aumentando em dez minutos o tempo de inserção e diminuindo o tempo do horário fixo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Esse do horário fixo é porque você acha que é importante ficar? Não houve uma avaliação de ficar só com o horário das inserções?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Veja bem, eu não quis radicalizar. Essa é uma proposta inicial, mas amanhã, se a decisão for... Porque, na verdade, é o seguinte: no horário fixo, ele pega majoritária, mas pega também proporcional. Se você deixar só colocações de inserções, os candidatos proporcionais, em tese, não vão aparecer.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas eu acho que não teria que ter para candidatura proporcional.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É uma discussão. Vamos para o debate. Eu fui aqui no limite da questão e, a partir daí, nós vamos discutir.

Então, aqui diminui o tempo todo por programas. E coloco a questão seguinte: o tempo disponível de Senador, quando for a eleição de uma vaga só, será seis minutos. Quando for eleição que tiver duas vagas, o tempo será 9 minutos, o tempo corrido.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL. Fora do microfone.) – Para os dois ou para cada um?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não. Para os dois. Para cada um... O tempo todo de Senado. Mas para você, com sua beleza e sabedoria, basta um minuto. Você não precisa de muito tempo. Você é sabido demais.

Vamos lá: no 9, nós estamos ampliando o prazo de desincompatibilização, que é de seis meses para governador ou prefeito, para autoridades policiais civis e militares, porque hoje é o prazo da convenção, o que dá uma diferença grande. Estamos aqui fazendo o prazo igual para todo mundo: seis meses antes da convenção.

No 10, estamos apresentando a PEC do gênero. Drª Senadora Lídice da Mata, estamos apresentando para três eleições. Conforme sugestão do Ministro Presidente Lewandowski, nós estamos apresentando aqui, para três eleições, o limite de gênero de 12%, 15% e 20% como uma forma de colocar essa questão. É uma PEC que foi rejeitada na Câmara, mas nós entendemos que, em homenagem à questão de gênero, deveremos debater essa matéria.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Permita-me, Relator.

Quero chamar a atenção que é a única PEC entre todas as medidas que V. Exª apresentou. Então, com certeza, terá mais dificuldade.

Duas coisas eu queria considerar com V. Exª. Primeiro, que pudéssemos fazer um projeto de lei complementar. Eu tenho um projeto de lei complementar que muda, a Lei Complementar 78, que dispõe sobre o número de cadeiras na Câmara, e eu acho que nós precisaríamos aí, portanto, de quórum menos apurado do que numa PEC. Então, eu queria considerar isso.

A outra coisa é que resgatemos o que nós fizemos de acordo com a Câmara, porque quase aprovamos a PEC lá. Inclusive, tivemos um almoço hoje com as Senadoras, havia também representantes das Deputadas, e lá discutimos não inovar nos percentuais, que comesçassem com 10, 12 e 15, porque já havíamos conversado sobre esses percentuais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu queria apenas dizer o seguinte: entre ser PEC e projeto de lei da Câmara, existem controvérsias. Eu coloquei como PEC porque, em tese, como é uma reserva efetiva, talvez tenha que estar na Constituição. Eu acho que essa é uma discussão que nós poderemos fazer.

Nós temos que fazer um índice diferente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só um pouquinho. Vou pedir ao Presidente Renan que assuma... V. Exª tem ajudado, é importante ficar um pouco...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu quero registrar que eu coloquei um número diferente, porque, como a PEC já foi apreciada na Câmara com aquele número, nós não podemos repetir o número na mesma legislatura. Então, vamos ter que botar 9, ou 11 ou 12...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mesmo sendo a iniciativa de Casas diferentes?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mesmo que a iniciativa seja...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E a gente poderia contar, por exemplo, com V. Exª no sentido de apresentar também um projeto de lei complementar?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pode. Eu acho que pode.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós trabalharíamos com dois instrumentos: o projeto de lei complementar, e daí poderia repetir aqueles percentuais, e esse, que mudaríamos um pouco.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Muda 1% em cada percentual, para não ser igual. É como medida provisória: quando tem que ser reeditada, não pode ser o mesmo texto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E faríamos o projeto de lei complementar também.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Podemos fazer. Eu coloquei PEC porque, na dúvida, como foi questionado, eu acho que a PEC seria algo que daria mais garantia e não seria questionada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas há mais dificuldade, não é?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Amanhã, fazemos um projeto de lei, aprovamos e pode ser questionado porque está dando reserva de mercado, não está respeitando a igualdade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, é claro que nós sabemos que perdemos a proposta por 15 votos. Por isso mesmo, nós queremos manter um patamar muito próximo do que foi acordado lá. Talvez até signifique fazer isto que V. Exª falou: em vez de 10, 11, ou de 10, 9, para ter a possibilidade de não ouvir o argumento de que nós ampliamos mais do que estava acertado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Está bom, mas vamos discutir amanhã e definir qual é a modelagem melhor, sem nenhum tipo de problema.

Por último, a 11 é mais uma barreira, é uma cláusula de barreira administrativa que redivide a questão da igualdade tanto do tempo, como... (Pausa.)

Não, aqui é só do tempo. Em vez de ser um terço do tempo distribuído igualmente para os partidos, nós colocamos, como se fosse uma cláusula de barreira administrativa, 10% dividido igualmente e 90% dividido pelas bancadas. Portanto nós vamos fazer isso também com o fundo partidário, que é uma forma de redirecionar essa questão. Em vez de criar cláusula de barreira do desempenho, nós criamos cláusula de barreira do tamanho do mandato, da bancada. Portanto, damos peso diferenciado a essa questão.

Então, esses primeiros 11 pontos são os textos que nós colocamos.

Eu quero dizer que recebi do Senador Valadares uma proposta de federação de partidos. Então eu vou distribuir hoje, mais tarde, para os senhores, através do site. Nós vamos distribuir para ser uma matéria também discutida amanhã ou quando a prioridade for determinada pela Comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, antes de passar para os colegas...

O Presidente Renan, com a sua presença, de uma maneira, também prestigia o trabalho. S. Exª nos ajudou em todas as audiências que fizemos. Eu queria passar a palavra a S. Exª para que possa mais uma vez cumprimentar os colegas. Depois, pela ordem, vou ouvir os colegas sobre as manifestações do nosso Relator Romero Jucá. Então, Presidente Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu quero cumprimentar rapidamente a todos e a todas, dizer da satisfação de estar aqui com os Senadores, com os Presidentes de Partidos, com os Líderes partidários, com as Senadoras também e dizer que nós temos avançado na nossa agenda.

Fizemos aquele encontro lá na residência, discutimos bastante com os Ministros do Supremo Tribunal Federal. No dia seguinte, nós fizemos uma visita ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Lewandowski. Hoje pela manhã, nós tivemos um encontro com o ex-Presidente Lula e com o ex-Presidente José Sarney. Hoje à tarde, telefonarei para o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, para combinarmos com ele uma conversa também a respeito da reforma política. E vamos, na terça e na quarta-feira, marcar novos encontros com os demais Ministros que compõem o Tribunal Superior Eleitoral, os representantes do STJ no Tribunal Superior Eleitoral e os representantes também dos advogados no Tribunal Superior Eleitoral. Todos estão convidados para essas conversas.

Eu tenho me colocado à disposição, na retaguarda desta importantíssima Comissão, para que a gente possa, afunilando aqui a estratégia de votação, pôr em prática essa mudança, que é fundamental, da política brasileira.

Outro dia eu brinquei e disse que nós íamos continuar focados na única tarefa da qual nós não devemos abrir mão, que é a de fazer a reinvenção e a mudança da nossa política.

De modo que eu quero, mais uma vez, cumprimentar a todos e me colocar, Jorge, à disposição da Comissão no que nós pudermos efetivamente somar esforços.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

O Senador Lasier pediu, em seguida, a Senadora Lídice.

Eu pediria inclusive, aproveitando, que cada um coloque... Porque hoje é para tomar conhecimento do que o nosso Relator está trazendo. Podíamos ouvir alguns colegas, depois, quando necessário, o Relator faria uso da palavra.

V. Ex^a está inscrito.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Saudando o Presidente Renan; o Vice, Jader Barbalho; e o Senador Romero Jucá, Senadores, quero dizer que é elementar que a sociedade espera muito dessa reforma política! Nós não temos o direito de frustrar o povo brasileiro.

Já o que nos vem da Câmara dos Deputados ficou aquém das expectativas, e tem havido críticas, e procedentes, com relação a isso.

Agora, V. Ex^a nos traz, Senador Jucá, oito propostas, mas V. Ex^a não focaliza aquilo que tem sido o grande clamor nacional, a grande reclamação do povo e da mídia: a doação de campanha. Como temos um espaço muito curto para decidir, para votar – em rigor, uma quinzena –, qual é o critério? Quando é que nós vamos tocar nesse que deveria ser o primeiro tema para debate, para solução desta Comissão?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu não foquei doação de campanha, como não foquei tempo de mandato, como não foquei a questão da reeleição, porque a Câmara não terminou de votar ainda essas PECs lá.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas nós não precisamos seguir a reforma da Câmara, doutor!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas, veja bem: como eles estão votando lá a PEC e o regulamento, que chegam aqui no dia 7, nós vamos ter já um texto com o qual poderemos trabalhar. Então, eu não quis antecipar, exatamente para não trabalhar em torno do que nós não sabemos, que ainda vai chegar. Como vai haver a votação no segundo turno, na votação do segundo turno, pode haver tanto emenda de redação, quanto emenda supressiva.

Então, eu não trouxe texto sobre isso, mas isso não quer dizer que não possamos debater...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Poderá faltar tempo depois.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. Dará tempo. Não tenha dúvida de que dará tempo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pensei que V. Ex^a traria como primeiro tema para debate.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas eu não tenho o texto ainda. Então, eu evitei...

Por exemplo, a partir do dia 7, votando-se lá, no dia 8, eu apresento o texto. Então, nós temos até o dia 17; nós vamos ter muito tempo para votar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Como a questão da reeleição também.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Pela ordem, para dar uma sugestão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O fim da reeleição ou o tamanho de mandato é algo que nós vamos ter que discutir. A reforma política é para que os Parlamentares aumentem o seu tempo de mandato? Eu acho que não é isso. Então, é um tema que nós vamos ter que discutir aqui.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senador...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Eu queria dar uma sugestão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Nós diminuimos dos Senadores e compensa...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Eu queria dar uma sugestão: três Senadores fazem as indagações e o Relator responde.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É essa a intenção.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Para nós ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Lídice, Senador Tasso e Senador Benedito de Lira; depois, os demais colegas inscritos aqui.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, na verdade, eu queria propor a incorporação de um texto que foi um projeto de lei também proposto por mim, no que diz respeito a tempo de televisão e que, ao mesmo tempo, atinge a discussão da coligação proporcional. Muitas das coligações são construídas em cima da acumulação do tempo de televisão. Aliás, a grande justificativa, hoje em dia, para a venda de legendas pequenas a partidos maiores e também a coligações proporcionais é justamente o somatório do tempo de televisão. Então, eu acho que, em vez de discutirmos se é “sim” ou “não” à coligação

proporcional, nós podemos abordar esse tema via tempo de televisão. E foi isto que propus: quando um partido fizer coligação proporcional, que o tempo dele não se some ao tempo do partido maior. E ele tem apenas o direito de ter aquele tempo se tiver candidatura própria majoritária. Vamos dizer que o PSDB se some ao PMDB, dois partidos de grande tempo de televisão; eles não poderão acumular um com o tempo do outro; fica o maior tempo, e apenas o partido que tenha candidatura majoritária pode ter tempo. Eu acho que é o único instrumento que pode, efetivamente, acabar com o mercado – infelizmente, um mercado pouco ético – que existe hoje na base da organização de coligações com somatório de tempo de televisão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senadora Lídice, só para...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos ouvir, então, o Senador Tasso, que aí se agiliza o processo, nós ouvimos um maior número de Senadores, e vai andar.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Apenas para pedir...

As minhas duas questões são, felizmente, coincidentes com a colocação da Senadora Lídice e do Senador Lasier.

Primeiro, eu acho que não ficou clara para mim a questão do tempo de televisão nas candidaturas majoritárias sobre a acumulação ou não. A ideia era acabar com a soma dos partidos de coligação para tempo de televisão na eleição majoritária. É mais ou menos a mesma coligação. Isso me parece fundamental para moralização da questão partidária.

E sobre a segunda, eu tenho a mesma opinião – e eu queria repetir – do Senador Lasier. Se nós não incorporarmos na discussão de hoje, talvez amanhã, a questão do financiamento de campanha, depois vão dizer: “Fizeram a reforma que ignora a questão do financiamento de campanha.” Eu queria reforçar aqui a colocação do Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Benedito de Lira. Em seguida, o Relator vai fazer um apanhado das três colocações e a gente segue.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, queria, aproveitando esse elenco de projetos de reforma à Constituição que V. Ex^a nos encaminha, fazer uma proposição para sua análise e análise dos Senadores.

Nós temos um problema sério no Município brasileiro, no que diz respeito aos prefeitos. Às vezes, os candidatos adversários não vão para disputar a eleição, mas vão para criar dificuldade para quem se elege. E há inúmeros prefeitos por aí afora afastados do seu mandato simplesmente porque uma testemunha de rua disse que ele comprou voto.

Então, vamos fazer um projeto de lei, Sr. Presidente, como sugestão, para que o prefeito só possa ser afastado de seu mandato num decisão colegiada, porque existem, muitas vezes, problemas locais, em que até o juiz se influencia e por nada afasta o prefeito por um mês, dois, três, um ano, dois anos. Então, teríamos um motivo grande para que possamos disciplinar isso. Apura-se o que ele cometeu de errado na primeira instância e somente a segunda instância pode afastá-lo do seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Não seria uma decisão pessoal do juiz A, B ou C, mas, sim, uma decisão do colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como nós estamos dividindo, vou ouvir ainda o Senador Garibaldi, e aí o Relator fala, o nosso Ministro e ficam apenas quatro para o outro bloco, para trabalharmos aqui.

Senador, Ministro e Presidente Garibaldi. (Risos.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu queria enfatizar a questão do Senador Lasier, porque há uma cobrança muito grande sobre essa questão das doações, do financiamento de campanha. Se for constatada qualquer omissão nossa, fiquem certos de que nós pagaremos um preço muito alto.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agora, falará o Relator e, em seguida, falarão: Valadares, Reguffe, Caiado e Aécio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Bom, rapidamente, respondendo à Senadora Lídice e ao Senador Tasso, para não trazer tudo hoje, amanhã eu vou apresentar uma proposta, que já está pronta, que trata da questão de tempo de televisão dos majoritários, que é o que negociado. Qual é a proposta? Só contará tempo para eleição majoritária aqueles partidos que compuserem a chapa majoritária. No caso, presidente e vice, governador e vice, Senador e suplentes. Essa é uma questão com que os grandes partidos concordam e os pequenos partidos não concordam. Vai haver uma discussão, mas é uma forma de acabar com a negociação de...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Jucá, é um avanço, sem dúvida, mas o ideal é que fosse só o candidato majoritário, porque, de qualquer maneira, você está resolvendo pela metade o problema, porque passa a negociar o cargo de vice também.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, mas o candidato a vice faz parte da chapa, ele é...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – As chapas vão ser montadas em função do tempo de televisão do candidato a vice muito mais do que por outros fatores mais relevantes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas lembrando que o candidato a vice tem exposição na campanha; é diferente de partidos de aluguel, que não têm exposição na campanha. Então, em tese, vamos ter uma mescla de partidos, mas com mais tempo e com pessoas boas, colocando na composição da chapa. Acho que tirar o vice ou tirar o suplente, em tese, é podar o restante da composição de uma chapa.

Então, amanhã, eu apresentarei a proposta. Não a trouxe hoje, porque já eu já tinha onze propostas, para não virar uma tempestade de projetos. Mas ela está pronta e a trarei amanhã.

A questão do Senador Benedito de Lira, de afastamento por decisão colegiada, é uma sugestão. Vou preparar a proposta e apresentarei à Comissão para discussão. Eu acho que é pertinente, porque, na verdade, a vontade popular não pode ser subjugada por uma decisão de alguém do Ministério Público ou de um juiz de primeira instância. Na verdade, é um excesso que temos visto.

Aliás, não só isso, como – e é outra questão, mas parecida – a questão das ações das ações do Ministério Público, que tem cobrado de prefeitos a assinatura de termos de ajustamento de conduta, que, na verdade, criam procedimentos e criam pressão em questões que efetivamente não são pertinentes. E o promotor público vira o gestor do Município, porque fica obrigando o prefeito a assinar determinadas coisas sob pena de ser processado por improbidade. Mas isso é outra questão que temos que discutir na legislação que rege o Ministério Público.

Financiamento de campanha. Eu quero dizer o seguinte: eu estou com a regulamentação pronta, mas, como tínhamos combinado esperar, eu estava determinado a esperar. Se for da vontade da Comissão, eu trago. Nós estamos mantendo os 2% de limite para a doação de empresa. Desses 2%, só pode, para determinado partido, doar até 0,5%, portanto não pode ser concentrada em um partido só. E na legislação, para determinada campanha, não pode ir mais de 7% daquele orçamento de campanha. Essa é uma regra inicial que nós temos para discutir.

Posso trazê-la se essa for a decisão. Estava aguardando a Câmara, porque seria mais efetivo, já que a Câmara ainda está votando essa regulamentação. Mas, se for vontade da Comissão, a partir de amanhã, eu trago. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, eu a trarei amanhã para começar a discussão – trarei amanhã. A proposta está pronta, mas não estava...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC. Fora do microfone.) – Em cima da que a Câmara está votando.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É um pouco em cima da que a Câmara está votando, mas não sabemos se a Câmara fará realmente isso. Por isso eu estava aguardando.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Valadares; em seguida, Senador Reguffe, Senador Caiado e Senador Aécio.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu, inicialmente, queria parabenizar por esse trabalho de entendimento, de persuasão com os demais Poderes e lideranças exponenciais da vida política brasileira, como os ex-Presidentes da República, uma vez que essa reforma política, da forma como foi feita na Câmara dos Deputados, teve uma repercussão muito negativa para a classe política, de um modo geral, para o Congresso.

Eu acredito que, com essa repercussão negativa que caiu no colo da Câmara dos Deputados – e as Lideranças de lá já estão sentido o peso de sua responsabilidade em relação à reforma política –, há uma perspectiva, Presidente, de que a Câmara possa rever a questão do fim das coligações partidárias.

Eu digo isso, naturalmente, sem o prestígio nem o poder de articulação que tem a Mesa Diretora desta Comissão. Já tive entendimento com várias Lideranças, não só do PMDB, como de outros partidos, como PSC e PT, que acham que ainda há possibilidade de se estabelecer uma articulação, um entendimento não só com Eduardo Cunha, como também com os partidos maiores da Câmara dos Deputados, no intuito de viabilizar a proibição de coligação proporcional, porque isso seria, sem dúvida alguma, a grande cláusula de barreira.

Talvez não precisássemos nem estabelecer nenhuma cláusula de barreira, bastava que fosse proibida a coligação partidária ou aliança política nas eleições, para que diminuíssemos, enxugássemos substancialmente

o quadro partidário em nosso País. Essa é uma questão. Isto é, o entendimento que os senhores estão fazendo é da maior importância, mas esse entendimento precisa se aprofundar com as lideranças da Câmara dos Deputados, porque, do contrário, vai inviabilizar algumas medidas que nós vamos tomar.

Segundo, ao lado disso, para dar tranquilidade a partidos menores, que têm uma história em nosso País, a exemplo do PCdoB e tantos outros, nós teríamos como alternativa a federação de partidos políticos, que seria a união de dois ou mais partidos que quisessem, durante três anos, permanecer casados, como se fossem um partido só. A federação já foi objeto de aprovação em todas as comissões da Câmara dos Deputados. Chegou a ir a plenário, mas, como o Henrique Fontana não conseguiu colocar em votação todo o projeto dele de reforma política, a federação de partidos políticos está lá, não foi votada, mas está lá, continua viva.

Sobre o financiamento de campanha, é preciso que a gente tenha cuidado, Sr. Relator, porque nós estamos lá com uma decisão quase unânime – que ainda não aconteceu porque o Ministro Gilmar Mendes pediu vista – de proibir o financiamento privado. Logicamente que o financiamento privado que está sendo aprovado lá é através de PEC. Mas mesmo assim, pelo princípio que eles utilizaram lá, o princípio da moralidade, etc., eles podem sobrepujar essa PEC. Ainda não aconteceu a decisão do Supremo.

Então, o que é que eu acho? Que a gente tem que ter o cuidado de não aprovar o financiamento privado da forma como acontece hoje. Ou seja, a empresa depositando o dinheiro no partido político, porque continua a mesma suspeita, a mesma desconfiança. O ideal seria que nós fizéssemos um outro tipo de financiamento privado. Isto é, aceitando que o financiamento privado fosse direto no Fundo Partidário e que houvesse um estímulo fiscal para que a empresa fizesse isso, porque, desse modo, Sr. Relator, o senhor pode estar balançando a cabeça, mas, na verdade, não é isso que o Brasil está pensando. O Brasil está pensando de outra forma.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu estou balançando a cabeça contra o estímulo fiscal, senão vai ser uma confusão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não. É melhor o estímulo fiscal do que o roubo, do que o conluio entre empresas e partidos políticos. Porque aí a Nação é que vai assumir a responsabilidade de conceder um benefício fiscal para que as empresas participem do processo democrático, de forma despersonalizada, sem indicar qual o partido que a empresa está ajudando. Isso seria feito de forma proporcional.

Para tanto, Sr. Relator, desculpe-me, eu sei que V. Ex^a é uma pessoa que tem uma vasta trajetória aqui neste Senado e na política do Brasil, respeito muito as suas ideias, as suas sugestões, em relação às quais, na maioria, eu estarei do seu lado, eu acho que essa questão do financiamento precisa ser revista com muito cuidado para atenuar a corrupção em nosso País – não vou dizer que vai acabar, mas para atenuar a corrupção em nosso País – e evitar a suspeição da sociedade em doações partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço.

Senador Reguffe, em seguida, o Senador Caiado.

Nós vamos ver se agilizamos a reunião de hoje, já que é para tomar conhecimento. Amanhã vamos ter uma outra no mesmo horário. Então, penso que, ouvindo os três colegas, Senador Jucá, podemos, inclusive, seguir para o Plenário.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu queria perguntar objetivamente ao Relator, Senador Romero Jucá: na minha concepção, a população hoje quer do Poder Legislativo uma reforma política profunda. A população não está satisfeita, e o que a Câmara fez é uma piada com o que a população deseja nas ruas. Eu considero que, se nós formos pelo caminho da Câmara, nós vamos reforçar essa ida na contramão do desejo da opinião pública. Agora essa é uma opinião minha. Ninguém é obrigado a ter a mesma opinião que eu.

O que eu queria perguntar, de forma objetiva, é o seguinte: eu tenho outros temas que eu gostaria de ver sendo tratados. Eu protocolei algumas propostas de emenda à Constituição nesta Casa ao chegar aqui, como a proposta do voto facultativo, como a proposta que proíbe que alguém eleito para o Legislativo ocupe um cargo no Executivo. As Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores estão recheadas de suplentes. Os governantes se utilizam desse instrumento para ter controle e maioria no parlamento local, o que prejudica a democracia, prejudica o contribuinte, na minha opinião. E a possibilidade de candidaturas avulsas.

O que eu quero saber é o seguinte: eu vou ter como ver essas propostas sendo votadas, efetivamente, nesta Comissão ou não? Ou a Comissão apenas vai votar esses temas? A Comissão vai ser restrita a esses temas ou os temas que estou apresentando vão ser objeto de debate, claro, decisão democrática? Passando ou não, aqui todos foram eleitos e têm representação legal da população para agir em representação a ela. Mas esses temas vão ser também debatidos e votados aqui ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, objetivamente, eu acho que temos aqui dois momentos: um primeiro momento para produzir algo que possa ser

aplicado nas eleições de 2016; outro que será a continuidade para 2018, certo? Então, vamos partir de dois pontos, em primeiro lugar, do que é possível agora.

Em relação a 2016, vamos também ser objetivos, porque senão vamos ficar na mesma situação da Câmara dos Deputados. Vamos pegar todo esse elenco de propostas apresentadas aqui pelo Senador Renan, como as demais que virão amanhã, apresentadas por nós, e levar aos Líderes da Câmara dos Deputados, porque onde houver convergência poderemos dar prioridade e votar de maneira consequente, para que amanhã possa acontecer. Do contrário, é o faz de conta. Vamos votar um número x de matérias aqui dentro, encaminhar à Câmara e sabemos muito bem que essas matérias serão rejeitadas se nós não tivermos a capacidade de debater e buscar pelo menos uma maioria para encampar essas teses.

Se a tese sair única e exclusivamente como paternidade do Senado Federal, neste momento, vamos ter mais uma crise de vaidade, e precisamos superar isso, o que é fundamental pela escassez do tempo. Temos um recesso em julho, agosto e setembro, e ponto final. Precisamos ter, já que são matérias de lei ordinária, a maioria delas, se não me engano, poucas complementares, vamos precisar da sanção da Presidente da República, daí, com veto em alguma matéria, a derrubada do veto. Acho que temos que ser bem pragmáticos em relação a se nós desejamos alguma coisa.

Essa é a proposta que eu faço ao Relator. A partir daí, amanhã encaminharei aquelas sugestões já em forma de projeto, como também debatarei os pontos que V. Ex^a apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos ouvir, por último, o Senador Aécio Neves, então ouviremos o Relator para encerrarmos a reunião.

Senador Aécio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Também temos conversado, ao longo dos últimos dias, sobre o que estamos fazendo aqui. Tenho absoluta convicção de que não queremos fazer mais uma dentre tantas comissões. Temo que seja mais uma se não centrarmos no que é essencial.

Eu disse, Romero, desde o início, que era muito importante que houvesse uma relação direta, permanente com a Câmara, exatamente na linha do que disse aqui o Ronaldo. É muito importante que votemos aqui e que haja o compromisso de eles botarem no dia seguinte como prioridade lá, porque não se perde nesse monte de coisas que estamos votando. Prefiro restringir a duas ou três medidas que mexam na essência do que entrar num leque muito grande coisas que não tenham consequências maiores.

As suas propostas são criativas, vêm na direção do que se discutiu até aqui. Quero apenas fazer duas ponderações para que possam eventualmente até vir na discussão do mérito. Uma questão que foi votada na Câmara, tenho conversado muito com a minha bancada lá, e há uma ansiedade em relação a isso mais do que deveria, é a tal janela. Foi aprovada com uma grande margem. Eu tenho restrições pessoais em relação a isso, mas há lá um sentimento grande de que deveria haver.

O que eu queria sugerir? Que se isso eventualmente for algo que ajude na negociação com a Câmara, seja transferido para os trinta dias anteriores ao prazo de filiação partidária.

O que quero dizer? Você cumpre o mandato pelo partido pelo qual foi eleito, no limite do prazo de filiação, abre-se trinta dias, e não como agora, como querem, como veio da Câmara, aprovado, promulgado, esse conjunto de leis aqui, chamem de reforma ou não – o Jader não chamará de reforma certamente esse conjunto de leis. Abre-se agora. Abrir um prazo, de mudança de partido no primeiro ano do exercício de mandatos, como proposto pela Câmara, é uma farra absoluta – a pressão não é só aqui, não; de governadores, enfim, de prefeitos. E levar isso para o limite. Se o prazo é de um ano, o.k. Se é de seis meses, que seja, ali, entre o 13º e o 12º mês anterior à coligação. Para você pensar em relação a isso.

Só para defender a minha tese, aqui, eu considero essa ideia, Jucá, de restringir, isso até surgiu, enfim, eu estava até em alguma dessas discussões, no ano passado, sobre restringir, todos nós, que disputamos a eleição majoritária – não é, Jorge? –, sabemos disso, restringir a divisão do tempo de televisão aos partidos que compõem a chapa majoritária é um avanço, mas, se nós quiséssemos ser mais ousados e fazer um avanço efetivo, a restrição tinha que ser para os partidos dos candidatos cabeça de chapa, por uma razão séria. Vamos voltar, aqui, a poucos meses atrás: o PT coligou com o PMDB. Eu, por exemplo, não teria o privilégio inigualável de ter um homem como o Aloysio na minha vista, porque eu ia ter que buscar no terceiro partido, à disposição, um candidato, para que a desproporção entre os tempos não fosse tão grande, porque iriam somar o tempo dos dois maiores partidos, eu sou o terceiro, já teria que buscar no quarto. Eu acho que inverte a lógica daquilo que deveria orientar a composição das chapas: convergência ideológica, complementaridade regional, enfim. Eu acho que aprimoraria muito mais o processo do que você... Tudo bem, você se livra dos pequenos partidos, que vendem o seu tempo de televisão, mas você se amarra numa outra contingência, numa outra necessidade que nem sempre é a melhor para a construção, enfim, de uma chapa minimamente homogênea.

Eu vou encerrar com isto aqui: para mim – eu digo isso sempre –, se resolvêssemos o problema da coligação, nós já estaríamos fazendo uma reforma política maior do que esses penduricalhos todos aqui. Se não pudermos ir pelo caminho mais curto – e nem sempre, na política, a reta é o caminho mais curto entre dois pontos –, você apresenta algo, aqui, que é um caminho, apenas para chamar a atenção dos companheiros, interessante, que é esse de, na distribuição – acho que foi a Senadora Gleisi quem falou, não sei exatamente; aliás, foi a Lídice, desculpem-me, foi a Senadora Lídice –, na distribuição do tempo de televisão, você restringir o tempo dos partidos coligados, dos partidos menores é um estímulo a quê? Na verdade, é um desestímulo a que as pessoas estejam nesses partidos. Elas terão, realmente, um tempo muito menor.

Eu não quero entrar em outras questões mais de mérito. Pense apenas nessa questão e no que é essencial, Romero. Ou nós sentamos aqui com, sei lá, o Rodrigo, o Eduardo Cunha e fazemos isso aqui: o que é essencial para vocês, que não nos fira de morte, nós vamos dar, e nos deem o que é essencial, que melhore o processo. Fazemos um jogo casado e, aí, nós teremos alguma chance de votar essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Passamos, então, a palavra para o Senador Romero Jucá para que ele possa dar um apanhado e, aí...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pela ordem, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Algumas emendas, para as quais nós já temos proposta de lei nas Comissões, serão consideradas, ou é melhor mandá-las direto para cá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É melhor mandar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra o Senador e Relator Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Aécio, Senadora Lídice, eu queria primeiro fazer um registro. Senadora Lídice, eu queria fazer um registro: essa questão do tempo de televisão da chapa majoritária já faz parte da Proposta 11. Já faz parte da Proposta 11. Eu coloquei presidente e vice, governador e vice, mas nada impede que a gente decida, aqui, que vai ser só o titular da chapa majoritária. Eu acho que é um avanço a mais, mas eu não quis ser tão radical, já que, de certa forma, eu fiquei no centro-esquerda. Mas é uma discussão que pode ser feita e deve ser feita.

Quanto à questão do Senador Valadares, do Senador Ronaldo Caiado e do Senador Aécio, eu estou em sintonia, trabalhando com o Deputado Rodrigo Maia. Só que, antes de fechar texto com Rodrigo Maia, eu quis, primeiro, apresentar aqui, à Comissão, os primeiros temas.

Eu vou trabalhar em conjunto com a Câmara, é claro. Aqui, o Senador Reguffe falou: “Não, nós temos que ter mais alguns temas”. Nós temos que ter mais alguns temas, mas nós temos que ter também o foco de saber que qualquer reforma política tem que passar nas duas Casas. Então, não podemos, em tese, criar uma posição completamente antagônica num primeiro momento.

É claro que a Comissão de Reforma Política funcionará até outubro. Então, nada impede que, depois de focados projetos que venham para 2016 e 2018, nós tenhamos, em tese, a discussão de forma de eleição, de parlamentarismo, como quer o Senador Ronaldo Caiado. Nada impede que tratemos dessa questão.

O fim das coligações proporcionais está apresentado nos itens 7 e 8. Eu construí uma forma de, não acabando as coligações – V. Ex^a não havia chegado ainda –, computar apenas o voto dos partidos nos itens 7 e 8. Isso não cria a inconstitucionalidade, porque a Lei Orgânica dos Partidos diz que ele é livre para formar as coligações. Em tese, nós discutimos com o Supremo. Isso pode ser entendido como uma restrição, somente coligações majoritárias. Mas alguém pode conceder liminar, entendendo que pode ser coligação de qualquer jeito. Então, em vez de proibir coligação... É no sete? Aliás, no quatro e cinco. Em vez de proibir coligação, faz a coligação, mas, na hora de computar os votos para eleger, só contam os votos do partido. Qual a diferença do quatro para o cinco? É que no quatro só contam os votos do partido, quem fizer o coeficiente, e começa a fazer o resto e, no cinco, só contam os votos do partido e depois, na sobra, os outros partidos que não atingiram o coeficiente também participam da divisão. É uma questão mais democrática o projeto do Senador Jorge Viana. Portanto, nós temos aqui, em tese, caminhos para discutir e aprovar o que for decisão da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Essa tese inclusive – já tive um projeto relatado pelo Senador Aloysio – facilita a vida dos partidos que têm identidade, que querem começar e não alcançam o coeficiente, pois não vão ter perda de voto. Eles vão alcançar o coeficiente na sobra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Há uma coisa que considero interessantíssima, estou muito à vontade para falar, porque não foi proposta minha, mas eu gostaria até de tê-la apresentado, porque eu acho interessantíssima – nós estamos falando de aprimoramento do processo político-partidário brasileiro e tudo que fortalecer partido, na minha avaliação, é bom – é essa ideia de que só participará do rateio dos recursos do Fundo Partidário o partido político que constituir diretórios permanentes em pelo menos metade

dos Municípios brasileiros. Isso é algo muito interessante, porque nós sabemos que boa parte dos partidos que estão aí... São nove mínimos. Então, você tem aí os cartéis.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Tudo em provisória.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É isto que eu estou dizendo: tudo em provisória. Eu acho que essa é uma exigência...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para que V. Exª saiba, todos os interlocutores com quem tratamos, com os quais levantamos esse aspecto, por unanimidade, acham que têm que pôr fim a esse número absurdo de partidos que estão em situação permanentemente provisória. Então, achar o termo adequado, o percentual...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, Eduardo Cunha está a participando dessas conversações também?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu queria registrar, por fim, que todos os projetos serão bem-vindos. O Senador Reguffe falou de apresentar projeto. Alguns projetos eu não trouxe ainda para não ter tudo de uma vez. Amanhã vou trazer. Por exemplo, sobre o pool de debates, o pool de debates em televisão, vou apresentar amanhã. Questão da pesquisa, de não haver pesquisa na última semana, vou apresentar amanhã. Instituto de pesquisa que trabalhar para partido não pode trabalhar para veículo de comunicação vou apresentar amanhã. Então, são questões que virão a mais. Quer dizer, é um processo que está começando hoje, mas que nós vamos debater aqui com profundidade.

E nós queremos, sim, uma reforma política profunda, agora, factível, para que a Câmara possa aprová-la também, porque eu estou aqui há três mandatos, já vivemos aqui várias reformas políticas – está aqui o Senador Valadares, que participou de muitas, bem como o Senador Tasso – e sabemos que, quando chega à Câmara, a Câmara não vota porque simplesmente é algo que ameaça os Deputados. A gente não quer ameaçar ninguém. A gente quer ajudar a construir uma nova face, uma nova visão da política brasileira, porque a população lá fora cobra dos partidos e dos políticos essa nova face.

Portanto, é isso que a gente pretende fazer aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Então, eu queria encerrar esta reunião agradecendo a presença de todos e convocando uma reunião para amanhã, às 14h30, para iniciarmos os debates desses projetos e de outros que o Senador Jucá trará.

Obrigado a todos. – Senador **Jorge Viana**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.)

Comissão Temporária, criada nos termos do Ato do Presidente nº 12, de 2015, destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 01 de julho de 2015, às 15 horas e 07 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Jorge Viana** (PT) e com a presença dos Senadores e das Senadoras: Fátima Bezerra (PT), Gleisi Hoffmann (PT), Reguffe (PDT), Lasier Martins (PDT), Romero Jucá (PMDB), Simone Tebet (PMDB), Garibaldi Alves Filho (PMDB), Sandra Braga (PMDB), Aécio Neves (PSDB), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), Tasso Jereissati (PSDB), Antonio Carlos Valadares (PSB), Lídice da Mata (PSB), Randolfe Rodrigues (PSOL), Fernando Collor (PTB), Magno Malta (PR), Marta Suplicy (S/Partido), Lúcia Vânia (S/Partido) e Donizete Nogueira (PT). Presentes também os Senadores não membros Hélio José (PSD) e Cristovam Buarque (PDT). Deixaram de comparecer os Senadores Humberto Costa, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Jader Barbalho, Edison Lobão, José Agripino, Ronaldo Caiado e Marcelo Crivella. Na oportunidade, foi aprovado Parecer pelo encaminhamento da Minuta nº 4 de Projeto de Lei. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião da Comissão Temporária de Reforma Política.

Cumprimento as Senadoras e os Senadores, todos os assessores técnicos que nos auxiliam, a equipe que se dedica a nos auxiliar na condução dos trabalhos desta Comissão e o nosso Relator, Senador Romero Jucá.

Eu queria informar a todos, pedindo desculpas, que nós tivemos um problema. Temos um conjunto de comissões funcionando na Casa e os espaços estão sendo disputados, mas a ideia é que funcione sempre na Comissão de Constituição e Justiça. Hoje houve uma falha de nossa parte. Eu assumo a falha. Vamos tentar corrigir isso para termos um local definitivo, com um horário definitivo, para que não tenhamos que sair

anunciando mudança de endereço. Esta Comissão é da maior importância, tem pouco tempo para trabalhar e ninguém pode ficar aqui caçando o local onde a Comissão está funcionando. Então, peço desculpas. Vamos tentar corrigir esse problema.

Vou passar a palavra ao nosso Relator. Ontem, nós tivemos a apresentação de 11 pontos. Em comum acordo com o Plenário, o Relator assumiu o compromisso de trazer alguns pontos novos hoje, mas a ideia é que comecemos a discutir os pontos apresentados ontem.

Eu passo, então, a palavra ao Senador Romero Jucá, para que ele possa conduzir, já que é o Relator, essa fase da reunião.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para registrar que eu pedi que distribuíssem mais três pontos – alguns dos que eu anunciei ontem –, mas não ficaram prontos. Nós entregamos para posterior discussão, não para hoje, porque hoje ficou pactuado que nós faríamos a discussão da priorização dos assuntos distribuídos ontem, entre os 11 pontos.

Mas nós estamos entregando hoje a Minuta nº 12, que diz respeito a uma solicitação que foi feita pelo Senador Benedito de Lira, de que o juiz de primeira instância não pudesse afastar um parlamentar ou um membro do Executivo eleito. Portanto, nós estamos aqui na questão do tribunal eleitoral. Por enquanto, é a questão do tribunal eleitoral.

Essa proposta está sendo entregue e eu estou analisando a questão no que diz respeito à Justiça Comum, na questão de improbidade, que é outro aspecto que pode ser discutido ou não, mas eu não estou com essa proposta pronta ainda por conta, exatamente, das repercussões jurídicas.

A segunda minuta, a Minuta nº 13, diz respeito a uma limitação. Eu acabei de receber uma contribuição do Senador Tasso Jereissati, que pretende a fixação de valores como limite de doação, mas eu vou fazer uma análise ainda porque o valor é geral, de R\$800 mil para campanhas no Brasil. E nós vamos fazer um estudo dessa questão, se podem ser valores fixos ou valores variáveis por região, por número de eleitores etc. Esse é um estudo que eu pretendo fazer, ou melhor, já estou fazendo. Então, vou agregar a contribuição do Senador Tasso Jereissati. Não vou distribuir hoje, mas trarei, posteriormente e rapidamente, uma discussão sobre essa matéria de forma mais detalhada.

Inclusive, quero registrar que eu terei hoje, no final da tarde, uma reunião com o Deputado Rodrigo Maia, que é o Relator dos projetos na Câmara. E alguns projetos na Câmara que não foram discutidos ainda nós iremos discutir em conjunto; portanto, fazendo o trabalho dentro daquele espírito que foi pactuado quando da reunião na residência do Presidente Renan Calheiros, com o Eduardo Cunha, com o Rodrigo Maia e com os membros da Comissão.

Mas a Minuta nº 13 pretende que as doações de uma só pessoa jurídica não poderão exceder a 7% do total de gastos da campanha de cada candidato. Ou seja, a limitação específica um volume para não ter um doador que seja dono de um candidato, portanto fazendo uma doação majoritária e efetivamente podendo, de certa forma, ter uma ascendência maior sobre o parlamentar. Então, a 13 está distribuída também.

E a Minuta nº 14 é uma contribuição do Senador Antonio Carlos Valadares, que pretende colocar em discussão, dentro daquela linha que nós tivemos anteriormente, a questão de a coligação contar apenas no partido para a questão do coeficiente. E o Senador Valadares introduz a figura da federação de partidos, com um tempo mínimo de quatro anos para que a federação possa, de certa forma, funcionar como partido.

Então, já está distribuída também. É um assunto que nós teremos. Alguns partidos defendem essa posição. Então, eu considero legítimo que a gente possa fazer, no momento certo, o debate dessa questão e, portanto, colher a posição da maioria.

Distribuídos esses três projetos, eu quero registrar que eu fico devendo alguns pontos que eu mencionei na reunião de ontem. A questão da cadeia de rádio e televisão, da rede. Nós estamos discutindo com a Abert para tentar construir uma solução que efetivamente... O debate, a cadeia do debate. Nós estamos trabalhando nessa questão.

E, quanto à questão das pesquisas, nós também estamos discutindo a profundidade jurídica e estamos também conversando com alguns setores da área de pesquisa, exatamente para construir uma colaboração em sintonia, para que não seja apenas um texto, de certa forma, desarticulado da realidade do dia a dia das campanhas.

Portanto, esses dois pontos eu trarei posteriormente, mas estamos trabalhando nesses aspectos.

Dito isso, acho que o Senador Aloysio queria usar a palavra, mas a gente, como combinado...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Queria me inscrever também.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... iríamos discutir a questão de qual é a prioridade dos onze pontos para iniciar a discussão. Isso vai ser conduzido pelo Presidente.

Volto a dizer que, para todas as Senadoras e Senadores que quiserem encaminhar sugestões, questões, nós estamos à disposição para que nós possamos conduzir esse processo de debate, ajustando as propostas e distribuindo a toda a Comissão, para que possa ser discutido rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço o nosso Relator.

Temos inscritos: Senador Aloysio Nunes e Senador Reguffe...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... Senadora Lídice e Senadora Marta. Senador Aloysio Nunes, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, meus caros colegas, nós estamos premidos pelo tempo e também desafiados a apresentar soluções que afetem pontos importantes do nosso sistema político eleitoral.

Essas duas condicionantes exigem muita objetividade por parte da condução dos nossos trabalhos. Na minha opinião, Sr. Presidente, nós deveríamos nos concentrar, inicialmente, sobre temas que, pelo menos aparentemente, têm maior condição de agregar apoios em torno deles.

Pelo que eu ouvi aqui na Comissão e ouvi também no plenário, nas conversas com os nossos colegas, e levando em conta a importância dos temas, eu selecionaria, como pontos prioritários, em primeiro lugar, primeiríssimo lugar, o tema das coligações nas eleições proporcionais. Para mim, parece absolutamente essencial, porque as coligações, nas eleições proporcionais, acabam acarretando uma série de inconvenientes, inclusive a distorção entre a vontade do eleitor, o resultado e a sua materialização em cadeiras. Isso me parece absolutamente essencial.

E o nosso Relator apresentou uma fórmula engenhosa. Se não for possível irmos direto ao ponto, acho que a fórmula que o Senador Romero Jucá apresentou é engenhosa, inclusive com a possibilidade de aproveitamento das sobras pelos partidos que não tenham atingido o quociente eleitoral, que é a ideia do Senador Jorge Viana. Esse me parece o primeiro dos assuntos.

O segundo assunto, que também tem uma profunda ligação com ele, é a aplicação do princípio “cresça e apareça” para acesso aos tempos de antena e ao fundo partidário. A proposta que o Relator apresentou me parece uma proposta prudente, uma vez que é uma proposta escalonada, que parte de um patamar mínimo, que não exclui ninguém, ou pelo menos aqueles que elegeram ao menos um parlamentar federal estariam contemplados com uma fração desses recursos, e, assim, vai subindo o nível de exigência quanto à representatividade para participações maiores.

Na minha opinião, Sr. Senador, há outros temas absolutamente fascinantes, relevantíssimos, mas que envolvem questões constitucionais delicadas.

A questão de financiamento de campanha, só para terminar, penso que deveria ser logo me seguida, porque é um tema sobre o qual precisamos nos pronunciar, seja a favor, seja contra, mas não podemos passar sob silêncio esse tema.

Algumas outras questões são muito delicadas do ponto de vista constitucional ou político. Por exemplo – e a respeito falava agora com o Senador Reguffe –, eu adoraria discutir e gostaria de votar sobre sistema eleitoral. Sou distritalista; quero votar. É importante que eu vote, ainda que não ganhe, mas quero votar.

Ainda, outros temas. As nossas colegas mulheres têm também a sua reivindicação de uma certa preferência no número de cadeiras. Contudo, são questões que, no meu entender, poderiam ficar para uma segunda etapa, dada a complexidade política e constitucional desses temas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Vamos ouvir agora o Senador Reguffe.

Antes, porém, quero agradecer, porque entendo, na condição de Presidente, de cumprir esse papel aqui, que o ideal é que, nas manifestações, já que V. Ex^{as} receberam ontem onze propostas, se agrupassem em temas sobre os quais deveríamos nos debruçar na busca do entendimento razoável para que já os encaminhássemos ao Plenário, negociado com a Câmara.

O Senador Aloysio colocou a questão das coligações, falou do acesso a fundo e tempo de TV com a história da escadinha, e, obviamente, há aquela outra história também, que é de uma cláusula de barreira, mas que dá oportunidade aos partidos – e precisamos enfrentamos esse tema, trabalhando em prol do fortalecimento dos partidos –, dos partidos eternamente provisórios. Precisamos encontrar um meio termo: se não é 50% dos Municípios...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Fora do microfone.) – É de 30%...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sim; é de 30%, mas eu falava hoje com o Senador Jucá para agregar isso. Você fortalece os partidos e tira dessa situação, porque virou um negócio manter partido provisório, com suas comissões provisórias nos Estados e Municípios.

Mas, enfim, acho que é método interessante a opinião dos colegas e também uma sugestão de que temas poderíamos separar como aqueles sobre os quais se poderia chegar a um consenso mais facilmente.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, primeiramente, eu queria fazer um questionamento.

Apesar de ser uma comissão temporária, podemos protocolar também propostas? É possível protocolar formalmente propostas?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não tenho dúvida, porque eu, na condição de Presidente, e o Senador Romero Jucá, como Relator, é aquilo que o Senador Aloysio colocou, nós queremos ter... Na questão de financiamento do sistema, por exemplo, nós temos de ter...

O que a Presidência vai fazer é tentar trabalhar os temas sobre os quais há uma possibilidade maior de consenso, mas isso não exclui a apresentação de propostas por um colega ou outro, que possam inclusive aqui, numa intervenção, nos convencer a incluir aquele tema.

Então, V. Exª terá o direito, a Presidência recepcionará e encaminhará para uma posição do Relator, para, em seguida, submeter à discussão do Plenário.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, eu vou protocolar, de hoje para amanhã, sete propostas objetivas sobre a questão da reforma política e eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ouviu, Presidente Jorge Viana?

Eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento. Qual é a minha sugestão? Eu considero que a reforma política não deve ser algo feito para a próxima eleição, pensando só em 2016, pensando em valer para a próxima eleição. Nós temos que fazer uma reforma política que seja um projeto de um sistema político para o País que seja duradouro, permanente, e não apenas algo para a próxima eleição. Então, quanto a essa pressa de ter que votar alguma coisa para que valha para a próxima eleição, eu acho que nós temos é que fazer uma boa reforma política para o País, para o futuro.

Então, eu até acho que nós podemos começar com temas que foram colocados aqui. Eu só queria que houvesse o compromisso de que os outros temas também vão ser debatidos e votados, mesmo que seja após o recesso, mesmo que seja em agosto, setembro, outubro, mas que esta Comissão não se encerre sem também debater os outros temas, mesmo que seja, como disse, em setembro, em outubro; enfim, que haja um debate, uma votação também sobre os outros temas.

Poder-se dizer: "Ah, mas a Câmara já não aprovou", ou ainda, "não se vai conseguir aprovar na Câmara", mas a nossa contribuição para a sociedade não é só o que é aprovado. Às vezes, no nosso debate aqui, nós geramos uma consciência crítica, uma massa crítica na sociedade que pressiona alguns parlamentares e, desse modo, num ponto futuro, nós conseguiremos aprovar alguma coisa.

Ainda mais: o Senado é diferente da Câmara. De repente, o Senado pode ter uma posição sobre reforma política mais progressista, no sentido de mudar o nosso sistema político. Nós podemos ter uma...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... reforma política diferente, até porque eu, não só como parlamentar, mas como cidadão, não considero que o que a Câmara fez foi uma reforma política.

Então, eu vou protocolar essas sete propostas que eu gostaria de ver serem debatidas. Se isso vai ser depois do recesso, para mim, não há problema; só quero que sejam debatidas e votadas.

Com relação às propostas colocadas aqui pelo Senador Romero, com algumas eu concordo, com outras não concordo. Vou debater cada uma delas no seu tempo devido. Quero apenas dizer que, na questão do financiamento, eu sou contra financiamento de pessoa jurídica; não acho que isso seja positivo. Contudo, também vou debater esse tema no momento apropriado.

Há algumas questões que eu acho importantes, como essa, por exemplo, de limitar esses acessos a tempo de televisão, a fundo partidário, porque eu acho isso é um avanço. E, repito, vou discutir cada uma delas no tempo apropriado.

Só queria ter o compromisso da Mesa de que os outros temas, que eu considero importantes para este País, independentemente se vão passar ou não, sejam também objeto de debate aqui, porque nós não podemos pensar em fazer uma legislação só visando a 2016 ou só visando o que a Câmara aprovou. Nós temos que criar uma legislação duradoura e permanente, que é o de que o País precisa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado. Cumprimento V. Ex^a e pode ficar certo de que recepcionaremos aqui as proposta que V. Ex^a apresentar.

Senadora Lídice da Mata; depois, Senadora Marta e Senador Lasier.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, caros Srs. e Sr^{as} Senadoras, eu também gostaria de me pronunciar sobre as prioridades, mas também vou usar o tempo para pedir explicações sobre algumas questões sobre as quais fiquei em dúvida, além de outras propostas.

Eu creio que a prioridade nós devemos dar, claro, para debater os temas que possam impactar diretamente sobre as eleições de 2016, o que não quer dizer que nós não tenhamos um plano de trabalho maior, mais largo, pensando, inclusive, no que é mais ambicioso e naquilo que vai impactar para 2018 e posteriormente.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu acho que a questão do financiamento é fundamental que entre na discussão. Nesse mesmo contexto de financiamento, eu colocaria a diminuição do custo da campanha, a respeito do que nós já fizemos algumas pequenas reformas que vão impactar no pleito de 2016, mas sobre as quais nós podemos ainda aprofundar o debate para enxugar mais ainda a questão do financiamento eleitoral.

Nesse aspecto, acho que entra a discussão sobre o formato do programa de televisão que nós devemos ter. Eu acho que, com um formato diferente, com um formato próximo do que já tivemos no passado, nós poderemos avançar na discussão da diminuição do tempo de televisão.

O segundo ponto que eu acho que deve ter prioridade é, justamente, essa ideia do fim das coligações, a federação, que, no meu entendimento, está num bolo que eu chamo de redução do mercantilismo eleitoral, ou seja, um modelo que busque o fortalecimento dos partidos e, claro, a diminuição do mercantilismo das legendas eleitorais no período das eleições.

E, finalmente, nessa discussão do fortalecimento dos partidos, entra também a discussão sobre o fundo partidário. Embora eu não tenha tido a possibilidade de estudar ainda toda a tese do Senador Romero, não tenho dúvida de que a discussão sobre o fundo partidário é prioritária e urgente.

E, integrando essa preocupação sobre o fortalecimento dos partidos políticos, algumas propostas, porque eu penso que a discussão que fizemos ontem aqui, com o apoio do Senador Aécio, do Senador Tasso Jereissati, sobre a questão do somatório do tempo de TV... Eu aproveito para dizer que o que entendi, do que o Senador Romero me disse é que já estava na sua proposta que trata de televisão a ideia de não haver soma dos tempos partidários, de todos os partidos, mas apenas da chapa majoritária. Eu quero propor que avancemos nisso, talvez diminuindo: o vice com 50% do tempo, para haver uma diferença em relação ao candidato mais importante, que é o candidato a titular do cargo principal no Executivo; idem para o candidato a Senador em relação ao seu suplente; e assim por diante.

E, ainda sobre essa questão do fortalecimento dos partidos, Presidente, eu queria também dizer que considero muito importante aquela proposta feita originalmente pelo Senador Walter Pinheiro, mas considero que é uma meta a ser alcançada, mas uma meta difícil para iniciar. Nós podemos chegar a 30% com facilidade e, assim, ter nos 30% uma meta respeitável que todos podem vir a cumprir.

E, por ultimo, eu tenho um projeto que queria saber se devo apresentá-lo, porque foi um projeto em que eu coloquei, Senador Aloysio Nunes, para quem não é candidato de governo, como é o meu caso – e até por isso me refiro a V. Ex^a, que também não foi –, a ideia do tempo de desincompatibilização, que é uma coisa muito importante. O uso direto da máquina pelo candidato propriamente dito estabelece regras muito diferenciadas entre os candidatos, seja ele candidato a prefeito ou ao que quer que seja.

Então, eu acho que nós devemos estender esse prazo. Um secretário não pode ficar até seis meses antes da eleição no cargo de secretário, utilizando-se do orçamento do Estado e o organizando de acordo com a sua vontade como candidato, seja ele um secretário que depois virará candidato a prefeito ou candidato a deputado, ou que virará candidato a governador, ou mesmo a Presidente da República, a Ministro... Portanto, eu acho que nós devemos ampliar esse tempo, fazendo com que a data de abril, tal como é hoje, na verdade, se encerre em dezembro do ano anterior, o que, embora dê menos de um ano, resulta num tempo maior.

E queria, com essa mesma preocupação, dizer que concorrem, além daqueles que são presidentes de clube e que têm condições específicas, também aqueles que usam do tempo do rádio ou de televisão por terem programas de rádio ou de televisão; e, assim, concorrem em situação desigual com o político comum, digamos assim. Para eles também, na minha opinião, deveria haver um tempo de desincompatibilização maior...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Fora do microfone.) – Hoje, quanto tempo é?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Hoje é na data da convenção.

A partir da convenção e, a partir do momento em que é candidato, ele passa a não poder mais.

Não é assim?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Fora do microfone.) – Radialista.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O radialista é.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O radialista, o apresentador de televisão. Assim, eu acho que nós deveríamos ver de que maneira se pode estender. É claro que virá o argumento de que só naquela data é que ele é candidato, mas vamos debater.

V. Exª é conhecido pela criatividade. Eu acho que deveria, inclusive, dirigir um programa de economia criativa, que é uma vertente importante para o desenvolvimento do País.

Eu gostaria, portanto, que pudéssemos estudar uma forma de ter uma situação de proteção maior, digamos assim, dessa circunstância.

E, ainda, Sr. Presidente, gostaria de saber se nós teremos um prazo para podermos apresentar outros projetos que não estão contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida, Senadora Lídice. É como informei ao Senador Reguffe ainda há pouco.

Senadora Marta.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Em relação às coligações, eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós vamos ouvir a Senadora Marta e o Senador Lasier e, em seguida, passamos para o Relator, porque estou tentando ouvir sempre um número maior de colegas Senadores e Senadoras.

Ouvimos um bloco de cinco, o Senador Jucá faz uma manifestação; seguimos com as inscrições se o nosso Presidente Garibaldi permitir a condução dos trabalhos nesse sentido.

Está autorizada.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu acho que é mais ou menos parecido todo mundo. Eu não sei se precisa fazer de cinco em cinco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Em relação às coligações, eu também concordo que é o prioritário do prioritário. Se a gente conseguir passar alguma coisa com bom senso nisso, já valeu a reforma.

Há duas possibilidades no final de distribuição. Não tenho certeza e acho que vamos ter que avaliar e ter uma discussão mais aprofundada sobre o que se faz com as coligações, com o que sobra. Eram duas possibilidades. O Senador Aloysio mencionou uma, mas acho que tem a outra; não tenho certeza. Gostaria de aprofundar e de ouvir o Relator a respeito.

A outra questão, se não me engano, foi o Senador Blairo Maggi quem apresentou – o financiamento privado até 7%.

Foi alguém?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu apresentei hoje – e, portanto, ela não entraria em discussão hoje – a proposta de que, na questão do financiamento privado, haveria um limite, por empresa, por candidato, de até 7% da campanha do candidato como uma forma, efetivamente, de não haver uma empresa doando, por exemplo, 80% dos recursos do candidato e, portanto, aquela empresa se intitulando ou transparecendo que pode ser a indutora do procedimento... Como bancou o candidato, seria a indutora dos procedimentos do candidato.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas, no entender de V. Exª, poderia somar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Como?

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – No entender de V. Exª, poderia ser uma empresa com teto... Por exemplo, vamos dizer que o teto seja sete, como ele pôs. Mas sete de uma empresa, cinco de outra, outra dá quatro...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Cinco de uma, quatro de outra. Não se pode ter dez, 20 ou 30%...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas, talvez, devêssemos ter um teto dessa somatória.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não; veja bem: na verdade, como a Câmara não votou ainda essa matéria, ela não está completamente construída nem a gente também...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas a gente vai construir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É; vou fazer uma digressão sobre a questão do financiamento.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu sei. Mas, Senadora Marta, só um parêntese: ao que consta V. Exª ainda não apresentou esse tema aqui na Comissão; não é isso?

Só para ficar claro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. Eu entreguei hoje a emenda que limita em 7%, mas não é para discussão hoje.

Como é que está sendo a dinâmica? Cada dia que eu apresento uma emenda, a gente discute na reunião seguinte, porque não adianta eu entregar uma emenda e as pessoas não terem tempo de avaliá-la. Então, a gente combinou, na reunião de ontem, que hoje nós escolheríamos, entre os 11 pontos distribuídos ontem, uma matéria para discutir e para poder...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu me apressei, mas talvez gostássemos que V. Exª trouxesse mais elaborado...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Vou trazer mais elaborado, é claro.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – ... porque achei que ficou muito no ar.

Então, foi o Senador Blairo que trouxe essa sugestão de 7% de teto?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não; eu trouxe e o Senador Tasso entregou uma proposta, agora à tarde, no sentido de que houvesse um limite, por empresa, de R\$800 mil para doação geral.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas eu fiquei tentando entender por que 7% e não 10%; que critérios nós vamos usar. Ficou um pouco...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu coloquei 7% porque é um valor que, em tese, é menos de 10%; portanto, é menos do que 1/10, ou seja, é algo palatável, que se dilui na campanha do cidadão. Pode ser cinco, pode ser oito, pode ser 10, pode ser 15...

Eu coloquei um número que acho razoável.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Em relação às considerações feitas sobre a diminuição do custo, eu quero parabenizar, porque acho que foi bem restrito. Houve restrição de todo tipo para a campanha. Até boneco, em São Paulo a gente usa menos boneco.

Então, restringe ali e aqui, e acho que isso vai diminuir bastante os custos. A pirotecnia também, tudo isso, acho que está bem feito na questão do custo. Se restringiu o financiamento, vai baixar de qualquer jeito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Se baixar o custo, baixa o financiamento.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Em relação à Lei nº 9.096, que é a que trata dos recursos do Fundo Partidário e da propaganda partidária em rádio e televisão, eu acredito que está um pouco pesado, porque os partidos têm que constituir diretório permanente em mais da metade dos Municípios brasileiros.

São cinco mil e poucos Municípios. Quero saber do Senador do Acre como seria isso. Em um Estado como São Paulo é difícil, mas você tem como chegar de forma fácil. No Amazonas, como vai fazer em relação a todos os Municípios. Isso está muito forte. Acho que eu diminuiria para vinte ou trinta, teria que ser uma coisa mais razoável.

Em relação à propaganda partidária, o partido político que constitui diretório estadual permanente em mais da metade das unidades federativas, também a mesma coisa. Mais da metade eu acho difícil conseguir.

No estadual, ter diretório municipal permanente em mais da metade dos Municípios. Acho muito boa essa questão de tentar limitar os diretórios provisórios, que é realmente algo que não funciona, é equivocado. Mas 50% num primeiro momento talvez seja difícil. Eu iria mais devagar.

O último acho bom. O diretório metropolitano tem que ser permanente. Acho que isso procede, porque numa capital, se você não consegue fazer, que partido é esse.

Nós temos a questão das mulheres. Nós nos reunimos com as Deputadas, mas está vindo a proposta que foi acordada, já formulada de outra forma. Quando chegar, aí eu apresento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos ouvir então o Senador Lasier.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Desculpa, faltou um. Isso é para discussão.

Foi pensada a diminuição do horário maior de televisão. Acho ótima ideia, porque realmente é chato, as pessoas não gostam de ver e acaba resultando o contrário.

Foi proposto um aumento do tempo das inserções. Se não me engano, um aumento de 30 para 40, mais 10 minutos. Essa é uma questão que eu gostaria de discutir com os colegas. Está de trinta segundos a um minuto. Trinta segundos só lembra que você existe. Um minuto dá um pouquinho mais. Será que não podíamos manter 30 inserções e aumentar as possibilidades à escolha da pessoa? Para 30, 60 ou um minuto e meio, uma coisa assim. Porque, de repente, para quem não é conhecido...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O problema é o seguinte: é até 60 segundos.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Estou querendo aumentar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Há campanhas que escolhem fazer teasers de 15 segundos e repetem mais de um.

Qual é o problema? O problema é que quando você põe mais de um minuto, você cria problema no break da televisão. Porque, como as grandes empresas de comunicação são redes, às vezes a propaganda eleitoral é entremeadada de comerciais nacionais; e, às vezes, esses comerciais são vendidos. Você não tem, por exemplo, um minuto e meio, dois minutos de espaço seguido para entrar de uma vez só.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Senador, não tem no horário nobre, mas tem em outros horários. Então, eu aumentaria talvez para a pessoa poder escolher o que ela deseje. Se ela deseje 30, 60 ou um e meio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Senador Romero...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senadora Marta, o horário de inserção é sorteado e a sequência é obrigatória e sorteada entre 15 segundos, 30 segundos e um minuto, e é colocado na programação para toda a campanha.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Então, não pode; é igual.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Senadora Marta, Senador Romero, penso que esse tema tem que ser um dos mais aprofundados, porque toda a corrupção e emprego de caixa dois que ocorre em campanhas eleitorais acontecem com o uso da televisão. Isso porque é algo caro: a produção é cara, o marqueteiro é caro.

Um cara vai para uma campanha majoritária e o marqueteiro cobra dele R\$15 milhões para fazer uma campanha com televisão e tudo. Esse cara não tem salário para isso. Se ele for milionário, ele não tira do dele. Sai pedindo por aí, para, depois que a eleição passou, tomar na cara.

E as televisões hoje exigem qualidade, por conta do equipamento delas. Se eu pudesse fazer minha campanha com uma câmera, sentado lá em casa, à mesa, eu faria, porque eu sei o que eu vou falar. Eu não precisaria nem de teleprompter, porque eu sei o que eu vou falar e o que eu quero falar; porém, eles não querem. A fita é cara, a qualidade do equipamento... Eles não aceitam qualquer um.

Então, eu acho que esse tema de televisão, Senador Jorge, precisa ser aprofundado, debatido, porque a corrupção das campanhas vem exatamente daí.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu terminei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Lasier.

Em seguida, passamos a palavra ao Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Acho que o Randolfe quer falar também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Randolfe já está inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Assim, a gente conclui e toca.

Vamos deixar todo mundo falar, aí a gente conclui e entra no operacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos ver.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos tentar agilizar e ouvir com atenção os colegas Senadores.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Jucá ontem nos trouxe aqui 11 temas. Hoje, trouxe mais três, totalizando 14. A Senadora Gleisi, ao abrir os trabalhos, nos trouxe mais um: 15. A Senadora Lídice apresentou o seu. O Senador Reguffe tem três ou quatro.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sete.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sete. Daqui a pouquinho, amanhã, já estaremos com 30. Isso está nos preocupando muito, Senadores, porque nós estamos nos enredando em um mundo de propostas, e isso vai prejudicar o trabalho objetivo e proveitoso para essa reforma. Eu disse aqui ontem, repito e vou repetir a semana toda: a sociedade brasileira espera muito da reforma política. Já se decepcionou com o trabalho da Câmara, que não foi bom, muito limitado, cosmético. Então, o que eu queria dizer, Senadores, Presidente e Relator, é que nós precisamos de uma definição do que é realmente prioritário. Nós vamos nos perder em uma barafunda de projetos em quinze dias. Então, precisamos de um plano de trabalho, de uma relação que acho que não pode passar de quatro, cinco ou seis, no máximo, dos principais.

Entre eles, é indispensável colocar o financiamento, as doações. Inclusive, estou trazendo hoje a proposta da Bancada do PDT no Senado. Reunimos a Bancada. Os seis Senadores do PDT no Senado concordaram com relação ao critério de doação por pessoa física, com limite, podendo também o candidato entrar com recursos próprios até um certo limite, que está na nossa proposta, que foi protocolada hoje, sem doação de pessoa jurídica, que é a fonte da corrupção, comprovadamente, escancaradamente perceptível agora na Lava Jato.

Então, esse item, Senador Jucá, deveria ser o primeiro, porque nós estaríamos dando a resposta ao grande clamor que se ouve. Em qualquer lugar em que se discuta política, o eleitorado é o que mais discute e o que mais diz: tem que mudar o sistema de doação, porque ele é corruptor. Não há uma fórmula mágica, mas há algumas que evitam mais a irregularidade. A doação de pessoa física com limite, mais o fundo partidário, já melhoram a coisa.

Como disse o Senador Aloysio, um segundo ponto prioritário é o das coligações. Nós precisamos regular. O Senador Magno Malta lembra muito bem que é uma outra fonte de corrupção o uso da televisão e do rádio. Custa fortunas a preparação da propaganda.

Então, o que eu queria sugerir é que V. Ex^a, junto com todos os colegas aqui, definisse. É louvável o seu trabalho. Eu só imagino o tempo que o Senador Jucá está dedicando para trazer aqui, como trouxe ontem, 11 propostas, para trazer mais três hoje e, como ele mesmo disse, trazer mais quatro ou cinco amanhã.

Todavia, Sr. Presidente, isso não nos leva à objetividade. Nós vamos nos embrenhar nisso e não vamos conseguir fazer uma boa reforma.

Nós precisamos – estou concluindo – selecionar três, quatro ou cinco pontos e já dar uma satisfação convincente à população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Lasier.

Nós podemos, então, como todo mundo está com o espírito de colaborar, seguir ouvindo mais Senadores. Temos aqui a Senadora Sandra e a Senadora Gleisi.

Senadora Sandra Braga, por favor. V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de falar exatamente sobre o que o Senador Lasier acabou de falar.

Acho que precisamos rever a metodologia – como sermos mais diligentes, como sermos mais objetivos –, porque, na primeira reunião, nos foi colocado o seguinte: “Nós vamos eleger poucos itens.” Lembro-me bem das palavras do Senador Tasso Jereissati, que dizia: “Não adianta ficarmos com um leque muito grande de itens, porque nós não vamos conseguir fazer uma análise tão profunda.” Acho que estamos fugindo um pouco disso.

Nós precisávamos novamente redefinir a nossa metodologia para o nosso trabalho render e conseguirmos realmente cumprir o nosso prazo até o dia 17 de julho.

Eu gostaria de falar do item 1, do Projeto nº 1, que trata da cassação do candidato, no caso, e haveria uma segunda eleição.

Nós estamos falando muito de custos. Preocupa-me fazer uma terceira eleição. O custo de uma eleição... Imagine um governo de Estado ter que fazer uma terceira eleição, envolvendo todos os Municípios! Acho que temos que pensar sobre isso, porque não sei se esse seria o caminho.

Nós estamos trabalhando para diminuir o custo da campanha, mas estamos propondo aqui uma outra campanha, uma outra eleição. Vamos supor que haja um processo que seja votado seis meses antes de terminar o mandato do candidato. Vamos fazer uma eleição seis meses antes de uma nova eleição? Tudo isso me preocupa. Acho que nós temos que pensar melhor a respeito disso.

A outra questão sobre a qual eu queria falar e que o Senador também acabou de abordar diz respeito ao programa de TV. Nosso foco é diminuição de custo. Foi dito isso pelo Presidente Renan na primeira reunião, na reunião de abertura. Televisão custa muito caro, é um dos custos mais caros da campanha. Então, nós temos que nos dedicar a diminuir esse custo. Eu sei que já existem propostas aqui, mas não sei se isso é suficiente para que possamos diminuir, cada vez mais, o custo dessa televisão, os preços que nos colocam. Cada vez mais, a qualidade é melhor, mas o preço também fica maior, o custo fica maior.

Então, eu queria chamar a atenção para essas três questões. Não sei se nós faremos uma avaliação sobre essa questão que coloquei referente ao Projeto nº 1, mas quero deixar essa preocupação.

Nós estamos querendo cortar o custo, mas estamos propondo aqui mais uma eleição que teria mais custo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senadora Sandra.

Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

Sr. Relator, na realidade, eu queria fazer aqui uma sugestão bem prática, metodológica.

É claro que gostaríamos muito de iniciar pelos temas que são mais expressivos e sobre os quais eu acho que a população espera a nossa resposta, como financiamento de campanha, propaganda em rádio e TV. Mas eu não sinto que tenhamos acúmulo hoje para conversar sobre isso.

Então, escutando o Senador Lasier, o que acho que poderíamos fazer hoje? Definir qual é o tema que vamos discutir na próxima reunião.

Por exemplo, eu proporia – poderíamos ouvir todos os Senadores – que tratássemos de coligação partidária, fidelidade e janelas. Por que estou dizendo isso? Precisamos nos preparar um pouco para esse debate e ouvir os nossos pares. Por exemplo, eu tenho que fazer uma discussão na nossa Bancada, conversar um pouco. Há muitas coisas sobre as quais nós tínhamos propostas definidas e que vamos mudar. Estou, de certa forma,

representando aqui uma posição. Se não for esse tema, pode ser outro. Mas eu queria, se formos fazer reunião amanhã, que viéssemos com o tema definido, para que todo mundo estivesse preparado para isso.

E queria fazer uma sugestão para hoje, porque eu também acho importante, Senador, que a gente tenha resultado, que a Comissão feche cada reunião aqui e diga: "Nós aprovamos isso, isso e isso".

Eu queria fazer uma sugestão, que eu acho que é onde está amadurecido, que nós podíamos ter um resultado de hoje, a proposta número 1, que é a questão do registro de cassação de diploma ou perda de mandato, que é extensão do tratamento que a Constituição dá à Presidência da República e aos demais cargos, que V. Exª apresentou. O item 9, que fala sobre a uniformização de prazo para desincompatibilização de agentes públicos, e aí eu acho que essa proposta que a Marta colocou, não sei se foi a Marta ou quem colocou, aqui, de radialistas, para a gente poder também já fazer o debate junto. E queria, por último, que eu acho que está bastante avançado, porque já foi objeto de um acordo, que a gente acertasse os projetos da quota feminina, tanto aquela PEC que V. Exª apresentou como esse projeto que eu apresentei, que é igual, é absolutamente igual, só que é um projeto de lei complementar. Nós, inclusive, havíamos combinado que, se não desse a PEC, seria o projeto de lei complementar.

Então, a gente podia fazer um esforço, Senador Jucá, Presidente, de definir qual é o tema que nós vamos discutir amanhã, para que as assessorias possam preparar, para que a gente possa combinar. Eu acho que nós vamos ter, assim, mais produtividade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Ouvindo os Senadores e Senadoras, ilustre Relator, nós chegamos à conclusão de que, efetivamente, nós temos que ter uma pauta para as próximas reuniões.

Por exemplo, o Relator já tem um projeto pronto, e todos que o leram acharam muito criativo, muito inteligente; é uma verdadeira obra de engenharia sobre as coligações. Esse projeto, que está pronto, está em nossas mãos, apresentado pelo Relator. Quer dizer, poderia ser, logo, uma próxima sessão, podemos discutir... (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Ótimo! Está bom! Então, eu vou parar, não adianta, porque todos já falaram o que eu ia falar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bom. Eu agradeço V. Exª.

O propósito da reunião hoje é apreciar os temas apresentados ontem.

O Relator está preferindo ouvir todos os colegas sobre os temas apresentados ontem; e ele vai sistematizar, daqui a pouco, pegando o apanhado geral, que temas a gente pode discutir e aprofundar e já ter alguma decisão a respeito.

Não é isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Lança em profundidade que eu chuto. Pode passar a bola. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente.

Então, como esse é o propósito, nós vamos terminar de ouvir mais alguns colegas – são poucos os que estão inscritos – e, depois, o Relator, tendo ouvido o posicionamento de todos sobre os 11 temas de ontem, vai ter um melhor juízo sobre como encaminharmos, objetivamente, pelo menos, alguns desses temas.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Fora do microfone.) – E, então, fazer um calendário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente, teremos que fazer.

Senadora Fátima não está aqui.

Senador Randolfe; depois, o Senador Donizete; e, em seguida, o Senador Garibaldi, que já está inscrito também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria cumprimentar primeiramente V. Exª, Senador Romero, pelo trabalho, pelo tempo que está dedicando para já nos trazer uma síntese.

Numa primeira análise do que aqui está, entre os PLs, projeto de lei complementar e a proposta de emenda à Constituição, eu não vi, Senador Jucá, e gostaria de saber onde V. Exª abordou, o tema da fidelidade partidária e o tema do financiamento de campanha.

Eu creio que seria necessário esta Comissão se debruçar sobre os dois temas, mesmo porque os dois foram tratados na Câmara e tenho compreensão totalmente antagônica sobre o que foi definido na Câmara em relação ao financiamento de campanha. Nós temos de estabelecer uma regra, no meu entender, no sentido do julgamento que está em curso no Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao tema da fidelidade partidária, a Câmara tratou a fidelidade lato sensu para todos os cargos, inclusive os majoritários, de modo divergente do que foi definido, inclusive, pelo Supremo, e criou um remendo, que eu não sei se é o mais adequado, de 30 dias.

Eu, assim, acho que nós temos que dar tratos ao tema da fidelidade partidária; resolver o tema fidelidade partidária.

Esta Casa, Senador Romero, Senador Jorge, resolveu, no ano passado, a questão das coligações proporcionais, aprovando uma proposta de emenda à Constituição que acabava com a coligação proporcional. Eu acho que é um dos instrumentos mais práticos para a reforma política e para o fortalecimento do sistema partidário brasileiro. E eu não vejo este tema tratado aqui.

Está tratado o tema do quociente eleitoral, enfim, está remodelado o tema do quociente eleitoral, mas eu sou favorável que nós insistamos no que eu considero mais coerente, para fortalecer o sistema político partidário brasileiro. Para termos partidos políticos fortes, não é aceitável que partidos políticos fiquem dependentes de coligações partidárias. Partido que é partido se prepara a cada eleição, monta a sua chapa de candidatos; outros pegam carona nisso, e é isso no que dá a vulnerabilização do sistema partidário brasileiro.

Gostaria de insistir que retomássemos o tema do fim da coligação proporcional, que esta Casa já definiu, e que fosse novamente apresentado e que insistíssemos com a Câmara. Temos que chegar a um acordo com a Câmara. A Câmara quer que nós votemos o que eles aprovaram e nós queremos que a Câmara vote o que já foi defendido aqui. Essa queda de braços entre as duas Casas não vai resolver; temos que chegar a um acordo, e eu creio que esta Casa já se manifestou sobre o fim da coligação proporcional. Portanto, reitero que insistamos e levemos à Câmara como a decisão desta Casa.

No mais, eu quero concordar com a proposta da Senadora Gleisi, para definirmos, além de incluirmos esses temas que já apresentei, a pauta e o calendário de votação na Comissão, relativamente a cada um dos temas aqui apresentados e desses outros, que não encontrei aqui mas considero fundamental a Comissão se debruçar sobre eles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado.

Mais uma vez a Presidência quer cumprimentar os colegas pela objetividade e pela colaboração.

Passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira; depois, vai falar a voz da experiência, o Senador Garibaldi, Presidente da Casa.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu sou novo aqui; estou chegando, mas penso que o primeiro tema a ser definido é o financiamento, porque já orienta a definição de outros temas. Se tivermos um modelo de financiamento, isso nos ajudará a definir algumas coisas para a frente.

Penso que a questão das coligações precisa ser retomada. Eu discuto a unificação das eleições. Não é uma prioridade, mas discuto essa questão.

Com relação às eleições proporcionais, considerando o modelo atual, do meu ponto de vista, é melhor que fique assim do que da maneira como a Câmara queria aprovar. É preciso discutir, porque existem propostas diferentes.

Rádio e TV. Na verdade, o rádio e a televisão são caros porque a gente quer contratar os papas. Tem muita gente boa que trabalha barato. E, quando se mede a relação custo/benefício, vemos que rádio e televisão não são caros, exatamente, como disse, se você avaliar o custo e o benefício disso. As pessoas querem contratar quatro ou cinco que existem no País, mas tem muita gente boa que trabalha mais barato. De qualquer forma, é uma questão a ser discutida.

Quanto aos temas duração dos mandatos, fidelidade e reeleição, para mim, devemos começar pelo financiamento, porque acho que ele ajuda a encaminhar na definição de outros pontos aqui a serem debatidos e mudados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Senador Donizeti.

Com a palavra o Senador Garibaldi; depois, o Relator, já que V. Ex^a é o último inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu acho que a voz da experiência aqui é a do Relator. Assim, prefiro ouvir o Relator primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, então, agradecendo a colaboração de todos, o Relator Romero Jucá, para que possamos tentar sistematizar o trabalho.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Quero pedir a atenção de todas as Senadoras e Senadores para a minha proposta de um encaminhamento operacional para que realmente consigamos fazer as coisas.

Já tivemos a primeira reunião, quando cada Senador e cada Senadora teve a possibilidade de marcar seu posicionamento político, indicar suas questões. Nós distribuimos as 11 primeiras propostas; na segunda reunião, mais três. Algumas não estão prontas ainda, porque algumas questões a Câmara está terminando de concluir,

e consideramos importante que haja uma questão de colocação mais completa, até porque são temas muito sensíveis à Câmara. Portanto os sistemas precisam ser harmonizados no mínimo, senão não teremos resultado.

Então o que eu queria propor hoje.

Primeiro, quero dizer o seguinte: esta Comissão, que está prevista para terminar em outubro, se chegar outubro e não tivermos esgotado a discussão política do que queremos, ela vai continuar. Não há data para terminar. Ela será concluída no momento em que os membros entenderem que nós exaurimos o processo de discussão de um modelo político para o Brasil.

Então todos os temas serão colocados no devido momento. Não haverá cerceamento de nada. Portanto o Senador Reguffe, o Senador Donizeti, o Senador Randolfe, cada um poderá colocar a sua questão. Agora, se nós não nos focarmos na objetividade, efetivamente não vamos partir para fazer gol. Nós vamos ficar tocando bola, feito o time do Brasil, e seremos eliminados. É melhor jogarmos como a Argentina de ontem, que meteu 6 a 1 no Paraguai.

Dito isso, eu queria propor algumas questões operacionais.

Primeira, o Senador Aloysio levantou dois temas importantes que são objeto de textos prontos, distribuídos aos senhores e às senhoras: a questão das coligações proporcionais, dos itens 4 e 5, que eu queria propor que nós discutíssemos agora e avançássemos, logo após a questão do item 2, cláusula de barreira administrativa, com um texto pronto.

Se conseguirmos vencer esses dois pontos, nós iremos para outro ponto, que é a questão do item 6, a respeito da estruturação do partido no País: se são 30%, 40%, 20% ou 50%.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – De acordo, Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Dito isso, eu queria que o Presidente abrisse o debate e nós discutíssemos.

O item 4 e o item 5 referem-se à questão de saída para a eleição proporcional sem levar em conta o somatório de votos da coligação e sim a votação dos partidos.

Qual é a diferença do item 4 para o item 5?

É que, no item 4, os partidos somarão os votos e terão que fazer o coeficiente. Quem fizer o coeficiente fará depois o que chamam de rabo, o resto. No item 5, nós temos o coeficiente, depois, novamente o coeficiente. Quando não houver mais coeficiente, não dividirão as sobras somente os partidos que fizeram os coeficientes, e sim todos os partidos, segundo proposta do Senador Jorge Viana.

Portanto o item 4 e o item 5 estão em discussão. Eu queria ouvir a opinião das Sras e dos Srs. Senadores para que possamos fechar uma proposta e votar hoje.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Romero Jucá...

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Gleisi, depois Senador Garibaldi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – São dois temas importantes que temos condições de discutir, mas não sei se temos condições de esgotar hoje. Eu tenho algumas dúvidas e quero ouvir também os colegas.

Agora, seria importante definir, porque já prepara também a nossa assessoria, a Consultoria, a discussão, o tema da próxima reunião. Vamos discutir coligações? Vamos discutir tempo de TV na próxima? O que nós vamos discutir?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Se dependesse de mim, na próxima reunião nós discutiríamos os outros pontos todos...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, todos não dá. Desculpe, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ...porque são questões complementares: é tempo de TV, é gasto...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador, vamos discutir.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vai haver votação hoje?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, gasto, não!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Gasto de campanha.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, mas ainda está votando na Câmara.

Eu queria só o seguinte: vamos ter foco...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, mas eu tenho aqui proposta de diminuição de gasto de campanha que a Câmara não votou.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu sei. Então vamos discutir tempo de TV.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A Câmara não discutiu isso. A Câmara não discutiu gasto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria discutir tempo de TV, cota das mulheres. Dá para eleger. Se vencermos os temas entram outros, mas eu queria vir preparada para isso, porque não sei o que vai sair daqui na hora. E precisamos preparar minimamente os temas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi, depois Senador Reguffe. E depois Senador Valadares.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria apenas colocar o seguinte: está vencida a possibilidade, a extinção pura e simples da possibilidade de coligação sem com isso prejudicar o esforço dos colegas, inclusive do Relator, que está fazendo um trabalho exaustivo para acabar com as coligações de uma maneira indireta. Da maneira direta, não dá para...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Da maneira direta, é uma emenda constitucional. Essa emenda constitucional foi rejeitada. Nós a aprovamos aqui, e ela foi rejeitada na Câmara. Se nós fizermos a mesma emenda constitucional, a Câmara usará do artifício de não votar, neste ano, por conta da questão da discussão da mesma matéria de votação no mesmo exercício.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E a lei ordinária, Romero?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Portanto, eu construí uma alternativa que será votada por lei ordinária, que dá o mesmo resultado, com duas variações. Nós não proibimos o termo coligação, mas, na contabilização dos votos, contabilizamos por partido e não por somatório da coligação. Portanto, na prática, é como se a coligação existisse para fazer campanha, existisse como ente político para disputar eleição, mas ela não contaria votos somados, por exemplo, do Partido A com o Partido B. O Partido A vai ter os seus votos, vai somar o seu coeficiente, e o Partido B vai contar seus votos e o seu coeficiente. Essa é a diferença. É mais fácil de aprovar uma lei ordinária, ajustando essa questão da legislação proporcional com coligações, que aprovar uma PEC, como foi tentado na Câmara e já foi rejeitado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu queria apenas lembrar o seguinte: quando se verificar esse confronto com a Câmara, é preciso buscar alternativas como esta. Não deve ser só sobre essa questão que temos que lidar com essa barreira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Garibaldi. Senador Reguffe.

Informando aos colegas Senadores que chegaram, nós estamos debatendo os temas apresentados ontem pelo Relator...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Anexos 4 e 5 que dizem respeito ao mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e buscando posicionamento sobre o quarto e o quinto ponto, que tratam basicamente do mesmo assunto.

Com a palavra, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu vou tentar me restringir a esse tema específico.

Eu defendo como sistema eleitoral o voto distrital – inclusive, protocolei uma PEC nesta Casa que adota o voto distrital no Brasil –, mas, dentro do sistema proporcional que nós temos, eu considero positivo eliminar as coligações nas eleições proporcionais.

E, entre a 4 e a 5, eu prefiro a 5, que permite que todos os partidos possam disputar as sobras.

Esse é o meu posicionamento objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Obrigado, Senador Reguffe. Senador Valadares. Depois, Senador Lasier.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu acompanho, em gênero, número e grau, a opinião do Senador Reguffe, apoiando a sua proposta que, como eu disse, é uma saída inteligentíssima, inclusive para convencer a Câmara dos Deputados da viabilidade de, paulatinamente, nós conseguirmos, no futuro, dar um fim nas coligações. O item 5. Da forma como o Senador Romero Jucá redigiu, haverá, sem dúvida alguma, um desestímulo dos pequenos partidos para ingressarem nas coligações, porque, em primeiro lugar, só ganha quem tem voto, que é a regra principal do sistema proporcional...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – E da democracia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – E sem também extinguir a participação das minorias, porque as minorias, nesse processo, vão entrar quando se fizer o cálculo do regime das sobras.

Agora, como essa matéria, isoladamente, pode não ser um atrativo para que o Presidente da Câmara, por exemplo, venha a defender de corpo aberto – uma vez que ele se comprometeu muito com os pequenos partidos em função do distritão; a mesma coisa foi o PT, que queria derrubar o distritão; há uma espécie de calça curta, ou seja, de dificuldades políticas lá com os pequenos partidos –, eu quero sugerir ao nobre Relator e ao nobre Presidente, para resolver essa questão, uma vez que isso vai endurecer um pouco as coligações, só

as federações de partidos políticos, que as duas matérias fossem – não digo na mesma hora, mas logo depois – discutidas, que a federação fosse também colocada em discussão, porque a aprovação de uma depende da outra, eu não tenho a menor dúvida. Pelos contatos que fiz na Câmara dos Deputados, como já lhe disse, eles poderiam aceitar, porque teriam a desculpa da federação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Queria dizer ao Senador Valadares que se nós deliberarmos hoje a quatro ou a cinco... (Fora do microfone.)

... questão da federação, na próxima semana, se for votada a federação, será englobado ao trecho 4 ou ao trecho 5 porque se tratará de um partido na questão da representação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Na verdade, é um partido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Na verdade, será um partido que entrará na regra normal que nós estamos discutindo agora.

Então, uma coisa não impede a outra nem tira o mérito da outra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Amanhã não haverá sessão não?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A distribuição da federação conta como se fosse um partido único então.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Na proposta dele, que não será discutida hoje...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, entendi.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... ele pretende que possa haver uma federação e essa federação valerá por quatro anos. Portanto, durante todo o período do mandato em que alguém se eleger pela federação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Durante uma Legislatura.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... aquela federação será um partido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – E o quociente eleitoral...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, entra nessa regra do partido aqui na computação se for contar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, uma federação é igual a um partido?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Igual a um partido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas os partidos que integram a federação não perdem a sua identidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não perdem a sua identidade. É outra questão para representação fora da questão eleitoral. É diferente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas, para a questão eleitoral, conta como um só.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, é um partido.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas a federação pode fazer coligação?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, a federação vira um partido e é fruto, em tese, de um entendimento e de um somatório eleitoral...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso eu entendi.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É PCdoB junto com PMN, junto com PROS. Junta e cria uma federação. Criou aquela federação, eles vão disputar eleição. Disputaram a eleição como um partido. Somam-se os votos dele num partido. Esse partido terá que funcionar como um partido, essa federação, durante quatro anos. Ele só será desfeito na próxima eleição, na outra convenção que houver. Portanto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É um casamento indissolúvel.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É um casamento indissolúvel durante quatro anos, com mandato determinado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que é razoável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sim, mas se quiser continuar o casamento, não há problema.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O que ocorrerá é que vai se fundir e virar um partido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É, vai virar um partido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Lasier. Em seguida, Senadora Gleisi.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Jorge Viana, antes da consideração que pretendo fazer, eu gostaria de uma informação. Na reunião inaugural que tivemos na semana passada, no gabinete do Presidente Renan, foi dito que até o início do recesso nós deveríamos ter algumas coisas já aprovadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Essa é a ideia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Hoje, Senador Jucá, temos até outubro.

Então, eu queria saber o seguinte: até o recesso nós devemos, a princípio, ter quantos temas resolvidos?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Veja bem, disse o seguinte: o início dos trabalhos foi feito nesta semana. Nós temos até, em tese, 17 de julho para votar uma primeira linha de projetos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quantos?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não sei, quantos ficarem prontos. Nós vamos receber algumas matérias da Câmara, que eu acho que naquilo em que a gente concordar, deve dar prioridade até o dia 17. Nós vamos ter algumas questões a que vamos dar prioridade até o dia 17 e vamos continuar discutindo até outubro, novembro ou dezembro outras questões mais de fundo. Por exemplo, o Senador Ronaldo Caiado quer propor emenda de parlamentarismo. É legítimo. Agora, vamos botar uma emenda de parlamentarismo na frente daquilo que a gente tem que discutir, diminuição de despesa de campanha que pode valer eleição de prefeito agora, em outubro do ano que vem? Acho que não. Então, a comissão é soberana, sou o Relator para fazer o trabalho que a Comissão entender que é melhor fazer, mas eu espero que possamos ordenar os nossos trabalhos no sentido de apresentarmos resultados. Hoje, acho que é possível apresentarmos alguns resultados, a questão das coligações e a questão das cláusulas de barreiras administrativas que, em tese, fortalecem os partidos e fazem valer o regime democrático de quem tem mais voto tem mais espaço.

Eu acho que...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Hoje gostei mais da sua fala, Senador Jucá. V. Ex^a tem dito seguidamente que temos que esperar para ver o que a Câmara está fazendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É porque a gente...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós não podemos ir a rebote, temos nossos itens, nossos temas onde temos prioridades.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nós temos que construir uma boa relação com a Câmara, porque nós não somos um sistema unicameral, nós somos um sistema bicameral. Não adianta a gente entrar em confronto com a Câmara. Nós temos que ajustar esse procedimento e harmonizar a relação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Mas temos algumas prioridades que parece que a Câmara não está tendo. Então...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, mas a gente pode convencê-los também.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Outra pergunta, nós teremos reunião amanhã ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É importante esse questionamento. Eu estava pensando de tomarmos conhecimento desses pontos em que entendemos que pode haver consenso, que independem do posicionamento da Câmara. Isso o Senador Romero Jucá já nos trouxe. E, na semana que vem, a ideia é começar terça, quarta e quinta, mas entendo que hoje poderíamos concluir o trabalho, porque amanhã o Senador Romero Jucá quer ter uma reunião de trabalho com o Relator da Câmara, para que não fique também nenhum atropelo da nossa parte com uma possível recepção dessas matérias, querendo votar.

Temos um problema prático, porque estamos nesta semana, e semana que vem, se trabalhássemos terça, quarta e quinta, teríamos que tomar alguma decisão já na terça, para levar algo ao plenário na quarta. Esse pode ser um caminho, na semana que vem. E aí já poderíamos levar na própria terça.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Se nós votarmos hoje aqui, qual seria a minha ideia? Seria que votássemos as matérias aqui, e vou pedir urgência das matérias, porque a matéria, ao ir para o plenário, vai poder ser emendada no plenário por algum Parlamentar que não tenha participado da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Poderá ser discutido, debatido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Acho que temos dar o direito a todos. Nem volta para cá, nem volta para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vai para quem?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para o plenário direto. É matéria em urgência, a emenda será apresentada no plenário, o parecer será dado no plenário e vamos votar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com o debate e com as emendas na sessão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, a ideia é não haver sessão amanhã, organizarmos hoje algo com que já se possa trabalhar com a Mesa Diretora, para estar na Casa. E, na semana que vem, votaríamos matéria que possa ser encaminhada para ser levada na quarta para o próprio plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na quinta, que seja de manhã, porque muita gente viaja à tarde.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Na quinta, eu não estarei aqui, porque é o aniversário de Boa Vista, a minha cidade. E eu não faltarei ao aniversário de Boa Vista. Será, nesta quinta, dia 9, e eu não estarei em Brasília.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente, Senador Romero Jucá, pela escassez de tempo, gostaria de pedir encarecidamente aquilo que todos aqui, praticamente todos têm pedido: vamos dar prioridade ao financiamento e a coligações. O financiamento sem falta, na semana que vem, qualquer dia. E, terminando, dos itens 4 e 5 de V. Exª gostei muito. Agora é questão de gosto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Sandra Braga, pela ordem.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu gostaria de sugerir que já saíssemos hoje com os itens, com os projetos definidos, para discutirmos na terça-feira, para votarmos na terça-feira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Adiantar para poder votar, você pediu urgência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A gente decide no final da reunião a pauta que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A ideia é trabalharmos os temas de ontem e hoje. Podemos entrar em consenso em alguns dos pontos de ontem, deliberar sobre esses pontos hoje e, em seguida, debater outros.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas já iremos votar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

O que o Senador Romero Jucá está propondo é que a gente vote sobre a coligação, certo? Temos dois projetos aqui, o quatro e o cinco, que são praticamente iguais. O que há de diferente neles é quanto à distribuição da sobra.

Achei bem criativo da sua parte que a gente pudesse substituir a PEC. E acho que, como a gente tem a preocupação inclusive de ter certa cláusula de barreira, fortalecer os Partidos, queria já manifestar o meu apoio ao quatro, ou seja, àquele em que a sobra é distribuída para quem tem o quociente eleitoral, e não para quem não tem.

Então, se tivermos esse acordo, já votamos, encaminhamos, divulgamos. E já fica bem legal para nós.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Senadora Gleisi Hoffmann está apresentando uma proposta.

O próximo é o Senador Randolfe Rodrigues e, depois, o Senador Donizeti Nogueira.

Eu quero inclusive colocar a minha opinião também, porque acho importante que se delibere hoje. A minha opinião para o Relator é para ele procurar fazer o balanço da opinião do plenário.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, quero corroborar com a ideia de termos deliberação hoje, avançarmos no trabalho desta Comissão, e comungar da mesma opinião em relação ao propositado conflito que existe entre os Projetos 4 e 5. Obviamente que o 5 dá uma sobrevida ao sistema como está hoje. O Relator Romero...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O 5 é mais fácil de passar na Câmara porque ele abre um pouco mais.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É, mas deixa que eles emendem lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Quero cumprimentar V. Exª, Senador Romero, pela sua habilidade de ter instituído uma cláusula de barreira...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sem barreira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ... sem ser cláusula de barreira, e instituir, ao mesmo tempo, o fim da coligação proporcional...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sem dizer que é fim de coligação proporcional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ... sem dizer que é fim de coligação proporcional. Por isso minha preferência pelo Projeto 4. E vejam que eu sou de um partido pequeno, mas acho que partido tem que crescer, partido tem que existir para disputar a política. Nenhum sistema democrático subsiste sem partidos fortes. E com um sistema partidário como é hoje, no Brasil, em qualquer esquina se monta um partido e se comercializa a cada eleição o partido. Esse sistema e esse balcão de venda de partidos que existem hoje é que têm que acabar, respeitando um princípio fundamental e fundante da nossa

República, que é o princípio do suprapartidarismo, do pluralismo político. Tem que se respeitar isso, mas tem que se colocar um freio de arrumação no sistema.

Por isso que a ideia do Projeto 4 é de uma arquitetura política criativa, arrojada, inteligente, Senador Romero.

A PEC do fim das coligações proporcionais foi aprovada na Câmara, mas não conseguiu número mínimo para emenda constitucional, o que nos induz a imaginar que esse projeto, se o encaminharmos para lá, será aprovado, mantém-se a maioria para a sua aprovação.

Então, já manifesto minha opinião pelo voto agora e a preferência pelo Projeto 4, que é um freio de arrumação em duas questões: no balcão de negócios do sistema partidário e político brasileiro e, ao mesmo tempo, fortalecendo os partidos, colocando um impedimento às coligações. O 5 acaba sendo uma flexibilização que mantém o sistema como ele está hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – o Senador Donizeti e Senador Garibaldi são os inscritos. Eu quero dar uma palavrinha, no final, se V. Ex^{as} me permitirem, porque eu tenho uma matéria sobre esse projeto há quatro anos tramitando na Casa.

Senador Donizeti.

Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Só para complementar o que disse o Senador Randolfe, quando fazemos uma coligação na lei vigente atual, o cociente eleitoral é calculado com base nos votos da coligação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Fora do microfone.) – Todos os partidos somados.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Todos os partidos somados. O que ele está propondo no item 5? Que o cociente eleitoral seja a soma dos votos obtidos pelo partido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por cada partido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Por cada partido, é diferente, e não da coligação. É uma cláusula de barreira importante.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Donizeti.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Na verdade, o Senador está propondo duas saídas, mas eu acho que a saída política para termos sucesso na Câmara dos deputados é o item 5. Eu sou favorável ao 4, mas como eu quero uma mudança no sistema, eu vou votar no 5.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – A gente aprova o programa máximo, Senador Valadares, e deixa a Câmara rebaixar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, há cinco partidos numa coligação. Eles conseguiram, segundo a lei, o número de votos que alcançaria o cociente eleitoral, dividindo o número de cadeiras pelo número de votos válidos, mas nenhum conseguiu o cociente eleitoral.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pelo projeto 4, todos estão fora do cálculo, não fizeram nenhum Parlamentar. Pelo Projeto 5, eles estão fora do cálculo pelo coeficiente, não fazem nenhum parlamentar, e a partir do momento em que todos esgotarem o coeficiente e entrarem nas sobras, esses 5 partidos entram com sua somatória também na disputa das sobras, e, eventualmente, poderão fazer um parlamentar ou não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Deixe-me terminar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Está bom.

Há cinco partidos. Ele conseguiu voto para fazer um quociente. O voto dos outros quatro partidos vai ser desprezado e vai ficar para os outros partidos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não, não, não.

Desses cinco partidos, a somatória deles não vai valer para nada de voto. Cada partido terá somados os seus votos individualmente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso aí eu entendi. Eu quero saber é como...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, se um partido conseguir o coeficiente, fará o deputado; se os outros quatro não conseguirem, ele não fará um deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Só vão valer os votos para cada partido.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E esses votos, se nenhum partido alcançou quociente, quem vai ocupar a vaga dele? Outras coligações?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Outros que fizeram os coeficientes.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso é um absurdo! Desculpe.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Isso vale para a Confederação também?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A Confederação virará um partido e vai somar como um partido.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso, no limite, é inconstitucional.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Todos? Com a soma de todos? Então é coligação!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu detesto ser voto vencido, principalmente por antecipação. Eu já vi que aqui há um consenso, não é o de Washington, mas é o de Jucá. O consenso de Jucá já prevaleceu. Sou voto vencido e preferiria não deliberar hoje, até porque os componentes dos partidos pequenos não são tão ingênuos como a gente pensa que eles são. Mas o consenso Jucá prevaleceu. Eu sou um admirador do Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Garibaldi, apenas para dizer que, hoje, vamos deliberar na Comissão. A matéria vai receber urgência e poderá ser discutida e até melhorada no plenário. Estaremos avançando, mas não estaremos concluindo o processo. O processo continua aberto para contribuições.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Presidente... (Falha na gravação.)

...melhor dessa confederação de partidos. Para mim, isso é coligação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, a confederação nós não estamos discutindo ainda.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Ah, não?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O Senador Valadares apresentou hoje e vamos discutir na próxima reunião. Eu apenas ressaltei que, se for aprovada a confederação, ela funcionará como partido e o somatório dela entrará nesse processo como um partido político. Mas não está em discussão, agora, a confederação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu me somo a todos os colegas e peço, aqui, a compreensão. Não deveria estar fazendo isso na condição de Presidente da Comissão, mas acho que nós estamos com um propósito. Estamos conseguindo tratar de temas polêmicos com objetividade, confiando na capacidade do Relator e olhando a expectativa da opinião pública, que quer que se faça algo, fortalecendo o papel dos partidos, diminuindo custo de campanha.

Eu me arvore a dar minha opinião sobre essas Propostas 4 e 5, porque trabalhei com esse tema. Esse não aproveitamento das sobras eleitorais é uma lei de 1942, no Brasil. Então, desde 1942, e tenho um projeto que o Senador Aloysio relatou, o partido que não alcança o coeficiente não participa das disputas das vagas usando sobra eleitoral. Luciana Genro, sua colega, não é deputada federal porque o PSOL não alcançou o coeficiente. Não adiantou ela ser uma das mais votadas. Ficou fora. Aqueles votos são perdidos, não vão para nenhuma outra coligação ou partido. Por isso, a pergunta do Donizeti.

A Proposta 5, que é um projeto de lei meu, inclusive, eu o mudei. Sou favorável à cláusula de barreira. Acho que temos que fortalecer os partidos, mas o Senador Garibaldi levantou um aspecto: como é que um partido pequeno vai ser grande com sua própria identidade? Com esse tipo de cláusula de barreira, ele não tem chance, porque precisa alcançar o coeficiente para disputar alguma coisa. Isso não implica concorrer com os partidos que já estão bem estruturados, porque nós estamos falando só de sobras eleitorais. Todos que alcançaram o coeficiente elegem, preenchem as cadeiras. Sobrou uma cadeira, duas cadeiras? Quem vai ter acesso a essa uma ou a essas duas cadeiras? As sobras partidárias vão disputá-las.

Vamos supor que o coeficiente para um partido era 100 mil votos, mas o partido alcançou 90 mil. Ele não faz nenhum deputado. Foram distribuídas as cadeiras, todos que alcançaram o coeficiente de 100 mil votos preencheram, sobrou uma vaga para ser preenchida pelas sobras. Esse partido que fez 99 mil votos vai disputar essa uma vaga. Se não pode levar um partido que tenha feito o coeficiente com dez mil votos de sobra a ganhar do outro. Essa é a consequência. Não é uma flexibilização; é uma maneira de democratizar a cláusula de barreira. O partido que quiser criar a sua própria identidade vai dizer para os seus eleitores: mesmo que não alcance o coeficiente, eu tenho chance de eleger um deputado. Hoje não tem chance nenhuma.

Eu não considero muito interessante a ideia – é só uma opinião - de apresentarmos um projeto, uma vez que todos aqui estão concordando com o 4 e o 5 - estamos discutindo um detalhe importante -, e dizer: não, mas a Câmara modifica lá.

Se nós colocarmos a proposta o mais perto do ideal, do que gere consenso aqui e na Câmara tanto melhor. Se nós fizermos com o item 5, provavelmente teremos partidos pequenos que têm sua própria identidade, que querem se consolidar como partidos como aliados. Se nós fizermos o 4, certamente eles vão trabalhar... Se eu fosse de um partido com identidade, com uma história, eu trabalharia contra ou pela modificação.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Senador Jorge.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aloysio, Senadora Lúcia Vânia e Senador Donizete.

Senador Aloysio, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, V. Exª se referiu ao projeto que foi relatado por mim em que V. Exª realmente permitia uma maior liberalidade no acesso a sobras eleitorais.

Eu peço a V. Exª que não me acuse de volubilidade, mas, ouvindo os argumentos dos colegas que estão à minha direita, Randolfe Rodrigues e Gleisi Hoffmann, direita do ponto de vista geográfico e, digamos, até ideológico em muitos aspectos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Aécio também chegou. Agora temos que registrar.

Senador Aécio, Senador Garibaldi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu estou me preparando para tomar outra posição.

Veja bem, a solução que V. Exª propôs, Sr. Presidente, era uma posição que adotei basicamente em razão de um certo raciocínio pragmático, algo que vai viabilizar a aprovação da matéria por partidos de menor expressão eleitoral, uma vez que, de qualquer forma, existe uma barreira.

Senador Donizeti, votos vão ser desperdiçados, mas é assim. O sistema proporcional é assim.

Ora, os partidos menores, nas condições atuais, se esforçam para ter um, dois, três eleitos na Câmara dos Deputados. Eles têm uma barreira diante deles e lutam com os meios que têm, inclusive com as coligações, para atingir pelo menos um deputado ou dois, o mínimo de representatividade parlamentar. Não é novidade para eles essa dureza da regra.

Em São Paulo, nas últimas eleições, ocorreu um fenômeno que eu tenho a impressão de que ocorreu em outros Estados também. Uma série de partidos de menor expressão eleitoral, que não tinham sequer um deputado federal, se uniu numa coligação e acabou, no caso de São Paulo, por eleger uma deputada pelo PTN. Eles encontraram essa fórmula de se unir para sobreviver e para ter expressão eleitoral. E farão a mesma coisa. Essa é a realidade dos fatos. Vão se aglutinar. Não existe uma barreira ideológica fundamental, intransponível, cá entre nós, entre o PROS e o PTN. Não há! Realmente não há. Entre o PTN e o PR não sei o que, não existe. São agrupamentos que se formam, eu não diria todos eles – não quero fazer injustiça –, em razão de certos atrativos que a legislação partidária permite, mas são também agrupamentos políticos pelos quais se dá uma certa renovação da elite política. É mais fácil se eleger por um partido menor do que se eleger por um partido maior, em que já existe uma caciquia bem instalada em todos os domínios do Estado. Então, isso vai continuar existindo. Eles vão se aproximar, vão se aglutinar. Isso será um estímulo para que esses pequenos partidos se aglutinem e busquem uma expressão na disputa partidária, na disputa eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente, e mais levando em conta o que disse o Senador Randolfe, ao examinar o resultado da votação da PEC que proibia – sem nenhum tipo de saída engenhosa, como essa que V. Exª propôs, a Alternativa 5 – a coligação eleitoral, e que foi um resultado bastante expressivo, quero, também voltando ao meu pragmatismo inicial, dizer o seguinte: como se diria em São José do Rio Preto, minha primeira preferência é o 4. Agora, V. Exª vai se encontrar amanhã com os nossos colegas da Câmara dos Deputados. Vai verificar a viabilidade. Se porventura não pudermos ter uma solução que seja, efetivamente, um “freio de arrumação”, como disse a Senadora Gleisi Hoffmann, vamos simplificar uma solução que viabilize a aprovação.

Então, desculpe-me, meu caro Jorge Viana, mas eu acho que primeira preferência é o 4, mas deixando no bolso do colete, como reserva.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi, V. Exª tem a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu proporia ao Relator que, antes de levar para a Câmara o fato consumado, levasse para a Câmara a alternativa do consenso, não do consenso de julgar, só, porque o consenso de julgar, aqui, é soberano, mas alcançar o consenso com a Câmara. Se chega lá com a coisa fechada, é uma coisa; se chega com a coisa aberta, é outra.

Desculpe se o consenso em julgar, aqui, já prevalece.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Garibaldi...

Deixem-me dar aqui um encaminhamento.

Vejam bem. Primeiro, eu quero dizer o seguinte: os dois projetos já representam um avanço grande, porque nós temos, hoje, em muitos partidos pequenos, um partido de pasta, que não filia muitas pessoas, em que o dono do partido não quer quase ninguém, para poder ter mobilidade para fazer, em qualquer coligação, ver onde ele faz uma conta. E ele consegue chegar.

Então, aprovando o quatro ou o cinco, nós temos, efetivamente, que os partidos, mesmo que sejam pequenos, terão que inscrever gente e somar, porque – na pior das hipóteses, no modelo cinco – eles vão ficar disputando as sobras, e tem que ter voto para a sobra. Um só, dois só, não é sobra consistente para disputar voto nenhum. Então, já é um avanço.

Agora, o que é que eu queria propor, já que a gente ouviu, aqui, tantas opiniões: nós poderíamos aprovar o quatro, que é uma posição mais forte e consistente. Eu vou ter reunião com a Câmara, nós vamos ter o plenário, e eu vou dizer à Câmara o seguinte: “Ó, nós aprovamos o quatro”. “Ah, não dá, não sei o quê...” Eu vou dizer: “Ó, nós temos essa saída aqui, se vocês toparem. Topam o cinco?” E a gente fica como alternativa de plenário. Mas a gente marca uma posição consistente na questão do fortalecimento dos partidos. É uma proposta que eu coloco aqui, para que, de repente, a gente poder...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... impedimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu concordo mesmo... trocado uma posição, mas Senadora Lúcia Vânia, depois Senador Donizeti e Senador...

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só pediria... Nós pedimos para segurar a Ordem do Dia, para que a Comissão possa deliberar. Então, temos que ser muito objetivos.

Senadora Lúcia Vânia. Depois, Senador Donizeti.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Presidente, eu queria só uma explicação do excedente, da sobra. Um partido tem 99; o outro tem dez. Como é que faria essa soma, aí, para chegar ao cem?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não tem soma não. Ele está dizendo o seguinte: às vezes, como é o coeficiente, e, depois do coeficiente não tem nada, um partido não chegou ao cem. Mas ele chegou ao 99. Então, ele não teve nada. O outro partido chegou ao 110. Se ele chegou ao 110, ele elegeu o primeiro com cem. Se outro não fez cem, o segundo que vai entrar, ou o último, é o duo, dele, de dez, porque ele fez cem. E, aí, o 99 entraria na disputa. Essa é a diferença que ele está colocando.

Agora, sem dúvida nenhuma, a proposta do partido só, do coeficiente, fortalece o partido, vai forçar mais rapidamente a fusão de partidos, a aglutinação de partidos, para que, efetivamente, a gente tenha quatro, ou cinco, ou seis partidos que tenham condição de fazer coeficiente. Essa é a discussão. Um é um modelo mais lento, outro é um modelo mais rápido. Mas a tendência é que as coisas vão se aglutinando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Donizeti. Em seguida, Senador Aécio, Senador Garibaldi e Senador Valadares.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Se estou entendendo, quando o Senador Jorge falou, eu parecia ter concordância. Vamos pegar o exemplo do meu Estado, que tem oito vagas para a Câmara Federal e cerca de 700 e poucos, 800 mil votos válidos, sendo, então, 100 mil votos de coeficiente. Concorreram seis partidos, mas só quatro conseguiram coeficiente para fazer as primeiras quatro vagas. Sobraram quatro vagas. Os que tiveram menos, não vão concorrer, não alcançaram o coeficiente, no Modelo 4. Os outros votos vão para os outros quatro partidos que fizeram coeficiente. Mas, quando eu dividir o número de eleitos, que são oito, pelo número de votos que tiveram os quatro partidos, existirão partidos que têm mais voto e que vão ficar fora. Então, tem um coeficiente garantido pela lei e tem um coeficiente dado pelo eleitor, entendeu? Isso não pode valer. É impossível aceitar um negócio desse jeito. Quer dizer, fizeram 450 mil votos, quatro vagas, os 350 mil votos, que foram de outros partidos, vão para cumprir as oito vagas, mas, quando dividir os 450 mil votos pelas oito vagas, tem partido que teve mais votos do que os outros, porque eu dividi, e passo a elegê-lo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não pode valer um negócio desses. Não tem como valer. Se o 5 responde a isso, eu prefiro o 5 ao 4.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aécio Neves.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E acho que o 5 é mais atraente à Câmara do que o 4.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Presidente, Senador Jucá, reiterando duas questões, a meu ver, basilares para a nossa discussão que se inicia agora.

Em primeiro lugar, de tudo o que vier na direção do fortalecimento dos partidos políticos, quem quer o fortalecimento do nosso processo político e eleitoral, como consequência daquele, acho que tem que estar a favor. Essa é uma medida que vem nessa direção. A melhor nós sabemos qual era: o fim das coligações propor-

cionais. E essa, infelizmente, por emenda constitucional, a Câmara, numa negociação, a meu ver, desastrada, derrubou. Tivemos a possibilidade concreta de aprovar, mas já é o leite derramado.

Na linha do Senador Aloysio, acho que a 4 é mais direta nessa direção. Usando o seu termo, ela é mais objetiva, porque estimula, mais rapidamente, que as pessoas migrem ou se alinhem a partidos que sejam efetivamente partidos políticos.

Mas, entre as, vamos dizer, vamos chamar de consequências a que o Romero se referiu aqui, que será essa da fusão, da aglutinação, de uma nova filiação, tem uma outra também positiva: essas pequenas legendas vão ser obrigadas pelo menos a lutar para se transformarem em partidos políticos. Muitas não têm o interesse sequer em agregar gente, em dividir, eventualmente, o comando, porque preferem ter o comando de algo menor, em que o projeto individual é o que prevalece. Se não superarmos isso, por mais que isso contrarie interesses e locais individuais, se nós não tivermos a capacidade de enfrentar isso, nós não vamos fazer uma reforma, mas, novamente, um pequeno remendo.

Por isso, eu acho que a 4 é mais direta nessa direção: faça, então, um partido e garanta, pelo menos dentro daquela sua coligação, que não terá um candidato para pegar carona no voto dos outros, mas um conjunto de candidatos que transforme em justa a eleição, quem sabe, do mais votado nesse partido político. Eu acho que, por essa razão, a quarta me parece um caminho mais direto na direção do que nós queremos: transformar legendas em partidos políticos, por uma ou por outra via, da fusão, da aglutinação ou até mesmo da construção interna.

Em segundo lugar – fico apenas nessas duas observações –, eu reitero aquilo que já disse, algumas vezes em privado e, aqui, de público, a V. Ex^a, e que aqui, com a competência extraordinária e incomparável do nosso Ministro, Senador, Governador – é extensa a lista – e hoje Senador Garibaldi Alves. A verdade é que, se nós não negociarmos com a Câmara, antes de definirmos o que nós vamos votar aqui, de novo, é o pingue-pongue: eles mandam para cá, fica por aí, pelo caminho, e nós mandamos para lá, fica lá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Esse processo está em andamento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Então, eu acho que, depois de um consenso aqui ou uma convergência, vamos discutir lá. E é aquilo que eu lhe disse, vamos mudar anéis lá, para salvarmos os dedos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senador Aécio Neves. Senador, Governador, Ministro, como disse o Senador Aécio Neves, Senador Garibaldi Alves Filho. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Prefeito também. Eu cometi um ato falho, só me referi a uns três títulos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu não votei em Aécio Neves, mas agora estou com ele. (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tudo gravado. (Risos.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não exageremos. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi, V. Ex^a tem a palavra como inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Espera aí, Sr. Presidente, eu estou apenas insistindo numa questão de procedimento. Eu acho que, no mérito, o Senador Romero Jucá tem razão. A minha questão é de procedimento de como lidar com a Câmara, porque o consenso Câmara e Senado é melhor do que...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Estamos avançando pari passu. Eu tenho reunião hoje e amanhã com o Deputado Rodrigo Maia. Só que também a gente não pode ficar a reboque da Câmara.

Então, a gente tem que estar andando e ajustando, andando e ajustando, apresentando, mostrando. É um processo de interação permanente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Permanente.

Vamos seguir, para chegarmos a um bom termo.

Senador Valadares é o último. Senadora Marta. E vamos tomar uma decisão sobre esse tema.

V. Ex^a, Senador Valadares, e depois a Senadora Marta. E passamos para uma decisão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Quando alguns dos Senadores, inicialmente, perfilaram-se com o item 5, foi pensando em agir politicamente. No contato com a Câmara, seria mais palatável a aprovação do item 5. Logicamente que cada um de nós, assim como o Senador Aloysio, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Aécio Neves, cada um de nós, prefere o item 4, mas houve uma situação pragmática, uma vez que houve compromissos, como disse, profundos, tanto do PP, como do PMDB, em relação ao de Chitão, o PP prometeu que não prejudicaria os menores caso votassem contra o de

Chitão. E o PMDB, traduzindo, o Presidente Eduardo Cunha, prometeu que, se o de Chitão fosse aprovado, os pequenos estariam protegidos, para a manutenção do voto proporcional e da coligação.

Então, temos que ser pragmáticos. E ninguém é mais pragmático aqui do que o Relator eterno desta Casa que é o Senador Romero Jucá. Então, a gente aprova com o quatro, talvez eles pensem que já é uma imposição nossa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não, então vamos aprovar o quatro, ótimo, para mim é o que resolve.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Chegar ao cinco como alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Marta Suplicy e em seguida vamos dar o encaminhamento a esse tema. É a última inscrita.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu acredito que o Senador Aécio colocou com muita propriedade que... (Fora do microfone.)

...toda reforma que estamos conduzindo é realmente para tentar acabar com os partidos de aluguel e os partidos que desclassificam o que são partidos na verdade. Então, está bem encaminhado. Confio que o Senador Romero Jucá vai levar plenamente.

Agora, existe uma boa notícia: chegaram às conclusões, porque as mulheres são organizadas. Nós fizemos a reunião com as Deputadas e as Senadoras, e temos aqui a nossa proposta para reforma eleitoral. Na minha avaliação, bem modesta, teria até feito diferente, mas fui voto vencido.

Então, aqui, é para assegurar, em qualquer caso, um percentual mínimo de 10% de vagas por unidades da Federação para preenchimento por candidaturas do sexo feminino. Depois o percentual de 10% de que trata esse artigo vigorará na primeira eleição geral que se seguir à promulgação da presente emenda constitucional, aumentando o percentual para 12%; e depois para outra eleição daí a 12 anos, 16%, respectivamente nas eleições gerais subsequentes. Resultando do cálculo, esse pedaço achei bom também, proporcionalidade, as eventuais sobras no número de vagas serão destinadas às candidaturas femininas. As cadeiras restantes serão preenchidas observando-se o quociente partidário pelas candidatas mais votadas dentro do respectivo partido político. E o percentual de vagas para candidatas do sexo feminino, de que trata o art. 45 da Constituição Federal, aplica-se também às assembleias legislativas, às câmaras municipais e à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Essa emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço à Secretaria que possa distribuir essa matéria para todos os colegas componentes aqui para que se possa discutir numa próxima reunião, de acordo com a sistemática que temos adotado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para dar um esclarecimento.

O Senador Valadares já falou duas vezes sobre o tema. Quando a gente votou a questão do fim das coligações no Senado, a posição do PT foi pelo fim das coligações, mas foi pela criação do instrumento da Federação. E penso que essa continua sendo a posição do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência, então, agradece a colaboração de todos.

Eu mesmo me posicionei, sou autor de uma matéria. Quando eu apresentei essa proposta de aproveitamento da sobra, foi no sentido de ela ser combinada com o fim das coligações, tinha esse propósito, para que o partido pudesse existir. A proposta engenhosa do nosso Relator traz o fim das coligações por um outro caminho, mais palatável, eu diria, e para mim fica claro aqui o consenso.

Poderíamos trabalhar com o item 4 e ele negocia com o Relator da Câmara. Que a Câmara, como diz o mestre Garibaldi, possa incorporar essa modificação ou sair daqui do plenário...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não. Eu vou conversar com a Câmara, com o Relator, com o Presidente e, se necessário, com lideranças da Câmara. Em havendo entendimento, já ajustamos no Plenário do Senado. Temos que mandar pronta essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pode ser assim. Sai daqui o item 4 para o plenário do Senado. Nesse ínterim, ele faz uma negociação com a Câmara. Se a Câmara achar por bem já o entendimento de aprovar com modificação no plenário, a negociação se dá aqui para não ter que voltar da Câmara para cá.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com esse encaminhamento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, vamos colher os votos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Estou votando a favor...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Fica registrada a posição do colega Donizete.

Volto a repetir, o encaminhamento é a votação do item 4, com o Relator fazendo uma negociação com a Câmara: ou a Câmara modifica lá, caso queira, ou se achar por bem...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Presidente, apenas para não ficar uma coisa que nem nós sabemos, amanhã, o que aconteceu aqui, está aprovado o item 4?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O item 4.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, é bom que fique claro isso. Acho que a Comissão tem que ter uma posição, e que a Câmara faça o ajuste que quiser, por autonomia e decisão da Câmara. Então, o encaminhamento que faço aqui é que votemos e aprovemos o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, vamos pôr em votação o item 4.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com voto contrário do Donizete.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu sou a favor do quinto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, solicito urgência da matéria para que, se houver algum tipo de emenda, possa ser dado parecer em plenário e votado no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em apreciação.

Acho que todos concordamos com a urgência da matéria.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tenho direito a emenda ainda? Até o plenário, tenho direito a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esse foi um dos temas levantados por todos os interlocutores, pelo Presidente Renan, por mim e pelo Relator, Senador Jucá. Acho que a Comissão deu um passo importante hoje vinculado às questões do fim das coligações proporcionais. É um passo importante.

O item 5 fica, obviamente, prejudicado, mas não deixa de compor a negociação do Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu queria propor, seguindo solicitação de diversos Senadores e Senadoras, que, na próxima reunião, nós iniciássemos prioritariamente pelo item 2, que é o item de barreira administrativa na questão do fundo partidário, pelo item 6 e pelo item 8. Seriam os três temas, na ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, colocar barreira administrativa...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O um depois. Pode ser.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Dois, que foi colocado pelo Senador Aloysio, que é a questão de barreira; depois, o item 6, que também é questão de estruturação do partido; e o item 1, que é questão da guerra do terceiro turno para que tenha eleições a partir de 2018.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não quero que ninguém ache que estamos, aqui, fazendo legislação para tirar processos ou procedimentos como resultado das atuais eleições.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Romero, só para ...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Essa questão é a partir de 2018.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Para ficar bem claro: item 1, item 2 e item 6.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Item 2, primeiro, pela ordem, item nº 6...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está propondo que se inicie o debate.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ...item 8 e o item 1.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aloysio, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Barreira administrativa, agora, nem pensar?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por mim, eu voto, mas eu não sei se...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Precisaria saber se o Senador Renan vai...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, está encerrada a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, só uma questão antes.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senador Randolfe e Senador Aécio. Vou dar informe da data e horário da próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, um esclarecimento seu e do Relator. Para o tema da fidelidade partidária, o encaminhamento que V. Exª pensa em dar qual é?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O tema da fidelidade partidária está vindo da Câmara, com a redação final. Eu vou receber esta semana e trarei, na próxima semana, aqui, para a Comissão. Eles estabeleceram fidelidade partidária para todas as eleições. Quero ver como está vindo o texto e vamos discutir aqui, na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aécio, V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Quero me dirigir ao Relator, Senador Jucá, que está em contato permanente com a Câmara dos Deputados.

Apresentei um projeto que diz respeito a um tema que é caro à Câmara dos Deputados e que virá, estou informado com relação a isso, nas próximas conversas: a questão da janela partidária. Ela foi aprovada com larga margem na Câmara Federal. Meu projeto garante uma janela de 30 dias, apenas, entre o 13º e o 12º mês antes das eleições. Para ficar claro, o parlamentar eleito cumpre o seu mandato, pelo menos 3/4 do seu mandato, e, quando se aproximar o prazo de filiação partidária, há essa possibilidade, mesmo que temporária.

Esse projeto foi apresentado, e solicito a V. Exª que o junte aos que estão sendo discutidos nesta Comissão. No momento em que essa matéria for discutida, V. Exª saiba que tem essa sugestão diferente da janela proposta e aprovada na Câmara...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Trinta dias a partir...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ...que gira imediatamente após a aprovação dessas propostas aqui. Parece-me um risco para todos permitir, no início de mandato, a fuga de partidos, por quais razões sejam.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Jorge, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na próxima reunião, vamos discutir então...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Os Itens 1, 6 e 2.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O financiamento está aí?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não está porque...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, só esses itens que foram distribuídos ontem. Vamos por partes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – O financiamento é mais complexo. Tem que fazer cálculo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas, ontem, não foi distribuído o financiamento?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para o financiamento, tem que fechar cálculo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Foram gastos de campanha.

Quero agradecer a presença de todos e todas. Tivemos 20 Senadoras e Senadores.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos votar a...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos discutir os outros itens. Vamos iniciar a discussão por esses.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Vamos iniciar votando esses, mas discutiremos outros temas juntos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Próxima reunião: terça-feira, às 14h30, na Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência agradece a presença de todos.

Está encerrada a reunião. – Senador **Jorge Viana**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 58 minutos.)

Comissão Temporária, criada nos termos do Ato do Presidente nº 12, de 2015, destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 07 de julho de 2015, às 14 horas e 57 minutos, no Plenário 03 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Jorge Viana** e com a presença dos Senadores e das Senadoras: **Fátima Bezerra, Reguffe, Lasier Martins, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy, Lúcia Vânia e Donizeti Nogueira**. Deixaram de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gleisi Hoff-

mann, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Jader Barbalho, Edison Lobão, Sandra Braga e José Agripino. Na ocasião o Relator apresentou 5 minutas de Projeto de Lei. Em seguida, foram aprovados os seguintes Relatórios Parciais e respectivos requerimentos de urgência, nos seguintes termos: 1) Relatório Parcial n.º 2, concluindo pela apresentação de Projeto de Lei do Senado que "Altera a Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995, para disciplinar o acesso dos partidos políticos ao rádio e à televisão"; 2) Relatório Parcial n.º 3, concluindo pela apresentação de Projeto de Lei do Senado que "Altera a Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995, para determinar critérios para o acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda partidária em rádio e televisão"; e 3) Relatório Parcial n.º 4, concluindo pela apresentação de Projeto de Lei do Senado que "Altera o art. 224 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para prever a realização de novas eleições em caso indeferimento do registro, cassação do diploma ou perda do mandato de candidato eleito no pleito majoritário". Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar todas as Senadoras e todos os Senadores e o nosso Relator Romero Jucá.

Quero agradecer a todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Neste espaço da Comissão de Constituição e Justiça, é com satisfação que iniciamos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal, criada pelo Ato do Presidente nº 12, de 2015.

Conforme a pauta, esta reunião se destina à apreciação das Minutas de Proposição nºs 1, 2, 6 e 8, do Relator Romero Jucá.

Antes de passar a palavra para o nosso Relator, mais uma vez cumprimentando todos os colegas Senadores e agradecendo o envolvimento e a participação nesta Comissão, eu queria colocar em votação a Ata da 2ª Reunião, que realizamos, para cumprirmos um rito da burocracia, que é tão fundamental, já que tudo está sendo gravado e que contamos o trabalho de funcionários dedicados do Senado Federal no acompanhamento e no auxílio para o bom funcionamento desta Comissão.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata, volto a registrar, é uma reprodução do que houve nas reuniões. Hoje, pela manhã, fiz uma reunião administrativa e posso referendar a posição.

Eu queria, então, já que nossa Comissão tem uma demanda muito grande por parte do Plenário do Senado e da própria Presidência da Casa de fazer com que algumas matérias possam ser apreciadas aqui e levadas para o plenário do Senado, para que sejam debatidas e sejam, dentro do entendimento, apreciadas e deliberadas, passar a palavra para o Senador Romero Jucá, nosso Relator, pedindo a ele que nos mantenha informados sobre a quantas anda a conversa, o diálogo com o Relator na Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, já que a Câmara tinha assumido o compromisso de apreciar, em segundo turno, a partir do dia 7, algumas matérias diretamente vinculadas à reforma política.

Como estamos gravando a reunião, como esta Comissão tem um tempo exíguo antes do recesso e vai seguir depois do recesso, seria importante que o Senador Romero Jucá nos desse o informe do que houve desde a última reunião até esta tarde.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Boa tarde a todas as Sras e Srs. Senadores!

Senador Jorge Viana, quero, primeiro, atendendo a V. Exª, informar que, durante o fim de semana, tivemos diversas reuniões com técnicos e com o Deputado Rodrigo Maia. Estamos trabalhando em parceria, exatamente para que o processo possa ser feito rapidamente.

O que é que ficou acordado com o Deputado Rodrigo Maia? Eles vão, nesta semana, votar, em segundo turno, a emenda constitucional. Eles estão apresentando e votando alguns projetos, entre eles, inclusive, a questão do tempo de televisão também durante a campanha, conversando com a Abert e com todos os órgãos envolvidos nesse processo.

Combinei, então, com ele que o que fosse projeto de lei que ele estivesse tocando, nós discutiríamos aqui e, eventualmente, poderíamos aprovar ou não. O que forem novas emendas constitucionais ou projetos de lei complementar, nós podemos tocar, porque eles não farão mais isso lá. Portanto, qualquer matéria que for emenda constitucional ou que for projeto de lei, em tese, podemos dar prioridade sem esperar remessa da Câmara, porque a Câmara não tratará mais a não ser da emenda constitucional, que constitucionaliza a questão da doação de empresas. Não tratará de outras questões constitucionais, nem de projetos de lei complementar. Estamos trabalhando, ultimando algumas questões. Outras já foram distribuídas, como a questão da cota do espaço para a candidatura e a eleição de gênero, que vamos debater no momento apropriado.

Dentro da programação que nós fizemos, Sr. Presidente, nós ficamos de começar a discussão pelo item 2 das emendas. Trata-se de uma cláusula de barreira administrativa. É uma cláusula que define tempo de televisão durante o período não eleitoral. Portanto, o tempo dos partidos.

Eu queria só fazer um ajuste no meu texto. No nosso texto, nós colocamos no item 1 o programa nacional de dez minutos, que os partidos têm hoje. Nós fizemos uma gradação, mas nós estávamos restituindo a cadeia estadual. Seria um programa estadual dos partidos também. Isso ampliaria o tempo de televisão. Como nós queremos, de certa forma, fazer um processo mais conciso da questão da divulgação da política, no texto eu estou sugerindo deixar o item 1 só para a realização de um programa em cadeia nacional, em cada semestre, com a duração de... Eu tiraria o programa estadual, que não existe hoje. Era um acréscimo, mas que daria, efetivamente, um somatório, já que nós temos 28 partidos. Enquanto tivermos essa quantidade de partidos, a Abert e as redes dizem que é inexequível fazer esses programas todos de televisão, e é verdade. Nós multiplicaríamos por dois o número de programas de televisão, o que é inviável.

Portanto, feito esse ajuste, está em discussão o item 2, que foi distribuído há duas reuniões anteriores, Sr. Presidente.

Estou à disposição para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria só, aproveitando, Senadora Marta, dirigir-me ao Sr. Relator Romero Jucá.

Estamos tendo essa cláusula de barreira vinculada diretamente a um Deputado Federal?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nós estamos mantendo a cláusula de barreira de um Deputado Federal. Com um Deputado Federal eleito, você vai ter uma gradação de tempo pelo tamanho da bancada. O partido que eleger um Deputado Federal não vai ter os dez minutos de programa nacional que teria um partido que elegeu 40 ou 50 Deputados. Da mesma forma, um número de inserções estaduais, federais e nacionais. Portanto, é uma gradação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A pergunta que faço, desde a proposta que veio da Câmara e de V. Ex^a, é a seguinte: e no caso de não se eleger nenhum Deputado Federal e se eleger um Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não tem partido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É isso que eu queria que ficasse também evidenciado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não; o programa estadual hoje não existe. O que existem são inserções.

Eu havia colocado o programa estadual, mas as empresas de telecomunicação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Estou tirando o programa estadual porque vai multiplicar por dois o número de programas de dez minutos. Não há grade que aguento com 28 partidos. No dia em que tivermos cinco ou seis partidos, nós voltamos com o programa estadual.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Independentemente de Senador.

A cláusula de barreira, aprovada pela Câmara, que será votada aqui... Nós não estamos mexendo em cláusula de barreira proporcional, porque essa foi uma definição da Câmara. Isso não nos atinge. A cláusula de barreira é a eleição de um Deputado Federal.

A SR^a MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas atinge!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Tendo um Deputado Federal, passa a ter direito na gradação do tamanho da bancada que está na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Senadora Marta pediu a palavra pela ordem.

A SR^a MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Por que não nos atinge?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não nos atinge porque o cálculo hoje do tempo proporcional da bancada e do número de votos para definir o fundo partidário é baseado na Câmara dos Deputados, por conta da pluralidade de partidos e por conta da representatividade de votos, já que, no Senado, são três Senadores por Estado. Então, em tese, a representação seria distorcida no que diz respeito ao número de votos.

A SR^a MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Sim, mas nos atinge no geral. Se nós considerarmos que um Deputado eleito vai ter acesso, ou o partido vai ter acesso à televisão, nós não vamos ter cláusula de barreira, ou esse tempinho é muito pequenininho? Como é esse tempo? Porque às vezes é 0,2, 0,5, o que tem propiciado um festival de vendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. A cláusula de barreira, aprovada pela Câmara, que dá direito aos partidos, de certa forma, a terem representatividade plena é a eleição de um Deputado Federal. Se nós quisermos mudar para um Deputado Federal ou um Senador, nós vamos ter que mudar o texto que vier da Câmara para cá. É uma mudança que pode ser feita, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Essa era uma sugestão que eu estava apresentando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eles derrubam lá. Não adianta nada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Qual é a minha estratégia? Eu prefiro aprovar a cláusula de barreira de um que vem da Câmara. E nós vamos continuar, depois de agosto. Eu pretendo apresentar, depois de agosto, uma gradação ampliando a cláusula de barreira para frente, 2022, 2026, exigindo maior número de Deputados. Mas é outra questão, de que vamos tratar *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu não acabei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Desculpe, Senadora Marta Suplicy. Depois, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Na última reunião, nós estávamos conversando exatamente sobre a questão dos 50%. E acho...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É outro item.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – É outro item. Está bom. Então, fica para depois.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Fátima Bezerra. Depois, Senador Marcelo Crivella e Senador Donizeti Nogueira.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, sem entrar no mérito ainda – viu, Senador Jucá? –, meu pedido de esclarecimento é com relação à questão de forma. V. Exª está tratando do mesmo tema em duas propostas, mas com sugestões diferentes.

Vou explicar. Na Minuta 2, V. Exª diz que só têm tempo os partidos com pelo menos um Parlamentar na Câmara. Reduz o tempo para todos: de um a quatro Deputados, dois minutos; de cinco a dez, cinco; mais de dez Deputados, dez minutos. Se tem tempo nacional, tem o mesmo tempo estadual, independentemente de ter deputado estadual. Ponto.

E há outra proposta que trata do mesmo tema, ou seja, do acesso aos recursos do fundo partidário, mas V. Exª diz que só terá acesso à propaganda partidária o partido político que constituir diretório estadual permanente em mais da metade das unidades federativas. Somente terá acesso à propaganda partidária, no rádio e na televisão, o partido que organizar diretório municipal permanente em mais da metade dos Municípios.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Essa é outra proposição...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Deixe-me apenas terminar.

Eu não estou entrando no mérito, a despeito de não ser favorável, mas esse debate nós vamos fazer em outro momento. Eu peço um esclarecimento, Senador Romero Jucá, com relação ao encaminhamento, pois há duas propostas tratando de um mesmo tema, que é o acesso ao fundo partidário, só que uma proposta propõe um critério X e outra proposta propõe um critério diferente. É o esclarecimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Existe essa proposta, que é um limitador para o tempo de televisão. É um limitador. A outra proposta a que V. Exª está se referindo é outro limitador para fundo partidário e para tempo, que diz respeito à estruturação e ao funcionamento dos partidos. É outro item, que será também o limitador, que terá que ser cumprido. São duas questões diferentes, que redundam, em tese, em punição ou não direito a determinadas coisas para objetivos distintos. Um é para dar gradação do tamanho do partido no tempo de televisão. O outro é para, em tese, obrigar os partidos a funcionarem organicamente, para que não sejam partidos de gaveta, partidos de pasta, vivendo em cima de diretórios provisórios e, portanto, sem nenhum tipo de representatividade. Então, são questões diferentes, mas que se complementam na necessidade de estruturar os partidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – V. Exª retirou o §1º ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Fátima...

Senador Marcelo Crivella.

É porque há uma ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É no mesmo sentido. É porque não acompanhei o debate, Senador Jorge Viana.

O §1º V. Exª não retirou? V. Exª mantém?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, eu retirei o programa estadual do §1º. Porque hoje não existe programa estadual de rede, só inserção. A ideia era voltar o programa estadual. Mas aí o que as emissoras ponderaram e com veracidade? É que nós temos hoje o programa nacional e, ao termos mais dez minutos de programa estadual com 28 partidos, seria inexequível a grade para se fazer essa programação. Então, eu estou retirando o programa estadual, que era uma novidade; mantendo o nacional, que já existe; mantendo as inserções, que já existem, e dizendo que, no dia em que a gente tiver quatro ou cinco ou seis partidos, aí a gente pode pensar em ter de volta o programa estadual. Com 28, é impossível de se fazer essa programação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mantêm-se as inserções estaduais?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mantêm-se as inserções estaduais.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só para ficar claro, Senador...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – E sem necessidade de, no Estado, haver um Deputado estadual, como é hoje.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só para ficar claro, Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Porque ter uma Bancada federal e não ter uma do Estado, fica essa discussão se pode haver o programa estadual ou não. Estou balizando tudo pela Bancada federal.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só para ficar claro, Senador Romero Jucá.

Quer dizer que o senhor está propondo, na verdade, criar duas barreiras...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Vou propor três. Há mais uma barreira, que é financeira também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então é para fechar tudo mesmo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não é para fechar, não. É que nós vamos ter que botar os partidos para correr atrás de votos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, tudo bem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Partido político tem que ter voto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Isso será objeto de debate.

Na verdade, o senhor não está propondo só uma barreira. O senhor está propondo mais de uma, no que diz respeito exatamente à questão do acesso ao fundo partidário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nós vamos ter uma barreira de cláusula de desempenho, que a Câmara aprovou, que é um Deputado Federal eleito. O.k., isso é cláusula de desempenho.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Um Deputado ou um Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, um Deputado.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Tiraram o Senador já?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, lá é só um Deputado.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Já tiraram um Senador de lá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, lá não há Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Não, porque, no dia 28 de maio, havia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Está aqui...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Se for um parlamentar, vai.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Pelo menos um representante...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas no texto que eu vi é um Deputado.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Essa é a minha dúvida.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mariângela, pegue o quadro comparativo do texto da Câmara.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Essa é a dúvida que eu gostaria de esclarecer junto ao Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu vou checar agora. Eu me lembro de que era um Deputado Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador, eu pediria... Há uma dúvida, e o Senador vai ver.

Senador Crivella. Em seguida, Senador Donizeti, Senador Garibaldi.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu estou aqui sem som.

Alô! Alô! Um, dois, três...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, aqui à sua direita.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Rapaz, está uma bagunça aqui hoje! *(Soa a campanha.)*

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Eu gostaria aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator Romero Jucá, a quem parabeno pelas propostas de falar sobre esse artigo que trata da distribuição de tempo. Eu tenho a impressão de que a gente podia harmonizar isso melhor, Senador Romero.

Veja bem, Senador Romero: se o sujeito elege um Deputado, ele tem dois minutos; se ele elege quatro, ele tem dois minutos também. Se ele elege cinco Deputados, ele tem cinco minutos. Mas se elege dez, ele tem cinco minutos também. Então, eu acho que nós não estamos sendo proporcionais à Bancada. Porque uma coisa é eleger cinco, outra coisa é eleger dez. Eu tenho a impressão de que nós faríamos melhor se de um Deputado a dez Deputados, nós escalonássemos: quem tem um Deputado, um minuto; dois Deputados, dois minutos; três Deputados, três minutos; quatro Deputados, quatro minutos; cinco Deputados, cinco minutos; seis Deputados, seis minutos... E, a partir de dez, vinte, trinta, quarenta, dez minutos. Aí nós estaríamos sendo mais justos, mais justos. Tenho a impressão de que, matematicamente, ficaríamos mais isentos aos reclamos dos partidos. Porque, Senador Romero, elegendo dez, tem-se cinco minutos; mas o outro que elegeu cinco vai ter os mesmos dez minutos? Peço a V. Ex^a que pense sobre isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pensarei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Esta é a minha questão. Eu acho que há uma desproporcionalidade muito grande para quem tem um ou tem quatro ou tem cinco ou tem dez. Ou seja, e o que tem 60 vai ter 60 minutos?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, vai ter dez.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, é lógico. Isso é desproporcional demais. É muito... Você está protegendo muito... Quando nós fizermos isso, nós estaremos protegendo muito quem é pequeno e prejudicando quem tem mais...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas o tempo máximo é dez, não dá para aumentar mais.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não dá para aumentar mais que dez, mas também não deveria ser dois. Entendeu? É desproporcional.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sim, mas é o mínimo, senão a gente não passa na Câmara. Eu tenho que aprovar alguma medida aqui que passe lá. Não adianta criar uma situação que não passe lá.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É uma situação...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Isso foi um cálculo feito pela distribuição dos partidos nos 28 Deputados. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É distribuição dos Deputados em 28 partidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, 10 é mais ou menos a metade das bancadas. Então, de 10 para cima, metade das bancadas já vai ter o mesmo direito.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na lei atual, é quanto tempo?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Dez minutos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E antes eram 20 minutos?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. O programa é de 10 minutos. A inserção é de 20 minutos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na minha avaliação, isso fica desproporcional demais, e acho...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A inserção continua de 20 minutos. Nós não estamos mexendo no tempo de inserção. E o programa continua sendo de 10 minutos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por ano, são 40 inserções?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não. Estou falando aqui por semestre.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, eu, pessoalmente, tenho discordância nessa proporcionalidade. Se pode aumentar... Quer dizer, aumentar mais que 10 minutos é uma questão que...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. Não se pode aumentar mais do que 10 minutos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por quê?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Porque é inexecutável na rede. Nós estamos entrando num processo de programas em emissoras privadas. Claro que são concessões, mas, se colocarmos 20 minutos,

o cidadão desliga; 10 minutos já é um tempo suportável para o cidadão que está vendo ali um programa e, de repente, entra um programa eleitoral. Se colocarmos 20 minutos, o cara muda na televisão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu não penso assim...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – E ainda xinga o partido que está aparecendo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Essa questão dos 2 minutos para um é só porque tem que aprovar na Câmara?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, é um tempo mínimo! Hoje são 3 minutos o tempo mínimo. Eu estou baixando para 2 minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Bote um!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por que nós não podemos colocar 1 minuto, Senador? Eu acho que 1 minuto seria um tempo bom; é um Deputado, são 2...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós precisamos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Veja bem, essa é a minha proposta. Quem quiser fornecer uma proposta manda, que nós discutimos e votamos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós não podemos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu vou atender o que a maioria definir. Eu aqui sou um escravo da democracia e da maioria. Para mim, não há problema. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador, nós não podemos ficar num... O Senador Garibaldi é o próximo inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não exageremos, Senador Jucá. (*Risos.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Hã?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não exageremos. (*Risos.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, exageremos! (*Risos.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi, V. Exª tem a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Depois, em seguida, o Senador Collor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Deixe eu só registrar aqui o seguinte: a cláusula de barreira que a Câmara aprovou é um Parlamentar. Então, pode ser Deputado ou Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É um Parlamentar. Agora resolveu, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Você está mantendo isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Oi?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Você está mantendo isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Oi?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – V. Exª está mantendo isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, eu não mantive isso ainda porque esse projeto não chegou aqui, mas é ele que nós vamos votar.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Vamos votar do jeito que vier?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Exatamente. Essa é que é a pergunta.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Vamos votar do jeito que vier, Senador Romero?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O que V. Exª pensa?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, eu acho que...

Aqui eu estou ajustando para pelo menos um Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Um Parlamentar Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então, mantém a Câmara?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Oi?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então, V. Exª está mantendo a Câmara?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu estou mantendo na cláusula de desempenho... Eu estou usando a cláusula de desempenho de lá na cláusula administrativa aqui também, mantendo a mesma posição...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Então, um Parlamentar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... um Parlamentar Federal...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Sendo Senador ou Deputado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... Senador ou Deputado.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Então, está de acordo com o que eu havia falado?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Está de acordo. V. Exª tinha razão.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone.*) – Tanto Senador, como Deputado?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, Sr. Relator, só para colaborar com o Relator, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a exigência contida na lei. Com isso, a matéria está, até o presente momento, regida basicamente pela Resolução nº 20.034, de 27 de novembro de 1997, do TSE, especialmente pelos arts. 3º e 4º.

Pergunto ao Relator: vamos realmente enfrentar essa inconstitucionalidade?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Qual inconstitucionalidade? Da cláusula de barreira?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sim, a inconstitucionalidade da...

Nós não estamos discutindo aqui o item 2?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Estamos. Estamos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Que altera o art. 49 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Exatamente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Para disciplinar o acesso dos partidos políticos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Posso... V. Exª tem razão em mencionar o que passou.

O que é que passou? Nós tivemos aquela reunião com os Ministros do Supremo, e lá foi discutida essa questão de quando o Supremo definiu a inconstitucionalidade da cláusula de barreira.

Por que o Supremo definia inconstitucionalidade? Primeiro, o Supremo, depois, avançou, entendendo que poderia ter modulado a solução, mas já havia passado. A segunda questão é a seguinte: a cláusula de barreira que foi apreciada naquele momento era diferente desta. Era uma cláusula de barreira pela qual o Deputado se elegia, mas, como não tinha alcançado 3% ou 5%, não teria direito a participar de comissão; ele não teria uma série de direitos, como Parlamentar, que outros Parlamentares teriam. Então, o que o Supremo julgou inconstitucional foi dar tratamento diferenciado. Você teria um Deputado de primeira classe e um Deputado de segunda classe, porque o partido não conseguiu atingir a cláusula de barreira nacional.

Esse foi o motivo de se discutir e de se aprovar a inconstitucionalidade. Nós discutimos já essa outra modulação com os Ministros do Supremo, com os juristas e, é claro, ouvimos opinião... Não é ninguém julgando nada, mas a direção que a Câmara e que nós estamos tomando aqui também, em tese, pelo que ouvimos, é uma direção constitucional.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu não participei da reunião com os Ministros do Supremo, não sou jurista, então, acredito que V. Exª tem razão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Obrigado, Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Gostaria também de levar ao Senador Romero Jucá, Relator, uma sugestão que faço em relação à distribuição do tempo de televisão, apenas como uma colaboração e contribuição caso haja necessidade de se colocar isso em deliberação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu recebi aqui do Senador Collor a seguinte gradação: dois minutos de um a cinco Deputados; quatro minutos de seis a doze Deputados; seis minutos de treze a vinte Deputados; oito minutos de vinte e um a trinta Deputados; dez minutos mais de trinta Deputados.

Essa é uma questão até que restringe mais, mas volto a ponderar. Qual é a minha questão? É que, ao passar aqui o ponto de corte, diminuindo até trinta Deputados, vamos pegar a grande maioria dos partidos da Câmara...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E aí não aprova.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... e aí vou ter dificuldade de aprovar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É evidente. Tem que fazer essa coisa realisticamente para aprovar na Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Essa conta que eu fiz, essa tabela que eu fiz foi prevendo uma projeção de votos para aprovar. Então, fiz essa gradação já no limite...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Tem razão V. Ex^a. Está certo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... que chega ali já na...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos seguir.

Senador Caiado. Em seguida, Senadora Fátima.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Vou aguardar o Relator acabar aquela conspiração ali, Presidente...

Nobre Relator, no projeto 2, eu gostaria de sugerir a inclusão de um parágrafo único no art. 49 da Lei nº 9.096/1995, especificamente para permitir a regionalização do tempo de rádio e televisão do partido nacionalmente.

Esse assunto, V. Ex^a pode dizer que ele não está impedido, mas, infelizmente, nos últimos dois anos, o Tribunal Superior Eleitoral tem indeferido essa solicitação feita do nacional.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É verdade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Isso é uma medida *interna corporis*, ou seja, o partido sabe aonde ele deve direcionar ou não essas inserções. Essa é uma prerrogativa nossa. Eu gostaria que V. Ex^a acolhesse essa ideia num parágrafo único, que a gente pudesse regionalizar o tempo nacional do partido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Peço à assessoria que redija o seguinte parágrafo: “Caberá à direção nacional do partido definir se as inserções terão caráter nacional ou regional, a critério de cada partido.”

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Já tenho até um texto pronto: “A critério do órgão partidário nacional, as inserções nacionais referidas no inciso II deste artigo poderão veicular conteúdo regionalizado, comunicando previamente ao Tribunal Superior Eleitoral.”

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Acato a proposta de V. Ex^a. Peço que seja trazida à mesa, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Essa emenda do Caiado não vai favorecer a “cacicagem” não?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, essa emenda do Senador Caiado define, para cada partido, efetivamente, se ele quer fazer uma propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem sobreposição.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por que qual é a questão? O Brasil é um país continental. O PMDB nacional pode querer fazer um tipo de mensagem para o norte do Brasil e um tipo diferente para o sul do Brasil. Hoje, a propaganda tem que ser nacional, de caráter nacional. Em tese, cada direção partidária irá definir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Entendi, Presidente. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Caiado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Já está lido. Já está fazendo parte do meu relatório a proposta do Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Fátima com a palavra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, quero aqui só fazer um registro com relação à publicação que saiu ontem, em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha publicada no jornal *Valor*, e que trouxe uma notícia que considero muito importante e tem absolutamente tudo a ver com o tema aqui em debate. A pesquisa revelou que 74% dos brasileiros são contrários ao financiamento de campanha por empresas privadas; apenas 16% são favoráveis às doações de campanha; enquanto 10% não têm ainda opinião formada sobre o assunto.

Vai chegar o momento ainda, não é, Senador Romero?...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Vai chegar o momento

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...que vamos nos debruçar sobre esse tema, que considero fundamental. Particularmente, acho que, com qualquer mudança feita nas regras que norteiam o sistema político eleitoral que não toque exatamente no modelo de financiamento existente, não conseguiremos de maneira nenhuma fazer mudanças que venham no sentido exatamente de corrigir as distorções, os vícios, enfim, as imperfeições do sistema político eleitoral vigente.

Essa pesquisa me chama a atenção porque é muito corrente a gente escutar que o povo não concorda de maneira nenhuma com financiamento público, que o povo não concorda com isso. De repente, a pesquisa aqui está dizendo o contrário. Volto a dizer: 74% se posicionam aqui exatamente contra o financiamento de

empresa, o chamado financiamento privado. É provável que a população esteja fazendo exatamente a leitura de que está exatamente na origem do modelo de financiamento existente a influência e o abuso do poder econômico, que, por sua vez, leva à corrupção, que, por sua vez, leva às assimetrias e à desigualdade na disputa política eleitoral em curso. Mas isso será objeto de debate no momento oportuno.

Quero com relação à proposta, Senador Jucá, só fazer algumas considerações.

A proposta vem exatamente com o objetivo de sanar uma lacuna legal decorrente da ação direta de inconstitucionalidade. A ADI nº 1.351 considerou inconstitucional uma série de dispositivos da Lei nº 9096, de 1995. Hoje, a questão do acesso ao tempo de televisão está regulamentada por uma resolução do TSE. O que se quer, agora, portanto, é dar um regramento legal ao tema, o que, sem dúvida nenhuma, é importante e oportuno. Agora, entre o que está hoje e o que V. Exª está propondo, com todo respeito, não sou simpática, não sou favorável, porque acho que o projeto é prejudicial à pluralidade de ideias, acho que ele não representa um avanço, acho que ele retrocede em relação ao sistema vigente, na medida em que exclui qualquer possibilidade de que partidos ideológicos apresentem seus programas em cadeia nacional.

Enfim, Senador Jucá, é aquele debate que já vem de muito tempo. Claro, vinte e tantos partidos, partidos com perfil fisiológico, partidos de aluguel, partidos que fazem da política balcão de negócios, partidos que fazem isso, que fazem aquilo, mas sou daquelas que acho que a gente não pode tratar os partidos menores com essa uniformidade. Muito pelo contrário; nós temos os chamados partidos de perfil ideológico que, portanto, não têm, nem na sua concepção, nem na sua prática, procedimentos como esse.

Portanto, temos de separar o joio do trigo, porque, de repente, se a gente adota aqui um procedimento uniforme, vai cair naquilo exatamente que eu coloquei aqui, termina sendo um retrocesso, porque não estamos contribuindo para a pluralidade de ideias, para o fortalecimento da democracia e simplesmente negando aos partidos pequenos, partidos de perfil ideológico, que têm, sim, uma história, uma prática política pautada pela coerência, pelo compromisso, nós estaremos punindo os partidos com esse perfil. Daí por que eu acho que nós temos de buscar, Senador Romero, uma forma, uma alternativa para separar o joio do trigo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senadora Fátima, eu respeito a posição de V. Exª, mas discordo, porque partido ideológico sem voto e partido de gaveta sem voto, se não tem voto, todos os dois têm de ter o mesmo tipo de tratamento, qual seja, crescer, multiplicar, arranjar votos, eleger um parlamentar e, a partir daí, participar. Se esse partido é ideológico, não é possível que, no Brasil, ele não consiga eleger um deputado federal. Se não conseguir, sinceramente, a ideologia está equivocada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas, aí é que está, é porque vai ficar difícil, por exemplo, tempo de televisão, fundo partidário, uma série de mecanismos existentes... Qual é a proposta em debate? É exatamente o quê? Proibir esses partidos que queriam mais acesso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não; o Fundo Partidário é outra divisão. Estamos tratando aqui de programa eleitoral partidário para quem tem bancada, para quem tem ideias com um mínimo de sintonia com a sociedade brasileira. Se aquele partido não tiver um deputado federal eleito, desculpe-me, esse partido tem de crescer, não tem de vir para a televisão, dissociado da realidade política brasileira, enchendo a paciência do eleitor. Tem de crescer...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu discordo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, vamos dar continuidade aos temas, pois temos uma reunião de Líderes.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu sei, Senador. Eu quero só dizer que eu discordo, mas vamos ter oportunidade de fazer o debate. Na direção do que V. Exª propõe, nós vamos cair em outro vício, que é, de repente, ficar o quadro da política brasileira com três, quatro, cinco partidos, inchando cada vez mais e, de repente, todo o debate da questão programática, da ideologização, e por aí vai, se diluir e, no final das contas, é isso, vai inchar, inflar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. O próximo orador inscrito é o Senador Randolfe.

A Presidência consulta o plenário. Nós não estamos aqui fazendo votações que são terminativas, do ponto de vista da Casa, mas que orientam o debate na Casa. O que for aprovado nesta Comissão será debatido no plenário e terá a soberania do plenário na sua deliberação.

Esse é o item 2, o segundo item que estamos apreciando, que o Relator traz. Eu gostaria de consultar o plenário, sem prejuízo das inscrições, se podemos deliberar sobre esse item, já que estão cobrando o próximo, que é a cláusula de barreira vinculada a financiamento, a acesso a fundo partidário.

Então, indago: podemos deliberar sobre esse item, sem prejuízo das inscrições, entrarmos no segundo item...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – V. Ex^a está falando do 2 ou do 6?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu estou falando do 2, exclusivamente. Esse primeiro, sobre o uso do tempo, que é a repetição que o Relator está propondo.

O Relator propõe que se delibere em cima do que a Câmara votou, ou seja, uma cláusula de barreira entre 594 Parlamentares – Senadores e Deputados –, o partido que tiver um parlamentar terá acesso a tempo de televisão. Esse é o critério que estamos votando agora. O segundo item diz respeito a acesso ao fundo partidário.

Eu queria saber se nós podemos deliberar sobre esse item, seguir com o debate, as inscrições, e entrar no segundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Podemos deliberar, mas eu quero falar antes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu estou perguntando ao Plenário...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu tenho uma divergência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, eu vou ouvir o Senador Randolfe... É pela ordem de inscrição: os Senadores Randolfe, Valadares e Donizeti.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente e Senador Romero, eu acho que o item 2 tem uma vinculação com o item 6 que temos na pauta e com outro tema que eu queria trazer aqui, que ainda não está na pauta, mas que eu considero que temos que debater, que é a questão da fidelidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso é que eu estava pretendendo, já que estão querendo trazer o item próximo...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A fidelidade virá da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e esse outro, primeiro resolvermos esse que estamos debatendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito, mas me permita só fazer algumas proposições de ajuste no item 2. Veja, no item 2, o *caput*, V. Ex^a recuperando e trazendo o que foi apreciado na Câmara, diz: "Aos partidos que tenham concorrido com candidatos próprios à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um Deputado Federal..."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito, mas me parece-me que seria necessária uma retificação aqui: um Deputado Federal ou um Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Vou fazer uma correção: eleição do Congresso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... e um Parlamentar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas o texto é este.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então, onde está aqui "Deputado", leia-se um Parlamentar Federal. Pode ser Deputado ou Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É essa a cláusula que a Câmara aprovou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E, onde está "Câmara", entra "Congresso".

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – E, onde está "Câmara", entra "Congresso," porque serve para as duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Certo, mas, na contagem seguinte, não se conta Congresso, conta-se Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não; está sendo também Parlamentar. Eu estou ajustando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É Parlamentar Federal.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Tudo é Parlamentar Federal. O texto está ajustado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – E a contagem seguinte, dois minutos? Por exemplo, a realização de um programa em cadeia nacional, de um programa em cadeia estadual, em cada semestre, dois minutos para cada para os partidos que tenham eleito de um a quatro Deputados Federais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não; aí é Deputado Federal porque tempo de televisão é baseado nas bancadas federais. Então, aí nós não estamos mexendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – E a circunstância de um partido que elegeu um Senador e não elegeu Deputado Federal? Vai ter direito?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Ele vai ter direito. Ele vai entrar na cota mínima, porque...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ele tem direito a três minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Ninguém tem menos de dois minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Pois bem; era esse o entendimento que queria.

V. Exª está partindo de um momento, que é o momento da eleição; entretanto, nós estamos fazendo um freio de arrumação do sistema político e partidário brasileiro. Eu pergunto se a mesma janela que estará sendo aberta para a fidelidade partidária não seria o ponto de partida aqui para a contagem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não; nós não vamos discutir ainda fidelidade partidária. Essa matéria não chegou aqui. É uma matéria polêmica no Senado. Eu não sei se vai passar a fidelidade partidária. Então, eu não vou basear nenhuma legislação em janela. A fidelidade partidária virá da Câmara para cá, dando fidelidade partidária para todos os mandatos.

Agora, nós vamos discutir aqui a questão de tempo de filiação, troca de partido, se é possível janela. Isso não foi feito ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito.

Mas, veja, há uma circunstância colocada, ou seja, nas regras que vieram da Câmara da contagem do tempo há quatro partidos que estão excluídos, e há partidos novos que, daqui para setembro, podem obter o registro. A pergunta é se...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas eles não trarão, pela legislação vigente, atual, o tempo de televisão na criação de novos partidos. Nós aprovamos isso aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Já está sancionado, Presidente; já está sancionado. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito. A questão a colocar era exatamente esta: se estamos fazendo um ajuste aqui e se esse não seria o ponto de partida.

E uma última questão, Senador Romero, se me permite, é que nós estamos acumulando algumas cláusulas de barreira: uma, no item 2, em relação a tempo de televisão, e outra, no item 6, em relação a Fundo Partidário. Permita-me só destacar que a cláusula que V. Exª coloca em relação a Fundo Partidário é uma cláusula...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É o próximo, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É o item 6.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu coloquei um pouco mais pesado. Há a proposta de modulação e nós vamos discutir na hora certa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É essa a proposta que apresento a V. Exª. Uma proposta de metade dos Municípios brasileiros acaba sendo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós vamos concluir primeiro o encaminhamento do item 2, da proposta 2.

O Senador Caiado pediu pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pela ordem, Senador.

A questão das mulheres não entrou no item.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não sou eu o próximo a falar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É o Senador Valadares.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Senadora, ninguém quer briga com mulher.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Caiado pediu pela ordem?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Como nós temos uma reunião de Líderes, eu gostaria de saber se o Relator aceita... Já que nós temos dois outros processos, eu tenho propostas a apresentar aos outros dois. Assim, gostaria de saber se V. Exª me autoriza a apenas apresentar a sugestão, já que eu não vou poder ficar até o fim da discussão...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu sugiro que V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... em relação ao número 6...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... encaminhe por escrito, encaminhe para a assessoria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... de redação de texto.

Eu gostaria só de pedir aos colegas, aos nobres pares, se eu poderia já apresentar e, com isso, no momento da discussão, a Presidência acolheria ou não. E eu discutirei depois lá no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estão chegando para a presidência dos trabalhos várias propostas e sugestões. Assim, V. Ex^a poderia encaminhar e, com certeza, o Relator poderia levar em conta e apreciar no debate, para que pudéssemos agilizar, porque eu tenho uma lista de inscritos e temos mais quatro itens. Estamos no primeiro item ainda para deliberar. Se não, nós teríamos... O Senador Valadares está me cobrando a palavra como orador inscrito.

V. Ex^a poderia encaminhar, Senador Caiado, para a Mesa...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e, no debate do item 2, do item 6 e dos demais, incluiríamos aqui e faríamos a discussão, independentemente da presença, porque sei que está sendo chamada uma reunião de Líderes.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu só queria lembrar que, quando nós estamos falando de tempo de rádio e televisão, estamos falando de renúncia fiscal, isto é, dinheiro público. Na eleição de 2014, por exemplo, a União renunciou a R\$840 milhões e, de 2002 para cá, a mais de R\$5 bilhões.

Então, considero mais que justa essa gradação, dando a César o que é de César. O partido que tiver voto, que tiver participação no Parlamento vai ter direito de falar, mas aquele que tiver uma participação maior vai ter direito de falar mais. Isso é mais do que justo. É uma proporcionalidade equânime.

Presidente, Relator, como a Câmara está destacando que quem tiver um parlamentar tem direito de participar na televisão. V. Ex^a repete a frase lá da Câmara e mistura: quem tem um parlamentar com quem tem quatro, eu acho que a proporcionalidade não está sendo adequada, uma vez que nós deveríamos deixar quem tivesse um parlamentar com dois minutos, não tira um minuto deles; agora quem tivesse acima de quatro, aí sim, continuaria a gradação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – De quatro acima, tem cinco, tem seis...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Ex^a está dizendo dois minutos. Eu estou dizendo o seguinte: segundo a regra, quem tem um passa a participar da televisão e do rádio, a regra ordinária deveria ser assim, começar com dois minutos. Não estamos tirando nada deles. Quem tem um parlamentar vai ter dois minutos, como foi destacado no seu projeto. Agora quem tem quatro em diante vai ter mais. O que o seu projeto disse?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – De um a quatro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – De um a quatro deixava isolado. Quem tem um parlamentar vai ter dois minutos. Nós não estamos prejudicando.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu não posso nivelar por baixo para manter...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas eu não estou liberando por baixo nada! Eu estou querendo é defender quem tem quatro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sim, mas quem tem quatro vai ter que crescer para ter cinco.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Vai ter dois minutos. Eu acho que o nº 5 talvez o senhor ache mais bonito. O nº 5 é mais bonito? Porque, de quatro para cinco, a diferença é de um parlamentar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sim, mas sempre será. Assim de 10 para 11, de 11 para 20. Sempre será um. Não tem jeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu quero sugerir um critério mais justo. Mas eu vou votar com o projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agora quero dizer que nós estamos falando aqui de financiamento público...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não; nós estamos falando aqui ainda...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não, não; nós estamos falando de financiamento público. Foram R\$840 milhões a que a União renunciou, em 2014, para pagar os programas de televisão obrigatórios; e foram R\$5 bilhões de 2002 para cá. Então, nós não estamos falando aqui de dinheiro privado, que a televisão não está nos dando nada para a gente, não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Por isso mesmo nós estamos reduzindo o gasto público aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Na realidade, nós não estamos reduzindo; nós estamos renunciando ao dinheiro. Na verdade, estamos renunciando a 80% do imposto de renda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas isso a televisão deixa de pagar. Se não houver o programa, a televisão vai pagar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu estou dizendo que a televisão ia pagar; não vai pagar porque a Nação está dizendo: “Olhe, você não vai pagar 80% do imposto de renda para você ajudar a democracia”. É isso que nós estamos dizendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas aqui eu estou reduzindo o tempo de televisão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, eu acho que o critério da proporcionalidade é bom. Agora, é dinheiro público que está sendo jogado em cima de partido político.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É o modelo hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É dinheiro público!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Donizeti. Em seguida, Senador Lasier, Senadora Marta e Reguffe.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Jucá, a Senadora Fátima tocou nesse assunto, que é o seguinte, e a mim quer parecer que ela tem razão. Nós devíamos juntar financiamento, que é o fundo partidário, com tempo de televisão numa coisa só. Está bem, o cidadão elegeu um Deputado Federal, mas ele tem que ter o partido dele organizado em 50% dos Municípios, 50% do Estado. Não pode ser uma coisa desatrelada da outra. Eu elegi Deputado Federal um, eu tenho tempo de televisão...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – É desatrelado porque são dispositivos de lei diferentes.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A lei é para ser uma só, é a lei eleitoral. Para mim, quer parecer que, ao juntar isso, nós estamos fazer uma cláusula de barreira mais substancial e que vai levar àquilo que, ao fim, é o que se está discutindo aqui, que é reduzir esse número de partidos.

A segunda...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Donizeti, estamos colocando por etapas porque, com uma proposta, o Plenário pode concordar; com outra proposta, o Plenário pode não concordar. (*Fora do microfone.*)

Então, nós estamos fazendo departamentalizado para facilitar a votação e a aprovação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bem, a segunda coisa que eu queria colocar é a emenda apresentada pelo Senador Ronaldo Caiado. Eu concordo com ela, acho que tinha que haver uma emenda ali, a gente tinha que acrescentar mais alguma coisa, porque está certo que é *interna corporis*...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Já está acatada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... a direção nacional pode deliberar e determinar sobre isso, mas tem que ter uma autonomia também das direções regionais, ou seja, a gente tinha que limitar um tanto de tempo que pode arbitrar e outro tempo negociado com as direções estaduais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Deixe-me falar uma coisa. Como funciona na prática? A direção regional pede à nacional – é ela que provoca – e a nacional define ou não. Se definir, delega e dá autorização o TSE para que a inserção seja local. É assim que funciona.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Assim que funciona, se a direção nacional mandar para mim, lá do Estado, eu não tenho que veicular as inserções dela? Isso é só em caso de a direção estadual aceitar?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Se não quiser, não passa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Claro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Se a direção estadual não quiser, não passa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Claro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então está certo. Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É a diretoria regional que vai veicular, se quiser. Se não quiser, não veicula.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Lasier.

Vamos tentar agilizar porque temos de tomar uma decisão sobre esse item, que é apenas um dos quatro itens que temos que apreciar hoje.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Jorge Viana, é exatamente por esse tempo que estamos levando para votar cada tema que me preocupa, porque, como já falei na reunião passada, nós deveríamos seguir uma ordem de importância. Estamos seguindo, até agora e cada vez mais, embora o trabalho louvável do Senador Romero, a ordem da Câmara, que fez reformas, até agora, com matérias de menor importância, enquanto nós, aqui, deveríamos ter um pouco mais de autonomia e dar preferência àquilo que a sociedade brasileira está reivindicando. Em uma pesquisa do fim de semana, na *Folha*, encomendada pela OAB ao Datafolha, 74% dos brasileiros se manifestam contrários à doação por empresas, que deve ser a matéria prioritária. Eu não entendi, até agora, Senador Jucá, porque V. Ex^a está protelando tanto esse tema, que é o prioritário, que o Brasil inteiro reivindica. Quando é que vamos tratar disso? Se V. Ex^a trouxe, na primeira reunião, onze temas; depois, trouxe mais três, já são catorze, isso não vai nos dar tempo de discutir o que é importante e vamos seguindo aquilo que a Câmara dos Deputados fez, que foi uma reforminha cosmética, de nenhuma repercussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Lasier, só para novamente reafirmar, eu trabalhei o fim de semana com a Câmara dos Deputados. Eles estão avançados num processo de limitação de recursos para financiamento de campanha. Estão construindo uma alternativa lá. Os Deputados. E é importante que se construa lá porque lá vai ser a maior dificuldade de se aprovar. Eles querem criar limites por campanha, estão fazendo cálculos, eu estou acompanhando...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas por que é que não fazemos a nossa, para ir ao encontro da deles?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Essa matéria será votada. Essa matéria será votada. Agora, se nós pudermos vencer a etapa mais complexa, que é a etapa dos Deputados Federais, nós vamos ter a condição aqui de votar rapidamente. Até porque a PEC precisa vir também. A gente vai ter que receber a emenda constitucional, que constitucionaliza a questão da doação de empresas, e a regulamentação é essa regulamentação que está sendo fechada na Câmara. Eu estou acompanhando e, no momento certo, quer dizer, assim que eles tiverem, mesmo que eles não votem, eu já trago para a gente começar a discutir aqui. Mas eu estou aguardando que eles fechem a modelagem, porque eu acho que é uma questão de economia processual, para que a gente possa aprovar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Marta e Senador Reguffe, e encerramos as inscrições.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu me inscrevo na próxima, Presidente. Inscrevo-me para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Próximo item?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, Senadora Marta e Senador Reguffe. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Marta abre mão? *(Pausa.)* Senador Reguffe.

E aí vamos apreciar esse item e entrar o próximo.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, primeiro eu queria registrar que eu protocolei sete propostas aqui na Comissão que eu quero que, no tempo oportuno, sejam debatidas pelo Pleno desta Comissão. Segundo lugar, com relação a esse tema de forma específica, esse projeto diz respeito ao tempo de televisão entre as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Portanto num período que é não eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não eleitoral.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Qual é o objetivo de se ter tempo de televisão para os partidos num período não eleitoral? É que os partidos tenham tempo para expor as suas ideias, expor o seu programa para a população. Eu considero que essa coisa dos comerciais de trinta segundos, isso são comerciais que não se consegue colocar um programa do partido. Isso despolitiza o processo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não vai ter problema.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muitas vezes é apenas uma crítica ou você não consegue se aprofundar em nada. E se dá a opção para o partido de ele ter um comercial de um minuto ou ter dois de trinta segundos, todos vão querer dois de trinta segundos, porque, do ponto de vista publicitário, tem mais visibilidade, mais repercussão, do mesmo jeito que na campanha se dá possibilidade de ter quatro de 15

segundos ou um de um minuto, todos fazem a opção por quatro de quinze segundos. E eu considero que é importante que se politizar mais o processo. Se aprofundar um pouco mais nas ideias. Coisa que não dá para fazer em trinta segundos. Então, sou voto vencido, mas eu penso que deveria, pelo menos do ponto de vista conceitual, se deveria exigir que aqui todos os partidos fizessem a opção pelo tempo de um minuto, pelo menos, para que pudessem explicar as suas ideias. Mas sou voto vencido, respeito...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas a legislação diz que é até um minuto. Então na verdade...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Um minuto ou trinta segundos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... fica a critério de cada partido definir como é que é o que ele quer vincular.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Todos vão fazer a opção por trinta segundos e ninguém vai fazer um debate um pouco mais aprofundado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Mas os programas nacionais dos partidos continuam existindo. Então, em tese, você pode fazer um debate no programa nacional do partido e colocar pílulas de chamadas desta questão.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É. Mas se as pílulas são num período que não é eleitoral...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Questão de estratégia de comunicação.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... ela deveria se propor a isso, a colocar ideias, discutir ideias mais a fundo. É apenas uma opinião: que eu considero que um comercial curto, apesar de, do ponto de vista publicitário, ser o mais indicado, do ponto de vista de politizar a sociedade, de fazer um debate político, uma discussão política mais aprofundada, ele não cumpre um papel esse comercial curto. É apenas a minha opinião que eu queria registrar, já que esse tema está sendo debatido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Nós encerramos as inscrições e eu queria então passar para o Relator para que se possa fazer os últimos esclarecimentos já que foi feita alguma alteração no texto, inclusive tirando uma dúvida minha, que era de Parlamentar Federal, acho que já ficou claro, vamos deliberar sobre esse item, como recomendação sempre pedindo urgência, no plenário ele volta ao debate, será discutido, para entrar no item a proposta 6.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É, registrar que, com os ajustes com a discussão, o art. 49 se refere a eleições no Congresso Nacional e a cláusula de desempenho é de um Parlamentar Federal para o funcionamento do partido.

Quando nós chegamos à questão dos programas, nós retiramos do texto inicial a cadeia estadual de programa corrido, que não existe hoje, e mantivemos a questão das inserções, sem a necessidade de deputado estadual naquele Estado. E estamos mantendo o vínculo do cálculo do horário com os Deputados Federais, porque é assim que é feito hoje durante a programação.

Então esse é o texto agregando a contribuição do Senador Ronaldo Caiado, que define, na Direção Nacional do Partido, poder delegar para as inserções regionais, da forma como o texto foi apresentado.

Esse é o relatório.

Peço o voto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos à apreciação da Proposta nº 2: acesso...

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO. *Fora do microfone.*) – Parlamentar Federal é Deputado e...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E Senadores. Exatamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Parlamentar Federal, na cláusula de desempenho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, vamos apreciar e deliberar sobre a Proposta nº 2: acesso dos partidos ao rádio e à televisão; altera o art. 49 da Lei nº 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos).

As Sras e Srs. Senadores que concordam com a proposta, modificada pelo Relator a partir das observações do Plenário, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com os votos contrários da Senadora Fátima e do Senador Randolfe, fica assim deliberada a proposta, com o pedido de urgência para que se debata, no Plenário, como o primeiro item votado na sessão anterior.

Vamos à Proposta de nº...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Botei um adendo: quem votar contra não tem direito a tempo de televisão no Estado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Proposta nº 6: acesso ao Fundo Partidário e aos programas partidários no rádio e na televisão.

Óbvio que há uma conexão entre os dois, porque são cláusulas de barreira.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Bom, esse projeto é oriundo da proposta do Senador Walter Pinheiro. O que pretende esse artigo? Pretende que os partidos, para funcionarem, para receberem Fundo Partidário e terem todos os direitos de horário, de tempo de televisão e Fundo Partidário, tenham que estar estruturados permanentemente. Nós temos casos, hoje, de partidos que vivem provisoriamente no Brasil todo. A ideia do Senador Walter Pinheiro é criar uma obrigatoriedade mínima de comissões permanentes em Estados e em Municípios.

Eu radicalizei um pouco e coloquei a necessidade de ter comissão permanente em 50% dos Municípios brasileiros e 50% dos Estados, mas estou aberto à discussão, à modulação deste processo aqui, para que possa ser ajustado da forma na qual a maioria entender.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É bom que se esclareça algo. Essa Proposta de nº 6 trata das duas coisas concomitantemente. Ou seja, o partido que não alcançar o que estamos propondo, fica fora do tempo de TV e fica fora do Fundo Partidário. É bom que se coloque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Ou seja, cumulativo com o anterior.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não, não; nós não estamos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ele inclui...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É outra restrição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É outra restrição, mas ele inclui as duas, diferentemente do outro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É outra gradação de tempo. Essa é funcionamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Mas veja, o partido tem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Fundo Partidário e tempo de TV.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ... que conseguir aquele primeiro critério e, agora, tem que conseguir o segundo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Tem os dois, é.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, quando ele não tiver...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... a quantidade de diretórios funcionando...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Se ele não tiver a quantidade de diretórios, não adianta nem ter Deputados, porque não vai ter tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... ele não tem tempo de TV nem acesso ao Fundo Partidário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Como dizia na minha terra: é para acabar! (*Risos.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – É para acabar mesmo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ronaldo Caiado, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado **Sr. Presidente**.

Sr. Presidente, o nobre Relator quebrou totalmente a lógica do argumento que me sensibilizou na anterior. Ou seja, vai ter condições de ter tempo de rádio e televisão, construído dentro de uma análise detalhada de V. Exª em buscar maioria na Câmara. Perfeito! Entendi porque a partir de dez Deputados...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Esse projeto aqui não passa na Câmara, mas...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Lógico que não passa...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu acho que é uma obrigação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Lógico, isso aqui não passa na Câmara. Então, nós temos que viabilizar algo que seja compatível com o que V. Exª elaborou primeiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Temos que modular.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Já que aquele assunto de rádio e TV já está decidido, eu acho que essa abrangência de V. Exª, retornando o tempo de rádio e televisão mais o Fundo Partidário ao 45... A sugestão que faço é exatamente manter o 41-A – 3% para todos os partidos registrados, 97% dentro de distribuição de Deputados...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, essa está em outro projeto. É outra clausula de barreira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sim. Presidente, mas esse aqui se contrapõe exatamente àquele que nós já gastamos o tempo todo para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Qual?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O anterior.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não; este aqui é um projeto do Senador Walter Pinheiro, que, de certa forma, obriga o funcionamento orgânico dos partidos.

O que eu queria propor? Neste projeto, eu radicalizei, porque era proposta dele. O que podíamos fazer?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Vinte por cento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Colocar 30% até 2020, e, assim, ir modulando no tempo e diminuir um pouco. Mas eu acho que...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Vinte por cento imediatamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Acho que ficamos aqui, de certa forma, não criando nenhum mecanismo para os partidos continuarem da forma que são hoje, cartórios que funcionam de baixo do braço...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Corretíssimo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – E que você não tem nenhuma garantia... Se vamos exigir fidelidade partidária, porque virá a fidelidade partidária para tudo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Tem que democratizar o espaço partidário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... os partidos têm que estar institucionalizados, senão você ficará à mercê de donos de partidos que terão posições divergentes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, gostaria que V. Exª me garantisse a palavra para que eu possa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Caiado, para concluir; depois, Senador Aloysio e Senadora Fátima.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Estou fazendo uma progressão. O § 2º diz exatamente: somente participarão do rateio a que alude o inciso II, os partidos que tiverem constituído órgãos partidários permanentes em pelo menos 10% dos Municípios em, no mínimo, nove Estados.

Estou fazendo uma gradação, uma modulação. Aí tudo bem! Poderíamos colocar, na segunda eleição, 20%... E, assim, gradualmente, porque, do contrário, será a mesma situação onde teremos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Concordo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... aí também uma decisão do Supremo.

Então, vamos fazer escalonadamente, Esta, a sugestão que faço a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Só um ajuste: escalonado com o teto. Este limite de 50% ninguém alcança.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Com o teto, com o teto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aloysio Nunes, como inscrito; depois, Senadora Fátima.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Caiado fez uma sugestão com a qual concordo, acho inclusive que é mais viável a aprovação desta matéria na Câmara, se estiver dessa forma.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas concordo com V. Exª de exigir, no decorrer do prazo, uma escala gradual. Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Aloysio, então, referenda a ideia de fazer uma modulação nessa proposta e sairmos dos 50%, e criarmos um critério, conforme o Senador Caiado, ao longo do tempo.

Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, acho que esse é o caminho, porque, sinceramente, manter a proposta como esta é totalmente inviável. O Brasil tem 5.564 Municípios. Depois, não acho que o fato de ter o diretório organizado, por si só, seja indício de garantia da representatividade política do partido, do seu protagonismo, do seu papel. Por si só, não é, dado inclusive à cultura que vemos por este País afora de fazer esses diretórios serem organizados de maneira cartorial etc. Penso que à luz da nossa

realidade, é muito mais pedagógico que possamos fazer um escalonamento, para que possamos estimular os partidos a terem suas organizações partidárias, não à luz do fisiologismo, dessa forma cartorial como é a maioria hoje, simplesmente para dizer que tem um diretório ou uma comissão. É melhor que possamos alongar esse tempo e, com essa diretriz, que os diretórios possam ser constituídos à luz daquilo que é o mais desejável para fortalecer o papel dos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Posso fazer uma proposta aqui, com base na proposta do Caiado? Talvez, fazer o seguinte, teríamos 10% dos Municípios brasileiros e não 10% no mínimo de nove Estados, se pega Roraima, há poucos Municípios, o Acre tem poucos Municípios, faz-se uma maquiagem e não resolve nada. Então, acho que 10% dos Municípios brasileiros são 560 Municípios, é o mínimo. Teríamos 10% dos Municípios brasileiros e metade dos Estados até 2018. Vinte por cento dos Municípios brasileiros e dois terços dos Estados até 2022.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só uma pergunta. Dos Municípios brasileiros...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Total.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Total. Não tem cota por Estado?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não. Não.

Cota por Estado tem na Lei Orgânica, porque os Estados têm que ter... Pela Lei Orgânica dos partidos, quando você faz um Diretório, você tem que ter um número determinado por Estado. A gente não está mexendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador Romero, contemplo. É isso aí. Contemplou.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Contempla? Eu acho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Contempla.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Contemplou. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Inclusive, a resposta da Senadora Lídice também já está colocada, porque é obrigado também estar presente em vários Estados.

Então, tem que ter Municípios em vários Estados.

Eu acho que podíamos andar.

O Senador Garibaldi é o último inscrito.

Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu estou em consenso com o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, não. Eu ainda quero um esclarecimento. Tem inscrição? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero um esclarecimento com relação ao teto. Como fica?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, o teto é o seguinte: até 2018, tem que ter diretório constituído permanentemente em, no mínimo, 10% dos Municípios brasileiros e metade mais um dos Estados – isso até 2018. Até 2022, em 20% dos Municípios brasileiros, no mínimo, e em dois terços dos Estados.

Esse é o limite eu estou colocando por enquanto. Depois, a gente vê, porque vamos ver como é. Pelo menos, é um começo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Nós vamos pôr em apreciação esse item.

Eu acho que ficou aqui, também, com o Plenário... Nós estamos buscando construir propostas para levar para o Plenário, gente. O Plenário vai debater; vamos discutir, vamos emendar, vamos rejeitar, vamos aprovar...

Assim, submeto à apreciação a Proposta nº 6: acesso a Fundo Partidário e a programas partidários no rádio e na TV, conforme o critério estabelecido, fruto da sugestão do Plenário, acolhido pelo Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

E eu peço, também, a urgência, para que essa terceira proposta vá ao Plenário.

Naquilo que o Relator trouxe, a proposta seguinte seria a de nº 8. Eu acho essa uma proposta muito complexa, mais demorada...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Assim, eu preferiria fazer uma inversão e trazer o item 1.

Então, traríamos o item 1 e concluiríamos esta reunião com a apreciação do item 1, deixando essa nº 8, que é mais complexa, mais cheia de meandros, para uma próxima reunião.

Se houver concordância... (*Pausa.*)

O item 1 trata, exclusivamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Proposta nº 8 é complexa, vai exigir um debate mais demorado, uma maior apreciação. Então, eu proponho a inversão. Assim, concluiríamos a reunião com apreciação do item 1.

Então, peço ao Relator que passe a expor o item 1, porque é o último, isto é, o quarto dos Itens que ele trouxe.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quero me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Registrando que isso é para a partir da eleição de 2016. Não vale para eleições passadas.

Mas a posição é:

Art. 224...

.....

§3º - A decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda de mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta a realização de novas eleições independentemente do número de votos anulados.

O Senador Caiado parece que tem uma proposta de adendo sobre a questão de custo da nova eleição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, eu queria que V. Exª registrasse sua proposta, porque eu vou acatar a proposta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Caiado com a palavra.

Depois, Senador Garibaldi, Senador Valadares e Senador Aloysio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Isso é o seguinte: é o fim do terceiro turno. Porque...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... fica a pessoa disputando eleição, tirando fotografia já, para, quando perder a eleição, entrar... Aí, nós vamos cortar uma grande despesa, que é advogado em processo eleitoral.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Caiado, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. Ganhou, ganhou!

Se houve abuso, anula, tem outra eleição. Acabou a estória.

Tem Prefeitura hoje que está no terceiro Prefeito colocado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É verdade. É verdade.

Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Caiado, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Essa decisão do Relator foi perfeita no sentido de inibir essa tese de terceiro turno em todos os lugares, como nós estamos assistindo hoje. O segundo colocado sempre está ali, a cada dia, se dizendo o próximo a assumir.

Em relação a qualquer anulação da eleição, haverá outra eleição, ponto final, acabou. Isso está perfeito.

Outro ponto, Sr. Presidente, é que existe uma resolução, também do Tribunal Superior Eleitoral, que determina que os candidatos que deram causa à anulação do pleito terão de arcar com a campanha eleitoral. Eu estou acrescentando que os custos relacionados à realização da eleição suplementar a que alude o *caput* não correrão por conta dos candidatos que deram causa à anulação do pleito, ressalvada a hipótese de fraude ou manifestação de má-fé, porque, na verdade, o que acontece é que o cidadão tem um registro, ele está competindo com aquele registro e, depois da eleição, o registro é cassado e ele é responsável por uma coisa que, de

boa-fé, ele estava disputando. E nós sabemos também que isso vai penalizar muito mais pequenos prefeitos. Ninguém vai exigir que um candidato a Presidente da República, se for cancelada uma eleição, arque com a candidatura à Presidência e muito menos de governo de Estado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É. Só quem paga a conta é o pequeno.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, isso é algo que não faz nenhum sentido. Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Ronaldo Caiado, está acatado. Quero apenas registrar que um dos pontos de que nós vamos, daqui a pouco, tratar diz respeito à proibição de resoluções e convênios do TSE que impliquem em obrigações acessórias para os candidatos e partidos sem estar na lei. Nós vamos convalidar em lei as resoluções vigentes do TSE e, a partir daí, qualquer obrigação, eu defendo que seja feita por lei. O TSE tem que regulamentar apenas leis que nós aprovemos e discutir apenas a questão de implementação administrativa, e não criar obstáculos, despesas, procedimentos que vão dar origem a esse tipo de comportamento que V. Exª registrou.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, como ficou a sugestão do...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Menos de seis meses, que será eleição indireta. Se está menos de seis meses, será eleição indireta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador, como ficou a sugestão do Senador Ronaldo Caiado, por favor?

Senador. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, como ficou a sugestão do Senador Ronaldo Caiado?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Deixe para o final.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A proposta do Senador Ronaldo Caiado é que haja um convênio da AGU com o TSE que responsabilize o candidato que deu causa à anulação de bancar a outra campanha. Isso não existe. Na prática, não existe.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pela ordem. Há algum racional? Qual é o racional de seis meses e não de um ano ou dois?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, racional de seis meses é porque fica perto do prazo da eleição.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas aí é um absurdo. Vai fazer uma eleição nova para a pessoa? E depois de seis meses ela... Não dá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Veja bem, o que eu acho que vai acontecer? Vou ser muito sincero. O que eu acho que nós estamos aqui forçando? O Tribunal, que está acostumado a cassar por uma série de motivações, ao ter que fazer outra eleição, vai medir o que é causa e efeito para saber efetivamente o que cancela e o que não cancela. No fundo, é o que vai acontecer.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos seguir...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não vai se cassar mais por qualquer bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos seguir a ordem dos inscritos. Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, peço a atenção do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Garibaldi, com a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu não quero concorrer com uma mulher, mas peço a atenção do Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – V. Exª tem toda a minha atenção, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero incluir uma emenda, Sr. Relator.

Inclua-se no art. 218-A que o art. 1º do Projeto de Lei propõe acrescentar ao Código Eleitoral o seguinte parágrafo único: Nos últimos dois anos do período do mandato, a eleição prevista no *caput* será realizada pelo Congresso Nacional, pela Assembleia Legislativa, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal ou pela Câmara Municipal, conforme o caso. A presente emenda tem o objetivo de buscar harmonizar a proposta apresentada com a Constituição Federal, que, no seu art. 81, §1º, estabelece que, em caso de vacância dos cargos de

Presidente e Vice-Presidente nos últimos dois anos de mandato, a eleição para preenchimento do cargo será efetuada pelo Congresso Nacional. Desse modo, estamos estatuinto que se a decisão da Justiça Eleitoral que importar novas eleições ocorrer nos últimos dois anos de mandato, essas eleições serão efetuadas pelos Paramentos federal, estaduais, distrital ou municipais, conforme o caso.

Entendeu?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Entendi. Senador Garibaldi, a questão é a seguinte: esse dispositivo de vacância não é por conta de julgamento do TSE, porque o julgamento do TSE é outro dispositivo e nele hoje, por exemplo, quando você cassa o titular, assume o suplente. Não é esse dispositivo que funciona. Na verdade, isso é para morte ou *Impeachment*, qualquer outro tipo de questão que não eleitoral. O que estamos regulando aqui é a questão eleitoral. Então, são coisas que, de certa forma, poderiam se entrelaçar mas, na prática, não é o que tem acontecido. Na prática, quando o TSE cassa um governador, o segundo colocado assume. Não há esse tipo de dispositivo porque a leitura que isso funciona efetivamente para outro tipo de vacância que nós acabamos de regulamentar na comissão mista que regulamenta a Constituição quando vagar a vaga de Presidente e Vice-Presidente da República, faltando menos de seis meses.

Então, registro a preocupação de V. Ex^a. Mas eu acho que nós estamos tratando de questões que se complementam, mas são diferentes no trato pela Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Valadares; depois, Senador Aloysio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Corroborando com a contribuição do Senador Garibaldi, esta lei, para ser ordinária, deixa um vazio, dizendo que, “em pleito majoritário, acarreta a realização de novas eleições”.

Ora, as eleições tanto poderão ser no caso de vacância – até nas leis orgânicas dos Municípios há essa previsão – feitas pelo voto direto do povo ou indiretamente pela Câmara Municipal. Então, na medida em que...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não em caso de decisão do TSE.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – As leis orgânicas não determinam isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não em decisão do TSE. Hoje, há município no Brasil que está no terceiro colocado de eleição de Prefeitura. Já foi afastado o primeiro, assumiu o segundo. Já foi afastado o segundo e já está no terceiro. Não houve eleição nem direta, nem pela Câmara de Vereadores. São questões distintas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O Município de Coari, hoje, está no terceiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu só queria dar uma sugestão para tirar qualquer dúvida. Quando V. Ex^a diz “a decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro”, nós sabemos que a última instância é o Tribunal Superior Eleitoral. Justiça Eleitoral é o juiz, é o Tribunal Regional Eleitoral...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Porque não está transitado em julgado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, eu acho que nós podíamos registrar aqui ou “trânsito em julgado” ou “decisão do Tribunal Superior Eleitoral”.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não. Pode ser trânsito em julgado, porque efetivamente ele só sai com o trânsito em julgado. Há embargo. O efeito suspensivo no Tribunal, o recurso tem efeito suspensivo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, trânsito em julgado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Trânsito em julgado eu creio que dá mais garantia jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Relator Jucá e Senador Valadares, o art. 81 da Constituição diz: “Vagando o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-ão eleições em 90 dias depois de aberta a última vaga”. Então, reproduzir o que está na Constituição. Nós temos que reproduzir isso para ter eficácia essa proposta. Reproduzir o que está na Constituição, art. 81, vacância de cargo, nova eleição pelo Parlamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, a despeito da minha admiração pelo Relator, insisto na minha emenda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu acato a emenda de V. Ex^a em outro dispositivo, porque é uma emenda constitucional. Então, recebo-a, distribuo-a. Nós vamos discutir.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Porque é uma interpretação restritiva do Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, hoje é uma interpretação do Tribunal Superior Eleitoral, que dá posse ao segundo e ao terceiro colocado; não é minha, não.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas não houve uma mudança, Jucá, depois de 2012, da interpretação do TSE, em relação a assumir o segundo? Até 2012, o.k., que foi o caso do Cássio...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, continua assumindo. Há prefeitura que está no terceiro colocado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estamos falando de novas eleições, não é dessa eleição.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, hoje... Ele estava perguntando se hoje assume o segundo ou terceiro. Assume! O que há discussão é que há decisões diferentes do TSE, quando a eleição é de governador e a eleição é no primeiro turno ou no segundo turno. Quando é no segundo turno, com certeza, assume o segundo. Quando é no primeiro turno, você discute que, se anular aqueles votos daquele que foi, aí refaz o cálculo e, nessas condições do cálculo, vê se esses votos anulados são nulos ou não. Então, já tem decisões diferentes no TSE.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Quero fazer apenas um registro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi e depois Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas para um registro. Eu sou a favor de que tenha novas eleições, de que nós somos o segundo colocado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – O que pode mais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É o que nós estamos fazendo aqui.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, Sr. Relator, o que pode mais, pode menos. Hoje, para Presidente da República, é assim. Por que não pode para prefeito, para governador?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, eu concordo com V. Ex^a, eu vou acatar a emenda de V. Ex^a. Nós vamos votar também. Nós vamos votar o projeto de lei e vamos votar a PEC, vamos fazer as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Era só essa dúvida, porque me chegou uma informação ontem, Senador Jorge, de que já há uma interpretação do TSE de que antes, obviamente, dos dois anos, faça-se uma nova eleição. Era apenas uma dúvida que não é relevante. A proposta é correta, eu acho que a proposta é absolutamente correta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos... Como não há mais oradores inscritos, eu passo para o Relator, para que ele possa esclarecer, e aí, esclarecido o Plenário, possa-se deliberar, e vamos concluir esta reunião com a apreciação desse item.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, a proposta é que, havendo a anulação. *(Soa a campainha.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria a atenção do Plenário. Eu peço a compreensão de todos. O Relator vai dar um esclarecimento, e nós vamos deliberar sobre esse item, que é o item 1, é a proposta nº 1, é a terceira proposta que estamos deliberando hoje.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – A proposta é: havendo cassação de mandato transitado em julgado, anulado, portanto, o resultado da eleição e do ganhador, haverá uma outra eleição, se restarem menos de seis meses para o final do mandato. Essa é a posição.

Vou também distribuir, e nós vamos votar na próxima semana, uma emenda constitucional do Senador Garibaldi Alves, que, em tese, registra essa posição também, para que nós tenhamos, em tese, um reforço da Constituição, apesar de reafirmar aqui que o Tribunal Superior Eleitoral tem tido um entendimento diferente de cassação de mandato para vacância de cargo, por outros motivos, e, portanto, tem dado posse a primeiros e segundos colocados, tanto em governo de Estado quanto em prefeitura. Portanto, nunca houve um caso de cassação de eleição de Presidente da República por conta de irregularidade eleitoral. Portanto, na prática, nunca se configurou isso, mas eu acho prudente a colocação do Senador Garibaldi Alves. Portanto, distribuirei e darei parecer favorável à emenda constitucional na próxima sessão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – E eu votarei favorável porque, nesse caso, o Tribunal...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu também!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ...o Tribunal Eleitoral está legislando.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu também!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos, então, à apreciação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Fátima, pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Apenas para dizer ao Senador Romero que, nessa proposição aqui, eu tenho total entendimento com V. Exª. Acho que é mais coerente o que V. Exª está propondo aqui, exatamente no caso de cassação ou perda de mandato. Acho que o mais coerente é exatamente isto: é a realização de novas eleições. Inclusive, para tentar superar todas aquelas demandas de segurança jurídica, contencioso e tal, tudinho. Então, voto com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Reguffe, pela ordem.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu também defendo que tenha novas eleições, ao invés de o segundo colocado assumir. Parece-me mais justo. Eu só tenho uma dúvida com relação ao prazo disso. Se o Tribunal julga, por exemplo, no mês de abril ou maio, nós vamos ter uma eleição em maio, depois outra em outubro?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sabe quantas vezes o Tribunal vai julgar, faltando seis meses para cassar alguém, para ter uma eleição, para acabar o mandato? Nenhuma.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É, mas se a legislação prevê isso, isso vai poder acontecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sim, mas é transitado em julgado, é um processo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Bem, em apreciação...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Tem que botar um prazo mínimo, porque, senão, depois...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas, de qualquer maneira, eu acho positivo que sejam novas eleições.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Se a gente deixar um prazo longo para o segundo colocado assumir ou fazer eleição indireta, nós vamos estar, ou estimulando as assembleias a quererem cassar o governador, ou estimulando que...

Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sim; também. Pois é.

Então, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em votação e apreciação a Proposta nº 1: novas eleições na hipótese de cassação de Chefe do Executivo e em caso de indeferimento de registro, cassação de diploma ou perda de mandato, Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral).

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Urgência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aprovada a proposta, aprova-se também a urgência dessa matéria. É o quarto item que estamos preparando para debate e apreciação do Plenário da Casa.

Nós encerramos esta reunião...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... Convocando outra para amanhã, às 14h30min, neste mesmo espaço.

Os itens nós vamos encaminhar ainda...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Há o item 8, que ainda está em aberto...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O item 8...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... e o restante, que foi entregue aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O item 8, que já foi entregue, será apreciado amanhã.

Está encerrada a reunião.

Obrigado. – Senador **Jorge Viana**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 408 páginas
(O.S. 12910/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

